

Sumário

Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 33, n. 1

ARTIGOS

Contra o povo: soberania, nação e democracia no percurso teórico-prático de Carl Schmitt	1
Lúcio Flávio Rodrigues Almeida	
Circulação de intelectuais e recepção das novas ciências do homem francesas no Brasil: 1908-1932	17
[versão em francês]	
Circulation des intellectuels et réception des nouvelles sciences humaines françaises au Brésil: 1908-1932	53
Marcia Consolim	
Planificación urbana posible, imaginario, existencia y cultura	91
Everaldo Batista da Costa	
Marcelo Caetano, do idealismo da juventude à política real (1906-1944): uma teorização histórico-sociológica	121
Pedro Emanuel Mendes	
Trabalho doméstico e de cuidado: um campo de debate	145
Anna Bárbara Araujo, Thays Monticelli e Louisa Acciari	
O Instituto Millenium na busca por poder	169
Allana Meirelles Vieira e Aline Rodrigues Chiaramonte	
Sentidos, prácticas y modificaciones en los informes técnicos del sistema penal juvenil uruguayo	203
Carolina González Laurino	
Repensando as interpretações e memórias de 1968	225
Pablo Emanuel Romero Almada	

Música popular na década de 1970 e a cena pós-tropicalista: análise de uma geração sem “vida”	245
--	-----

Lucas Souza e Janaina Lobo

Milton Hatoum: um clássico contemporâneo	267
--	-----

Marcello Giovanni Pocai Stella

ENTREVISTAS

Entrevista com Patricia Hill Collins	287
--------------------------------------	-----

[versão em inglês]

Interview with Patricia Hill Collins	323
--------------------------------------	-----

Por Nadya Araujo Guimarães (coord.)

Peregrinações de um sociólogo caipira: entrevista com Sedi Hirano	357
---	-----

Por Deni Alfaro Rubbo e Fábio Akira Shishito

Max Weber ontem e hoje: entrevista com Wolfgang Schluchter	389
--	-----

Por Raquel Andrade Weiss

RESENHA

Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, <i>Diagnóstico das Ciências Humanas, Sociais Aplicadas, Linguística, Letras e Artes (CHSSALLA) no Brasil</i>	419
---	-----

Por Weiny César Freitas Pinto, Rafael Lopes Batista e José Renato Batista



Contents

Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 33, n. 1

ARTICLES

Against the people: sovereignty, nation and democracy in Carl Schmitt's political-intellectual trajectory	1
Lúcio Flávio Rodrigues Almeida	
Circulation of intellectuals and reception of the new French human sciences in Brazil: 1908-1932	17
[French version]	
Circulation des intellectuels et réception des nouvelles sciences humaines françaises au Brésil: 1908-1932	53
Marcia Consolim	
Possible urban planning, imaginary, existence and culture	91
Everaldo Batista da Costa	
Marcelo Caetano, from youth idealism to real politics (1906-1944): a historical-sociological theorization	121
Pedro Emanuel Mendes	
Care and domestic work: a field of debate	145
Anna Bárbara Araújo, Thays Monticelli and Louisa Acciari	
The Millennium Institute in the search for power	169
Allana Meirelles Vieira and Aline Rodrigues Chiaramonte	
Meanings, practices, and modifications in juridical technical reports of Uruguayan juvenile penal system	203
Carolina González Laurino	
Rethinking the interpretations and memories of 1968	225
Pablo Emanuel Romero Almada	

Popular music in the 1970s and the post-tropicalist scene: analysis of a generation without “life”	245
---	-----

Lucas Souza and e Janaina Lobo

Milton Hatoum: contemporary classic	267
-------------------------------------	-----

Marcello Giovanni Pocai Stella

INTERVIEWS

[Portuguese version]

Entrevista Patricia Hill Collins	287
----------------------------------	-----

Interview with Patricia Hill Collins	323
--------------------------------------	-----

By Nadya Araujo Guimarães (coord.)

Interview with Sedi Hirano	357
----------------------------	-----

By Deni Alfaro Rubbo and Fábio Akira Shishito

Interview with Wolfgang Schluchter	389
------------------------------------	-----

By Raquel Andrade Weiss

REVIEW

Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, <i>Diagnóstico das Ciências Humanas, Sociais Aplicadas, Linguística, Letras e Artes (CHSSALLA) no Brasil</i>	419
---	-----

By Weiny César Freitas Pinto, Rafael Lopes Batista and José Renato Batista



Contra o povo

Soberania, nação e democracia no percurso teórico-prático de Carl Schmitt

Lúcio Flávio Rodrigues Almeida*

<https://orcid.org/0000-0002-9493-2647>

A primeira grande onda do neoliberalismo e o colapso do bloco liderado pela União Soviética contribuíram para que surgissem às mancheias, sob o signo ideológico da chamada globalização, torrentes de textos um tanto apocalípticos. Foram tempos do “fim”: do território, do Estado-nação e, obviamente, da soberania.

Durou pouco. E a forte retomada dos estudos acerca da soberania foi acompanhada de uma expressão que voltaria a fazer fortuna em diversas áreas das Ciências Humanas, “estado de exceção”. Esta nucleia, desde a passagem de milênio, o debate sobre a crise da democracia popularizado a partir dos atentados de 11 de setembro de 2001 nos Estados Unidos¹. Por outro lado, hibernaram os provector estudos sobre totalitarismo, não apenas em razão dos alardeados “colapsos” dos Estados, como da descoberta de que houvera fissuras e contradições no interior das formações sociais que, durante a Guerra Fria, tinham sido alvos preferenciais daquela desqualificação.

“Estado de exceção” oscila entre a referência ao núcleo essencial da relação política – neste caso, situado fora do universo da norma jurídica, à qual garante condição de existência – e um desvio em relação ao Estado democrático de direito. Essa ambiguidade fundamental possibilita que a noção seja apropriada tanto em

*Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, Brasil.

1. A esse respeito, a obra de maior impacto junto ao público cultivado é a de Agamben (2004). Cite-se também o livro de Negri e Hardt (2001), que, além de suas qualidades intrínsecas, publicado originalmente em 2000, é considerado premonitório em relação a esses atentados.

um sentido positivo como negativo ou mesmo, aparentemente, desprovido de juízo de valor. E tanto à direita como à esquerda.

“Totalitarismo” possui conotação mais pesada. Dirigia-se a tentativas autoproclamadas de revoluções socialistas e agora é disparado contra distintos enfrentamentos mais ou menos diretos da hegemonia dos Estados Unidos. Mas, diferentemente do ocorrido no entreguerras, quando o fascismo e, por um período bem menor, o nazismo se proclamavam totalitários, nenhuma outra força política relevante reivindica para si esta qualificação.

O que nos deixa um problema teórico-político importante.

Carl Schmitt, que assentou “estado de exceção” como um conceito nuclear de sua teoria política – e jurídica – também, a partir de um momento crucial, o da ascensão do nazismo, se apropriou positivamente da noção de totalitarismo. Mesmo sem considerar que essa fosse a única possibilidade que se apresentava ao percurso schmittiano, não nos parece que o desdobramento tenha sido fortuito, especialmente se levarmos em conta a trajetória intelectual e a inserção do autor na formação social alemã do entreguerras. Sem qualquer automatismo, sugerimos que posições teóricas fundamentais do autor se revelaram adequadas ao conservadorismo – e mesmo ao fascismo. Em contrapartida, no que se refere às perspectivas de lutas populares, apresentam sérios problemas que merecem maior atenção ao adentrarmos o século XXI.

Na abordagem desse tema, examinaremos algumas das formulações schmittianas acerca de soberania, democracia e nação. Democracia porque está em jogo a questão do poder político; e nação porque a soberania a que se refere Schmitt corresponde, inclusive no plano ideológico, às formações sociais dominadas pelo modo de produção capitalista, o que passa pelo exame de alguns conceitos nucleares, como os de exceção e de político. Em seguida nos voltaremos brevemente para as relações entre alguns aspectos da produção teórica e a atuação política de Schmitt durante a conturbada República de Weimar e, na crise final desta, a ascensão do nazismo. Essas questões têm sido abordadas no Brasil predominantemente por estudiosos nas áreas de Teoria Jurídica e Filosofia e, em ambas, se produzem importantes reflexões. A frequência tem sido menor nas Ciências Sociais, área em que esperamos que este artigo contribua para estimular a discussão. Esta, como veremos, faz muita falta nos debates mais amplos sobre as perspectivas das lutas pela democracia no Brasil, o que aumenta o risco de grandes impasses teórico-ideológicos.

Soberania, democracia e nação: desencontros na primeira metade do século xx

“Estado de exceção” adquiriu *status* de conceito fundamental a partir de 1922, com o lançamento de *Teologia política*, de Carl Schmitt. Este, ao centrar a atenção no

conceito de soberania, recorreu, especialmente, aos esforços encetados por Jean Bodin, que teria feito progressos ao passar de um conceito tautológico – soberania: “a potência absoluta e perpétua de uma República” (Bodin, 1993, p. 11) – para a detecção das “verdadeiras marcas da soberania”: fazer as leis, decidir sobre a guerra ou a paz, nomear os principais funcionários, julgar em última instância, dom da graça (Bodin, 1993, pp. 151-178)². Para Schmitt, o trabalho estava quase pronto.

Faltava ir além de um procedimento descritivo e produzir o fecho conceitual. Schmitt observa que Bodin, pensador da ordem, sempre se refere a uma exceção. É o que ele, Schmitt, pretende fazer aflorar quando apresenta uma de suas formulações mais célebres: “É soberano quem decide sobre o estado de exceção” (1985, p. 5).

É provável que o caráter sintético da definição tenha contribuído para ocultar dois anacronismos em sentidos opostos, os quais incidirão sobre o núcleo de uma problemática fundamental para as teorizações de Schmitt: a dos nexos entre nação, soberania e política, esta concebida em torno da relação amigo-inimigo (Schmitt, 2007a, p. 26). O primeiro anacronismo consiste em pinçar um aspecto da ideologia da soberania típica do feudalismo de crise – no qual se constituiu o Estado absolutista – e transpô-lo para as formações sociais dominadas pelo modo de produção capitalista: a hiperbolização do poder do monarca sobre os súditos, sem levar em conta, como observa Balibar (2013), a relação sistêmica – e não somente enumerativa – que Bodin atribuiu às marcas da soberania. O anacronismo em sentido inverso consiste em articular ao absolutismo um tipo de comunidade – a nacional – que se remete ao capitalismo (Schmitt, 1985, p. 17).

Nos dois casos, a inversão histórica é facilitada pela desatenção para com as determinações estruturais dos modos de produção feudal (na fase absolutista) e capitalista. No feudalismo, inclusive em seu período de crise, quando ocorre uma unidade entre trabalhadores diretos e os meios de produção (a “posse”), “a relação de propriedade tem de aparecer, ao mesmo tempo, como relação direta de dominação e servidão, e, portanto, o produtor direto como alguém não livre” (Marx, 1986, p. 281). Ele se insere “em uma relação de dependência que pode variar “gradativamente”, desde a “servidão com trabalho pessoal até a obrigação tributária” (Marx, 1986, p. 281). À relação de domínio e servidão correspondia o monopólio “das tarefas de Estado pela classe proprietária dos meios de produção” (Saes, 1998, pp. 40-41), descartando-se, também neste âmbito, a possibilidade de os produtores diretos serem interpelados como indivíduos livres e iguais; e, portanto, que fossem membros de uma comu-

2. Nossa abordagem das relações entre Carl Schmitt e Jean Bodin é fortemente tributária de reflexões apresentadas por Balibar (2013), inclusive do seminário que este ministrou na Université de Nanterre durante o inverno de 2000.

nidade soberana. Já as estruturas do modo de produção capitalista produzem as condições para o processo de constituição – com toda a carga ideológica que ele contém – de uma comunidade de cidadãos livres, iguais e competitivos, proprietários e não proprietários dos meios de produção. Comunidade cuja soberania se expressa, nos planos interno e externo, no Estado nacional (Poulantzas, 1968, pp. 202-203; Almeida, 2014, pp. 50-65). Isso não se aplica aos tempos de Bodin.

Se o próprio conceito de soberania, tal como Schmitt decalcou da ideologia do absolutismo, já faz problema, este se complica ainda mais quando se trata do conceito de político.

Em suma, o problema básico das formulações de Schmitt consiste em privilegiar a continuidade, desconsiderando as múltiplas determinações estruturais de dois tipos de soberania radicalmente distintos. Um segundo problema é, nos marcos do primeiro, se restringir à ideologia da soberania articulada ao Estado absolutista.

Com esse processo de abstração duplamente frágil, perde-se de vista a extraordinária mudança que ocorre na ideologia da soberania correspondente ao modo de produção capitalista (P. Anderson, 1985, p. 28). A célebre assertiva de que “a ordem jurídica, *como qualquer outra ordem*, repousa em uma decisão e não em uma norma” (Schmitt, 1985, p. 10; grifos meus) incorre em um voluntarismo que descarta, de saída, qualquer tentativa de estudo científico das estruturas e das relações sociais.

Em correspondência com a separação entre a classe proprietária dos meios de produção e o pessoal do Estado, o detentor da soberania se constitui como um ente muito maior e qualitativamente distinto: uma comunidade de cidadãos livres e iguais, constitutiva do povo-nação. Como observou Benedict Anderson (2008), ocorre uma passagem entre dois tipos de “comunidades imaginadas”: do reino dinástico para a comunidade nacional. Esta última, no âmbito ideológico, longe de submetida à vontade de um soberano individual, supõe, a nosso ver, a mencionada tripla determinação estrutural: a plena separação entre os produtores diretos e os meios de produção; o processo de constituição desses produtores diretos como indivíduos dotados de vontade jurídica, iguais e competitivos, aptos para contratarem a venda de suas forças de trabalho aos proprietários dos meios de produção; e o já referido processo de constituição deles como membros de uma comunidade dotada de soberania que se materializa no Estado nacional.

Essas coordenadas estruturais restringem o âmbito da intervenção de “um soberano” ou mesmo da classe (ou fração de classe) que será, ao fim e ao cabo, a beneficiária fundamental da “decisão”. Schmitt, ao contrário de Bodin, se preocupou fundamentalmente com sociedades capitalistas. No plano mais imediato, durante a República de Weimar (desfecho da crise incluso), em uma formação social repleta de questões complicadíssimas relativas ao próprio processo de transição para o

capitalismo, à passagem deste para o estágio imperialista e à forma de Estado, bem como ao regime político.

Se as revoluções burguesas possuem algo em comum é a frágil participação da burguesia, a “*ausência de capacidade política*”, até em razão de sua precária constituição como classe, a qual, para se plenificar, depende da existência do Estado burguês³. Daí, por mais paradoxal que pareça, as imensas dificuldades da burguesia para “protagonizar” as revoluções burguesas (Poulantzas, 1968, p. 197; grifos dele). O caráter burguês da transição e, portanto, o processo de constituição de um novo tipo de soberania devem-se ao processo de formação de um tipo de Estado correspondente ao novo modo de produção dominante. E este Estado, ao interpelar o conjunto dos agentes da produção como cidadãos, opera objetivamente, já em razão de sua própria estrutura, no sentido de evitar que os produtores diretos se organizem como classe distinta e antagônica à burguesia. O aparelho por excelência da contrarrevolução – o Estado – se apresenta como de todo o povo e, desta forma, representante da comunidade nacional.

Em suma, se a dominação de classe no feudalismo de crise requeria a fortemente ideologizada soberania do príncipe, à dominação burguesa corresponde a ideologia de que o soberano é o povo-nação. Caso não se leve em conta essa diferença, ou se mistifica a soberania do “Príncipe” ou a da “comunidade de cidadãos”, ocultando-se, em um caso como no outro, as estruturas de dominação e, no interior de cada uma delas – e perpassadas por elas –, as diferentes articulações estruturais que abrem espaço para os processos de constituição de certas correlações de forças. Estas, por sua vez, determinam as políticas de Estado, alterações nas formas de Estado e regimes políticos e, quando deixam de operar, abrem espaço para – se houver forças organizadas à altura das possibilidades, porém jamais oniscientes e isentas de contradições – processos revolucionários.

Certas formulações nucleares da noção de soberania concebida por Schmitt, cuja imensa cultura está fora de questão, são cintilantes e, ao mesmo tempo, ideológicas. Cintilantes, por exemplo, ao condensarem as “verdadeiras marcas da soberania”, sinalizadas por Bodin, em um esforço de produção conceitual: “[...] é quem decide sobre o estado de exceção” (Schmitt, 1985, p. 5). Ideológicas porque ocultam o caráter de organizador da dominação burguesa adquirido por certo tipo de Estado que se apresenta como expressão da soberania da comunidade nacional. E Schmitt insiste em universalizar a figura de um soberano que age tão à vontade como aquele – o absolutista – que se imaginava atuar irrestritamente em um universo que, como já vimos, era bem mais restrito e simplificado. O autor descarta o complexo processo

3. Precisamente, o principal desfecho desta revolução.

que articula as determinações estruturais burguesas constitutivas do próprio povo-nação⁴. Tentativas cintilantes e ideológicas porque o superpoliticismo alude a uma importante característica do Estado burguês. Para desgosto dos (neo)liberais, o estágio monopolista do capitalismo se caracteriza pela forte presença da dimensão política no processo de reprodução ampliada deste modo de produção, o que, aliás, intensifica as quebras da “ordem jurídica”.

Os múltiplos processos de brilho e refração guardam estreitos vínculos com o conceito de político formulado por Schmitt:

Toda antítese religiosa, moral, econômica, étnica ou de qualquer outro tipo transforma-se em antítese política se ela for suficientemente forte para agrupar os seres humanos efetivamente em amigo e inimigo (1985, p. 37).

Aqui, um aparente paradoxo.

O autor, intelectual arguto, ao chegar, por meio de uma abstração indevida, ao ponto que lhe interessava politicamente, rondou uma abordagem das relações entre classes sociais e poder político que supera grande parte das formulações presas a uma visão economicista, inclusive no interior do marxismo. Para Schmitt,

[...] também uma classe, no sentido marxista do termo, deixa de ser algo puramente econômico e se torna um fator político quando atinge esse ponto decisivo, por exemplo, quando os marxistas se aproximam seriamente da luta de classes e tratam a classe adversária como um inimigo real e o combatem, seja na forma de uma luta de Estado contra Estado, seja em uma guerra civil dentro de um Estado (Schmitt, 1985, p. 37).

Um entusiasta do autor alemão, Julien Freund, censurou os que criticam o privilégio conferido por Schmitt aos aspectos externos das políticas estatais⁵. E contratacou reprovando, especialmente nos pluralistas, a ênfase nos distintos interesses existentes no interior de uma comunidade nacional. Motivo: Schmitt procura mostrar que essa ênfase contribui para o risco da guerra civil ao despertar a relação

4. Como observa Balibar (2013, n. p.), Schmitt se debate com “o fato de que o Estado pode ser personificado como um sujeito, enquanto o povo não o pode”. E o próprio Balibar sugere que essa dissimetria ocorre porque “a própria noção de povo implica uma multiplicidade (mesmo uma conflitualidade) que resiste à unificação absoluta (inclusive, talvez, por meios totalitários)” (2013, n. p.). Recorremos a vários textos publicados em meios digitais, que, com frequência, não trazem numeração de páginas. Nesses casos, utilizaremos a abreviação “n. p.” para indicar um excerto não paginado.

5. Ao partir de sua definição de política como relação amigo-inimigo, Schmitt considera que um povo se constitui pela negação de outro. Nesse sentido, é impensável um mundo sem nações, sem nacionalismos e sem o potencial de guerras.

amigo-inimigo – o elemento definidor da política – que o Estado moderno, desde Bodin e Hobbes, conseguiu superar dentro da comunidade. Conseguiu

[...] domar no interior de suas fronteiras a relação amigo-inimigo, sem jamais tê-la suprimido. [...] Porque o critério de amigo-inimigo permanece latente no Estado, a política interna guarda um caráter polêmico, inclusive a noção de classe, de ditadura, de república, de democracia etc. (Freund, 1992, pp. 24-25).

A seu modo, Schmitt detecta uma íntima relação entre o sucesso do Estado em soldar a unidade nacional e, por outro lado, a neutralização das lutas proletárias. Neste início de século XXI, marcado pela negligência para com as relações entre as classes sociais, destaque-se, em primeiro lugar, a verdadeira obsessão de Schmitt com o risco de que o proletariado se constituísse como classe, ou seja, como uma força revolucionária; e, em segundo, a visceral, se bem que não imune a atualizações, convicção de que a comunidade nacional é o agrupamento por excelência dos “amigos”⁶. Como veremos mais abaixo, essa posição abre espaço para perigosas tentativas homogeneizadoras.

O que Schmitt não podia explicitar era a indissociabilidade estrutural – a qual não exclui outros vínculos (Almeida, 2012) – entre a ideologia da soberania do Estado burguês e a dominação capitalista de classe. A figura do soberano, decantada do absolutismo e transposta para as formações sociais capitalistas, opera, na obra de Schmitt, como uma transfiguração ideológica da repressão às tendências do proletariado a se constituir como classe.

Terá sido Carl Schmitt um ideólogo do totalitarismo?

Façamos uma rápida mudança de cenário.

Da “vontade totalitária e feroz” ao “totalitarismo”

Assim que surgiu, logo após a Primeira Guerra Mundial, o adjetivo “totalitário” foi adotado por círculos liberais e católicos para se referirem ao fascismo, mas logo este incorporou o neologismo como uma autorreferência positiva e passível de teorizações (Traverso, 2001, pp. 29-46).

O marco inicial foi o famoso “Discurso a Augusto”, pronunciado por Mussolini, em 22 de junho de 1925, no IV Congresso Nacional do Partido Fascista. Segundo o *Duce*:

6. Borón e González questionam, com razão, se este “estado homogêneo” concebido por Schmitt “está liberado de todo tipo de conflitos” (2006, p. 169). Em outros termos, “não há novos enfrentamentos que surgem do campo dos *amigos*, produto das contradições estruturais da ordem social capitalista” (2006, p. 169).

Nós levamos a luta para um campo tão claro que agora temos de estar de um lado ou de outro. Não só isso, mas esse objetivo que é definido como nossa vontade totalitária e feroz será perseguido com uma ferocidade ainda maior [...]. Queremos, definitivamente, fascistizar a Nação, de modo que no dia de amanhã ser italiano equivalha [...] a ser fascista. (Mussolini, 1956, p. 362).

Giovanni Gentile, o filósofo oficial do regime, utilizou o termo em 1928, ao publicar um artigo na prestigiosa *Foreign Affairs*. Inspirado em Hegel, combateu o liberalismo, cuja fantasiosa liberdade individual se opõe ao Estado. Afirmou que, ao se definir fascismo, “o primeiro ponto a ser apreendido é o abrangente, ou, como dizem os fascistas, o escopo ‘totalitário’ de sua doutrina⁷, que se preocupa não apenas com a organização política e a tendência política, mas com toda a vontade e pensamento e sentimento da nação” (Gentile, 1928, n. p.).

Gentile aproximou fascismo de nacionalismo, mas com uma distinção fundamental. O nacionalismo toma a nação como um dado, um fato natural que se impõe à vontade do indivíduo. E para o fascismo, a nação “é uma criação da mente”, sempre em processo. O mesmo ocorre com o Estado, que deixa de ser concebido como algo que vem de cima, mas se constrói juntamente com a nação. Estado e nação, profundamente imbricados, eram a condição e o resultado da democracia.

Para o fascismo, a nação nem é preexistente, nem está acima do povo, o que implicaria um Estado também aristocrático. Ao contrário, “o Estado fascista [...] é um estado do povo como tal, *o estado democrático por excelência*” (Gentile, 1928, n. p.). Ele resolve “o paradoxo da liberdade e da autoridade”, cujos vínculos o liberalismo destruiu. Este Estado detém “autoridade absoluta”, que jamais pode ser barganhada em qualquer aspecto com “outros princípios morais ou religiosos que interfiram na consciência individual” (1928, n. p.). Mas, em contrapartida, “o Estado só se torna realidade na consciência dos indivíduos” (Gentile, 1928, n. p.).

Em 1932, o ideólogo e o *Duce* publicaram um verbete sobre o fascismo na *Enciclopedia Italiana*. Embora o texto apareça com a autoria apenas de Mussolini, a primeira parte, “A ideia fundamental do Fascismo”, foi realmente escrita por Gentile⁸, que retoma sua abordagem, em tons hegelianos, das relações entre fascismo e liberalismo. Enquanto este “negava o Estado no interesse do indivíduo, [...] o fascismo reafirma o Estado como a verdadeira realidade do indivíduo” (Mussolini, 1961, p.

7. Deixamos o exame do recurso à noção de “totalitarismo” feito por Gramsci para um artigo já em preparação sobre marxistas e totalitarismo no período que se estende dos anos 1920 ao imediato pós-Segunda Guerra Mundial.

8. Na edição que utilizamos, pp. 117-124.

119). Afirma a liberdade “do homem real”, descartando o “fante abstrato no qual pensava o liberalismo individualista” (*Idem*). Para Gentile, não se tratava de negar a liberdade, mas de considerar “a única liberdade que possa ser algo sério, a liberdade do Estado e do indivíduo no Estado” (*Idem*). Daí a sentença icônica para o regime: “Tudo está no Estado e nada de humano ou espiritual existe, e muito menos tem valor, fora do Estado” (*Idem*). E concluiu: “Neste sentido, o fascismo é totalitário e o Estado fascista, síntese e unidade de cada valor, interpreta, desenvolve e potencializa toda a vida do povo” (*Idem*).

Por sua vez, Mussolini afirmou que “um partido que governa totalitariamente uma nação é um fato novo na história” (1961, p. 128). Após despachar o liberalismo, a democracia e o socialismo para o século XIX, considerou factível que o século XX fosse “o século da autoridade, um século de direita, um século fascista”. O anterior foi “o século do indivíduo” e este, o XX, “o século coletivo e, portanto, o século do Estado” (Mussolini, 1932, n. p.).

Dos Seis livros da República à República de Weimar

Ao longo dos anos 1920, Carl Schmitt nutriu crescente admiração pelo fascismo e, mais criativamente, seguiu em paralelo com algumas formulações apresentadas por Gentile. Foi o que ocorreu, por exemplo, com uma posição, no mínimo, perigosamente confusa acerca das relações entre nação, soberania e democracia.

Apenas mencionamos, por exemplo, suas reflexões em *Parlamentarismo e democracia*⁹, em que empreende um grande esforço para detectar os valores que legitimam determinados sistemas políticos. Foi o caso do sistema parlamentar, apoiado no século XIX, segundo o autor, pela publicidade e a discussão (Schmitt, 1988, p. 45). Mas, na sequência, as limitações de ambas foram escancaradas pelo ingresso das massas na política, o que se mostrou desastroso para o liberalismo. E, mais ainda, para a democracia liberal, pois, com a miríade de grupos fechados que negociam as decisões políticas à revelia das massas, a democracia se revela um devaneio, assim como o Parlamento – e, com ele, a publicidade e a discussão – se reduz a “uma formalidade vazia” (1988, p. 64).

Schmitt enfatiza, nesse texto, “a definição de democracia como uma identidade de governantes e governados” (1988, p. 111), identidade que, como observa Pasquino (1988, p. 18), é pensada “como identificação – o que se opõe à ideia ingênua de

9. A edição de 1926 foi acrescida, a título de prefácio, de um comentário de Carl Schmitt sobre considerações que o texto original recebeu.

identidade material – mas também como *homogeneidade*”, cuja substância “consistiria na homogeneidade nacional” de um agrupamento político que o Estado nucleia.

Em sua busca do verdadeiro sentido de democracia, Schmitt encontra um ponto de ancoragem em *O contrato social*, de Rousseau, obra “híbrida” de que seria preciso, segundo o autor alemão, extirpar o viés liberal contido na própria noção de contrato e resguardar a ideia-chave, *homogeneidade*, da qual “se extrai a identidade democrática de governantes e governados” (Schmitt, 1988, p. 112). Em torno dessa ideia, Schmitt desenvolve a sombria argumentação de que o mundo se divide atualmente em Estados, na maioria “Estados nacionais homogêneos” que procuram, no interior de si mesmos, “realizar uma democracia, sobre a base de uma homogeneidade nacional, mas, quanto ao restante, se abstêm de tratar todos os homens como cidadãos iguais em direitos” (1988, p. 108). Nos termos de Schmitt, em “toda verdadeira democracia [...] somente o que é semelhante recebe um tratamento semelhante e também – consequência inevitável – o não semelhante não recebe um tratamento semelhante”. Portanto, “um ingrediente necessário da democracia é, para começar, a homogeneidade; e em seguida, se preciso for, “marginalizar ou excluir o heterogêneo” (1988, pp. 105-106).

O descarte do liberalismo não era grande novidade. Mas, ao negligenciar a tese rousseauísta da soberania popular, Schmitt produz uma despolitização da sociedade, o que, aliás, esvazia o potencial revolucionário da obra de Rousseau. Para nos limitarmos ao *Contrato social*¹⁰, rompe os elos do corpo político entre “o Estado, corpo passivo” e “o soberano quando ativo”, além da “potência quando comparado a seus semelhantes” (Rousseau, 1943, p. 93). É como se o processo intelectual de Schmitt mimetizasse a tese rousseauísta do contínuo esforço do governo contra a soberania (*Idem*, p. 321). Para Rousseau, “importa menos dividir o poder do que vigiá-lo”, o que requer que “os cidadãos permaneçam vigilantes e conservem o controle sobre o governo” (Derrathé, 2009, p. 523). O que importa é destacar, com Derrathé, o dinamismo do polo político popular na obra de Rousseau. Também recorremos, por nossa conta e risco, à tese de Marramao (1995, p. 81), para quem Schmitt opera “um curto-circuito violento entre o tema da decisão [...] e o tema da Ordem”, o que desemboca na “abrupta reabsorção do tema do político no do Estado”.

Esse bloqueio à análise das relações políticas internas a uma formação social, com a eliminação de toda “diferença”, condição da soldagem, pelo Estado, da comunidade nacional, obscurece qualquer perspectiva de soberania popular e, mais ainda, de transformação social de caráter socialista. Nesse sentido, Pasquino (1988, p. 18) considera que essas teses sobre identidade/identificação e democracia ignoraram que, desde 1848, a principal ameaça sofrida pelos Estados-nações europeus originou-se de

10. Texto privilegiado por Schmitt.

conflitos de classes internos a eles. O resultado teórico-ideológico da raspagem do político no âmbito interno legitimava a repressão a um estático “não homogêneo”.

Acertando os ponteiros: Estado total, Estado totalitário

Carl Schmitt apresentou a noção de “Estado total” em um de seus livros mais célebres, especialmente porque expressava o envolvimento cada vez maior desse autor com a polarização político-ideológica que se intensificava na formação social alemã a partir da crise de 1929. Trata-se de *O guardião da Constituição* (Schmitt, 1931b), cujo título, dois anos antes, fora atribuído a um ensaio e estava presente na denominação de um capítulo de livro (Schmitt, 1929a, 1929b). *Totale Staat* expressava forte influência do fascismo italiano, no sentido de “Estado totalitário” (Faye, 2009, p. 68, *passim*). E, para quem, longe de um incidente qualquer, se tornava importante intelectual orgânico no processo de ascensão do nazismo, a ode ao guardião da Constituição e a defesa do “Estado total” confluíam. Daí a incorporação do primeiro dos dois artigos acerca deste segundo tema (Schmitt, 1931a) ao livro sobre o primeiro (Schmitt, 1931b).

Congruente com seu engajamento em favor da atribuição de poderes excepcionais ao *Reichspräsident*¹¹, Schmitt teorizava que, ao inverso do ocorrido no século XIX sob a égide do liberalismo, no XX “a sociedade se organiza(va) para se tornar ela própria Estado”. O que abria espaço para um arrazoado inabalável:

Se a sociedade se organiza para se tornar, ela mesma, Estado, se Estado e sociedade devem ser fundamentalmente idênticos, todos os problemas sociais e econômicos tornam-se, então, problemas diretamente estatais e então se torna impossível distinguir setores objetivos de natureza política e estatal e setores sociais que escapariam à política. (Schmitt, 1988, pp. 151-170).

Convenhamos que, em meio a uma profunda crise do capitalismo, à lembrança da recentíssima insurreição espartaquista, à revolução bolchevique em curso, à persistência do movimento comunista e, literalmente do outro lado, à ascensão de forte nacionalismo de direita e extrema-direita, a ideologia do totalitarismo era música para os dominantes.

Tampouco Schmitt estava sozinho no embate jurídico-político vitorioso em favor do golpe na Prússia (20 de julho de 1932)¹², passo fundamental para a ascensão do

11. No caso, Hindenburg.

12. A decisão do Tribunal de Leipzig, favorável à destituição, pelo *Reichspräsident*, do governo da Prússia,

nazismo e, com este, a “indistinção” entre Estado e sociedade. Boa parte dos membros da cúpula do Judiciário, até porque socializada durante o Segundo Império, era conservadora e, pior, contrária à própria República de Weimar (Vita, 2015, n. p.), sendo amplamente conquistada pelo nazismo (Poulantzas, 1978, p. 371). Com a transição de regime, ocorreram poucas mudanças neste ramo do aparelho estatal, apesar do endurecimento ainda maior das leis contra os alvos preferenciais da direita (McElligott, 1999, n. p.).

Um mês após o golpe na Prússia ser cancelado pelo tribunal de Leipzig, Schmitt deu uma famosa conferência, em 23 de dezembro de 1932, intitulada “Uma política sadia para um Estado forte”. O evento ocorreu na *Associação do Longo Nome*¹³, importante aparelho ideológico da grande burguesia industrial alemã¹⁴. Em novo artigo escrito no final de 1932 e – tempos frenéticos – publicado em fevereiro de 1933, retomou o tema do Estado total. Expressou grande desgosto para com o Estado alemão, um “Estado total quantitativo”, volumoso mas sem “intensidade e energia política” (Schmitt, 1999b, p. 22) diante do “assalto dos partidos e grupos de interesses organizados” (Schmitt, 1999b, p. 19). E manifestou sua admiração pelo Estado fascista, mencionando-o em italiano: “*Stato totalitario*” (Schmitt, 1999b, p. 21). A este “pertencem exclusivamente os novos meios de poder” que, incrementados, o tornam capaz de impedir “o desenvolvimento de quaisquer forças hostis ao Estado, que obstruam o Estado, que perturbem sua vida interna” (1999b, p. 21). Em suma, tal Estado é perfeitamente capaz de “distinguir o amigo do inimigo” (1999b, p. 22). Deu o recado: Estado (total qualitativo) ou revolução.

A energia irradiou-se em frenéticas reuniões dos que Marx e Engels (2007, p. 48) chamavam de “membros ativos” da classe dominante. Estreitaram-se os nexos entre texto e contexto, poder político e intelectual orgânico. Até para, em nome de um interesse nacional cada vez mais racializado (possibilidade inscrita nas teorizações schmittianas sobre democracia), apresentar o golpismo (não apenas a nomeação de Hitler) como revolução. As forças operárias e populares foram dizimadas, e se romperam entraves à acumulação de capital.

o mais importante estado (Land) da Alemanha, foi tomada em 25 de outubro de 1932. Vita (2015) fez um ótimo estudo a respeito.

13. Mensagens da Associação para a Defesa dos Interesses Comuns da Economia da Renânia e Vestfália.

14. Com o título *Die Wendung zum totalen Staat*. Nela são retomadas formulações que apareceram na segunda edição, publicada em 1931, dois anos após a primeira, de *O guardião da Constituição* (Schmitt, 2007b, pp. 107-133). Para a leitura deste e do próximo artigo, ambos publicados originalmente na *Europäische Revue* (1931, pp. 241-250, e 1933, pp. 65-70), recorremos à edição estadunidense publicada na coletânea *Four articles, 1931-1938* do autor alemão, organizada por Draghici (1999).

Questões para o presente

Atividade de pesquisa não rima com inquisições ou estigmas. Até porque não é incomum produções teórico-ideológicas serem apropriadas criativamente por intelectuais engajados tanto à direita como à esquerda. Basta mencionarmos, por exemplo, os casos de Maquiavel, Rousseau e Max Weber. No que se refere a Carl Schmitt, dada a sua trajetória político-intelectual (em nome da ordem, conservador, entusiasta do fascismo, racista, nazista), não custa tentar, mas é provável que a apropriação seja muito mais difícil.

“Totalitarismo”, independentemente de sua fecundidade teórica (aliás, escassa), não foi incompatível com um *corpus* discursivo centrado numa aporética concepção de soberania/estado de exceção, em especial a partir das conotações que adquiriu ao ser articulada a formulações sobre política, democracia e nacionalismo.

Mas a ambiguidade pode levar ao impasse teórico, em especial quando se fala em estado de exceção permanente. Pois o próprio pressuposto da ordem jurídico-política corre o risco de se diluir numa plethora de “decisões soberanas”, o que enevoa a distinção entre estas e aquele, reforçando, cada vez mais, a perspectiva de um futuro marcado pelo permanente arbítrio e irracionalidade a serviço das relações de exploração e dominação. Mesmo quando o estado de exceção é apresentado como o oposto ao Estado Democrático de Direito, ao qual se atribui valoração positiva, a confusão teórico-ideológica permanece, pois no mesmo movimento se oculta sua determinação estrutural de classe. Neste sentido, esse Estado Democrático de Direito, ao ficar circunscrito aos parâmetros de uma ordem instituída a partir de uma decisão que está fora dela, corre o risco de ocultar o lugar estrutural das mencionadas relações de opressão e dominação.

Referências Bibliográficas

- AGAMBEN, Giorgio. (2004), *Estado de exceção*. São Paulo, Boitempo.
- ALMEIDA, Lúcio Flávio de. (2014), *Ideologia nacional e nacionalismo*. 2 ed. São Paulo, Educ.
- ALMEIDA, Lúcio Flávio de. (2012), “Nacionalitarismo, anti-imperialismo e democracia: um desafio teórico-prático que se repõe para o marxismo no século XXI”. *Lutas Sociais*, São Paulo, 28: 114-129.
- ANDERSON, Benedict. (2008), *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo, Companhia das Letras.
- ANDERSON, Perry. (1985), *Linhagens do Estado Absolutista*. São Paulo, Brasiliense.
- BALIBAR, Etienne. (2013), “Prolègomènes à la souveraineté”. In: *Nous, citoyens d'Europe? Les frontières, l'État, le peuple*. Paris, La Découverte, n.p, e-book.

- BODIN, Jean. (1993), *Les six livres de la République*. Paris, Le Livre de Poche.
- BORÓN, Atílio & GONZÁLEZ, Sabrina. (2006), “Resgatar o inimigo? Carl Schmitt e os debates contemporâneos da teoria política e da democracia”. In: BORÓN, Atílio (org.). *Filosofia política contemporânea: controvérsias sobre, civilização, império e cidadania*. Buenos Aires/ São Paulo, CLACSO/Departamento de Ciência Política da USP, pp. 145-172.
- DERRATHÉ, Robert. (2009), *Rousseau e a ciência política de seu tempo*. São Paulo, Barcarolla; Discurso Editorial.
- DRAGHICI, Simona. (1999), “Preface”. In: SCHMITT, Carl (org.). *Four articles, 1931-1938*. Washington-DC, Plutarch Press, pp. VI-XVI.
- FAYE, Jean-Pierre. (2009), *Introdução às linguagens totalitárias: teoria e transformação do relato*. São Paulo, Perspectiva.
- FREUND, Julien. (1992), “Préface”. In: SCHMITT, Carl (org.). *La notion de politique/Théorie du partisan*. Paris, Flammarion, pp. 7-38.
- GENTILE, Giovanni. (1928), “The philosophic basis of fascism”. *Foreign Affairs*, 6 (2): 290-304. Disponível em <https://www.foreignaffairs.com/articles/italy/1928-01-01/philosophic-basis-fascism>, consultado em 15/03/2018.
- MARRAMAO, Giacomo. (1995), “Pouvoir et puissance: à propos de Carl Schmitt”. In: HERREIRA, Carlos (org.), *Le Droit, le Politique: autour de Max Weber, Hans Kelsen, Carl Schmitt*. Paris, L’Harmattan, pp. 69-82.
- MARX, Karl. (1986), *O capital*. Livro III, tomo 2. São Paulo, Nova Cultural.
- MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. (2007), “Feuerbach e História: rascunhos e anotações”. In: *A ideologia alemã*. São Paulo, Boitempo, pp. 29-81.
- McELIGOTT, Anthony. (1999), “Dangerous communities and conservative authority: the judiciary, Nazis and rough people, 1932-1933”. In: KIRK, Tim & McELIGOTT, Antony (orgs.). *Opposing fascism: community, authority and resistance in Europe*. Cambridge, University Press, n.p., e-book.
- MUSSOLINI, Benito. (1961), “La dottrina del Fascismo”. In: *Opera omnia*. Firenzi, La Fenice, vol. XXIV, pp. 115-138.
- MUSSOLINI, Benito. (1956), “Intransigenza assoluta”. In: *Opera omnia*. Firenzi, La Fenice, vol. XXI, pp. 357-364.
- NEGRI, Antonio & HARDT, Michael. (2001), *Império*. Rio de Janeiro, Record.
- PASQUINO, Pasquale. (1988), “Préface”. In: SCHMITT, Carl & STRAUSS, Leo. *Parlamentarisme et démocratie*. Paris, Éditions du Seuil, pp. 7-20.
- POULANTZAS, Nicos. (1978), *Fascismo e ditadura*. São Paulo, Martins Fontes.
- POULANTZAS, Nicos. (1968), *Pouvoir politique et classes sociales*. Paris, Maspero.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. (1943), *Du Contrat Social*. Paris, Aubier.
- SAES, Décio. (1998), “O conceito de Estado burguês”. In: *Estado e democracia: ensaios teóricos*. 3 ed. Campinas, IFCH/Unicamp, pp. 15-50.

- SCHMITT, Carl. (2007a), *The concept of political*. Chicago, University of Chicago Press.
- SCHMITT, Carl. (2007b), *O guardião da Constituição*. Belo Horizonte, Del Rey.
- SCHMITT, Carl. (1985), *Political theology: four chapters on the concept of sovereignty*. Cambridge, MIT Press.
- SCHMITT, Carl. (1988), *Parlamentarisme et démocratie*. Paris, Seuil.
- SCHMITT, Carl. (1999a), "The way to the total state". In: *Four articles (1931-1938)*. Washington-DC, Plutarch Press, pp. 1-18.
- SCHMITT, Carl. (1999b), "Further development of the total state in Germany". In: *Four articles (1931-1938)*. Washington-DC, Plutarch Press, pp. 19-27.
- TRAVERSO, Enzo. (2001), *El totalitarismo: historia crítica de un debate*. Buenos Aires, Editorial Universidad de Buenos Aires.
- VITA, Leticia (org.). (2015), *Prussia contra el Reich ante el Tribunal Estatal: La sentencia que enfrente a Hermann Heller, Carl Schmitt y Hans Kelsen en Weimar*. Bogotá, Universidad Externado de Colombia, n. p., e-book.

Resumo

Contra o povo: soberania, nação e democracia no percurso teórico-prático de Carl Schmitt

Neste artigo, destacamos os estreitos elos ideológicos entre as noções de soberania, estado de exceção e totalitarismo na trajetória político-intelectual de Carl Schmitt, os quais descartam qualquer perspectiva de soberania popular. Adotamos uma posição teórico-metodológica inspirada em Nicos Poulantzas, e nossa principal hipótese é que a apropriação seletiva de noções trabalhadas por Schmitt bloqueia o conhecimento científico e reforça a confusão ideológica entre as classes populares.

Palavras-chave: Soberania; Estado de exceção; Totalitarismo; Democracia; Carl Schmitt.

Abstract

Against the people: sovereignty, nation and democracy in Carl Schmitt's political-intellectual trajectory

In this article, we highlight the narrow ideological links between notions of sovereignty, state of exception and totalitarianism in Carl Schmitt's political-intellectual trajectory, which rule out any perspective of popular sovereignty. We adopt a theoretical-methodological position inspired by Nicos Poulantzas, and our main hypothesis is that the selective appropriation of notions worked by Schmitt blocks the scientific knowledge and reinforces the ideological confusion among the popular classes.

Keywords: Sovereignty; State of exception; Totalitarianism; Democracy; Carl Schmitt.

Texto recebido em 12/5/2020 e aprovado em 16/9/2020.

DOI: 10.11606/0103-2070.ts.2021.169616.

LÚCIO FLÁVIO RODRIGUES ALMEIDA é professor do Departamento de Política e do Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

E-mail: luflavio40@gmail.com.



Circulação de intelectuais e recepção das novas ciências do homem francesas no Brasil: 1908-1932

Marcia Consolim*

<https://orcid.org/0000-0002-3622-073X>

O professor francês falou sobre o preparo científico dos professores desenvolvido na Escola Normal Superior, em que atuava, e nas demais escolas, na França, e ainda sobre o ensino superior de seu país. [...] O professor Ovídio [...] lembrou aos presentes que as então recentes críticas de Gustave Le Bon aos métodos franceses de ensino haviam sido desmontadas pela conferência do professor Drouin. A conferência e as palavras de Campos foram muito aplaudidas, sob a assistência e parte da colônia francesa que estava presente.

Sessão da Sociedade de Educação de São Paulo em 1924, em Nery, 2008, p. 37.

Introdução

Neste artigo analiso alguns aspectos das relações intelectuais entre a França e o Brasil a partir da circulação de psicólogos e de sociólogos franceses no país no período anterior ao da fundação das universidades. Adoto uma abordagem que escapa tanto à chave de leitura da história das ideias quanto à chave de leitura puramente institucionalista, ao enfatizar o papel das redes de sociabilidade e dos projetos educacionais conjuntos, assentados em instituições escolares e culturais, que organizam uma das formas de introdução das ciências do homem francesas no Brasil. Procuro articular os estudos sobre educação e os estudos sobre história das ciências sociais –

*Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, São Paulo, Brasil.

algo pouco praticado em razão da especialização disciplinar e da institucionalização dessas ciências no ensino superior. Trata-se, portanto, de borrar um pouco essas fronteiras, a fim de mostrar um traço de continuidade no processo de incorporação e de institucionalização dessas ciências no Brasil.

Sob o pano de fundo do movimento internacional denominado Escola Nova, bem como das reformas que ocorrem simultaneamente no ensino primário, secundário e nas escolas normais da França e do Brasil nos anos 1920, trata-se de mostrar que as relações estabelecidas entre as elites intelectuais de ambos os países, condicionadas por sua posição nos respectivos contextos nacionais, resultaram na incorporação da sociologia e da psicologia científica francesa no país. Como essas relações científicas e intelectuais são hierárquicas, ou seja, entre um país dominante e um país dominado, as estratégias dos professores franceses e dos educadores reformistas foram diversas, mas complementares. Aos professores franceses era imperativo construir uma trajetória internacional por razões de dever cívico e de obtenção de reconhecimento científico no exterior: a precariedade da universidade francesa no período entreguerras aliava-se à progressiva perda de legitimidade das novas ciências humanas francesas diante de suas congêneres anglo-saxônicas. Aos educadores reformistas no Brasil era preciso estabelecer vínculos que legitimassem sua nova formação a fim de erigir barreiras contra os “autodidatas” ou “diletantes”. Esse processo leva ao reconhecimento dos embates envolvendo grupos intelectuais estrangeiros e ao emprego dessas oposições para fins de legitimação no contexto nacional.

Grande parte da produção intelectual e dos embates nesse período se deu pela imprensa, em razão da expansão do mercado cultural, cuja análise é fundamental para a compreensão da história intelectual do período. No Brasil, a atividade jornalística não era prática contraditória à atuação propriamente científica, mas um de seus ali-cercos, pois mesmo as recém-criadas revistas científicas ou de educação reproduziam artigos já publicados pela imprensa. Além disso, o acesso à imprensa estrangeira por parte das elites locais permitia acompanhar os embates intelectuais em outros países e tomar partido – reação associada à sua posição no campo do poder nacional. Por outro lado, os educadores reformistas também consumiam as revistas científicas estrangeiras mais especializadas, tentando fundar no país um mercado para difusão e consumo restrito no domínio das “ciências da educação” – biologia, psicologia e sociologia. Assim, acumulavam-se referências e preferências que se inscreveram nas instituições de formação e de atuação profissional.

No contexto do movimento escolanovista, movimento internacional com impactos específicos em cada país, as publicações na área das novas ciências do homem se desdobraram entre uma vertente com tendência “pura” ou “teórica” e outra “aplicada” ou “empírica” – gêneros que foram associados à produção, respectivamente,

da França e dos Estados Unidos nos anos 1920. Ou seja, o debate sobre as ciências do homem no período entreguerras estava necessariamente impregnado de valores políticos associados à nação e à disputa entre países dominantes pela definição legítima no domínio dessas ciências. No caso do Brasil, essa oposição adquiriu contornos específicos: o círculo intelectual do *OESP* e da Escola Normal de São Paulo aderiu ao modelo francês, enquanto o círculo da Escola Normal de Pernambuco e do Colégio Pedro II ao estadunidense. De modo que as disputas entre os países dominantes se reproduziram até certo ponto no contexto nacional.

Argumento que o enraizamento das ciências do homem francesas no Brasil deve ser compreendido à luz de vários processos nacionais e internacionais. Em primeiro lugar, entende-se que as missões científicas são portadoras tanto dos interesses do Estado francês quanto dos interesses associados à posição dos *professores franceses* no ensino superior e nas hierarquias disciplinares – posição dominante do ponto de vista institucional, mas dominada pela falta de legitimidade das novas ciências do homem relativamente às disciplinas tradicionais no plano nacional e ameaçada pelas ciências sociais norte-americanas no plano internacional. Em segundo lugar, entende-se que a posição dos *educadores brasileiros* – dominante em termos sociais, mas dominada no campo do poder – gerou estratégias que culminaram na diferenciação crescente das elites dirigentes, entre as quais se destacam os investimentos na difusão da psicologia e da sociologia da educação. Em terceiro lugar, e este é o ponto central, defendo que a *homologia de posição* entre os professores franceses e um grupo específico de educadores reformistas, do círculo de São Paulo, favoreceu a afinidade de interesses pela institucionalização das novas ciências do homem francesas (Bourdieu, 1984; 2002). Essa homologia criou condições para o trabalho dos intermediários culturais de ambos os países – conferências, artigos, traduções, colunas de jornal etc. –, a fim de legitimar as ciências francesas em combate contra as ciências estadunidenses. Concluo que essas ações obtiveram uma vitória parcial em razão da crescente diversificação de modelos estrangeiros difundidos no país – em particular a partir das missões dos educadores brasileiros rumo aos Estados Unidos desde a segunda metade dos anos 1920.

Na primeira seção, trato dos interesses propriamente políticos associados às missões francesas – a competição com a Alemanha e os Estados Unidos –, a fim de mostrar que essa é uma dimensão fundamental, ainda que não suficiente, para compreender as relações científicas e intelectuais entre os dois países. Na segunda seção, abordo o papel central desempenhado por Georges Dumas (1966-1946) na constituição de redes no Brasil e identifico três grupos de apoiadores que ocupavam posições no campo do poder – entre os quais os educadores reformistas. Na terceira seção, analiso os textos publicados pelos professores franceses na imprensa com o

objetivo de difundir as ciências do homem francesas e mostro que seu sentido está no combate ao modelo educacional norte-americano. Na quarta seção, identifico as instituições em que se enraizou o modelo educacional francês e, particularmente, a progressiva diferenciação dessa recepção entre os grupos dominantes no campo do poder, adeptos da “cultura francesa”, e os educadores ligados às escolas normais, adeptos da “ciência francesa”. Finalmente, analiso as práticas editoriais dos educadores reformistas a fim de mostrar que a tradução de autores estrangeiros deve ser entendida como resposta às missões francesas dos anos 1920, uma estratégia cujo fim era a legitimação de suas próprias trajetórias. Os tópicos a seguir investigam progressivamente as diversas dimensões das relações internacionais – política, social e cultural – pelas quais se procura refinar o entendimento dessa recepção a partir de condicionantes internacionais, nacionais e locais.

As Missões Científicas Francesas no Brasil: embaixadores e pesquisadores

Os estudos sobre as relações científicas entre a França e o Brasil costumam caracterizar as missões francesas como parte da “diplomacia intelectual” em razão da participação direta ou indireta do Estado francês nessas iniciativas (Petitjean, 1989; Charle, 1994; Hamburguer 1996; Suppo, 2001). Contudo, as missões científicas de curta duração foram pouco estudadas e, em geral, consideradas de pouca importância para o enraizamento de uma ciência ou prática científica estrangeira no país (Massi, 1989). Além disso, a função diplomática que elas desempenharam pareceu ter excluído as transferências propriamente científicas – ainda mais quando se considera que não havia centros de formação superior nas novas ciências do homem no Brasil. Contudo, o papel do “embaixador” e o do “pesquisador” não são excludentes, de modo que é preciso analisar mais detidamente as funções realizadas pelos professores franceses nos anos 1920 sem as quais provavelmente não haveria missões universitárias na década seguinte (Charle, 1994; Charle *et al.*, 2004).

A mobilidade internacional de professores franceses em direção aos Estados Unidos e à América Latina, iniciada pouco antes da Primeira Guerra, foi motivada pela rivalidade com a Alemanha, o que revela a importância do nacionalismo nesse período. Nos anos 1920, a presença francesa no Brasil envolve claramente uma disputa com os Estados Unidos pela definição legítima da estrutura e função do sistema educacional, da formação de professores e das “ciências da educação” – aí incluídas as novas ciências do homem (Charle *et al.*, 2004; Silva, 2011; Rocha, 2016). Os professores franceses precisavam oferecer cursos e modelos alternativos ao já estabelecido em algumas escolas normais – inspirado no pragmatismo estadunidense. Assim, cabia aos professores de psicologia e de sociologia universitária uma tarefa

das mais essenciais e das mais difíceis – transplantar um modelo educacional e um conjunto de categorias científicas em um país estrangeiro – em um momento em que o centro da produção científica nessa área se deslocava para os Estados Unidos (Paicheler, 1992).

França e Estados Unidos também se opunham em termos de política de internacionalização. Em oposição ao modelo estadunidense, em que a circulação internacional era majoritariamente financiada por grandes instituições filantrópicas, as missões francesas estavam atreladas predominantemente ao Estado, que atuou direta ou indiretamente em prol da dominação intelectual francesa no Brasil desde o início do século XX. Entre 1908 e 1917, as atividades foram centralizadas pela Universidade de Paris, enquanto no período entreguerras o Ministério das Relações Exteriores francês centralizou o conjunto das ações, o que resultou em uma atuação muito mais ampla e diversificada em termos geográficos e disciplinares. A expectativa por trás dessa política de Estado havia sido difundida em publicações do Partido Radical francês: a dominação intelectual e científica na América Latina seria um meio para a dominação política e econômica na região (Dumas, 1924). Assim, foi constante a troca de informações entre os professores franceses e membros do Ministério das Relações Exteriores da França sobre as iniciativas dos países “rivais”, os Estados Unidos e a Alemanha, na área científica e educacional – questão presente na correspondência diplomática de todo esse período¹. Desse modo, observa-se um processo contraditório de ampliação dos espaços internacionais de trocas científicas e intelectuais baseadas em grande parte na concorrência e na exportação de modelos e de práticas científicas e intelectuais nacionais (Charle, 1994; 2004; Heilbron *et al.*, 2009).

A extensão das missões científicas francesas revela a grandiosidade do investimento por parte do governo francês². Entre 1908 e 1938, vieram ao Brasil aproximadamente 55 professores de faculdades de medicina, letras, ciências e direito, além do Collège de France, para cursos de dois meses de duração³. A escolha dos nomes

1. Veja-se, por exemplo, um trecho de carta enviada por Georges Dumas ao Ministério das Relações Exteriores: “Seria injusto dizer que os Norte-Americanos trabalham contra nós, mas pode-se afirmar que eles difundem uma cultura de base moral e prática e um conhecimento do inglês que não prepara os estudantes para receber e amar nossa influência. No Rio, ouve-se nos meios mais ou menos americanizados [...] que é preciso homens de ação e de realidade, e se a juventude aceitar essa filosofia prática e simplista nós certamente a perderemos”. Cf. Dumas ao Ministério das Relações Exteriores. MAE. 1917. Sobre as relações com a Alemanha, veja-se: Silva, 2013, e Muñoz, 2020.
2. Os dois principais institutos de promoção e financiamento dessa circulação foram o Instituto Franco-Brasileiro de Alta Cultura (1922-1938), baseado no Rio de Janeiro, e o Instituto Técnico Franco-Paulista (1925-1928). As missões de Piéron e de Fauconnet para São Paulo, mencionadas adiante, ocorreram no âmbito do ITFP – claramente afinado com as orientações das elites dirigentes que demandavam “ciência aplicada”. Cf. Suppo, 2001; Petitjean, 1989; Vercesi, 2010.
3. Cf. Suppo (2001) para a lista dos professores franceses e dos professores brasileiros que foram para

era sugerida pelo país anfitrião e a vinda dependia do aceite do professor convidado e de Georges Dumas – que sugeria novos nomes em caso de impossibilidade. Em razão da mediação de Dumas na seleção dos candidatos, não surpreende o fato de que a maioria absoluta dos recrutados fosse oriunda das faculdades de medicina e de letras, áreas de sua formação, o que lhe permitiu rentabilizar seu capital social e simbólico na França e favorecer sua eleição à Academia de Ciências Morais e Políticas e à Academia de Medicina⁴. O contrato dos professores para a vinda ao Brasil era de 25 mil francos (divididos em partes iguais entre os dois governos), o que equivalia aproximadamente a quatro meses de salário de um professor em fim de carreira à época – o que tornava a viagem economicamente atrativa, considerando-se que os cursos ocorriam no período de férias escolares na França. A despeito das vantagens materiais e simbólicas, é preciso levar em conta os interesses específicos dos professores franceses, associados à disciplina e à posição de sua disciplina no contexto francês – interesses nem sempre confluentes ao da expansão da cultura francesa⁵.

Redes francófilas e afinidades científicas: engenheiros, médicos e educadores

Georges Dumas teve um papel fundamental como intermediário cultural nas relações França-Brasil desde sua primeira visita ao país, em 1908, até o fim dos anos 1930. Sua figura é central tanto porque centraliza objetivamente as relações institucionais entre os governos e os sistemas de ensino dos dois países, quanto porque possui as propriedades sociais e intelectuais apropriadas a um país como o Brasil – cujas carreiras e competências acadêmicas ainda não estavam profissionalizadas e delimitadas de maneira estrita. Filósofo e médico psiquiatra, além de normalista e professor da Sorbonne, Dumas tornou-se “psicólogo” em um momento em que essa denominação credenciava tanto as atividades literárias quanto as científicas. Seus cursos na Sorbonne eram ministrados no Hospício Santa Ana, à moda de Jean-Marie Charcot, e eram seguidos pela “boa sociedade” parisiense, por intelectuais e estudantes universitários. Entre

a França – uma vez que o Instituto Franco-Brasileiro de Alta Cultura abrangia a circulação nos dois sentidos.

4. Dumas é eleito membro livre da Academia de Medicina em 1926 e membro titular da Academia de Ciências Morais e Políticas em 1933. Nos dois casos, os “serviços prestados à França” foram enfatizados pelos acadêmicos que indicaram seu nome.
5. Desde os anos 1910, a psicologia experimental francesa já tinha prestígio nos Estados Unidos – dado que os estudos de Binet e Simon haviam sido amplamente difundidos e adaptados aos interesses da escola estadunidense. No caso da sociologia, o diálogo se estabeleceu com os concorrentes de Durkheim – Tarde e Worms –, o que gerou um ambiente antidurkheimiano até os anos 1930. Isso talvez explique que a primeira tradução americana das *Regras do Método Sociológico* seja de 1938 – um ano depois da tradução brasileira. (Cf. Paicheler, 1992; Tournès, 2007; Turner, 2010; Platt, 1995).

seus alunos, alguns médicos brasileiros – Manuel Bomfim e Maurício de Medeiros –, dos quais partiu o convite para uma primeira visita ao Brasil, em 1908⁶. Tudo indica que a própria *hexis corporal* de Dumas contou para a escolha de seu nome por parte da universidade francesa⁷: originário do Sul da França, com modos mediterrâneos e traços “latinos”, encarnava um “francês à brasileira” – celebrado pelos jornais da época como sinal de proximidade entre os dois países. Do lado francês, essa proximidade foi percebida com condescendência: Dumas foi retratado pelos colegas franceses como uma espécie de “maestro” dos intelectuais brasileiros e um “grande servidor da causa francesa”⁸. Assim, era um “intermediário cultural” de tipo específico: ocupava posição dominante no campo universitário como professor da Sorbonne, mas exercia funções subordinadas no campo científico de seu próprio país.⁹

Os professores franceses foram recrutados em geral nas posições dominantes do ensino superior francês e tinham poucas expectativas em relação aos colegas brasileiros. Considerando-se apenas os professores de psicologia e de sociologia, vieram ao Brasil nos anos 1920 cinco professores – da Sorbonne ou do Collège de France –, um grupo com propriedades intelectuais muito semelhantes, que participava dos mesmos círculos intelectuais e publicava nas mesmas revistas¹⁰. Formados pela Escola Normal Superior, *agrégés* e portadores de dois títulos de doutorado (em Filosofia e Ciências ou

6. Especula-se que Dumas tenha sido escolhido por ter publicações sobre Augusto Comte. De fato, sua tese secundária é sobre Comte, e ele publica uma obra sobre Comte e Saint-Simon em 1906. Comte é objeto de seus primeiros cursos no Brasil, nos quais ele advoga fartamente em prol do Comte científico em detrimento do fundador da religião da humanidade. Suas aulas geraram protestos e causaram indignação nos meios ortodoxos. Sobre o convite a Dumas, cf. Melo & Campos, 2014.
7. Na verdade, Dumas veio por intermédio de uma instituição fundada em 1907 denominada *Groupe-ment des Universités et Grandes Écoles de France pour les relations avec l'Amérique Latine*. Sobre o *Groupe-ment* ver Suppo (2001) e Petitjean (1989; 2011).
8. O necrológio de Pierre Janet, professor do Collège de France, colega e grande amigo de Dumas, é bastante direto a esse respeito: “Seu principal esforço se deu na organização das relações científicas e culturais entre os países da América do Sul e da França. [...] Aceitaram facilmente as condições propostas por ele, seguiram suas orientações, mesmo com dificuldades [...]. Dumas chegava com as soluções prontas, com programas bem preparados. Trata-se da conduta dos chefes, pois economiza-se o trabalho de reflexão e de escolha entre os que escutam, tirando-lhes as dúvidas. Como ele informava que voltaria no ano seguinte, isso impunha a continuidade dos esforços e o acompanhamento do trabalho”. Janet sobre Dumas. Arquivos do Collège de France. Fundo Pierre Janet. 55-CDF – 18 a – c.
9. Dumas foi também editor de manuais de psicologia e seu veio pedagógico se destaca entre todas as suas atividades acadêmicas. O conjunto dos necrológicos sublinha o papel do “gestor intelectual” ou do “professor” – além de seu caráter diplomático – traços que ocupam posição dominada na hierarquia científica.
10. Entre os cinco professores encontram-se três psicólogos – Georges Dumas, Henri Piéron e Pierre Janet – e um sociólogo – Paul Fauconnet – e o filósofo Lucien Lévy-Bruhl. Pierre Janet e Lucien Lévy-Bruhl estiveram no Brasil por ocasião das comemorações do Centenário da Independência, mas não há traço de um possível curso nessa década.

em Filosofia e Medicina), possuíam todos os trunfos do ponto de vista das hierarquias científicas e intelectuais. Oriundos de famílias com trajetórias ascendentes por meio da escola republicana, a ela tudo deviam e por ela estavam prontos a exercer funções diplomáticas. Contudo, enquanto praticantes das novas ciências humanas, sociologia e psicologia, sua posição era dominada no campo disciplinar, de modo que estavam em combate pela legitimação e institucionalização dessas ciências contra as disciplinas tradicionais, a história e a filosofia, em todos os níveis de ensino. Lutavam pelo fim da filosofia espiritualista e da filosofia moral – centradas na consciência individual ou na consciência moral –, em nome do estudo objetivo dos fatos (psicológicos ou sociais). A posição e os embates em que se envolveram reforçaram seu interesse pela circulação internacional à medida que era uma oportunidade para se fazer um nome pelas bordas do sistema científico internacional.

Do lado brasileiro, não era natural a adesão das elites dirigentes às iniciativas do governo francês na área educacional, pois havia inúmeras diferenças entre os sistemas educacionais de ambos os países. No caso do Brasil, o ensino primário era descentralizado, as instituições públicas de ensino secundário eram raras e desorganizadas e, além disso, não existiam universidades constituídas; no que diz respeito à formação de professores, não havia concursos ou programas padronizados, e as carreiras não eram profissionalizadas. Além disso, as relações entre intelectuais e Estado eram muito distintas nos dois países. No caso do Brasil, as trajetórias dos educadores e professores do ensino médio e superior acumulavam em geral outras funções dirigentes: na administração pública, na produção intelectual livre, na política e mesmo na vida econômica do país. Do ponto de vista ideológico também havia barreiras para essa aproximação: dado o espírito nacionalista vigente, temia-se qualquer iniciativa com ares imperialistas por parte dos países centrais¹¹.

A primeira geração que acolheu Dumas e a mais receptiva às suas iniciativas é proveniente do ensino superior – engenharia, medicina e direito – e estava familiarizada com a produção intelectual francesa porque havia estudado na Europa ou participara de congressos internacionais antes mesmo da chegada de Dumas. Contudo, é preciso diferenciar esses meios segundo a posição social e intelectual de seus membros, pois esse fator interferiu nas modalidades de circulação das obras francesas na área de educação. O meio dos engenheiros é formado por grandes proprietários ou diretores

11. Um ponto sensível foi o Lyceu Franco-Brasileiro de São Paulo, cuja fundação foi condicionada à restrição do número de professores e diretores franceses. Em 1921, Dumas exprime esses constrangimentos: “O Sr. Dumas insistiu relatar que não se tratava absolutamente de introduzir na América Latina o ensino puramente da língua francesa, mas de associar-se a uma obra comum na qual os franceses concorrerão [para] certos pontos, como por exemplo no ensino de humanidades, de retórica e de filosofia nos moldes do ensino nacional francês. (Havas)”. Dumas, *Correio Paulistano*, 10 de janeiro de 1921.

de empresas na área de infraestrutura (água, luz, gás, saneamento, ferrovias etc.) e representa o grupo mais abastado entre os amigos de Dumas. Muitos deles haviam se formado em escolas de engenharia ou de belas-artes no exterior, em particular na França ou na Bélgica e, uma vez no Brasil, expressavam sua francofilia predominantemente por meio do mecenato ou de patrocínios diversos a fim transplantar no país o estilo de vida assimilado no exterior. Assim, as instituições que fundaram, seja a União Escolar Franco-Paulista (1908), que financiou os cursos sobre Brasil na Sorbonne, seja o Lyceu Franco-Brasileiro de São Paulo¹² (1923), tinham por finalidade difundir a língua e a cultura entre os dois países¹³. Nesse meio encontram-se muitas personalidades com vínculos diretos ou indiretos com empresas que disputavam espaço em grandes empreendimentos na área de obras públicas em São Paulo e no Rio de Janeiro – por exemplo, com a Cia. Docas de Santos, concorrente da canadense São Paulo Light Co. –, que se valiam da crítica ao capital estrangeiro para defender seus interesses¹⁴. Esse meio está presente em algumas instituições centrais para os educadores, tais como a Liga Nacionalista de São Paulo¹⁵. Contudo, não era esse o meio mais interessado na contribuição das novas ciências do homem para a educa-

12. Na origem do Lyceu encontra-se uma composição entre o capital nacional e internacional que se exprime por meio de redes de relações pessoais e profissionais. Um dos patrocinadores do Lyceu, Quellenec, engenheiro chefe da Cia. Canal de Suez e membro da direção da Rio Light Co., é colega nesta empresa de Alfredo Maia – antigo secretário de Obras Públicas do governo do estado de São Paulo e vice-presidente da E. F. Sorocabana e da Sorocabana Railway Co. Por sua vez, Antônio Francisco de Paula Souza, pai do diretor do Liceu, Ruy de Paula Souza, havia sido ministro da Indústria e Obras Públicas e diretor da superintendência de Obras Públicas do estado de São Paulo na mesma época de Alfredo Maia.
13. Os principais membros da União Escolar são: Ramos de Azevedo (Politécnica); Ruy de Paula Souza e MC Buarque (Escola Normal); Reynaldo Porchat (Direito); Américo Brasiliense e João Frederico de Borba (Farmácia); José Carlos de Macedo Soares e Oscar de Sá Campelo (Comércio); Otávio Teixeira Mendes e Francisco Dias Martins (Agricultura). Sobre as atividades da União Escolar Franco Brasileira, cf. *Jornal do Commercio*, 14 ago. 1921. Os principais financiadores do Liceu foram os seguintes, em ordem de grandeza do patrocínio: Sociétés Anonyme Française des Lycées Franco-Brésiliens; Ramos de Azevedo; Lineu de Paula Machado; Victor da Silva Freire; Luiz A. C. Galvão; Carlos Botelho; Arnaldo Dumont Villares; José de Sampaio Moreira; Alfredo Pujol; Luiz Betim Paes Leme; Pio de Almeida Prado; Ruy de Paula Souza; Senador Vicente de Paula de Almeida Prado; José V. de Almeida Prado Júnior; Lupercio Teixeira Camargo; Julio de Mesquita; João Alves Lima. Cf. Vercesi, 2010, p. 26.
14. Veja-se, por exemplo, a Cia. Docas de Santos, cujos sócios eram Cândido Graffée e o herdeiro Guilherme Guinle. Lineu de Paula Machado casou-se com Celina Guinle, irmã de Guilherme, e tornou-se sócio de Guilherme no Banco Boavista; Alberto Faria, sogro de Afrânio Peixoto e de Alceu Amoroso Lima, era diretor dessa companhia. Outro exemplo são as parcerias em empreendimentos urbanos na área de infraestrutura constituída por Francisco Ramos de Azevedo, Vitor da Silva Freire e Antônio Francisco de Paula Souza – colegas da Escola Politécnica de São Paulo –, que também ocuparam cargos na direção da Secretaria de Obras Públicas no estado de São Paulo. Cf. Campos, 2007. Sobre as grandes companhias de infraestrutura no Brasil, cf. Weid (1989), Campos (2007) e Lamarão (2012).
15. Sobre os “engenheiros educadores” da ABE, cf. Carvalho, 1986, e Gomes, 2015.

ção, uma vez que suas atividades profissionais e docentes – na Escola Politécnica ou no Lyceu de Artes e Ofícios – os envolviam com a ciência aplicada. O fomento à educação francesa, nesse meio, era uma forma de distinção social.

O segundo grupo é formado principalmente por médicos ligados à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e ao Hospital Nacional dos Alienados, responsáveis pelo convite a Dumas para vir ao país¹⁶. Esse grupo estava familiarizado com a produção intelectual francesa nas áreas de psicofisiologia, psiquiatria e medicina legal antes da chegada de Dumas, e alguns já haviam inclusive participado de congressos e publicado no exterior, tais como Juliano Moreira e Afrânio Peixoto. Beneficiavam-se do trabalho dos pioneiros – Nina Rodrigues, Teixeira Brandão e Franco da Rocha¹⁷ – que já haviam publicado na França e difundido no país principalmente autores franceses e italianos. Mas Juliano Moreira e Afrânio Peixoto foram além desse circuito: tinham preferência por teorias e abordagens alemãs, publicaram em inúmeras revistas internacionais e fundaram uma revista especializada em psiquiatria¹⁸. Alguns médicos desse meio se tornaram membros da Academia Brasileira de Ciências, da Academia Brasileira de Letras e da Academia Nacional de Medicina – três academias que não por acaso elegeram Dumas como membro correspondente, respectivamente, em 1916, 1922 e 1925. Apesar de manterem relações muito próximas com Dumas, não publicaram em sua revista – o *Journal de Psychologie Normale et Pathologique* publicou apenas oito resenhas bibliográficas e duas comunicações desse grupo entre 1906 e 1926 –, o que mostra a independência relativa de suas práticas de internacionalização¹⁹. Apenas um desses médicos estabeleceu uma parceria científica a ponto de

16. Dumas foi convidado por Maurício de Medeiros, por sugestão de Juliano Moreira, presidente da Sociedade de Psiquiatria, Neurologia e Medicina Legal. Cf. Muñoz, 2018; Melo, 2016; Cerqueira, 2014.

17. Entre 1884 e 1906, esses três autores publicaram oito textos (cinco artigos, duas resenhas e uma apresentação) nos *Annales Médico-Psychologiques* – a revista mais importante em psicofisiologia do período na França. Todos eles sobre doenças mentais diversas, epidemias de loucura coletivas ou instituições manicomiais no Brasil. Esse ponto é importante porque permite diferenciar a recepção dos franceses pelos “médicos-educadores” em relação à dos “educadores reformistas”: os primeiros são professores do ensino superior, praticantes da medicina hospitalar, mantêm publicação em revistas de prestígio internacional e dialogam com várias escolas científicas – em particular na Alemanha e nos Estados Unidos. Cf. Muñoz, 2018.

18. Afrânio Peixoto, Juliano Moreira, Ulisses Viana, Antonio Penafiel e Raul Leitão da Cunha publicaram, entre 1907 e 1914, 5 artigos, 2 revisões e 1 comunicação nos *Annales Médico-Psychologiques*. Além de Afrânio Peixoto e de Juliano Moreira, destacam-se nesse grupo Maurício de Medeiros, que havia estudado com Dumas em Paris, e Miguel Ozório de Almeida. No Brasil, esse grupo fundou os *Archivos Brasileiros de Psychiatria, Neurologia e Ciencias Affins*, em 1905, cujo nome foi alterado para *Archivos Brasileiros de Psychiatria, Neurologia e Medicina Legal*, com a criação da Sociedade Brasileira de Psychiatria, Neurologia e Medicina Legal, em 1907. Cf. Facchinetti, 2010 e Muñoz, 2018.

19. As comunicações são de Medeiros e Albuquerque (1924), irmão de Maurício de Medeiros, e de

fazer pesquisas e publicar trabalhos em coautoria com autor francês – Miguel Ozório de Almeida, que publicou artigos com Henri Piéron na França (Melo, 2016; Melo & Campos, 2014; Souza, 2015). Provenientes de famílias menos abastadas relativamente ao grupo dos engenheiros, não deixam de fazer parte dos meios socialmente dominantes pela raridade da sua formação superior, capital intelectual que garantia a muitos ascenderem a casamentos convenientes²⁰. Afrânio Peixoto e Miguel Ozório tornaram-se, respectivamente, reitor e vice-reitor da Universidade do Distrito Federal – o que mostra a continuidade entre esse meio e os projetos de fundação de uma universidade. Maurício de Medeiros participou da missão brasileira na França por ocasião da Primeira Guerra e assumiu inúmeros cargos públicos – na área de higiene e saúde pública. De modo geral, a atuação desses médicos esteve voltada à docência e à pesquisa (pura ou aplicada), mas também à administração pública e à política. Suas relações com Dumas e os cientistas franceses foram intensas, mas com a exceção de Piéron não se observam desdobramentos importantes para o futuro das ciências sociais no ensino superior²¹. No campo dos estudos médicos, Dumas possivelmente não era considerado por eles um especialista em psiquiatria – a revista de psiquiatria brasileira praticamente não publicou artigos dele – e, além disso, estavam cada vez mais interessados na produção científica alemã, que se tornava mais prestigiada do que a francesa (Munõz, 2020).

Assim, enquanto os “engenheiros-educadores” se envolveram com as missões francesas prioritariamente como mecenas ou filantropos, os “médicos-educadores” estabeleceram relações institucionais com os professores franceses. Contudo, a visão higienista ou sanitaria do social não era aquela difundida por Dumas, que pregava

Miguel Ozório de Almeida (1926) e foram feitas na Société de Psychologie – dirigida pelo grupo ligado a Dumas.

20. O caso de Afrânio Peixoto é exemplar a esse respeito. Proveniente de família abastada – seu pai era proprietário de extração de diamantes, mas entra em crise –, sua trajetória subsequente expressa escassez relativa de recursos. Ao menos é o que se deduz de sua conversa com Francisco Alves, que lhe aconselha a escrever um manual de educação para levantar recursos e fazer a tão sonhada viagem para a Europa. Cf. *Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil*. Uma análise preliminar leva a identificar algumas redes de interdependência entre os meios médicos e o dos engenheiros. A família Guinle também patrocinava dois laboratórios no Rio de Janeiro: o de análises clínicas do Hospício dos Alienados, dirigido por Afrânio Peixoto, e o laboratório de fisiologia dos irmãos Miguel e Álvaro Ozório de Almeida. Ora, Afrânio é agregado da família Alberto de Faria, diretor da Cia. Docas de Santos, e Miguel e Álvaro são filhos de Gabriel Ozório de Almeida, outro diretor da Cia. Docas de Santos. Além disso, a empresa de Guinle e Graffée utilizou o espaço da *Gazeta de Notícias* e do *OESP* para seus interesses comerciais. Afrânio e Alberto de Faria são membros da Academia Brasileira de Letras. Cf. tb Sanglard 2008.
21. No laboratório de Miguel e Álvaro Ozório de Almeida trabalharam inúmeros professores franceses nos anos 1920, entre os quais Henri Piéron, Henri Laugier, Emile Gley e Louis Lapique. Ozório de Almeida publicou dois artigos na França com Piéron. Cf. Melo, 2016.

a colaboração entre a psicologia científica e a sociologia durkheimiana²². Um terceiro grupo, o dos “educadores reformistas” – formados em geral em direito, mas não praticantes –, que exercia o magistério nas escolas normais, onde as novas ciências do homem primeiro se enraizaram, tornou-se o principal mediador da circulação das ciências francesas no Brasil.

Desde 1912, os cursos de Dumas e, posteriormente, de outros professores franceses foram realizados na Escola Normal de São Paulo, onde estabeleceu relações sólidas com várias famílias ligadas ao PRP – entre as quais a família Mesquita – cujos filhos ali estudavam.²³ Dumas tornou-se próximo da família Mesquita e de um grupo de colaboradores do jornal *O Estado de S. Paulo* – envolvidos com a questão educacional pelo impacto direto ou indireto em suas atividades culturais e profissionais. A Escola Normal de São Paulo era uma instituição associada à Liga Nacionalista e à Sociedade de Educação de São Paulo – associações livres que pretendiam influenciar a agenda de reformas educacionais. Muitos dos agentes que circulavam por essas instituições eram colegas de Dumas desde 1908 – uma rede de sociabilidade que detinha todos os trunfos – sociais, políticos e intelectuais – para interferir na política educacional do estado²⁴. Daí a colaboração de Dumas no *Correio Paulistano*, entre 1909 e 1914, bem como na reforma Sampaio Dória, em 1920. Muitos deles colaboraram para a fundação do Lyceu Franco-Brasileiro de São Paulo²⁵. Destacam-se nesse grupo, além da família

22. Pretende-se tratar conjuntamente da psicologia científica e da sociologia durkheimiana, porque foi nessa colaboração que Dumas e seu círculo investiram nos anos 1920. É importante frisar que a internacionalização da psicologia científica foi facilitada em razão de sua maior impregnação às ciências naturais. Já a sociologia durkheimiana estava associada mais fortemente à cultura francesa. Cf. Charle, 2004.

23. Em 1912, Dumas profere um curso de doze conferências na Escola Normal de São Paulo. A segunda conferência foi exatamente sobre a relação entre psicologia e pedagogia. Cf. *OESP*, 1º de setembro de 1912. Entre os assistentes estavam membros do governo do Estado, professores da Escola Normal e os membros da União Escolar Franco-Paulista, tais como Ruy de Paula Souza, Vergueiro Steidel, Cyridião Buarque e Oscar Campelo. Cf. http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/fontes_escritas/3_Imperio/1846_escola_normal.pdf.

24. Em 1908, ocasião de sua primeira missão, Dumas visitou em São Paulo a Escola Politécnica e a Faculdade de Direito – iniciando contato com Frederico Vergueiro Steidel, Silva Telles, Silva Freire, Ramos de Azevedo, Francisco de Paula Souza, Reynaldo Porchat, Alfredo Pujol, Mendes de Almeida e Dino Bueno. Sobre a importância do *OESP* na vida cultural e educacional de São Paulo, cf. Miceli, 2001; Santos, 2018; Nery, 2008, e Limongi, 1989.

25. A junta pedagógica, em 1924, primeiro ano de funcionamento do Lyceu, era composta por Frederico Vergueiro Steidel (Faculdade de Direito); Prof. Rodolpho Batista S. Thiago (Escola Politécnica); Prof. Ovídio Pires de Campos (Faculdade de Medicina); Prof. J. Itapura de Miranda (Ginásio da Capital); Prof. Antônio Sampaio Dória (Escola Normal) e professor francês Drouin (agrégé). Cf. *OESP*, 18 de janeiro de 1924. Sampaio Dória e Frederico Vergueiro Steidel eram membros da Liga Nacionalista; Ruy de Paula Souza e Victor da Silva Freire, que patrocinaram o Lyceu, eram membros da Sociedade de Educação de São Paulo (1929).

Mesquita, Fernando de Azevedo, Lourenço Filho, Sampaio Doria e Rui de Paula Souza. Ao longo dos anos 1920, os três primeiros foram diretores da Instrução Pública, respectivamente, no Distrito Federal, Ceará e em São Paulo, e o quarto foi diretor do Lyceu Franco-Brasileiro²⁶. As trajetórias dos educadores reformistas se inscrevem em duas posições sociais possíveis: são membros das elites dirigentes, famílias de políticos tradicionais ou de proprietários de empresas na área de infraestrutura – caso de Rui de Paula Souza e de Fernando de Azevedo – ou membros das classes médias urbanas em ascensão pela via do capital escolar, caso de Lourenço Filho e de Sampaio Doria²⁷. Os bem-nascidos se afastam dos negócios familiares para abraçar a carreira de educador, o que representa um salto para baixo no campo do poder – levando consigo todos os benefícios provenientes das propriedades familiares herdadas. Os providos de boa vontade cultural e de um diploma superior ascendem com a expansão do Estado na área de educação (Miceli, 2001). Algumas propriedades escolares distinguem esse grupo: três se formaram pela Faculdade de Direito do Largo São Francisco – onde conheceram alguns dos fundadores da União Escolar Franco-Paulista, tais como Reynaldo Porchat e Frederico Steidel –, e todos foram professores ou diretores da Escola Normal de São Paulo. Quanto à área do magistério, tornaram-se professores de psicologia e pedagogia (Doria e Lourenço Filho), psicologia e latim (Fernando de Azevedo e Lourenço Filho) e letras modernas – francês (Paula Souza)²⁸. Através de uma formação híbrida, letras clássicas e ciências modernas, adquiriram possivelmente as disposições necessárias para simpatizar com seus homólogos franceses e suas posições sobre as ciências do homem.

Comparando-se as propriedades sociais e intelectuais dos educadores reformistas com a dos professores franceses, conclui-se que os primeiros ocupavam posição

26. O projeto de fundação de um liceu em São Paulo data de 1916, e Dumas inicialmente pensou em construir quatro liceus no Brasil. Cf. Kovacevic, 2019, pp. 53-54. O patrimônio inicial foi doado pelo Parlamento, e outra parcela veio dos bancos, companhias francesas e casas com interesses no Brasil. Por falta de recursos, foi necessário procurar patronos no Brasil e dividir a administração do Lyceu – concedidos pelo governo de São Paulo, governo federal e patronos privados.

27. As famílias de Rui de Paula Souza e de Fernando de Azevedo eram, respectivamente, proprietárias do setor de infraestrutura urbana – ferrovia (SP) e transportes (RJ). Suas famílias provavelmente mantinham relações, pois Francisco de Paula Souza era sócio da Estação Sorocabana, e Francisco Eugênio de Azevedo era sócio da Companhia Ferro-Carril Guarany. Após um período de instabilidade econômica familiar, Fernando de Azevedo contrai casamento aos 23 anos com Elisa Assumpção do Amarante Cruz, filha do médico do exército e acionista do Banco União de S. Paulo, Luiz Gonzaga do Amante Cruz. O pai de Lourenço Filho era pequeno comerciante, e o de Sampaio Doria havia sido major do exército imperial. Ambos lecionaram durante o período de formação. Cf. Miceli, 2001.

28. Exceção feita a Rui de Paula Souza – que fez toda sua formação em Paris – e obteve a licença em Letras pela Sorbonne. No Brasil, cursou a Escola de Minas de Ouro Preto. Paula Souza, ao contrário dos demais, era da mesma geração que Dumas e talvez tenha entrado em relações com ele quando aluno em Paris.

socialmente dominante em relação à dos franceses e, por sua vez, no que diz respeito ao seu capital cultural específico, eram dominados, porque o conjunto de títulos dos franceses representava uma barreira intransponível mesmo para as famílias abastadas brasileiras. Apesar de ocuparem posições opostas do ponto de vista social e intelectual, existe uma homologia de posição entre eles: os professores franceses ocupam posição dominada nas hierarquias disciplinares, assim como os educadores brasileiros no campo do poder. Assim, a recepção favorável às ciências do homem francesas pode ser tributada à homologia de posição que possibilita eleições mútuas. Para a fração das elites dirigentes com funções educacionais, em particular os “educadores reformistas” de São Paulo, as missões francesas permitiram legitimar novas práticas (científicas, educacionais, editoriais, administrativas) diante dos chamados “dilettantes” e dos políticos “puros” (Limongi, 1989).

Os professores franceses na imprensa paulista: cursos e conferências

Os cursos e as conferências de Dumas no Brasil foram publicados nos jornais de São Paulo desde o início das missões científicas, em 1908. O volume dessas publicações permite inferir o enorme investimento do professor francês na difusão da filosofia e das ciências do homem francesas, bem como a familiaridade dos leitores com seus textos após anos de colaboração²⁹. Essa é uma dimensão da circulação das ideias em geral pouco considerada pelos estudiosos, em razão da dificuldade de acesso aos registros, mas foi fundamental como estratégia para familiarizar o leitor com autores e obras estrangeiras, bem como com questões educacionais internacionais. Entre 1908 e 1918, as contribuições de Dumas foram mais literárias e pitorescas, enquanto no período seguinte, após a Primeira Guerra, tornaram-se mais sérias e científicas.

Desde os primeiros cursos, observa-se que Dumas abraça a política cultural do Estado francês ao promover a sociologia durkheimiana e a psicologia científica francesa, bem como o modelo de educação francês. O curso ministrado por ele na Escola Normal de São Paulo, em 1912, contou com diversas aulas sobre psicologia e pedagogia, bem como sobre as reformas educacionais na França. Nos anos 1920, os cursos sobre as reformas do ensino e as ciências do homem na França foram ainda mais frequentes, pois caíam sob medida na agenda política dos meios intelectuais paulistas. Os cursos presenciais, publicados no jornal *O Estado de S. Paulo*, deram

29. Entre 1909 e 1914, Dumas foi colunista do *Correio Paulistano* e escreveu em torno de duzentas colunas nesse período. É importante frisar que, nas reportagens sobre as missões francesas, os jornais exaltavam Dumas como o “Einstein da Sorbonne” e o “amigo do Brasil” – deslumbramento que não se encontra entre seu círculo mais próximo.

origem à coluna mensal de Dumas e, alguns anos depois, de Paul Fauconnet, sociólogo e professor da Sorbonne. Dumas e Fauconnet escreveram aproximadamente cinquenta colunas cada um para o *OESP* ao longo dessa década³⁰. Além disso, os professores franceses realizaram inúmeras atividades no país: publicaram obras e prefácios; orientaram colegas e assessoraram reformas; elaboraram o projeto do Lyceu Franco-Brasileiro de São Paulo e das universidades nos anos 1930; finalmente, indicaram professores franceses para ocupar cátedras. Suas atividades se dirigiam tanto a um público amplo, a elite cultivada, quanto a um público restrito de educadores e professores do ensino superior. Um investimento intenso e diversificado, feito coletivamente, que indica que a legitimação das novas ciências humanas no Brasil não era algo espontâneo ou natural, fruto direto das afinidades linguísticas e do estilo de vida de uma elite afrancesada.

O diálogo entre os professores franceses e os educadores brasileiros foi facilitado pelo processo, ocorrido simultaneamente nos dois países, de institucionalização das novas ciências humanas nas escolas normais primárias. Na França, após a institucionalização dessas ciências nas universidades, tratava-se de investir na difusão científica para fins de formação cívica e/ou de cultura científica. Iniciada com a reforma de 1920, a expansão instituiu sociologia na grade curricular das escolas normais primárias, gerando com isso demanda por novos manuais escolares e dinamizando o polo pedagógico do campo editorial – até então dominado pela história e pela filosofia. Os manuais de sociologia foram publicados ou por durkheimianos estritos ou por antidurkheimianos inspirados na psicologia social francesa (Geiger, 1979; Terral 2005, 2008; Savoye, 2007). No ensino secundário, a disputa se dava entre os defensores do ensino de humanidades clássicas e os de ciências modernas, ou melhor, entre uma visão nacionalista – que opunha as humanidades francesas às ciências alemãs – e uma visão modernista do ensino. Assim, o debate entre filósofos e sociólogos, que recobriu até certo ponto o embate entre católicos e laicistas, foi o mote que orientou coleções e reformas nessa década (Geiger, 1979, Savoye, 2007).

Os manuais franceses foram muito difundidos fora da França. No Brasil, pode-se identificá-los nas referências bibliográficas das obras de psicologia e de sociologia dos anos 1920 e 1930 – como os de Hesse e Gleyse (1920) e de Bouglé e Raffard (1926). Ao mesmo tempo, as reformas francesas também foram amplamente comentadas e debatidas por aqui – a ponto de se constituírem no campo ideológico tomadas de posição pró ou contra determinados autores e reformas na França. Assim, os grupos e os argumentos utilizados na própria França contra a sociologia durkheimiana e

30. Dumas deu início à colaboração em 1923 e encerrou em 1930 – ausentando-se em 1924 e 1925, quando foi substituído por Albert Thibaudet. Fauconnet deu início à colaboração em 1927 e encerrou em 1930.

a psicologia científica eram mobilizados nas disputas locais. Apesar das enormes diferenças entre o sistema de ensino na França e no Brasil, a institucionalização das ciências do homem nas escolas normais era o caminho possível para sua institucionalização nas universidades do futuro – processo inverso ao que ocorreu na França³¹.

As conferências e colunas de Dumas do período indicam quais eram as causas prioritárias na área de educação: a “Escola Única” como antídoto à “luta de classes” escolar³²; o ensino secundário orientado pelo “desinteresse” e voltado à “cultura do espírito” contra o ensino “útil” e “profissional”; o papel central das faculdades de letras e de ciências na universidade, cujos propósitos seriam formar consumidores e produtores em ciência e em cultura, bem como docentes para o ensino secundário e superior³³. Dumas, contudo, não ousava defender que o Brasil copiasse as instituições francesas – o que significaria constranger o espírito nacionalista das elites dirigentes; investia na invenção de uma tradição comum, a dos países “latinos”, cujo propósito seria preservar sua “tradição cultural” em oposição às nações com “poder econômico”³⁴. Inspirava-se na antiga oposição entre povos latinos e anglo-saxônicos,

31. Esse processo não foi realizado sem tensões e soluções negociadas com as escolas confessionais francesas no Brasil. Os professores franceses tiveram que adotar uma posição na França e outra no Brasil: na França, defendiam a lei de 1905 da separação entre Igreja e Estado; no Brasil, apoiaram as escolas francesas confessionais. Cf. Suppo, 2001.
32. O movimento pela Escola Única na França não deve ser confundido com o movimento pela Escola Nova – de âmbito internacional. Aquele movimento defendia a supressão do curso primário nos liceus para que todos os alunos da escola pública ingressassem no sistema pelas escolas primárias. Nesse período, os alunos do liceu – originários das classes abastadas – cursavam o primário no próprio liceu, enquanto as classes populares cursavam a escola primária e primária superior, gerando uma separação entre classes sociais. Cf. Dumas, *OESP*, 19 de agosto de 1928.
33. A sugestão de Dumas também incluía a criação de faculdades de educação, nos moldes da Escola Normal Superior francesa. Veja-se a esse respeito a menção à participação de Dumas na reforma das escolas normais de São Paulo feita por Sampaio Doria: “Em 1920, nas reuniões promovidas pelo professor Sampaio Doria na Diretoria Geral do Ensino, vós, senhor professor George [sic] Dumas, esforçando-vos, segundo a vossa maneira fidalga, por figurar como simples colaborador secundário, trazíeis precioso contingente para o plano da Faculdade de Educação, escola superior destinada ao aperfeiçoamento pedagógico dos professores e à disseminação da cultura geral. A Faculdade de Educação, embora chegasse a ser criada por lei do Estado, não passou do papel. Mas a semente ficou”. Almeida Júnior, sessão especial de nomeação de Dumas doutor *honoris causa* na USP – 11 de junho de 1937. Cf. Anuário da USP, 1938. Tudo indica que, como o projeto não foi adiante, Dumas tenha alertado que uma faculdade de educação com orientação “estritamente prática” poderia prejudicar a fundação de uma faculdade de letras.
34. A invenção de uma tradição na América Latina como região de alta cultura faz parte da retórica de quase todos os professores franceses desse período. “A América Latina, região de velha cultura, compreende que, para ser mais forte, para firmar a sua personalidade, só lhe resta organizar a sua própria força, ser latina no sentido mais completo do termo, e é por isso que [...] todas as nações que visitei aperfeiçoam o seu ensino secundário para recrutar mais amplamente as suas elites, reforçar o seu espírito nacional, valorizar todas as duas riquezas intelectuais e também preparar chefes para a luta econômica em que estão empenhadas. A América Latina com o aperfeiçoamento do seu ensino secundário

retórica ensaística do fim do século XIX, a fim de enfatizar a distância entre América Latina e América Anglo-Saxônica.

Por sua vez, as conferências e colunas de Fauconnet foram quase todas dedicadas ao tema da educação e tinham um viés mais especializado, uma vez que ele ocupava na Sorbonne a cadeira de Ciência da Educação³⁵. Assim como Dumas, ele defendeu o movimento reformista francês denominado “Escola Única”, ou seja, a obrigatoriedade da escola primária para todos os alunos do ensino público, com vistas a combater a desigualdade gerada pelo sistema escolar francês. Defendeu igualmente o movimento escolanovista à medida que promove os estudos científicos, biológicos e psicológicos sobre a criança e o adolescente, mas reivindicou papel central à sociologia – tanto na formação docente quanto na definição de políticas públicas na área de educação. Como a educação é um fato social, afirmava, caberia à sociologia estabelecer os “fins” do ensino de acordo com cada civilização ou país. Além disso, via com desconfiança a celebração da “autonomia” e da “liberdade” da criança, à qual se referia como baseada em “falsa ciência”, ainda que identificasse em tal clamor um aspecto positivo – a moderação das tendências autoritárias do ensino tradicional. Finalmente, não considerava adequada a orientação pragmática da pedagogia escolanovista – principalmente quando aplicada aos níveis mais avançados de escolarização³⁶. O professor, defendia, é um representante da sociedade em sala de aula e a ele cabe a formação do indivíduo segundo o determinado por cada sociedade – uma concepção de autoridade estranha ao espontaneísmo escolanovista norte-americano. Assim, ao hierarquizar dois modelos de ensino e duas ciências, a sociologia e a psicologia, Fauconnet coloca em oposição duas civilizações, a francesa e a estadunidense³⁷. Essa oposição se exacerba quando ele discute o ensino secundário: o modelo francês é o melhor, pois se baseia no “desinteresse” em oposição ao “útil” e ao “profissional”, cuja função deve ser a formação de uma “cultura geral”. Contudo, admite, a cultura do espírito pode ser atingida tanto pelas humanidades clássicas (grego-latim) quanto pelas humanidades modernas (língua e literatura modernas e ciências), ainda que na França ele se colocasse do lado modernista.

não tem de criar um capital intelectual, mas obter um rendimento metódico do capital que a maioria das nações que a constituem possuem há muito tempo – algumas há vários séculos.” Dumas, *OESP*, 17 de novembro de 1928. Veja-se também artigo de Dumas de 25 de agosto de 1927.

35. Fauconnet foi presidente do “Grupo francês” da Liga Internacional pela Educação Nova, fundada em 1921, e Henri Piéron foi vice-presidente.

36. Sobre a recepção do ideário francês e estadunidense nos meios escolanovistas, cf. Bomeny, 2001, p. 45, e Nascimento, 2012, p. 94. O movimento pela Escola Única na França era distinto do movimento escolanovista, mas ambos propunham democratizar o acesso ao ensino, racionalizar a seleção de alunos, modernizar a formação docente e institucionalizar a psicologia e a sociologia em todos os níveis de ensino.

37. Entre as diversas vertentes da Escola Nova, ele dá maior atenção à concepção suíça da “escola ativa”.

Esses debates tinham impacto direto nas reformas brasileiras e claramente visavam a atender uma demanda local. O Lyceu Franco-Brasileiro havia sido construído em bases “clássicas”, e Fauconnet teve de fazer um contorcionismo: na França, país cujo ensino secundário era tradicionalista, seria bom expandir o ensino moderno; nos países novos, como o Brasil, poder-se-ia dar ênfase ao ensino clássico³⁸. Também se observa o atendimento à demanda local quando Fauconnet trata do ensino superior: as escolas normais primária e secundária deveriam ser fundidas e, ao mesmo tempo, deveriam abrigar uma instituição de formação cultural e científica superior, ou seja, uma faculdade de educação. Sem um ensino superior, não seria possível formar docentes para o ensino secundário. Além disso, deveria haver equiparação material e simbólica entre a carreira do professor secundário e a do universitário – além da liberdade de cátedra, dedicação exclusiva e pesquisa. Finalmente, as universidades deveriam ter jurisdição estadual e não federal³⁹. Assim, observa-se um processo de adaptação constante, mais ou menos consciente, entre as demandas de parcela dos educadores locais e as preferências dos professores franceses.

No contexto da circulação internacional das ciências do homem, a difusão da sociologia durkheimiana tinha várias funções: questionar a concepção escolanovista estadunidense em nome da visão francesa – mais dirigista e intelectualista – e combater a psicologia social norte-americana em nome da sociologia francesa. Assim, entende-se que Dumas e Fauconnet publicassem tantas colunas no jornal sobre sociologia durkheimiana e que Fauconnet tenha escrito o prefácio de *Educação e Sociologia* (1929) – a primeira obra de Durkheim a ser traduzida no Brasil. A difusão de um Durkheim “pedagogo” e “cientista” atacava essas duas frentes. No livro *Educação e Sociologia*, Durkheim confrontava “espontaneístas” e “individualistas” em matéria educacional⁴⁰. Sem negar o trabalho dos educadores sobre a estrutura biológica e psicológica dos indivíduos, Fauconnet reforçava a visão durkheimiana: a sociologia ultrapassava os condicionantes fisiológicos ou psicológicos dos indivíduos

38. “A questão das humanidades não se apresenta nos mesmos termos para todos os países e para toda época. Pode haver aqui um excesso e ali deficiência. Sem contradição, posso ao mesmo tempo pedir que se modere, na França, um regime muito exclusivo de humanidades e que alhures, no Brasil, por exemplo, se lhe abra um lugar mais amplo.” Fauconnet, *OESP*, 9/5/1928.

39. São inúmeras as sugestões de Fauconnet e impressiona a maneira direta como orientou seu público leitor – em São Paulo e no restante do país, considerando-se que em 1930 a tiragem diária do *OESP* era aproximadamente de 100 mil exemplares. Defendeu que o Conselho Universitário incorporasse membros da sociedade civil, além de estrangeiros, e que os professores atuassem de maneira mais ativa na sociedade, tornando-se formadores da opinião pública. Essas orientações eram em parte reflexo do momento altamente politizado da universidade francesa no período entreguerras. Fauconnet, *OESP*, 12/10/1927.

40. Ao defender a ideia de que a educação varia segundo a estrutura social de um país, o autor afastava-se necessariamente da base naturalista e psicologizante dos escolanovistas. Cf. Durkheim, 1929.

e, mais do que isso, dava conta de tais condicionantes. Essas ciências poderiam se complementar, mas nunca substituir umas às outras⁴¹.

Henri Piéron também esteve no Brasil por duas vezes ao longo dos anos 1920. Era professor do Collège de France, chefe do laboratório de psicologia fisiológica da Sorbonne e diretor de *L'Année Psychologique*. Especialista em psicologia experimental e psicologia aplicada à educação e ao trabalho, foi um importante colaborador do *Traité de Psychologie* de Dumas – muito usado pelos educadores brasileiros. Contudo, na própria França, a psicologia experimental e aplicada ocupava posição dominada em relação à psicologia filosófica. Assim, dedicara uma parte de seu tempo às missões possivelmente porque, além do dever cívico, era preciso buscar algum reconhecimento no exterior. Suas publicações o habilitavam a atender as demandas dos médicos e a dos educadores: com Miguel Ozório de Almeida, professor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, realiza pesquisas conjuntas e publica artigos em coautoria na França; no caso de Lourenço Filho, professor da Escola Normal, a relação é entre mestre e discípulo e ele se torna orientador de suas pesquisas e escritos⁴². Piéron não escreveu no *OESP*, como Dumas e Fauconnet, possivelmente em razão do caráter biológico e especializado de sua produção intelectual, mas suas aulas foram publicadas em livro pela coleção da Escola Normal de São Paulo, além de ter um livro traduzido pela coleção de Lourenço Filho: esses textos tratavam de psicotécnica e de psicologia da educação (Piéron 1927a, 1927b). No caso da psicologia aplicada, Piéron defendia o estudo das “atitudes” do indivíduo (aptidões), abordagem que se opunha, até certo ponto, àquela utilizada nos testes de “QI” de mensuração da inteligência pela psicologia norte-americana⁴³. Suas críticas, entretanto, eram de nuance, ainda que exaltasse os pioneiros franceses – Alfred Binet e Théodore Simon – em todas as descobertas posteriores dos norte-americanos. Piéron obteve reconhecimento no país – foi eleito membro correspondente da Academia Brasileira de Ciências e da Academia Nacional de Medicina, como Dumas e, em retribuição, apoiou a candidatura de vários colegas brasileiros a correspondente estrangeiro em diversas sociedades científicas francesas. Assim, essas nomeações eram expressões de reconhecimento

41. “Porque a psicologia é evidentemente incompetente quando se trata de dizer não o que seja a criança, que recebe a educação, sua maneira própria de assimilar e de reagir, mas a natureza mesma da civilização que a educação transmite e a aparelhagem que ela emprega para transmiti-la.” Fauconnet, 1929, pp. 12-13.

42. As cartas de ambos a Henri Piéron são reveladoras nesse sentido. Cf. Piéron. Institut de Psychologie. Université Paris Descartes, Fundo Piéron. Cf. Souza, 2015; Melo, 2016.

43. É importante notar que as disciplinas “experimentais” e “aplicadas” possuíam maior potencial de circulação por sua maior autonomia em relação à cultura de origem ou ao campo de produção. Em um contexto nacionalista, como o dos anos 1920, a sociologia durkheimiana levava desvantagem por sua associação à cultura francesa (que podia ser lida como “imperialista”) em comparação à psicologia experimental, cujo fundamento naturalista podia ser apreciado como “universal”.

mútuo e complementavam o trabalho simbólico das missões. Nesse sentido, as trocas estabelecidas pelos cientistas nas missões dos anos 1920 contribuíram para a pesquisa dos estudiosos brasileiros e podem ser tratadas também como expedições científicas, sem prejuízo de seu caráter diplomático (Petitjean, 1989). Elas são fruto dos interesses associados às trajetórias de ambos os grupos.

Das humanidades clássicas às humanidades modernas

A circulação das ciências do homem francesas, conforme mencionado, foi mais ampla entre os educadores reformistas de São Paulo, pois foi com eles que os franceses realizaram um intenso trabalho intelectual e institucional – atuando nas reformas do ensino, na Escola Normal de São Paulo, no Lyceu Franco-Brasileiro e em coleções editoriais coordenadas por esse grupo. O enraizamento local de teorias educacionais e de categorias científicas francesas permitiu a esses educadores legitimarem-se tanto diante das elites dirigentes paulistas quanto dos educadores concorrentes num momento de concentração crescente das funções educacionais pelo Estado. Esses alguns dos condicionantes das mudanças que se observam nas preferências dos educadores de São Paulo nos últimos anos da década de 1920 e que levam os educadores a abraçar a “ciência francesa”.

Os anos 1920 no Brasil se caracterizam por inúmeras transformações na educação: reformas no sistema educacional, institucionalização de novas cadeiras nas escolas normais e no secundário, publicação de novos manuais escolares, realização de concursos etc. Esse conjunto de práticas era a um só tempo resultado e promotor do movimento escolanovista que, grosso modo, pode ser caracterizado por três características principais: pedagogia centrada no aluno, estudo científico da criança e do adolescente e escolas experimentais. O movimento contribuía para a legitimidade das novas ciências do homem porque a formação de professores passava a se basear na biologia, psicologia e sociologia da educação. Para os educadores reformistas, era fundamental defender as ciências da educação porque elas permitiam levantar uma barreira contra os professores chamados “diletantes” ou “autodidatas” – muitos deles nomeados por indicação política⁴⁴. Contudo, as referências bibliográficas utilizadas nos manuais brasileiros eram predominantemente estadunidenses e, quando europeias, mencionavam autores suíços, italianos, alemães e russos. Assim, os professores franceses enfrentavam um movimento de opinião pedagógica muito adverso externamente ao círculo restrito do *OESP* – em particular no que diz respeito à sociologia

44. Sobre a importância da reforma Fernando de Azevedo no Distrito Federal para acabar com a “politicagem” na contratação de professores, cf. Vidal *et al.*, 2020. Cf. também Santos (2013) e Godoi (2014).

durkheimiana, cujo diálogo com o escolanovismo era tenso –, de modo que as bases científicas do movimento escolanovista estavam longe de um consenso (Vidal, 2013).

Nesse sentido, a preferência pelo modelo de educação e pelas ciências do homem francesas ou europeias não foi algo espontâneo. No círculo do *OESP*, as trajetórias escolares e docentes indicam duas instituições principais como fonte de sua formação. No Largo São Francisco, inculciam-se uma cultura literária e o engajamento político – disposições contrárias ao durkheimismo estrito; na Escola Normal de São Paulo, a cultura científica era mais valorizada – ainda mais na área de psicologia, em razão de seu laboratório –, mas as práticas e concepções pedagógicas eram predominantemente norte-americanas (Warde, 2003). Fernando de Azevedo e Lourenço Filho merecem destaque no círculo paulista porque são os principais agentes da transição entre esses dois mundos e as ciências do homem francesas. Fernando de Azevedo – ensaísta, classicista e crítico literário no início de sua vida intelectual – foi o autor que mais se apropriou do referencial sociológico durkheimiano (Nascimento, 2012). Seu contato com o durkheimismo se deu possivelmente com a mudança para São Paulo, em 1919, momento a partir do qual ingressa na Escola Normal de São Paulo, conhece Lourenço Filho e passa a colaborar no jornal *OESP*. Em 1921, ele já está presente na reunião que celebra o projeto do futuro Lyceu Franco-Brasileiro de São Paulo. Como diretor da Instrução Pública no Distrito Federal, entre 1927 e 1930, institui concurso para professor da Escola Normal do Distrito Federal e funda uma cadeira de sociologia. Em 1931 ele é convidado por Lourenço Filho a lecionar sociologia na Escola Normal de São Paulo e, em 1933, institui a cadeira de sociologia em todas as Escolas Normais de São Paulo (Vidal, 2013, Vidal *et al.*, 2020). Lourenço Filho se tornou um grande admirador da psicologia científica francesa apesar de, como ele mesmo afirmou, ter sido um adepto da psicologia norte-americana desde os tempos da Escola Normal de Piracicaba (Lourenço Filho, 1956). Sua vinda para a Escola Normal de São Paulo, no início dos anos 1920, onde ocupa a cadeira de Psicologia e Pedagogia, permite a reativação do laboratório de psicologia experimental, onde ocorrem os cursos dos professores franceses (Monarcha, 2001; 2009). Em 1924, publica uma resenha elogiosa do *Traité de Psychologie* de Dumas – que defendia a psicologia fisiológica e patológica francesas, bem como uma colaboração com a sociologia durkheimiana (Consolim, 2018). Entre o ponto de partida e o de chegada dessas trajetórias, houve dois marcos intelectuais importantes envolvendo as missões francesas: a fundação do Lyceu e de uma coleção editorial.

A fundação do Lyceu Franco-Brasileiro de São Paulo organizou as relações entre os educadores do *OESP* e os professores franceses em torno de um projeto educacional (Suppo, 1999; Vercesi, 2010; Kovacevic, 2019). Conforme os liceus da França, o modelo de ensino baseava-se no “desinteresse” e na “cultura geral”, ou seja, seu

propósito era a formação do espírito sem a preocupação com o ingresso no ensino superior – demarcando-se assim tanto das funções do ensino primário quanto das faculdades profissionais. Esse era um aspecto central do sistema de ensino francês, cuja implantação no Brasil não era algo simples por motivos institucionais e profissionais, mas também por razões políticas e ideológicas, pois estava associado ao “estrangeirismo” e ao “elitismo”⁴⁵. O grupo do *OESP* encampou o projeto do Lyceu, mas foram necessárias restrições ao projeto original devido ao que Mesquita Filho denominou “nacionalismo exacerbado” do sistema educacional brasileiro (Pontes, 2010, p. 153; Vercesi, 2010, p. 83). O governo federal concedeu aos franceses apenas as matérias de “humanidades clássicas” (latim e grego), modernas (língua e literatura francesa) e filosofia – além do método de ensino (Vercesi, 2010; Medeiros, 2005). Esse modelo de formação dava acesso na França às grandes escolas ou às universidades, mas no Brasil gerou celeuma sobre sua função.

Os embates sobre o ensino de “humanidades clássicas” ocorreram nas associações educacionais e nas instituições de ensino – com ampla difusão pelos jornais da época (Nery, 2008; Carvalho, 1986). Um círculo intelectual importante, formado por membros da direção da Associação Brasileira de Educação, em sua seção carioca, tinha outra visão sobre o que deveria ser o ensino secundário⁴⁶. Eram adeptos do ensino utilitário e profissional e, por isso, inspiravam-se em Gustave Le Bon, autor que criticara o sistema educacional francês e, em particular, o ensino do latim e do grego – que ele associava à psicologia decadente dos “povos latinos” adoradores de “quinqüilharia inútil”⁴⁷. Le Bon era um grande admirador do ensino estadunidense e daí sua importância para a ABE carioca. A visão pragmática do ensino associava-se na ABE carioca a certo modelo de ciências do homem: o modelo estadunidense⁴⁸. Em

45. O ensino secundário no período estava subordinado ao ensino superior e se restringia à preparação para as faculdades profissionais – portanto, não tinha uma identidade própria. O fato de não haver formação superior especializada nas áreas literárias, ou seja, professores dedicados ao secundário, eternizava o sistema. Cf. Nagle, 2006, p. 303, e Nagle, 2009.

46. O Liceu Francês do Rio de Janeiro não enfrentou os mesmos problemas, pois não estava estruturado segundo o modelo dos liceus franceses, ou seja, não oferecia o ensino de humanidades clássicas.

47. Le Bon talvez tenha sido o autor mais prejudicial aos objetivos educacionais das missões francesas. Portador de uma trajetória *outsider* ao campo universitário, tornara-se um detrator da França e das “raças latinas”. Era um ensaísta defensor do liberalismo econômico, da educação privada e dos povos “anglo-saxônicos”. Sua *Psychologie de l'Éducation* (1902) defendia uma educação profissional voltada ao sucesso individual. “A escola europeia representa o mais grosseiro desconhecimento da natureza infantil e humana. Molda os cérebros sem pudor ou vergonha; suprime a originalidade e nivela as personalidades como uma máquina equalizadora. A escola americana exalta a individualidade, libera-a para manifestar suas qualidades próprias [...] conservando a liberdade de apreciação, discernimento, originalidade e responsabilidade.” Le Bon, 1902, p. 74. Cf. Consolim, 2008; Carvalho 1987.

48. Em uma das propostas sobre o ensino de sociologia, difundidas pela comissão do ensino secundário, sugeria-se um curso visando ao preparo para a “vida prática” e recomendava-se enfatizar a “ciência apli-

defesa das humanidades clássicas estavam os “amigos de Dumas”, tais como Victor da Silva Freire, Franco da Rocha, Ruy de Paula Souza, Fernando de Azevedo e a família Mesquita – todos membros da Sociedade de Educação de São Paulo. Segundo eles, era fundamental o ensino dessas matérias para a formação das elites dirigentes. Assim, defendiam a cultura geral pelo emprego de termos tais como “formação”, “espírito” e “desinteresse” a fim de combater a concepção instrumental do ensino associada aos termos “instrução”, “prático” e “utilitário”⁴⁹. Em 1924, o professor de um liceu francês, Marcel Drouin, proferia conferência na Sociedade de Educação de São Paulo na qual defendia uma formação “humanística” para a “elite” contra os defensores do ensino “útil” e “profissional” (Nery, 2008, p. 37).

As concepções do grupo de educadores de São Paulo foram sintetizadas no *Inquérito* do OESP de 1926 (Azevedo, 1960). O ensino secundário deveria promover um curso de “cultura geral (não enciclopédico)”, “integral”, “sem preocupações profissionais”, “não especializado” para a formação das “classes médias” – em oposição à orientação norte-americana, que valorizava o ensino pelo seu “grau de utilidade imediata” para as massas⁵⁰. O modelo proposto é claramente definido a partir da oposição entre Europa e Estados Unidos, entre “industrialismo” e “cultura” – conforme a oposição entre poder econômico e poder cultural desenhada por Dumas⁵¹. Essas referências estavam fundadas na ideologia da latinidade: as “humanidades clássicas” eram a marca da nacionalidade francesa contra a “ciência alemã”, assim como a marca da América Latina contra o industrialismo norte-americano. Em nome dessa oposi-

cada”. Na lista de tópicos e de referências bibliográficas, identifica-se a orientação psicologizante e individualista, bem como voltado aos “problemas sociais” do tempo presente. A psicologia social e as leis da imitação são tópicos gerais que introduzem o curso. Após a menção a autores estadunidenses e alemães, mencionam-se Durkheim e Lévy-Bruhl. Defende-se aí a necessidade de uma “Sociologia Geral”, pois a sociologia ainda não é suficientemente científica. Enfatiza-se a dimensão aplicada da sociologia. Cf. “Programa de Sociologia. Programa Secundário – bases para uma reforma”, *apud* Carvalho, p. 147.

49. “O que diferencia o ensino americano do ensino francês baseia-se exatamente nessa distinção substancial: aqueles tendem ao método da autoridade, da estatística ou das fórmulas científicas (caráter informativo), enquanto este visa antes ao aproveitamento da “capacidade formativa” de cada matéria para despertar e desenvolver o espírito de análise, o sentido de observação, a curiosidade intelectual e a penetração psicológica. Ruy de Paula Souza. “Liceu Franco-Brasileiro”. *OESP*, 10 mar. 1925.
50. “O exame é ainda, na instrução, o único ídolo a que o aluno e a família, solidários, fazem grandes sacrifícios... Mas aqui como nos outros países americanos, já se desenha, com toda nitidez, a reação salutar contra a superstição da utilidade a todo transe, que erigiu à categoria de ideal, na organização e no funcionamento do ensino secundário, a rapidez em concluí-lo com o menor esforço possível.” Azevedo, 1960, p. 263.
51. Assim, a solução para o ensino secundário é uma combinação “ecclética” entre humanidades clássicas, ciências e língua e literatura modernas. O ensino deveria ter as seguintes funções: a formação do espírito (língua, literatura e ciências), a formação da consciência nacional (língua e literatura nacional, história e geografia nacional) e universal (história da civilização, geografia geral, filosofia ou história do pensamento). Cf. Azevedo, [1926] 1960, p. 265.

ção, Azevedo refere-se positivamente à reforma de Bérard na França, de 1923, que instituíra a obrigatoriedade das humanidades clássicas no secundário, mas também suprimira a sociologia das escolas normais primárias⁵². A defesa da obrigatoriedade das humanidades clássicas por esse grupo impeliu os professores franceses, adversários de Bérard na França, a adaptarem suas tomadas de posição ao contexto brasileiro⁵³.

Mas essa crença coletiva estava prestes a perder parte de seus defensores. Pois só fazia sentido enquanto os educadores do círculo de São Paulo se identificassem com o grupo socialmente dominante no campo do poder – os patronos do Lyceu. Em outras palavras, enquanto os laços que os vinculavam às famílias proprietárias fossem mais fortes do que os que os constituíam como educadores, ou seja, como dominados no campo do poder. Por algum tempo, as preferências dessas famílias proprietárias, formadas pelos engenheiros, médicos e juristas amigos de Dumas, impuseram-se inconscientemente aos educadores. A fundação do Lyceu Rio Branco com a colaboração de Sampaio Doria e de Lourenço Filho – não por acaso socialmente dominados em relação a Fernando de Azevedo e a Ruy de Paula Souza – indicava que os educadores ligados à Escola Normal de São Paulo se distanciavam do projeto do Lyceu Franco-Brasileiro em razão de seus ares aristocráticos (Medeiros, 2005; Vercesi, 2010; Kovacevic, 2019). Alguns anos mais tarde, no *Manifesto dos Pioneiros* (Azevedo *et al.*, [1932] 2010), exprime-se a ruptura: os educadores não mencionam a formação em “humanidades clássicas” como necessária à cultura geral, mas apenas em “humanidades modernas” (língua e literatura moderna), o que revela um deslocamento e uma demarcação em relação aos interesses das elites políticas dominantes em nome de interesses propriamente educacionais – em consonância com as orientações de Piéron e de Fauconnet⁵⁴. Fernando de Azevedo abandonara seus escritos literários para aderir ao durkheimismo estrito. Lourenço Filho se distanciara do modelo norte-americano para aderir à psicologia científica francesa – o que se explicita na correspondência com Piéron⁵⁵. As mudanças observadas nas tomadas

52. Bergson está ao lado de Bérard contra os durkheimianos e, portanto, contra os professores franceses em missão no Brasil. Em geral, os antidurkheimianos, incluindo os católicos, são adeptos de Bergson. Cf. carta de Bergson a Bouglé. Cf. Bergson, Bérard & Besnard, 1979.

53. Dumas, “As ideias do sr. Henri Bergson sobre o ensino secundário”. *OESP*, 8 jul. 1923.

54. As assinaturas do *Manifesto* indicam uma aproximação entre os educadores do Rio de Janeiro e de São Paulo. Isso porque Fernando de Azevedo, em sua gestão no Distrito Federal, aproximou-se de alguns membros da ABE carioca, tais como Francisco Venâncio Filho e Edgar Sussekind, signatários do *Manifesto* (Carvalho, 1987). Nota-se, contudo, a ausência de dois nomes importantes da educação da época: Antônio Carneiro Leão e Gilberto Freyre – o que provavelmente se deve às disputas no terreno próprio da sociologia entre as vertentes francesas e norte-americana.

55. Carta de Lourenço Filho a Piéron: “Como sul-americano, mais próximo da cultura francesa, fico um pouco decepcionado com tudo o que vejo e ouço. As tendências dos praticantes da psicologia me pareceram muito estreitas, analíticas e fragmentadas. Falta espírito de síntese ou, se o senhor me permite,

de posição de ambos os autores ocorreram no mesmo período em que estavam à frente de um projeto editorial realizado em parceria com os professores franceses.

A Coleção Bibliotheca de Educação e a circulação do escolanovismo

Nos anos 1920, os educadores reformistas também investiram em coleções editoriais na área das ciências da educação – uma das estratégias para marcar posição na disputa entre preferências e referências estrangeiras. Alguns estudos já mencionaram a relação entre a circulação internacional e as primeiras coleções na área de educação no Brasil (Toledo & Carvalho, 2017; Vidal & Rabelo, 2019), mas aqui se trata de mostrar que a coleção dirigida por Lourenço Filho, com o apoio de Fernando de Azevedo, dá preferência à vertente europeia do escolanovismo em razão da colaboração dos professores franceses na produção dessa coleção.

Com o mercado editorial em rápida expansão, cria-se uma janela de oportunidades para círculos intelectuais já familiarizados com o universo dos autores, tradutores e editores em razão de seu trabalho pedagógico ou jornalístico. A editora Melhoramentos, em que publicaram vários educadores ligados à Escola Normal de São Paulo, abrigava uma coleção de livros infantis dirigida por um antigo inspetor da Escola Normal de São Paulo – Arnaldo de Oliveira Barreto – que provavelmente intermediou o contato entre a editora e Lourenço Filho⁵⁶. A coleção Bibliotheca de Educação foi um fenômeno editorial para os padrões da época (Monarcha, 1997; Oliveira, 2015). Considerando-se os quatro primeiros anos da coleção, entre 1927 e 1930, observa-se que os autores traduzidos foram os professores franceses e suas redes europeias – círculo escolanovista que nesse momento investia na América Latina. Essa preferência pela vertente franco-suíça do escolanovismo é também uma estratégia de legitimação, pois se dá em detrimento da vertente norte-americana⁵⁷.

de filosofia. Não digo de uma filosofia apriorística, mas do ponto de vista da cultura geral, de sentido humano de interpretação e de valoração. O ensino secundário me parece algo monstruoso. O sistema de créditos, permitindo a especialização precoce e a fragmentação dos estudos, parece-me uma solução muito simplista diante de um problema tão profundo.” Lourenço Filho a Piéron. Nova York, 1º jan. 1935. Cf. Fundo Piéron. Institut de Psychologie.

56. É possível que Fernando de Azevedo e Arnaldo Barreto tenham se conhecido no Rio de Janeiro, uma vez que ambos se mudam para a cidade na mesma época e vão trabalhar no Lloyd Brasileiro. Barreto nas escolas profissionais e Azevedo no setor de carregamentos. Barreto faleceu em 1925, mas possivelmente era bastante próximo a Lourenço Filho e a Fernando de Azevedo. Cf. Maziero, 2015.

57. Não se trata de afirmar que Lourenço Filho tenha se inspirado exclusivamente em autores franceses. Muito pelo contrário. Basta consultar suas publicações para concluir que suas referências bibliográficas são predominantemente norte-americanas. Não obstante, é inegável sua adesão à vertente europeia da psicologia a partir do diálogo que estabeleceu com Piéron. “Como suas lições e demonstrações já encontrassem em plena atividade núcleos de aplicação à educação e à organização do trabalho, foram

Além de Lourenço Filho e de Fernando de Azevedo, os educadores desse círculo participaram de diversas formas do empreendimento: Sud Menucci tornou-se o responsável pelas resenhas críticas das obras no jornal *OESP* e Sampaio Doria foi o primeiro autor brasileiro a publicar na coleção.

Entre 1927 e 1930, a coleção publicou doze autores no total, entre os quais seis autores estrangeiros. Os seis autores traduzidos foram Henri Piéron (1927), Édouard Claparède (1928), Émile Durkheim (1929), Adolphe Ferrière (1929), Théodore Simon/Alfred Binet (1929) e John Dewey (1930)⁵⁸. Três deles haviam estado no Brasil nesse período através das missões, tais como Piéron (1923 e 1926), Simon (1929) e Claparède (1930), e os demais foram difundidos no país por Piéron e Fauconnet. Os autores europeus eram muito próximos entre si, pois pertenciam ao círculo intelectual que fundou a *Liga Internacional da Educação Nova* em 1921⁵⁹. John Dewey foi o único autor estadunidense traduzido nessa primeira leva, em 1930, possivelmente após os contatos feitos por Anísio Teixeira durante sua estada nos Estados Unidos (Carvalho, 2000; Toledo & Carvalho, 2017; Oliveira, 2015; Rocha, 2016; 2019).

As obras estrangeiras dessa coleção carregam outras marcas do trabalho necessário à legitimação dos educadores reformistas: traduções e prefácios. Entre as seis obras estrangeiras mencionadas, quatro foram traduzidas por Lourenço Filho – com exceção da obra de Ferrière, traduzida por Noemy Silveira Rudolfer, e de Dewey, por Anísio Teixeira⁶⁰ – e cinco foram prefaciadas por ele⁶¹. Alguns prefácios foram

elas avidamente seguidas. Piéron teve oportunidade de oferecer não só princípios e técnicas de psicologia aplicada, como a discussão de problemas metodológicos, o que muito influenciou na direção dos estudos de seus discípulos de então, entre os quais Roberto Mange, Lourenço Filho e Noemy Rudolfer”. Cf. Lourenço Filho, 1956, p. 283.

58. Entre 1927 e 1930, a coleção da Melhoramentos publicou anualmente os seguintes volumes: 1 (1927), 4 (1928), 5 (1929) e 2 (1930). Cf. Oliveira, 2015.

59. Ferrière e Fauconnet eram, respectivamente, redator chefe e redator para a França da revista *Pour l'Ère Nouvelle*, publicada pela Liga Internacional da Educação Nova. Ferrière esteve em missão na América Latina e chegou a atracar no Brasil após passar por vários países, mas não pôde desembarcar em razão da revolução de 1930. Édouard Claparède e Adolphe Ferrière eram membros do Instituto Jean-Jacques Rousseau, em Genebra, e eram muito próximos a Piéron e a Dumas. Claparède colaborou com um capítulo no *Traité de Psychologie* de Dumas. Cf. Dumas a Claparède, Arquivos de Genebra. Sobre Claparède, cf. Ruchat, 2015.

60. Ao justificar a escolha de Anísio Teixeira como tradutor, Lourenço Filho afirma que ele era amigo e discípulo de Dewey. Ou seja, o tradutor não era um profissional da tradução, mas um discípulo. Cf. Oliveira, 2015, p. 88.

61. Lourenço Filho prefaciou 27 das 29 obras da coleção. Cf. Oliveira, 2015. O prefácio de Lourenço Filho aos *Testes* de Binet e Simon é revelador do diálogo ativo com os autores europeus. A tradução do volume é justificada pela “revisão da escala de Binet para as crianças paulistas, trabalho que vimos realizando há cerca de cinco anos [...]”. Cf. Lourenço Filho, 1920, p. 6.

elaborados com base em material biográfico e bibliográfico enviado a Lourenço Filho pelos próprios autores. Ou seja, em seus primeiros anos, a coleção foi o resultado de uma troca constante entre os educadores reformistas e os professores estrangeiros, cujo resultado foi principalmente a difusão da sociologia durkheimiana e da psicologia experimental francesa, bem como da psicologia da infância praticada no Instituto Jean-Jacques Rousseau, na Suíça. A primeira obra de Durkheim traduzida no Brasil, *Educação e Sociologia*, foi prefaciada por Paul Fauconnet, com quem Lourenço Filho manteve correspondência. O prefácio de Fauconnet, em sintonia com a obra de Durkheim, criticava o escolanovismo estadunidense pelo seu caráter técnico, ou seja, pela ausência de preocupação com a relação entre escola e sociedade, e defendia que a consideração dos “meios” – a psicologia aplicada à educação – deveria se subordinar aos “fins sociais” estabelecidos por cada sociedade e, claro, pela sociologia. Os prefácios de Lourenço Filho exprimem a mesma concepção sobre a relação entre psicologia e sociologia – através do binômio “meios” e “fins”⁶². Defender o predomínio da sociologia em relação à psicologia representava uma tomada de posição clara: adesão à “teoria” em detrimento da “técnica” ou às ciências sociais europeias em detrimento do modelo norte-americano. Em relação à tiragem das obras estrangeiras, os volumes de Binet/Simon, Piéron e Durkheim estão entre as três mais reeditadas – indicador de que as obras francesas encontraram maior demanda entre os alunos das escolas normais.

A publicação dessas traduções gerou como contrapartida a prática do envio das obras dos educadores aos professores franceses. Tão logo publicavam suas próprias obras, os educadores as enviavam aos professores em busca de uma resenha crítica em alguma revista estrangeira ou comentário elogioso a ser publicado na própria obra em edição posterior⁶³. Tomando-se como exemplo duas obras, uma de Lourenço Filho e outra de Fernando de Azevedo, observa-se a importância dessa prática: ambas contêm uma lista de autores estrangeiros com trechos elogiosos sobre a obra⁶⁴. Essas

62. A superação da psicologia pela sociologia é descrita por Lourenço Filho: “O progresso das ciências naturais e, em particular, o desenvolvimento dos estudos psicológicos obrigaram os pedagogos à revisão de suas teorias tradicionais. Por outro lado, a transformação social dos últimos tempos, impondo novos problemas à cogitação de políticos e sociólogos, devia vir complicar essa reação-naturalista com uma reação crítica de sentido nitidamente social. A crise veio a envolver não só os problemas dos ‘meios’, mas o problema essencial dos ‘fins’ educativos”. Lourenço Filho, Prefácio a Claparède, 1928.

63. Os educadores também enviavam artigos para publicação no exterior. Veja-se, por exemplo, o artigo de Fernando de Azevedo no jornal *L'Ère Nouvelle* – dirigido por Ferrière (Vidal & Rabelo, 2019; Vidal *et al.*, 2020).

64. M. B. Lourenço Filho, *Introdução ao estudo da Escola Nova*, São Paulo, Melhoramentos, [1930] 1978; Fernando Azevedo, *Princípios de sociologia*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, [1935] 1939. Fernando de Azevedo envia sua obra a Célestin Bouglé, que responde prometendo uma resenha nos *Annales Sociologiques*, o que não ocorreu possivelmente em razão da Segunda Guerra. Cf. Bouglé a Azevedo. IEB.

listas selavam compromissos assumidos durante as missões e apostavam na difusão internacional do próprio nome. Na obra de Lourenço Filho (1930), Fauconnet, Piéron e Claparède, nessa ordem, são os primeiros da lista; o único autor estadunidense mencionado aparece em último lugar. Na obra de Fernando de Azevedo (1935) aparecem, em primeiro lugar, os sociólogos durkheimianos, e não há referências a autores estadunidenses. Assim, o reconhecimento almejado pelos dois educadores está orientado à Europa e não aos Estados Unidos. É da França, em particular, que pretendem obter os elogios necessários para fins de legitimação local.

No Brasil, defender a sociologia durkheimiana nos anos 1920 não era tarefa fácil. Em vários países havia um movimento crítico a Durkheim com base nos mesmos argumentos e referências bibliográficas, como Gabriel Tarde, René Worms, Henri Bergson e a psicologia social norte-americana. Ou seja, as teorias circulavam no espaço transnacional junto com suas concorrentes, inscrevendo-se em disputas locais associando-se a polos distintos. Desde a segunda metade dos anos 1920 alguns cursos de sociologia já adotavam referências teóricas norte-americanas – caso do Colégio Pedro II e da Escola Normal de Pernambuco (Leão, 1940; Meucci, 2007; Soares, 2015). Comparando-se, por exemplo, os manuais de Fernando de Azevedo (1935) e de Antônio Carneiro Leão (1940), conclui-se que ocupam posições opostas nos debates sobre a definição e a função das ciências do homem⁶⁵. De fato, o círculo dos antidurkheimianos no país parece ter sido muito mais extenso do que o círculo dos durkheimianos, restritos ao círculo dos educadores de São Paulo, polos que serão renovados com a institucionalização das ciências sociais nas universidades dos anos 1930.

Considerações finais

As missões francesas dos anos 1920 foram fundamentais para estabelecer uma tradição de estudos em ciências do homem antes mesmo da fundação das universidades brasileiras. Enfatizei que é preciso considerar a importância de suas funções científicas, a despeito das diplomáticas, à medida que os professores franceses tinham interesse em se legitimar no espaço científico transnacional. Além disso, indiquei que as reformas educacionais e o movimento escolanovista no Brasil geraram uma demanda interna das elites dirigentes por modelos institucionais, curriculares e pedagógicos nos quais se inscreviam as ciências do homem. A afinidade de interesses

Lourenço Filho envia a Piéron sua obra *Testes ABC* [1933] e consegue uma notícia em *L'Année Psychologique*. Cf. *L'Année Psychologique*, 1933-2 – n. 1975.

65. Nos *Princípios de sociologia*, Durkheim é o autor central e o principal representante da sociologia científica. Sobre a inspiração durkheimiana dos manuais de sociologia, cf. Nascimento, pp. 270 e ss. Atualmente, preparo um estudo comparado sobre durkheimianos e antidurkheimianos nos anos 1930.

entre professores franceses e educadores do círculo de São Paulo foi possível porque ambos os grupos ocupavam posição subordinada em seus campos de atuação – e eram dependentes da legitimação das novas ciências do homem nos respectivos contextos nacionais. O trabalho realizado pelos intermediários culturais fez com que circulassem obras e autores, teorias e métodos, modelos de sistemas e de políticas educacionais – categorias difundidas principalmente entre professores e alunos da Escola Normal de São Paulo, já familiarizados com alguma cultura científica. As manifestações públicas dos educadores mostram que, nesse período, suas preferências se redefinem e se orientam para as ciências do homem francesas em um contexto de rivalidade entre os próprios educadores reformistas.

Conforme registra a literatura sobre mobilidade internacional de professores nesse período, procurei mostrar a especificidade dos processos concomitantes de circulação de pessoas e de textos – ancorados em dois campos nacionais distintos e em suas respectivas posições no espaço transnacional. Assim, as relações de rivalidade entre a França, a Alemanha e os Estados Unidos são parte da explicação das missões francesas no Brasil. Em relação à circulação de teorias, é preciso considerar ainda as posições e as oposições dentro de cada espaço nacional, pois as teorias ou escolas não circulam isoladamente, mas em conjunto com as críticas de seus oponentes no campo de produção. Assim, as teorias ou escolas circulam num país estrangeiro associando-se aos interesses dos grupos intelectuais locais. Nesse sentido, é importante localizar a posição dos agentes tanto no campo da produção quanto no campo da recepção. Assim, entende-se o investimento dos psicólogos e dos sociólogos franceses no Brasil a partir da crise da universidade francesa e, em particular, das ciências do homem nesse período. Se, por um lado, a conquista de um público na América Latina exigia a exploração do capital simbólico representado pela cultura literária francesa, por outro lado, os interesses dos sociólogos e psicólogos iam além dessa dimensão. O peso de cada uma dessas práticas dependeu do tipo de trajetória intelectual no país de origem – orientada à acumulação de poder universitário (Dumas) ou à acumulação de capital científico (Piéron).

Em um espaço transnacional marcado pela desigualdade de recursos sociais e intelectuais, as posições no campo da recepção não deixam de trazer as marcas da dominação – a busca de legitimidade cultural ou científica por referência ao estrangeiro. Essas disposições podem ser identificadas em proporções diversas nas trajetórias das elites dirigentes brasileiras – dependendo da posição dominante ou dominada no campo do poder. Nesse sentido, a “importação” de modelos estrangeiros – institucionais, pedagógicos, teóricos – serviu tanto à distinção social quanto à legitimidade propriamente científica. A despeito da curta duração das missões científicas, estabeleceram-se relações estruturadas e hierarquizadas por meio das quais se

definiram preferências e referências bibliográficas – e não por leituras espontâneas inspiradas pelo contato imediato com fontes escritas. Assim, ao invés de se buscarem categorias “nativas” na história das ciências sociais no Brasil, vale mais explicitar as relações sociais concretas que as produziram.

Referências Bibliográficas

- AZEVEDO, Fernando de. (1960), *A educação na encruzilhada*. 2 ed. São Paulo, Melhoramentos, vol. 4
- AZEVEDO, Fernando de. (1939), *Princípios de Sociologia*. 3. ed. São Paulo, Companhia Editora Nacional, vol. 9.
- AZEVEDO, Fernando de *et al.* ([1932] 2010), *Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova*. Brasília, MEC.
- BERGSON, Henri; BÉRARD, LÉON & BESNARD, Philippe. (1979), “Lettres de Bergson et de Bérard”. *Revue Française de Sociologie*, Les Durkheimiens. Études et documents réunis par Philippe Bésnard, 20-1: 268-272.
- BOMENY, Helena. (2001), *Os intelectuais da educação*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- BOURDIEU, Pierre. (1984), *Homo academicus*. Paris, Éd. Minuit.
- BOURDIEU, Pierre (dez. 2002), “Les conditions sociales de la circulation internationale des idées”. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 145.
- CAMPOS, Cristina de. (2007), *Ferrovias e saneamento em São Paulo: o engenheiro Antônio Francisco de Paula Souza e a construção da rede de infraestrutura territorial e urbana paulista (1870-1893)*. São Paulo, FAU-USP.
- CARVALHO, Marta Maria Chagas de. (1986), *Molde nacional e fôrma cívica: higiene, moral e trabalho no projeto da associação brasileira de educação (1924-1931)*. São Paulo, tese de doutorado, Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.
- CHARLE, Christophe. (1994), “Ambassadeurs ou chercheurs ? Les relations internationales de professeurs de la Sorbonne sous la III^e République”. *Genèses*, [s. l.], 14: 42-62. Disponível em https://www.persee.fr/doc/genes_1155-3219_1994_num_14_1_1212.
- CHARLE, Christophe; SCHRIEWER, Jürgen & WAGNER, Peter (org.). (2004), *Transnational intellectual networks: forms of academic knowledge and the search for cultural identities*. Frankfurt/Main, Campus Verlag.
- CONSOLIM, Marcia. (2008), “Posfácio: Gustave Le Bon e a Crítica da razão acadêmica”. In: LE BON, Gustave. *Psicologia das multidões*. São Paulo, Martins Fontes.

- CONSOLIM, Marcia. (2018), “Georges Dumas e Marcel Mauss: diálogo sobre a expressão das emoções e dos sentimentos”. In: CONSOLIM, M.; WEISS, R. & PIZARROSO, N. (orgs.). *Marcel Mauss: relações reais e práticas entre a psicologia e a sociologia*. São Paulo, Edusp, pp. 141-164.
- DURKHEIM, Émile. (1929), *Educação e Sociologia*. Introdução de Paul Fauconnet, “A obra pedagógica de Durkheim”. Tradução de Lourenço Filho. São Paulo, Melhoramentos. Bibliotheca de Educação, vol. 5.
- FAUCONNET, Paul. (1929), “A obra pedagógica de Durkheim”. Introdução a: DURKHEIM, Émile. (1929), *Educação e Sociologia*. Tradução de Lourenço Filho. São Paulo, Melhoramentos. Bibliotheca de Educação, vol. 5, pp. 5-31.
- FAUCONNET, PAUL. “Estrutura e Organização das Universidades Francesas”. *O Estado de S. Paulo*, 12 de outubro de 1927.
- FAUCONNET, Paul. “A questão das humanidades”. *O Estado de S. Paulo*, 9 maio 1928.
- GEIGER, Roger. (1979) “La sociologie dans les écoles normales primaires: Histoire d’une controverse”. *Revue Française de Sociologie*, 20-1: 257-267. Les Durkheimiens. Etudes et documents réunis par Philippe Besnard.
- GODOI, Lidiany Cristina de Oliveira. (2014), *A reforma do ensino no estado de São Paulo: conflitos e disputas (1891-1892)*. Campinas, tese de doutorado, Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, Unicamp.
- GOMES, Clecia Aparecida. (2015), *Os engenheiros da Associação Brasileira de Educação (ABE): confluências entre ideias educacionais e urbanas na cidade do Rio de Janeiro nos anos iniciais do século XX*. Campinas, dissertação de mestrado, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Unicamp.
- HAMBURGUER, Amélia Império *et al.* (1996), *A ciência nas relações Brasil-França (1850-1950)*. São Paulo, Edusp/Fapesp.
- HEILBRON, Johan *et al.* (2009), “Internationalisation des sciences sociales: les leçons d’une histoire transnationale”. In: SAPIRO, Gisèle. *L’espace intellectuel en Europe: De la formation des États-nations à la mondialisation XIX^e-XXI^e siècle*. Paris, La Découverte, pp. 319-346.
- KOVACEVIC, Gisele Schiavetti Basilio. (2019), *A política cultural francesa e o Lyceu Franco-Brasileiro S. Paulo como um modelo de ensino secundário para o Brasil - (1916-1951)*. São Paulo, dissertação de mestrado, Faculdade de Educação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC-SP.
- LAMARÃO, Sérgio T. de N. (2012), *A energia elétrica e o parque industrial carioca (1880-1920). Globalización, innovación e construcción de redes técnicas urbanas en América Latina y Europa (1890-1930)*. Simpósio Internacional, Universidade de Barcelona.
- LEÃO, Antônio Carneiro. (1940), *Fundamentos de sociologia*. São Paulo, Melhoramentos.
- LE BON, Gustave. (2008), *Psicologia das multidões*. São Paulo, Martins Fontes.
- LE BON, Gustave. (1902), *Psychologie de l’Éducation*. Paris, E. Flammarion.
- LIMONGI, Fernando. (1989), “Mentores e clientelas da Universidade de São Paulo”. In: MICELI, Sergio (org.). (1989), *História das Ciências Sociais no Brasil – 1*. São Paulo, Vértice, pp. 111-187.

- MASSI, Fernanda. (1989), “Franceses e norte-americanos nas Ciências Sociais brasileiras (1930-1960)”. In: MICELI, Sergio (org.). *História das Ciências Sociais no Brasil*. São Paulo, Vértice.
- MAZIERO, Maria das Dores S. (2015), *Arnaldo de Oliveira Barreto e a Biblioteca Infantil Melhoramentos (1915-1925): Histórias de ternura para mãos pequeninas*. Campinas, tese de doutorado, Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, Unicamp.
- MEDEIROS, Valéria A. (2005), *Antonio de Sampaio Dória e a modernização do ensino em São Paulo nas primeiras décadas do século XX*. São Paulo, tese de doutorado, Faculdade de Educação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC-SP.
- MELO, Carolina S. B. de. (2016), *Légitimation, application et formation: les missions scientifiques françaises au Brésil dans le domaine de la psychologie (1908-1947)*. Paris, tese de doutorado, École des Hautes Études en Sciences Sociales.
- MELO, Carolina S. B. de & CAMPOS, Regina H. de F. (2014), “Scientific exchanges between France and Brazil in the History of Psychology. The role of Georges Dumas between 1908 and 1946”. *Universitas Psychologica*, Bogotá, 13 (5): 1681-1695.
- MEUCCI, Simone. (2007), “Entre a escola nova e a oligarquia: a institucionalização da sociologia na Escola Normal de Pernambuco – 1929-1930”. *Cronos*, 8 (2): 451-474.
- MICELI, Sérgio. (2001), *Intelectuais à brasileira*. São Paulo, Companhia das Letras.
- MICELI, Sérgio. (1989), *História das Ciências Sociais no Brasil*. São Paulo, Vértice/Revista dos Tribunais.
- MONARCHA, Carlos. (org.). (1997), “Lourenço Filho e a Biblioteca de Educação”. In: *Lourenço Filho: outros aspectos, mesma obra*. Campinas, Mercado de Letras, pp. 27-57.
- MONARCHA, Carlos. (2001), *Lourenço Filho e a organização da psicologia aplicada à educação*. Brasília, Inep.
- MONARCHA, Carlos. (2009), *Brasil arcaico, Escola Nova*. São Paulo.
- NAGLE, Jorge. (2006), “A educação na Primeira República”. In: PINHEIRO, Paulo Sérgio *et al.* (orgs.). *História geral da civilização brasileira: O Brasil republicano*. 8 ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, t. III, vol. 9, pp. 283-318.
- NAGLE, Jorge. (2009), *Educação e sociedade na Primeira República*. São Paulo, Edusp.
- NASCIMENTO, Alessandra Santos. (2012), *Fernando de Azevedo: Dilemas na institucionalização da sociologia no Brasil*. São Paulo, Cultura Acadêmica.
- NERY, Ana Clara Bortoletto. (2008), *A Sociedade de Educação de São Paulo: Embates no campo educacional (1922-1931)*. São Paulo, Unesp.
- OLIVEIRA, Priscila M. (2015), *Lourenço Filho e a coleção biblioteca de educação: uma análise dos prefácios escritos por esse educador*. São Carlos, dissertação de mestrado, PPG Educação/ Cech, Universidade Federal de São Carlos, UFSCar.
- PETITJEAN, Patrick. (1989), “Le Groupement des Universités et Grandes Écoles de France pour les relations avec l’Amérique Latine et la création d’Instituts à Rio, São Paulo et Buenos

- Aires (1907/1940)". In: D'AMBRÓSIO, Ubiratan. *Anais do 2º Congresso Latino-Americano de História da Ciência e da Tecnologia*. São Paulo, Nova Stella, pp. 428-442.
- PONTES, José Alfredo Vidigal. (2010), *Júlio de Mesquita Filho*. Recife, Fundação Joaquim Nabuco, Massangana.
- ROCHA, Ana Cristina S. M. (2016), *Experiências norte-americanas e projetos de educação no Distrito Federal e em São Paulo (1927-1935): Anísio Teixeira, Noemi Silveira, Isaías Alves e Lourenço Filho*. Rio de Janeiro, tese de doutorado em História das Ciências e da Saúde, Fundação Oswaldo Cruz, Casa de Oswaldo Cruz, Fiocruz.
- ROCHA, Ana Cristina S. M. (2019), "Noemy Silveira, Isaías Alves e a psicologia educacional: diálogos entre Brasil, França e EUA". *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, 26 (2): 407-425.
- RUCHAT, Martine. (2015), *Édouard Claparède: à quoi sert l'éducation*. Lausanne, Antipodes.
- SANGLARD, Gisele. (2008), *Entre os salões e o laboratório: Guilherme Guinle, a Saúde e a Ciência no Rio de Janeiro, 1920-1940*. 20 ed. Rio de Janeiro, Editora Fiocruz.
- SANTOS, Heloisa Helena Meirelles dos. (2013), "Escola Normal do Distrito Federal: por trás da modernidade civilizatória da cidade do Rio de Janeiro (1911-1920)". *Revista Contemporânea de Educação*, Rio de Janeiro, 8 (15): 135-155.
- SANTOS, José Fagner Alves. (2018), *Júlio de Mesquita Filho e o projeto de ensino superior paulista: seus escritos, sua atuação (1920-1938)*. São Paulo, dissertação de mestrado, Faculdade de Educação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC-SP.
- SAVOYE, Antoine. (2007), "La science de l'éducation face à la réforme des lycées (France, 1920-1939)". Symposium "Science(s) de l'éducation et République face à face. Théorisations contrastées d'une discipline indisciplinée (fin du 19e- 20e)".
- SILVA, André F. C. (2011), *A trajetória científica de Henrique da Rocha Lima e as relações Brasil-Alemanha (1901-1956)*. Rio de Janeiro, tese de doutorado em História das Ciências e da Saúde, Casa de Oswaldo Cruz, Fiocruz.
- SOUZA, Letícia Pumar Alves de. (2015), *A ciência e seus fins: internacionalismo, universalismo e autonomia na trajetória do fisiologista Miguel Ozório de Almeida (1890-1953)*. Rio de Janeiro, tese de doutorado em História das Ciências e da Saúde, Casa de Oswaldo Cruz, Fiocruz.
- SOARES, Jefferson da Costa. (2015), "A construção do currículo de sociologia no colégio Pedro II (1925-1941)". *Cadernos de História da Educação*, 14 (1): 95-113.
- SUPPO, Rogelio Hugo. (2001), *La politique culturelle française au Brésil entre les années 1920-1950*. Paris, tese de doutorado, Paris III.
- TERRAL, Hervé. (2008), *Les manuels de Sociologie dans Les Écoles Normales D'instituteurs (1920-1940)*. In : *Trois figures de l'école durkheimienne: Celestin Bouglé, Georges Davy, Paul Fauconnet*. L'Harmattan. Dir. Claude Ravellet et Louis Ferraz. Imec, Anamnese, 3, pp. 39-56.
- TERRAL, Hervé. (2005), "Paul Lapie (1869-1927): universitaire et bâtisseur de l'école laïque". *Carrefours de l'Éducation*, 1 (19): 121-137.

- VIDAL, Diana Gonçalves. (2013), “80 anos do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova: questões para debate”. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, 39 (3): 577-588.
- VIDAL, Diana G. & RABELO, Rafaela S. (jan.-abr. 2019), “A criação de Institutos de Educação no Brasil como parte de uma história conectada da formação de professores”. *Cadernos de História da Educação*, 18 (1): 208-220.
- VIDAL, Diana G.; SILVA, José C. S. & ABDALA, Raquel. (2020), *Fernando de Azevedo em releituras. Sobre lutas travadas, investigações realizadas e documentos guardados*. São Paulo, Paco.
- VERCESI, Maria Elena de Abreu. (2010), *O Lyceu Franco-Brasileiro São Paulo*. São Paulo, dissertação de mestrado. Faculdade de Educação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC-SP.
- WARDE, Mirian Jorge. (2003), “O itinerário de formação de Lourenço Filho por descomparação”. *Revista Brasileira de História da Educação*, 5: 125-167.
- WEID, Elisabeth Von der. (1989), *A expansão da Rio de Janeiro Tramway Light and Power ou as origens do “Polvo Canadense*. Trabalho apresentado no 10º Módulo do Congresso Internacional do Centenário da República Brasileira. Rio de Janeiro, 28 set. 1989. Mesa Redonda “Energia Elétrica, Estado e Sociedade”. Mimeo. Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa, pp. 1- 49.

Resumo

Circulação de intelectuais e recepção das novas ciências do homem francesas no Brasil: 1908-1932

Trata-se de mostrar que as missões científicas francesas no Brasil tiveram um papel fundamental de enraizamento das ciências do homem francesas nas décadas que antecederam a fundação das universidades nos anos 1930. No contexto das disputas entre França e Estados Unidos pela dominação cultural e científica na América Latina, a estratégia dos professores franceses foi estabelecer relações sociais e práticas de difusão cultural e científica nos meios social e intelectualmente dominantes. Essas iniciativas foram bem-sucedidas graças à homologia de posição entre os professores franceses e os educadores do círculo intelectual de São Paulo – o que contribuiu para o distanciamento relativo dos educadores em relação às elites dirigentes. Concluo que a circulação das ciências do homem francesas encontrou barreiras dentro do próprio campo educacional, ditadas pelo crescente espírito antidurkheimiano.

Palavras-chave: Georges Dumas; Missões científicas francesas; Educadores reformistas; Ciências do homem.

Abstract*Circulation of intellectuals and reception of the new French human sciences in Brazil: 1908-1932*

This article aims to show that the French scientific missions in Brazil had a fundamental role in rooting the French human sciences in the decades before the foundation of universities in the 1930s. In the context of the disputes between France and the United States for cultural and scientific domination in Latin America, the strategie of French teachers was to establish social relations and practices of cultural and scientific diffusion in socially and intellectually dominant milieus. These initiatives were successful thanks to the homology of position between French teachers and educators in the intellectual circle of São Paulo – which contributed to the relative distance between educators and the ruling elites. I conclude that the circulation of the French social sciences encountered barriers within the educational field itself, dictated by the growing anti-Durkheimian spirit.

Keywords: Georges Dumas; French scientific missions; reformist educators, human sciences.

Texto recebido em 20/7/2020 e aprovado em 24/8/2020.

DOI: 10.11606/0103-2070.ts.2021.172634.

MARCIA CONSOLIM é professora da Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Paulo – EFLCH/Unifesp. É membro do Instituto Brasileiro de Estudos Durkheimianos (UFRGS). Coordena o Grupo de Estudos e Pesquisas SCICI – Science in Circulation no Instituto de Estudos Avançados e Convergentes da Unifesp. Atualmente, desenvolve projeto de pesquisa sobre a circulação de intelectuais e das ciências sociais entre a França, Brasil e Estados Unidos na primeira metade do século XX. E-mail: mconsolim@terra.com.br.



Circulation des intellectuels et réception des nouvelles sciences humaines françaises au Brésil: 1908-1932¹

Marcia Consolim*

<https://orcid.org/0000-0002-3622-073X>

Le professeur français a parlé de la préparation scientifique des enseignants développée à l'Ecole Normale Supérieure, où il a travaillé, et dans d'autres écoles en France, ainsi que de l'enseignement supérieur dans son pays. [...] Le professeur Ovidio [...] a rappelé aux personnes présentes que la critique, alors récente, de Gustave Le Bon sur les méthodes d'enseignement du français avait été démontée par la conférence du professeur Drouin. La conférence et les propos de M. Campos ont été largement applaudis, par l'assistance et une partie de la colonie française qui était présente.

Session de la Société d'éducation de São Paulo en 1924. Dans: Nery, 2008, p. 37.

Introduction

Dans cet article, j'analyse certains aspects des relations intellectuelles entre la France et le Brésil en me fondant sur la circulation des psychologues et sociologues français dans le pays dans la période précédant la fondation des universités. J'adopte une approche qui échappe à la fois à la clé de lecture de l'histoire des idées et à la clé de lecture purement institutionnelle, en soulignant le rôle des réseaux de sociabilité et des projets éducatifs communs, fondés sur les institutions scolaires et culturelles, qui organisent l'une des voies d'introduction des sciences humaines françaises au Brésil. Je cherche à articuler les études sur l'éducation et les études sur l'histoire des sciences

1. Je remercie Christophe Charle pour la lecture attentive et les corrections de la version française de cet article.

* Université Fédérale de São Paulo, Guarulhos, São Paulo, Brésil.

sociales – ce qui est peu pratiqué en raison de la spécialisation disciplinaire et de l’institutionnalisation de ces sciences dans l’enseignement supérieur. Par conséquent, l’objectif est de brouiller un peu ces frontières afin de montrer une trace de continuité dans le processus d’incorporation et d’institutionnalisation de ces sciences au Brésil.

Dans le contexte du mouvement international appelé “Éducation Nouvelle” et des réformes survenant simultanément dans l’enseignement primaire et secondaire et dans les écoles normales en France et au Brésil dans les années 1920, il s’agit de montrer que les relations établies entre les élites intellectuelles des deux pays, conditionnées par leur position dans leurs contextes nationaux respectifs, ont abouti à l’incorporation de la sociologie et de la psychologie scientifique françaises dans le pays. Comme ces relations scientifiques et intellectuelles sont dissymétriques, entre un pays dominant et un pays dominé, les stratégies des enseignants français et des éducateurs réformistes brésiliens étaient différentes mais complémentaires. Les professeurs français ont dû construire une carrière internationale pour des raisons de civisme et pour obtenir une reconnaissance scientifique à l’étranger: l’université française est dans une situation précaire dans l’entre-deux-guerres et les nouvelles sciences humaines françaises perdent du terrain face à leurs homologues anglo-saxonnes. Les éducateurs réformistes brésiliens, eux, avaient besoin d’établir des relations externes pour légitimer leur nouvelle formation et ériger des barrières contre les “autodidactes” ou les “dilettantes”. Ce processus conduit à la reconnaissance d’affrontements impliquant des groupes intellectuels étrangers et à l’utilisation de ces oppositions à des fins de légitimation dans le contexte national.

Une grande partie de la production intellectuelle et des affrontements de cette période se fait par le biais de la presse en raison de l’expansion du marché culturel – dont l’analyse est fondamentale pour la compréhension de l’histoire intellectuelle de cette période. Au Brésil, l’activité journalistique n’était pas une pratique incompatible avec l’activité scientifique elle-même, mais l’un de ses fondements, puisque même les revues scientifiques nouvellement créées reproduisaient des articles déjà publiés dans la presse. En outre, l’accès des élites locales à la presse étrangère leur a permis de suivre les débats intellectuels dans d’autres pays et d’y prendre position – une réaction associée à leur position dans le champ du pouvoir national. D’autre part, les éducateurs réformistes ont également lu les revues scientifiques étrangères les plus spécialisées, en essayant d’établir dans le pays un marché de diffusion et de consommation restreinte dans le domaine des “sciences de l’éducation” – biologie, psychologie et sociologie. Ainsi, ils ont accumulé des références et des préférences qui ensuite ont été inscrites dans les institutions de formation et d’exercice professionnelle brésiliennes.

Dans le contexte du mouvement international pour l’éducation nouvelle, avec des impacts spécifiques dans chaque pays, les publications dans le domaine des

nouvelles sciences humaines se sont développées entre une tendance “pure” ou “théorique” et une autre “appliquée” ou “empirique” – des genres qui sont associés à la production, respectivement, de la France et des États-Unis dans les années 1920. En d’autres termes, le débat sur les sciences de l’homme dans l’entre-deux-guerres était nécessairement imprégné de valeurs politiques associées à la nation et à la discussion entre pays dominants pour une définition légitime dans le domaine de ces sciences. Dans le cas du Brésil, cette opposition a acquis des contours spécifiques: le cercle intellectuel du journal *O Estado de S. Paulo* et de l’École Normale de São Paulo a adhéré au modèle français, tandis que le cercle de l’École Normale de Pernambuco et du Collège Pedro II s’est tourné vers le modèle américain. De sorte que les différends entre les pays dominants ont été reproduits dans une certaine mesure dans le contexte national.

C’est pourquoi l’enracinement des sciences humaines françaises au Brésil doit être compris à la lumière de plusieurs processus nationaux et internationaux. Tout d’abord, il est entendu que les missions scientifiques sont porteuses à la fois des intérêts de l’État français et des intérêts liés à la position des *professeurs français* dans l’enseignement supérieur et dans les hiérarchies disciplinaires – une position dominante d’un point de vue institutionnel, mais dominée par le manque de légitimité des nouvelles sciences humaines par rapport aux disciplines traditionnelles au niveau national et menacée par les sciences sociales nord-américaines au niveau international. Deuxièmement, il est entendu que la position des *éducateurs brésiliens* – dominants en termes sociaux, mais dominés dans le champ du pouvoir – a suscité des stratégies qui ont abouti à la différenciation croissante des élites dirigeantes, parmi lesquelles se distinguent les investissements dans la diffusion de la psychologie et de la sociologie de l’éducation. Troisièmement, et c’est le point central, l’*homologie de position* entre les professeurs français et un groupe spécifique d’éducateurs réformistes, issus du cercle de São Paulo, a favorisé l’affinité d’intérêts pour l’institutionnalisation des nouvelles sciences humaines françaises (Bourdieu, 1984; 2002). Cette homologie a créé des conditions propices au travail des intermédiaires culturels des deux pays – conférences, articles, traductions, chroniques de journaux, etc. – afin de légitimer les sciences françaises dans le combat contre les sciences d’origine américaine. Je conclus que ces actions ont obtenu une victoire partielle en raison de la diversification croissante des modèles étrangers diffusés dans le pays – en particulier à partir des missions d’éducateurs brésiliens aux États-Unis depuis la seconde moitié des années 1920.

Dans la première section, j’aborde les intérêts politiques associés aux missions françaises – la concurrence avec l’Allemagne et les États-Unis – afin de montrer qu’il s’agit d’une dimension fondamentale mais non suffisante, pour comprendre les relations scientifiques et intellectuelles entre les deux pays. Dans la deuxième section, je

discute le rôle central joué par Georges Dumas (1866-1946) dans la constitution des réseaux au Brésil et j'identifie trois groupes de partisans qui ont occupé des positions dans le champ du pouvoir – parmi eux les éducateurs réformistes. Dans la troisième section, j'analyse les textes publiés par des professeurs français dans la presse dans le but de diffuser les sciences humaines françaises et montre son rôle dans la lutte contre le modèle éducatif nord-américain. Dans la quatrième section, j'identifie les institutions dans lesquelles le modèle éducatif français s'est enraciné et, en particulier, la différenciation progressive de cet accueil entre les groupes dominants dans le champ du pouvoir, partisans de la “culture française”, et les éducateurs liés aux écoles normales, partisans de la “science française”. Enfin, j'analyse les pratiques éditoriales des éducateurs réformistes afin de montrer que la traduction d'auteurs étrangers doit être comprise comme résultat des missions françaises des années 1920 mais aussi comme une stratégie pour légitimer leurs propres trajectoires. Chaque section explore progressivement les différentes dimensions des relations internationales – politique, social et culturel – à travers lesquelles il s'agit de comprendre cette réception à partir de conditionnements internationaux, nationaux et locaux.

Les missions scientifiques françaises au Brésil: ambassadeurs et chercheurs

Les études sur les relations scientifiques entre la France et le Brésil caractérisent généralement les missions françaises comme faisant partie de la “diplomatie intellectuelle” en raison de la participation directe ou indirecte de l'État français à ces initiatives (Petitjean, 1989 ; Charle, 1994 ; Hamburger 1996 ; Suppo, 2001). Cependant, les missions scientifiques de courte durée ont été peu étudiées et généralement considérées comme peu importantes pour l'enracinement d'une science ou d'une pratique scientifique étrangère dans le pays (Massi, 1989). De plus, la fonction diplomatique qu'ils exerçaient semble avoir exclu les transferts proprement scientifiques – d'autant plus si l'on considère qu'il n'y avait pas de centres d'enseignement supérieur dans les nouvelles sciences de l'homme au Brésil. Cependant, le rôle de l'“ambassadeur” et celui du “chercheur” ne sont pas mutuellement exclusifs, de sorte qu'il est nécessaire d'analyser de plus près les fonctions exercées par les professeurs français dans les années 1920, sans lesquelles il n'y aurait probablement pas de missions universitaires dans la décennie suivante (Charle, 1994 ; Charle *et al.*, 2004).

La mobilité internationale des enseignants français vers les États-Unis et l'Amérique latine, qui débute peu avant la première guerre mondiale, est motivée par la rivalité avec l'Allemagne, ce qui révèle l'importance du nationalisme à cette époque. Dans les années 1920, la présence française au Brésil implique clairement un conflit avec les États-Unis pour la définition légitime de la structure et de la fonction du

système éducatif, de la formation des enseignants et des “sciences de l’éducation” – y compris les nouvelles sciences de l’homme (Charle *et al.*, 2004 ; Silva, 2011 ; Rocha, 2016). Les enseignants français devaient proposer des cours et des modèles alternatifs à celui déjà établi dans certaines écoles normales – inspiré du pragmatisme américain. Ainsi, il revenait aux professeurs de psychologie et de sociologie universitaire une tâche des plus essentielles et des plus difficiles – transplanter un modèle éducatif et un ensemble de catégories scientifiques dans un pays étranger – à un moment où le centre de la production scientifique dans ce domaine se déplaçait vers les Etats-Unis (Paicheler, 1992).

La France et les Etats-Unis étaient également opposés en termes de politique d’internationalisation. Contrairement au modèle américain, dans lequel la circulation internationale était principalement financée par de grandes institutions philanthropiques, les missions françaises étaient principalement liées à l’État, qui a agi directement ou indirectement en faveur de la domination intellectuelle française au Brésil depuis le début du VINGTIÈME siècle. Entre 1908 et 1917, les activités étaient centralisées par l’Université de Paris, tandis que dans l’entre-deux-guerres, le Ministère des Affaires Étrangères a centralisé toutes les actions, ce qui a entraîné une action beaucoup plus large et diversifiée en termes géographique et disciplinaire. L’attente derrière cette politique d’État peut être observée dans une publication du Parti Radical français: la domination intellectuelle et scientifique en Amérique latine serait un moyen de domination politique et économique dans la région (Dumas, 1924). Ainsi, l’échange d’informations entre les professeurs français et les membres du Ministère des Affaires Étrangères sur les initiatives des pays “rivaux”, les États-Unis et l’Allemagne, dans le domaine scientifique et éducatif est constant – un sujet présent dans la correspondance diplomatique tout au long de cette période². Ainsi, on observe un processus contradictoire d’expansion des espaces internationaux d’échanges scientifiques et intellectuels basé en grande partie sur la compétition et l’exportation de modèles et de pratiques scientifiques et intellectuelles nationales (Charle, 1994 ; 2004 ; Heilbron *et al.*, 2009).

2. Voir, par exemple, l’extrait d’une lettre envoyée par Georges Dumas au Ministère des Affaires Étrangères : “Il serait injuste de dire que les nord-américains travaillent contre nous, mais on peut dire qu’ils répandent une culture de base morale et pratique et une connaissance de l’anglais qui ne prépare pas les étudiants à recevoir et à aimer notre influence. À Rio, on entend dans des milieux plus ou moins américanisés [...] que nous avons besoin d’hommes d’action et de réalité, et si les jeunes acceptent cette philosophie pratique et simpliste, nous les perdrons certainement”. Cf. Dumas au Ministère des Affaires Étrangères. MAE. 1917. Sur les relations avec l’Allemagne, voir : Silva, 2013, et Muñoz, 2020.

L'ampleur des missions scientifiques françaises révèle l'importance de l'investissement du gouvernement français³. Entre 1908 et 1938, environ 55 professeurs des facultés de médecine, de littérature, de sciences et de droit, ainsi que du Collège de France, sont venus au Brésil pour des cours de deux mois⁴. Le choix des noms était suggéré par le pays hôte et leur venue dépendait de l'acceptation du professeur invité et de Georges Dumas – qui proposait de nouveaux noms en cas d'impossibilité. En raison de la médiation de Dumas dans la sélection des candidats, il n'est pas étonnant que la majorité absolue des personnes recrutées soient issues des facultés de médecine et de lettres, domaines de sa formation, ce qui lui permet de rentabiliser son capital social et symbolique en France et de favoriser son éléction à l'Académie des sciences morales et politiques et à l'Académie de médecine⁵. Le contrat des professeurs pour venir au Brésil s'élevait à 25 000 francs (répartis à parts égales entre les deux gouvernements) – correspondant à environ quatre mois de salaire d'un professeur en fin de carrière à l'époque – ce qui rendait le voyage économiquement intéressant, compte tenu du fait que les cours avaient lieu pendant les vacances scolaires en France. Malgré les avantages matériels et symboliques, il faut tenir compte des intérêts spécifiques des enseignants français, associés à la discipline et à la position de leur discipline dans le contexte français – intérêts qui ne sont pas toujours convergents avec l'expansion de la "culture française".⁶.

Réseaux francophiles et affinités scientifiques: ingénieurs, médecins et éducateurs

Georges Dumas a joué un rôle clé en tant qu'intermédiaire culturel dans les relations France-Brésil, depuis sa première visite dans le pays en 1908 jusqu'à la fin des années

3. Les deux principaux instituts qui encouragent et financent cette circulation sont l'Institut franco-brésilien de haute culture (1922-1938), basé à Rio de Janeiro, et l'Institut technique franco-pauliste (1925-1928). Les missions de Piéron et Fauconnet à São Paulo, mentionnées ci-dessous, ont eu lieu dans le cadre de l'ITFP – clairement en phase avec les orientations des élites dirigeantes qui réclamaient des "sciences appliquées". Cf. Suppo, 2001; Petitjean, 1989; Vercesi, 2010.
4. Cf. Suppo (2001) pour la liste des professeurs français et des professeurs brésiliens qui se sont rendus en France – puisque l'Institut franco-brésilien de la haute culture a couvert la circulation dans les deux sens.
5. Dumas a été élu membre libre de l'Académie de Médecine en 1926 et membre titulaire de l'Académie des Sciences Morales et Politiques en 1933. Dans les deux cas, ses "services rendus à la France" ont été soulignés par ceux qui ont proposé sa candidature.
6. Depuis les années 1910, la psychologie expérimentale française jouissait déjà d'un certain prestige aux États-Unis – étant donné que les études de Binet et Simon avaient été largement diffusées et adaptées aux intérêts de l'école nord-américaine. Dans le cas de la sociologie, le dialogue s'est établi avec les concurrents de Durkheim – Tarde et Worms – ce qui a produit une atmosphère anti-durkheimienne jusque dans les années 1930. Cela explique peut-être que la première traduction américaine des *Règles de la méthode sociologique* date de 1938 – un an après la traduction brésilienne. (Cf. Paicheler, 1992; Tournès, 2007; Turner, 2010; Platt, 1995).

1930. Sa figure est centrale à la fois parce qu'il centralise objectivement les relations institutionnelles entre les gouvernements et les systèmes éducatifs des deux pays, et parce qu'il possède les propriétés sociales et intellectuelles propres à un pays comme le Brésil – dont les carrières et les compétences académiques n'étaient pas encore professionnalisées et strictement délimitées. Philosophe et psychiatre, mais aussi normalien et professeur à la Sorbonne, Dumas est devenu "psychologue" à une époque où cette dénomination accréditait à la fois des activités littéraires et scientifiques. Ses cours à la Sorbonne étaient donnés à l'Hôpital Sainte Anne, à la manière de Jean-Marie Charcot, et étaient suivis par la "bonne société" parisienne, les intellectuels et les universitaires. Parmi ses étudiants, quelques médecins brésiliens – Manuel Bomfim et Maurício de Medeiros -, de qui est venue l'invitation pour une première visite au Brésil, en 1908⁷. Tout indique que l'*hexis corporelle* de Dumas lui-même a compté dans le choix de son nom par l'université française⁸: natif du sud de la France, aux manières méditerranéennes et aux traits "latins", il incarnait un "français à la brésilienne" – célébré par les journaux de l'époque comme un signe de proximité entre les deux pays. Du côté français, cette proximité est perçue avec condescendance: Dumas est dépeint par ses collègues français comme une sorte de "chef d'orchestre" des intellectuels brésiliens et un "grand serviteur de la cause française"⁹. Ainsi, il était un "intermédiaire culturel" d'un genre particulier: il occupait une position dominante dans le champ universitaire en tant que professeur de la Sorbonne, mais exerçait des fonctions subordonnées dans le champ scientifique de son propre pays.¹⁰

7. On a supposé que Dumas a été choisi parce qu'il avait écrit sur Auguste Comte. En fait, sa thèse secondaire porte sur Comte, et il publie un ouvrage sur Comte et Saint-Simon en 1906. Comte est le sujet de ses premiers cours au Brésil, dans lesquels il plaide abondamment en faveur du Comte scientifique au détriment du fondateur de la religion de l'humanité. Ses cours ont suscité des protestations et provoqué l'indignation des milieux positivistes orthodoxes. Sur l'invitation de Dumas, cf. Melo & Campos, 2014.
8. En fait, Dumas est venu par l'intermédiaire d'une institution fondée en 1907, le Groupement des Universités et Grandes Écoles de France pour les relations avec l'Amérique Latine. Sur le Groupement, voir Suppo (2001) et Petitjean (1989; 2011).
9. La notice nécrologique de Pierre Janet, professeur au Collège de France, collègue et grand ami de Dumas, est assez explicite à cet égard : "Son principal effort a été d'organiser les relations scientifiques et culturelles entre les pays d'Amérique du Sud et la France. [...] Ils ont facilement accepté les conditions proposées par lui, ont suivi ses directives, même avec des difficultés [...]. Dumas est arrivé avec des solutions toutes faites, avec des programmes bien préparés. C'est la conduite des patrons, car elle évite le travail de réflexion et de choix à ceux qui écoutent, en levant leurs doutes. Comme il les a informés qu'il reviendrait l'année suivante, cela a imposé la continuité de l'effort et le suivi du travail". Janet sur Dumas. Archives du Collège de France. Fonds Pierre Janet. 55 – CDF – 18 a – c.
10. Dumas a également été éditeur de manuels de psychologie et sa veine pédagogique se distingue de toutes ses activités académiques. L'ensemble des nécrologies souligne le rôle du "gestionnaire intellectuel" ou du "professeur" – en plus de son caractère diplomatique – des traits qui occupent une position dominée dans la hiérarchie scientifique.

Les professeurs français, recrutés en général dans les positions dominantes de l'enseignement supérieur français, avaient de faibles attentes vis-à-vis de leurs collègues brésiliens. Si l'on considère uniquement les professeurs de psychologie et de sociologie, cinq professeurs – de la Sorbonne ou du Collège de France – sont venus au Brésil dans les années 1920, un groupe aux propriétés intellectuelles très similaires, qui participait aux mêmes cercles intellectuels et publiait dans les mêmes revues¹¹. Diplômés de l'École Normale Supérieure, *agregés* et titulaires de deux doctorats (en philosophie et sciences ou en philosophie et médecine), ils avaient tous les atouts du point de vue des hiérarchies scientifiques et intellectuelles. Issus de familles aux trajectoires ascendantes de l'école républicaine, ils lui doivent tout et sont prêts à exercer des fonctions diplomatiques. Cependant, en tant que praticiens des nouvelles sciences humaines, la sociologie et la psychologie, leur position était dominée dans le champ disciplinaire, ils étaient donc en lutte pour la légitimation et l'institutionnalisation de ces sciences contre les disciplines traditionnelles, l'histoire et la philosophie, à tous les niveaux de l'enseignement. Ils luttaient pour la fin de la philosophie spiritualiste et de la philosophie morale – centrée sur la conscience individuelle ou la conscience morale – au nom de l'étude objective des faits (psychologiques ou sociaux). Cette position et les affrontements auxquels ils se livrent renforcent leur intérêt pour la circulation internationale car c'est l'occasion de se faire un nom à partir de la périphérie du système scientifique international.

Du côté brésilien, l'adhésion des élites dirigeantes aux initiatives du gouvernement français dans le domaine de l'éducation n'était pas naturelle, car il existait de nombreuses différences entre les systèmes éducatifs des deux pays. Dans le cas du Brésil, l'enseignement primaire était décentralisé, les institutions publiques d'enseignement secondaire étaient rares et désorganisées et, de plus, il n'y avait pas d'universités constituées ; quant à la formation des enseignants, il n'y avait pas de concours ou de programmes standardisés, et les carrières n'étaient pas professionnalisées. En outre, les relations entre les intellectuels et l'État étaient très différentes dans les deux pays. Dans le cas du Brésil, les trajectoires des éducateurs et des enseignants de l'enseignement secondaire et supérieur cumulent généralement d'autres fonctions dirigeantes: dans l'administration publique, dans la production intellectuelle libre, dans la politique et même dans la vie économique du pays. Du point de vue idéologique, ce rapprochement se heurte également à des obstacles: compte tenu de

11. Parmi les cinq professeurs figurent trois psychologues – Georges Dumas, Henri Piéron et Pierre Janet – un sociologue – Paul Fauconnet – et le philosophe Lucien Lévy-Bruhl. Pierre Janet et Lucien Lévy-Bruhl étaient au Brésil à l'occasion des célébrations du centenaire de l'indépendance, en 1922.

l'esprit nationaliste en vigueur, on craint toute initiative à connotation impérialiste de la part des pays centraux¹².

La première génération qui a accueilli Dumas et la plus réceptive à ses initiatives était issue de l'enseignement supérieur – ingénierie, médecine et droit – et connaissait la production intellectuelle française pour avoir étudié en Europe ou participé à des congrès internationaux avant même l'arrivée de Dumas. Il est toutefois nécessaire de différencier ces milieux en fonction de la position sociale et intellectuelle de leurs membres, car ce facteur a interféré avec les modes de circulation des œuvres françaises dans le domaine de l'éducation. Le milieu des ingénieurs est composé de grands propriétaires ou directeurs de sociétés dans le domaine des infrastructures (eau, électricité, gaz, assainissement, chemins de fer, etc.) et représente le groupe le plus aisé parmi les amis de Dumas. Nombre d'entre eux étaient diplômés d'écoles d'ingénieurs ou de beaux-arts à l'étranger, notamment en France ou en Belgique et, une fois au Brésil, ont exprimé leur francophilie principalement par le biais du mécénat ou de parrainages divers afin de transplanter dans le pays le style de vie assimilé à l'étranger. Ainsi, les institutions qu'ils ont fondées, que ce soit l'Union scolaire franco-pauliste (1908), qui a financé des cours sur le Brésil à la Sorbonne, ou le Lycée Franco-Brésilien de São Paulo¹³ (1923), avaient pour but de diffuser la langue et la culture entre les deux pays¹⁴. Dans ce milieu, nous trouvons de nombreuses

12. Un point sensible a été le Lycée Franco-Brésilien de São Paulo, dont la fondation a été conditionnée par la restriction du nombre d'enseignants et de directeurs français. En 1921, Dumas exprime ces contraintes : "M. Dumas a tenu à rapporter qu'il ne s'agissait absolument pas d'introduire en Amérique Latine l'enseignement pur de la langue française, mais de s'associer à une œuvre commune dans laquelle les français concourraient [pour] certains points, comme dans l'enseignement des humanités, de la rhétorique et de la philosophie sur le modèle de l'enseignement national français". (Havas)". Dumas, *Correio Paulistano*, 10 janvier 1921.
13. À l'origine du Lycée se trouve une alliance entre le capital national et international qui s'est exprimée à travers des réseaux de relations personnelles et professionnelles. L'un des parrains du Lycée, Quellenec, ingénieur en chef de la Compagnie du Canal de Suez et membre du conseil d'administration de la Rio Light Co., est un collègue d'Alfredo Maia – ancien secrétaire des Travaux Publics du gouvernement de l'état de São Paulo et vice-président de la compagnie de chemin de fer E. F. Sorocabana et Sorocabana. Antônio Francisco de Paula Souza, père du directeur du Lycée, Ruy de Paula Souza, avait été ministre de l'Industrie et des Travaux Publics et directeur de la surintendance des Travaux Publics de l'état de São Paulo en même temps qu'Alfredo Maia.
14. Les principaux membres de l'Union Scolaire Franco-Brésilienne sont : Ramos de Azevedo (Polytechnique); Ruy de Paula Souza et MC Buarque (École Normale); Reynaldo Porchat (Droit); Américo Brasiliense et João Frederico de Borba (Pharmacie); José Carlos de Macedo Soares et Oscar de Sá Campelo (Commerce); Otávio Teixeira Mendes et Francisco Dias Martins (Agriculture). Sur les activités de l'Union Scolaire, cf. *Jornal do Commercio*, 14 août 1921. Les principaux financeurs du Lycée étaient les suivants, par ordre d'importance du parrainage : Société Anonyme Française des Lycées Franco-Brésiliens; Ramos de Azevedo; Lineu de Paula Machado; Victor da Silva Freire; Luiz A. C. Galvão; Carlos Borelho; Arnaldo Dumont Villares; José de Sampaio Moreira; Alfredo Pujol; Luiz

personnalités ayant des liens directs ou indirects avec des sociétés qui se disputaient l'espace dans les grandes entreprises du secteur des travaux publics à São Paulo et Rio de Janeiro – par exemple, avec la Cia. Docas de Santos, concurrente de la Canadian São Paulo Light Co¹⁵. Ce moyen est présent dans certaines institutions centrales pour les éducateurs, comme la Ligue Nationaliste de São Paulo¹⁶. Cependant, ce n'était pas le milieu le plus intéressé par l'apport des nouvelles sciences humaines à l'éducation, puisque leurs activités professionnelles et pédagogiques – à l'École Polytechnique ou au Lycée des Arts et Métiers – les impliquaient dans les sciences appliquées. La promotion de l'éducation française, dans ce milieu, était une forme de distinction sociale.

Le second groupe est composé principalement de médecins liés à Faculté de Médecine du Rio de Janeiro et à l'Hôpital National des Aliénés, qui ont été chargés d'inviter Dumas dans le pays¹⁷. Ce groupe connaissait la production intellectuelle française dans les domaines de la psychophysiologie, de la psychiatrie et de la médecine légale avant l'arrivée de Dumas, et certains avaient même participé à des congrès et publié à l'étranger, comme Juliano Moreira et Afrânio Peixoto. Ils ont bénéficié du travail des pionniers – Nina Rodrigues, Teixeira Brandão et Franco da Rocha¹⁸ – qui avaient déjà publié en France et diffusé au Brésil des auteurs princi-

Betim Paes Leme; Pio de Almeida Prado; Ruy de Paula Souza; Sénateur Vicente de Paula de Almeida Prado; José V. de Almeida Prado Júnior; Lupercio Teixeira Camargo; Julio de Mesquita; João Alves Lima. Cf. Vercesi, 2010, p. 26.

15. Prenez, par exemple, la Cia Docas de Santos, dont les partenaires étaient Cândido Graffée et l'héritier Guilherme Guinle. Lineu de Paula Machado a épousé Celina Guinle, la sœur de Guilherme, et est devenue l'associée de Guilherme dans la Banque Boavista; Alberto Faria, beau-père d'Afrânio Peixoto et d'Alceu Amoroso Lima, était administrateur de cette société. Un autre exemple sont les partenariats dans les entreprises urbaines dans le domaine de l'infrastructure formés par Francisco Ramos de Azevedo, Vitor da Silva Freire et Antônio Francisco de Paula Souza – collègues de l'École Polytechnique de São Paulo – qui ont également occupé des postes à la direction du Secrétariat des Travaux Publics de l'état de São Paulo. Cf. Campos, 2007. Sur les grandes entreprises d'infrastructure au Brésil, voir Weid (1989), Campos (2007) et Lamarão (2012).
16. Sur les "ingénieurs éducateurs" d'Association Brésilienne de l'Éducation, cf. Carvalho, 1986, et Gomes, 2015.
17. Dumas a été invité par Maurício de Medeiros, à la suggestion de Juliano Moreira, président de la Société de Psychiatrie, Neurologie et Médecine Légale. Cf. Muñoz, 2018; Melo, 2016; Cerqueira, 2014.
18. Entre 1884 et 1906, ces trois auteurs ont publié huit textes (cinq articles, deux comptes rendus et une présentation) dans les *Annales Médico-Psychologiques* – la plus importante revue de psychophysiologie de l'époque en France. Toutes portaient sur diverses maladies mentales, des épidémies collectives de folie ou des institutions d'asile au Brésil. Ce point est important car il permet de différencier la réception du français par les "médecins-éducateurs" de celle des "éducateurs réformateurs" : les premiers sont des professeurs de l'enseignement supérieur, praticiens de la médecine hospitalière, entretiennent des publications dans des revues internationalement prestigieuses et dialoguent avec diverses écoles scientifiques – notamment de l'Allemagne et des États-Unis. Cf. Muñoz, 2018.

palement français et italiens. Mais Juliano Moreira et Afrânio Peixoto ont dépassé ce circuit: ils avaient une préférence pour les théories et les approches allemandes, ont publié dans de nombreuses revues internationales et ont fondé une revue spécialisée en psychiatrie¹⁹. Certains médecins de ce milieu sont devenus membres de l'Académie Brésilienne des Sciences, de l'Académie Brésilienne des Lettres et de l'Académie Nationale de Médecine – trois académies qui, ce n'est pas un hasard, ont élu Dumas comme membre correspondant en 1916, 1922 et 1925, respectivement. Malgré des relations très étroites avec Dumas, ils ne publient pas dans sa revue – le *Journal de Psychologie Normale et Pathologique* n'a publié que huit revues bibliographiques et deux communications de ce groupe entre 1906 et 1926 – ce qui montre la relative indépendance de leurs pratiques d'internationalisation²⁰. Un seul de ces médecins a établi un partenariat scientifique au point de faire des recherches et de publier des articles en co-auteur avec un chercheur français – Miguel Ozório de Almeida, qui a publié des articles avec Henri Piéron en France (Melo, 2016 ; Melo & Campos, 2014 ; Souza, 2015). Issus de familles moins aisées par rapport au groupe des ingénieurs, ils faisaient tout de même partie du milieu socialement dominant en raison de la rareté de leur formation supérieure, un capital intellectuel qui assurait à nombre d'entre eux des mariages convenables²¹. Afrânio Peixoto et

19. Entre 1907 et 1914, Afrânio Peixoto, Juliano Moreira, Ulisses Viana, Antonio Penafiel et Raul Leitão da Cunha ont publié 5 articles, 2 critiques et 1 communication dans les *Annales Médico-Psychologiques*. Outre Afrânio Peixoto et Juliano Moreira, Maurício de Medeiros, qui avait étudié avec Dumas à Paris, et Miguel Ozório de Almeida figuraient également parmi les membres de ce groupe. Au Brésil, ce groupe a fondé les *Archivos brasileiros de psiquiatria, neurologia e ciencias affins*, en 1905, dont le nom a été changé en *Archivos brasileiros de psiquiatria, neurologia e medicina legal*, avec la création de la Société Brésilienne de Psychiatrie, Neurologie et Médecine Légale, en 1907. Cf. Facchinetti, 2010 et Muñoz, 2018.

20. Les communications sont de Medeiros e Albuquerque (1924), frère de Maurício de Medeiros, et Miguel Ozório de Almeida (1926) et ont été réalisés à la Société de Psychologie – dirigée par le groupe lié à Dumas.

21. Le cas d'Afrânio Peixoto est exemplaire à cet égard. Issu d'une famille aisée – son père était propriétaire d'une extraction de diamants, mais entre en crise –, sa trajectoire ultérieure exprime une relative rareté des ressources. C'est du moins ce que l'on peut déduire de sa conversation avec Francisco Alves, qui lui a conseillé d'écrire un manuel d'éducation pour récolter des fonds et faire le voyage rêvé en Europe. Cf. *Dictionnaire historico-biographique des sciences de la santé au Brésil*. Une analyse préliminaire nous amène à identifier certains réseaux d'interdépendance entre les milieux de la médecine et de l'ingénierie. La famille Guinle a également parrainé deux laboratoires à Rio de Janeiro : le laboratoire d'analyse clinique de l'Hospice des Alienés, dirigé par Afrânio Peixoto, et le laboratoire de physiologie des frères Miguel et Álvaro Ozório de Almeida. Afrânio est un membre de la famille d'Alberto de Faria, directeur de la Cia. Docas de Santos, et Miguel et Álvaro est les fils de Gabriel Ozório de Almeida, un autre directeur de la Cia. Docas de Santos. En outre, la société de Guinle et Graffée a utilisé l'espace de la *Gazetta de Notícias* et du journal *O Estado de S. Paulo* pour ses intérêts commerciaux. Afrânio et Alberto de Faria sont membres de l'Académie Brésilienne des Lettres. Cf. tb Sanglard 2008.

Miguel Ozório sont devenus, respectivement, recteur et vice-recteur de l'Université du District Fédéral à Rio de Janeiro – ce qui montre la continuité entre ce milieu et les projets de fondation d'une université. Maurício de Medeiros a participé à la mission brésilienne en France pendant la Première Guerre mondiale et a assumé de nombreuses fonctions publiques dans le domaine de l'hygiène et de la santé publique. En général, les activités de ces docteurs étaient axées sur l'enseignement et la recherche (pure ou appliquée), mais aussi sur l'administration publique et la politique. Leurs relations avec Dumas et les scientifiques français étaient intenses, mais à l'exception de Piéron, aucun développement important pour l'avenir des sciences sociales dans l'enseignement supérieur ne peut être observé²². Dans le domaine des études médicales, Dumas n'était peut-être pas considéré par eux comme un spécialiste de la psychiatrie – la revue brésilienne de psychiatrie n'a publié pratiquement aucun article de lui et plusieurs des auteurs allemands (Munõz, 2020).

Ainsi, alors que les “ingénieurs-éducateurs” se sont impliqués dans les missions françaises principalement en tant que mécènes ou philanthropes, les “médecins-éducateurs” ont établi des relations institutionnelles avec les professeurs français. Cependant, la vision hygiéniste ou sanitaire du social n'est pas celle diffusée par Dumas, qui prêche la collaboration entre la psychologie scientifique et la sociologie durkheimienne²³. Un troisième groupe, les “éducateurs réformateurs” – généralement des diplômés en droit, mais pas en exercice – qui enseignaient dans les écoles normales primaires et secondaires, où les nouvelles sciences humaines ont pris racine, sont devenus les principaux médiateurs de la circulation des sciences françaises au Brésil.

À partir de 1912, les cours de Dumas et, plus tard, ceux d'autres professeurs français, ont lieu à l'École Normale de São Paulo, où il établit des solides relations avec plusieurs familles liées au Partido Republicano Paulista – parmi lesquelles la famille Mesquita, propriétaire du journal *O Estado de S. Paulo*, dont les enfants y étudient.²⁴

22. Dans le laboratoire de Miguel et Álvaro Ozório de Almeida, de nombreux professeurs français ont travaillé dans les années 1920, notamment Henri Piéron, Henri Laugier, Emile Gley et Louis Lapicque. Ozório de Almeida a publié deux articles en France avec Piéron. Cf. Melo, 2016.

23. On traite conjointement la psychologie scientifique et la sociologie durkheimienne, car c'est dans cette collaboration que Dumas et son entourage ont investi dans les années 1920. Il est important de souligner que l'internationalisation de la psychologie scientifique a été facilitée par sa plus grande imprégnation dans les sciences naturelles. En revanche, la sociologie durkheimienne était plus fortement associée à la culture française. Cf. Charle, 2004.

24. En 1912, Dumas a donné un cours de douze conférences à l'École Normale de São Paulo. La deuxième conférence portait précisément sur la relation entre la psychologie et la pédagogie. Cf. *O Estado de S. Paulo*, 1er septembre 1912. Parmi les participants figuraient des membres du gouvernement de l'état de São Paulo, des enseignants de l'École Normale et des membres de l'Union Scolaire Franco-Pauliste, tels que Ruy de Paula Souza, Vergueiro Steidel, Cyridião Buarque et Oscar Campelo. Cf. http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/fontes_escritas/3_Imperio/1846_escola_normal.pdf.

Dumas se rapproche de la famille Mesquita et d'un groupe de collaborateurs du journal, impliqués dans la question de l'éducation par l'impact direct ou indirect sur leurs activités culturelles et professionnelles. L'École Normale de São Paulo était une institution associée à la Ligue Nationaliste de São Paulo et à la Société d'Éducation de São Paulo – des associations libres qui visaient à influencer l'agenda des réformes éducatives. Nombre des agents qui circulent dans ces institutions sont les collègues de Dumas depuis 1908 – un réseau de sociabilité qui détient tous les atouts – sociaux, politiques et intellectuels – pour interférer dans la politique éducative de l'état de São Paulo²⁵. D'où la collaboration de Dumas au journal *Correio Paulistano* entre 1909 et 1914, ainsi qu'à la réforme de l'éducation de Sampaio Dória en 1920. Nombre d'entre eux ont collaboré à la fondation du Lycée Franco-Brésilien de São Paulo²⁶. Ce groupe comprenait, outre la famille Mesquita, Fernando de Azevedo, Lourenço Filho, Sampaio Doria et Rui de Paula Souza. Tout au long des années 1920, les trois premiers étaient directeurs de l'Instruction Publique, respectivement dans le District Fédéral, au Ceará et à São Paulo, et le quatrième était directeur du Lycée Franco-Brésilien de São Paulo²⁷. Les trajectoires des éducateurs réformistes s'inscrivent dans deux positions sociales possibles: ils sont membres des élites dirigeantes, familles de politiciens traditionnels ou propriétaires d'entreprises dans le domaine des infrastructures, comme dans le cas de Rui de Paula Souza et Fernando de Azevedo, ou membres des classes moyennes urbaines montantes grâce au capital scolaire, comme dans le cas de Lourenço Filho et Sampaio Doria²⁸. Les bien nés quittent l'entreprise

25. En 1908, à l'occasion de sa première mission, Dumas visite l'École Polytechnique et la Faculté de Droit de São Paulo – initiant ainsi des contacts avec Frederico Vergueiro Steidel, Silva Telles, Silva Freire, Ramos de Azevedo, Francisco de Paula Souza, Reynaldo Porchat, Alfredo Pujol, Mendes de Almeida et Dino Bueno. Sur l'importance du journal *O Estado de S. Paulo* dans la vie culturelle et éducative de São Paulo, cf. Miceli, 2001; Santos, 2018; Nery, 2008, et Limongi, 1989.

26. En 1924, première année de fonctionnement du Lycée, le conseil pédagogique était composé de Frederico Vergueiro Steidel (Faculté de Droit), du professeur Rodolpho Batista S. Thiago (École Polytechnique), du professeur Ovídio Pires de Campos (Faculté de Médecine), du professeur J. Itapura de Miranda (Gymnase de São Paulo), du professeur Antônio Sampaio Doria (École Normale) et du professeur français Drouin. Cf., 18 janvier 1924. Sampaio Dória et Frederico Vergueiro Steidel étaient membres de la Ligue Nationaliste; Rui de Paula Souza et Victor da Silva Freire, qui ont parrainé le Lyceu, étaient membres de la Société d'Éducation de São Paulo (1929).

27. Le projet de fonder un lycée à São Paulo remonte à 1916, et Dumas pensait initialement construire quatre lycées au Brésil. Cf. Kovacevic, 2019, p. 53-54. Les actifs initiaux ont été donnés par le Parlement, et une autre partie provient de banques, de sociétés françaises et de maisons ayant des intérêts au Brésil. En raison du manque de ressources, il a fallu chercher des mécènes au Brésil et diviser l'administration du Lyceu – accordée par le gouvernement de São Paulo, le gouvernement fédéral et des mécènes privés.

28. Les familles de Rui de Paula Souza et de Fernando de Azevedo étaient, respectivement, propriétaires du secteur des infrastructures urbaines – chemins de fer (SP) et transports (RJ). Leurs familles ont probablement entretenu des relations, puisque Francisco de Paula Souza était un associé de la Com-

familiale pour embrasser la carrière d'éducateur, ce qui représente un mouvement vers le bas dans le champ du pouvoir – en emportant avec eux tous les bénéfices des capitaux familiaux hérités. Ceux qui bénéficient d'une bonne volonté culturelle et d'un diplôme supérieur s'élèvent avec l'expansion de l'État dans le domaine de l'éducation (Miceli, 2001). Certaines propriétés scolaires distinguent ce groupe: trois sont diplômés de la Faculté de Droit de São Paulo – où ils ont rencontré certains des fondateurs de l'Union Scolaire Franco-Paulista, comme Reynaldo Porchat et Frederico Steidel –, et tous ont été enseignants ou directeurs de l'École Normale de São Paulo. Quant au domaine d'enseignement, ils sont devenus professeurs de psychologie et de pédagogie (Doria et Lourenço Filho), de psychologie et de latin (Fernando de Azevedo et Lourenço Filho) et de lettres modernes – français (Paula Souza)²⁹. Par une formation hybride, lettres classiques et sciences modernes, ils ont acquis les dispositions nécessaires pour sympathiser avec leurs homologues français et leurs propositions sur les sciences de l'homme.

En comparant les propriétés sociales et intellectuelles des éducateurs réformistes avec celles des professeurs français, on observe que les premiers occupaient une position socialement dominante par rapport aux français et, à leur tour, en ce qui concerne leur capital culturel spécifique, ils étaient dominés, car l'ensemble des titres français représentait une barrière insurmontable même pour les familles brésiliennes aisées. Bien qu'ils occupent des positions opposées du point de vue social et intellectuel, il existe une homologie de position entre eux: les professeurs français occupent une position dominée dans les hiérarchies disciplinaires en France, de même que les éducateurs brésiliens dans le champ du pouvoir au Brésil. Ainsi, l'accueil favorable réservé aux sciences humaines françaises peut être attribué à l'homologie de position qui permet des élections mutuelles. Pour la fraction des groupes dirigeantes ayant des fonctions éducatives, notamment les éducateurs réformistes de São Paulo, les missions françaises ont permis de légitimer de nouvelles pratiques (scientifiques, éducatives, éditoriales, administratives) devant les soi-disant "dilettantes" et les politiciens "purs" (Limongi, 1989).

pagnie Chemin de Fer Sorocabana, et Francisco Eugênio de Azevedo était un associé de la Compagnie Ferro-Carril Guarany. Après une période d'instabilité économique familiale, Fernando de Azevedo épouse, à l'âge de 23 ans, Elisa Assumpção do Amarante Cruz, fille du médecin militaire et actionnaire de la Banque União de S. Paulo, Luiz Gonzaga do Amante Cruz. Le père de Lourenço Filho était un petit commerçant, et celui de Sampaio Doria était major dans l'ancienne armée impériale. Tous deux ont enseigné pendant leurs années de formation. Cf. Miceli, 2001.

29. Exception faite de Ruy de Paula Souza – qui a fait toute sa formation à Paris – et a obtenu une licence ès Lettres à la Sorbonne. Au Brésil, il a fréquenté l'École de Mines de Ouro Preto. Paula Souza, contrairement aux autres, était de la même génération que Dumas et a pu entrer en contact avec lui lorsqu'elle était étudiante à Paris.

Les professeurs de français dans la presse de São Paulo: cours et conférences

Les cours et conférences de Dumas au Brésil ont été publiés dans les journaux de São Paulo dès le début des missions scientifiques en 1908. Le volume de ces publications nous permet d'avoir une idée de l'énorme investissement du professeur français dans la diffusion de la philosophie et les sciences de l'homme françaises, ainsi que de la familiarité des lecteurs avec ses textes après des années de collaboration³⁰. Il s'agit d'une dimension de la circulation des idées généralement peu prise en compte en raison peut-être de la difficulté d'accès aux documents, mais qui était fondamentale en tant que stratégie pour familiariser le lecteur avec les auteurs et les œuvres étrangers, ainsi qu'avec les questions d'éducation internationale. Entre 1908 et 1918, les contributions de Dumas sont plus littéraires et pittoresques, tandis que dans la période suivante, après la Première Guerre, elles deviennent plus sérieuses et scientifiques.

Dès les premiers cours, on constate que Dumas adhère à la politique culturelle de l'État français en promouvant la sociologie durkheimienne et la psychologie scientifique française, ainsi que le modèle éducatif français. Le cours qu'il a donné à l'École Normale de São Paulo en 1912 comprenait plusieurs sessions sur la psychologie et la pédagogie, ainsi que sur les réformes éducatives en France. Dans les années 1920, les cours sur les réformes éducatives et les sciences de l'homme françaises sont encore plus fréquents, car ils figurent dans l'agenda politique des intellectuels de São Paulo. Les cours, publiés dans le journal *O Estado de S. Paulo*, ont donné naissance à la chronique mensuelle de Dumas et, quelques années plus tard, à celle de Paul Fauconnet, sociologue et professeur à la Sorbonne. Dumas et Fauconnet ont écrit chacun une cinquantaine de chroniques pour ce journal au cours de cette décennie³¹. En outre, les professeurs français ont mené de nombreuses activités dans le pays: ils ont publié des ouvrages et des préfaces; ils ont orienté leurs collègues et conseillé des réformes; ils ont élaboré le projet du Lycée Franco-Bésilien de São Paulo et des universités dans les années 1930; enfin, ils ont nommé des professeurs français pour occuper des postes dans l'enseignement secondaire et universitaire. Leurs activités s'adressaient à la fois à un large public, à l'élite cultivée, et à un public restreint d'éducateurs et de professeurs de l'enseignement supérieur. Un investissement intense et diversifié, réalisé collectivement, qui indique que la légitimation des

30. Entre 1909 et 1914, Dumas a été chroniqueur pour le *Correio Paulistano* et a écrit environ deux cents chroniques durant cette période. Les journaux vantent Dumas comme l'"Einstein de la Sorbonne" et l'"ami du Brésil" – un éblouissement que l'on ne retrouve pas dans son cercle le plus proche.

31. Dumas a commencé la collaboration en 1923 et l'a terminée en 1930 – absent en 1924 et 1925, où il a été remplacé par Albert Thibaudet. Fauconnet a commencé cette collaboration en 1927 et l'a terminée en 1930.

nouvelles sciences humaines françaises au Brésil n'a pas été un processus spontané ou naturel, c'est-à-dire, le résultat direct des affinités linguistiques et du mode de vie d'une élite francisée.

Le dialogue entre les professeurs français et les éducateurs brésiliens a été facilité par le processus, simultané dans les deux pays, d'institutionnalisation des nouvelles sciences humaines dans les écoles normales primaires. En France, après l'institutionnalisation de ces sciences dans les universités, il s'agissait d'investir dans la diffusion scientifique à des fins d'éducation civique ou de culture scientifique. À partir de la réforme de 1920, l'expansion de la sociologie dans le programme des écoles normales primaires a produit une demande de nouveaux manuels et a dynamisé le pôle pédagogique du champ de l'édition – jusqu'alors dominé par l'histoire et la philosophie. Les manuels de sociologie étaient publiés soit par des durkheimiens stricts, soit par des anti durkheimiens inspirés par la psychologie sociale française (Geiger, 1979 ; Terral 2005, 2008 ; Savoye, 2007). Dans l'enseignement secondaire, le conflit opposait les défenseurs de l'enseignement des humanités classiques à ceux des sciences modernes, les premiers porteurs d'une vision nationaliste – qui opposait les humanités françaises aux sciences allemandes – et les deuxièmes d'une vision plus internationaliste de l'enseignement. Ainsi, le débat entre philosophes et sociologues, qui recoupe dans une certaine mesure l'affrontement entre catholiques et laïques, est la devise qui guide les collections éditoriales et les réformes de cette décennie (Geiger, 1979 ; Savoye, 2007).

Les manuels français ont été largement diffusés hors de France. Au Brésil, on les trouve dans les références bibliographiques des ouvrages de psychologie et de sociologie de l'éducation des années 1920 et 1930 – comme ceux de Hesse et Gleyse (1920) et de Bouglé et Raffard (1926). De plus, les réformes françaises y ont également été largement commentées et débattues – au point de constituer dans le champ idéologique brésilien des positions pour ou contre certains auteurs et réformes en France. Ainsi, les groupes et les arguments utilisés en France pour et contre la sociologie durkheimienne et la psychologie scientifique ont été mobilisés dans des conflits locaux. Malgré les énormes différences entre le système éducatif en France et au Brésil, l'institutionnalisation des sciences humaines dans les écoles normales du Brésil était la voie possible pour leur institutionnalisation dans les universités du futur – un processus inverse à celui qui s'est produit en France³².

32. Ce processus ne s'est pas déroulé sans tensions et solutions négociées avec les écoles confessionnelles françaises au Brésil. Les enseignants français ont dû adopter une position en France et une autre au Brésil : en France, ils ont défendu la loi de 1905 de séparation entre l'Église et l'État; au Brésil, ils ont soutenu les écoles confessionnelles françaises. Cf. Suppo, 2001.

Les conférences et chroniques de Dumas de l'époque indiquent quelles sont les causes prioritaires dans le domaine de l'éducation : l'"école unique" comme antidote à la "lutte des classes" scolaire³³; l'enseignement secondaire guidé par le "désintéressement" et visant à la "culture de l'esprit" contre l'enseignement "utile" et "professionnel" ; le rôle central des facultés des lettres et des sciences dans l'université, dont les objectifs seraient de former des consommateurs et des producteurs de science et de culture, ainsi que des enseignants pour l'enseignement secondaire et supérieur³⁴. Dumas, cependant, n'ose pas défendre l'idée que le Brésil doit copier les institutions françaises – ce qui reviendrait à affronter l'esprit nationaliste des élites dirigeantes ; il investit dans l'invention d'une tradition commune, celle des pays "latins", dont le but serait de préserver leur "tradition culturelle" en opposition aux nations à "pouvoir économique"³⁵. Il s'est inspiré de la vieille opposition entre peuples latins et anglo-saxons, une rhétorique essayiste de la fin du XIX^e siècle, afin de souligner la distance entre l'Amérique latine et l'Amérique anglo-saxonne.

33. Le mouvement de l'École Unique en France ne doit pas être confondu avec le mouvement de l'Éducation Nouvelle – qui avait une portée internationale. Ce mouvement préconise la suppression du cours primaire dans les lycées afin que tous les élèves des écoles publiques entrent dans le système par les écoles primaires. À cette époque, les lycéens – issus des classes aisées – fréquentent l'école primaire dans le lycée même, tandis que les classes populaires fréquentent l'école primaire et l'école primaire supérieure, générant une séparation entre les classes sociales. Cf. Dumas, *OESP*, 19 août 1928.
34. La suggestion de Dumas comprenait également la création de facultés d'éducation sur le modèle de l'École Normale Supérieure française. À cet égard, voir la mention par Sampaio Doria de la participation de Dumas à la réforme des écoles normales de São Paulo : "En 1920, lors des réunions promues par le professeur Sampaio Doria à la Direction Générale de l'Éducation, vous, Monsieur le professeur George [sic] Dumas, vous efforçant, selon vos nobles manières, d'apparaître comme un simple collaborateur secondaire, avez apporté un précieux contingent au projet d'une faculté d'éducation, une école supérieure destinée au perfectionnement pédagogique des enseignants et à la diffusion de la culture générale. La faculté d'éducation, bien qu'elle ait été créée par une loi de l'état de São Paulo, n'est pas allée au-delà du papier. Mais la graine est restée". Almeida Júnior, séance spéciale pour la nomination de Dumas comme docteur *honoraire* à l'Université de São Paulo – 11 juin 1937. Cf. l'Annuaire de l'USP DE 1938. Tout indique que, le projet n'ayant pas abouti, Dumas a mis en garde contre le fait qu'une faculté d'éducation à l'orientation "strictement pratique" pourrait compromettre la fondation d'une faculté des lettres.
35. L'invention d'une tradition de l'Amérique Latine comme région de haute culture fait partie de la rhétorique de presque tous les professeurs français de cette période. "L'Amérique Latine, région de vieille culture, comprend que pour être plus forte, pour affermir sa personnalité, il lui suffit d'organiser sa propre force, d'être latine au sens le plus complet du terme, et c'est pourquoi [...] toutes les nations que j'ai visitées perfectionnent leur enseignement secondaire pour recruter plus largement leurs élites, pour renforcer leur esprit national, pour valoriser toute leur richesse intellectuelle et aussi pour préparer les chefs à la lutte économique dans laquelle ils sont engagés. L'Amérique Latine, avec l'amélioration de son enseignement secondaire, n'a pas à créer un capital intellectuel, mais à obtenir un rendement méthodique du capital que la plupart des nations qui la composent possèdent depuis longtemps – certaines depuis plusieurs siècles." Dumas, *OESP*, 17 novembre 1928 et 25 août 1927.

De leur côté, les conférences et les chroniques de Fauconnet étaient presque toutes consacrées au thème de l'éducation et avaient un biais plus spécialisé, puisqu'il était titulaire de la chaire de sciences de l'éducation à la Sorbonne³⁶. Comme Dumas, il a défendu le mouvement réformiste français appelé "École unique", c'est-à-dire l'école primaire obligatoire pour tous les élèves de l'enseignement public, en vue de lutter contre les inégalités générées par le système scolaire français. Il a également défendu le mouvement pour l'"éducation nouvelle" en promouvant des études biologiques et psychologiques sur les enfants et les adolescents, mais a revendiqué un rôle central pour la sociologie – tant dans la formation des enseignants que dans la définition des politiques publiques en matière d'éducation. L'éducation étant un fait social, affirma-t-il, il reviendrait à la sociologie d'établir les "fins" de l'éducation selon chaque civilisation ou pays. En outre, il considérait avec suspicion la célébration de l'"autonomie" et de la "liberté" de l'enfant parce que fondée sur une "fausse science", la psychologie nord-américaine, bien qu'il ait identifié dans cette clameur un aspect positif – la modération des tendances autoritaires de l'éducation traditionnelle. Enfin, il ne considère pas comme adéquate l'orientation pragmatique de la pédagogie de l'"éducation nouvelle" – principalement lorsqu'elle est appliquée aux niveaux les plus avancés de la scolarité³⁷. L'enseignant, défendait-il, est un représentant de la société dans la classe et c'est à lui que revient la formation de l'individu selon ce qui est déterminé par chaque société – une conception de l'autorité étrangère à la spontanéité de la pédagogie nord-américaine. Ainsi, en hiérarchisant deux modèles d'enseignement et deux sciences, la sociologie et la psychologie, Fauconnet met en opposition deux civilisations, la française et l'américaine.³⁸ Cette opposition est exacerbée lorsqu'il aborde l'enseignement secondaire: le modèle français est le meilleur car il est fondé sur le "désintéressement" par opposition à l'"utile" et au "professionnel", dont la fonction devrait être la formation d'une "culture générale". Cependant, il admet que la culture de l'esprit peut être atteinte aussi bien par les humanités classiques (grecques-latines) que par les humanités modernes (langue et littérature modernes et sciences), bien qu'en France il se place du côté des modernes.

Ces débats ont eu un impact direct sur les réformes brésiliennes à la mesure que

36. Fauconnet est président du "Groupe français" de la Ligue Internationale pour l'Éducation Nouvelle, fondée en 1921, et Henri Piéron en est le vice-président.

37. Sur la réception des idéaux français et nord-américains parmi les milieux de l'Éducation Nouvelle, voir Bomeny, 2001, p. 45, et Nascimento, 2012, p. 94. Le mouvement pour l'École Unique en France était distinct de ce mouvement, mais tous deux proposaient de démocratiser l'accès à l'éducation, de rationaliser la sélection des élèves, de moderniser la formation des enseignants et d'institutionnaliser la psychologie et la sociologie à tous les niveaux de l'enseignement.

38. Parmi les différents courants de l'Éducation Nouvelle, il accorde une plus grande attention à la conception suisse de "l'École Active".

visaient clairement à répondre à une demande locale. Le Lycée Franco-Brésilien de São Paulo avait été construit sur une base “classique”, et Fauconnet a dû faire des contorsions pour maintenir des bonnes relations avec ses fondateurs: en France, pays dont l’enseignement secondaire était traditionaliste, il était bon de développer l’enseignement moderne ; dans les nouveaux pays comme le Brésil, on pouvait mettre l’accent sur l’enseignement classique³⁹. On peut également observer son attention à la demande locale des éducateurs lorsque Fauconnet traite de l’enseignement supérieur: les écoles normales primaires et secondaires doivent être fusionnées et, en même temps, abriter une institution supérieure de formation culturelle et scientifique, c’est-à-dire une faculté d’éducation. Sans l’enseignement supérieur, il ne serait pas possible de former des enseignants du secondaire. En outre, il devrait y avoir une équivalence matérielle et symbolique entre la carrière de l’enseignant secondaire et celle de l’enseignant universitaire – en plus de la liberté du professorat, du dévouement exclusif et de la recherche. Enfin, les universités devraient relever de la compétence des états de la fédération et non du gouvernement fédéral⁴⁰. Ainsi, nous observons un processus d’adaptation constant, plus ou moins conscient, entre les exigences d’une fraction des élites brésiliennes et les préférences des professeurs français.

Dans le contexte de la circulation internationale des sciences de l’homme, la diffusion de la sociologie durkheimienne a eu plusieurs fonctions: remettre en cause la conception de l’”éducation nouvelle” nord-américaine au profit de la vision française – plus dirigiste et intellectualiste – et combattre la psychologie sociale nord-américaine au nom de la sociologie française. Il est donc compréhensible que Dumas et Fauconnet aient publié tant de chroniques dans les journaux sur la sociologie durkheimienne et que Fauconnet ait écrit la préface de la traduction brésilienne d’*Éducation et sociologie* (1929) – le premier ouvrage de Durkheim traduit au Brésil. La diffusion d’un Durkheim “pédagogue” et “scientifique” a combattue ces deux fronts. Dans son livre *Education et sociologie*, Durkheim s’oppose aux “spontanéistes” et aux “individualistes” en matière d’éducation⁴¹. Sans nier le travail des éducateurs sur la structure biologique et psychologique des individus, Fauconnet renforce la

39. “La question des humanités ne se pose pas dans les mêmes termes pour chaque pays et pour chaque époque. Il peut y avoir un excès ici et une carence là. Sans contradiction, je peux à la fois demander qu’un régime très exclusif des humanités soit modéré en France et qu’ailleurs, au Brésil par exemple, une place plus large lui soit ouverte.” Fauconnet, *OESP*, 09/05/1928.

40. En 1930, le tirage du journal *O Estado de São Paulo* était d’environ 100 000 exemplaires par jour. Les suggestions de Fauconnet étaient nombreuses : il a préconisé que le Conseil de l’Université intègre des membres de la société civile, en plus des étrangers, et que les professeurs agissent plus activement dans la société, en devenant des formateurs de l’opinion publique. Fauconnet, *OESP*, 12/10/1927.

41. En défendant l’idée que l’éducation varie selon la structure sociale d’un pays, l’auteur s’est nécessairement écarté de la base naturaliste et psychologisante des nord-américains. Cf. Durkheim, 1929.

vision durkheimienne: la sociologie va au-delà du conditionnement physiologique ou psychologique des individus et, plus encore, rend compte de ce conditionnement. Ces sciences pourraient se compléter, mais jamais se remplacer⁴².

Henri Piéron s'est également rendu au Brésil à deux reprises au cours des années 1920. Il a été professeur au Collège de France, chef du laboratoire de psychologie physiologique à la Sorbonne et directeur de *L'Année psychologique*. Spécialiste de la psychologie expérimentale et de la psychologie appliquée à l'éducation et au travail, il a apporté une contribution importante au *Traité de Psychologie de Dumas* – largement utilisé par les éducateurs brésiliens. Cependant, la psychologie expérimentale et appliquée occupait une position dominée par rapport à la psychologie philosophique en France. Ainsi, il a consacré une partie de son temps à des missions probablement parce que, outre le devoir civique, il avait besoin de reconnaissance à l'étranger pour renforcer sa carrière en France. Ses publications lui permettaient de répondre aux demandes des médecins et des éducateurs brésiliens: avec Miguel Ozório de Almeida, professeur à la Faculté de Médecine de Rio de Janeiro, il effectue des recherches conjointes et publie des articles en France ; dans le cas de Lourenço Filho, professeur à l'École Normale de São Paulo, la relation est entre maître et disciple, et il devient le mentor de ses recherches et de ses écrits⁴³. Piéron n'a pas écrit de chroniques dans le journal, comme Dumas et Fauconnet, peut-être en raison du caractère biologique et spécialisé de sa production intellectuelle, mais ses cours ont été publiés sous forme de livre par la collection de l'École Normale de São Paulo, en plus d'avoir un livre traduit par la collection de l'éducateur Lourenço Filho – sur psychotechnique et psychologie de l'éducation (Piéron 1927a, 1927b). Dans le cas de la psychologie appliquée, Piéron défend l'étude des "attitudes" de l'individu (aptitudes), une approche qui s'oppose, dans une certaine mesure, à celle utilisée dans les tests de "QI" pour mesurer l'intelligence utilisée par la psychologie nord-américaine⁴⁴. Sa critique est toutefois nuancée, même s'il fait

42. "Parce que la psychologie est manifestement incompétente quand il s'agit de dire non pas ce qu'est l'enfant, qui reçoit l'éducation, sa manière propre d'assimiler et de réagir, mais la nature même de la civilisation que l'éducation transmet et l'appareil qu'elle emploie pour la transmettre." Fauconnet, 1929, pp. 12-13.

43. Les lettres des deux à Henri Piéron sont révélatrices en ce sens. Cf. Piéron. Institut de Psychologie. Université Paris Descartes, Fonds Piéron. Cf. Souza, 2015; Melo, 2016.

44. Il est important de noter que les disciplines "expérimentales" et "appliquées" avaient un plus grand potentiel de circulation en raison de leur plus grande autonomie par rapport à la culture nationale d'origine ou au champ de production. Dans un contexte nationaliste, tel que celui des années 1920, la sociologie durkheimienne était désavantagée par son association avec la culture française (qui pouvait être lue comme "impérialiste") par rapport à la psychologie expérimentale, dont le fondement naturaliste pouvait être apprécié comme "universel". Cf. Charle, 2004.

l'éloge des pionniers français – Alfred Binet et Théodore Simon – dans toutes les découvertes ultérieures des nord-américains. Piéron a obtenu une grande reconnaissance au Brésil: il a été élu membre correspondant de l'Académie des Sciences et de l'Académie Nationale de Médecine et, en retour, il a soutenu la candidature de plusieurs collègues brésiliens comme correspondants étrangers dans plusieurs sociétés scientifiques françaises. Ainsi, ces nominations étaient des expressions de reconnaissance mutuelle et complétaient le travail symbolique des missions. Donc, à la mesure que les échanges établis par les scientifiques dans les missions des années 1920 ont contribué aux recherches des professeurs brésiliens, elles peuvent également être traitées comme des expéditions scientifiques sans préjudice de leur caractère diplomatique (Petitjean, 1989). Ils sont le résultat d'intérêts associés aux trajectoires des deux groupes.

Des humanités classiques aux humanités modernes

La réception des sciences humaines françaises, on l'a dit, était plus positive parmi les éducateurs réformistes de São Paulo, car c'est avec eux que les professeurs français ont réalisé un intense travail intellectuel et institutionnel – agissant dans les réformes de l'éducation, à l'École Normale de São Paulo, au Lycée Franco-Brésilien, et dans les collections éditoriales coordonnées par ce groupe. L'enracinement local des théories éducatives et des catégories scientifiques françaises a permis à ces éducateurs de se légitimer à la fois auprès des élites dirigeantes de São Paulo et des éducateurs concurrents des autres états de la fédération à une époque de concentration croissante des fonctions éducatives par l'État. Ce sont là quelques-uns des facteurs conditionnant les changements observés dans les préférences des éducateurs de São Paulo à la fin des années 1920, qui ont conduit les éducateurs à adopter la "science française".

Les années 1920 au Brésil sont caractérisées par de nombreuses transformations dans le domaine de l'éducation: réformes du système éducatif, institutionnalisation de nouvelles chaires dans les écoles normales et les lycées, publication de nouveaux manuels scolaires, concours, etc. Cet ensemble de pratiques a été à la fois le résultat et le promoteur du mouvement scolaire qui, grosso modo, peut être caractérisé par trois traits principaux: la pédagogie centrée sur l'élève, l'étude scientifique des enfants et des adolescents et les écoles expérimentales. Le mouvement a contribué à la légitimité des nouvelles sciences humaines car la formation des enseignants était basée sur la biologie, la psychologie et la sociologie de l'éducation. Pour les éducateurs réformateurs, il était essentiel de défendre les sciences de l'éducation car elles constituaient une barrière contre les enseignants dits "dilettantes" ou "autodidactes" – dont beaucoup

étaient nommés par le pouvoir politique⁴⁵. Cependant, les références bibliographiques utilisées dans les manuels brésiliens étaient majoritairement nord-américaines et, lorsqu'elles étaient européennes, il s'agissait des auteurs suisses, italiens, allemands et russes. Ainsi, les professeurs français ont été confrontés à un mouvement d'opinion pédagogique très défavorable – notamment pour la diffusion de la sociologie durkheimienne, dont le dialogue avec la pédagogie nord-américaine était tendu -, de sorte que les fondements scientifiques du mouvement pour l' "éducation nouvelle" étaient loin de faire consensus (Vidal, 2013).

En ce sens, la préférence pour le modèle d'éducation et les sciences de l'homme françaises pour les éducateurs de São Paulo n'était pas quelque chose de spontané. Dans le cercle des éducateurs de São Paulo, les trajectoires scolaires et pédagogiques indiquent deux institutions principales comme source de leur formation intellectuelle. A la Faculté de Droit de São Paulo, on a inculqué la culture littéraire et l'engagement politique – dispositions contraires au durkheimisme strict ; à l'École Normale de São Paulo, la culture scientifique était plus valorisée – encore plus dans le domaine de la psychologie, en raison de son laboratoire -, mais les pratiques et les conceptions pédagogiques étaient principalement nord-américaines (Warde, 2003). Fernando de Azevedo et Lourenço Filho méritent d'être mis en avant dans le cercle de São Paulo car ils sont les principaux agents de la transition entre ces deux écoles et les sciences humaines françaises. Fernando de Azevedo – essayiste, classiciste et critique littéraire au début de sa vie intellectuelle – est l'auteur qui s'est le plus approprié le référentiel sociologique durkheimien (Nascimento, 2012). Son contact avec le durkheimisme a peut-être eu lieu lorsqu'il s'est installé à São Paulo, en 1919, moment à partir duquel il est entré à l'École Normale de São Paulo, a rencontré Lourenço Filho et a commencé à collaborer au journal *O Estado de S. Paulo*. En 1921, il est déjà présent à la réunion qui célèbre le projet du futur Lycée Franco-Brésilien de São Paulo. En tant que directeur de l'Instruction Publique du District Fédéral, entre 1927 et 1930, il a institué un concours de professeur de l'École Normale du District Fédéral et a y fondé une chaire de sociologie. En 1931, il est invité par Lourenço Filho à enseigner la sociologie à l'École Normale de São Paulo et, en 1933, il institue la chaire de sociologie dans toutes les écoles normales de São Paulo (Vidal, 2013, Vidal *et al.*, 2020). Lourenço Filho est devenu un grand admirateur de la psychologie scientifique française, même si, comme il l'a lui-même déclaré, il était un adepte de la psychologie nord-américaine depuis l'époque de

45. Sur l'importance de la réforme Fernando de Azevedo dans le District Fédéral pour mettre fin à la "politisation" dans le recrutement des enseignants, cf. Vidal *et al.*, 2020. Voir également Santos (2013) et Godoi (2014).

l'École Normale de Piracicaba (Lourenço Filho, 1956). Sa venue à l'École Normale de São Paulo, au début des années 1920, où il occupait la chaire de psychologie et de pédagogie, a permis la réactivation du laboratoire de psychologie expérimentale, où se déroulaient les cours des professeurs français (Monarcha, 2001 ; 2009). En 1924, il publie une critique élogieuse du *Traité de Psychologie* de Dumas – qui prône une psychologie physiologique et pathologique française, ainsi qu'une collaboration avec la sociologie durkheimienne. (Lourenço Filho, *OESP*, 1924). Entre le point de départ et le point d'arrivée de ces deux trajectoires, il y a eu deux étapes intellectuelles importantes concernant les missions françaises: la fondation du Lycée et d'une collection éditoriale.

La fondation du Lycée Franco-Brésilien de São Paulo a organisé les relations entre les éducateurs de São Paulo et les enseignants français autour d'un projet pédagogique (Suppo, 1999 ; Vercesi, 2010 ; Kovacevic, 2019). Le modèle d'enseignement était fondé, suivant les lycées de France, sur le "désintéressement" et la "culture générale", c'est-à-dire qu'il avait pour but la formation de l'esprit sans souci de l'entrée dans l'enseignement supérieur – se démarquant ainsi à la fois des fonctions de l'enseignement primaire et des facultés professionnels. Il s'agissait d'un aspect central du système éducatif français, dont la mise en œuvre au Brésil n'était pas quelque chose de simple pour des raisons institutionnelles et professionnelles, mais aussi pour des raisons politiques et idéologiques, puisqu'il était associé à l'"étranger" et à l'"élitisme"⁴⁶. Le groupe d'éducateurs du cercle du journal *O Estado de S. Paulo* a adhéré au projet du Lycée, mais des restrictions ont dû être apportées au projet original en raison de ce que Mesquita Filho a appelé le "nationalisme exacerbé" du système éducatif brésilien (Pontes, 2010, p. 153 ; Vercesi, 2010, p. 83). Le gouvernement fédéral n'a accordé aux professeurs français que les matières des "humanités classiques" (latin et grec), modernes (langue et littérature françaises) et la philosophie – outre la méthode d'enseignement (Vercesi, 2010 ; Medeiros, 2005).

En France, ce modèle de formation donnait accès aux grandes écoles et à l'université, mais au Brésil il suscitait une controverse quant à sa fonction. Les débats sur l'enseignement des "humanités classiques" ont eu lieu dans les associations éducatives et dans les établissements d'enseignement – avec une large diffusion par les journaux (Nery, 2008 ; Carvalho, 1986). D'un côté, les "amis de Dumas", tels que Victor da Silva Freire, Franco da Rocha, Ruy de Paula Souza, Fernando de Azevedo et la

46. À l'époque, l'enseignement secondaire était subordonné à l'enseignement supérieur et se limitait à la préparation aux facultés professionnels – il n'avait donc pas d'identité propre. Le fait qu'il n'y ait pas d'enseignement supérieur spécialisé dans les domaines littéraires, c'est-à-dire des enseignants dédiés à l'enseignement secondaire, a éternisé le système. Cf. Nagle, 2006, p. 303, et Nagle, 2009.

famille Mesquita – tous membres de la Société d'Éducation de São Paulo et fondateurs du Lycée – défendaient les humanités classiques. Selon eux, l'enseignement de ces matières était fondamental pour la formation des élites dirigeantes. Ainsi, ils ont défendu la culture générale en utilisant de termes tels que "formation", "esprit" et "désintéressement" afin de combattre la conception instrumentale de l'enseignement, associée aux termes "instruction", "pratique" et "utilitaire"⁴⁷. En 1924, le professeur d'un lycée français, Marcel Drouin, prononce une conférence à la Société d'Éducation de São Paulo dans laquelle il défend une formation "humaniste" pour l'"élite" contre les défenseurs de l'éducation "utile" et "professionnelle" (Nery, 2008, p. 37). De l'autre côté, un important cercle intellectuel, formé par les membres de la direction de l'Association Brésilienne de l'Éducation, dans sa section de Rio de Janeiro, était contraire au modèle français⁴⁸. Partisans de l'enseignement utilitaire et professionnel, ils s'inspirent de Gustave Le Bon, auteur qui critiquait le système éducatif français et, en particulier, l'enseignement du latin et du grec, qu'il associait à la psychologie décadente du "peuple latin", adorateur de "bibelots inutiles"⁴⁹. Le Bon était un grand admirateur de l'enseignement nord-américain, d'où son importance dans ce débat. La vision pragmatique de l'enseignement était associée parmi les éducateurs du Rio de Janeiro aux sciences humaines nord-américaines⁵⁰.

47. "Ce qui différencie l'enseignement américain de l'enseignement français repose exactement sur cette distinction substantielle : le premier tend vers la méthode de l'autorité, de la statistique ou des formules scientifiques (caractère informatif), tandis que le second vise plutôt à profiter de la "capacité formative" de chaque sujet pour éveiller et développer l'esprit d'analyse, le sens de l'observation, la curiosité intellectuelle et la pénétration psychologique". Ruy de Paula Souza. "Liceo Franco-Brasileiro". *OESP*, 10 mars. 1925.

48. Le Lycée Français de Rio de Janeiro n'a pas rencontré les mêmes problèmes, car il n'était pas structuré selon le modèle des lycées français, c'est-à-dire qu'il ne proposait pas l'enseignement des humanités classiques.

49. Le Bon est peut-être l'auteur qui a le plus nui aux objectifs éducatifs des missions françaises. Porteur d'une trajectoire d'*outsider* dans le domaine universitaire, il devient un détracteur de la France et des "races latines". Il était un essayiste défenseur du libéralisme économique, de l'enseignement privé et des peuples "anglo-saxons". Sa *Psychologie de l'éducation* (1902) préconise une éducation professionnelle visant la réussite individuelle. "L'école européenne représente l'ignorance la plus grossière de l'enfant et de la nature humaine. Il moule les cerveaux sans honte ni pudeur; il supprime l'originalité et nivelle les personnalités comme une machine à égaliser. L'école américaine exalte l'individualité, la libère pour qu'elle manifeste ses propres qualités [...] tout en conservant sa liberté d'appréciation, de discernement, d'originalité et de responsabilité." Le Bon, 1902, p. 74. Cf. Consolim, 2008; Carvalho 1987.

50. Dans l'une des propositions sur l'enseignement de la sociologie, diffusée par la commission de l'enseignement secondaire, elle suggère un cours visant à préparer à la "vie pratique" et recommande de mettre l'accent sur les "sciences appliquées". Dans la liste des sujets et des références bibliographiques, on peut identifier l'orientation psychologisante et individualiste, ainsi que l'accent mis sur les "problèmes sociaux". La psychologie sociale et les lois de l'imitation introduisent le cours. D'abord on mentionne des auteurs américains et allemands et ensuite Durkheim et Lévy-Bruhl. La nécessité d'une

Les conceptions du groupe de São Paulo ont été synthétisées dans l'*Enquête* du journal *O Estado de S. Paulo* publié en 1926 (Azevedo, 1960). L'enseignement secondaire doit promouvoir un cours de "culture générale (non encyclopédique)", "intégral", "sans préoccupations professionnelles", "non spécialisé" pour la formation des "classes moyennes" – en opposition à l'orientation nord-américaine, qui valorisait l'éducation pour son "degré d'utilité immédiate" pour les masses⁵¹. Le modèle proposé était clairement défini à partir de l'opposition entre l'Europe et les États-Unis, entre "industrialisme" et "culture" – selon l'opposition entre pouvoir économique et pouvoir culturel⁵². Ces références étaient fondées sur l'idéologie de la latinité: les "humanités classiques" étaient la marque de la nationalité française contre la "science allemande", ainsi que la marque de l'Amérique Latine contre l'industrialisme nord-américain. Au nom de cette opposition, Azevedo se réfère positivement à la réforme de 1923 de Léon Bérard en France, qui a rendu les humanités classiques obligatoires dans les écoles secondaires, mais a également supprimé la sociologie dans les écoles normales primaires⁵³. La défense des humanités classiques par le groupe fondateur du Lycée a poussé les professeurs français, adversaires de Bérard en France, à adapter leurs positions au contexte brésilien⁵⁴.

Mais les préférences du groupe de São Paulo étaient sur le point de perdre certains de ses partisans vers la fin des années 1920. Les préférences étaient les mêmes pendant que les éducateurs s'identifiaient au groupe socialement dominant dans le champ du pouvoir – les patrons du Lycée. En d'autres termes, tant que les liens qui les unissaient aux familles propriétaires étaient plus forts que ceux qui les constituaient en tant qu'éducateurs, c'est-à-dire en tant que dominés dans le champ du pouvoir.

"sociologie générale" est défendue, car la sociologie n'est pas encore assez scientifique. L'accent est mis sur la dimension appliquée de la sociologie. Cf. "Programme de sociologie. Programme secondaire – bases pour une réforme", *apud* Carvalho, p. 147.

51. "Dans l'éducation, l'examen reste la seule idole pour laquelle l'élève et sa famille font de grands sacrifices de solidarité. Mais ici, comme dans d'autres pays d'Amérique, se dessine déjà clairement la réaction salutaire contre la superstition de l'utilité à tout prix, qui a élevé au rang d'idéal, dans l'organisation et le fonctionnement de l'enseignement secondaire, la rapidité à l'accomplir avec le moins d'effort possible. Azevedo, 1960, p. 263.
52. Ainsi, la solution pour l'enseignement secondaire est une combinaison "éclectique" d'humanités classiques, de sciences et de langues et littératures modernes. L'éducation doit avoir les fonctions suivantes : la formation de l'esprit (langue, littérature et sciences), la formation de la conscience nationale (langue et littérature nationales, histoire et géographie nationales) et universelle (histoire de la civilisation, géographie générale, philosophie ou histoire de la pensée). Cf. Azevedo, [1926] 1960, p. 265.
53. Bergson est du côté de Bérard contre les durkheimiens et, donc, contre les professeurs français en mission au Brésil. En général, les anti-durkheimiens, y compris les catholiques, sont les partisans de Bergson. Cf. la lettre de Bergson à Bouglé. Cf. Bergson, Bérard & Besnard, 1979.
54. Dumas, "Les idées de M. Henri Bergson sur l'enseignement secondaire". *OESP*, 8 juillet 1923.

Pendant un certain temps, les préférences de ces familles propriétaires, composées des amis ingénieurs, médecins et juristes de Dumas, se sont inconsciemment imposées aux éducateurs. La fondation du Lycée Rio Branco avec la collaboration de Sampaio Doria et Lourenço Filho – socialement dominés par rapport à Fernando de Azevedo et Ruy de Paula Souza – indique que les éducateurs liés à l'École Normale de São Paulo se sont éloignés du projet du Lycée Franco-Brésilien en raison de ses airs aristocratiques (Medeiros, 2005 ; Vercesi, 2010 ; Kovacevic, 2019). Quelques années plus tard, dans le *Manifeste des Pionniers pour l'Éducation Nouvelle* (Azevedo *et al.*, [1932] 2010), la rupture s'exprime: les éducateurs ne mentionnent pas la formation en "humanités classiques" comme nécessaire à la culture générale, mais seulement en "humanités modernes" (langue et littérature modernes), ce qui révèle un déplacement et une démarcation des intérêts des élites politiques dominantes au nom d'intérêts proprement éducatifs – dans la lignée des orientations de Piéron et Fauconnet⁵⁵. Fernando de Azevedo avait abandonné ses écrits littéraires pour adhérer au durkheimisme strict. Lourenço Filho a pris ses distances avec les sciences nord-américaines pour adhérer à la psychologie scientifique de Piéron – ce qui est claire dans sa correspondance avec lui⁵⁶. Les changements observés dans les prises de position des deux auteurs se sont produits dans la même période où ils étaient à la tête d'un projet éditorial réalisé en partenariat avec les professeurs français.

La collection Bibliotheca de Educação et la circulation de l'éducation nouvelle

Dans les années 1920, les éducateurs réformateurs ont également investi dans des collections éditoriales dans le domaine des sciences de l'éducation – une des stratégies pour marquer leur position dans le débat entre les préférences et les références étrangères. Certaines études ont déjà mentionné la relation entre la circulation

55. Les signatures du *Manifeste* indiquent un rapprochement entre les éducateurs de Rio de Janeiro et de São Paulo. En effet, Fernando de Azevedo, dans sa gestion du District Fédéral, s'est rapproché de certains membres de l'ABE DE Rio de Janeiro, comme Francisco Venâncio Filho et Edgar Sussekind, signataires du *Manifeste* (Carvalho, 1987). On notera cependant l'absence de deux grands noms de l'éducation de l'époque : Antônio Carneiro Leão et Gilberto Freyre – ce qui est probablement dû aux différends dans le domaine de la sociologie entre les courants français et nord-américains.

56. Lettre de Lourenço Filho à Piéron : "En tant que sud-américain, plus proche de la culture française, je suis un peu déçu de tout ce que je vois et entends. Les tendances des praticiens de la psychologie me semblaient très étroites, analytiques et fragmentées. Il y a un manque d'esprit de synthèse ou, si vous me le permettez, de philosophie. Je ne dis pas d'une philosophie aprioriste, mais du point de vue de la culture générale, d'un sens humain d'interprétation et de valorisation. L'enseignement secondaire me semble quelque peu monstrueux. Le système des crédits, permettant une spécialisation précoce et une fragmentation des études, me semble une solution très simpliste face à un problème aussi profond." Cf. Fonds Piéron. Institut de Psychologie. Lourenço Filho à Piéron. New York, 1er janvier 1935.

internationale et les premières collections dans le domaine de l'éducation au Brésil (Toledo & Carvalho, 2017 ; Vidal & Rabelo, 2019), mais ici il s'agit de montrer que la collection dirigée par Lourenço Filho, avec le soutien de Fernando de Azevedo, privilégie le volet européen de l'éducation nouvelle en raison de la collaboration des professeurs français.

Le marché de l'édition étant en pleine expansion, une fenêtre d'opportunité a été créée pour les milieux intellectuels déjà familiarisés avec l'univers des auteurs, traducteurs et éditeurs en raison de leur travail pédagogique ou journalistique. La maison d'édition Melhoramentos, qui publiait plusieurs éducateurs liés à l'École Normale de São Paulo, possédait une collection de livres pour enfants dirigée par un ancien inspecteur de l'École – Arnaldo de Oliveira Barreto – qui a probablement servi de médiateur pour le contact entre la maison d'édition et Lourenço Filho⁵⁷. La collection *Bibliotheca de Educação* était un phénomène éditorial (Monarcha, 1997 ; Oliveira, 2015). Si l'on considère les quatre premières années de la collection, entre 1927 et 1930, on constate que les auteurs traduits sont les professeurs français et leurs réseaux européens qui, à cette époque, investit l'Amérique Latine. Cette préférence pour le courant franco-suisse de l'École Nouvelle est aussi une stratégie de combat, car elle se fait au détriment du courant nord-américain⁵⁸. Outre Lourenço Filho et Fernando de Azevedo, les éducateurs de ce cercle ont participé de diverses manières à l'entreprise: Sud Menucci est devenu responsable des comptes rendus des œuvres dans le journal *O Estado de S. Paulo* et Sampaio Doria a été le premier auteur brésilien à publier dans la collection.

Entre 1927 et 1930, la collection a publié douze auteurs au total, dont six étrangers. Les six auteurs traduits sont Henri Piéron (1927), Édouard Claparède (1928), Émile Durkheim (1929), Adolphe Ferrière (1929), Théodore Simon/Al-

57. Il est possible que Fernando de Azevedo et Arnaldo Barreto se soient rencontrés à Rio de Janeiro, puisque tous deux se sont installés dans la ville au même moment et sont allés travailler au Lloyd Brésilien. Barreto dans les écoles professionnelles et Azevedo dans le secteur du chargement. Barreto est mort en 1925, mais il est possible qu'il ait été très proche de Lourenço Filho et de Fernando de Azevedo. Cf. Maziero, 2015.

58. Cela ne veut pas dire que Lourenço Filho s'est exclusivement inspiré des auteurs français. Bien au contraire. Il suffit de consulter ses publications pour constater que ses références bibliographiques sont majoritairement nord-américaines. Néanmoins, son adhésion à psychologie scientifique française est indéniable à partir du dialogue qu'il établit avec Piéron. "Comme ses leçons et ses démonstrations trouvaient déjà en pleine activité des noyaux d'application à l'éducation et à l'organisation du travail, elles furent suivies avec empressement. Piéron a eu l'occasion de proposer non seulement des principes et des techniques de psychologie appliquée, mais aussi la discussion de problèmes méthodologiques, ce qui a grandement influencé l'orientation des études de ses disciples de l'époque, parmi lesquels Roberto Mange, Lourenço Filho et Noemy Rudolfer". Cf. Lourenço Filho, 1956, p. 283.

fred Binet (1929) et John Dewey (1930)⁵⁹. Trois d'entre eux étaient allés au Brésil à cette époque par le biais des missions, comme Piéron (1923 et 1926), Simon (1929) et Claparède (1930), et les autres ont été répandus dans le pays par Piéron et Fauconnet. Les auteurs européens appartenaient au cercle intellectuel qui a fondé la *Ligue internationale de l'éducation nouvelle* en 1921⁶⁰. John Dewey a été le seul auteur nord-américain traduit lors de cette première période, à la suite des contacts établis par l'éducateur Anísio Teixeira lors de son séjour aux États-Unis (Carvalho, 2000 ; Toledo & Carvalho, 2017 ; Oliveira, 2015 ; Rocha, 2016 ; 2019).

Les ouvrages étrangers de cette collection portent d'autres marques du travail nécessaire à la légitimation des éducateurs réformateurs: traductions et préfaces. Parmi les six ouvrages étrangers mentionnés ci-dessus, quatre ont été traduits par Lourenço Filho – à l'exception de Ferrière, traduit par Noemy Silveira Rudolfer, et Dewey, par Anísio Teixeira⁶¹ – et cinq ont été préfacés par lui⁶². Certaines préfaces ont été rédigées sur la base du matériel biographique et bibliographique envoyé à Lourenço Filho par les auteurs eux-mêmes. En d'autres termes, dans ses premières années, la collection est le fruit d'un échange constant entre les éducateurs réformistes et les professeurs étrangers, dont le résultat est principalement la diffusion de la sociologie durkheimienne et de la psychologie expérimentale française, ainsi que de la psychologie de l'enfance pratiquée à l'Institut Jean-Jacques Rousseau en Suisse. Le premier ouvrage de Durkheim traduit au Brésil, *Éducation et sociologie*, a été préfacé par Paul Fauconnet, avec qui Lourenço Filho correspondait. La préface de Fauconnet, en phase avec les travaux de Durkheim, critiquait la pédagogie nord-américaine pour son caractère technique, c'est-à-dire pour l'absence de préoccupation pour les rapports entre l'école et la société, et soutenait que la considération

59. Entre 1927 et 1930, la collection Melhoramentos a publié annuellement les volumes suivants : 1 (1927), 4 (1928), 5 (1929) et 2 (1930). Cf. Oliveira, 2015.

60. Ferrière et Fauconnet étaient, respectivement, rédacteur en chef et rédacteur pour la France de la revue *Pour l'Ère Nouvelle*, publiée par la Ligue Internationale de l'Éducation Nouvelle. Ferrière était en mission en Amérique Latine et est arrivé au Brésil après avoir traversé plusieurs pays, mais n'a pas pu débarquer à cause de la révolution de 1930. Edouard Claparède et Adolphe Ferrière étaient membres de l'Institut Jean-Jacques Rousseau, à Genève, et étaient très proches de Piéron et Dumas. Claparède a collaboré à un chapitre du *Traité de Psychologie* de Dumas. Cf. Dumas à Claparède, Archives de Genève. Sur Claparède, cf. Ruchat, 2015.

61. Pour justifier le choix d'Anísio Teixeira comme traducteur, Lourenço Filho affirme qu'il était un ami et un disciple de Dewey. C'est-à-dire que le traducteur n'était pas un professionnel de la traduction, mais un disciple. Cf. Oliveira, 2015, p. 88.

62. Lourenço Filho a préfacé 27 des 29 œuvres de la collection. Cf. Oliveira, 2015. La préface de Lourenço Filho aux *Tests* de Binet et Simon révèle le dialogue actif avec les auteurs européens. La traduction du volume est justifiée par la "révision de l'échelle de Binet pour les enfants de São Paulo, travail que nous effectuons depuis environ cinq ans [...]". Cf. Lourenço Filho, 1920, p. 6.

des “moyens” – la psychologie appliquée à l’éducation – devait être subordonnée aux “fins sociales” établies par chaque société et, bien sûr, par la sociologie. Les préfaces de Lourenço Filho expriment la même conception de la relation entre la psychologie et la sociologie – à travers le binôme “moyens” et “fins”⁶³. Défendre la prédominance de la sociologie sur la psychologie représentait une position claire : l’adhésion à la “théorie” au détriment de la “technique” ou aux sciences sociales européennes au détriment du modèle nord-américain. En ce qui concerne la circulation des ouvrages étrangers, les volumes de Binet/Simon, Piéron et Durkheim sont les plus réimprimés – un indicateur que les ouvrages français ont trouvé une demande plus élevée parmi les étudiants des écoles normales.

La publication de ces traductions a produit comme contrepartie la pratique d’envoyer les œuvres des éducateurs brésiliens aux professeurs français. Dès qu’ils publiaient leurs propres œuvres, ils envoyaient aux professeurs à la recherche d’une critique dans une revue étrangère ou d’un commentaire flatteur à publier dans la deuxième édition⁶⁴. Si l’on prend l’exemple de deux œuvres, l’une de Lourenço Filho et l’autre de Fernando de Azevedo, l’on observe que toutes les deux contiennent une liste d’auteurs étrangers avec des passages élogieux sur ses livres⁶⁵. Dans l’ouvrage de Lourenço Filho (1930), les premiers de la liste sont Fauconnet, Piéron et Claparède, dans cet ordre ; le seul auteur nord-américain apparaît en dernier. Dans l’ouvrage de Fernando de Azevedo (1935), les sociologues durkheimiens apparaissent en premier, et il n’y a aucune référence à des auteurs nord-américains. Ainsi, la reconnaissance recherchée par ces éducateurs était orientée vers l’Europe et non vers les États-Unis. C’est notamment de la France qu’ils entendaient obtenir les éloges nécessaires à des fins de légitimation locale.

63. Le dépassement de la psychologie par la sociologie est décrit par Lourenço Filho : “Le progrès des sciences naturelles et, en particulier, le développement des études psychologiques ont obligé les pédagogues à revoir leurs théories traditionnelles. D’autre part, la transformation sociale des derniers temps, imposant de nouveaux problèmes à la cogitation des politiciens et des sociologues, devait compliquer cette réaction naturaliste par une réaction critique ayant un sens clairement social. La crise a fini par impliquer non seulement les problèmes des ‘moyens’, mais aussi le problème essentiel des ‘fins’ de l’éducation”. Lourenço Filho, Préface à Claparède, 1928.

64. Les éducateurs ont également envoyé des articles à publier à l’étranger. Voir, par exemple, l’article de Fernando de Azevedo dans la revue *L’Ère Nouvelle* – dirigée par Ferrière (Vidal & Rabelo, 2019; Vidal et al., 2020).

65. M. B. Lourenço Filho, *Introdução ao estudo da Escola Nova*. São Paulo, Melhoramentos, [1930] 1978; Fernando Azevedo, *Princípios de Sociologia*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, [1935] 1939. Fernando de Azevedo a envoyé son travail à Célestin Bouglé, qui lui a répondu en promettant un compte rendu dans les *Annales Sociologiques*, ce qui n’a pas eu lieu. Cf. Bouglé à Azevedo. IEB. Lourenço Filho envoie à Piéron son ouvrage *Testes ABC* [1933] et obtient une notice dans *L’Année psychologique*. Cf. *L’Année psychologique*, 1933-2 – n. 1975.

Dans les années 1920, défendre la sociologie durkheimienne n'était pas une tâche facile. Dans plusieurs pays, il existait un mouvement critique de Durkheim basé sur les mêmes arguments et références bibliographiques: Gabriel Tarde, René Worms, Henri Bergson et la psychologie sociale nord-américaine. En d'autres termes, certaines théories ont circulé dans l'espace transnational en même temps que leurs concurrents locaux, s'inscrivant dans les conflits étrangers en s'associant à des pôles distincts. Depuis la seconde moitié des années 1920, certains cours de sociologie avaient déjà adopté des références théoriques nord-américaines – le cas du Colégio Pedro II et de l'École Normale de Pernambuco (Leão, 1940 ; Meucci, 2007 ; Soares, 2015). De la même manière, les manuels de sociologie de Fernando de Azevedo (1935) et d'Antônio Carneiro Leão (1940) représentaient des prises de positions opposées dans les débats sur la définition légitime et la fonction des sciences humaines⁶⁶. En fait, le cercle des anti-durkheimiens dans le pays a été beaucoup plus étendu que celui des durkheimiens, limité au cercle des éducateurs de São Paulo, oppositions qui seront renouvelés avec l'institutionnalisation des sciences sociales dans les universités pendant les années 1930.

Considérations finales

Les missions scientifiques françaises des années 1920 ont contribué à établir une tradition d'études en sciences humaines avant même la fondation des universités brésiliennes. J'ai souligné qu'il était nécessaire de considérer l'importance de leurs fonctions scientifiques, en dépit de leurs fonctions diplomatiques, car les professeurs français avaient intérêt à se légitimer dans l'espace scientifique transnational. En outre, j'ai indiqué que les réformes éducatives et le mouvement de l'éducation nouvelle au Brésil ont produit une demande interne des élites dirigeantes pour des modèles institutionnels et des programmes pédagogiques dans lesquels les sciences humaines étaient inscrites. La convergence d'intérêts entre les professeurs français et les éducateurs de São Paulo a été possible parce que les deux groupes occupaient une position subordonnée, respectivement, dans le champ universitaire et dans le champ du pouvoir – et étaient dépendants de la légitimation des nouvelles sciences humaines dans leurs contextes nationaux respectifs. Le travail des intermédiaires culturels a fait circuler des œuvres et des auteurs, des théories et des méthodes, des modèles et de politiques d'éducation – des catégories qui se sont répandues principalement parmi les enseignants et les étudiants de l'École Normale de São Paulo.

66. Dans *Principes de sociologie*, Durkheim est l'auteur central et le principal représentant de la sociologie scientifique. Sur l'inspiration durkheimienne des manuels de sociologie, cf. Nascimento, pp. 70 et s.

Les manifestations publiques des éducateurs montrent que, dans cette période, leurs préférences se redéfinissent et s'orientent vers les sciences de l'homme françaises dans un contexte de rivalité entre les éducateurs réformistes eux-mêmes.

Face à la littérature sur la mobilité internationale des enseignants à cette période, j'ai essayé de montrer la spécificité des processus concomitants de circulation des personnes et des textes – ancrés dans deux champs nationaux distincts et dans leurs positions respectives dans l'espace transnational. Ainsi, les relations de rivalité entre la France, l'Allemagne et les Etats-Unis sont une partie de l'explication des missions françaises au Brésil. Par rapport à la circulation des théories, il faut également considérer les positions et les oppositions au sein de chaque espace national, car les théories ou les écoles ne circulent pas de manière isolée, mais en conjonction avec les critiques de leurs opposants dans le champ de la production en s'associant aux intérêts des groupes intellectuels étrangers. En ce sens, il est important de situer la position des agents à la fois dans le champ de la production et dans le champ de la réception. Ainsi, l'investissement des psychologues et des sociologues français au Brésil se comprend à partir de la crise de l'université française et, en particulier, des sciences humaines à cette époque. Si, d'une part, la conquête d'un public en Amérique Latine passait par l'exploitation du capital symbolique représenté par la culture française, d'autre part, les intérêts des sociologues et des psychologues dépassaient cette dimension. Le poids de l'investissement scientifique vis-à-vis le diplomatique dépendait aussi du type de trajectoire intellectuelle dans le pays d'origine – orientée vers l'accumulation du pouvoir universitaire (Dumas) ou l'accumulation du capital scientifique (Piéron).

Dans un espace transnational marqué par l'inégalité des ressources sociales et intellectuelles, les positions dans le champ de réception ne manquent pas de porter les marques de la domination – la recherche d'une légitimité culturelle ou scientifique par référence à l'étranger. En ce sens, l'"importation" de modèles étrangers – institutionnels, pédagogiques, théoriques – a servi autant à la distinction sociale qu'à la légitimité scientifique. Ces dispositions peuvent être identifiées dans des proportions différentes dans les trajectoires des élites dirigeants brésiliens – en fonction de la position dominante ou dominée dans le champ du pouvoir. Malgré la courte durée des missions scientifiques, des relations structurées et hiérarchiques ont été établies et des préférences et les références bibliographiques ont été définies – au contraire des lectures spontanées inspirées par le contact immédiat avec les sources écrites. Ainsi, au lieu de chercher des catégories "indigènes" dans l'histoire des sciences sociales au Brésil, il vaut mieux rendre explicites les relations sociales concrètes qui les ont produites.

Références Bibliographiques

- AZEVEDO, Fernando de. (1960), *A educação na encruzilhada*. 2 ed. São Paulo, Melhoramentos, vol. 4.
- AZEVEDO, Fernando de. (1939), *Princípios de Sociologia*. 3. ed. São Paulo, Companhia Editora Nacional, vol. 9.
- AZEVEDO, Fernando de *et al.* ([1932] 2010), *Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova*. Brasília, MEC.
- BERGSON, Henri; BÉRARD, LÉON & BESNARD, Philippe. (1979), “Lettres de Bergson et de Bérard”. *Revue Française de Sociologie*, Les Durkheimiens. Études et documents réunis par Philippe Bésnard, 20-1: 268-272.
- BOMENY, Helena. (2001), *Os intelectuais da educação*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- BOURDIEU, Pierre. (1984), *Homo academicus*. Paris, Éd. Minuit.
- BOURDIEU, Pierre (dez. 2002), “Les conditions sociales de la circulation internationale des idées”. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 145.
- CAMPOS, Cristina de. (2007), *Ferrovias e saneamento em São Paulo: o engenheiro Antônio Francisco de Paula Souza e a construção da rede de infraestrutura territorial e urbana paulista (1870-1893)*. São Paulo, FAU-USP.
- CARVALHO, Marta Maria Chagas de. (1986), *Molde nacional e fôrma cívica : higiene, moral e trabalho no projeto da associação brasileira de educação (1924-1931)*. São Paulo, tese de doutorado, Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. Orientador: Prof. Dr. João Eduardo Rodrigues Villalobos.
- CHARLE, Christophe. (1994), “Ambassadeurs ou chercheurs ? Les relations internationales de professeurs de la Sorbonne sous la III^e République”. *Genèses*, [s. l.], 14: 42-62. Disponível em https://www.persee.fr/doc/genes_1155-3219_1994_num_14_1_1212.
- CHARLE, Christophe ; SCHRIEWER, Jürgen & Wagner, Peter (org.). (2004), *Transnational intellectual networks : forms of academic knowledge and the search for cultural identities*. Francfort/Main, Campus Verlag.
- CONSOLIM, Marcia. (2008), “Posfácio: Gustave Le Bon e a Crítica da razão acadêmica” In: LE BON, Gustave. *Psicologia das multidões*. São Paulo, Martins Fontes.
- CONSOLIM, Marcia. (2018), “Georges Dumas e Marcel Mauss: diálogo sobre a expressão das emoções e dos sentimentos”. In: CONSOLIM, M.; WEISS, R. & PIZARROSO, N. (orgs.). *Marcel Mauss: relações reais e práticas entre a psicologia e a sociologia*. São Paulo, Edusp, pp. 141-164.
- DURKHEIM, Émile. (1929), *Éducation et sociologie*. Introduction de Paul Fauconnet, “L’œuvre pédagogique de Durkheim”. Traduction par Lourenço Filho. São Paulo, Melhoramentos. Bibliothecade Educação, vol. 5.
- FAUCONNET, Paul. (1929), *Educação e Sociologia*. Introdução de Paul Fauconnet, “A obra pedagógica de Durkheim”. Tradução de Lourenço Filho. São Paulo, Melhoramentos. Bibliothecade Educação, vol. 5, pp. 5-31.

- FAUCONNET, Paul. “Estrutura e Organização das Universidades Francesas”. O estado de S. Paulo, 12 de outubro de 1927.
- FAUCONNET, Paul. “A questão das humanidades”. O *Estado de S. Paulo*, 9 maio 1928.
- GEIGER, Roger. (1979) “La sociologie dans les écoles normales primaires: Histoire d’une controverse”. *Revue Française de Sociologie*, 20-1: 257-267. Les Durkheimiens. Etudes et documents réunis par Philippe Besnard.
- GODOI, Lidiany Cristina de Oliveira. (2014), *A reforma do ensino no estado de São Paulo: conflitos e disputas (1891-1892)*. Campinas, tese de doutorado, Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, Unicamp.
- GOMES, Clecia Aparecida. (2015), *Os engenheiros da Associação Brasileira de Educação (ABE): confluências entre ideias educacionais e urbanas na cidade do Rio de Janeiro nos anos iniciais do século XX*. dissertação de mestrado, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Unicamp.
- HAMBURGUER, Amélia Império *et al.* (1996), *A ciência nas relações Brasil-França (1850-1950)*. São Paulo, Edusp/Fapesp.
- HEILBRON, Johan *et al.* (2009), “Internationalisation des sciences sociales: les leçons d’une histoire transnationale”. In: SAPIRO, Gisèle. *L’espace intellectuel en Europe: De la formation des États-nations à la mondialisation XIX^e-XXI^e siècle*. Paris, La Découverte, pp. 319-346.
- KOVACEVIC, Gisele Schiavetti Basilio. (2019), *A política cultural francesa e o Lyceu Franco-Brasileiro S. Paulo como um modelo de ensino secundário para o Brasil - (1916-1951)*. São Paulo, dissertação de mestrado, Faculdade de Educação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC-SP.
- LAMARÃO, Sérgio T. de N. (2012), *A energia elétrica e o parque industrial carioca (1880-1920). Globalización, innovación e construcción de redes técnicas urbanas en América Latina y Europa (1890-1930)*. Simpósio Internacional, Universidade de Barcelona.
- LEÃO, Antônio Carneiro. (1940), *Fundamentos de sociologia*. São Paulo, Melhoramentos.
- LE BON, Gustave. (2008), *Psicologia das multidões*. São Paulo, Martins Fontes.
- LE BON, Gustave. (1902), *Psychologie de l’Éducation*. Paris, Flammarion.
- LIMONGI, Fernando. (1989), “Mentores e clientelas da Universidade de São Paulo”. Dans: MICELI, Sérgio (org.). (1989), *História das Ciências Sociais no Brasil - I*. São Paulo, Vértice, pp. 111-187.
- MASSI, Fernanda. (1989), “Franceses e norte-americanos nas Ciências Sociais brasileiras (1930-1960)”. In: MICELI, Sérgio (org.). *História das Ciências Sociais no Brasil*. São Paulo, Vértice.
- MAZIERO, Maria das Dores S. (2015), *Arnaldo de Oliveira Barreto e a Biblioteca Infantil Melhoramentos (1915-1925): Histórias de ternura para mãos pequeninas*. Campinas, tese de doutorado, Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, Unicamp.
- MEDEIROS, Valéria A. (2005), *Antonio de Sampaio Dória e a modernização do ensino em São Paulo nas primeiras décadas do século XX*. São Paulo, São Paulo, tese de doutorado, Faculdade de Educação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC-SP.

- MELO, Carolina S. B. de. (2016), *Légitimation, application et formation: les missions scientifiques françaises au Brésil dans le domaine de la psychologie (1908-1947)*. Paris, tese de doutorado, École des Hautes Études en Sciences Sociales.
- MELO, Carolina S. B. de & Campos, Regina H. de F. (2014), "Scientific exchanges between France and Brazil in the History of Psychology. The role of Georges Dumas between 1908 and 1946". *Universitas Psychologica*, Bogotá, 13 (5) : 1681-1695.
- MEUCCI, Simone. (2007), "Entre a escola nova e a oligarquia: a institucionalização da sociologia na Escola Normal de Pernambuco - 1929-1930". *Cronos*, 8 (2) : 451-474.
- MICELI, Sérgio. (2001), *Intelectuais à brasileira*. São Paulo, Companhia das Letras.
- MICELI, Sérgio. (1989), *História das Ciências Sociais no Brasil*. São Paulo, Vértice/Revista dos Tribunais.
- MONARCHA, Carlos. (org.). (1997), "Lourenço Filho e a Biblioteca de Educação". In: *Lourenço Filho: outros aspectos, mesma obra*. Campinas, Mercado de Letras, pp. 27-57.
- MONARCHA, Carlos. (2001), *Lourenço Filho e a organização da psicologia aplicada à educação*. Brasília: Inep.
- MONARCHA, Carlos. (2009), *Brasil arcaico, Escola Nova*. São Paulo.
- NAGLE, Jorge. (2006), "A educação na Primeira República". In: PINHEIRO, Paulo Sérgio *et al.* *História geral da civilização brasileira: O Brasil republicano*. 8 ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, t. III, vol. 9, pp. 283-318.
- NAGLE, Jorge. (2009), *Educação e sociedade na Primeira República*. São Paulo, Edusp.
- NASCIMENTO, Alessandra Santos. (2012), *Fernando de Azevedo: Dilemas na institucionalização da sociologia no Brasil*. São Paulo, Cultura Acadêmica.
- NERY, Ana Clara Bortoleto. *A Sociedade de Educação de São Paulo: embates no campo educacional (1922-1931)*. São Paulo, Editora da Unesp.
- OLIVEIRA, Priscila M. (2015), *Lourenço Filho e a coleção biblioteca de educação: uma análise dos prefácios escritos por esse educador*. São Carlos, dissertação de mestrado, PPG Educação/Cech, Universidade Federal de São Carlos, UFSCar.
- PETITJEAN, Patrick. (1989), "Le Groupement des Universités et Grandes Écoles de France pour les relations avec l'Amérique Latine et la création d'Instituts à Rio, São Paulo et Buenos Aires (1907/1940)". In: D'AMBRÓSIO, Ubiratan. *Anais do 2º Congresso Latino-Americano de História da Ciência e da Tecnologia*. São Paulo, Nova Stella, p. 428-442.
- PONTES, José Alfredo Vidigal. (2010), *Júlio de Mesquita Filho*. Recife, Fundação Joaquim Nabuco, Massangana.
- ROCHA, Ana Cristina S. M. (2016), *Experiências norte-americanas e projetos de educação no Distrito Federal e em São Paulo (1927-1935): Anísio Teixeira, Noemi Silveira, Isaías Alves e Lourenço Filho*. Rio de Janeiro, tese de doutorado em História das Ciências e da Saúde, Fundação Oswaldo Cruz, Casa de Oswaldo Cruz, Fiocruz.
- ROCHA, Ana Cristina S. M. (2019), "Noemy Silveira, Isaías Alves e a psicologia educacional:

- diálogos entre Brasil, França e EUA”. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, 26 (2): 407-425. <https://doi.org/10.1590/s0104-59702019000200003>.
- RUCHAT, Martine. (2015), *Édouard Claparède: à quoi sert l'éducation*. Lausanne, Antipodes.
- SANGLARD, Gisèle. (2008), *Entre os salões e o laboratório: Guilherme Guinle, a Saúde e a Ciência no Rio de Janeiro, 1920-1940*. 20 ed.
- SANTOS, Heloisa Helena Meirelles dos. (2013), “Escola Normal do Distrito Federal: por trás da modernidade civilizatória da cidade do Rio de Janeiro (1911-1920)”. *Revista Contemporânea de Educação*, Rio de Janeiro, 8 (15): 135-155.
- SANTOS, José Fagner Alves. (2018), *Júlio de Mesquita Filho e o projeto de ensino superior paulista: seus escritos, sua atuação (1920-1938)*. São Paulo, dissertação de mestrado, Faculdade de Educação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC-SP.
- SAVOYE, Antoine. (2007), “La science de l'éducation face à la réforme des lycées (France, 1920-1939)”. Symposium “Science(s) de l'éducation et République face à face. Théorisations contrastées d'une discipline indisciplinée (fin du 19e- 20e)”.
- SILVA, André F. C. (2011), *A trajetória científica de Henrique da Rocha Lima e as relações Brasil-Alemanha (1901-1956)*. Rio de Janeiro, tese de doutorado em História das Ciências e da Saúde, Casa de Oswaldo Cruz, Fiocruz.
- SOUZA, Letícia Pumar Alves de. (2015), *A ciência e seus fins : internacionalismo, universalismo e autonomia na trajetória do fisiologista Miguel Ozório de Almeida (1890-1953)*. Rio de Janeiro, tese de doutorado em História das Ciências e da Saúde, Casa de Oswaldo Cruz, Fiocruz.
- SOARES, Jefferson da Costa. (2015), “A construção do currículo de sociologia no colégio Pedro II (1925-1941) “. *Cadernos de História da Educação*, 14 (1) : 95-113.
- SUPPO, Rogelio Hugo. (2001), *La politique culturelle française au Brésil entre les années 1920-1950*. Paris, tese de doutorado, Paris III.
- TERRAL, Hervé. (2008), *Les manuels de Sociologie dans Les Écoles Normales D'instituteurs (1920-1940)*. In: *Trois figures de l'école durkheimienne: Celestin Bouglé, Georges Davy, Paul Fauconnet*. L'Harmattan. Dir. Claude Ravellet et Louis Ferraz. Imec, Anamnese, 3, pp. 39-56.
- TERRAL, Hervé. (2005), “Paul Lapie (1869-1927): universitaire et bâtisseur de l'école laïque”. *Carrefours de l'Éducation*, 1 (19): 121-137.
- VIDAL, Diana Gonçalves. (2013), “80 anos do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova: questões para debate”. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, 39 (3) : 577-588.
- VIDAL, Diana G. & Rabelo, RAFAELA S. (Jan.-Avr. 2019), “A criação de Institutos de Educação no Brasil como parte de uma história conectada da formação de professores”. *Cadernos de História da Educação*, 18 (1): 208-220.
- VIDAL, Diana G.; SILVA, José C. S. & Abdala, Raquel. (2020), *Fernando de Azevedo em releituras. Sobre lutas travadas, investigações realizadas e documentos guardados*. São Paulo, Paco Editorial.
- VERCESI, Maria Elena de Abreu. (2010), *O Lyceu Franco-Brasileiro São Paulo*. São Paulo, dissertação de mestrado. Faculdade de Educação da PUC-SP.

WARDE, Mirian Jorge. (2003), "O itinerário de formação de Lourenço Filho por descomparação". *Revista Brasileira de História da Educação*, 5: 125-167.

WEID, Elisabeth Von der. (1989), *A expansão da Rio de Janeiro Tramway Light and Power ou as origens do "Polvo Canadense"*. Trabalho apresentado no 10º Módulo do Congresso Internacional do Centenário da República Brasileira. Rio de Janeiro, 28 set. 1989. Mesa Redonda "Energia Elétrica, Estado e Sociedade". Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa, pp. 1- 49 (mimeo.).

Résumé

Circulation des intellectuels et réception des nouvelles sciences humaines françaises au Brésil: 1908-1932

L'objectif est de montrer que les missions scientifiques françaises au Brésil ont joué un rôle fondamental dans l'enracinement des sciences humaines françaises dans les décennies précédant la fondation des universités dans les années 1930. Dans le contexte des disputes entre la France et les Etats-Unis pour la domination culturelle et scientifique en Amérique latine, la stratégie des professeurs français a été d'établir des relations sociales et des pratiques de diffusion culturelle et scientifique dans des environnements socialement et intellectuellement dominants. Ces initiatives ont été couronnées de succès grâce à l'homologie de position entre les professeurs français et les éducateurs du cercle intellectuel de São Paulo – ce qui a contribué à la distanciation relative des éducateurs par rapport aux élites dirigeantes. Je conclus que la circulation des sciences de l'homme françaises s'est heurtée à des barrières au sein même du champ éducatif, dictées par l'esprit anti-durkheimien grandissant.

Mots-clés: Georges Dumas; Missions scientifiques françaises; Éducateurs réformistes; Sciences de l'homme.

Abstract

Circulation of intellectuals and reception of the new French human sciences in Brazil: 1908-1932

This article aims to show that the French scientific missions in Brazil had a fundamental role in rooting the French human sciences in the decades before the foundation of universities in the 1930s. In the context of the disputes between France and the United States for cultural and scientific domination in Latin America, the strategy of French teachers was to establish social relations and practices of cultural and scientific diffusion in socially and intellectually dominant milieus. These initiatives were successful thanks to the homology of position between French teachers and educators in the intellectual circle of São Paulo – which contributed to the relative distance between educators and the ruling elites. I conclude that the circulation of the French

social sciences encountered barriers within the educational field itself, dictated by the growing anti-Durkheimian spirit.

Keywords: Georges Dumas; French scientific missions; Reformist educators, Human Sciences.

Texte reçu le 20/7/2020 et approuvé le 24/8/2020.

DOI: 10.11606/0103-2070.ts.2021.172634

MARCIA CONSOLIM est professeur à l'École de Philosophie, Lettres et Sciences Humaines de l'Université Fédérale de São Paulo – EFLCH/UNIFESP. Elle est membre de l'Institut brésilien d'études durkheimiennes (UFRGS). Elle coordonne le groupe d'étude et de recherche SciCi – Science in Circulation à l'Institut d'Études Avancées et Convergentes de l'Unifesp. Elle développe actuellement un projet de recherche sur la circulation des intellectuels et des sciences sociales entre la France, le Brésil et les États-Unis dans la première moitié du vingtième siècle. Courriel: mconsolim@terra.com.br.



Planificación urbana posible, imaginario, existencia y cultura

Everaldo Batista da Costa*

<http://orcid.org/0000-0003-0734-6680>

Introducción

Comprender y confrontar los resultados urbanos y urbanísticos de la globalización, en el modelo productivo capitalista, que simultáneamente genera riqueza y pobreza, requiere la reflexión y la práctica de una planificación territorial que vaya más allá de centralidades exclusivas, límites impermeables y geometría del espacio. *Por un lado, las ciudades del mundo globalizado dependen de ajustes o conexiones inter-intrar-regionales para mantenerse; por otro, su comprensión implica leer sus efectos sobre el cuerpo y la mente del sujeto¹ en lo cotidiano.* Este argumento dialoga con Merleau-Ponty (2006), para quien la espacialidad del cuerpo esclarece la percepción del objeto por medio de la percepción del espacio, pues la experiencia del cuerpo propio nos enseña a enraizar el espacio en la existencia.

* Universidade de Brasília, Brasília, Brasil.

1. La noción de sujeto adoptada en este artículo es sartreana, la cual parte del proceso de producción como un todo y se refiere al individuo biológico, psicosomático, donde el individuo, placer-necesidad-trabajo, es él mismo un todo; a partir de esto, las relaciones sociales asimétricas o simétricas, ordenadas por las relaciones con la naturaleza, pueden comenzar a constituir una totalización, y es a partir de esta totalización que podemos tratar de saber, no *a priori*, sino en la historia misma, en qué condiciones una totalización se pierde (Sartre, 2015, p. 78).

La idea de una *planificación urbana posible*² se alinea con las nociones de *imaginario*, *existencia* y *cultura*, ya que incorpora dimensiones de la vida práctica del individuo, apuntando a la ciudadanía plena a través de la *equidad socio-territorial* (cf. Santos, 2007). Por lo tanto, esta propuesta centrada en el sujeto activo de lo cotidiano busca la ciudad democrática, que se consolidará con la experiencia y la imaginación de quienes se reproducen de acuerdo con las ofertas reales de usos y apropiaciones del territorio, considerando que “una inmensa construcción imaginaria es lo que define la circunstancia de la relación social” (Martins, 1998, p. 4)³. Este enfoque se justifica en dos premisas compuestas:

- Pensar en la *planificación* como una *posibilidad* concreta de la vida urbana menos vulnerable requiere precaución epistémica y práctica, ya que las ideas de *planificación*, *cultura* y *existencia*, juntas, contienen la experiencia imaginativa espacial urbana, que predice las movilizaciones de resistencias sociales⁴ para la mitigación de las desigualdades. El radicalismo centrado en la crítica del Estado y la planificación estratégica parece perder las conexiones inherentes a la vida cotidiana

2. Las concepciones de planificación urbana, de hecho, agregan un campo de saber muy vasto y heterogéneo. Por eso, Villaça (2002, pp. 191-192) sintetiza los cambios de nomenclatura, formas, contenidos y metodologías de los planes (desde la experiencia brasileña). Según el autor, el período de 1930-2000 puede ser dividido en tres etapas: del urbanismo y del plan director (1930-1965), de los Súper-planes (1965-1971) y del “Plan sin Mapa” (1971-1992). En primer lugar, queda en desuso la expresión *plan de mejoramientos y embelesamientos* (de influencia francesa renacentista del inicio del siglo XX), sustituidos por la expresión *urbanismo* (que nace, en América Latina, asociado con el arte urbano, la arquitectura de las ciudades, a su embelesamiento, otra vez desde Francia). Después, *urbanismo* queda en desuso, siendo sustituida por *planeación urbana* y *plan director (maestro)*. Después por *plan urbanístico*, *plan local integrado* y finalmente vuelve el *plan director* (en una creciente que intenta cubrir la expansión del tejido urbano, integrando la ciudad a su región, más allá de su morfología interna, sino incorporando, poco a poco, diferentes problemáticas del vivir en las ciudades). Para Villaça, los contenidos y metodologías de elaboración de los planes sufren cambios radicales. De grandes volúmenes con centenas de páginas, llenas de mapas, investigación y estadísticas elaboradas por equipos multidisciplinarios y abordando un gran abanico de problemas, se transforman en simples proyectos de ley, a veces conteniendo solamente declaraciones de principios, políticas o directrices generales, a veces sin mapas, o con pocos mapas. Un simple proyecto de ley publicado por los gobiernos. “El destino de la planificación urbana en el Brasil actual, el perfil, la credibilidad y el contenido de los planes directores están así ligados a los avances de la consciencia de clase, de la organización del poder político de las clases populares. Ese es un proceso lento, una vez que, en Brasil, como dice Martins, nuestra historia es lenta, pues es grande el poder del atraso” (Villaça, 2002, pp. 240-241).

3. Todas las traducciones son del autor.

4. La noción de resistencia adoptada aquí significa la duración, la fuerza y las estrategias de los grupos sociales para mantener la vida en el lugar, sobre todo en las ciudades latinoamericanas. Según Cefai (2009), el horizonte del vivir-junto y del bien-vivir-junto no cesa de reconfigurarse al confrontarse con actos de resistencia, protestas, desobediencia y crítica, de denuncia y reivindicación, o sencillamente, sin llevar necesariamente esa valencia negativa, de investigación, experimentación, cooperación e innovación.

genuina, activa e imaginada. Además de la denuncia a la producción, al consumo y a las vulnerabilidades sociales, el pensamiento y la práctica de la planificación urbana deben agregar percepciones, gustos, afectos, creencias, temores, necesidades reales o logros populares cotidianos en el trabajo, la política, la religión, el ocio, los conflictos, construyendo una *geografía social imaginativa del lugar*.

- La planificación estratégica *totalitaria* (ordenada por la razón mecanicista) tiende a esterilizar la cultura y los múltiples significados de la existencia y experiencia urbana. Sin embargo, la investigación, los planes maestros, el uso de la tierra y las leyes de ocupación deberían resaltar el conocimiento de los sujetos que, colectiva y emocionalmente, constituyen territorios populares, centros nuevos o viejos. Hay investigaciones sociales e instituciones que tienden a revelar la vulnerabilidad de los habitantes de barrios subalternizados, generalmente reconociéndolos como marginales, abstrayendo nociones de sujeto, clases o lucha de clases, lugares de poder y control, relaciones de producción, población, sociedad, nación, porque desconocen al individuo y sus dramas junto con sus facultades de existencia. El uso de estas nociones, sin investigación social rigurosa que adopte métodos y metodologías de las ciencias humanas, puede disminuir u omitir, en el discurso y la práctica, el valor de las resistencias situadas, las posibilidades reales de la planificación técnica oficial y de cartografías imaginativas (o representaciones espaciales fenomenológicas y dialécticas de bienes o vulnerabilidades *in situ*).

Así, el objetivo de este artículo es proponer el imaginario, la existencia y la cultura como una *triada operativa* de una *planificación urbana posible*. Situar a los sujetos que realizan lo cotidiano en la ciudad (en su totalidad y totalización)⁵, que la perciben y la construyen desde sus lugares de tránsito y permanencia. Teórico-metodológicamente, se presentan escalas de planificación dependientes de imaginarios cuya ontología debería debatirse e incorporarse más; son consideradas (i) la racionalidad instrumental de la planificación; (ii) su triada categórica operativa (cultura, existencia e imaginario); y (iii) elementos de su geografía social imaginativa.

Una tesis considerable es que la teoría urbana radical (cuyo arsenal conceptual tiende a abstraer la realidad, si no se acompaña de una sistemática investigación empírica), al tratar de abarcar generalidades y universalidades gobernadas por sus conceptos, pierde las singularidades y matices urbanos propias de la resistencia histórica de los grupos subalternizados en el lugar, que puede revisarse reconociendo la *predicción dialéctica del imaginario urbano*. Singularidades que contienen la totalidad

5. La totalidad concreta es la categoría filosófica de la verdad empleada por K. Marx, K. Kosik, G. Luckács, H. Lefebvre, etc.



Figura 1: Construcción del Plano Piloto de Brasília (Esplanada dos Ministérios), década de 1950.

Fuente: Arquivo Público do Distrito Federal.



Figura 2: Trabajadores migrantes en el almuerzo en la Explanada de los Ministerios, antes de la inauguración de la nueva capital, década de 1950

Fuente: Arquivo Público do Distrito Federal.

concreta de la experiencia urbana, que pasa de habitar y trasladarse a trabajar, de vivenciar y de percibir a sufrir, de alegrarse o emocionarse en el sitio, de consumir, de producir y de reproducirse en los lugares, de vivir, de existir y de morir en la ciudad⁶.

Hay que adelantar, esta lectura de una *planificación urbana posible* (integradora del sujeto, su existencia y experiencia, de sesgo latinoamericano) no está incluida en el rol de los “estudios culturales urbanos” llenos de confusiones conceptuales e imprecisiones políticas, criticados por Gorelik (2002). El autor argumenta que los estudios socio-semióticos sobre identidades e imaginarios urbanos, cuyos temas pueden ser, por ejemplo, los colores o los olores con que la gente identifica a sus ciudades o los sentidos múltiples de los *graffiti* populares, está siendo crecientemente requerido por gobiernos municipales como instrumento técnico para sus políticas; Gorelik no refuta la realización de los estudios en sí, pues algunos aportan al conocimiento de la sociedad, sino que señala la novedad que en muchos casos ocupan las políticas municipales: un reemplazo de la imaginación política por las opiniones (o los deseos) “de la gente”, estadísticamente relevantes para atender al mercado global de ciudades. Para Gorelik (2002), se han desvanecido los límites entre *marketing* y política, y la noción de *marketing* urbano gana adeptos como única alternativa de política de ciudad en tiempos de globalización.

Por otra vía (humanista-crítica-existencialista), este artículo teórico-metodológico argumenta la abstracción y la concreción de la *población* o el *ciudadano* de sectores específicos de la ciudad, desde dónde se cuestiona y cómo se entiende, frente a problemas y potenciales pasados y presentes en *su* vida urbana situada. Esta evaluación requiere una epistemología tributaria de una economía política de la ciudad que nunca prescinda de la existencia objetiva e imaginativa del sujeto. Dicha epistemología dialoga con la ontología del *imaginario* de C. Castoriadis, con la teoría de la *existencia* de J. P. Sartre, se nutre del debate crítico frankfurtiano de la *cultural*, además de incorporar una reflexión más reciente sobre las ciudades (correspondiente a la experiencia del autor con investigaciones urbanas en diferentes países de América Latina).

Racionalidad instrumental de la planificación y predicción dialéctica del imaginario

Los análisis críticos sociológicos y geográficos asocian el concepto de “racionalidad” con la “actividad económica capitalista” y con el “control normativo” del

6. A pesar del enfoque del texto en la ciudad, el a priori reconocido es el de la *fricción*, la *simbiosis* y la *tensión* que constituyen la ciudad-campo o lo rural-urbano en tanto devenir, en Latinoamérica (Alvarado & Costa, 2019).



Figura 3: Núcleo Bandeirante (irregular), ciudad levantada junto con la construcción de Brasília, década de 1960.
Fuente: Arquivo Público do Distrito Federal.

territorio. Esta visión resulta de la industrialización del trabajo social, donde los criterios de acción instrumental alcanzan otras áreas de la vida, como la urbanización de las formas de existencia, la tecnificación de la movilidad y la comunicación, relativizando lo cercano y lo distante, afectando el cuerpo y la mente del ciudadano urbano, despersonalizándolo (cf. Habermas, 1968; Santos, 2008b; Matos, 2010).

Esta instrumentalización de relativa humanización, que distingue *la política orientada a los ciudadanos* del contenido político de la *tecno-ciencia* o la *técnica*, está anclada en el Estado hegeliano: síntesis absoluta, coercitiva, racional, de “conocimiento” y “conciencia colectiva”, la deidad misma o una “Ideia” (cf. Lefebvre, 2010). Se reúne en el orden político lo que pareciera espontáneo (los oficios, la familia, el trabajo, el ocio, la vida cotidiana⁷), de manera que existe una minoría o la clase media y la clase hegemónica político-económica, la cual dirige el Estado, con su propia conciencia y cultura⁸. Así, la planificación y la gestión son acciones racionales que, dirigidas de manera exclusiva, llegan a todos los ciudadanos de manera desigual: el estable-

7. Lefebvre (1968) divide lo cotidiano en tres tiempos: el tiempo de trabajo, el tiempo libre, el tiempo constreñido o dedicado a las diversas exigencias más allá del trabajo. Para el autor, lo cotidiano y la modernidad son aristas del espíritu del tiempo dirigidas por la ciudad moderna, lugar por excelencia de la institución de la vida cotidiana (centro real de la praxis).

8. La crisis política experimentada por Brasil, después de 2016 (desde el juicio político de Dilma Rousseff hasta el ascenso al poder de Jair Bolsonaro), revela el dominio de estas clases desde el centro sur del país. Clases de alto grado de astucia ideológica para el control social, con el fin de acelerar el dominio popular por parte de esta clase política, controlar los lugares y la fuerza del saber popular y re-direccionar la división del trabajo y el comando del territorio brasileño.

cimiento, la mejora, la expansión o la negación de los sistemas de acción racional, de los servicios técnicos territoriales urbanos. El Estado y la planificación, en este ámbito, no deben trivializarse, sino asimilarse en una reacción colectiva por demandas, situándolos en su evidente papel social. Además, la acción u omisión estatal en el control territorial estimula la *sociedad de riesgos*, en la que su ausencia-presencia (estatal) democratiza los efectos de los peligros y vulnerabilidades⁹.

La racionalización progresiva de la sociedad se basa en la institucionalización del *progreso científico y técnico*; las antiguas legitimaciones sociales (y naturales) se derriban en nombre de la racionalización de las técnicas y una tendencia a la catástrofe de las significaciones (cf. Adorno, 2009; Habermas, 1968; Matos, 2010). El desafío es entender esta racionalización como generadora interna de una praxis cultural y existencial que perpetúan la vida espacial de los sujetos subalternizados, la contrar-racionalidad. Debemos eludir la furia técnica y mecánica modernas que oscurece la *humanización* de lo y en lo planificado, sin negar la política y el Estado, pero interpretándolos, pues la racionalidad de la planificación conlleva una dominación política multiescalar convergente-divergente no inmediatizada en el territorio. Las estrategias se ejecutan gracias a un aparato técnico dispuesto y a una acción técnica racional dirigida al ejercicio del control capitalista (Habermas, 1968), de modo que el imaginario es *el* guardián de su adversario, la contra-racionalidad popular. “La modernidad es la inmersión cada vez más profunda en la materia, es atrofia del espíritu y pérdida colectiva de la reina de las facultades, la imaginación” (Matos, 2010, p. 158).

En este sentido, *la predicción dialéctica del imaginario* es definida como la acción cruzada de dos racionalidades de diferentes grados y orígenes, la de la planificación económico-mecanicista y la de la resistencia popular situada, viviendo desequilibrada, paradójica, pero mutuamente. Este imaginario predice o presagia la praxis o transformación de la realidad, ya que explica la historia humana, unifica a la sociedad, proporciona contenido entrelazado con estructuras simbólicas, niega la idea ilusoria de la progresión instantánea del orden racional, acusa los problemas de las dimensiones existenciales y contiene los elementos esenciales para una cartografía de los afectos¹⁰.

9. Ver Beck (2010) y Costa (2018) para cuestiones sobre los *efectos democráticos* del riesgo, respectivamente, en el mundo y en Latinoamérica.

10. En Costa & Alvarado (2019) fue trabajada la *facultad de predicción* del imaginario creado y difundido (o de la intencionalidad imaginativa), balizador y entidad de preservación patrimonial. En Noel Lapoujade (2011), Hiernaux (2007), Silva (2014) y Costa & Peluso (2016) también se identifica una lectura operativa del imaginario. Para Hiernaux (2007), aún está pendiente la tarea de construir un verdadero amarre entre las prácticas y los imaginarios. Pero, hay que evitar trabajos paradójicos, donde “los imaginarios urbanos parezcan producirse en una multiplicidad de territorios en los cuales cada sujeto (individual o colectivo) construye formas de identidad liberadas y liberadoras y, con pocos



Figura 4: Fotografía aérea del Plano Piloto de Brasília. Centro planeado del Distrito Federal.

Fuente: Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – inpe, 2019.



Figura 5: Calle y viviendas precarias en la Villa del Sosiego, Candangolândia, Distrito Federal, Brasil.

Fuente: Acervo del autor, 2018.

“Allí surge un sentido [...] que no es de lo real referido a lo percibido, que tampoco es racional, o positivamente irracional, que no es ni verdadero ni falso y, sin embargo, es del orden del significado, y ésta es la creación imaginaria propia de la historia, qué y de qué se constituye la historia para empezar” (Castoriadis, 1982, p. 192).

La construcción de Brasilia ejemplifica la predicción dialéctica del imaginario, al coexistir la racionalidad de la planificación (figura 1) y la resistencia popular a la segregación violenta (figura 2). La reacción surgió de la propia racionalidad instrumental de planificación del territorio nacional impuesta a la nueva capital, la cual resultó en luchas y modos de organización territorial propios de los trabajadores migrantes; todo sucedido durante los movimientos políticos de fijación en el nuevo sitio, rechazando el orden gubernamental de retorno de los trabajadores a sus tierras de origen (figura 3). Esta ciudad reproduce un híbrido urbano cuyo contenido multi-escalar se compone por la tríada *modernidad* (*continuum* de la era productiva basada en el individuo, esto también como producto), *modernismo* (forma artístico-arquitectónica) y *modernización* (concepción técnica del desarrollo encarnado en la ciudad aséptica y racionalidad del Estado demiurgo de la sociedad); tríada propia de las nuevas (también antiguas) ciudades latinoamericanas de mediados del siglo XX, que consagraron la idea de la aceleración de la modernización en el contexto de subdesarrollo¹¹. “Brasilia nace como una utopía anclada en un claro imaginario para sus creadores, que proviene del significado atribuido a la modernidad, la sociedad y el urbanismo brasileños a mediados del siglo XX. La capital, más que una ciudad, sería el símbolo de una nacionalidad que caminaba en dirección de grandioso futuro” (Costa & Peluso, 2016, p. 10).

La ciencia y la técnica reproducen la ideología de la racionalidad y ocultan su control político y la violencia inherentes, que afectan la *psique* del individuo urbano, con enfermedades tanto físicas como mentales causadas por el ritmo, los excesos y las imágenes relacionadas. El aparato burocrático del Estado (ministerios y secretarías gubernamentales, bancos públicos y privados, la universidad [o en lo que se ha convertido], agencias reguladoras, etc.) parece, pero no es ciego frente al sujeto que realiza y se organiza en la vida cotidiana, éste es un componente real en todas las escalas del territorio. En el centro de una coerción popular consentida y la narrativa de la dignidad socioespacial, la productividad creciente y el dominio técnico de la naturaleza no sólo desplazan al sujeto del plano de la vida inmediata a la esfera del consumo dirigido (con-

párrafos de diferencia, el espacio-poder gana una completa determinación sobre los sujetos, con lo cual los imaginarios urbanos quedan redefinidos como mecanismos ideológicos de la manipulación.” (Gorelik, 2002, p. 06).

11. Sobre este debate a profundidad véase Freitag-Rouanet (2000), Gorelik (2005), Costa & Steinke (2014), Costa & Peluso (2016), Costa & Alvarado (2019); Moura & Januzzi (2019).

figurándolo como virtual-abstracto), sino que además se enfrenta en contraposición de los imaginarios populares de resistencia. Justamente por la racionalización extrema del mundo moderno, la cual depende, en principio, del imaginario.

La racionalidad de la sociedad moderna es simplemente la forma, las conexiones externas necesarias, el dominio perpetuo del silogismo. Pero en estos silogismos de la vida moderna, las premisas toman su contenido de lo imaginario. Es la prevalencia del silogismo como tal, la obsesión con la racionalidad aparte del resto, es un imaginario de segundo grado. La pseudo-racionalidad moderna es una de las formas históricas de lo imaginario; es arbitrario en sus fines en la medida en que no dependen de ninguna razón, y es arbitrario cuando se mueve como un fin, buscando sólo una racionalización formal y vacía (Castoriadis, 1982, p. 188).

La hibridación de la vida socioespacial y cultural (a través de la técnica) es gradual y permanente. “Primero, se fortalecieron y reemplazaron las funciones del aparato locomotor (manos y piernas); luego la producción de energía (el cuerpo humano), luego las funciones del aparato sensorial (ojos, oídos, piel) y finalmente las funciones del centro de control (cerebro)” (Habermas, 1968, p. 52).

La teoría crítica y la economía política consideran que, con el aparato técnico total y potencialmente omnipresente, quizás el tema nunca haya sido tan frágil, débil y fuera de lugar –lo que sugiere una relativa alienación social de la idea del progreso técnico e incluso del poder ligado a la normativización privada del territorio. En este sentido, Brasilia racionalmente imaginada y planificada (figura 4) vuelve a ser ejemplar, ya que “marca la inserción del país en el escenario internacional, lo cual logró con éxito gracias a dos elementos conectados: i) forjado de un imaginario nacional por medio de una plegaria desarrollista ininterrumpida; ii) realización concreta de las obras de infraestructura que el país necesitaba, mínimamente, para el desarrollo económico” (Costa & Alvarado, 2019, p. 20). Es en este contexto que deben recuperarse los instrumentos de planificación, para hacerla posible dentro de propuestas metodológicas centradas en los sujetos que experimentan, viven y mueren en el territorio y *sus* lugares, recuperándolo y valorándolo en la vida cotidiana, reflexionando sobre la ciudad y *su* sitio, dirigiendo a académicos, técnicos y gobernantes hacia los problemas relacionados con *su* vida socioespacial y, al mismo tiempo, alcanzando la esencia contradictoria de la racionalidad instrumental (figura 5). “En su actividad, la imaginación puede fungir como catalizador de la razón y en ocasiones puede desprenderse de su tutela” (Noel Lapoujade, 2011, p. 243).

Este debate revela las tendencias espaciales y la segmentación entre grupos sociales o clases en las ciudades; indica, en general y específicamente, los fragmentos de la periferia en el centro y la centralidad de las periferias renovadas, incluso en los nuevos

órdenes urbanos. Sin embargo, es urgente proponer metodologías que consideren o partan del conocimiento y las necesidades específicas de sujetos concretos. El análisis del sistema capitalista, sus variantes espaciales y sus contradicciones sociales revelan parte de la vida cotidiana de los sujetos, tendiendo a abstraerlos. La economía, en su sentido más amplio (de la producción al consumo), no es sólo expresión por excelencia de la racionalidad del capitalismo y sociedades modernas, sino que sorprendentemente pone a la vista la primacía de lo imaginario en todos los niveles (cf. Castoriadis 1982).

Los códigos de construcción y la zonificación surgen de una concepción *práctica* y *teórica* de las ciudades (llamada *urbanismo técnico-sectorial*), que propuso instrumentos técnicos para mejorar la racionalidad de la organización espacial urbana y las cualidades estéticas –un urbanismo sanitario que evolucionó hacia el urbanismo político-globalizador simplista (Campos Filho, 1989)¹². El desafío a la racionalidad técnica urbanista es incorporar la totalidad social del proceso de urbanización, creando las condiciones para asumir al sujeto en *situación espacial duradera*¹³ como la *escala* de planificación más relevante. Constituir un urbanismo basado en las necesidades reveladas por quienes experimentan, en la vida cotidiana, los dramas y las posibilidades territoriales en el péndulo espacial periferia-centro-periferia, parece *el* camino propicio para escapar de la abstracción o generalización de la ciudad legal-ilegal, formal-informal, planificada-espontánea. “Reemplazar, en el caso del trabajador, el hombre empleado por un conjunto de características parciales elegidas arbitrariamente, en función de un sistema arbitrario de fines y por referencia a una pseudo conceptualización igualmente arbitraria, y tratarla en la práctica, en consecuencia, refleja una prevalencia de lo imaginario” (Castoriadis, 1982, p. 189).

12. Villaça (2002, p. 191) señala el significado o el contenido de la planificación urbana en Europa o Estados Unidos y Brasil. Allí, al revés de este último, la planificación corresponde, en parte, a la acción concreta del Estado, lo que conduce a Gottdiener decir que “la planificación urbana en *toda* la sociedad es una fachada para el poder”. La cuestión es que este poder, en cada sociedad, cambia su influencia sobre los planes. “Creemos que esa fachada sea totalmente diferente, de un lado, en Brasil en las últimas décadas, en la democracia o en la dictadura y, de otro, en las democracias europeas o de Norteamérica”. En estas últimas, la planificación legitima acciones concretas del Estado, pues en ellas hay correspondencia entre ambos; en Brasil no, siendo apenas discurso, la planificación es una fachada ideológica, que no legitimando acciones concretas del Estado, sino, al revés, buscando ocultarlas. Lo que hay de común en ambos los casos es que está por detrás de la fachada de la planificación urbana el poder, la dominación. Entre ellos, la *grande* diferencia está en los niveles de hegemonía, aceptación y credibilidad de ese poder (Villaça, 2002).
13. Costa (2016) propone esta noción que denuncia la continuidad secular del dominio estatal y la resistencia social popular en los territorios de segregación de América Latina y el Caribe, por medio del arte, de la religión, de las alternativas económicas, de los movimientos sociales o de la política hecha en el sitio y en escalas.

El estudio sociológico y geográfico actual de la ciudad requiere teorías y metodologías que anuncien el mundo nuevo¹⁴, a veces cuestionando, a veces exigido:

- Los casos en que los problemas públicos suelen ser problemas privados de figuras públicas (Bauman & Donskis, 2014). Las crisis mundiales que inauguran el siglo XXI son de las agencias financieras, que las transfieren a los consumidores, demostrando ser una crisis social global impulsada y catalizada en las ciudades por la fuerza del imaginario mercantil.
- La tecnología que redefine la política y el control del territorio, incorporando la narrativa del bien común. El agente del proceso son las redes sociales que producen la realidad virtual operada e imaginada como realidad concreta.
- El poder individualizante de las imágenes, que lanza y hunde la publicidad de lo absoluto a cero¹⁵, con respecto a los problemas urbanos [la estética se superpone a la ética de la y en la urbanización, buscando borrar imágenes contrarracionales].
- Una epistemología del desarrollo que prevea la utopía de la autonomía, justicia y libertad social, en detrimento de la racionalidad instrumental del territorio.
- La producción política y en serie de riesgos, con cálculos exactos para ganancias individualizadas y pérdidas democratizadas.
- Ciudades constituidas por viejas y nuevas órdenes de la sociedad de consumo, que salta de la satisfacción de las necesidades primarias a la producción de lo superfluo y la estimulación de los deseos (Bauman, 2013).
- La información universal, que es la base del intento de controlar la imaginación colectiva, forzando la alienación política frente al lugar y la técnica.
- Los elementos transgresivos del orden espacial dominante. Este camino analítico y de praxis se apoya en (i) el orden cultural y existencial conductores de resistencias o movilizaciones, (ii) la ciudad leída como un hecho socioespacial total, memoria individual y colectiva, (iii) la urbanización estudiada como un fenómeno productivo y emocionalmente violento, explicado en la estructura de lo imaginario. Como dice Castoriadis (1982), tratar a un individuo como una cosa o como un sistema mecánico puro no es menos, sino más imaginario.

14. Para M. Santos, el mundo nuevo no será (o no es) una construcción desde arriba, como la que se asiste hoy, sino que su edificación tendrá una trayectoria que será de abajo hacia arriba, con un nuevo modelo económico, social y político que posibilite una nueva distribución de bienes y servicios, conduzca a la realización de una vida colectiva solidaria y, pasando de la escala del lugar a la escala del planeta, asegure una reforma del mundo, por intermedio de otra manera de realizar la globalización (Santos, 2009).

15. Baudrillard (1991) analiza la dimensión de las simulaciones producidas en publicidad, que interactúa con lo social.

La sociología y geografía urbanas deben (i) profundizar la lectura crítica de la racionalidad de la planificación, propia de los tecnócratas basados en instituciones gubernamentales, para construir propuestas multiescales vinculadas a la imaginación popular; (ii) colaborar con la resistencia urbana, cuando esta racionalidad imaginada y operada revela el carácter racional-totalitario del Estado de dominación social por el espacio; (iii) comprender la constitución burocrática del Estado y participar críticamente en la burocracia, para facilitar la actuación popular en la toma de decisiones y establecer reglas de intervención urbana centradas en la percepción e imaginación del sujeto, porque, como argumenta C. Castoriadis, el universo racional-burocrático está poblado por lo imaginario de punta a punta.

Imaginario, existencia y cultura: tríada operativa categórica de planificación

El imaginario aquí no significa “imagen de”, sino creación incesante y esencialmente indeterminada (social-histórica y psíquica) de figuras/formas/imágenes, a partir de las cuales solamente es posible hablar de “alguna cosa”; lo principal: aquello que se denomina “realidad” y “racionalidad” son productos del imaginario, ya que todo pensamiento de la sociedad y de la historia pertenece, en sí mismo, a la sociedad y a la historia (cf. Castoriadis, 1982). La existencia asumida es sartreana, de corte marxista (no metafísica): no hay sino individuos y relaciones sociales entre ellos, donde el grupo social significa una multiplicidad de relaciones y de relaciones entre esas relaciones; asume el principio de la primacía de la existencia sobre la conciencia, en el que individuo primero existe, se descubre, surge en el mundo, solo después se define (cf. Sartre, 2002)¹⁶. Por último y alineada con la matriz filosófica marxista de las definiciones de imaginario y existencia, la concepción marcuseana de cultura es defendida como un complejo de valores morales, intelectuales, materiales y estéticos, que dan sentido a una sociedad (cf. Marcuse, 1998).

En las últimas décadas, ha habido un cambio significativo en los debates sociales sobre las ciudades. De las denuncias a las formas de vida metropolitanas, en la década de 1980 (con imágenes de barrios empobrecidos, tráfico vehicular, contaminación, violencia), en la década de 1990, son evidenciados el urbanismo globalizado, los proyectos de reurbanización, las metrópolis como espacios para comprensión de la globalización, vínculos entre el lugar y el mundo; en la actualidad, los científicos incluyen el problema de la modernidad en la agenda del imaginario urbano y del espacio

16. Eso lo distingue del idealismo hegeliano, que tiene en la conciencia del individuo el núcleo del debate de la existencia (subjetivismo idealista); concepción que conduce toda la crítica marxista del siglo XX a la fenomenología y al existencialismo en general.

público. Para Gorelik (2005), esta nueva fase de gran productividad no desarrolla ningún tipo de diálogo con la tradición del anterior pensamiento sobre la planificación, incluso sepultando su monumental intensidad crítica; lo que este artículo refuta.

Ya fue muy debatido por los científicos sociales y urbanistas que la globalización crea ciudades que están fuertemente divididas, con sectores elitizados “aislados” y economías y culturas “apartadas” en barrios no considerados por las estrategias financieras urbanas globales (cf. Sennett, 1998; Villaça, 2002; Santos, 2008a). Pero, hay que considerar la fragmentación articulada o interdependencia duradera entre los sectores enriquecidos y empobrecidos de las ciudades, pues la trama constituyente del fenómeno urbano posee una complejidad tal que demanda ser revelada a través del sujeto en su cotidianidad.

Se asume que las grandes ciudades son *locus* de economía y cultura globalizadas; espacios producidos por los sectores terciario y cuaternario; centros para la reproducción y difusión del arte como negocio; sede de poderosas compañías editoriales y de entretenimiento, grandes bancos y corporaciones (cf. Santos, 2008b; Canclini, 2003). Hoy, los científicos sociales siguen trabajando estos amplios temas y agregan debates peculiares como: la vida de barrio, expresiones de los jóvenes periferizados, trabajo femenino, violencia de género, desarrollo de formas culturales urbanas etc., reconociendo la diversidad inherente a la ciudad y la importancia de comprender la *situación* de los sujetos en la vida cotidiana y el lugar del sentido común en la investigación social (cf. Martins, 1998; Magnani, 2005; Costa, 2016).

Aunque la vida cotidiana sea el mundo que atribuye sentido a los demás, en tanto referente, aparece subvertida y cambiada en esos otros mundos; lo que nos enseña las discontinuidades que atraviesa la vida cotidiana todos los días (Martins, 1998). Los estudios de las intervenciones urbanas, del patrimonio, de la memoria, del turismo, de los centros antiguos y nuevos indican el éxito de la planificación estratégica más centrada en los hechos urbanos, pero menos en la multiplicidad de experiencias emocionales del sujeto en lo cotidiano. Según J. P. Sartre, el sujeto no es sólo como está concebido, sino como quiere ser, como se concibe y desea a sí mismo después de un impulso a la existencia; el sujeto no es más que lo que hace en su cotidiano. Este primer principio del existencialismo sartreano ayuda a discutir la posible planificación (centrándose en el individuo existente y reconociéndose a sí mismo como localizado y responsable de su *proyecto*).

¿En qué medida, por ejemplo, los nuevos desarrollos de viviendas de interés social, a menudo segregados de las áreas de la ciudad cubiertas por infraestructura, comercio y servicios, están diseñados para satisfacer las necesidades del demandante existente? A veces parece que se ha perdido el tren de la historia, que transportaba la emoción como la totalidad de la conciencia, de la existencia, de la realidad humana. En otro



Figuras 6 y 7: Dispersión metropolitana y sujeto indígena en situación espacial duradera (movilizado a lo largo de siglos para seguir existiendo), en la Plaza San Martín Lima, Perú.
Fuente: Acervo del autor, 2016.

trabajo, J. P. Sartre comenta que la emoción no es un accidente, sino una expresión (en aspectos definidos) de la totalidad sintética humana en su integridad; no es el efecto de la realidad humana, sino que se realiza en forma de emoción; es la forma organizada de la existencia humana (Sartre, 2010).

En esta propuesta existencialista, debe considerarse que el sujeto no es responsable sólo de su individualidad irrestricta, sino de todos los individuos (existimos al mismo tiempo que construimos nuestra imagen, que es válida para todos y para nuestro tiempo, para la humanidad, emocionalmente). “Para el existencialista, sólo hay realidad en la acción. El hombre no es más que su proyecto, existe sólo en la medida en que se realiza; por lo tanto, no es más que el conjunto de sus actos, nada más que su vida” (Sartre, 2002, p. 250).

Este método enseña que la acción de un grupo, por totalizante o total que sea, tiene una situación bien determinada por las elecciones de cada individuo (en el Estado, el gobierno, los partidos o incluso representantes de escuelas, vecindarios, comunidades, etc.) Por lo tanto, es importante comprender la crítica de Sartre al marxismo, su

abstracción inherente, para aclarar lo que es posible a través del análisis, además de un radicalismo que niega el Estado y la planificación, que debe visualizar la corporeidad de los sujetos en lo cotidiano. Una prueba contundente de la violencia de la abstracción estatal son los *apátridas*, que viven en las periferias de las ciudades, adultos o niños nacidos en el contexto de migraciones forzadas por guerras o eventos trágicos que, sin documentos, pierden su referencia de identidad socioterritorial, origen cultural y nacionalidad, pasando por los más difíciles juicios existenciales, debido a la incapacidad del gobierno para reconocer al ciudadano en carne y hueso, humanamente.

La población es una abstracción si omito las clases que la constituyen; estas clases son palabras vacías de significado, si ignoro los elementos en los que se basan: trabajo asalariado, capital localizado [...]; y las categorías económicas están insuficientemente determinadas a menos que establezcamos que se aplican a la población inglesa, a hombres reales que viven y hacen historia en el país capitalista de industrialización avanzada. En esta lógica de totalización, Marx muestra la acción de las superestructuras sobre los hechos de infraestructura. (Sartre, 2002, p. 50)

Las estrategias de gestión metropolitana y los consorcios intermunicipales aparecen en el discurso como apuestas de reestructuración territorial para remediar los problemas redundantes de dispersión, concentración o desconcentración de las grandes ciudades. Se habla de una ecología política de la urbanización, la importancia de rescatar los movimientos sociales en las luchas urbanas y los conflictos socioambientales, así como la necesidad de políticas territoriales que garanticen la función social de la tierra¹⁷. Sin embargo, la política u oportunidades espaciales apenas son operativas cuando los sujetos reales de la vida cotidiana, con su imaginación, juegan un papel decisivo sobre su destino. En *Lo imaginario*, Sartre es categórico: “La imaginación convertida en una función psicológica y empírica es la condición necesaria para la libertad del hombre empírico en medio del mundo”, donde “toda conciencia es conciencia de algo”, de modo que la imaginación es “el sentimiento implícito de lo real” (Sartre, 1996, pp. 243-244).

La principal demanda de una democracia visual e imagética urbana, que sea descentralizada, está en el cuidado de considerar que cualquier representación técnica de la ciudad como un todo conlleva el riesgo de pérdida de lo cotidiano singular o de los dichos sujetos reales (cf. Sennett, 1998; Costa, 2011). Por eso, el imaginario y la cultura tienen un papel crucial en el lineamiento de la planificación y cambio de la realidad social, pues exigen del investigador un aterrizaje territorial de análisis simultáneo: desde “arriba” (figuras 6) y desde “abajo” (figuras 7). El caso del centro

17. Esta discusión se profundiza en Moura Costa (2013).



Figuras 8 y 9: Activación popular del espacio público por adultos mayores en Camaguey (Plaza Ignacio Agramonte) y niños en Habana (casco antiguo).

Fuente: Acervo del autor, 2018.

histórico de Lima, Peru, es emblemático de los problemas de la planificación urbana y la relevancia de los movimientos sociales en Latinoamérica. El sitio presenta, de entre otras, dos espacialidades importantes conectadas por la calle Jirón Junin, que son la Plaza de Armas y la Plaza San Martín, palcos de grandes protestas, huelgas y expresión popular, activando vivamente el espacio público¹⁸ (figura 7); este eje tiene intenso flujo de personas, que lo cruzan diariamente, del barrio Rímac hacia el

18. Nuestra concepción de espacio público dialoga con Cefaï & Joseph (2002), para quien la idea de *público* conlleva el colectivo formado por todos aquellos que pueden ser afectados por consecuencias de acciones externas, esperadas o inesperadas, de interés compartido y regulado a través de acción propia; un organismo que siente y resiente, piensa y juzga, sin ser localizable en un cuerpo, sino distribuido en actividades situadas (con un sistema de lugares articulado por cuadros de referencia de la vida pública). El espacio público es revelado o activado cuando la sociedad entra en operación por demandas articuladas, en nombre del *público*.

otro lado del centro; la zona es muy dinámica por el comercio mayorista, minorista e informal. Además, el centro histórico de Lima conserva el uso residencial, con casonas ocupadas, desde mediados del siglo XX, por inmigrantes de las provincias o de la Sierra, que reemplazaron a la élite radicada ahí durante siglos y que migró a nuevos barrios al sur de la metrópolis. Temas como la dificultad de los habitantes (de menores recursos) para dar mantenimiento a los inmuebles que ocupan, el intenso tráfico catalizado por el comercio de importancia nacional y las delincuencias y violencias reales e imaginadas (caso del *estigma espacial* sobre el centro, “reconocido” como “peligroso” para la circulación nocturna) pueden ser enfrentados con el estudio y cambio del imaginario popular sobre este territorio, considerándolo en las tomas de decisiones, pues este sector de ciudad es la prueba empírica del sujeto conciente de su papel en la *activación popular del espacio público* en las ciudades de América Latina (Costa, 2018)¹⁹; tema urgente, pues el espacio público es el locus máximo de la imaginación, representación, expresión y transgresión popular, por las demandas del sujeto migrante o urbano.

Objetivación del trabajo (y sus contenidos) y de las relaciones sociales concretizan la historia. La crítica de Sartre está direccionada al marxismo abstracto incapaz de totalizaciones. El marxismo predica la aproximación de la economía y la negación del carácter ideológico abstracto, así como la crítica del desarrollo económico. El existencialismo sartreano se niega a abandonar la *vida real* o las posibilidades inherentes al nacimiento, para contemplar una universalidad que simplemente se refleja indefinidamente. “Sin ser infieles a las tesis marxistas, pretendemos encontrar las mediaciones que permitan engendrar lo concreto singular, la vida, la lucha real y fechada, la persona, a partir de las contradicciones generales de las fuerzas productivas y las relaciones de producción” (Sartre, 2002, p. 55). La biografía del individuo, desde la infancia, revela las luchas de clases, el momento de las relaciones de producción o, en el sesgo de lo geográfico y lo sociológico urbanos, los significados más genuinos de la ubicación, de la producción del espacio y sus efectos en su propio cuerpo afectado en lo cotidiano.

El sujeto urbano es el que mejor puede definir sus necesidades y dirigir su proyecto propio (anclado a planes urbanos técnico-humanistas), agudizado por el imaginario, producto y productor de la razón instrumental y la propia experiencia. Sin embargo, Castoriadis (1982, p. 191) advierte sobre los sujetos del mundo burocrático, que ignora la totalidad y su relación con el mundo; estos individuos que son...

19. Informaciones de trabajo de campo realizado por el autor, en Lima (y Cuzco), el octubre y noviembre de 2016.



Figuras 10 y 11. Trabajo infantil en el turismo. Guanajuato y Yuriria, México.

Fuente: Acervo del autor, 2018 y 2019.

[...] puntos nodales simples en el entrelazado de mensajes, solo existen y son válidos según el Estado y las posiciones que ocupan en la escala jerárquica. Lo que es esencial en el mundo es su reducibilidad a un sistema de reglas formales, incluidas las que le permiten calcular su futuro. La realidad existe solo en la medida en que está registrada, en el límite, lo verdadero no es nada y solo el documento es verdadero. Y aquí viene lo que nos parece ser la característica específica y más profunda de la imaginación moderna, la que también está llena de consecuencias y promesas. Este imaginario no tiene carne propia, toma su materia de otra cosa, es una fantástica inversión, valorización y autonomización de elementos que en sí mismos no dependen del imaginario: lo racional limitador de la comprensión y lo simbólico.

Los planes maestros y la zonificación urbana tratan con la población general o la sociedad urbana de manera genérica y abstracta. El urbanismo reconoce, discursivamente, para la elaboración de un plan, la consulta con todos los organismos y enti-

dades públicas sectoriales, en todos los niveles de la federación, así como la apertura a la participación ciudadana²⁰. Además del plan maestro, se elaboran otros planes urbanos (proyecto de parcelación de tierras, proyecto de regularización de tierras, plan de operación urbana consorciada), verticalmente y con una visión tecnicista de lo empírico, abogando por grandes porciones de espacio, olvidando las singularidades de la vida cotidiana, que sólo la investigación participante puede revelar. En el lapso producido por el desarrollo capitalista (tiempo de la rutina, repetición y de lo cotidiano), que las contradicciones hacen saltar fuera el momento de la creación y anuncio de la História –el tiempo del *posible*; anuncio que indica al individuo común, en la vida cotidiana, que es en la práctica que se instalan las condiciones de transformación del imposible en posible (Martins, 1998; Lefebvre, 1968).

Todo eso fundamenta pensar una *planificación urbana posible* agregando el imaginario individual y colectivo formados desde lo cotidiano fraccionado. Los espacios públicos pueden constituir locus de reunión comunitaria integrada (o rebelión), especialmente cuando la ciudad se está fragmentando (cf. Sennett, 1998). Un caso notable y muy exitoso en Latinoamérica es el de Cuba, en especial la ciudad Camagüey, al sur de la isla. Creatividad, solidaridad y empatía señalan la formación psico-social singular del cubano reflejada en sus prácticas y en los espacios públicos. La horizontalidad de las interacciones sociales fomentadas por la administración estatal se verifican en la organización de las bodegas, farmacias populares, clínicas populares, talleres populares, tiendas populares, mercados populares, apropiación popular del espacio público (figuras 8 y 9) y, principalmente, el uso público y colectivo de los edificios, donde el Estado detiene la “propiedad” de los inmuebles y posibilita que cada familia del país viva o tenga residencia por toda la vida. Escuelas y centros de salud también ocupan tales edificios, para el bien colectivo. El modo de producción socialista, en Cuba, remarca una dimensión de planificación territorial en que lazos de interconocimiento y de entreayuda son reales. Este caso muestra que la utopía necesaria planteada por Cefai (2011, p. 153) [con una mirada operada desde el “Norte”] se alimenta de hechos concretos existentes en el “Sur”, o sea, en Cuba se ha realizado un giro sobre el “sentido de la propiedad privada, la conciencia de clase y el amor por la nación” idealizados por el autor. En Cuba (Habana y Camagüey, por ejemplo), el espacio público es el locus efectivo de manifestaciones, fiestas, conciertos, encuentros de niños, jóvenes y ancianos, para el ocio recreativo o actos políticos; da cuerpo a cualquier movimiento político, celebrando el activismo en lo cotidiano, a escalas espacio-temporales ampliadas, como sugiere D. Cefai²¹.

20. Veá la discusión detallada en Pinto (2013).

21. Información de trabajo de campo realizado por el autor, en Cuba, en abril de 2017 y noviembre de 2018.

Según J. P. Sartre, no es la tenencia de la tierra o la naturaleza estrictamente intelectual de su trabajo lo que hace que un individuo sea burgués. Él es parte de la burguesía porque nació en ella o fue formado en ella. En el existencialismo, la particularidad de la historia personal frente al mundo es válida a través de las contradicciones de la propia vida familiar, en un grupo, en una comunidad, en el país. “El niño se convierte en esto o aquello porque él o ella vive lo universal como particular: ¿qué conflictos religiosos, de aprendizaje y familiares viven?” (Sartre, 2002, p. 57). El individuo en su todo está en el adulto que vive en la ciudad, en el campo y en el vecindario; no sólo sus determinaciones actuales, sino que el peso de su historia es lo que le da sentido. Cabe destacarse que para Sartre, el psicoanálisis no se opone al materialismo histórico o al existencialismo. Esta dimensión del método construye otra representación y praxis sobre el sujeto y su imaginario urbano, en lo que concierne al conocimiento socioespacial transtemporal mismo, lo que afecta su cuerpo y su mente en las ciudades.

Para Sennett (1998), cuanto más los barrios son guetos de identidad de clase o raza, más incierto será el futuro de la ciudad, pues el “aislamiento” social genera conflictos violentos e indiferencia al destino del otro. Por eso, hay que pensar acciones políticas móviles donde el pueblo sea protagonista, desde sus propios sitios o desde otros, para que sean reconocidos y visibles por toda la gente, conectados con toda la ciudad. A estas estrategias socioespaciales Costa (2018) les denomina *conexiones territoriales afectivas*; Sennett (1998) las define como *acciones que comparten terrenos mentales comunes al actuar localmente*.

El sociólogo mexicano Solís Quiroga consideraba, en 1964, que el impacto de la conquista provocó la aparición de múltiples casos de miseria, vagancia, embriaguez, vicio y abandono de la infancia, drama que ahora enfrenta su país y que se inició por la pérdida de la organización indígena y de la propiedad de la tierra, esclavitud, abandono forzoso de los hijos por sus padres esclavos, la falta de preparación de todos, el hambre y la imposibilidad de reorganizar la familia. El caso de los niños (y mayores) en las calles de México (figuras 10 y 11) es una violencia referente a la mencionada “indiferencia al destino del otro”, que se identifica en toda América Latina. “Éste es el panorama que encontramos en la historia de México independiente, que padeció grandes pobreza, aunque haya abolido la esclavitud. Nuestra familia y nuestra sociedad, aun queriendo reorganizarse, no han vuelto a adquirir la reciedumbre ni la solidez antigua para ejercer su papel protector e integrador del niño a la sociedad de que forma parte” (Solís Quiroga, 1964, p. 791). Más de medio siglo después de las consideraciones de Solís Quiroga, las violencias y el trabajo infantil (catalizado también por la forma de desarrollo turístico mexicano)²² sigue siendo problemas

22. El tema es profundizado en Alvarado & López (2018).

que deben ser enfrentados por expertos y planeadores cuya ideología incorpore modalidades e intensidades de compromiso capaces de valorar distintos actores y su imaginario, y no se restrinjan a modelos de gestión territorial de espectro estructural, racional o estratégico (cf. Cefaï, 2011; Costa & Peluso, 2016)²³.

Los argumentos presentados establecen el significado histórico de la vida y el lugar del sujeto situado para una *planificación urbana posible*. Historia oral y de vida, entrevistas, mapas mentales, hablados y colaborativos, observación participativa, etnografía, estudio del medio, grupos de discusión etc., podrían ser asumidos como un procedimiento metodológico (de entre los consagrados) en la elaboración de planes maestros y de la zonificación urbana, a fin de humanizar las técnicas y a los técnicos, incluyendo en el trabajo de los expertos valores simbólicos, afectivos y, con exactitud, las vulnerabilidades sociales imaginadas y espacializadas. Gorelik (2002), de manera crítica radical, considera tales representaciones como *metáforas cartográficas* de la realidad, que fluctúan entre dos polos o textos base: *La invención de lo cotidiano* (Michel de Certeau, 1980) y *El posmodernismo como lógica cultural del capitalismo tardío* (Fredric Jameson, 1984). Para Gorelik (2002, pp. 5-6),

[...] los estudios culturales urbanos latinoamericanos se han estado moviendo, con tanta libertad como imprecisión, dentro del vasto arco que se tensa entre los dos polos mencionados. Podrían tratar de encontrarse [...] ciertas matrices, ya disciplinares, ya ideológicas, con mayor tendencia a uno u otro polo: es fácil notar una atracción mayor hacia el polo antimoderno de los estudios que provienen de la antropología en sus versiones populistas, y hacia el postmoderno, de la *geografía* o la *sociología* en sus versiones neomarxistas o neoestructuralistas. Pero son sólo las tendencias de base, ya que lo que predomina en la superficie como característica definitoria de los estudios culturales urbanos es un collage teórico en el que se alinean sin conflicto los autores más diversos a través de una lógica del desplazamiento metafórico (de un nombre al otro, de una categoría a la otra) que le debe más a la asociación libre que a un procedimiento argumentativo.

Más allá de Gorelik (relativizada su importante crítica radical a las confusiones epistemológicas de algunos estudios culturales urbanos en Latinoamérica), este trabajo defiende que el pensamiento y la ejecución de la planificación deben integrar las nociones de existencia y cultura, es decir, el individuo completo (desde la

23. Trabajos de campo realizados en ciudades mexicanas del centro (México, Puebla, Celaya, Guanajuato, Zacatecas, Morelia, Tlaxcala, San Miguel Allende y otras), del sur (Mérida, Cozumel, Izamal, Oaxaca, Valladolid), del medio-norte (San Luís Potosí y Real de Catorce) y del oeste (Guadalajara) posibilitaran identificar el problema del trabajo informal de niños y mayores en las calles del país, tema y problema observados también en ciudades de Brasil, Nicaragua, Costa Rica y Panamá, entre 2016 y 2020.

infancia hasta la vejez) con su historia inherente al lugar, su ancestralidad vivida, que perdura porque es, sobre todo, imaginada. La preservación del medio ambiente y la valorización cultural sólo tienen una ubicación: la del sujeto de la vida cotidiana, ya que los valores son atribuidos y consagrados por él, con su imaginación ante la racionalidad del mundo y sus efectos materiales, emocionales y físicos.

Queda por añadir que la cultura es *un complejo de valores morales, intelectuales, materiales y estéticos que dan sentido a una sociedad como el objetivo de la organización, división y dirección de su trabajo, el bien que debe lograrse a través del modo de vida instituido* (Marcuse, 1998, p. 153). El aumento de la libertad individual, colectiva y pública, la disminución de las desigualdades (inhibidoras del desarrollo de los individuos y su personalidad), así como la gestión capaz y racional son valores culturales también presentes en la sociedad industrial avanzada, dice H. Marcuse. Debe agregarse a esta definición de cultura que “todo el conjunto de la realidad se da principalmente participando de la conciencia, o más bien como conciencia” (Sartre, 2011, p. 42). Esto permite decir que la conciencia que promueve la razón instrumental produce la razón de la vida popular segregada, en un estímulo recíproco que presenta la cultura como un complejo de valores moral-estéticos distintos, pero formulados en lo cotidiano justo por la predicción dialéctica del imaginario.

En este sentido, la cultura es más que una ideología, es el proceso de humanización caracterizado por el esfuerzo colectivo (con resultados desequilibrados) para conservar la vida, pacificar la lucha por la existencia o mantenerla dentro de límites controlables, para consolidar la organización productiva de la sociedad, desarrollar las capacidades intelectuales de los sujetos, disminuir y sublimar la agresión, la violencia, la miseria y las enfermedades urbanas²⁴.

La cultura está suspendida (incluso prohibida) donde el camino de la inhumanidad está pavimentado; está desacreditada (incluso negada) donde se construye el mayor contenedor de resistencia colectiva: en las periferias urbano-rurales de la ausencia-presencia del Estado-mercado; ubicaciones reproductivas de formas de vida espacial muy singulares²⁵, que se pueden recuperar con creatividad y retomándolas de las utopías que gravitan entre lo cotidiano y el imaginario ciudadano. Hay que entender, con Certeau (1995, p. 233), que la cultura es flexible y el análisis se mueve en todas direcciones sobre las inseguridades que proliferan en los intersticios del cálculo, visto que ella no está involucrada a la engañosa estadística de los signos objetivos. “Así, las formas de utilizar el espacio huyen a la planificación urbanísti-

24. Marcuse (1998) ahonda en esta discusión.

25. Véase en Costa (2016, 2017, 2018, 2021 [aceptado]) el debate que privilegia el patrimonio-territorial en territorios de excepción como resistencia cultural en las periferias de las ciudades en América Latina.

ca: capaz de crear una composición de lugares, de espacios ocupados y vacíos, que permiten o impiden la circulación”; se debe articular esa racionalidad en concreto con los sistemas culturales, múltiples y fluidos; organizar la ocupación efectiva de los espacios internos (viviendas) y externos (calles, plazas), no los debilitando con innumerables vías o aniquilando la posibilidad de activación del espacio público.

La cultura, en este debate de los hechos socioespaciales, emerge de la ontología imaginaria del sujeto, explicando acciones de opresión o resistencia transescalar, de la comunidad a la nación sujeta al yugo económico o neocolonial, que tiene la ciudad y el territorio como sus principales depositarios. En resumen: la cultura urbana y lo imaginario pueden verse con un nuevo fin: atribuir un significado concreto al sujeto, en su plena existencia en el mundo nuevo y con la valoración de *su* lugar, reconociendo tanto la fuerza de las racionalidades como de las emociones (cf. Santos, 2002).

Finalmente, es importante señalar la consideración de Marcuse (1998), al decir que nuestra situación cultural (universo de comportamiento social racional) rechaza y desvalora las ciencias humanas calificándolas como *ciencias no-científicas*, por tratar principalmente de valores personales, emocionales, metafísicos, poéticos, ideologizados, que sólo se tornan científicos cuando son traducidos a términos operacionales. Pero, la propuesta de este trabajo no es entregar las *verdades* de las ciencias humanas a las normas que gobiernan a la sociedad establecida productivamente, sino confrontarlas potencializando el sujeto periferizado (a través de su imaginación), en la construcción interna de la ciudad democrática; para eso, no es necesario negar radicalmente los proyectos urbanísticos o las técnicas, sino criticarlos proponiendo humanizarlos. Hay que recordar con Sennett (1998) que la democracia descentralizada tiene una afinidad particular con la ciudad moderna, que no son asentamientos humanos coherentes y si una “reunión de diferencias”: familias, intereses económicos y miradas políticas. Las ciudades, en todas sus escalas, son asentamientos cada vez mas amplios, pero integrados y unificados por diferencias que deben ser comprendidas desde la conciencia y las necesidades conformadoras de la esencia popular.

La geografía, la sociología y la antropología, al evidenciar las demandas en el imaginario social, con sus formas de operación metodológica, tienen mucho para colaborar en una praxis urbanística eminentemente popular.

La geografía social imaginativa del lugar en la planificación de la ciudad.

Palabras finales

La popularización de las mercancías ha significado la popularización de las culturas cambiadas en mercancías. Sin el objetivo de lo bello, sin el atributo de belleza y estética agradable a las masas, no habría necesidad cultural. Esta *necesidad* es la

variable indiscutible de la reproducción de la vida urbana, concreta, imaginaria y espiritualmente. Las ciencias sociales no pueden descuidar el contenido político y adaptado de este imaginario, las variadas formas de lenguajes y narrativas, cuando la *necesidad no es desinteresada o abstracta*, sino que corresponde a estrategias con un punto de vista localizado: la reproducción expandida de las necesidades alcanza lo superfluo y niega lo primario, conscientemente. Por lo tanto, la planificación urbana deliberada para minimizar el ideal de estas necesidades y la violencia de las técnicas, de la racionalidad ciega a la totalidad concreta, debe incluir la conciencia del sujeto subalternizado en las ciudades, reimaginando y reincorporando su *localización* geocultural. Así operará una *geografía social imaginativa del lugar*, a través de interacciones materiales, sentimientos individuales e imaginarios colectivos denunciadores de vulnerabilidades, para vincularlas con la planificación.

Al mismo tiempo que las ciudades favorecen el imaginario globalizado de las innovaciones, albergan poblaciones que conservan sus propios hábitos residenciales, comerciales, alimentarios, simbólicos y espirituales, por la fuerza de su imaginario: maneras de habitar por formas y contenidos ancestrales y vernáculos; festivales sagrados y profanos de origen rural, con componentes negros, indígenas y extranjeros; religiones que se han enfrentado a la imposición hegemónica de creencias católicas o protestantes; formas de comer que abarcan siglos y se reproducen en las grandes ciudades, los platos más caros y los barrios menos favorecidos, el arte globalizado que es incapaz de extinguir el arte popular de las nuevas centralidades periferizadas. Estos y otros ejemplos muestran resistencia al impulso de las necesidades urbanas hegemónicas, que la crítica no puede olvidar; significan la reproducción cultural de la vida urbana total, acciones rituales de duración y metamorfosis, creatividad de la existencia popular frente a la urbanización.

Para que la vida urbana digna se consolide en la ciudad democrática, es necesario repensar la planificación, cuya naturaleza sobrevalora los negocios inmobiliarios, financieros, mediáticos, técnicos y de consumo como ideologías del progreso. Es importante reformular las relaciones de *la política cultural* con la *esfera pública* y con la *ciudadanía*, por medio de una *planificación urbana posible*, en la que el sujeto existente e imaginativo de su papel en la transformación espacial tome decisiones. La creatividad, las potencialidades y las vulnerabilidades de los sujetos localizados deben ser asimiladas y operadas, con su presencia en el lugar de existencia y en el plan estratégico.

Las posibilidades (para algunos, nulas, porque la planificación sería un mero instrumento de control estatal) derivadas de una lectura existencial y cultural del territorio convergen en un elemento importante: la producción de un *indicador sintético* de análisis geográfico y sociológico aplicado a la planificación, que es la

calidad de vida urbana medida por la existencia y la emoción. La planificación y, por así decirlo, los planes maestros y la zonificación, deben elaborar indicadores complejos representados en mapas lógicos y mentales, en los cuales el sujeto sea el partícipe de la espacialización y uno de los conductores políticos de la técnica. Índices de pobreza, desarrollo, segregación social, enfermedades, distribución del ingreso, vulnerabilidad social, servicios públicos, calidad del agua, calidad ambiental, confort térmico, circulación y elementos de movilidad urbana, accesibilidades, patrimonio, empleo, áreas de ocio y turismo, estigmas, violencia doméstica etc. son productos de lo imaginario (por su función predictiva) y, por lo tanto, interpretados y susceptibles de ser remediados imaginaria y concretamente²⁶.

J. de Souza Martins considera que es en el instante de las rupturas del cotidiano, en los instantes de la inviabilidad de la reproducción, que se instaura el momento de la invención, de la osadía, del atrevimiento, de la transgresión; es donde la desordenen es otra, como es otra la creación. Significa valorar, en la planificación, el mundo de la vida, ponerlo en su lugar, romper con el silencio y la letargia del sujeto ubicado, enaltecendo, simultáneamente, lo cotidiano.

26. Costa (2011 & 2011a) y Costa y Scarlato (2019) también presentan metodología en este sentido.

Referencias

- ADORNO, Theodor. (2009), *Dialética negativa*. Rio de Janeiro, Zahar.
- ALVARADO, Ilia & COSTA, Everaldo. (2019), “Situación geográfica turística en la era urbana y devenir campo-ciudad en América Latina”. *Investigaciones Geográficas*, México, 99 (2): 1-24, julho. Disponible en <http://dx.doi.org/10.14350/rig.59792>.
- ALVARADO, Ilia & LÓPEZ, Álvaro. (2018), *Turismo, patrimonio y representaciones espaciales*. Tenerife, Colección Pasos, n. 22.
- BAUDRILLARD, Jean. (1991), *Simulacros e simulação*. São Paulo, Relógio D'Água.
- BAUMAN, Zygmunt. (2013), *A cultura no mundo líquido moderno*. Rio de Janeiro, Zahar.
- BAUMAN, Zygmunt & DONSKIS, Leonidas. (2014), *Cegueira moral*. Rio de Janeiro, Zahar.
- BECK, Ulrich. (2010), *Sociedade de risco: rumo a outra modernidade*. São Paulo, Editora 34.
- CAMPOS FILHO, Candido. (1989), *Cidades brasileiras: seu controle ou o caos*. São Paulo, Nobel.
- CANCLINI, Néstor. (2003), *A globalização imaginada*. São Paulo, Iluminuras.
- CASTORIADIS, Cornelius. (1982), *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- CEFAÏ, Daniel. (2009), “Como nos mobilizamos? Sociologia da ação coletiva”. *Dilemas*, 4 (2): 11-48. Disponible en <https://revistas.ufrj.br/index.php/dilemas/article/view/7163>.
- CEFAÏ, Daniel. (2011), “Diez propuestas para el estudio de las movilizaciones colectivas”. *Revista de Sociología*, 26 (1): 137-166. DOI: 10.5354/0719-529X.2011.27491.
- CEFAÏ, Daniel & JOSEPH, Isaac. (2002), *L'héritage du pragmatisme, conflits d'urbanite et epreuves de civisme*. La Tour d'Aigues, Editions de l'Aube, 2002.
- CERTEAU, Michel de. (1995), *A cultura no plural*. Campinas, Papirus.
- COSTA, Everaldo. (julio 2017), “Ativação popular do patrimônio-territorial na América Latina: teoria e metodologia”. *Cuadernos de Geografía*, Colombia, 26 (2): 53-75. Disponible en <https://revistas.unal.edu.co/index.php/rcg/article/view/59225/pdf>.
- COSTA, Everaldo. (2011a), “Geografia urbana aplicada: possibilidades, utopias e metodologias”. *XII Simpósio Nacional de Geografia Urbana*. Belo Horizonte, UFMG, pp. 1-16. <https://repositorio.unb.br/handle/10482/9601>.
- COSTA, Everaldo. (julio 2018), “Riesgos y potenciales de preservación patrimonial en América Latina y el Caribe”. *Investigaciones Geográficas*, México, 96 (2): 2-26. <http://dx.doi.org/10.14350/rig.59593>.
- COSTA, Everaldo. (marzo 2021, aceptado), “Patrimonio-territorial y territorio de excepción en América Latina, conceptos decoloniales y praxis”. *Revista Geográfica Venezolana*, 62 (1): 01-32. <http://www.saber.ula.ve/regeoven/>.
- COSTA, Everaldo. (2011), *Totalidade urbana e totalidade-mundo: as cidades coloniais barrocas face à patrimonialização global*. São Paulo. São Paulo, tese de doutorado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, FFLCH-USP. Disponible en <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-14032011-104656/pt-br.php>.

- COSTA, Everaldo. (2016), "Utopismos patrimoniais pela América Latina: resistências à colonialidade do poder". *Actas XIV Coloquio Internacional de Geocrítica*. UB, Barcelona, pp. 1-32. Disponible en http://www.ub.edu/geocrit/xiv_everaldocosta.pdf.
- COSTA, Everaldo & ALVARADO, Ilia. (octubre 2019), "Heterotopía patrimonial: concepto para estudios latinoamericanos". *Scripta Nova*, Barcelona, 620 (23): 1-28
- COSTA, Everaldo & PELUSO, Marília. (maio 2016), "Imaginário urbano e situação territorial vulnerável na Capital do Brasil". *Biblio 3W*, Barcelona, 23 (2): 01-29. <http://www.ub.edu/geocrit/b3w-1151.pdf>.
- COSTA, Everaldo & SCARLATO, Francisco. (diciembre 2019), "Geografia, método y singularidades revisadas en lo empírico". *Ge USP*, 23 (3): 1-28. <http://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/161552>.
- COSTA, Everaldo & STEINKE, Valdir. (maio 2014), "Brasília meta-síntese do poder no controle e articulação do território nacional". *Scripta Nova*, Barcelona, 493 (44): 01-32. Disponible en <http://www.ub.edu/geocrit//sn/sn-493/493-44.pdf>.
- FREITAG-ROUANET, Bárbara. (dez. 2000), "A cidade brasileira como espaço cultural". *Tempo Social*, São Paulo, 12 (1): 29-46, <https://doi.org/10.1590/S0103-20702000000100003>.
- GORELIK, Adrián. (febrero 2002), "Imaginaris urbanos e imaginación urbana. Recorrido por los lugares comunes de los estudios culturales urbanos". *Eure*, 28 (83): 1-9. <http://dx.doi.org/10.4067/S0250-71612002008300008>.
- GORELIK, Adrián. (enero 2005), "A produção da cidade latinoamericana". *Tempo Social*, 17 (1): 111-133. <https://doi.org/10.1590/S0103-20702005000100005>.
- HABERMAS, Juergen. (1968), *Técnica e ciência como ideologia*. Lisboa, Edições 70.
- HIERNAUX, Daniel. (mayo 2007), "Los imaginarios urbanos: de la teoría y los aterrizajes en los estudios urbanos". *Eure*, Chile, 99 (3): 17-30. <http://dx.doi.org/10.4067/S0250-71612007000200003>.
- LEFEBVRE, Henri. (2010), *Hegel, Marx, Nietzsche o el reino de las sombras*. Madri, Siglo XXI.
- LEFEBVRE, Henri. (1968), *La vie quotidienne dans le monde moderne*. Paris, Ideas – Gallimard.
- MAGNANI, José. (dez. 2005), "Os circuitos dos jovens urbanos". *Tempo Social*, São Paulo, 17 (2): 173-205. Disponible en <https://doi.org/10.1590/S0103-20702005000200008>.
- MATOS, Olgária. (2010), "Modernidade: o deslimite da razão e o esgotamento ético". In: NOVAES, Adauto. (org.). *Mutações: A experiência do pensamento*. São Paulo, Sesc, pp. 157-176.
- MARCUSE, Herbert. (1998), *Cultura e sociedade*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- MARTINS, José. (jan. 1998), "O senso comum e a vida cotidiana". *Tempo Social*, São Paulo, 10 (1), 1-8. Disponible en <https://doi.org/10.1590/ts.v10i1.86696>.
- MERLEAU-PONTY, Maurice. (2006), *Fenomenologia da percepção*. São Paulo, Martins Fontes.
- MOURA, Cristina & JANUZZI, Vinicius. (ago. 2019), "Brasília classificada: novos espaços de classe média na capital federal". *Tempo Social*, São Paulo, 31 (1): 113-134. Disponible en <https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2019.151261>.

- MOURA COSTA, Heloisa. (2013), “A metrópole brasileira contemporânea e o planejamento territorial”. In: GONZALEZ, S; FRANCESCONI, J; PAVIANI, A. (orgs.). *Planejamento e urbanismo no Brasil*. Rio de Janeiro, Livre Expressão, pp. 65-82.
- NOEL LAPOUJADE, María. (2011), *Filosofía de la imaginación*. México, Siglo XXI.
- PINTO, Vitor. (2013), “O princípio da tipicidade dos planos urbanísticos e a institucionalização do urbanismo no Brasil”. In: GONZALEZ, S.; FRANCESCONI, J. & PAVIANI, A. (orgs.). *Planejamento e urbanismo no Brasil*. Rio de Janeiro, Livre Expressão, pp. 65-82.
- SANTOS, Milton. (2002), *A natureza do espaço*. São Paulo, Edusp.
- SANTOS, Milton. (2008a), *Manual de geografia urbana*. São Paulo, Edusp.
- SANTOS, Milton. (2007), *O espaço do cidadão*. São Paulo, Edusp.
- SANTOS, Milton. (2009), *Por uma outra globalização*. São Paulo, Edusp.
- SANTOS, Milton. (2008b), *Técnica, espaço, tempo*. São Paulo, Edusp.
- SARTRE, Jean-Paul. (2011), *A imaginação*. Porto Alegre, L&PM.
- SARTRE, Jean-Paul. (2002), *Crítica da razão dialética*. Rio de Janeiro, DP&A.
- SARTRE, Jean-Paul. (2010), *Esboço para uma teoria das emoções*. Porto Alegre, L&PM.
- SARTRE, Jean-Paul. (1996), *O imaginário: psicologia fenomenológica*. São Paulo, Ática.
- SARTRE, Jean-Paul. (2015), *O que é a subjetividade?* Rio de Janeiro, Nova Fronteira.
- SENNETT, Richard. (1998), *The spaces of democracy*. Michigan, Raoul Wallenberg Lectures.
- SILVA, Armando. (2014), *Imaginários, estranhamentos urbanos*. São Paulo, Sesc.
- SOLÍS QUIROGA, Héctor. (enero 1964), “El problema de los niños que trabajan, vagan o mendigan en la vía pública”. *Revista Mexicana de Sociología*, 26 (3): 791-799. Disponible en <http://revistamexicanadesociologia.unam.mx/index.php/rms/article/view/58872/52063>.
- VILLAÇA, Flavio. (2002), “Contribuição à história do planejamento urbano no Brasil”. In: DEÁK, C. & SCHIFFER, S. (orgs.). *O processo de urbanização no Brasil*. São Paulo, Edusp, pp. 169-244.

Resumo

Planejamento urbano possível, imaginário, existência e cultura

O planejamento urbano, do ponto de vista economicista e mecanicista, pouco orienta os objetos e sujeitos que conformam a vida cotidiana da cidade (em sua totalidade e totalização), sujeitos que a percebem de seus lugares de trânsito e de permanência. Assim, o objetivo do artigo é propor o imaginário, a existência e a cultura como *tríade operativa* de um *planejamento urbano possível*. Metodologicamente, e para defender a tese da *predição dialética do imaginário*, debatemos (i) a racionalidade instrumental do planejamento e (ii) a centralidade da cultura e da existência em sua revisão, protagonizando o sujeito da e na vida cotidiana urbana. Estabelecemos um diálogo com a ontologia do imaginário de Castoriadis, com a teoria da existência sartriana e com o debate

crítico frankfurtiano da cultura, além de incorporar uma reflexão mais recente sobre as cidades.

Palavras-chave: Planejamento urbano possível; Cultura; Existência; Imaginário; Cotidiano

Resumen

Planificación urbana posible, imaginario, existencia y cultura

La planificación urbana desde un punto de vista economista y mecanicista apenas guía los objetos y sujetos que conforman la vida cotidiana de la ciudad (en su totalidad y totalización), los cuales la perciben desde sus lugares de tránsito y permanencia. Así, este artículo tiene como objetivo proponer el imaginario, la existencia y la cultura como *tríada operativa* de una *planificación urbana posible*. Metodológicamente y para defender la tesis de la *predicción dialéctica del imaginario*, se debate (i) la racionalidad instrumental de la planificación y (ii) la centralidad de la cultura y la existencia en su revisión, protagonizando el sujeto de la y en la vida cotidiana urbana. Se establece un diálogo con la ontología del imaginario castoridiano, con la teoría de la existencia sartreana y el debate crítico frankfurtiano de la cultura, además de incorporar una reflexión más reciente sobre las ciudades.

Palabras-clave: Planificación urbana posible; Cultura; Existencia; Imaginario; Cotidiano.

Abstract

Possible urban planning, imaginary, existence and culture

Urban planning from an economist and mechanistic point of view barely guides the objects and subjects that make the daily life of the city (in totality and totalization), which perceive it from their places of transit and permanence. Thus, this essay aims to propose the culture, the existence and the imaginary as an *operative triad* of *possible urban planning*. Methodologically, in order to defend the thesis of dialectical prediction of the imaginary, the following are debated: (i) the instrumental rationality of planning and (ii) the centrality of culture and existence in its revision, leading the subject of and in urban daily life. A dialogue is established with the ontology of Castoriadis' imaginary, with the theory of Sartre' existence and the Frankfurtian critical debate on culture, a more recent reflection on cities is also incorporated.

Keywords: Possible urban planning; Culture; Existence; Imaginary; Daily.

Texto recebido em 29/11/2019 e aprovado em 5/8/2020.

DOI: 10.11606/0103-2070.ts.2021.164522.

EVERALDO BATISTA DA COSTA é professor do Instituto de Ciências Humanas, Departamento de Geografia, da Universidade de Brasília. E-mail: everaldocosta@unb.br



Marcelo Caetano, do idealismo da juventude à política real (1906-1944)

Uma teorização histórico-sociológica

Pedro Emanuel Mendes

<https://orcid.org/0000-0002-6321-8344>

Introdução

Este artigo apresenta uma teorização histórico-sociológica do percurso profissional e político de Marcelo Caetano, com base num modelo de ascensão política e acumulação de capital social. Partindo desse modelo, apresenta uma contextualização reflexiva dos ambientes sociais, políticos e ideacionais que marcaram a formação de Marcelo Caetano na sua juventude e demonstra quando e por que Marcelo começa a traçar um caminho de aproximação ao Estado Novo. Através dessa teorização, o artigo introduz uma interpretação mais reflexiva sobre a importância dos contextos sociais nas decisões de Marcelo ao longo da sua vida até chegar ao governo. Neste quadro, parte da problemática relativa à dialética entre estrutura e agência na explicação da história política das elites decisoras. Como sublinhou Marx: “os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem segundo a sua livre vontade; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado” (Marx, 1852).

Inspirado nessa ideia, o artigo analisa as circunstâncias, materiais e ideacionais, em que Marcelo nasceu e cresceu ao longo da sua formação inicial, bem como suas decisões e estratégias no sentido de integrar a elite do Estado Novo. Assim, demonstrando a ascensão social de Marcelo e sua capacidade adaptativa para gerir tática

* Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal.

e estrategicamente a carreira, identifica a realização de uma importante transição pessoal e política dele: de jovem idealista radical para um homem maduro próximo da política real.

O artigo dialoga criticamente com as principais obras biográficas já publicadas sobre Marcelo (Castilho, 2012; Leitão, 2014; Martinho, 2016; Mendes, 2020a) e, sobretudo, com as suas próprias memórias biográficas – diretamente escritas por ele (Caetano, 1977) ou com base em suas cartas (Prieto, 1992; Antunes, 1993) –, a fim de apresentar uma interpretação reflexiva sobre as circunstâncias com que Marcelo se confrontou.

No atual momento de relativa banalização da verdade, e consequente produção de narrativas pós-verdadeiras sobre a memória histórica dos períodos autoritários, é importante que as ciências sociais manifestem a sua função de guardiãs da verdade. Isso não significa a defesa de uma verdade única e monista sobre os fatos, isso é impossível. O que é possível e desejável é que as ciências sociais demonstrem que os fatos não falam por si, e que é necessária uma interpretação compreensiva e rigorosa para explicar a verdade histórica, que é sempre uma interpretação, mas que se baseia em critérios e fundamentos epistemológicos¹.

Mais do que a simples apresentação dos fatos sobre o percurso pessoal e político de Marcelo até chegar ao governo, o artigo desenvolve uma interpretação sobre quais os principais fatos sociais, ideacionais e políticos que, em primeiro lugar, marcaram a formação inicial de Marcelo e, em segundo lugar, determinaram o seu caminho rumo ao governo. Assim, introduz uma abordagem histórico-sociológica que aplica relacionalmente o conceito de acumulação de capital social de Bourdieu (1980; 1986; 1989) para compreender melhor a ascensão social e política de Marcelo.

O principal objetivo deste artigo é identificar compreensivamente os atores, as ideias e os contextos que foram as principais influências na formação inicial de Marcelo e na progressão da sua carreira profissional e política. O texto está organizado em quatro partes: uma teórica e as restantes históricas. Na primeira, partindo da adaptação da visão original de Bourdieu sobre as formas de capital, apresenta um modelo de análise interpretativo que utiliza o capital social como hipótese intelec-

1. A História, sobretudo a política, é sempre uma construção reflexiva face ao objeto de estudo, bem como face às próprias preconcepções do investigador e aos seus *habitus científicos*. Em períodos autoritários, mas não só, muitas vezes os políticos refugiam-se na “verdade documental” (Caetano, 1977, p. 4), mas é imperioso perceber que os líderes, não raras vezes, documentam “verdades arredondadas” (Mendes, 2019), limitando a própria expressão documental da verdade. Porém, na memória autobiográfica, o autor tem a tentação de se tornar o “ideólogo da sua própria vida” (Bourdieu, 2006, p. 184). Essa precaução metodológica não impede a importância das memórias biográficas (Bertaux, 2001). Contudo, além dos fatos narrativos, a compreensão histórica deve ser *relacional*. Portanto, é necessário compreender os vários microepisódios do percurso biográfico e político de Marcelo face aos contextos sociais e ideacionais do seu tempo.

tual para explicar a ascensão social e política de Marcelo. As três partes históricas seguintes – “As origens e os anos de juventude”; “A Universidade, o jornalismo e a política radical”; “A maturidade e a política real” – correspondem à análise histórico-sociológica sobre os três ciclos sucessivos da vida pessoal e política de Marcelo até chegar ao governo do Estado Novo como ministro das Colônias.

Teorizando a ascensão social e política de Marcelo: aproveitamento dos contextos, acumulação de capital social e cultural e construção de relações interpessoais

Partindo de uma narrativa biográfica, este trabalho dialoga com categorias analíticas ligadas à abordagem da sociologia histórica. Nomeadamente, é a ideia matricial de que, para compreendermos qualquer evento ou fenômeno social e político, temos de entender a sua temporalidade e historicidade (Abbot, 2001), bem como a relação dialética entre agência e estrutura (Sewell Jr., 2005).

Isso significa que, para além de uma narrativa analítica (Mendes, 2020b) que procura identificar a interligação sequencial e processual dos fatos históricos da vida de Marcelo, procuramos sublinhar as dinâmicas de mudança na sua vida social e política. É indispensável pensar a biografia política de Marcelo em termos relacionais e dinâmicos, identificando as dimensões de continuidade e mudança da sua trajetória. Por isso, desenvolvemos uma análise dos diferentes ciclos de vida de Marcelo e procuramos explicar os seus principais pontos de transição, em especial a transição entre os anos da sua juventude e formação ideológica radical e o início da sua maturidade, que se reflete na sua conversão ao corporativismo e na consequente entrada no mundo da política real.

O fio condutor da nossa narrativa histórico-sociológica é a demonstração da capacidade de Marcelo de ascender social e politicamente até entrar nos corredores do poder do Estado Novo e, finalmente, assumir um cargo de ministro.

Para compreender melhor a trajetória de continuidade e mudança de Marcelo, recorremos a alguns dos conceitos clássicos do pensamento de Bourdieu, em especial das formas de acumulação de capital. Embora a visão inicial de Bourdieu seja mais centrada nos aspetos estruturais da reprodução do poder entre os atores dominantes e os atores dominados dentro dos vários campos sociais (Ortiz, 1983; Bourdieu, 1983), a sua visão também sublinha os aspetos dinâmicos e transformativos do social, nomeadamente a importância da interligação e conversão dos diversos tipos de capital e, em especial, do capital social² (Bourdieu, 1980; 1986). Existem vários

2. Como explica Daniel Bertaux, que trabalhou com ele, “apesar da sua conversão tardia ao construtivismo”, Bourdieu sempre esteve interessado nas relações sociais e nas suas redes” (Costa & Santos, 2020, p. 342).

tipos e subtipos de capital³, mas a distribuição e a acumulação das várias formas de capital são características constitutivas da estrutura social. Nesse sentido: “O mundo social é história acumulada” (Bourdieu, 1986, p. 241)⁴.

Com base nessas ideias, reutilizamos imaginativamente as categorias de capital cultural e social⁵, adaptando-as ao nosso caso. Desse modo, utilizamos os conceitos de capital cultural e social para explicar a ascensão dos atores políticos, em particular desses momentos especiais e decisivos de transição ideacional e de entrada nos círculos de poder. O nosso modelo sublinha a importância da conversão de capital cultural e social em capital político e poder simbólico (Bourdieu, 1989) e demonstra como essas categorias analíticas ajudam a explicar o percurso profissional e político de Marcelo.

O capital cultural é tradicionalmente associado à capacidade de acumular competências educacionais e intelectuais que derivam dos sucessivos e cumulativos graus e níveis de educação e formação intelectual. Em regra, o capital cultural está reservado a uma elite que perpetua e reproduz a sua posição dominante dentro dos vários campos sociais. Por outro lado, essa reprodução tende a hierarquizar distintivamente os membros de cada campo social (Bourdieu & Passeron, 1992; Bourdieu, 2007). Nesse quadro, convém recordar que o Estado Novo português era um regime político que reproduzia uma sociedade hierarquizada, elitista e com fraca mobilidade social. Isso significa que, em termos comparativos, nesse período era relativamente difícil ultrapassar as barreiras sociais.

Todavia, como demonstramos, podem existir exceções à regra. Com efeito, é possível a um ator situado numa posição relativamente modesta dentro da hierarquia social e política ascender ao círculo elitista dominante dentro de uma determinada sociedade política. Mas como isso é possível? E quais os fatores determinantes dessa possibilidade?

Conforme nosso caso exemplifica, isso é possível quando o ator consegue ultrapassar as barreiras sociais através de uma capacidade excepcional de acumulação de capital cultural e social. Essa capacidade excepcional resulta da interligação virtuosa de três fatores cumulativos. Primeiro, o aproveitamento das oportunidades

3. Capital econômico; capital cultural e capital social. Embora o capital econômico seja preponderante, e as outras formas de capital possam ser convertidas neste capital, Bourdieu sublinha que o capital não é redutível à sua forma econômica capitalista material, guiada pelo *simples* interesse econômico. O capital cultural e social são formas imateriais de capital que não se resumem à lógica de maximização de ganhos econômicos, mas constituem poderosos instrumentos de acumulação de poder simbólico e de hierarquização dos campos sociais (Bourdieu, 1986; 1989).

4. “*The social world is accumulated history.*”

5. “O capital social é o agregado dos recursos reais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede duradoura de relações mais ou menos institucionalizadas de conhecimento e reconhecimento mútuo” (Bourdieu, 1980, p. 2; 1986, p. 248).

sociais e culturais que se apresentam ao ator. Como o caso de Marcelo mostra, isso pode passar por conseguir integrar-se bem, e ser reconhecido, em círculos sociais e culturais elitistas e sofisticados⁶. Segundo, o ator deve ter capacidades intelectuais e de trabalho capazes de provar o reconhecimento do seu mérito, nomeadamente através da obtenção de graus elevados e prestigiados de educação e de produção de obras culturais e científicas⁷. Por último, mas não menos importante, o ator deve ter a capacidade de construir fortes relações interpessoais. Esse terceiro fator parece ser o mais decisivo, uma vez que, em última análise, potencia os outros dois.

Por outro lado, ao nível do campo político, é este fator que possibilita a criação de redes sociais de seguidores e de reconhecimento social e intelectual, que depois é passível de ser convertido em capital político. Também é este fator que se interliga com outras categorias analíticas e práticas importantes na vida política, como a amizade, a lealdade e a confiança políticas. Todas essas categorias políticas têm uma importância decisiva na prática política e estão inter-relacionadas com a capacidade de os atores políticos desenvolverem fortes relações interpessoais.

Como o nosso caso comprova, vários e significativos momentos de transição da vida profissional e política de Marcelo não podem ser explicados sem recurso a esse fator, nomeadamente às suas amizades pessoais e aos contextos sociais e familiares. Foram esses fatores que desempenharam um papel determinante no reconhecimento do seu mérito e na construção de um capital cultural de confiança que lhe permitiu o acesso a contatos sociais e políticos que se revelaram fundamentais para a acumulação de capital social e a consequente entrada e ascensão no campo político autoritário português.

Finalmente, é importante sublinhar a capacidade de Marcelo de ir acumulando capital social através da construção de uma rede de contatos sociais e políticos que vai estabelecendo ao longo dos diversos cargos que desempenha até chegar ao governo. Como este trabalho revela, Marcelo vai construindo, interessada e desinteressadamente, uma rede de contatos e conhecimentos que se irão revelar decisivos na sua afirmação como “intelectual orgânico” do corporativismo do Estado Novo e seu líder político⁸. Será precisamente esta rede que estará na base da emergência de uma

6. Essa capacidade de integração social também é relacional com o terceiro fator, a criação de fortes relações interpessoais. Como aqui se prova, ela é melhor conseguida através das amizades e do próprio casamento.

7. Esse é outro ponto interessante do nosso caso. Marcelo investe muito na publicação de livros, quer académicos, quer didáticos e de difusão geral das suas ideias como intelectual, político e doutrinador. Isso aumenta a sua capacidade de atrair seguidores. Por outro lado, atesta a nossa ideia relativa ao segundo fator: a prova e o reconhecimento do mérito intelectual de Marcelo constituíram instrumento importante na sua ascensão e acumulação de capital social.

8. Como nota Bourdieu: “O volume do capital social possuído por um determinado agente depende assim

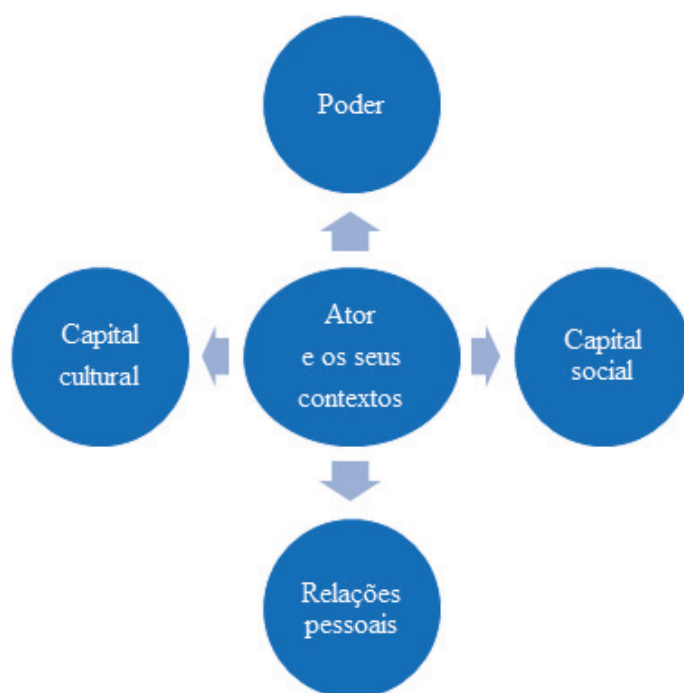
corrente política marcelista dentro do Estado Novo.

Em síntese, através de um duplo e interligado movimento analítico, este artigo pretende explicar compreensivamente a importância do capital social na ascensão da carreira profissional e política de Marcelo. Assim, por um lado, desenvolve um movimento de microanálise empírico, realizando uma emersão histórica no sentido de identificar e contextualizar as particularidades específicas dos vários episódios da vida de Marcelo. Por outro lado, o artigo empreende um movimento teórico reflexivo e relacional (Bourdieu & Wacquant, 1992) que pretende alcançar uma teorização a respeito da ascensão política de Marcelo com base na reutilização de conceitos e argumentos de Bourdieu, que ilustramos sinteticamente nas figuras 1 e 2.

Modelo de ascensão política: contextos, ator, relações pessoais e capital cultural e social

FIGURA 1

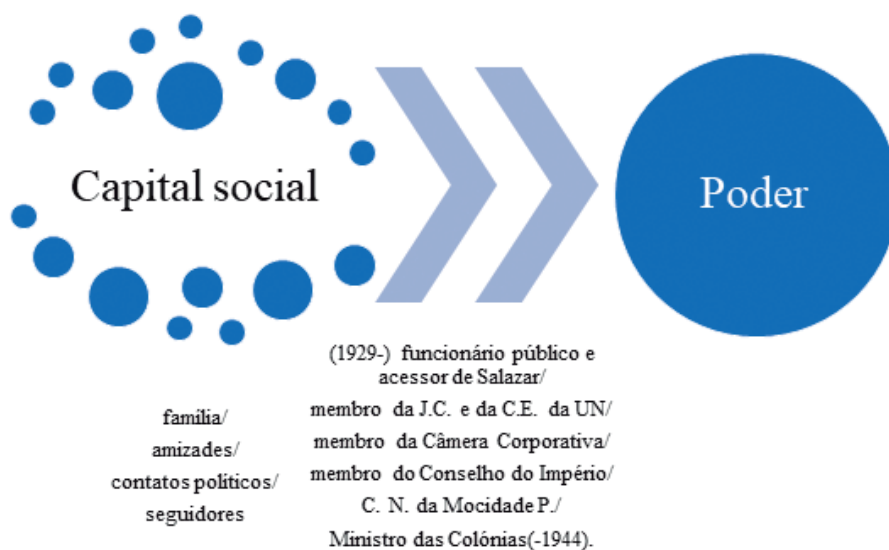
Inter-relacionamento entre Agência e Estruturas Sociais e Políticas



da dimensão da rede de ligações que ele pode efetivamente mobilizar e do volume do capital (econômico, cultural ou simbólico) possuído por direito próprio por cada um daqueles a quem ele é conectado” (Bourdieu, 1986, p. 248).

FIGURA 2

O Capital Social na Ascensão Política de Marcelo



As origens e os anos de juventude: 1906-1922

Marcelo José das Neves Alves Caetano nasceu em Lisboa no dia no dia 17 de agosto de 1906, ainda no período da monarquia constitucional portuguesa. Nasce no bairro da Graça em casa da família. Seus pais eram ambos humildes católicos originais da Serra da Lousã. Cresceram e viveram a sua infância em pequenas povoações rurais. Todavia, mesmo nesse meio social modesto, os Alves Caetano distinguiam-se das outras famílias serranas por terem o hábito de ensinaram os filhos a ler e a escrever. O que faziam nos serões à luz da vela, pois não existia eletricidade na Serra da Lousã nesse período.

Seu pai, José Alves Caetano, ficou órfão aos onze anos e no ano seguinte, apenas com doze anos, emigra para Lisboa para tentar a sorte e fugir à vida difícil da serra. Inicia a sua vida laboral como marçano e passa em seguida para a vida militar, chegando a primeiro-sargento. Depois concorre para a Guarda Fiscal, passa por Évora e pelo Porto, e, finalmente, fixa-se em Lisboa, onde, regressado à vida civil, trabalhará na Alfândega até chegar a ser subinspetor (Castilho, 2012; Leitão, 2014; Martinho, 2016).

Três características importantes marcam o percurso de vida de José Alves Caetano que, de algum modo, influenciaram a formação e o trajeto de Marcelo Caetano – aquilo a que Bourdieu chama o *habitus primário* (Bourdieu & Passeron, 1992, p.

55)⁹. A primeira é a noção de que a instrução e o esforço nos estudos são muito importantes¹⁰. A segunda é a capacidade de ambição social e a procura de uma progressão organizada e exemplar na carreira de serviço público. A terceira é a sua aptidão para se afirmar como líder local, associativo e espiritual.

Desse modo, quer inicialmente, na Graça, quer posteriormente, na freguesia dos Anjos, o pai de Marcelo desempenhou o papel de patriarca solidário, nomeadamente para os seus conterrâneos migrantes em Lisboa. Também por isso esteve ligado à Sociedade São Vicente de Paulo, onde, na sua freguesia, foi fundador e tesoureiro. Finalmente, de um ponto de vista ideológico, convém ressaltar as suas raízes conservadoras católicas e a sua consequente aversão ao anticlericalismo republicano. Essas ideias constituem a base do seu pensamento monárquico, antiliberal e antirrepublicano que, naturalmente, irá influenciar os primeiros anos de Marcelo (Mendes, 2020a).

Marcelo vive a sua infância num ambiente familiar profundamente católico e conservador. Por outro lado, era o mais novo e o primeiro varão dos cinco filhos do casal, o que originou que a família, sobretudo o pai, depositasse nele muitas expectativas. Para além da Igreja Católica, outras importantes dimensões marcam a vida inicial de Marcelo: a aposta na educação e a crítica à subversão da ordem tradicional monárquica imposta pelo regime do republicanismo democrático. *Deus, a monarquia* e a *ordem* serão as ideias que formarão o seu carácter inicial. Serão, aliás, ideias que marcarão o seu percurso posterior, embora o seu fervor monárquico e integralista da juventude tenha sido substituído pelo corporativismo do Estado Novo na idade adulta, e tenha perdido a fé na última fase da sua vida (Prieto, 1992).

A *ordem* é que nunca foi verdadeiramente substituída na sua hierarquia central de ideias. Os tempos conturbados do contexto histórico da juventude de Marcelo ajudam a perceber a importância da ordem. É importante sublinhar que o ambiente social e político dos seus primeiros anos é marcado por tensões e rupturas da ordem

9. O *habitus* primário (HP) está ligado à inicial socialização familiar e às primeiras experiências educativas e pedagógicas. O HP vai depois evoluir e interligar-se com o *habitus* transformado pela escola, nomeadamente pela sua evolução adaptativa face aos sucessivos graus de ensino e consequentes experiências e trabalhos pedagógicos. Apesar dessa evolução, o HP tem uma influência decisiva na estruturação de todas as outras experiências posteriores (Bourdieu & Passeron, 1992).
10. Todos os seus filhos aprenderam cedo a ler e assumiram esta ideia. Aqui o destaque vai para as suas filhas, que, ao contrário do que era comum na época, foram todas estudar. Arminda e Emília foram professoras primárias; Olga, a irmã que acompanhou Marcelo no Brasil, conclui o sétimo ano do liceu e trabalhou no Instituto de Odontologia; a mais nova, Lucinda, apesar de também ter estudado, foi a única que não seguiu uma carreira profissional. Arminda chegou mesmo a escrever para o jornal local, *Comarca de Arganil*, estreando, aos dezenove anos, com um artigo singular: "A influência da mulher na política, não votando".

política e social, ligadas à crise final da monarquia, à difícil transição da Monarquia para a República e à entrada de Portugal na Primeira Guerra Mundial (Mendes, 2019; 2020a).

Marcelo finaliza a sua instrução primária na escola n. 68, na Penha de França, em 15 de agosto de 1916, obtendo a classificação de aprovado com distinção. É nessa altura, com nove anos, que conhece a segunda referência intelectual no período da sua formação: Monsenhor José Manuel Pereira dos Reis. Pereira dos Reis era licenciado pela Faculdade de Teologia de Coimbra, onde preparava doutoramento e futura carreira académica. Com o Governo Provisório da República, a Faculdade de Teologia é extinta. Pereira Reis suspende a sua carreira académica e vai para Lisboa como assistente eclesiástico da Juventude Católica e secretário pessoal do Cardeal Mendes Belo. Torna-se pároco da freguesia dos Anjos em 1917 e desenvolve uma forte relação com a família Caetano, que, em 1914, se mudara para a freguesia dos Anjos e onde passou a residir junto à igreja. Marcelo conheceu-o muito jovem, quando seu pai frequentava a sede da Juventude Católica. A partir daí, Pereira Reis foi a principal fonte da sua educação católica e intelectual, nomeadamente “da doutrina ecumênica do Corpo Místico de Cristo” (Caetano, 1977, p. 14).

A cultura intelectual de Pereira dos Reis – politicamente nacionalista e espiritualmente ecumênica – e o seu exemplo de vida influenciaram profundamente o jovem Marcelo, que nutriu uma enorme admiração pelo clérigo. Tão grande que pensou mesmo seguir-lhe o exemplo. Nas suas palavras: “Mentiria se negasse ter surgido no meu espírito a ideia de seguir na esteira desse homem admirado que mais que nenhum outro me impressionou.” (Caetano, 1977, p. 14). Todavia, confessa que não sentiu uma verdadeira vocação interior que lhe permitisse ir para o seminário (Caetano, 1977, p. 14).

Aos dez anos, entra no Liceu Camões em Lisboa, mas passados meses a sua mãe morre de insuficiência cardíaca, a 1º de março de 1917. Em novembro, seu pai volta a casar¹¹. Essas alterações familiares tiveram influência nas fracas notas que obtém nos primeiros anos. A entrada no Camões, liceu de elite, significou a entrada de Marcelo num novo mundo social. No Camões, Marcelo irá encontrar colegas que, ao contrário da sua relativamente humilde condição social, pertenciam na sua maioria a estratos médios e altos da sociedade lisboeta (Mendes, 2020a).

As amizades que aqui trava com alguns deles irão revelar-se importantes na sua ascensão social e no seu percurso académico e político. Entre essas amizades iniciais,

11. Nesta altura as suas três irmãs mais velhas deixam a casa paterna e Marcelo teve de se adaptar a sua nova situação familiar com a madrasta. Do novo casamento do pai, vão nascer quatro filhos: Nuno José (1921), José Pedro (1922), Manuel José (1926) e António José (1931).

uma merece especial destaque: a de Henrique de Barros. Henrique era filho de João de Barros¹², poeta, pedagogo e político na Primeira República, e irmão de Teresa de Barros, futura mulher de Marcelo. Foi a grande amizade com Henrique de Barros¹³ que lhe proporcionou frequentar a casa da família Barros e conviver com várias personalidades da intelectualidade e alta burguesia portuguesa que a utilizavam como ponto de encontro e tertúlia.

Foi aqui que Marcelo começou a socializar formas de viver e de pensar relativamente distintos dos meios católicos conservadores e de classe média baixa a que estava habituado na sua família. Na casa da família Barros, Marcelo teve acesso a um ambiente político e social relativamente distinto, mais elitista, urbano e intelectual. Portanto, a família Barros foi importante no *acesso* de Marcelo a um círculo social com contatos e conhecimentos na elite social e política lisboeta que se tornarão relevantes na acumulação de capital social de Marcelo e na sua consequente *entrada* no poder.

No quinto ano do liceu, ele precisou optar entre Letras ou Ciências. Depois de ter desistido da ideia inicial de ser padre, Marcelo estava mais inclinado para as Ciências e aspirava a seguir Medicina. Contudo, começou a destacar-se na Literatura e no Português e, no meio dos seus condiscípulos, a que não será alheio o referido convívio na casa Barros, decidiu-se que melhor do que Letras era o curso de Direito, que lhe permitiria ser advogado e “rendia muito dinheiro” (Caetano, 1977, p. 12).

Para abreviar a entrada na Faculdade, Marcelo propôs-se a realizar o exame do sétimo ano como aluno externo. Para tal, para além de se preparar com três colegas do liceu, beneficiou-se do apoio de João de Barros que, como exigia a lei, foi o professor que o propôs a exame.

12. Henrique foi amigo de Marcelo no Camões, nos Escuteiros e depois na Universidade de Lisboa. Embora aqui com percursos estudantis e políticos divergentes. Henrique seguiu Agronomia, onde com dificuldades políticas conseguiu ser professor catedrático no Instituto Superior de Agronomia. Ao contrário de Marcelo, Henrique seguiu as convicções políticas do pai e foi um opositor do Estado Novo. No período da transição democrática, em 1975-1976, foi Presidente da Assembleia Constituinte (Mendes, 2012).
13. Esta amizade se manteve ao longo da vida de Marcelo. Apesar das diferentes convicções políticas e ideológicas, ele sempre teve uma relação de amizade e admiração intelectual com o sogro. Suas discussões eram sobretudo sobre cultura e literatura. Não só ao nível cultural e literário, João de Barros inicialmente influenciou Marcelo na sua admiração pelo Brasil. Para além da literatura e do Brasil, é possível que tenha sido também com João de Barros que Marcelo aprendeu a admirar António Sérgio. O próprio Marcelo admite que, para além “do nacionalismo lírico de Sardinha, influíu em mim o racionalismo sereno de Sérgio, o tal “humanismo imparcial e crítico” de que me ria” (Caetano, 1977, p. 364). Por tudo isto, é possível considerar que, para além do pai e de Pereira Reis, João de Barros foi a terceira figura paternal da sua juventude.

A Universidade, o jornalismo e a política radical 1922-1929

Marcelo ingressa com sucesso na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa em 1922, tem apenas dezesseis anos. Novamente acede a um meio que tradicionalmente era difícil de alcançar pelas classes mais modestas. Por outro lado, era uma oportunidade para conseguir provar seu espírito de trabalho e suas capacidades intelectuais. Assim, desde cedo começou a destacar-se na Faculdade de Direito como aluno exemplar¹⁴.

Para além das aulas, Marcelo começa a dar explicações, a escrever em jornais e a integrar-se nos círculos associativos académicos conservadores, nomeadamente católicos, monárquicos e integralistas. Esta é outra característica de Marcelo que importa notar: o seu espírito de trabalho e a vontade de escrever e opinar sobre o mundo que o rodeia, o que também se traduz no início de acumulação de capital social.

Embora o catolicismo conservador monárquico e mesmo algumas ideias defendidas pelo Integralismo Lusitano (IL), como a restauração heroica da portugalidade, tivessem já sido uma influência paterna, a socialização ideacional com Pedro Teotónio Pereira¹⁵ na Universidade fará com que Marcelo passe a ser militante de movimentos políticos conservadores radicais. A amizade com Pedro foi decisiva para que Marcelo se tornasse um dos jovens líderes de movimentos ideológicos conservadores que gravitavam em torno da ideologia do catolicismo conservador e do IL. Em 1924 Marcelo é já um dos principais colaboradores do Instituto de Estudantes Católicos de Lisboa e irá participar com Pedro no congresso da União dos Estudantes Católicos Portugueses (Pereira, 1973; Caetano, 1977).

Nesse período existiram vários movimentos antirrepublicanos e antiliberais em Portugal que eram herdeiros de uma importante fratura ideológica e civilizacional. Por um lado, os conservadores, de feição autoritária, conservadora-monárquica e católica. Por outro, os liberais, laicos e republicanos com uma orientação progressista de feição democrática. Os primeiros não aceitavam a ordem republicana e conspi-

14. Importa também sublinhar que, na Faculdade de Direito, Marcelo encontra Armino Monteiro como seu professor de Economia Política. Ainda aluno do liceu, Marcelo conhece-o através da leitura das crônicas que assinava no *Diário de Notícias* sobre Economia e Finanças. Dez anos mais velho que Marcelo, Monteiro, para além de professor, foi ministro das Colônias e dos Negócios Estrangeiros. Não foi amigo de Marcelo, mas terá contribuído, como *role model*, para ele solidificar a ideia da importância de ser professor universitário e acumular “capital cultural” para alcançar o poder.

15. Ao contrário de Marcelo, Pedro era filho de uma família empresarial tradicional. Com dezoito anos já se correspondia com António Sardinha e frequentava os jornais *A Monarquia* e *A Época*, não por acaso também frequentados por Marcelo. Foi o primeiro dos Integralistas a colaborar com Salazar no ministério das Finanças e a desenvolver uma carreira política no Estado Novo, que se cruza com a de Marcelo, a começar pelo seu primeiro cargo no governo, não aceito por Marcelo e ocupado por Pedro.

ravam contra a instabilidade e a decadência parlamentarista que, na sua opinião, o regime republicano tinha instalado (Mendes, 2020a).

Nesse contexto, surgiram vários movimentos ideacionais e políticos de cariz conservador e restauracionista que tinham uma pulsão idealista-reacionária e almejavam instaurar uma nova ordem política em Portugal. O jovem Marcelo, de espírito crítico da situação¹⁶ e de inegável curiosidade intelectual, será seduzido pelo idealismo monárquico-tradicionalista, nacionalista, orgânico e antiparlamentar do IL teorizado, entre outros, por António Sardinha¹⁷.

Para além de aderir ao IL, Marcelo exerce em simultâneo uma forte atividade jornalística: constituindo uma forma de rendimento extra, foi importante também para ele ser reconhecido junto dos meios católicos e monárquicos que conspiravam contra a República. Estreou no jornal católico *A Época*, com trabalho de pouca expressão, mas que funcionou como uma escola e lhe permitiu conhecer, entre outros, o seu diretor, o conselheiro Fernando de Sousa, figura de destaque do Centro Católico Português.

Em 1925 inicia a sua colaboração na revista *Nação Portuguesa*, órgão oficial do IL, da qual será secretário de redação entre 1928 e 1932. Será aqui que publicará o seu primeiro trabalho: *Um grande jurista Português: Frei Serafim de Freitas*. Em março de 1926, com apenas vinte anos, torna-se cofundador e diretor da revista *Ordem Nova*, que se autodefine como “antimoderna, antiliberal, antidemocrática, antiburguesa e antibolchevista”, além de “contrarrevolucionária, reacionária; católica, apostólica e romana; monárquica; intolerante e intransigente” (*Ordem Nova*, 1926). Em abril, um grupo de jovens monárquicos radicais funda o Instituto António Sardinha. Marcelo e Pedro fazem parte da sua direção. Estes foram os tempos do jovem Marcelo militante radical, que não tiveram repercussão política efetiva, mas serviram como relevante escola de formação intelectual e ideológica.

No dia 28 de maio de 1926 dá-se o golpe militar que derruba a República e instaura a Ditadura Militar em Portugal. Suprimem-se os partidos e encerra-se o parlamento. Toda coligação negativa contra a República do centro à extrema direita – republicanos conservadores, monárquicos, católicos e integralistas – rejubila. Todos concordavam no que não queriam, outra coisa muito diferente seria o acordo

16. Marcelo assume: “Na minha juventude assisti à experiência democrática da I República e fiquei elucidado sobre a capacidade portuguesa para praticar esses regimes” (Prieto, 1992, p. 97).

17. Político, ensaísta e fundador do IL. Morreu jovem (37), mas como doutrinador e comunicador político das ideias do IL exerceu forte influência nos jovens reacionários. O IL foi um movimento elitista e nacionalista, política e ideologicamente contrarrevolucionário, antirrepublicano, antiliberal e tradicionalista. Pretendia acabar com a decadência republicana em Portugal através da restauração de uma ordem monárquica tradicionalista, orgânica e municipalista. Para uma visão geral e sobre a influência do IL no Brasil, ver: Silva, Gonçalves & Parada, 2010.

sobre qual o rumo a seguir. Desse modo, a Ditadura Militar constituiu um período de transição difícil em que várias facções vão tentar impor o seu modelo político até que, finalmente, sob a égide de Salazar, e com o apoio de Marcelo, se funda a nova ordem política autoritária e corporativa: o Estado Novo.

No início de 1927, Marcelo integra também a redação do vespertino *A Ideia Nacional*, em que desenvolve uma coluna intitulada “Vida Literária”. Esse jornal integralista teve vida curta, sendo encerrado pelos militares. Ainda em 1927, Marcelo passa a ser redator de *A Voz*. Seguindo as linhas programáticas de *A Época*, um dos principais redutos das ideias que inspiraram o movimento do 28 de Maio, *A Voz* passou a ser um importante jornal católico, novamente dirigido por Fernando de Sousa. Após o golpe militar, esse periodico foi um relevante centro de debate político de católicos e integralistas. Aqui, Marcelo teve a oportunidade de viver de perto o ambiente político-conspirativo sobre o novo rumo a dar a Portugal. Para além das relações interpessoais e políticas que adquire, a experiência da sua ligação ao jornalismo revelar-se-á igualmente importante ao nível do seu conhecimento e interesse com a comunicação social, bem como na sua capacidade de comunicar, de forma ágil, “verdades arredondadas”. Em junho de 1927, Marcelo conclui a sua licenciatura em Direito na Universidade de Lisboa com a classificação final de 18 valores, ainda não tinha completado 21 anos.

Nesta fase, do jovem Marcelo integralista, importa ressaltar três ideias básicas. Primeiro, a sua militância política radical reflete o gosto pelo confronto intelectual e o interesse na participação política. Segundo, a sua atitude integralista assentava na ideia clara de que era necessário instaurar um novo regime em Portugal que resgatasse o país da sua situação pantanosa. Terceiro, a sua militância no IL foi também uma forma de reconhecimento e acumulação de capital intelectual e social e de integração no meio intelectual elitista antirrepublicano. Ao contrário da sua origem social modesta, o IL era um movimento de elitismo social e cultural (Pinto, 1994).

Assim, neste período, Marcelo solidifica o seu pensamento político através de ideias nacionalistas, reacionárias, orgânico-corporativistas e elitistas, defensoras de um projeto político que restituísse a Portugal o seu gênio império-civilizacional e a sua organização neomedieval (Mendes, 2020a).

Isso significa que Marcelo foi um dos jovens intelectuais que sucumbiram ao encanto reacionário e nacionalista das palavras de Sardinha e ao seu projeto integralista de restaurar a grandeza de Portugal. Nesse período, Marcelo via em Sardinha um “mestre” (Caetano, 1941, p. 2.) Portanto, importa compreender a importância e a influência do pensamento de Sardinha no jovem Marcelo, nomeadamente as suas ideias heroicas sobre a missão especial de Portugal no mundo. Ideias fortes e ideologicamente apelativas para todos os nacionalistas conservadores, a saber:

O que se nos impõe é restituir à Pátria o sentimento da sua grandeza, – não duma grandeza retórica ou enfática, mas naturalmente, da grandeza que se desprende da vocação superior que a Portugal pertence dentro do plano providencial de Deus, como nação ungida para a dilatação da Fé e do Império. Dilatar a Fé e o Império equivale a sustentar o guião despedaçado da Civilização. Os motivos de luta e de apostolado que outrora nos levavam à Cruzada e à Navegação, esses motivos subsistem. (Sardinha, 1924)

Terminada a licenciatura, Marcelo tem êxito no concurso para oficial do Registo Civil de Óbidos, onde inicia funções a 20 de dezembro de 1927. A saída da Universidade e o início da sua vida profissional começam a esmorecer o seu idealismo ideológico. A partir daí a vida de Marcelo irá entrar numa nova fase. Assim, começa a temperar o radicalismo integralista e a aproximar-se da política real. Desse modo, apesar de como integralista ter defendido, dois anos antes, que o IL era incompatível com um regime republicano, acaba por participar na campanha eleitoral de Carmona ao lado do administrador do concelho de Óbidos (Caetano, 1977; Castilho, 2012). O que é revelador da sua gradual adaptação à política real.

No dia 25 de Março de 1928, Carmona é eleito Presidente da República e no dia 18 de abril de 1928 entra em funções o novo ministério presidido pelo general José Vicente de Freitas. Nove dias depois, após ter assegurado as condições de autonomia técnica e política que exigiu, Salazar toma posse como ministro das finanças. Inicia aí o seu invulgar percurso no governo que fará dele presidente do ministério em 1932 e, finalmente, presidente do conselho em 1933, lugar que ocupará até ser substituído por Marcelo em 1968.

No dia 27 de julho de 1928, é nomeado subdelegado do Procurador da República na Comarca das Caldas da Rainha, funções que passa a acumular com as de Óbidos até 1929. O ano de 1929 marca definitivamente a transição do jovem Marcelo radical para o mundo da política real. Incentivado pela noiva, Teresa de Barros, Marcelo começa a preparar o seu doutoramento na recém-restaurada Faculdade de Direito de Lisboa e, por convite do seu amigo Pedro Teotónio Pereira, torna-se chefe do contencioso da Companhia de Seguros Fidelidade, empresa da família de Pedro. Em março de 1929, em representação de toda a direção, os dois acabam com o Instituto António Sardinha, o que simbolicamente marca o fim da fase integralista de Marcelo.

A partir desse momento, Marcelo e Pedro solidificam a sua cumplicidade e começam a conjugar interesses profissionais e políticos. Como acontecera já anteriormente com a militância antirrepublicana e integralista, será Pedro quem liderará a aproximação de Marcelo a Salazar. Assim, foi pela mão de Pedro que Marcelo conheceu o poderoso novo ministro das Finanças.

Conhecedor das qualidades políticas de Pedro Teotónio Pereira e da sua tradição familiar ligada aos seguros, Salazar se reúne com ele a propósito da reforma dos seguros. Nesse quadro, Marcelo colabora com o seu amigo e é ele quem prepara meticulosamente as propostas jurídicas que Pedro apresenta a Salazar. O novo ministro das Finanças não deixa de reparar na qualidade jurídica das propostas e, novamente, a oportunidade bate à porta de Marcelo.

Após a conveniente recomendação de Pedro Teotónio Pereira, Salazar chama Marcelo a sua casa e, após uma conversa, convida-o para auditor jurídico do Ministério das Finanças, lugar de que toma posse em 13 de novembro de 1929. Será o início de uma longa colaboração com Salazar e a porta de entrada da sua carreira política.

A maturidade e a política real: a assunção do corporativismo do Estado Novo:
1929-1944

Como funcionário do Ministério das Finanças, Marcelo sente alguma frustração em não ser mais aproveitado. Contudo, nesta altura está concentrado na preparação do seu doutoramento e no seu casamento. Todavia, em meados de 1932, irá surgir uma nova oportunidade para se aproximar de Salazar. Marcelo vai começar a secretariar Salazar no seu projeto de Constituição para o Estado Novo.

Antes disso, no dia 27 de outubro de 1930, Marcelo casa com Teresa de Barros. Se o ano de 1929 marca o abandono institucional do Integralismo, o ano de 1930 marca o início da viragem para a sua ligação institucional ao corporativismo e à construção do Estado Novo.

Assim, em maio de 1931, por intermédio do seu sogro, João de Barros, Marcelo inicia uma colaboração com o *Jornal do Comércio e das Colónias*, agora como analista. Aqui vai começar a assinar crônicas sobre a política nacional, o sistema colonial, a doutrina corporativista e assuntos de política internacional. O grande objetivo da sua coluna de opinião, intitulada “Notas Económicas e Financeiras”, era a defesa das políticas do ministro das finanças, Oliveira Salazar. Podemos dizer que essas suas crônicas foram um instrumento de acumulação de capital simbólico e consequente reconhecimento social e político, nomeadamente junto de Salazar.

Em 17 de junho de 1931, Marcelo presta provas de doutoramento na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, com a tese *A depreciação da moeda depois da Guerra*. Aos 25 anos torna-se o primeiro doutor da Faculdade de Direito de Lisboa na especialidade de Ciências Político-Económicas.

Durante o ano de 1932, fruto da sua colaboração na redação do projeto da Constituição do Estado Novo e dos artigos de apoio a Salazar no *Jornal do Comércio e das Colónias*, é notória a cumplicidade política com Salazar. As reuniões na residência

do ministro a propósito do projeto da Constituição resultaram numa importante aproximação política entre Marcelo e Salazar. Assim, após se tornar Presidente do Ministério, Salazar convida Marcelo para Membro da Junta Consultiva da recém-criada União Nacional.

Marcelo passará a admirar as qualidades de liderança de Salazar e as suas certezas políticas e ideológicas. Por outro lado, as modestas origens sociais de Salazar, a sua capacidade de trabalho e suas qualidades carismáticas intelectuais serão características que Marcelo aprecia e também reconhece como suas. Marcelo começa a ser um importante e leal apoiante do líder do Estado Novo e um fervoroso defensor do corporativismo do Estado Novo. Assim, apesar de considerar o nacional-sindicalismo fascizante de Rolão Preto um movimento que continha virtualidades, na relativa luta política que se seguiu entre o Estado Novo de Salazar e as ideias dos camisas azuis (Pinto, 1994), Marcelo optou decididamente pelo Estado Novo.

Em abril de 1933, Marcelo recusa o convite de Salazar para subsecretário de Estado das Corporações, uma vez que o seu objetivo primordial era tornar-se professor na Faculdade de Direito de Lisboa. Em junho concorre e é aprovado no concurso de provas públicas para a vaga de professor do 3º grupo (Ciências Políticas) com a dissertação *O poder disciplinar no Direito Administrativo português*. Em outubro desse ano inicia a sua carreira docente como regente das cadeiras de Direito Administrativo, Direito Internacional Público, Direito Corporativo e do Curso de Administração Colonial¹⁸.

Em outubro de 1933 aceita o convite de Salazar e torna-se, com Albino dos Reis e Carneiro Pacheco, membro da primeira Comissão Executiva da União Nacional. Depois de ter desenvolvido relações pessoais com os autores da Constituição (Salazar, Quirino de Jesus, Fezas Vital, Teotónio Pereira) e de já ser o mais jovem teórico do corporativismo na Junta Consultiva da UN, agora afirma-se na cúpula dirigente da UN e passa a ter relações com mais duas figuras políticas importantes do Estado Novo. Contudo, Marcelo demite-se da UN em virtude de Salazar ter preterido os seus projetos para a UN, e não o ter recebido em momento oportuno. Escreve a Salazar justificando a sua demissão com a dificuldade de compatibilizar o cargo com a “vida ocupadíssima e metódica [...] o trabalho que tenho de realizar para a escrita [...] junto às muitas preocupações de espírito, absorve-me por inteiro” (Caetano, 1933).

A partir daqui as relações pessoais e de proximidade com Salazar esfriam. Isto se reflete na sua menor participação direta no núcleo duro da decisão de Salazar.

18. Foi ainda professor do Instituto do Serviço Social e, entre 1942 e 1945, no Instituto Superior Técnico. Ser professor foi importante na acumulação de capital social e significou um passaporte para várias ligações e missões políticas, como comprova o exemplo do cruzeiro às Colónias.

Contudo, isto lhe proporciona outro tipo de afirmação. Marcelo vai apostar na acumulação de capital cultural e social. Essa aposta foi uma forma de acumular capital político e de marcar a sua posição de líder intelectual com ideias autônomas e com capacidade de poder simbólico para se dirigir crítica e diretamente a Salazar através das suas cartas, que passa a assinar como “Professor da Faculdade Direito” (Antunes, 1993). Marcelo vai começar a publicar com um ritmo impressionante, e o próprio Salazar reconhece esse mérito, enviando-lhe cumprimentos e felicitações. Por vezes parece que Marcelo escreve para Salazar, o que prova o nosso argumento da aposta no reconhecimento e na acumulação de capital social, quer junto dos seus seguidores, quer junto do líder do Estado Novo.

Em 1934 torna-se diretor da Companhia de Seguros Fidelidade e aceita o convite de Salazar para, juntamente com Fezas Vital, elaborar a reforma do direito administrativo português e organizar o novo Código Administrativo. Este é outro marco importante no reconhecimento das suas qualidades académicas, com impacto na acumulação do seu capital cultural e social¹⁹.

Devido ao ensino do seu curso de Administração Colonial, que começou a reger a partir de 1934 na Faculdade de Direito de Lisboa, Marcelo torna-se um especialista na matéria. Em agosto de 1935 é convidado pelo ministro das colónias para diretor cultural do primeiro cruzeiro de Férias dos Estudantes da Metrópole às Colónias. Essa viagem de dois meses foi a primeira experiência real do jovem académico no ultramar português. Esse primeiro contato com o ambiente ultramarino, onde se encenava uma política de assimilação idílica, terá contribuído para a construção da visão africanista de Marcelo e suas futuras reticências em alterar a política externa de “resistência imperial” de Portugal (Mendes, 2018; 2020c). Em novembro de 1935 é procurador à Câmara Corporativa, na qualidade de presidente da direção do Grémio dos Seguradores. Em 1936 é eleito, por cooptação, membro do Conselho do Império Colonial, cargo que ocupará até 1947. Em dezembro é promulgado o Código Administrativo e, por convite de Nobre Guedes, torna-se diretor dos Serviços de Formação Nacionalista da Mocidade portuguesa.

Em 1937 publica o *Manual de Direito Administrativo* – que conhecerá dez edições, todas revistas, datando a última de 1973 – e no dia 28 de maio, 11º aniversário da Revolução, recebe a grã-cruz da Ordem Militar de Cristo, consagração simbólica da sua defesa do corporativismo do Estado Novo. Em 1938 faz uma viagem académica à Itália fascista para inaugurar a cátedra de Estudos Portugueses na Universidade

19. Aqui podemos relacionar com o que Bourdieu chama de “capital científico” uma especial espécie de capital social assente na “autoridade científica” [...] e na sua visibilidade e reconhecimento (Bourdieu, 1983, pp. 127-132).

de Roma. Regressado da sua experiência fascista, realiza conferências e publica, em italiano e em português (Caetano, 1938a; 1938b), trabalhos em que explicita a sua preferência pelo corporativismo do Estado Novo face ao fascismo italiano; Salazar agradeceu (Salazar, 1938).

Em 1940, seu amigo Carneiro Pacheco, ministro da Educação, o nomeia Comissário Nacional da Mocidade Portuguesa (MP), cargo que exercerá até 1944. Aqui vai ganhar projeção para além dos círculos académicos e políticos de Lisboa. Será neste cargo que iniciará a sua vocação política nacional no terreno, organizando e dirigindo iniciativas por todo o país. É aqui que a sua acumulação de capital social começa a ganhar velocidade de cruzeiro.

Marcelo irá modernizar a ação da MP, incutir-lhe princípios mais escutistas e menos totalitários, sem nunca descurar o principal papel de doutrinação da juventude e de formação dos futuros dirigentes do Estado Novo. Marcelo está convencido de que a MP é um importante pilar de educação ideológica dos princípios autoritários, nacionalistas e imperiais do corporativismo do Estado Novo.

Também será nesta organização que Marcelo irá conhecer e recrutar muitos dos seus apoiantes e seguidores, aquilo a que mais tarde se chamará de marcelismo (Mendes, 2020b). Neste período de teórico do corporativismo e doutrinador da juventude portuguesa publica, em 1941, *Problemas da revolução corporativa, A missão dos dirigentes* e, em 1944, *Por amor à juventude*.

Em 1943 publica *Do Conselho Ultramarino ao Conselho do Império* e faz na Emissora Nacional um discurso comemorativo do 11º aniversário da tomada de posse de Salazar como Presidente do Conselho. Apesar do tom geral de elogio ao governo e às suas “virtudes políticas”, Marcelo ousa afirmar que “Salazar tem defeitos como toda a gente”. Contudo, conclui afirmando que “a permanência de Salazar é, além de tudo mais, a garantia segura de que a Revolução continua” (Caetano, 1977, pp. 157-161).

Em 1944, Salazar convida Marcelo para o governo. É comum a tese de que foi uma forma de neutralizar a sua dissidência crítica. Todavia, como argumentamos, sua entrada no governo não pode ser explicada sem as suas opções relativas à sua ascensão social e afirmação intelectual, muito menos à sua excepcional acumulação de capital social, que o tornou um ator incontornável do Estado Novo.

Embora, comparativamente, o Estado Novo e o seu líder escolhessem as suas elites de forma mais pessoal e centralizada (Pinto, 2001) – e alguns próximos do núcleo duro de Salazar do grupo conservador de Coimbra, do qual se destaca o ultramontano e cacique de Salazar nas Forças Armadas, Santos Costa, não gostassem da irreverência intelectual de Marcelo –, é evidente que Marcelo acumulou capital social a ponto de o seu amigo Pedro, na altura embaixador em Madri, o haver avisado depois de se ter reunido em Lisboa com Salazar: “Você vai ser chamado, quase todos

os que foram ouvidos até aqui consideraram necessária a sua entrada no governo” (Caetano, 1977, p. 177).

Marcelo começa por recusar o primeiro convite para a pasta da Justiça, por achar que era um cargo subalterno e sem importância política. Seguidamente propõe, sem sucesso, a criação de um Ministério da Assistência Social e de uma pasta da presidência, coordenadora da ação governativa. A sua capacidade de discutir e argumentar com Salazar cargos no governo é uma prova da sua acumulação de capital social. Contudo, acaba por aceitar a pasta das Colônias, tomando posse no dia 6 de setembro de 1944 dessas funções que desempenhará até fevereiro de 1947. O seu apoio à política do Estado Novo, ainda que por vezes crítico, conduziu-o ao governo²⁰ aos 38 anos.

Conclusão

Depois de analisados os principais contextos sociais, ideacionais e políticos do percurso biográfico e político de Marcelo, estamos em condições de assumir algumas conclusões.

Em primeiro lugar, podemos dizer que as principais influências individuais para a formação inicial de Marcelo foram o seu pai, conservador, católico e antirrepublicano, e o Monsenhor José Manuel Pereira dos Reis, um intelectual católico, mas igualmente conservador. Importa ainda sublinhar que, embora com personalidades distintas, ambos tinham qualidades de liderança, associativa e cristã, bem como uma visão pessimista da *(des)ordem* instalada pelo regime republicano e pelas suas preferências ideológicas e políticas parlamentares, anticlericais, democráticas e progressistas. Contudo, também não é de menosprezar a influência de João de Barros, aqui mais ao nível cultural do que político.

Em segundo lugar, é importante sublinhar o percurso social e educacional de Marcelo, nomeadamente a sua entrada no Liceu Camões e as amizades que aí trava, em particular com Henrique de Barros, que lhe abre a porta para um mundo social mais sofisticado. Foi a amizade com Henrique de Barros e família que influenciou a sua escolha pelo Direito e lhe permitiu candidatar-se à Universidade, com o apoio do pai do amigo, com apenas dezesseis anos. Foi o convívio na casa da família Barros que, em última análise, permitiu a Marcelo subir no elevador social, relacionar-se com vários amigos do círculo elitista de João de Barros e passar a fazer parte da família, casando com sua filha. Essa circunstância social revelou-se importante, quer ao nível

20. Este governo reflete já uma acomodação pragmática de Salazar a tendências diversas dentro do Estado Novo, nomeadamente de ministros mais ligados ao “grupo de Lisboa”, liderado por Pedro e Marcelo, e ao “grupo de Coimbra”, liderado por Santos Costa.

do reconhecimento e apoio das qualidades intelectuais e de trabalho de Marcelo, quer no reforço positivo da motivação da sua ambição social e profissional.

Em terceiro lugar, após ter tido a possibilidade de ingressar na Universidade, Marcelo desenvolve a sua curiosidade intelectual junto dos meios católicos conservadores e radicais e aproxima-se do Integralismo Lusitano. Aqui, novamente, sobressaem uma amizade e uma cumplicidade social e política: Pedro Teotónio Pereira. Foi com Pedro que Marcelo fez o seu percurso ideológico nacionalista radical, mas foi também com Pedro que começou a desligar-se da fase radical e aproximar-se da política real. Foi igualmente acompanhado por Pedro Teotónio Pereira que Marcelo realiza a sua transição para a maturidade profissional e política, destacando-se o próprio acesso ao relacionamento com Salazar.

Esta transição da juventude e da política radical, para a idade adulta e a aproximação da política real, é explicada de forma relacional através de um conjunto interligado e sequencial de fatos sociais e políticos: o início da sua vida profissional; o seu casamento; a cumplicidade profissional e política com Pedro Teotónio Pereira; o encontro com Salazar; a entrada no Ministério das Finanças; a conversão ao corporativismo e a adesão à liderança de Salazar.

Como aqui se demonstra, essa transição foi fundamental para que Marcelo conseguisse tornar-se um dos políticos mais consistentemente defensores do corporativismo do Estado Novo. Foi essa sua transição e a consequente assunção da defesa do corporativismo do Estado Novo, mesmo que por vezes irreverente, que permitiram o início da carreira política de Marcelo e a sua chegada ao governo com apenas 38 anos.

Após a sua entrada na política real e a assunção da necessidade da revolução corporativista e da liderança patriarcal de Salazar, Marcelo iniciou uma carreira política que se caracterizou por um forte investimento no capital cultural e, sobretudo, no capital social. Aqui, o destaque vai para a sua passagem por cargos em que estabeleceu e construiu esse duplo e simultâneo processo de conhecimento e reconhecimento social e simbólico de capital. Estamos a falar, especialmente, da sua nomeação como membro da primeira Comissão Executiva da União Nacional; da sua qualidade de procurador à Câmara Corporativa como presidente da direção do Grémio dos Seguradores; da sua entrada no Conselho do Império Colonial; e da sua nomeação como Comissário Nacional da Mocidade Portuguesa. Em todos esses cargos, Marcelo foi construindo e reforçando sua rede de capital social. Simultaneamente, é necessário sublinhar a sua produção intelectual, em particular os seus livros, quer como académico, quer como doutrinador. Conforme notamos, para além das razões académicas e científicas, os seus livros foram um importante instrumento de reconhecimento do seu capital cultural e de influência social e política junto dos seus seguidores e da elite política do Estado Novo.

Como se analisou, Marcelo fez um percurso profissional e político irrepreensível. Como é natural, esse percurso foi, em primeiro plano, fruto do seu trabalho e das suas opções profissionais e políticas pessoais. Contudo, não é possível explicar o sucesso da sua carreira política e a sua chegada ao governo sem uma análise relacional com as suas amizades e conhecimentos sociais. Isso significa que não podemos explicar o percurso profissional e político de Marcelo sem considerar a sua capacidade de acumular *capital social*.

Em síntese, o caso de Marcelo demonstra que, embora excepcional, é possível ultrapassar as barreiras sociais através da acumulação de capital cultural e social. Essa capacidade excepcional resulta da interligação virtuosa de três fatores cumulativos: o aproveitamento das oportunidades sociais e culturais que se apresentam ao ator; a demonstração de capacidades intelectuais e de trabalho suficientes para provar o reconhecimento do seu mérito, quer através da obtenção de graus prestigiados de educação, quer através de produção de obras culturais e científicas; e a capacidade de construir fortes relações interpessoais.

Referências Bibliográficas

- ABBOTT, Andrew. (2001), *Time matters: on theory and method*. Chicago, University of Chicago Press.
- ANTUNES, José F. (1993), *Salazar e Caetano: cartas secretas: 1932-1968*. Lisboa, Círculo de Leitores.
- BERTAUX, Daniel. (2001) "Biography and society". In: SMELSER, Neil & BALTES, Paul (Eds). *The international encyclopedia of the social and behavioral sciences*. Oxford, Pergamon/Elsevier Science, pp. 1210-1213.
- BOURDIEU, Pierre. (2007), *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo/Porto Alegre, Edusp/Zouk.
- BOURDIEU, Pierre. (2006) "A ilusão biográfica". In: AMADO, Janaína & FERREIRA, Marieta de Moraes. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro, Editora FGV, pp. 183-191.
- BOURDIEU, Pierre. (1980), "Le capital social". *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 31: 2-3.
- BOURDIEU, Pierre. (1989), *O poder simbólico*. Lisboa, Difel.
- BOURDIEU, Pierre. (1983), *Sociologia*. São Paulo, Ática.
- BOURDIEU, Pierre. (1986), "The forms of capital". In: RICHARDSON, J. *Handbook of theory and research for the sociology of education*. Westport, CT, Greenwood, pp. 241-58.
- BOURDIEU, Pierre & PASSERON, J. (1992), *A reprodução*. Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves Editora.
- BOURDIEU, Pierre & WACQUANT, Loic. (1992), *An invitation to reflexive sociology*. Chicago, University of Chicago Press.

- CAETANO, Marcelo (1933) “Carta dirigida a Exmo. Sr. Dr. Oliveira Salazar, C3”. In: ANTUNES, José F. (1993), *Salazar e Caetano, cartas secretas (1932-1968)*. Lisboa, Círculo de Leitores, p. 93.
- CAETANO, Marcelo. (1938a), “La dottrina politico-sociale di salazar e lo spirito del nuovo stato portoghese”. *Sep. de: Rivist Internazionale di Filosofia del Diritto*, Roma, 18: 4-5.
- CAETANO, Marcelo. (1977), *Minhas memórias de Salazar*. Lisboa, Verbo.
- CAETANO, Marcelo. (1938b), *O sistema corporativo*. Lisboa, O Jornal do Comércio.
- CAETANO, Marcelo. (1941), *Problemas da revolução corporativa*. Lisboa, Império: Acção.
- CASTILHO, José T. (2012), *Marcelo Caetano: uma biografia política*. Coimbra, Almedina.
- COSTA, L. & SANTOS, Y. (2020), “O ‘relato de vida’ como método das Ciências Sociais: Entrevista com Daniel Bertaux”. *Tempo Social*, 32 (1): 319-346. Disponível em <https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2020.159702>.
- LEITÃO, Luís M. (2014), *Marcelo Caetano: um destino*. Lisboa, Quetzal.
- MARTINHO, Francisco P. (2016), *Marcelo Caetano. Uma biografia, 1906-1980*. Lisboa, Objectiva.
- MARX, Karl. (1852), “O 18 de Brumário de Louis Bonaparte”. In: *Die Revolution*, 1852/ Marxists Internet Archive, 2003. Disponível em <https://www.marxists.org/portugues/marx/1852/brumario/index.htm>.
- MENDES, Pedro Emanuel. (2012), *Portugal e a Europa: Factores de afastamento e aproximação da política externa portuguesa (1970-1978)*. Porto: Cepese.
- MENDES, Pedro Emanuel. (2018), “Identidade, ideias e normas na construção dos interesses em política externa: o caso português”. *Análise Social*, 227, LIII (2): 458-487.
- MENDES, Pedro Emanuel. (2019), “História, discurso político e liderança em Portugal: um diálogo interpretativo entre presente e passado à luz do Diário de Governo”. *População e Sociedade*, 32: 182-203.
- MENDES, Pedro Emanuel. (2020a), “Marcelo Caetano”. In: SOUSA, F. & MEIRELES, C. *Os primeiros ministros de Portugal*. Lisboa, INCM.
- MENDES, Pedro Emanuel. (2020b), “Os dilemas da renovação na continuidade e o legado de Marcello Caetano: do outono ao inverno”. *Tempo e Argumento*, 12 (29): e0205.
- MENDES, Pedro Emanuel. (2020c), “Percepções e imagens na política externa do Estado Novo: a importância do triângulo identitário”. *Dados: Revista de Ciências Sociais*, 63 (3): e20190067.
- ORDEM NOVA. (mar. 1926), n. 1.
- ORTIZ, Renato, (1983) “A procura de uma sociologia da prática”. In: BOURDIEU, Pierre. *Sociologia*. São Paulo, Ática, pp. 7-37.
- PEREIRA, Pedro, T. (1973). *Memórias*. Lisboa, Verbo.
- PINTO, António, C. (2001), “O império do professor: Salazar e a elite ministerial do Estado Novo (1933-1945)”. *Análise Social*, xxxv (157): 1055-1076.
- PINTO, António C. (1994), *Os Camisas Azuis: ideologias, elites e movimentos fascistas em Portugal, 1914-1945*. Lisboa, Editorial Estampa.
- PRIETO, Maria, H. (1992), *A porta de marfim*. Lisboa, Verbo.

- SALAZAR, Oliveira. (1938), “Carta dirigida a Marcelo Caetano, S4”. In: ANTUNES, José F. (1993), *Salazar e Caetano, cartas secretas (1932-1968)*. Lisboa, Círculo de Leitores, p. 98.
- SARDINHA, António. (1924), *Ao princípio era o verbo. Ensaios e estudos*. Lisboa, Portugália Editora.
- SEWELL JR., William H. (2005), *Logics of history: social theory and social transformation*. Chicago, University of Chicago Press.
- SILVA, Giselda Brito; GONÇALVES, Leandro Pereira & PARADA, Maurício B. Alvarez (orgs.). (2010), *Histórias da política autoritária: Integralismos, Nacional-Sindicalismo, Nazismo, Fascismos*. Recife, UFRPE.

Resumo

Marcelo Caetano, do idealismo da juventude à política real (1906-1944): uma teorização histórico-sociológica

Este artigo apresenta uma teorização histórico-sociológica do percurso político de Marcelo Caetano desde a sua infância até a sua chegada ao governo como ministro das Colónias em 1944. O artigo desenvolve uma análise entrecruzada dos contextos sociais, políticos e ideacionais da vida pessoal, profissional e política de Marcelo, com o objetivo de desenvolver uma análise relacional da sua ascensão como personalidade política incontornável do Estado Novo português. O artigo identifica as principais influências sociais e ideacionais na formação intelectual inicial de Marcelo e explica o processo de transição do jovem Marcelo idealista para o Marcelo maduro que aposta numa carreira política dentro do Estado Novo. Seu principal argumento é que é necessária uma visão histórica mais reflexiva sobre o percurso político de Marcelo, sublinhando a sua capacidade de acumular capital social.

Palavras-chave: Marcelo Caetano; Estado Novo; Carreira política; Elites; Capital social.

Abstract

Marcelo Caetano, from youth idealism to real politics (1906-1944): a historical-sociological theorization

This article presents a historical-sociological theorization of Marcelo Caetano's political career from his childhood until his arrival in government as minister of the Colonies in 1944. The article develops a crossed analysis of the social, political and ideational contexts of Marcelo's personal, professional and political life with the objective of developing a relational analysis of his rise as an inescapable political personality of the Portuguese New State. The article identifies the main social and ideational influences in Marcelo's initial intellectual formation and explains the transition process of the idealistic young Marcelo to the mature Marcelo who invests in a political career within the New State. Its main argument is that a more reflexive historical view of Marcelo's political career is needed, underlining his capacity to accumulate social capital.

Keywords: Marcelo Caetano; New State; Political career; Elites; Social Capital.

Texto recebido em 11/6/2020 e aprovado em 26/9/2020.

DOI: 10.11606/0103-2070.ts.2021.170969.

PEDRO EMANUEL MENDES é um cientista político com especial interesse na interação entre ideias, fatos, poder e conhecimento. É professor auxiliar de Relações Internacionais na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (FEUC), na Faculdade de Direito da Universidade Lusíada do Porto (FDULP) e investigador integrado do Instituto Português de Relações Internacionais da Universidade Nova (Ipri-Nova). Seus artigos aparecem na *Análise Social*, na *Relações Internacionais*, na *Brazilian Journal of International Relations*, na *População e Sociedade*, na *Estudos Internacionais* (PUC-Minas); na *Austral: Journal of Strategy & International Relations*, na *Tempo e Argumento*, na *Dados: Revista de Ciências Sociais* e na *Tempo Social: Revista de Sociologia da USP*. E-mail: pemanuelmendes@gmail.com.



Trabalho doméstico e de cuidado: Um campo de debate

Anna Bárbara Araujo*

<https://orcid.org/0000-0002-2792-9931>

Thays Monticelli**

<https://orcid.org/0000-0002-5978-5733>

Louisa Acciari***

<http://orcid.org/0000-0002-2335-7948>

Introdução

Este artigo¹ discute os conflitos e disputas que surgem no campo das ocupações relacionadas com o cuidado e o trabalho doméstico, na tentativa de consolidar relações trabalhistas menos abusivas e precárias e de promover a valorização e o reconhecimento desses trabalhos. Embora o trabalho doméstico e o do cuidado se caracterizem por diversas confluências em termos históricos e sociodemográficos, a trajetória de luta por “reconhecimento” e “valorização” dos mesmos toma caminhos distintos, e nem sempre harmoniosos, seja em suas relações com o Estado, com o mercado e na própria construção política de seus movimentos, como será discutido ao longo do artigo.

A heterogeneidade do setor, inclusive, tem sido foco de estudos vinculados ao tema, que se justificam tanto pelas dificuldades de estabelecer políticas públicas relacionadas ao campo, quanto pelas distintas formas pelas quais cada ocupação tem vivenciado os aspectos de desigualdades que o estruturam (Picanço & Brites, 2014; Sartor, Siracusa & Neves, 2018; Lima & Prates, 2019). Apesar de o perfil

* Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.

** Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.

*** University College London, Londres, Reino Unido.

1. Agradecemos à leitura atenciosa da profa. Bila Sorj e também aos excelentes comentários e sugestões dos/das pareceristas *ad hoc* da revista *Tempo Social*.

sociodemográfico de trabalhadoras domésticas mensalistas, diaristas, cuidadoras de idosos e babás apresentar alguns pontos de similaridade, percebe-se que os indicadores em termos de renda, escolaridade, jornadas de trabalho e formalização são distintos entre elas. Ao cruzar esses dados com marcadores sociais da diferença, tais como raça, geração e região do país, temos uma realidade diversa no que concerne aos processos de precarização e informalidade, exigindo um olhar atento e que não generalize o campo (Pinheiro *et al.*, 2019).

Ao mesmo tempo, essa característica “fragmentada” não se mostra tão bem definida na prática de trabalho dessas mulheres, uma vez que as tarefas se confundem no exercício cotidiano de suas funções, aumentando as responsabilidades, propiciando relações abusivas de trabalho, além de dificultar as identificações com cada ocupação (Guimarães, Hirata & Sugita, 2012). Essa complexidade se torna ainda mais evidente no caso das cuidadoras de idosos e trabalhadoras domésticas, pois, ao empregar a mesma parcela da população, a mobilidade entre as duas ocupações se torna frequente (Guedes & Monçores, 2019).

Neste artigo, o trabalho doméstico é compreendido como o trabalho efetuado dentro de uma casa particular, sendo o destinatário do serviço uma pessoa física: envolve primordialmente as tarefas de limpeza, cozinha e manutenção geral da casa, podendo incluir atividades de cuidado pessoal. As cuidadoras são definidas como as trabalhadoras que têm a responsabilidade de prover cuidados pessoais a idosos, crianças e portadores de deficiências, estando empregadas em ambiente domiciliar ou institucional. No entanto, este artigo mostra as dificuldades de definição e delimitação entre o cuidado e o trabalho doméstico, as quais se estabelecem em suas práticas cotidianas, no âmbito legislativo, nas percepções dos empregadores e nos discursos políticos de suas representantes. Para isso, focará especialmente a situação das trabalhadoras domésticas mensalistas e diaristas e das cuidadoras de idosos.

A naturalização das tarefas domésticas como sendo “femininas”, somada com a histórica desigualdade racial que atribuiu de maneira desproporcional o trabalho de reprodução social às mulheres negras, contribuíram para uma desvalorização social do trabalho doméstico e de cuidado. Esse quadro reflete a produção de categorias sociais de gênero, raça e classe e suas hierarquizações na relação com o Estado (Hirata, 2014; Sorj, 2019). De fato, esse setor continua marcado por um alto nível de precariedade, desproteção e isonomia no âmbito trabalhista, além de as trabalhadoras encararem desvalorização e até mesmo preconceitos sociais, relacionados com o seu trabalho. Argumentamos que as diferentes estratégias de diferenciação ou aproximação por parte das trabalhadoras, do Estado e do mercado estão intimamente conectadas a essas estruturas de desigualdades. Assim, buscamos entender em que medida a criação de fronteiras ou liminaridades, entre trabalhadoras domésticas e cuidadoras, se conecta

com a precariedade e as desigualdades que marcam o campo e com processos para estabelecer reconhecimento e valorização profissional.

Para isso, analisamos a Lei Complementar 150/2015, que amplia direitos trabalhistas às trabalhadoras domésticas, e o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 11/16, que propôs regulamentar a profissão de cuidadora. Essas normas serão consideradas como indicativas da posição do Estado em relação ao campo. Consideramos em seguida o âmbito do mercado, discutimos a tendência crescente em recorrer à modalidade do Microempreendedor Individual (MEI) como um fator de precarização das cuidadoras e diaristas, e mostramos, com base em entrevistas, como as empregadoras compreendem as funções de trabalhadora doméstica e de cuidadora e suas possíveis interseções ou diferenciações.

Por fim, trazemos a posição dos sindicatos de trabalhadoras domésticas afiliados à Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas (Fenatrad), e da Acierj (Associação dos Cuidadores da Pessoa Idosa, da Saúde Mental, e com Deficiência do Estado do Rio de Janeiro), mostrando como cada organização política têm desenvolvido estratégias de valorização das ocupações relacionadas com o trabalho doméstico e o cuidado. Nessa última parte, buscamos entender como essas organizações situam os seus discursos políticos em relação ao seu campo profissional e em que medida demarcam fronteiras ou liminaridades entre trabalho doméstico e de cuidado como forma de ação contra a precariedade e a desvalorização de seus ofícios. Este artigo é resultado das reflexões conjuntas sobre o tema, a partir do trabalho de campo das autoras².

Fronteiras e liminaridades teóricas: cuidado, trabalho doméstico e reprodução social

A definição de cuidado, ou *care*, tem emergido através de diversas vertentes nos estudos feministas e de gênero. A literatura dedicada ao tema traz uma infinidade de sentidos, definições e usos da categoria “cuidado”, que nem sempre são compatíveis uns com os outros ou dialogam entre si. Isabel Georges (2017), por exemplo, afirma

2. Em termos de pesquisa de campo, o artigo é composto por: 1) campo com a Fenatrad conduzido por Louisa Acciari entre 2015 e 2019, como parte de suas pesquisas de doutorado e pós-doutorado, nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco e Paraíba. Inclui 45 entrevistas com diretoras de sindicatos, em nível local e nacional; 2) Em relação às empregadoras, foram realizadas dez entrevistas com patroas na cidade do Rio de Janeiro-RJ em 2014, como parte da pesquisa de mestrado de Anna Bárbara Araujo e quinze entrevistas na cidade de Curitiba-PR no ano de 2015, que compõem a pesquisa de doutorado de Thays Monticelli; 3) A entrevista com Ana Gilda (presidente da Acierj), foi realizada em 2017 por Thays Monticelli, para a pesquisa DomEQUAL, coordenada pela Profa. Dra. Sabrina Marchetti (Università Ca'Foscari Venezia) (*This publication has received funding from the European Research Council, ERC, under the European Union's Horizon 2020 Research and Innovation Programme, Grant Agreement n. 678783, DomEQUAL*).

que o cuidado é um “quase-conceito”, mantendo sua resiliência enquanto categoria de análise graças às tensões que consegue enunciar. Essas tensões dizem respeito às mudanças no mundo do trabalho e aos debates da própria sociologia do trabalho, segundo ela. Já Christelle Avril (2018) indica que o cuidado (ou mais precisamente o *care*) é uma categoria tão genérica que se tem a impressão de que ela poderia ser utilizada para qualquer atividade humana, daí a profusão do termo em textos sociológicos das mais distintas áreas.

Tal como definido por Araujo (2019b), o cuidado pode ser entendido como o trabalho reprodutivo que: 1) é voltado às pessoas; e 2) cria uma relação pessoal entre beneficiários e prestadores de cuidado. Com base em Glenn (2000), compreende-se que as atividades de cuidado podem incluir cuidado físico (dar banho, alimentar), cuidado emocional (ouvir, aconselhar) e serviços diretos (levar a pessoa ao médico, executar tarefas para a pessoa). Em uma dada relação de cuidado entre duas ou mais pessoas, nem todas essas dimensões precisam estar presentes, assim como o nível e a extensão de cada uma podem variar e, ainda, se alterar ao longo do tempo. Como afirmado por Boris (2014):

O *care*, dessa forma, é um componente do trabalho reprodutivo que não equivale ao trabalho doméstico, mas é geralmente executado junto com outras atividades domésticas – razão pela qual a linha que separa o *care* e o trabalho doméstico não é tão clara (Boris, 2014, p. 103).

Ao falarmos de trabalho reprodutivo, nós nos reportamos às atividades que se destinam a manter a vida humana, independentemente se ocorrem de forma remunerada ou não. Consideramos que existe um campo profissional da reprodução social, composto pela variedade de tarefas do trabalho de cuidado e doméstico, que são exercidas em troca de uma remuneração.

O artigo se concentra em uma discussão sobre este campo profissional: as atividades de cuidado e as atividades domésticas remuneradas. Nadya Guimarães e Helena Hirata (2016) têm demonstrado como a mercantilização desses trabalhos no Brasil se estabelece em uma zona fluida, considerando o recente reconhecimento no imaginário social da profissão de “cuidadora”, que surge na emergência de estabelecer uma nova forma social de desempenhar os cuidados. Contudo, esse movimento de diferenciação simbólica ocorre em um mercado que historicamente se estruturou pela presença massiva de mulheres, que atendiam e proviam as diversas necessidades das famílias brasileiras – as trabalhadoras domésticas.

Destacamos que o mercado dos trabalhos domésticos e de cuidado emprega em suas ocupações a mesma parcela da população. Segundo os dados analisados por Guedes e Monçores (2019), havia aproximadamente 1,3 milhões de cuidadoras

profissionais (considerando cuidadoras de idosos e babás) e 5 milhões de trabalhadoras domésticas no Brasil em 2015, ocupações que empregavam majoritariamente mulheres (97% e 94%, respectivamente). A maior parte dessas trabalhadoras se auto-declaravam pretas ou pardas, representando 58,3% entre as cuidadoras e 64,7% entre as trabalhadoras domésticas – dado que nos mostra que o cuidado tem absorvido menos mulheres negras do que o trabalho doméstico. Em termos de escolaridade, há uma diferenciação: as cuidadoras tinham índices mais elevados, com a média de 9,4 anos de estudo, em comparação com as trabalhadoras domésticas, que tinham em média 7,5 anos de estudo. Cerca de 21,5% das cuidadoras e 24,4% das trabalhadoras domésticas eram migrantes internas, na sua maioria provenientes da região Nordeste do Brasil. Os dados apontam ainda para um certo envelhecimento dessas ocupações: a idade média das cuidadoras era de 39 anos, enquanto das trabalhadoras domésticas de 43 anos, sendo que a faixa etária em que mais se concentravam era de 36 a 50 anos (Guedes & Monçores, 2019).

Os números relacionados à formalização dessas profissionais permanecem baixos e similares, pois apenas 31,1% das trabalhadoras domésticas e 31,9% das cuidadoras tinham a carteira de trabalho assinada em 2015. É importante ressaltar que a contribuição previdenciária como autônomas é uma realidade limitada para ambas, já que apenas 11% das cuidadoras e 10% das trabalhadoras domésticas não formalizadas eram contribuintes da Previdência Social. A renda dessas profissionais também se mostrava semelhante, com valores médios um pouco abaixo do salário-mínimo nacional no período³. Em termos de jornada de trabalho, cerca de 60% das cuidadoras e 55% das trabalhadoras domésticas despendiam mais de quarenta horas semanais nessas ocupações (Guedes & Monçores, 2019).

Assim, o Brasil conta com um número expressivo de mulheres, em geral negras, mais velhas, trabalhando de forma informal e ganhando menos de um salário-mínimo, seja se empregando como cuidadoras ou como trabalhadoras domésticas. Se as condições de trabalho e o perfil não são tão distintos, a diferenciação ocorre no cenário político através das lutas em termos de reconhecimento profissional e legislativo.

Compreendemos o termo *reconhecimento* de maneira plural, relacionando-o com as considerações cultural-valorativas de certas coletividades (Fraser, 2006). Essa conceituação nos auxilia na medida em que permite compreender o esforço das trabalhadoras domésticas e cuidadoras como parte da ampla discussão dos estudos de gênero e feministas sobre reconhecimento do trabalho reprodutivo. Mostraremos

3. As cuidadoras ganhavam em média R\$785,00 e as trabalhadoras domésticas R\$752,00. O salário-mínimo em 2015 era de R\$ 788,88.

que, à sua maneira, trabalhadoras domésticas e cuidadoras estão buscando tornar visíveis a importância social e econômica do trabalho reprodutivo e sua centralidade na organização social.

Segundo Uhde (2016), a distinção entre trabalho produtivo e atividades reprodutivas representa a primeira camada do padrão desigual de distribuição do reconhecimento social. Isso se dá porque o trabalho doméstico e o de cuidado representam uma atividade simbólica que estrutura a posição social da mulher. Em geral, nas sociedades ocidentais modernas, as atividades reprodutivas nunca foram totalmente integradas às atividades socialmente reconhecidas, mesmo quando são remuneradas. Assim, importa considerar que o reconhecimento do trabalho doméstico e de cuidado como uma obrigação – generificada e racializada – garantiu apenas uma estima desigual dos mesmos enquanto trabalho remunerado (Uhde, 2016).

Nesse sentido, entendemos que a “valorização” se vincula aos esforços de buscar retribuir esses trabalhos adequadamente, tanto de forma monetária, com salários “justos”, proporcionais aos esforços e à importância do trabalho doméstico e de cuidado, como socialmente, no sentido de considerá-los tão qualificados e relevantes como outros. Ressalta-se que esses trabalhos são reveladores de diferentes formas de desvalorização. Por um lado, a contratação dessas profissionais reflete diretamente as desigualdades que as mulheres vivenciam em termos da divisão sexual do trabalho, das insuficientes políticas públicas do Estado, da invisibilidade das tarefas domésticas e de sua histórica percepção enquanto um trabalho economicamente “improdutivo”, como analisado pelos estudos feministas e de gênero (Melo, Considera & Di Sabatto, 2007; Sorj, 2014). Por outro lado, diferentes pesquisas apontam que a contratação dessas trabalhadoras marca a identidade de classe dos estratos de renda alta no Brasil, o que se verifica também na delimitação de distâncias de classe, gênero e raça como parte do cotidiano de trabalho, refletindo sua desvalorização social (Kofes, 2001; Roncador, 2008).

Discutimos a seguir a complexidade desses processos de reconhecimento e valorização, mostrando que as tentativas de regulamentação podem ser compreendidas como uma forma de reconhecimento social e político. Não obstante, tais tentativas criaram tensões e debates entre as próprias trabalhadoras.

Regulamentar o trabalho doméstico e o cuidado: entre reconhecimento e precarização

Em abril de 2013, o Congresso Nacional aprovou a Proposta de Emenda Constitucional n. 72, fruto de uma luta de mais de oitenta anos do movimento organizado de trabalhadoras domésticas, que trouxe a ampliação de direitos trabalhistas para essa categoria profissional. A conquista de direitos foi estabelecida por um longo

processo de mobilização, iniciado em 1936⁴, marcado por negociações e incompreensões sobre definições dos conceitos de produtividade, lucratividade e reprodução (Bernardino-Costa, 2015; Fraga, 2016). Desde a aprovação da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) em 1943, que delimitava em seu artigo sétimo a exclusão dos serviços domésticos, houve uma constante marginalização dessa categoria na legislação trabalhista, mantendo uma desigualdade de direitos em relação aos demais trabalhadores. A Emenda Constitucional, regulamentada através da Lei Complementar n. 150 no ano de 2015, reproduziu debates e tensões em torno do valor e do estatuto do trabalho doméstico.

A lei de 2015 define o trabalho doméstico da seguinte forma: “aquele que presta serviços de forma contínua, subordinada, onerosa e pessoal e de finalidade não lucrativa à pessoa ou à família, no âmbito residencial destas, por mais de 2 (dois) dias por semana” (Brasil, 2015). O caráter “não lucrativo” dessa atividade continua gerando profundos debates, como será discutido em mais detalhes na última parte do artigo. A lei garante os seguintes direitos às trabalhadoras domésticas: salário-mínimo nacional, jornada de trabalho de 8 horas diárias e 44 horas semanais, horas extras, adicional noturno, aviso prévio, seguro-desemprego, FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço), aposentadoria, licença maternidade e estabilidade para a trabalhadora gestante, 30 dias de férias, feriados nacionais, carteira de trabalho assinada nas primeiras 48 horas de trabalho e multa para os empregadores que não cumprirem esse prazo.

Apesar de representar uma vitória histórica para as trabalhadoras domésticas, a lei 150/2015 diminui o escopo da PEC de 2013, deteriorando o que tinha sido uma declaração de igualdade e transformando-a em um instrumento ambíguo, que permite não efetivar alguns direitos (Acciari & Pinto, 2020). Uma das questões centrais é a situação das diaristas, pois a lei formaliza a distinção entre trabalhadoras mensalistas (trabalhando pelo menos três dias por semana para o mesmo empregador) e diaristas (que trabalham até dois dias por semana para o mesmo empregador). Os novos direitos não se aplicam a estas últimas, consideradas sem vínculo empregatício, responsabilizando a própria trabalhadora a pagar os impostos e contribuições sociais, além de não poder receber nenhum dos benefícios relacionados a uma possível demissão. Essa definição vem justamente no momento em que uma grande parcela da classe média já optava pelos serviços em diárias, que representavam, em 2018, 44% da categoria (Pinheiro *et al.*, 2019). Ou seja, quase metade das trabalhadoras

4. As trabalhadoras domésticas tiveram o direito de se sindicalizar com a Constituição de 1988, mas desde 1936, estavam formando associações nas principais cidades do Brasil. No final dos anos 1960, começaram a se reunir em Congressos Nacionais da categoria, até criar, em 1981 o Conselho Nacional das Trabalhadoras Domésticas. Após conseguirem formalizar sindicatos a partir de 1988, fundaram a Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas em 1997.

domésticas se encontra fora do âmbito legislativo que amplia seus direitos trabalhistas. A legislação ainda responsabiliza o empregador pelo processo de contratação, pois a pessoa física que emprega a trabalhadora deve registrá-la no sistema on-line “*e-social*”⁵. Dessa forma, o processo é individualizado e depende da “boa-fé” dos patrões. Como o local de trabalho é uma casa particular, o Ministério Público do Trabalho só pode proceder a uma inspeção se uma reclamação formal for recebida, com o acordo prévio do próprio empregador.

No campo do movimento sindical de trabalhadoras domésticas, as brechas legais oriundas da Lei 150/2015 causaram grande insatisfação. Nair Jane de Castro Lima, militante desde os anos 1970 e atual diretora do sindicato de Nova Iguaçu, declarou, por exemplo, que “a lei das domésticas é uma colcha de retalho” (Fontes *et al.*, 2019, p. 187). Segundo Nair Jane, a lei “está transformando a categoria em trabalho informal, sem carteira assinada, sem direitos respeitados” (*Idem*, p. 187). Nessa perspectiva, a lei que deveria tornar as trabalhadoras domésticas iguais aos demais trabalhadores foi esvaziada em sua essência. De fato, a precariedade da categoria permanece: entre diaristas e mensalistas sem carteira assinada, poucas são as trabalhadoras domésticas que conseguem efetivamente gozar de seus novos direitos.

O reconhecimento da profissão via Estado sempre foi elencado como uma das lutas primordiais por esse movimento sindical (Bernadino-Costa, 2015), mesmo com o número de formalizações contratuais permanentemente baixo ao longo dos anos. Nesse sentido, a luta por tal reconhecimento não diz respeito somente à conquista de uma base de direitos trabalhistas, mas sobretudo da consolidação e valorização profissional, conforme discutido na seção anterior.

Já o movimento político de cuidadoras tem investido em uma estratégia política que possibilita a adoção de uma legislação própria como um processo de reconhecimento e de definição da profissão, considerando seu trabalho como distinto da função de trabalhadora doméstica.

Esse movimento ganha corpo quando, em 2002, a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) incluiu, sob o código 5162, a ocupação de “cuidadores de crianças, jovens, adultos e idosos”. São compreendidos nessa categoria babás, cuidadores de idosos, mães sociais e cuidadores em saúde. A função desses trabalhadores é cuidar: “[a] partir de objetivos estabelecidos por instituições especializadas ou responsáveis diretos, zelando pelo bem-estar, saúde, alimentação, higiene pessoal, educação, cultu-

5. O Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (*e-social*), é um portal em que os empregadores podem comunicar ao governo federal, de forma unificada, as informações sobre os trabalhadores, tais como vínculos, contribuições previdenciárias, aviso prévio, FGTS. É por esse portal que os empregadores domésticos formalizam suas trabalhadoras. Disponível em <https://portal.esocial.gov.br/institucional/conheca-o>, consultado em 5/5/2020.

ra, recreação e lazer da pessoa assistida” (Brasil, 2002). Observa-se que atualmente as cuidadoras podem ser contempladas pela Lei 150/2015, desde que as funções sejam realizadas em domicílio e o empregador seja pessoa física.

A incorporação da função de cuidador de idosos na CBO não garantiu, entretanto, a regulamentação da profissão. Desde 2007, tramitava no Congresso Nacional o projeto de Lei n. 16 de 2016 (Antigo Projeto de Lei nº 1.385, de 2007), que propunha regulamentar a ocupação de Cuidador de Pessoa Idosa, Cuidador Infantil, Cuidador de Pessoa com Deficiência e Cuidador de Pessoa com Doença Rara. Pelo projeto, os cuidadores deveriam possuir os seguintes requisitos: ter no mínimo dezoito anos, ensino fundamental completo, bons antecedentes criminais e certificado de aptidão física e mental, além de curso de qualificação na área. O projeto também dispunha que o cuidador contratado por pessoa física deveria ter os mesmos direitos das trabalhadoras domésticas, desde que trabalhasse pelo menos três dias por semana na mesma residência. O projeto ainda previa a contratação do cuidador como MEI ou pelas leis da CLT, caso fosse empregado por pessoa jurídica.

Em maio de 2019, o projeto foi aprovado pela Câmara e pelo Senado, mas sofreu veto total do presidente Bolsonaro, em julho de 2019, sob alegação de que a lei disciplinaria a profissão de cuidador de idoso, com a imposição de requisitos e condicionantes, e restringiria o livre exercício profissional. O veto presidencial foi mantido quando o projeto voltou ao Congresso, a despeito da mobilização de Associações de Cuidadoras e outros membros da sociedade civil para a derrubada do veto, o que foi considerado uma grande derrota para o movimento⁶. Assinalamos, igualmente, que Jair Bolsonaro, então deputado federal no período, foi o único a votar contra a “PEC das Domésticas” em 2013, assumindo claramente o discurso de que os dispositivos da lei resultariam em maiores gastos para os empregadores. Essa informação mostra-se relevante, uma vez que as políticas governamentais atuais não seguem com as mesmas perspectivas de inclusão legislativas de governos anteriores, dificultando ainda mais o acesso amplo de direitos para essas trabalhadoras (Krein, 2018; Marcelino & Galvão, 2020). Por exemplo, no início de 2020, foi retirada a possibilidade de os empregadores descontarem do imposto de renda a contribuição ao INSS da trabalhadora doméstica. Essa medida tinha sido introduzida em 2006, durante o governo Lula, com o objetivo de incentivar a formalização das trabalhadoras domésticas. Haja vista o cenário de crise atual, o fim desse desconto pode representar mais uma barreira à formalização contratual.

6. Em 2020, iniciou-se a tramitação de um novo projeto de lei que visa a regulamentar a ocupação das cuidadoras de idosos, trata-se do PL 5.178. Disponível em <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/145435>, consultado em 02/12/2020.

Se no âmbito federal uma legislação própria para as cuidadoras tem encontrado impasses, surgiram legislações estaduais que têm propiciado algum tipo de regulamentação profissional. No estado do Rio de Janeiro, por exemplo, o exercício da ocupação de cuidador de pessoa idosa possui legislação própria desde 2016. Trata-se da Lei n. 7.332, de 14 de julho de 2016. Além de ter pelo menos dezoito anos e ensino fundamental completo, a Lei indica que os cuidadores devem ter curso de qualificação na área com duração de no mínimo 160 horas-aula, sendo que 25% da carga horária deve ser destinada a atividades práticas⁷. O piso salarial das ocupações também difere: enquanto o mínimo previsto para as trabalhadoras domésticas no Rio de Janeiro é de R\$ 1.238,11, para as cuidadoras de idosos, os valores são de R\$ 1.283,73. Se a baixa distância entre o piso salarial das duas ocupações não permite fazer inferências mais robustas sobre como o governo do Rio de Janeiro vem construindo essas ocupações em termos de hierarquização, a exigência de nível de escolaridade e formação para as cuidadoras as coloca em uma situação distinta das trabalhadoras domésticas, que não possuem requisitos formais para o exercício da profissão.

Homogeneização nos contratos, diferenciações do trabalho

Apesar da criação e da tentativa de consolidação de direitos trabalhistas, os empregadores têm encontrado outras formas de contratação, que não seguem necessariamente as normas legislativas. Nos últimos anos emergem nesse setor os contratos realizados através do MEI, fazendo com que os empregadores se isentem dos encargos tributários e deveres estabelecidos pela CLT. Nessa nova forma contratual, estão sendo absorvidas tanto as cuidadoras de idosos, quanto as diaristas. Nota-se que o MEI⁸ é um dispositivo para quem trabalha por conta própria, garantindo direitos como salário-maternidade, auxílio-doença, aposentadoria e pensão por morte. Mas por tratar-se de um contrato de serviço e não de trabalho, o titular do MEI não recebe férias, décimo-terceiro salário nem compensações rescisórias.

No caso das cuidadoras de idosos, Araujo (2015) observa que, na prática, o MEI vem sendo utilizado em situações em que a profissional trabalha mais de dois dias por semana na mesma residência, e/ou tem jornadas de trabalho atípicas, visto que

7. As cuidadoras que já atuam na área têm até 2021 para conseguir sua certificação.

8. Têm direito ao MEI pessoas que “trabalham por conta própria” e que ganham até R\$ 81.000,00 por ano. Pagando uma taxa mensal que varia entre R\$ 53,25 e R\$ 58,25, ficam isentos de tributos federais como o PIS (Programa de Integração Social). O objetivo da iniciativa é que “o trabalhador conhecido como *informal* possa se tornar um MEI *legalizado*”, através de estratégias jurídicas que facilitem sua entrada, bem como pela distribuição de benefícios que garantam sua permanência no setor “legal”. Disponível em <http://www.portaldoeempreendedor.gov.br/>, consultado em 6/4/2020.

muitas cuidadoras podem ter jornadas de 24 x 24 ou 48 x 48 (isto é, 24 ou 48 horas no local de trabalho, seguidas por 24 ou 48 horas fora do local de trabalho). Já para as diaristas, o MEI é uma forma de acesso mínimo às proteções legais. O trabalho em diárias é caracterizado pela ambivalência de vínculos considerados menos assimétricos, nos quais a subserviência e as hierarquizações não são tão fortemente demarcadas, mas, ao mesmo tempo, aumenta a vulnerabilidade social dessas trabalhadoras ao retirá-las totalmente do amparo legislativo (Monticelli, 2013).

Em fevereiro de 2019, havia 78.411 cuidadoras de idosos trabalhando como MEI no Brasil, as diaristas eram 140.026 no mesmo período⁹; ou seja, as cuidadoras e diaristas partilham da precariedade através do MEI, que para os diferentes empregadores é uma forma de não se responsabilizarem pelos direitos trabalhistas conquistados. Nesse sentido, parece que a inclusão dessas trabalhadoras como MEI constitui o que se poderia chamar de sistema legal de exceção (De Soto, 1986), uma vez que cuidadoras e diaristas desenvolvem suas atividades legalmente, embora não gozem de todos os benefícios e da proteção social garantida a outros setores da população de trabalhadores. De fato, muitas são as complexas modalidades de trabalho que fogem à do emprego típico, conforme argumentam Noronha, De Negri e Artur (2006): “Enfim, as fronteiras entre ser empregador, autônomo empregado e não trabalhador são claras nos casos típicos, mas, cada vez mais, se disseminam formas de contratos atípicas, sejam elas previstas ou não pelas leis nacionais” (p. 163).

As cuidadoras e diaristas, enquanto MEI, passam a ser regidas pelo direito comercial ao invés do direito do trabalho, ou por uma formulação híbrida que supõe elementos de ambos. Enquanto o direito do trabalho parte do reconhecimento de que há uma relação desigual entre empregador e empregado, assinalando que os últimos precisam de uma proteção social específica (Noronha, De Negri & Arthur, 2006), o direito comercial baseia-se no princípio de que os agentes têm plena liberdade para deliberar sobre os contratos que assinam ou deixam de assinar. As trabalhadoras que optam pelo MEI atuam como pessoa jurídica, embora seu trabalho seja assalariado e suas condições de trabalho se aproximem das de um empregado via CLT.

Assim, convém falar do binômio formalidade/informalidade não necessariamente enquanto setores distintos da economia, mas enquanto formas distintas de relações de trabalho, que dizem respeito, especialmente, ao acesso a benefícios e direitos. Contudo, como já assinalado, a condição de acesso a esses direitos é o reconhecimento da existência de uma relação de trabalho, o que não ocorre se o *status* legal atribuído à cuidadora e à diarista é o de empreendedora. Nesses termos, é possível compreender como uma empresa formal – ou mesmo o governo – pode favorecer

9. Fonte: <http://www.portaldoempreendedor.gov.br/estatisticas>, consultado em 28/2/2020.

situações associadas à informalidade na mesma medida em que proporciona condições de trabalho mais flexíveis.

Para além desse quadro, nossas pesquisas realizadas com empregadoras de cuidadoras de idosos na cidade do Rio de Janeiro-RJ, e com empregadoras de trabalhadoras domésticas em Curitiba-PR, têm mostrado que o mercado estabelece formas de diferenciação nas práticas e discursos em relação a esses trabalhos. A primeira delas está na qualificação específica na área, o que distanciaria cuidadoras e trabalhadoras domésticas. A maior responsabilidade pelo cuidado em saúde de idosos, com graves debilidades físicas e psicológicas, exigiria uma competência “técnica”, como fica claro neste trecho de uma das entrevistas:

Empregadora: Na parte profissional tem que ser a técnica, a eficiência e educação. Sem isso não adianta botar, porque o que está passando é o seguinte: toda empregada doméstica quer ser cuidadora.

Pesquisadora: A senhora acha errado?

Empregadora: Eu acho. Pelo seguinte, você fazer comida não é cuidar do idoso. É o que eu digo a elas, vocês vão ganhar mais dinheiro indo trabalhar numa loja, num shopping, vocês vão ter uma outra coisa para fazer. Mas cuidadora, não. Porque um exemplo: se vocês deixarem ela [idosa] sair e se ela cair, ela toma anticoagulante, e se tiver uma hemorragia comigo? Tá todo mundo na cadeia. (Entrevista realizada em abril de 2014, Rio de Janeiro).

As exigências e percepções para as cuidadoras de idosos incluem desde a necessidade de serem pacientes, calmas e reservadas (Araujo, 2019a), até a priorização total do cuidado em detrimento do trabalho doméstico. Como bem apontou uma das empregadoras: “eu falo para elas [três cuidadoras dos pais]: primeiro de tudo, atenção para eles; a casa, se der para limpar, limpa; se não der, não limpa, porque também não é a obrigação do cuidador” (Entrevista realizada em 2015, Curitiba). A especialização de tarefas é relacionada, para as empregadoras, a um certo grau de eficiência que esperam das trabalhadoras contratadas. Nas entrevistas feitas em Curitiba-PR, as empregadoras também enunciavam como uma qualidade das trabalhadoras mensalistas sua capacidade de cumprir as tarefas domésticas de uma forma delimitada e apropriada às necessidades de suas casas.

Se as empregadoras começam a visualizar esse setor através das especialidades que cada ocupação pode desempenhar, um novo quadro de contratações poderia delinear-se na sociedade brasileira, distanciando-se da sobrecarga causada pela confluência das tarefas no âmbito doméstico. Ao mesmo tempo, é importante notar que as exigências específicas também podem compor narrativas de ineficiências relativas ao trabalho realizado, reafirmando um processo de desvalorização dessas profissio-

nais. Nas entrevistas em Curitiba-PR, viu-se que frequentemente as empregadoras demandavam tarefas extremamente especializadas (por exemplo, comida vegana), o que exigia um grau de formação e conhecimento de difícil acesso para as trabalhadoras, fazendo com que as empregadoras se sentissem permanentemente insatisfeitas.

Essa insatisfação também se vincula aos processos de reconhecimento dos direitos das trabalhadoras domésticas. Segundo Monticelli (2018), as empregadoras estipulam, muitas vezes, uma relação direta entre a qualidade dos serviços prestados e os direitos conquistados pelas trabalhadoras, como se para terem acesso às proteções legais precisassem “merecê-los”. Essa perspectiva se enquadra na vinculação histórica do trabalho doméstico com as noções de domesticidade e com as práticas servis, aproximando-o dos aspectos de desvalorização e de não reconhecimento. Como ilustrado na entrevista citada abaixo, a ideia de que uma trabalhadora “não qualificada” possa ganhar um bom salário e ter direitos trabalhistas causa um certo desconforto ao quebrar uma relação marcada pela domesticidade e por hierarquias sociais estabelecidas:

Empregadora: Então, vamos pensar na época atual, os encargos são bastantes para uma empregada doméstica e, às vezes, a empregada doméstica está cobrando mais até que uma pessoa que sai formada em uma faculdade; médico recém-formado, ou sei lá, ganha menos que uma empregada doméstica (risos). Então isso é uma incoerência! Porque, afinal, um é o trabalho braçal, e o outro é o trabalho mental que ficou anos, anos e anos estudando. (Entrevista realizada em junho de 2015, Curitiba-PR).

Assim, a valorização do trabalho doméstico e de cuidado aparece associada às ideias de qualificação e especialização, no discurso dos empregadores, que nem sempre se equaciona com a efetivação de direitos. Na próxima seção será discutido como a temática da valorização destes trabalhos é encarada de modo distinto pelas organizações políticas de trabalhadoras domésticas e de cuidadoras

Disputas políticas: os sindicatos de trabalhadoras domésticas e as associações de cuidadoras

Os discursos e as estratégias políticas de trabalhadoras domésticas e de cuidadoras de idosos organizadas, em torno da valorização e do reconhecimento de suas ocupações, têm tomado caminhos distintos. Enquanto os sindicatos de trabalhadoras domésticas enfatizam as semelhanças entre trabalho doméstico e cuidado, as associações de cuidadoras buscam marcar as fronteiras entre os dois.

Os sindicatos de trabalhadoras domésticas investem na valorização desse trabalho há décadas, indicando que uma das maiores dificuldades de mobilização e associação

de militantes é justamente o peso dos estigmas e dos estereótipos que essa profissão carrega na sociedade brasileira. Inclusive, muitas trabalhadoras não sindicalizadas parecem rejeitar seu pertencimento a essa categoria profissional. De acordo com Acciari (2016), algumas trabalhadoras domésticas não desejam ser identificadas como tal; pelo contrário, usam uma variedade de palavras para descrever sua atividade, como “babá”, “cuidadora”, “cozinheira”, “copeira” ou “arrumadeira”. A autora ainda relata que uma trabalhadora que estava na sala de espera do sindicato de São Paulo reclamava do fato de seu empregador tê-la registrado como “empregada doméstica”, quando, na verdade, ela era uma “cuidadora”, e que isso poderia “sujar” sua carteira de trabalho (Acciari, 2016).

Isso cria um problema fundamental para a ação sindical: como organizar uma categoria que não quer ser? Como convencer uma trabalhadora a defender seus direitos como trabalhadora doméstica, se ela quer distância dessa profissão? As próprias dirigentes sindicais, apesar de fortes críticas em relação à “vergonha” relatada pelas trabalhadoras não sindicalizadas, confessaram já terem sentido similar constrangimento. São comuns os relatos de trabalhadoras que diziam ter outra profissão, para não declararem que eram “empregadas”. É o caso, por exemplo, de Dona Lourdes, dirigente do sindicato de Nova Iguaçu, que, quando trabalhava em uma casa de família no bairro do Jardim Botânico no Rio de Janeiro, contava para suas amigas que trabalhava na “Globo”¹⁰. Igualmente, sua filha Cleide Pinto, hoje presidenta do mesmo sindicato, afirmou que sua tardia entrada na luta estaria vinculada a essa “vergonha” que muitas compartilham.

Assim, a tarefa principal dos sindicatos de trabalhadoras domésticas, antes mesmo de poder defender seus direitos, é criar de maneira subjetiva a valorização da própria categoria. As militantes fazem um exercício constante de promover o orgulho e a autoestima das trabalhadoras via palestras, formações e rodas de conversa. Os sindicatos construíram também um discurso contra hegemônico sobre o trabalho doméstico, argumentando a favor de seu valor e de seu caráter produtivo, além do reprodutivo (Acciari, 2019). As dirigentes sindicais afiliadas à Fenatrad recusam a ideia segundo a qual o trabalho doméstico seria “não lucrativo”, tal como inscrito na lei, insistindo no seu caráter fundamental para a sociedade brasileira. Isso é ilustrado pelo *slogan* “trabalho doméstico também é profissão”, defendido pela federação. As dirigentes sindicais afirmam produzir bem-estar, além de dar sustentação para a reprodução da força de trabalho aos demais trabalhadores. O trabalho doméstico é apresentado por elas como a base da sociedade, mas também

10. Os estúdios e produções de jornalismo da Rede Globo ficam no bairro Jardim Botânico na cidade do Rio de Janeiro.

como o fruto de significativas desigualdades de gênero, raça e classe. As trabalhadoras domésticas sindicalizadas compreendem a importância de seus trabalhos nos processos de delegação e conciliação para as famílias de classe média, sobretudo para mulheres, entre o mercado e a casa, o que reflete tanto as insuficiências do Estado, como as hierarquizações profissionais e as desigualdades sociais. Segundo elas, “se o trabalho doméstico para, o Brasil para”. Assim, para os sindicatos, as precárias condições de trabalho no setor e a falta de valorização profissional são contraditórias com a importância social do trabalho doméstico.

Diante dessa estratégia política dos sindicatos de trabalhadoras domésticas, o esforço de criar um movimento distinto de cuidadoras implica, para elas, a desvalorização de uma trajetória de luta legislativa e subjetiva. Segundo as dirigentes entrevistadas, a demanda por parte das cuidadoras de ter uma legislação separada criaria divisões dentro da categoria, e acentuaria a desvalorização das tarefas que não envolvem de forma direta o cuidado com pessoas. De certa forma, essa distinção criada pelas cuidadoras e, muitas vezes, pelas próprias trabalhadoras domésticas resultaria em afirmar que o trabalho de limpeza valeria menos que o trabalho de cuidar, o que contradiz o discurso promovido pelos sindicatos de valorizar o trabalho reprodutivo como um todo.

O movimento político de cuidadoras, recentemente formado após o reconhecimento da ocupação na CBO em 2002, conta atualmente com pelo menos doze Associações de Cuidadores no país, todas da região Sul, Sudeste e Centro-Oeste; e sua principal demanda é a regulamentação da profissão, compreendida por elas como a solução à precariedade e à informalidade¹¹. Para isso, as Associações estão constantemente buscando apoio de deputados/as e senadores/as, promovendo encontros com especialistas na área do envelhecimento e tentando trazer suas reivindicações ao debate público.

É importante ressaltar que o movimento de cuidadoras não se opõe à ideia de que essas ocupações reúnem a mesma gama de mulheres, reafirmando a mobilidade entre essas duas ocupações pelas trabalhadoras. Além disso, o movimento atesta a dificuldade de estabelecer e reconhecer os limites no exercício do trabalho. Segundo a associação fluminense, o reconhecimento profissional não é uma questão de hierarquização, mas, sobretudo, de delimitação das atividades a serem realizadas no domicílio.

11. Para discutir a questão das associações de cuidadores, privilegiaremos a experiência da Acierj (Associação de Cuidadores da Pessoa Idosa, da Saúde Mental e com Deficiência do Estado do Rio de Janeiro). Não obstante, as associações de cuidadores de outros estados têm estratégias semelhantes de mobilização, realizando, inclusive, encontros nacionais, como denota a tese de Oliveira (2015).

Pesquisadora: E aí o seu sonho é fazer um sindicato para que alguns limites sejam colocados?
Ana Gilda: Sim, sim, claro. E não só para os familiares, mas para a gente se reconhecer, né? Você trabalha, você não é uma pessoa que está ali para lavar chão. Aí você vai trabalhar como doméstica, porque até cria um problema com os patrões domésticos, porque às vezes eles estão trabalhando na casa ainda; e, quando esse empregador vê que esse cuidador está dando conta, eles tiram a doméstica; ou então faz o contrário: pega a doméstica e bota ela para fazer tudo. (Entrevista realizada em agosto de 2017, Rio de Janeiro-RJ).

Essa citação revela a dificuldade vivenciada no cotidiano das trabalhadoras, que se encontram realizando todas as tarefas domésticas e de cuidado, pelo mesmo salário e dentro do mesmo horário. Nesse sentido, a não distinção das funções levaria a uma maior carga de trabalho. Em termos do que seriam as fronteiras entre cuidado e trabalho doméstico, Ana Gilda, então presidenta da Associação, explica:

As atribuições do cuidador é o cuidado da pessoa que ela está cuidando, com higiene dessa pessoa, com o ambiente que ela fica, que é o quarto, né?, a alimentação faz parte, e isso, às vezes, é até saudável. As famílias que eu supervisiono, eu vou e falo: chama a pessoa idosa para ajudar, às vezes. Tem uma que tem Alzheimer e ela ficava irritadíssima porque ela ficava sentada; agora ela vai para lá, cata feijão, fica lá ajudando para fazer a comidinha dela, aí é outra história, o trabalho fica mais leve. Essas são as atribuições, atribuição de ter horário para descer com essa pessoa, de montar um trabalho mesmo psicossocial, para ela estar ali habitando, circulando, uma promoção de saúde, porque a saúde não é só você medicar alguém. (Entrevista realizada em agosto de 2017, Rio de Janeiro-RJ).

Essa delimitação de tarefas é fundamental no discurso político da associação, pois é a partir dela que as bases de diferenciações em relação às trabalhadoras domésticas são formuladas, inclusive como demandas para a realização de cursos profissionalizantes na área, para o reconhecimento estatal e por parte das empregadoras. O distanciamento estratégico que as cuidadoras estabelecem com o trabalho doméstico é verificado inclusive entre aquelas que não estão nas Associações, como apontam as pesquisas de Araujo (2019a), e faz parte da construção de sua identidade profissional.

A importância da qualificação profissional como elemento para se diferenciar e valorizar seu ofício vai ao encontro das disposições legais fluminenses, que exigem um curso específico para as cuidadoras, e das narrativas das empregadoras, que reforçam a ideia de um trabalho que demanda especificidades.

Outra demanda relevante do movimento das cuidadoras é o de padronização dos cursos de formação. Atualmente, há bastante heterogeneidade em relação à carga horária, ao conteúdo programático e à modalidade (presencial ou on-line) desses

cursos. O movimento de cuidadoras argumenta que instituir normas em relação à formação profissional é fundamental para fortalecer a profissão e para assegurar a boa qualidade do trabalho oferecido pelas cuidadoras.

No caso das trabalhadoras domésticas, a exigência por uma qualificação por parte de seus empregadores não passa necessariamente por uma formalização educacional, reafirmando na prática cotidiana de trabalho os padrões do que seria uma “boa” trabalhadora doméstica, estando sujeitas às imposições de seus empregadores e aos aspectos de diferenciações (Monticelli, 2017). Apesar disso, a qualificação educacional é uma pauta do movimento sindical de trabalhadoras domésticas, pensada justamente como uma forma de valorização de seus trabalhos (Acciari & Pinto, 2020). Esse panorama mostra as complexidades em torno do reconhecimento do trabalho doméstico e de cuidado. Outro ponto relevante no estabelecimento de fronteiras entre trabalhadoras domésticas e cuidadoras é o fato de que o local de trabalho nem sempre é um domicílio para as últimas. As cuidadoras podem ser empregadas em instituições de longa permanência para idosos ou em residências terapêuticas, por exemplo. Nesses casos, não se enquadram na Lei n. 150/2015. As cuidadoras podem também realizar serviços em domicílio para idosos sendo contratadas e pagas pelo Estado, como ocorre em São Paulo e em Minas Gerais (Araujo, 2019b). Assim, compreende-se que nesses casos as cuidadoras possuem demandas específicas, o que explica em parte seu distanciamento com relação aos sindicatos de trabalhadoras domésticas, reafirmando a posição das associações de que a consolidação de uma organização política própria atenderia essa categoria de uma forma mais ampla.

Portanto, se para ambas as categorias, trabalhadoras domésticas e cuidadoras, a regulamentação da profissão e a garantia de direitos trabalhistas são concebidas como instrumentos necessários à sua valorização e à melhoria de condições de vida, suas lutas para atingir esse reconhecimento social e estatal evoluíram em sentidos distintos. Para os sindicatos de trabalhadoras domésticas, a valorização passa pelo reconhecimento de todas as tarefas reprodutivas como sendo parte de uma mesma profissão; já para as associações de cuidadoras, a valorização se daria pela diferenciação das tarefas e formas de trabalho. Os movimentos políticos organizados refletem como tem se estruturado a mercantilização do trabalho doméstico e de cuidado no Brasil. A precariedade e a desvalorização, somadas com a heterogeneidade das ocupações e tipos de contratos que formam esse setor, geram um impulso político de demarcações e de luta por reconhecimento, que têm estabelecido um conflito nas bases do trabalho reprodutivo.

Conclusões

Este artigo discutiu os conflitos, disputas e tensões que surgem nas estratégias de conquista de direitos, na percepção dos empregadores e de seus manejos em relação à formalização contratual de trabalhadoras domésticas e cuidadoras, e, por último, na construção política discursiva das representantes das duas categorias, considerando as concepções de “reconhecimento” e “valorização”. Esse quadro mais amplo de análise nos permite concluir que os movimentos tomados em direção às diferenciações podem levar a processos de hierarquizações dentro de um mesmo setor de trabalho.

Em um primeiro momento, essas hierarquizações podem representar “um tiro que saiu pela culatra”, uma vez que o processo de diferenciação não consegue estabelecer, de fato, relações trabalhistas bem definidas e consequentemente menos precárias, deixando as fronteiras em um plano muito mais discursivo. A alta taxa de informalidade tanto das trabalhadoras domésticas quanto das cuidadoras sugere uma falta de cumprimento da lei, mantendo essas trabalhadoras em situação de vulnerabilidade. Ao mesmo tempo, o crescente nível de especialização de tarefas e a maior diferenciação entre trabalho doméstico e de cuidado podem revelar um certo sucesso nas estratégias de “valorização” e “reconhecimento” das cuidadoras. Não obstante, isso tem provocado tensões com os sindicatos de trabalhadoras domésticas, que entendem essa diferenciação como uma divisão da classe e desvalorização do trabalho doméstico. O conflito gerado pela fragmentação de ocupações entre trabalhadoras domésticas e cuidadoras sugere que as similaridades do perfil dessas trabalhadoras não se traduzem automaticamente em alianças e aproximações políticas, abrindo então uma reflexão mais ampla sobre estratégias de representação e mobilização dos setores mais precários e o que podemos pressupor como sendo seus interesses comuns.

Dessa forma, a análise desses conflitos contribui aos estudos feministas e de gênero ao pensar a mercantilização do cuidado e do trabalho doméstico no Brasil, a partir dos movimentos políticos organizados, das tendências no mercado e no Estado, ampliando as compreensões de como esses sujeitos estão se mobilizando para minimizar as desigualdades, a precariedade e a sobrecarga que marcam suas vidas e suas experiências de trabalho.

Com base nesses casos, podemos também refletir sobre a desvalorização estrutural do trabalho reprodutivo, que ainda não é reconhecido como trabalho “de fato”, gerador de lucro ou produtor de “valor” no mercado. Essa estrutura se conecta diretamente com as disposições legais para a proteção dessas trabalhadoras. Por mais que os direitos sejam ampliados e garantam condições básicas às trabalhadoras domésticas e cuidadoras, essas categoriais profissionais continuam ocupando

uma posição marginalizada em direitos e desvalorizadas em suas práticas laborais. Afinal, o reconhecimento e os processos de valorização do trabalho reprodutivo trariam mudanças profundas nas estruturas raciais, de gênero e classe que sustentam a sociedade brasileira.

Referências Bibliográficas

- ACCIARI, Louisa. (jan./abr. 2019), “Decolonising labour, reclaiming subaltern epistemologies: Brazilian domestic workers and the international struggle for labour rights”. *Contexto Internacional*, Rio de Janeiro, 41 (1): 39-63.
- ACCIARI, Louisa. (nov. 2016), “‘Foi difícil, mas sempre falo que nós somos guerreiras’: O movimento das trabalhadoras domésticas entre a marginalidade e o empoderamento”. *Mosaico*, Rio de Janeiro, 7 (11): 125-147.
- ACCIARI, Louisa, & PINTO, Tatiane. (jan./abr. 2020), “Praticando a equidade: estratégias de efetivação dos direitos no trabalho doméstico”. *Estudos Avançados*, São Paulo, 34 (98): 73-89.
- ARAÚJO, Anna Bárbara. (jan. 2019a). “Gênero, reciprocidade e mercado no cuidado de idosos”. *Estudos Feministas*, 27 (1), pp. e45553.
- ARAÚJO, Anna Bárbara. (2015). *Gênero, profissionalização e autonomia: o agenciamento do trabalho de cuidadoras de idosos por empresas*. 96 p. Rio de Janeiro, dissertação de mestrado, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- ARAÚJO, Anna Bárbara. (2019b), *Políticas sociais, emoções e desigualdades: enredando o trabalho de cuidado de idosos em uma política pública municipal*. 203 p. Rio de Janeiro, tese de doutorado, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- AVRIL, Christelle. (2018), “Sous le care, le travail des femmes de milieux populaires. Pour une critique empirique d’une notion à succès”. In: MARUANI, Margaret (dir.). *Je travaille, donc je suis: Perspectives féministes*. Paris, Éditions la Découverte, pp. 205-216.
- BERNADINO-COSTA, Joaze. (2015). *Saberes subalternos e decolialidade: os sindicatos de trabalhadoras domésticas no Brasil*. Brasília: Editora UNB.
- BORIS, Eileen. (jun. 2014), “Produção, reprodução, casa e trabalho”. *Tempo Social*, São Paulo: 26 (1): 101-121.
- BRASIL. (2002), Classificação Brasileira de Ocupações: CBO. Brasília, Ministério do Trabalho e Emprego.
- BRASIL. (1º jun. 2015), *Lei Complementar n. 150*.
- DE SOTO, Hernando. (1986), *El otro sendero: la revolución informal*. Lima, Editorial El Barranco.
- FONTES, Paulo *et al.* (jul./dez. 2019), “‘Eu tinha minha liberdade’: Entrevista de Nair Jane de Castro Lima, liderança histórica das trabalhadoras domésticas do Rio de Janeiro”. *Revista Mundos do Trabalho*, Santa Catarina, 10 (20): 167-189.

- FRAGA, Alexandre Barbosa. (2016), *O serviço doméstico sob os holofotes públicos: alterações na articulação entre trabalho produtivo e reprodutivo no Brasil. (Estado, mercado e família)*. 216p. Rio de Janeiro, tese de doutorado, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- FRASER, Nancy. (2006), “Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era ‘pós-socialista’”. *Cadernos de Campo*, São Paulo, 15 (14-15): 231-239.
- GEORGES, Isabel. (jun. 2017), “O ‘cuidado’ como ‘quase-conceito’: por que está pegando? Notas sobre a resiliência de uma categoria emergente”. In: DEBERT, Guita Grin & PULHEZ, Mariana Marques (orgs.). *Textos didáticos, desafios do cuidado: gênero, velhice e deficiência*, IFCH-Unicamp, 66, pp. 125-151.
- GLENN, Evelyn Nakano. (jan. 2000), “Creating a care society”. *Contemporary Sociology*, Washington, 29 (1): 84-94.
- GUEDES, Graciele Pereira & MONÇORES, Elisa. (out. 2019), “Empregadas domésticas e cuidadoras profissionais: compartilhando as fronteiras da precariedade”. *Revista Brasileira de Estudos de População*, São Paulo, 36: 1-24.
- GUIMARÃES, Nadya Araujo & HIRATA, Helena. (fev. 2016), “La frontera entre el empleo doméstico y el trabajo profesional de cuidados en Brasil: pistas y correlatos en el proceso de mercantilización”. *Sociología del Trabajo*, Madri, 86: 7-27.
- GUIMARÃES, Nadya Araujo; HIRATA, Helena Sumiko & SUGITA, Kurumi. (2012), “Cuidado e cuidadoras: o trabalho do care no Brasil, França e Japão”. In: HIRATA, Helena & GUIMARÃES, Nadya Araujo, *Cuidado e cuidadoras: as várias faces do trabalho do care*. São Paulo, Atlas, pp. 79-102.
- HIRATA, Helena. (jun. 2014), “Gênero, classe e raça: interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais”. *Tempo Social*, São Paulo: 26 (1): 61-73.
- KOFES, Sueli. (2001), *Mulher, mulheres: identidade, diferença e desigualdade na relação entre patroas e empregadas domésticas*. Campinas, SP, Editora da Unicamp, 469 p.
- KREIN, José Dari. (abr. 2018), “O desmonte dos direitos, as novas configurações do trabalho e o esvaziamento da ação coletiva. Consequências da reforma trabalhista”. *Tempo Social*, São Paulo: (30) 1: 77-104.
- LIMA, Márcia & PRATES, Ian. (ago. 2019), “Emprego doméstico e mudança social: reprodução e heterogeneidade na base da estrutura ocupacional brasileira”. *Tempo Social*, 31 (2): 149-172.
- MARCELINO, Paula & GALVÃO, Andréia. (2020), “O sindicalismo brasileiro frente à ofensiva neoliberal restauradora”. *Tempo Social*, São Paulo: 32 (1): 157-182.
- MELO, Hildete Pereira de; CONSIDERA, Claudio Monteiro & DI SABBATO, Alberto. (2007), “Os afazeres domésticos contam”. *Economia e sociedade*, Campinas, 16 (3): 435-454.
- MONTICELLI, Thays Almeida. (2018), “Cuidado e poder: as relações do trabalho doméstico remunerado através da cultura doméstica”. In: TAMANINI, Marlene *et al.* *O cuidado em cena: desafios políticos, teóricos e práticos*. Florianópolis, Editora Udesc, pp. 161-184.

- MONTICELLI, Thays Almeida. (2013), *Diaristas, afeto e escolhas: ressignificações no trabalho doméstico remunerado*. 170p. Curitiba-PR, dissertação de mestrado, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná.
- MONTICELLI, Thays Almeida. (2017), *“Eu não trato empregada como empregada”: empregadoras e o desafio do trabalho doméstico remunerado*. 221p. Curitiba-PR, tese de doutorado, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná.
- NORONHA, Eduardo; DE NEGRI, Fernanda & ARTUR, Karen. (2006), “Custos do trabalho, direitos sociais e competitividade industrial”. In: DE NEGRI, João Alberto; DE NEGRI, Fernanda & COELHO, Danilo. *Tecnologia, exportação e emprego*. Brasília, Ipea.
- OLIVEIRA, Amanda Marques. (2015), *A invenção do cuidado: entre o dom e a profissão*. 194p. Campinas, tese de doutorado, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Disponível em <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/281151>.
- PICANÇO, Felícia & BRITES, Jurema. (abr. 2014), “O emprego doméstico no Brasil em números, tensões e contradições”. *Revista Latino Americana de Estudios del Trabajo*, Medellín, 19: 131-158.
- PINHEIRO, Luana *et al.* (2019), “Os desafios do passado no trabalho doméstico do século XXI reflexões para o caso brasileiro a partir dos dados da PNAD Contínua”. *Textos para discussão*. Rio de Janeiro, Ipea.
- RONCADOR, Sonia (2008). *A doméstica imaginária: literatura, testemunhos e a invenção da empregada doméstica no Brasil (1889-1999)*. Brasília, DF, Editora UNB. 255p.
- SARTOR, Ângela; SIRACUSA, Mariana & NEVES, Paula. (2018), “Emprego doméstico: mediações na conciliação entre família e trabalho no Brasil”. In: ARAÚJO *et al.* *Gênero, família e trabalho no Brasil do século XXI: mudanças e permanências*. Rio de Janeiro, Gramma, pp. 199-218.
- SORJ, Bila. (2019), “No Brasil, novas perspectivas”. In: MARUANI, Margaret. *Trabalho, logo existo: perspectivas feministas*. Rio de Janeiro, FGV Editora, pp. 103-113.
- SORJ, Bila. (jun. 2014), “Socialização do cuidado e desigualdades sociais”. *Tempo Social*, São Paulo, 26 (1): 123-128.
- UHDE, Zuzana. (2016), “Social bias within the institution of hired domestic care: Global interactions and migration”. *Civitas*, Porto Alegre, 16, (4): 682-707.

Resumo

Trabalho doméstico e de cuidado: um campo de debate

O objetivo deste artigo é analisar como o Estado, o mercado e os movimentos políticos de trabalhadoras domésticas e cuidadoras têm concretizado estratégias para marcar as possíveis liminaridades e fronteiras entre essas duas ocupações. Para isso, analisamos a Lei Complementar nº 150/2015, que amplia direitos trabalhistas às trabalhadoras domésticas, e o Projeto de Lei da Câmara 11/16, que propõe regulamentar a profissão de cuidadora. No âmbito do mercado, consideramos o discurso dos empregadores sobre cuidado e trabalho doméstico e a crescente utilização do Microempreendedor Individual (MEI) para contratação. Por último, examinamos entrevistas com representantes dos movimentos políticos organizados do setor. A análise revela que os conflitos em jogo estão relacionados com as concepções de “valor” e “reconhecimento” nos três campos, refletindo as desigualdades e a precariedade que marcam esse setor de atividade. Palavras-chave: Cuidadoras; Trabalhadoras domésticas; Precariedade; Reprodução social; Reconhecimento.

Abstract

Care and domestic work: a field of debate

This article examines how the state, the market and the political movements of domestic and care workers have implemented strategies to mark the possible boundaries and similarities between these two occupations. To do so, we analyse the Complementary Law n. 150/2015 that expands labour rights to domestic workers, and the Bill of Law 11/16 that proposes to regulate the profession of care workers. Within the scope of the market we examine employers' discourse on care and domestic work and the growing use of the modality of Individual Micro Entrepreneur. Lastly, we analyze interviews with representatives of the organized political movements of the sector and with employers. The analysis reveals that the conflicts at stake are related to conceptions of “value” and “recognition” in the three fields, reflecting the inequalities and precariousness that mark this sector of activity.

Keywords: Care workers; Domestic workers; Precarity; Social reproduction; Recognition.

Texto recebido em 7/5/2020 e aprovado em 4/1/2021.

DOI: 10.11606/0103-2070.ts.2021.169501.

ANNA BÁRBARA ARAUJO é pesquisadora de pós-doutorado (Fapesp) no Departamento de Sociologia da USP. É pesquisadora associada ao Núcleo de Estudos em Sexualidade e Gênero do PPGSA/UFRJ e ao Laboratório de Estudos de Gênero e Interseccionalidade da UFF. Atualmente realiza pesquisa sobre o mercado de intermediação de serviços domésticos e de cuidado. E-mail: annabarbaraaraujo@gmail.com.

THAYS MONTICELLI é doutora e mestra em Sociologia pela UFPR. Atualmente é pós-doutoranda (Faperj/Nota 10) no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da UFRJ, junto ao Neseq (Núcleo de Estudos de Sexualidade e Gênero). Tem-se dedicado a pesquisas sobre famílias empregadoras e trabalho doméstico remunerado. E-mail: tamonticelli@gmail.com.

LOUISA ACCIARI é codiretora do Centro sobre Gênero e Desastre na University College London (UCL), e pesquisadora associada ao Núcleo de Estudos em Sexualidade e Gênero (Neseq) do PPGSA/UFRJ. Pesquisa o movimento organizado das trabalhadoras domésticas e atualmente estuda o impacto da crise pandêmica no setor informal. E-mail: l.acciari@ucl.ac.uk.



O Instituto Millenium na busca por poder

Allana Meirelles Vieira*

<https://orcid.org/0000-0001-9925-8965>

Aline Rodrigues Chiaramonte*

<https://orcid.org/0000-0002-7629-8072>

A expansão dos *think tanks* no Brasil, assim como sua importância para a ascensão da extrema-direita no país, vem sendo anunciada tanto pela imprensa (Flores, 2017; Fang, 2017) quanto por trabalhos acadêmicos (Chaloub & Perlatto, 2015; Rocha, 2015; Alexandre, 2017; Carlotto, 2018; Meirelles & Fernandes, 2019). Descritos de maneira genérica como institutos voltados para a produção de informação com vistas a influenciar a opinião pública e as políticas públicas (Rocha, 2015), os *think tanks* no Brasil passaram de 39, em 2008, para 103, em 2018, segundo o ranking *Global Go To Think Tank* (McGann, 2019). Da 24ª posição mundial, o Brasil passou para a 11ª, nesses dez anos, sendo o segundo país latino-americano no *ranking* da América Latina, atrás apenas da Argentina (com 227 *think tanks*).

Embora esse crescimento tenha sido acompanhado em alguma medida pelo interesse das ciências sociais brasileiras em estudar tais organismos, essas pesquisas ainda são incipientes no país. A maior parte da literatura se concentra na área de ciência política e tem origem estado-unidense¹ (Hey, 2018; Antunes, 2019), haja vista o fato de que foi nesse país que esses institutos se desenvolveram mais fortemente, tendo 1.871 *think tanks* em 2018 (McGann, 2019). Os trabalhos sociológicos que vêm sendo gestados nos últimos anos no Brasil buscam, mormente, compreendê-los

* Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.

1. Para acessar essa literatura mais consagrada pelas pesquisas sobre *think tanks*, ver: Medvetz (2012), Pautz (2012).

no seio do campo do poder e mais particularmente em sua relação com as universidades e o campo de produção cultural (Hey, 2018; Hitner; Carlotto, 2017), ou ainda se voltam para a compreensão de uma chamada “nova direita” (Alexandre, 2017; Carlotto, 2018).

Dentre estes últimos, alguns verificam a relação de agentes considerados de direita com certos *think tanks*, entre eles o Instituto Millenium (Imil) (Meirelles & Fernandes, 2019; Meirelles & Chiaramonte, 2018; Messenberg, 2017; Chaloub & Perlatto, 2015; Rocha, 2015), o qual estaria ligado à difusão de ideias liberais (Silveira, 2013; Alexandre, 2017). Aliás, o Millenium é um dos institutos que mantêm parceria com a Atlas Network, uma rede que concentra mais de quinhentos *think tanks* pelo mundo, identificados como liberais ou de direita², e cuja atuação vai no sentido de estimular a criação de novos grupos, contribuir na manutenção dos existentes e homogeneizar os discursos e práticas dos *think tanks* ativistas de direita (Rocha, 2015). Messenberg (2017) aponta, por exemplo, a ligação do Movimento Brasil Livre (MBL) e o Vem pra Rua – dois movimentos que atuaram fortemente em favor do *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff – com a Atlas.

Além da rede Atlas, o próprio *Think Tanks and Civil Societies Program* da Universidade da Pennsylvania, que promove o *ranking* de *think tanks* citado acima, além de conferir certo prestígio às instituições, contribui para a formação de redes – o que é, inclusive, um dos objetivos expressos pela instituição em seu *site* (*Think Tanks...*). Foi em 2014 que o Millenium passou a figurar entre os institutos brasileiros no *Global Go To Think Tank* e, em 2018, ocupou o 34º lugar entre os maiores da América Central e do Sul³.

Contudo, a crescente visibilidade e o apontamento do Imil como um importante ator na articulação da direita no Brasil, tanto pela imprensa quanto pelos trabalhos acadêmicos, contrastam-se com o distanciamento que nomes elencados em seu *site* marcam em relação a ele e com a ausência do uso de tal credencial na apresentação desses nomes na imprensa, como será visto ao longo deste trabalho. Diante dessa aparente contradição, adotamos o Millenium como objeto de estudo, com o intuito de traçar a posição que ele ocupa no campo do poder. Sem formular uma caracteri-

2. No Brasil, fazem parte dela, além do Imil: o Instituto Liberdade, o Instituto Atlantos e o Instituto de Estudos Empresariais (IEE), de Porto Alegre; o Instituto Líderes do Amanhã, de Vitória; os Institutos de formação de líderes, de Belo Horizonte, Santa Catarina e São Paulo; o Instituto Liberal e o Livres, do Rio de Janeiro; o Instituto Liberal de São Paulo, o Instituto Ludwig Von Mises Brasil, o Mackenzie Center for Economic Freedom, o Students for Liberty Brasil, de São Paulo.

3. À sua frente, estão os brasileiros: Fundação Getúlio Vargas (em 1º lugar); Centro Brasileiro de Relações Internacionais (Cebri) (em 3º); Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) (em 8º); o Brics Policy Center (em 11º); a Fundação Fernando Henrique Cardoso (FHC) (em 13º); o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap) (em 17º); e o Núcleo de Estudos da Violência (NEV) (em 31º).

zação substancial, buscamos testar a hipótese apresentada em trabalhos como o de Hey (2018), sobre o caráter intersticial da posição dos *think tanks* – ou seja, entre diferentes campos –, algo verificado por Medvetz (2012) nos Estados Unidos. Além disso, a proposta inclui tensionar a literatura acadêmica sobre o Millenium, o discurso que ele constrói para si e os dados levantados na pesquisa, testando a hipótese de que ele produz a crença de uma relevância no campo do poder maior do que de fato detém.

Este trabalho se propõe, então, a responder a seguinte questão: Como o Instituto Millenium busca construir sua legitimidade e, conseqüentemente, desenhar a posição que ocupa e/ou pretende ocupar no campo do poder? Para tanto, partimos das conexões que o Imil estabelece ou busca firmar, considerando os nomes indicados em seu *site* como seus especialistas, convidados e integrantes de suas câmaras internas, levando em consideração as credenciais sociais valorizadas. A partir dessas relações estabelecidas ou pretendidas, buscamos desenhar essa posição ocupada e/ou visada pelo Millenium, o que pode, em alguma medida, contribuir para as pesquisas que vêm sendo realizadas sobre *think tanks* no sentido de melhor entendê-los na teia de relações e lutas sociais que estruturam o campo do poder, indo além de suas formações ou estruturas institucionais – as quais não serão analisadas pormenorizadamente neste trabalho⁴.

O artigo se inicia com uma análise da retórica propalada pelo Imil no momento de sua fundação, indicando as lutas nas quais o instituto investe, e segue discutindo o modo como a identificação ou não dos nomes elencados em seu *site* com o *think tank* demonstra as lógicas de vinculação e construção de sua legitimidade. Posteriormente, a partir dos dados desses agentes coletados no próprio *site* do Imil, assim como em seus currículos *Lattes* e *LinkedIn*, realizamos uma Análise de Correspondências Múltiplas (ACM), com o intuito de mapear as posições ocupadas por esses agentes no espaço social. Em seguida, com a Análise de Classificação Hierárquica (Análise de Cluster), traçamos quatro principais grupos com os quais o instituto mantém relação. Por fim, retomamos os principais resultados e, por meio dos atributos sociais valorizados pelo Imil, apontamos os jogos e lutas dos quais ele participa, assim como a posição que ele desenha para si.

O Instituto Millenium e a retórica da modernização

Criado em 2005, o Imil nasceu com o propósito claro de ser aquilo que seus fundadores defendiam que faltava ao Brasil: um *think tank* dedicado a difundir as ideias liberais e uma “corrente político-cultural de direita moderna”, fazendo frente ao que

4. Para estudos que abordem tal constituição, ver Silveira (2013); Alexandre (2017).

viam como hegemonia das ideias de esquerda e centro-esquerda no país (Andrade, Viola & Leis, 2005). As propostas e ideias que norteariam a ação do Imil foram divulgadas em 13 de abril de 2005, no jornal *O Estado de S. Paulo*, em um texto escrito por três de seus fundadores – a economista Patrícia Carlos de Andrade; o professor aposentado do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília, Eduardo Viola; e o professor aposentado do Departamento de Sociologia e Ciência Política da Universidade Federal de Santa Catarina, Héctor Ricardo Leis. No artigo, os autores reverenciam a emergência de um novo ator no debate público em “países desenvolvidos e nos emergentes mais bem-sucedidos”: justamente os *think tanks*.

Observando neles o motor de transformação de outros países, os fundadores do Millenium vislumbraram, em 2005, a possibilidade de mudar os “Rumos do Brasil contemporâneo” – tal como foi tematizado o lançamento do instituto. Para assistir a palestras – entre elas, a de Paulo Guedes, hoje ministro da Economia do governo de Jair Bolsonaro –, reuniram-se, à época, no Rio de Janeiro, “um grupo de 25 debatedores – intelectuais, economistas, empresários, jornalistas, políticos, membros e ex-membros da alta administração federal” (*Ibidem*). Assim foi apresentado o então chamado Instituto de Estudos da Realidade Nacional no texto publicado no *Estadão*, antevendo o que seria o perfil social dos mais de 250 nomes elencados no *site* do Instituto Millenium.

Entre esses diferentes atores sociais, a um grupo é dada atenção especial: os empresários. Como os fundadores do Imil argumentaram no manifesto de lançamento do instituto, um componente especial seria necessário para “mudar os rumos da sociedade”:

[...] a visão de longo prazo da classe empresarial e seu comprometimento com o futuro de seu país. Os empresários formam o único grupo capaz de dar o suporte financeiro necessário para a existência de um *think tank*. Por meio de apoio às iniciativas do empreendimento, de patrocínio, de encomendas de pesquisas e cursos, de doações diretas, são fundamentais para atrair e manter equipe de profissionais altamente qualificados, apta a produzir debates, artigos, livros, documentos destinados a grupos de influência específicos, com linguagem acessível e atraente e, ao mesmo tempo, calcados em conhecimento sólido da tradição e da modernidade do pensamento ocidental (*Ibidem*).

Para além do suporte econômico dado diretamente ao *think tank*, os empresários ocupam um papel central na articulação desse campo de forças da direita, destinado a combater o que seriam os “obstáculos ao crescimento e à modernização do país”, haja vista seu poder de *lobby* na definição das políticas públicas, a partir dos financiamentos de campanha, de empresas de comunicação e de setores da educação

(Michetti, 2018). Assim, mesclando “intelectuais e empresários” (Andrade, Viola & Leis, 2005) – como é apresentada a composição do Instituto Millenium em seu *site* oficial –, o Imil não inaugura, mas reforça uma modalidade de atuação intelectual que faz questão de fundir produção intelectual e atividade empresarial. Dessa maneira, afasta-se da histórica busca por autonomia em relação aos poderes econômicos e políticos que marcou o desenvolvimento do campo intelectual (Pinheiro, 2011; Pinto, 2009; Sapiro, 2009), ainda que essa autonomia tenha sido sempre envolta por disputas acerca do seu sentido e de sua prática.

Se, em sua formação, as ambições do instituto pareciam muito mais grandiosas, como deixa transparecer a citação acima, com o passar dos anos, suas ações foram sendo direcionadas para um caminho específico. Segundo um integrante da Câmara de Fundadores e ex-presidente do Conselho de Governança do Imil:

Aí um pouco de filosofia da coisa: o *think tank* do século XXI é meio que um *site*. Não é mais como era no século XX, o grande *think tank*, o exemplo mais poderoso de todos aqui no Brasil é a Fundação Getúlio Vargas. O *think tank* do século XXI não tem aquele orçamento, não tem esses prédios. Ele é um *site*, ele exerce sua função distribuindo conteúdo, mais do que financiando a produção de conteúdo. Essa reinvenção do Millenium nesse formato virtual foi muito importante para tornar o Millenium muito influente, com um orçamento muito pequenininho, o que impressionou muito nossos mantenedores – porque com investimento pequeno, a gente conseguia ter uma influência muito grande. (Integrante da Câmara dos Fundadores, 2019).

Desse modo, como Silveira (2013) já apontou, o Imil funciona sobretudo como um veículo de divulgação de ideias, atuando principalmente como reprodutor de textos publicados na imprensa ou em outros canais, e eventualmente produzindo algum conteúdo midiático, como *podcasts* e vídeos. A atuação primordial na internet é complementada por seminários em universidades públicas e privadas – no *site*, constam 145 edições do chamado “Imil na Sala de Aula” – e por palestras proferidas nas redações jornalísticas ou abertas ao público. É interessante ressaltar que, embora a atuação do Imil não tenha se baseado prioritariamente na produção de estudos para influência em políticas públicas – aproximando-se dos chamados *think tanks* ativistas (Rocha, 2015) ou militantes (Silveira, 2013) –, em 2019 o instituto inaugurou o “Millenium Analisa”, publicando dois estudos com os seguintes títulos: “Previdência, setor público, pobreza e desigualdade” e “Educação e desenvolvimento – A formação do capital humano no Brasil”. Além disso, lançou, em 2018, o “Millenium Fiscaliza”, com o intuito de acompanhar os gastos públicos no Brasil. Soma-se a essas formas de atuação a autoria de campanhas como a #ApoieaReforma, da qual são coautores

(Imil, 2019), cuja proposta era influenciar a opinião pública em favor da Reforma da Previdência.

Os membros do Imil e a construção de sua legitimidade

Em entrevista, um dos economistas elencados no *site* como integrante afirmou não ser possível identificar exatamente quem são os membros do Imil, confirmando os argumentos de Silveira (2013) de que basta ter participado de algum evento para ser inserido no rol de especialistas e convidados do instituto. Tais nomes, além disso, não se apresentam nos canais da imprensa como especialistas do Millenium (Silveira, 2013), mobilizando, por outro lado, credenciais mais legitimadas.

Em entrevistas realizadas em 2019 com alguns nomes apresentados no *site* do Imil⁵, apenas um deles, quando perguntado sobre a participação em *think tanks*, apontou ligação efetiva com o Millenium. Os outros, ao serem questionados sobre tal vínculo, fizeram questão de marcar a frouxidão de tal relação e até mesmo um certo distanciamento:

Supostamente sim [participo do Imil]. Na prática, eu não sei nem onde fica. Eu sei que eles publicam meus textos; ocasionalmente, alguém procura o Instituto Millenium porque está me procurando, mas assim, dizer que eu participo mesmo, não. [...]. Nunca tive muito envolvido com isso não, mas acho que ninguém está exatamente envolvido. Sei lá, talvez, alguém esteja, mas não é meu caso (Economista elencado no *site* do Millenium, 2019).

Eu não tenho nada contra o Instituto Millenium e sou muito satisfeito que eles ponham lá minhas colunas e gosto do Instituto. Não sinto que sou um sócio participante. Mas eu sou uma pessoa simpática e sempre que eles me pedem alguma coisa, eu participo [...]. Acho que eu tenho uma certa distância do Instituto Millenium, no sentido de que o Instituto Millenium me parece um instituto mais liberal e eu me posiciono mais como social-democrata (Economista elencado no *site* do Millenium, 2019).

5. Tais entrevistas foram realizadas para a pesquisa de doutorado de Allana Meirelles Vieira, cujo tema não é propriamente o do artigo, mas com o qual se relaciona, já que tem como objeto de estudo os colunistas de política e economia do país. Foram entrevistados, assim, articulistas dos principais jornais e revistas do Brasil – como *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo*, *O Globo*, *IstoÉ* e *Época* –, entre os quais alguns são nomes elencados no *site* do Millenium. Apresentamos aqui os excertos da entrevista de sete desses colunistas, selecionados com base na relevância de suas falas para ilustrar os argumentos apresentados. Como as entrevistas não foram conduzidas com o objetivo final circunscrito neste trabalho, elas assumem aqui o caráter ilustrativo, não sendo, portanto, exaustivas. Optamos, também por isso, por manter os nomes em sigilo.

O Instituto Millenium, digamos assim, eles pedem para você assinar como membro. De tempos em tempos, eles fazem uma conferência, convidam, se você quer assistir ou se você quer falar. Eu devo ter falado umas duas vezes. Mas nunca me considerei membro (Cientista político elencado no *site* do Millenium, 2019).

Eu estive lá, naquela fase de recrutamento de nomes, eu acho que fiquei lá no *site*, associado ao grupo Millenium. Nunca tive um engajamento de participar de reuniões etc. ou colaborar financeiramente, nada a não ser essa atividade mais *pro forma*. Depois, quando passei a ser um participante mais ativo do debate, vez por outra, faziam alguma gravação sobre algum livro que eu lançava. [...] Eles me passam, como eles recebem muita demanda, de vez em quando, eles me passam: “ah, tal instituição solicita uma aula tua sobre...”, e aí, dependendo da agenda, às vezes aceito, às vezes, não (Economista elencado no *site* do Millenium, 2019).

O Instituto Millenium, na verdade, eu digo que não, porque eu não tive ali nenhuma prática de seminários, quer dizer, eles me convidaram, eles pediram para republicar textos meus e, eventualmente, palestrar para públicos deles. E foi isso que eu fiz. Quer dizer, nunca estive. Tanto que, nesses debates aí, às vezes, aparece, né?: “Fulano, do Instituto Millenium”. Acho que isso é uma leitura incorreta, porque não tem essa relação, nunca estive por dentro da instituição, nunca participei de seminários, nada disso (Jornalista elencado no *site* do Millenium, 2019).

Eles põem meu nome lá. [...] Eu fui convidado para dirigir o Instituto Millenium quando foi criado. E, por algumas desavenças internas, eu não aceitei e nunca participei. E aí, ficou o negócio lá do meu nome. Na época, até quem queria que eu assumisse a direção do Instituto foi o Paulo Guedes, hoje ministro da Economia. Mas eu não aceitei. E nunca participei. Mas eles põem meu nome, não sei por quê, gostam do meu nome (Filósofo elencado no *site* do Millenium, 2019).

É interessante notar nas falas dos entrevistados o lugar de mediação que o Imil eventualmente ocupa – e que se esforça em ocupar –, servindo como ponte de contato entre universidades, jornalistas e esses especialistas. Para essas figuras com maior visibilidade e mais dotadas de credenciais sociais legitimadas, essas mediações não parecem, porém, ocupar um papel central no desenvolvimento da carreira ou nas oportunidades de difusão pública de suas ideias. Nesses casos, o Imil é que acaba se beneficiando de uma crescente visibilidade de tais nomes, quando eles aceitam convites para gravar vídeos e proferir palestras. Nessas falas, é possível observar o esforço de se distanciarem das dinâmicas internas, bem como das ideias apresentadas pelo *think tank*. Um dos nomes que aparece como integrante da Câmara de Fundadores no *site* do Imil, embora negue uma participação efetiva, comenta:

Foi um convite feito pela Patrícia Carlos de Andrade [...]. Então, com a Patrícia havia uma convergência de pensamento, quer dizer, o que ela percebia no meu pensamento tinha a ver com o que ela se interessava, digamos. Então, nesse sentido a gente pode dizer que há um ambiente que eu vim a fazer parte, mas com diversas ressalvas, porque tem muitos autores ali, que eu já vi escrevendo coisas das quais eu discordo inteiramente e que levaram também a sua ação para caminhos que têm muito pouco a ver com o meu. Mas posso dizer que a origem foi ali com a Patrícia Carlos de Andrade, que é minha interlocutora até hoje com bastante convergência, e acho que teve também bastante participação do economista Gustavo Franco, [...]. Então, teve a ver também com essa relação com o Gustavo (Jornalista elencado no *site* do Millenium, 2019).

O excerto deixa evidente o jogo de aproximações e distanciamentos entre esses especialistas e jornalistas e o Imil. É por meio da identificação com outras figuras do instituto que eles se aproximam dele, e do repúdio a outras, que eles se afastam. Aliás, a citação acima, bem como a que vem em seguida são indícios do modo como esses *think tanks*, ainda não consagrados, vão ganhando legitimidade, sendo cada vez mais dependentes dos nomes de prestígio e com elevado capital social que deles participam:

Eu sou muito próximo da Elena Landal, uma pessoa que eu gosto muito, que eu respeito muito e confio muito. Elena está ligada àquele grupo do Livres, eu estou no Conselho do Livres; sempre que Elena pede minha participação, eu vou, falo, gravo coisas para o Livres. Sigo em detalhes o Livres? Não sigo... *Helena está lá. Livres é legal* (Economista elencado no *site* do Millenium, 2019, grifo nosso).

Com base na notabilidade dessas pessoas, esses *think tanks* vão tentando construir um capital simbólico, necessário tanto para as lutas que travam no campo do poder quanto para a manutenção de sua própria existência. O trabalho político realizado pelo Millenium destaca as propriedades comuns de agentes sociais com certa notoriedade e/ou poder de influência, para além da diversidade de características que os isolam, dividem e desmobilizam (Bourdieu, 2008, p. 120); assim como marca oposição a outros grupos, como o que seria a esquerda, a centro-esquerda, a universidade pública, os populistas, os estatistas etc. (Andrade, Viola & Leis, 2005).

Para dar ênfase à excelência das formações e credenciais de seus supostos integrantes, algumas estratégias são mobilizadas. Os *experts* são apresentados, nas biografias do *site* do Millenium, como profissionais importantes da sua área de atuação: “Um dos cientistas políticos mais reconhecidos do Brasil” e “Prestigiado jurista brasileiro”. Já os mais destituídos de capital têm em suas minibiografias do *site* descrições como “articulista e especialista do Instituto Millenium”. A pertença ao *think tank*, portanto,

é destacada pelos menos prestigiados – inclusive em outros currículos, como *Lattes* e *LinkedIn* – como forma de velar a escassez de capitais. Há ainda aqueles que criam credenciais para si de maneira a destacar certo conhecimento advindo da prática, como o rapaz que coloca no *LinkedIn* ser formado pela “Escola da Vida”, provavelmente para justificar sua incursão na área de educação, já que possui iniciativas empresariais e um livro publicado sobre a temática. Para esses, é possível supor, os convites do Millenium para a participação em seminários, palestras e vídeos publicados em seu *site* e redes sociais funcionam como trunfo, podendo assim alcançar certa visibilidade e, ao mesmo tempo, legitimidade, por dividirem certos espaços com nomes já consagrados no mundo político, econômico, acadêmico e jornalístico.

Algumas propriedades dos agentes

Um exame realizado no *site* do Imil, em 2019, apontou a presença de 272 nomes⁶, entre aqueles denominados como “especialistas”, “convidados” ou ainda elencados como integrantes da Câmara de Fundadores, do Conselho de Governança, do Conselho Fiscal, do Comitê Gestor e como Mantenedores dos Projetos⁷.

Entre os nomes indicados, algumas características prevalecem: há quase uma exclusividade masculina (com apenas 26 mulheres, ou seja, 9,5% do total de integrantes)⁸; a maior parte é graduada em economia e administração ou direito, em universidades públicas, com doutorado e com o último nível da pós-graduação cursado no exterior. Esses nomes concentram-se, principalmente, no eixo Rio-São Paulo, e também nos estados da região Sul⁹.

Há entre essas figuras, porém, diferenças em termos de capitais e credenciais mobilizados que indicam consequentemente variadas posições ocupadas ou vislumbradas no espaço social. Levando em consideração os atributos que essas figuras mencionam em seus currículos e apresentações, preenchamos um banco de dados e aplicamos a ACM¹⁰. Os tipos de capitais e as informações posicionais mais frequentes nesses

6. Não há indicação sobre o período de participação, nem sobre as possíveis funções que esses nomes exercem no instituto.

7. Alguns nomes que compõem os conselhos de direção do Imil não têm suas minibiografias publicadas no *site* do instituto. Assim, os dados foram coletados nos currículos *Lattes* e *LinkedIn* ou em outras fontes, como publicações em jornais e revistas.

8. As mulheres no Brasil equivalem a 51,5% da população. Para fins de comparação, entre os docentes de ensino superior, elas são 45,8% e, entre os discentes, 56,9%. Assim, a desigualdade de gênero dentro do Imil é muito mais acirrada que nas instituições de ensino superior do país.

9. Tal concentração das relações entabuladas pelo Imil segue a concentração regional dos *think tanks* no Brasil, verificada por Hey (2018).

10. Os dados foram coletados ao longo do ano de 2019.

materiais foram nos servindo de base para a elaboração das variáveis e modalidades da ACM, as quais versam sobre propriedades como: 1) capital acadêmico; 2) posição acadêmica; 3) posição no Estado; 4) posição no setor privado; 5) posição na grande mídia. Nos anexos deste trabalho, apresentamos pormenorizadamente os critérios utilizados para construir as categorias analíticas.

Com a ACM¹¹, intentamos compreender os diferentes polos de força com os quais o Imil se relaciona e a partir dos quais busca construir sua legitimidade e sua posição no espaço social. Articulamos os dados sobre a posição que os agentes ocupam em diferentes campos com aqueles referentes aos capitais acadêmicos, indicando como o tipo e o volume de capital se vincula com as diferentes posições no mundo social.

Assim, conseguimos visualizar como essas características sociais se agrupam e se relacionam e que figuras se aproximam ou se distanciam no espaço social. Essa aproximação não diz respeito, porém, à existência de interações reais entre esses indivíduos, mas ao “grau de homogeneidade de suas propriedades sociais” (Klüger, 2018, p. 74). Da mesma forma, a relação entre as características não se baseia em uma causalidade unidirecional, mas em afinidades eletivas entre propriedades e em múltiplas determinações, em uma “complexa estrutura de inter-relações” (*Idem*, p. 81).

A partir da ACM (considerando os gráficos 1 e 2 bem como as tabelas de 1 a 4), é possível traçar algumas relações de oposição: a primeira delas (eixo 1 – horizontal)¹² diz respeito à oposição entre a carreira acadêmica – materializada, principalmente, na realização de pós-doutorado e no exercício da docência em universidades públicas (atributos localizados à direita do gráfico) – e a trajetória no setor privado – principalmente como proprietários de empresas (atributos localizados à esquerda). De um lado, portanto, estão os doutores, cujos diplomas foram conquistados, sobretudo, em universidades públicas ou internacionais; do outro, os que traçaram a carreira no setor privado, não tendo feito pós-graduação ou tendo realizado alguma especialização ou mestrado em instituições de ensino privadas.

A outra oposição evidenciada pela ACM (eixo 2 – vertical) se dá entre a atuação jornalística e a atuação acadêmica conjugada à ocupação de cargos políticos de importância. De um lado, portanto, estão os jornalistas ou profissionais ligados à imprensa, canais de rádio e televisão (abaixo), os quais em geral não se graduaram ou têm apenas a formação em jornalismo; e do outro, estão os altos agentes da bu-

11. Para explicações sobre a técnica, ver: Duval (2005), Klüger (2018), Bertonecello (2016), Le Roux & Rouanet (2010).

12. A ACM dos dados coletados na pesquisa concentra seu potencial explicativo nos dois primeiros eixos gerados, tendo em vista que eles correspondem a 96,3% da variância total (83,7% no eixo 1, e 12,6% no eixo 2, conforme a taxa modificada de Benzécri), de modo a possibilitar a desconsideração de outros eixos.

rocracia estatal, que também atuam como professores em universidades privadas e, em alguns casos, são ainda donos de empresas e agências de consultoria (acima). Opõem-se assim capital econômico, político e acadêmico *versus* capital midiático.

O que observamos – a partir do tipo e volume de capital que detêm – é que os mais dominados são aqueles que não dispõem de credenciais acadêmicas, não possuindo postos no Estado ou cargos de importância econômica, valendo-se consequentemente apenas da atuação jornalística. Por outro lado, os mais dominantes são os que construíram uma trajetória acadêmica conjugando-a com atividades econômicas no setor privado e com postos – sobretudo de indicação política – no interior do Estado. No meio termo, estão aqueles que, dominantes economicamente – pois donos de empresas, agências de consultoria, escritórios de advocacia etc. –, são relativamente dominados academicamente, com poucas credenciais universitárias.

TABELA 1
Modalidades ativas com maior contribuição para o Eixo 1

MODALIDADE	PESO	CORDENADA	CONTRIBUIÇÃO
Dono/Consultoria+	155,000	-0,637	11,0
SetorPrivado+	174,000	-0,582	10,3
Dono/Consultoria-	117,000	0,844	14,6
SetorPrivado-	98,000	1,033	18,3
Docência-Pública	49,000	1,136	11,0
Pós-doutorado+	34,000	1,624	15,7

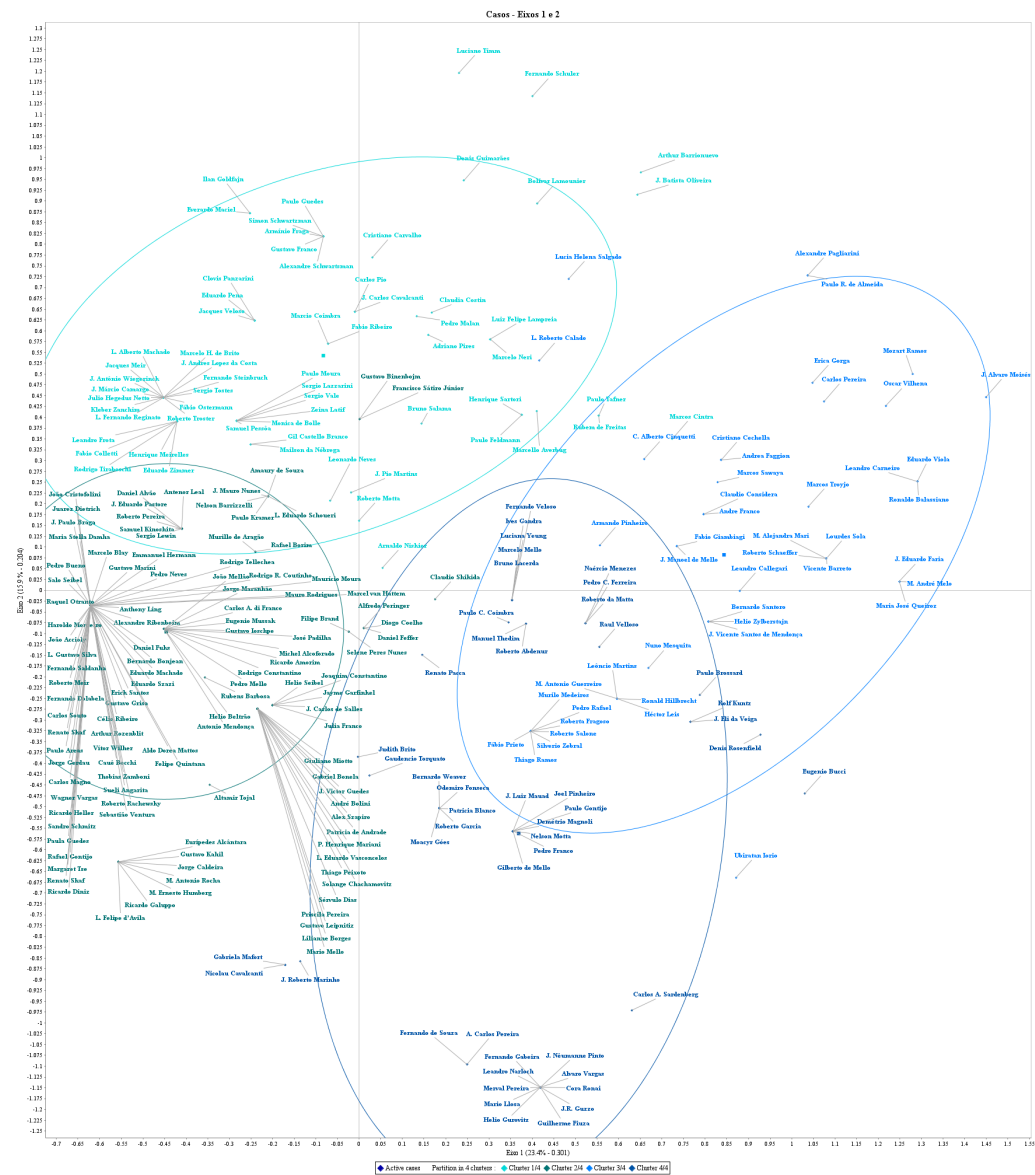
Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados fornecidos pelo SPAD.

TABELA 2
Modalidades ativas com maior contribuição para o Eixo 2

MODALIDADE	PESO	COORDENADA	CONTRIBUIÇÃO
Imprensa+	33,000	-1,645	23,0
Docência-	157,000	-0,513	10,7
Pós-doutorado+	34,000	0,897	7,0
Docência-Privada	66,000	1,008	17,3
ServiçoPúblico-Importância++	47,000	1,016	12,5

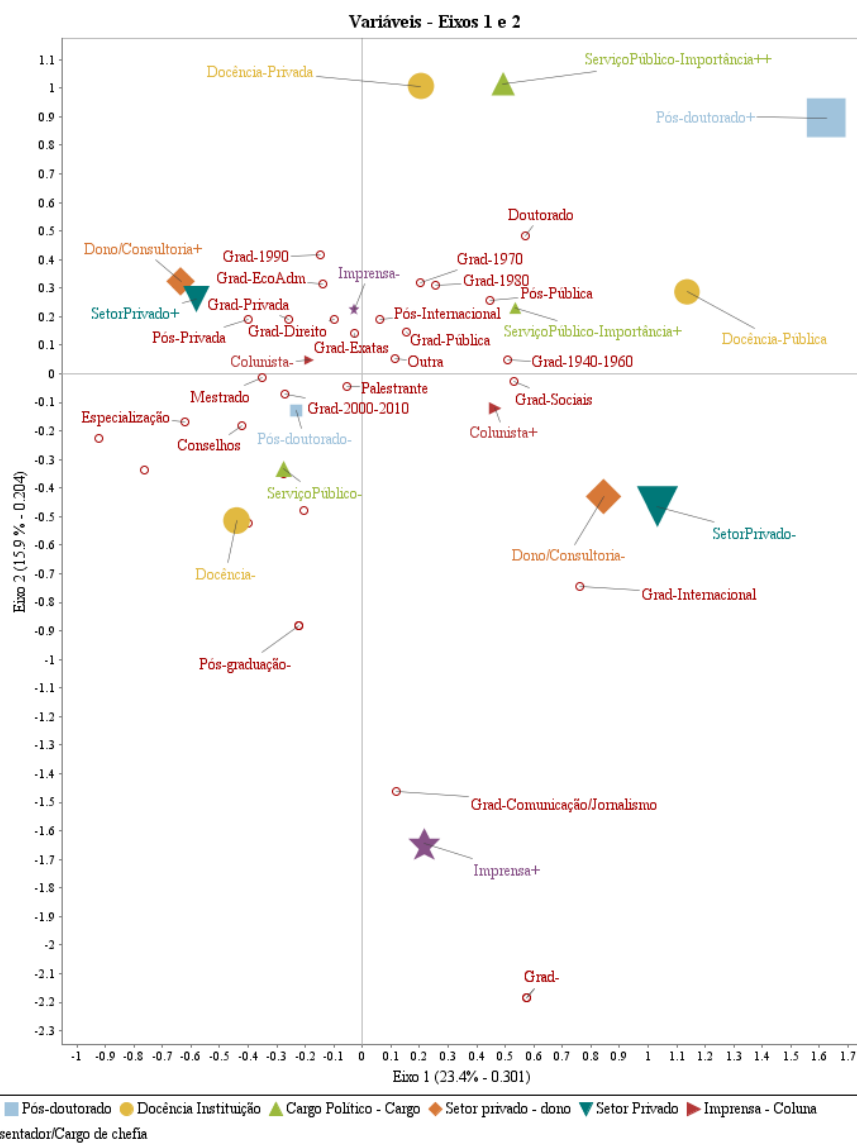
Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados fornecidos pelo SPAD.

GRÁFICO 1
Nuvem de casos – eixos 1 e 2.



Fonte: Elaboração própria, com auxílio da ferramenta SPAD.

GRÁFICO 2

Nuvem de modalidades ativas e suplementares.

Fonte: Elaboração própria, com auxílio da ferramenta SPAD.

TABELA 3
Modalidades ativas com menor contribuição para o Eixo 1

MODALIDADE	COORDENADA	CONTRIBUIÇÃO
Docência-Privada	0,205	0,5
ServiçoPúblico-Importância+	0,535	2,4
ServiçoPúblico-Importância++	0,493	2,0
Colunista+	0,465	2,9
Imprensa+	0,216	0,3
Pós-doutorado-	-0,232	2,2
Docência-	-0,441	5,3
ServiçoPúblico-	-0,276	2,4
Colunista-	-0,187	1,2
Imprensa-	-0,030	0,0

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados fornecidos pelo SPAD.

TABELA 4
Modalidades ativas com menor contribuição para o Eixo 2

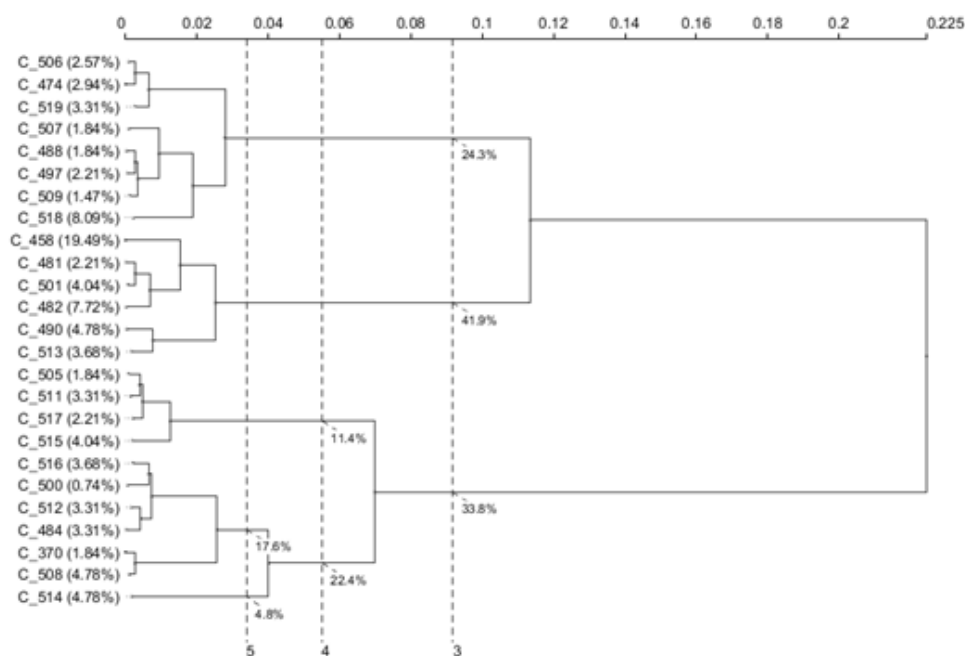
MODALIDADE	COORDENADA	CONTRIBUIÇÃO
Docência-Pública	0,287	1,0
ServiçoPúblico-Importância+	0,231	0,7
Dono/Consultoria+	0,324	4,2
SetorPrivado+	0,262	3,1
Colunista-	0,049	0,1
Imprensa-	0,227	3,2
Pós-doutorado-	-0,128	1,0
ServiçoPúblico-	-0,332	5,0
Dono/Consultoria-	-0,429	5,5
SetorPrivado-	-0,465	5,4
Colunista+	-0,121	0,3

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados fornecidos pelo SPAD.

As linhas de força do Instituto Millenium

A partir da Análise de Classificação Hierárquica, aplicada à ACM, é possível visualizarmos quatro grupos (ou, no jargão da técnica, quatro *clusters*) principais com os quais o Millenium estabelece conexões. A técnica permite reunir aqueles que possuem características mais similares, de modo a “garantir maior homogeneidade interna a cada *cluster* e maior heterogeneidade entre eles” (Bertoncello, 2016, p. 17). Cada um desses *clusters* é, então, caracterizado com base em suas características mais predominantes e está representado no gráfico 1 por meio de elipses, as quais têm maior concentração quanto maior é a proximidade entre os agentes que a compõem (Klüger, 2018, p. 91). O dendograma abaixo é uma representação gráfica da hierarquia das partições, demonstrando o número de *clusters* possíveis (o qual é equivalente ao número de ramificações cortadas, podendo, portanto, ser três, quatro ou cinco neste caso). Na análise aqui empreendida, decidimos reter quatro *clusters* – inclusive, por sugestão da ferramenta SPAD, utilizada no processamento dos dados –, garantindo, assim, que a variância interna de cada um fosse menor do que a variância entre eles (como pode ser observado na figura 1 e na tabela 5), bem como mantendo a pertinência sociológica.

FIGURA 1
Dendograma da Análise de Classificação Hierárquica



Fonte: Dendograma gerado pela ferramenta SPAD.

TABELA 5
Dados da Análise de Classificação Hierárquica – Informações sobre os clusters

CLUSTER	ANTES DA CONSOLIDAÇÃO			DEPOIS DA CONSOLIDAÇÃO ¹³		
	Número	Porcentagem	Inércia	Número	Porcentagem	Inércia
1	66	24,265	0,085	63	23,162	0,071
2	114	41,912	0,061	115	42,279	0,059
3	31	11,397	0,030	46	16,912	0,054
4	61	22,426	0,097	48	17,647	0,060
Total	272	100,000	0,273	272	100,000	0,245

Fonte: Dados gerados pela ferramenta SPAD.

TABELA 6
Dados consolidados da Análise de Classificação Hierárquica – Indicadores de qualidade

NOME	ANTES DA CONSOLIDAÇÃO	DEPOIS DA CONSOLIDAÇÃO
Variação intracluster	0,273	0,245
Variação entre clusters	0,408	0,436
Taxa entre variância (η^2)	59,910	64,074
Calinski-Harabasz (pseudo F) criterion	133,500	159,329
Davies-Bouldin's index	1,086	0,990

Fonte: Dados gerados pela ferramenta SPAD.

Levando em consideração as propriedades com maior e menor recorrência em cada um dos grupos formados (Tabelas de 6 a 13), podemos denominá-los da seguinte maneira: os empresários, empreendedores e executivos – presentes no *cluster* 2; os professores burocratas – presentes no *cluster* 3; os jornalistas – presentes no *cluster* 4; e a elite econômica e política – presentes no *cluster* 1. As próximas seções deste artigo dedicam-se a detalhar o perfil e as formas de atuação de cada um desses grupos, apresentando-os na ordem citada aqui, qual seja, começando pelo *cluster* 2, passando pelo 3 e pelo 4, até chegar ao *cluster* 1 – esta opção se deve ao fato de, no *cluster* 1, os agentes concentrarem recursos dos outros três *clusters*, de modo que nos parece mais adequado finalizarmos a caracterização com o mesmo.

13. Segundo o guia da ferramenta SPAD, utilizada para a elaboração das análises, “a consolidação significa reatribuir os elementos de um *cluster* ao outro a que eles estão mais próximos a fim de melhorar a homogeneidade interna dos *clusters*. O processo é feito a partir de sucessivas interações usando o algoritmo ‘centro móvel’. Os centros móveis são inicialmente os centros de gravidade dos *clusters* obtidos cortando a árvore [dendograma]. Os centros mudam quando os casos vão de um *cluster* para outro” (Coheris-Spad, 2018, p. 16). Como pode ser observado ao longo do texto, os dados utilizados foram aqueles resultantes da consolidação.

Os empresários, empreendedores e executivos

Representando a maior parte dos integrantes do Imil, com 115 nomes (42,27%), o *cluster 2* é formado por sócios proprietários, funcionários de alto escalão e jovens empreendedores. Dentre eles, há desde nomes como Jorge Gerdau – de 83 anos, herdeiro do Grupo Gerdau, empresa siderúrgica brasileira, com operações em onze países e a 14ª maior produtora de aço do mundo –, até empreendedores novatos, como João Cristofolini – que se apresenta no currículo *LinkedIn* como fundador de mais de sete negócios –, passando por executivos de grandes empresas e bancos, como Mario Mello – que foi vice-presidente executivo da Visa e do Banco Safra.

Os nomes que foram classificados como *Dono/Consultoria+* na ACM referem-se aos sócios proprietários de agências de consultoria, as quais variam entre assessoria econômica e política para governos, políticos e grandes empresas, até serviços de gestão voltados para a criação e a sustentação de *startups* e novos negócios. Os capitais sociais, acadêmicos, políticos e econômicos – acumulados a partir das formações acadêmicas, das experiências no mundo dos negócios e na administração pública, das circulações em espaços de poder e decisão, das redes de contato estabelecidas dentro dos grupos de elite – confluem para a legitimação desses consultores enquanto figuras capazes de traçar diagnósticos e soluções para os problemas do país – quanto mais elevada é a posição que ocupam na hierarquia social – ou das empresas – com uma proporcionalidade entre o tamanho delas e a posição ocupada pelo consultor na hierarquia social. Há, portanto, entre esses consultores e seus públicos uma homologia estrutural.

É interessante notar que os consultores com maior capital acumulado – acadêmico, político e econômico – situam-se no *cluster 1* – ou seja, entre a elite econômica e política –, apesar de também serem donos de empresas de consultoria (modalidade, *Dono/Consultoria+* sobrerepresentada no *cluster 2*). Isso porque no *cluster 2*, que analisamos nesta subseção, predominam os nomes que possuem a especialização como grau máximo ou nenhuma pós-graduação, assim como as modalidades indicadoras de capital acadêmico – como doutorado, pós-doutorado, exercício da docência em universidades públicas e privadas – e de capital político – como a passagem por cargos no serviço público, especialmente os de maior importância – são pouco frequentes nesse grupo. É justamente esse grupo que tem maior atuação nos conselhos e câmaras internos do Imil¹⁴. Além disso, são menos frequentes aqui os nomes que atuam como colunistas ou comentaristas.

14. Deve-se ressaltar que os dados sobre a participação interna foram coletados no *site* do instituto, podendo conter alguns desvios, dada a divergência entre as informações disponibilizadas no *site* e as declarações feitas por alguns entrevistados que constam neste trabalho.

TABELA 7
Modalidades ativas sobrerepresentadas (azul) e sub-representadas (laranja) no cluster 2

Characterization by the categories of categorical variables
Of the partition - Partition in 4 clusters - Cluster 1/4 (Count = 63 Percentage = 23.162)

Variable label	Characteristic category	Test-value	% of category in group	% of category in set	% of group in category	Probability	% of modality in complementary partition	Count of the modality in the partition	Count of the modality in the sample
Docência Instituição	Docência-Privada	9.97	74.60	24.26	71.21	0.0000	9.091	47	66
Cargo Politico - Cargo	ServiçoPúblico-Importância...	7.96	53.97	17.28	72.34	0.0000	6.22	34	47
Setor privado - dono	Dono/Consultoria+	5.02	84.13	56.99	34.19	0.0000	48.804	53	155
Setor Privado	SetorPrivado+	4.84	88.89	63.97	32.18	0.0000	56.459	56	174
Imprensa - Repórter/Apresentador/Cargo de chefia	Imprensa-	2.46	96.83	87.87	25.52	0.0069	85.167	61	239
Imprensa - Repórter/Apresentador/Cargo de chefia	Imprensa+	-2.46	3.17	12.13	6.06	0.0069	14.833	2	33
Setor Privado	SetorPrivado-	-4.84	11.11	36.03	7.14	0.0000	43.541	7	98
Setor privado - dono	Dono/Consultoria-	-5.02	15.87	43.01	8.55	0.0000	51.196	10	117
Cargo Politico - Cargo	ServiçoPúblico-	-5.78	33.33	65.07	11.86	0.0000	74.641	21	177
Docência Instituição	Docência-	-8.29	12.70	57.72	5.10	0.0000	71.292	8	157

Elaboração própria, com auxílio da ferramenta SPAD.

TABELA 8
Modalidades suplementares sobrerepresentadas (azul) e sub-representadas (laranja) no Cluster 2.

Characterization by the categories of supplementary categorical variables
Of the partition - Partition in 4 clusters - Cluster 1/4 (Count = 63 Percentage = 23.162)

Variable label	Characteristic category	Test-value	% of category in group	% of category in set	% of group in category	Probability	% of modality in complementary partition	Count of the modality in the partition	Count of the modality in the sample
Pós - Nível	Doutorado	2.93	58.73	41.91	32.46	0.0017	36.842	37	114
Grad - Área	Grad-EcoAdm	2.60	49.21	34.56	32.98	0.0046	30.144	31	94
Grad - Área	Grad-Comunicação/Jornalismo	-2.36	1.59	9.19	4	0.0092	11.483	1	25
Grad - Área	Missing	-2.44	0	6.62	0	0.0073	8.612	0	18
Grad-Tipo de Instituição	Missing	-2.92	0	8.46	0	0.0017	11.005	0	23
Pós - Nível	Pós-graduação-	-3.28	4.76	18.38	6	0.0005	22.488	3	50
Pós - Instituição	Pós-graduação-	-3.28	4.76	18.38	6	0.0005	22.488	3	50

Elaboração própria, com auxílio da ferramenta SPAD.

Assim, predominam nesse conjunto os nomes dominantes econômicos e dominados acadêmicos, aqueles que dependem quase que exclusivamente de suas posições no setor privado. Quanto menos estável é essa posição – ou seja, quanto menores o porte e o impacto das empresas de que são donos ou nas quais tiveram experiência profissional –, mais esses nomes conjugam o trabalho no setor privado com o ativismo pelo empreendedorismo e pelo liberalismo econômico, bem como mais eles valorizam seus vínculos com o Imil.

Para citar alguns exemplos, Cauê Bocchi é advogado formado pela FGV e, em seu texto de apresentação no *site* do Imil, cita a experiência de “mais de três anos com logística e infraestrutura, além de ter atuado como advogado especializado em direito empresarial, infraestrutura e *startups*”. Além disso, menciona o fato de ser professor de redação no curso pré-vestibular da FGV de São Paulo assim como *coach* de *startups*. Jovem e com uma carreira ainda no início, ele conjuga sua atividade profissional com a militância política, sendo filiado ao Partido Novo e coordenador do núcleo jovem do partido em São Paulo, tendo se candidatado a vereador da cidade pelo partido. Além disso, atua no movimento Estudantes pela Liberdade (SP) e como articulista do Instituto Liberal – ambos parte da Atlas Network.

Da mesma forma, Anthony Ling, graduado em Arquitetura e Urbanismo na UFRGS, herdeiro de uma *holding company* voltada para a industrialização e a comercialização de não tecidos de polipropileno e criador de *startups*, fundou o grupo Estudantes pela Liberdade, assim como atua no Instituto de Estudos Empresariais – também integrante da rede Atlas. É interessante notar que, neste *cluster*, situam-se também outros herdeiros, como Paula Guedes – filha de Paulo Guedes.

Os professores-burocratas

O *cluster* 3 é composto pelo menor número de pessoas, com 46 nomes (16,91%). São aqueles que conjugam a trajetória acadêmica – materializada nos diplomas de doutorado, sobretudo em universidades públicas, na realização de pós-doutorado e no exercício da docência em instituições de ensino também públicas – com a atuação em cargos na burocracia estatal ligados à assessoria, consultoria ou execução (e menos em postos de decisão). Neste *cluster*, predominam os cientistas sociais e filósofos (como Leôncio Martins Rodrigues, José Álvaro Moisés e Lourdes Sola, por exemplo). Por outro lado, nele são menos frequentes os donos de empresa ou agências de consultoria, os que fizeram carreira no setor privado e também os que possuem maior capital midiático.

TABELA 9
Modalidades ativas sobre-representadas (azul) e sub-representadas (laranja) no Cluster 3

Characterization by the categories of categorical variables
Of the partition - Partition in 4 clusters - Cluster 2/4 (Count = 115 Percentage = 42.279)

Variable label	Characteristic category	Test-value	% of category in group	% of category in set	% of group in category	Probability	% of modality in complementary partition	Count of the modality in the partition	Count of the modality in the sample
Docência Instituição	Docência-Pública	10.61	93.04	57.72	68.15	0.0000	31.847	107	157
Sector Privado	SectorPrivado+	8.96	93.04	63.97	61.49	0.0000	42.675	107	174
Sector privado - dono	Dono/Consultoria+	7.93	84.35	56.99	62.58	0.0000	36.943	97	155
Cargo Politico - Cargo	ServiçoPúblico-	6.02	85.22	65.07	55.37	0.0000	50.318	98	177
Pós-doutorado	Pós-doutorado-	5.94	100	87.50	48.32	0.0000	78.344	115	238
Imprensa - Coluna	Colunista-	5.19	87.83	71.32	52.06	0.0000	59.236	101	194
Docência Instituição	Docência-Pública	-4.07	6.96	18.01	16.33	0.0000	26.115	8	49
Imprensa - Coluna	Colunista+	-5.19	12.17	28.68	17.95	0.0000	40.764	14	78
Pós-doutorado	Pós-doutorado+	-5.94	0	12.50	0	0.0000	21.656	0	34
Cargo Politico - Cargo	ServiçoPúblico-Importância...	-6.71	0.87	17.28	2.13	0.0000	29.299	1	47
Sector privado - dono	Dono/Consultoria-	-7.93	15.65	43.01	15.38	0.0000	63.057	18	117
Sector Privado	SectorPrivado-	-8.96	6.96	36.03	8.16	0.0000	57.325	8	98
Docência Instituição	Docência-Privada	-9.01	0	24.26	0	0.0000	42.038	0	66

Fonte: Elaboração própria, com auxílio da ferramenta SPAD.

TABELA 10
Modalidades suplementares sobre-representadas (azul) e sub-representadas (laranja) no cluster 3

Characterization by the categories of supplementary categorical variables
Of the partition - Partition in 4 clusters - Cluster 2/4 (Count = 115 Percentage = 42.279)

Variable label	Characteristic category	Test-value	% of category in group	% of category in set	% of group in category	Probability	% of modality in complementary partition	Count of the modality in the partition	Count of the modality in the sample
Pós - Nível	Especialização	4.05	31.30	19.49	67.92	0.0000	10.828	36	53
Posição no Imil	Conselhos	3.76	27.83	17.28	68.09	0.0001	9.554	32	47
Grad- Tipo de Instituição	Missing	2.54	13.91	8.46	69.57	0.0056	4.459	16	23
Grad - Década	Missing	2.15	30.43	23.53	54.69	0.0160	18.471	35	64
Pós- Nível	Pós-graduação-	2.01	24.35	18.38	56	0.0224	14.013	28	50
Pós - Instituição	Pós-graduação-	2.01	24.35	18.38	56	0.0224	14.013	28	50
Pós - Instituição	Missing	1.98	5.22	2.57	85.71	0.0240	0.637	6	7
Pós - Instituição	Pós-Pública	-2.01	19.13	25.74	31.43	0.0224	30.573	22	70
Grad - Década	Grad-1940-1960	-2.07	6.09	11.03	23.33	0.0191	14.65	7	30
Posição no Imil	Outra	-2.60	61.74	70.59	36.98	0.0047	77.07	71	192
Pós- Nível	Doutorado	-6.28	20	41.91	20.18	0.0000	57.962	23	114

Fonte: Elaboração própria, com auxílio da ferramenta SPAD.

Neste grupo, estão nomes como Eduardo José Viola e Héctor Ricardo Leis – que assinaram o texto de lançamento do então Instituto de Estudos da Realidade Nacional, mencionado no início deste artigo. O primeiro foi professor do Instituto de Relações Internacionais da UNB entre 1993 e 2018 (quando se aposentou), já tendo obtido bolsa de produtividade do CNPq. Com graduação em sociologia pela Universidade de Buenos Aires, mestrado em sociologia pela Unicamp e doutorado em ciência política pela USP, sua carreira foi construída sobretudo na academia, de modo que na apresentação do *site* do Imil as credenciais destacadas são justamente a experiência como professor visitante em diversas universidades estrangeiras, a orientação de teses e dissertações, a participação em comitês científicos e a publicação de artigos em periódicos acadêmicos. Héctor Ricardo Leis foi professor do departamento de sociologia e ciência política da UFSC, também entre a década de 1990 e 2010, aposentando-se em 2012, e também foi bolsista de produtividade do CNPq. Fez graduação em ciências sociais, mestrado e doutorado em filosofia na PUC do Rio de Janeiro. Não tem sua minibiografia publicada no *site* do Imil, mas consta na lista de fundadores.

Ambos, além da carreira acadêmica, exerceram funções de assessoria em órgãos governamentais, fazendo parte nos dois casos de comitês do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (Viola, de 2001 a 2006; Leis, em 1999) e do Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal (Viola, em 2011; Leis, em 1999).

Os acadêmicos do Imil, ainda que tenham constituído suas carreiras sobretudo nas universidades públicas, alguns sendo até mesmo pesquisadores com relativo nível de publicação, mesclam suas atuações com cargos ou experiências no serviço público, fazendo, portanto, parte da burocracia estatal, seja em nível federal, estadual ou municipal – por isso, foram nomeados como professores-burocratas.

Os jornalistas

O grupo dos jornalistas (*cluster 4*) é o que tem a segunda menor quantidade de integrantes (48 nomes e 17,64%). As características que predominam entre eles são, por um lado, as trajetórias em canais de rádio e televisão e na imprensa brasileira, assim como a posse de colunas periódicas em jornais da grande imprensa; por outro, a ausência de capitais acadêmicos, políticos e econômicos – ou seja, são os que não detêm diplomas de prestígio, não ocuparam cargos políticos importantes, nem são proprietários de empresas ou agências de consultoria. Embora dominados desse ponto de vista, esses nomes contribuem para a visibilidade dos interesses e princípios do Millenium e seus integrantes – ainda que não escrevam em nome deles.

TABELA 11
Modalidades ativas sobre-representadas (azul) e sub-representadas (laranja) no cluster 4

Characterization by the categories of categorical variables
Of the partition - Partition in 4 clusters - Cluster 3/4 (Count = 46 Percentage = 16.912)

Variable label	Characteristic category	Test-value	% of category in group	% of category in set	% of group in category	Probability	% of modality in complementary partition	Count of the modality in the partition	Count of the modality in the sample
Pós-doutorado	Pós-doutorado+	8.29	56.52	12.50	76.47	0.0000	3.54	26	34
Sector privado - dono	Dono/Consultoria-	8.21	95.65	43.01	37.61	0.0000	32.301	44	117
Sector Privado	SectorPrivado-	8.10	89.13	36.03	41.84	0.0000	25.221	41	98
Docência Instituição	Docência-Pública	6.90	58.70	18.01	55.10	0.0000	9.735	27	49
Cargo Político - Cargo	ServiçoPúblico-Importância+	5.17	47.83	17.65	45.83	0.0000	11.504	22	48
Imprensa - Repórter/Apresentador/Cargo de chefia	Imprensa-	2.24	97.83	87.87	18.83	0.0127	85.841	45	239
Imprensa - Repórter/Apresentador/Cargo de chefia	Imprensa+	-2.24	2.17	12.13	3.03	0.0127	14.159	1	33
Cargo Político - Cargo	ServiçoPúblico-	-4.13	36.96	65.07	9.60	0.0000	70.796	17	177
Docência Instituição	Docência-	-5.29	21.74	57.72	6.37	0.0000	65.044	10	157
Sector Privado	SectorPrivado+	-8.10	10.87	63.97	2.87	0.0000	74.779	5	174
Sector privado - dono	Dono/Consultoria+	-8.21	4.35	56.99	1.29	0.0000	67.699	2	155
Pós-doutorado	Pós-doutorado-	-8.29	43.48	87.50	8.40	0.0000	96.46	20	238

Fonte: Elaboração própria, com auxílio da ferramenta SPAD.

TABELA 12
Modalidades suplementares sobre-representadas (azul) e sub-representadas (laranja) no cluster 4

Characterization by the categories of supplementary categorical variables
Of the partition - Partition in 4 clusters - Cluster 3/4 (Count = 46 Percentage = 16.912)

Variable label	Characteristic category	Test-value	% of category in group	% of category in set	% of group in category	Probability	% of modality in complementary partition	Count of the modality in the partition	Count of the modality in the sample
Pós - Nível	Doutorado	5.69	80.43	41.91	32.46	0.0000	34.071	37	114
Pós - Instituição	Pós-Pública	3.76	50	25.74	32.86	0.0001	20.796	23	70
Grad-Tipo de Instituição	Grad-Pública	3.50	73.91	49.63	25.19	0.0002	44.69	34	135
Grad - Área	Grad-Sociais	2.16	26.09	14.34	30.77	0.0155	11.947	12	39
Grad - Década	Missing	-2.13	10.87	23.53	7.81	0.0167	26.106	5	64
Grad - Área	Grad-Comunicação/Jornalismo	-2.42	0	9.19	0	0.0077	11.062	0	25
Grad-Tipo de Instituição	Grad-Privada	-2.66	17.39	34.93	8.42	0.0039	38.496	8	95
Pós - Nível	Pós-graduação-	-2.74	4.35	18.38	4	0.0031	21.239	2	50
Pós - Instituição	Pós-graduação-	-2.74	4.35	18.38	4	0.0031	21.239	2	50
Pós - Nível	Especialização	-2.92	4.35	19.49	3.77	0.0018	22.566	2	53

Fonte: Elaboração própria, com auxílio da ferramenta SPAD.

Jornalistas relativamente prestigiados – alguns com prêmios de jornalismo, como o Esso –, nomes vinculados ao Grupo Globo, editores, diretores e chefes em redações jornalísticas, escritores de livros e colunistas semanais – quando não diários –, é possível conjecturar que os integrantes desse *cluster* atuam – ainda que indiretamente – como ponte para que outros membros do Imil ganhem espaço em reportagens, entrevistas, programas de debate e artigos opinativos. Com as evidências levantadas, não é possível afirmar em que medida essa atuação é direta e intencional. De todo modo, a seleção de nomes feita pelo Imil, assim como o contato que ele possibilita por meio de seminários e palestras contribuem para a formação de uma rede de contatos e diálogos. Desse grupo, fazem parte jornalistas como José Nêumanne Pinto e Guilherme Fiuza. Também nele estão Fernando Gabeira, Merval Pereira e Carlos Alberto Sardenberg – nomes que fizeram carreira na Rede Globo e que detêm relativo prestígio diante dos pares. Vale lembrar que uma das fundadoras do Imil, Patrícia Carlos de Andrade (localizada no *cluster* 2), é filha do jornalista Evandro Carlos de Andrade, que foi diretor de redação de *O Globo* (1971-1995) e da Central Globo de Jornalismo (1995-2001). Outro nome que aparece nesse grupo é o de João Roberto Marinho, herdeiro do Grupo Globo. Além disso, há, entre eles, algumas poucas pessoas ligadas também ao campo cultural, como o cineasta José Padilha e o compositor e produtor musical Nelson Motta.

É interessante notar que a maior parte dos jornalistas e comunicadores apontados no *site* do Imil é, em alguma medida, ligada ao mundo econômico, seja porque, ao longo da carreira, cobriu esse setor, porque ocupou cargos de chefia dentro das empresas (aproximando-se dos setores mais administrativos do jornalismo), porque investiu em empresas de comunicação corporativa, ou ainda porque fez especializações em comunicação empresarial, gestão ou empreendedorismo.

A elite econômica e política

Por fim, o *cluster* 1 reúne os mais dominantes entre os nomes com os quais o Imil mantém interlocução. Com 63 pessoas (23,16%), nele estão os que ocuparam os mais altos postos do Estado, ao mesmo tempo que são donos de empresas, seguradoras, financeiras e agências de consultoria. Os capitais acadêmicos – materializados nos diplomas de doutorado, sobretudo em economia e administração, obtidos em instituições de prestígio, como as universidades públicas e internacionais, bem como o exercício da docência – convertem-se em trunfos necessários para a ocupação de cargos no alto escalão de governos e empresas públicas.

TABELA 13
Modalidades ativas sobrerepresentadas (azul) e sub-representadas (laranja) no cluster 1

Characterization by the categories of categorical variables
Of the partition - Partition in 4 clusters - Cluster 4/4 (Count = 48 Percentage = 17.647)

Variable label	Characteristic category	Test-value	% of category in group	% of category in set	% of group in category	Probability	% of modality in complementary partition	Count of the modality in the partition	Count of the modality in the sample
Sector privado - dono	Dono/Consultoria-	8.03	93.75	43.01	38.46	0.0000	32.143	45	117
Sector Privado	SectorPrivado-	8.03	87.50	36.03	42.86	0.0000	25	42	98
Imprensa - Repórter/Apresentador/Cargo de chefia	Imprensa+	6.27	43.75	12.13	63.64	0.0000	5.357	21	33
Imprensa - Coluna	Colunista+	5.29	62.50	28.68	38.46	0.0000	21.429	30	78
Cargo Político - Cargo	ServiçoPúblico-	3.24	85.42	65.07	23.16	0.0006	60.714	41	177
Pós-doutorado	Pós-doutorado-	2.41	97.92	87.50	19.75	0.0080	85.268	47	238
Pós-doutorado	Pós-doutorado+	-2.41	2.08	12.50	2.94	0.0080	14.732	1	34
Cargo Político - Cargo	ServiçoPúblico-Importância+	-2.74	4.17	17.65	4.17	0.0031	20.536	2	48
Imprensa - Coluna	Colunista-	-5.29	37.50	71.32	9.28	0.0000	78.571	18	194
Imprensa - Repórter/Apresentador/Cargo de chefia	Imprensa-	-6.27	56.25	87.87	11.30	0.0000	94.643	27	239
Sector privado - dono	Dono/Consultoria+	-8.03	6.25	56.99	1.94	0.0000	67.857	3	155
Sector Privado	SectorPrivado+	-8.03	12.50	63.97	3.45	0.0000	75	6	174

Elaboração própria, com auxílio da ferramenta SPAD.

TABELA 14
Modalidades suplementares sobrerepresentadas (azul) e sub-representadas (laranja) no cluster 1

Characterization by the categories of supplementary categorical variables
Of the partition - Partition in 4 clusters - Cluster 4/4 (Count = 48 Percentage = 17.647)

Variable label	Characteristic category	Test-value	% of category in group	% of category in set	% of group in category	Probability	% of modality in complementary partition	Count of the modality in the partition	Count of the modality in the sample
Grad - Área	Grad-Comunicação/Jornalismo	5.31	33.33	9.19	64	0.0000	4.018	16	25
Grad - Década	Grad-	4.05	14.58	2.94	87.50	0.0000	0.446	7	8
Grad-Tipo de Instituição	Grad-	4.05	14.58	2.94	87.50	0.0000	0.446	7	8
Pós - Nível	Pós-graduação-	2.98	35.42	18.38	34	0.0014	14.732	17	50
Pós - Instituição	Pós-graduação-	2.98	35.42	18.38	34	0.0014	14.732	17	50
Grad - Área	Grad-Exatas	-2.01	4.17	13.60	5.41	0.0223	15.625	2	37
Grad-Tipo de Instituição	Grad-Pública	-2.34	33.33	49.63	11.85	0.0096	53.125	16	135

Elaboração própria, com auxílio da ferramenta SPAD.

Nesse *cluster* localizam-se, por exemplo, Simon Schwartzman, Armínio Fraga, Alexandre Schwartzman, Henrique Meirelles e Pedro Malan. Nomes como Gustavo Franco e Paulo Guedes – que participaram da fundação do Imil – ocuparam ou ocupam os mais altos postos no país: o primeiro foi secretário adjunto de Política Econômica do Ministério da Fazenda, entre 1993 e 1999 (sendo um dos formuladores do Plano Real), presidente do Banco Central do Brasil e chegou a ser cotado para presidir o Conselho do BNDES em 2019; Guedes é o atual ministro da Economia do país. Ambos participaram ativamente das últimas campanhas presidenciais – Gustavo Franco na campanha de João Amoêdo do Partido Novo, e Paulo Guedes na campanha de Jair Bolsonaro do Partido Social Liberal (PSL). Assim, ainda que se afirme como uma entidade sem vinculação político-partidária, o Millenium se aproxima ideologicamente e é composto por nomes que se vinculam a partidos considerados de centro-direita, direita e extrema-direita.

Os diplomas de prestígio e os altos cargos políticos se combinam ainda com a atuação no sistema financeiro. Com suas *expertises* em investimentos financeiros, esses nomes oferecem previsões do chamado “mercado” e ditam, a partir desses interesses, as soluções necessárias para o país. Gustavo Franco fundou a Rio Bravo Investimentos, que, em agosto de 2019, geria mais de R\$ 13 bilhões¹⁵. Já o atual ministro da Economia foi um dos fundadores do Banco Pactual (que tinha, no mesmo período, mais de R\$ 200 bilhões sob gestão¹⁶), da Bozano Investimentos e da gestora de recursos JGP Nextar Fund, além de ter criado o Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (IBMEC – voltado para pesquisas sobre o mercado financeiro).

A passagem por bancos, como BNDES, Banco Central¹⁷, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e Banco Mundial, também é frequente entre os membros desse grupo. Nele estão, portanto, os nomes que disputam e participam das definições econômicas do país. São agentes que atuam influenciando decisões, bem como tomando-as. Embora alguns tenham ocupado cargos de importância apenas no nível estadual ou municipal, o que predomina nesse grupo é a passagem pelos postos da administração e de empresas federais. Como Hey afirma:

Economistas e executivos das finanças constituem bons exemplos da junção de uma série de recursos sociais, profissionais e simbólicos provenientes da posse de alto capital acadêmico

15. Informação presente no texto de apresentação da empresa. Ver: <https://www.riobravo.com.br/Rio-Bravo/Paginas/Apresentacao.aspx>, consultado em 10/08/2019.

16. Informação presente no texto de apresentação da empresa. Ver: <https://www.btgpactual.com/quem-somos/visao-geral>, consultado em 10/08/2019.

17. Para estudos sobre as elites que dirigiram o Banco Central, ver: Perissinoto *et al.*, 2017; e sobre o BNDES, ver: Klüger, 2017.

especializado, de relações sociais favoráveis à participação nas esferas dominantes e da aderência a princípios sociais hegemônicos (organização econômica e política), que conferem poder legítimo e o reconhecimento desse poder em vários campos sociais (Hey, 2017).

Considerações finais

A análise do perfil social dos agentes com os quais o Millenium estabelece conexões aponta as linhas de força que contribuem para a construção da legitimidade do instituto, assim como os espaços de atuação visados: a mídia, a academia, o mercado e o Estado. O Imil valoriza a conexão entre “intelectuais e empresários” (Andrade, Viola & Leis, 2005), sendo esses últimos maioria nos conselhos internos e, também, entre os nomes elencados em seu *site*. Além deles, a importância dos jornalistas e, principalmente, dos agentes do Estado é significativa: são esses nomes conhecidos publicamente que importam para a construção de visibilidade, credibilidade e até mesmo legitimidade. Mais do que isso, os agentes do Estado que compõem uma elite acadêmica, política e econômica – caracterizados pela multiposicionalidade, caráter verificado em membros da elite, como apontam estudos ligados à sociologia das elites (Boltanski, 1973; Reis; Grill, 2017; Hey, 2017) – são os principais influenciadores e tomadores de decisão.

Nesse sentido, a retórica antiestatal do Imil se contradiz com as relações que busca engendrar. Assim, o discurso recorrente de oposição ao Estado mascara as disputas objetivas que visam justamente à ocupação de cargos em seu interior, ao controle de suas ações e até mesmo à apropriação privada de seus potenciais benefícios.

[...] um dos princípios unificadores do campo do poder é que as pessoas que dele fazem parte lutam pelo poder sobre o Estado, por esse capital que dá poder sobre a conservação e a reprodução das diferentes espécies de capital (Bourdieu, 2014, p. 267).

A retórica do “Estado mínimo” (Andrade, Viola & Leis, 2005), na prática, diz respeito à minimização da ação do Estado em proveito da maioria da população, mas não em benefício dos dominantes:

Todos os nossos discursos sobre o liberalismo são de grande ingenuidade, e o interesse do estudo do Estado é justamente mostrar a que ponto as sociedades diferenciadas são penetradas de um extremo a outro pela lógica estatal. [...] O paradoxo de muitas estratégias políticas atuais, que reivindicam, por exemplo, ser do liberalismo, é que são estratégias que visam garantir aos dominantes os proveitos do liberalismo, os proveitos da liberdade, e os proveitos da dependência estatal... (*Idem*, p. 401).

Buscando disfarçar suas ligações políticas – haja vista a supressão de dados sobre as ligações partidárias, como a participação em campanhas eleitorais (exceto no caso do Partido Novo, cuja vinculação é valorizada) –, exalta-se o caráter técnico dos cargos federais ocupados, combinando a apresentação desses às mais variadas credenciais acadêmicas. A política, portanto, ainda que fortemente presente, é disfarçada em prol de uma retórica do apartidarismo.

Como é possível conjecturar a partir dos excertos de entrevistas citados no início deste artigo, o Imil também atua em alguma medida como mediador entre especialistas e imprensa, universidade ou outros públicos. A importância de tal mediação, é plausível supor, aumenta quanto menos credenciais os membros apresentam, tornando-se, portanto, mais dependentes do relativo prestígio do instituto. Enquanto isso, para os mais prestigiados, tal vínculo se torna menos importante e, em alguns casos, até mesmo comprometedor – já que os aproxima de figuras com posições no espaço social e tomadas de posição menos legitimadas. Se, em alguns momentos, os mais dotados de capitais marcam distância em relação ao instituto, em outros, servem-se das conexões ali estabelecidas, identificam-se com os nomes de prestígio e de elevado capital social que sustentam a relativa legitimidade do Imil e difundem ideias defendidas pelo *think tank*. Para os mais prestigiosos, portanto, o cálculo em termos de ganhos e perdas simbólicos é feito a cada momento, seja para se afastar, seja para se aproximar do Millenium.

Isso demonstra também que, apesar de ser apontado como uma instituição relevante para a organização de uma nova direita e de fato atuar nesse sentido (Alexandre, 2017; Rocha, 2015; Meirelles; Fernandes, 2019; Meirelles, Chiaramonte, 2018; Messemberg, 2017; Chaloub; Perlatto, 2015), bem como ser bem ranqueado em algumas pesquisas como o *2018 Global Go To Think Tank Index Report*¹⁸, o Millenium ainda não ocupa um espaço de consagração no campo do poder – ao contrário de outros *think tanks*, como a FGV, por exemplo (Loureiro, 1997). A negação do vínculo por parte de alguns *experts* demonstra como a posição do Millenium ainda é frágil e como ele se coloca em disputa pela própria sobrevivência e pela conquista de certo poder e legitimidade.

Por outro lado, são essas relações que ele estabelece com pessoas de credenciais sociais diversas, mas que possuem a defesa do liberalismo como ponto em comum – ainda que com diferentes matizes de pensamento dentro desse liberalismo –, assim

18. O Millenium ocupa a 34ª posição entre os cinquenta principais *think tanks* da América Latina, neste *ranking*, que é elaborado pelo *Think Tanks and Civil Societies Program* da Universidade da Pennsylvania e que tem sido citado em diferentes pesquisas sobre *think tanks* (Rocha, 2015; Hey, 2018; Antunes, 2019). Ver o *ranking* em: https://repository.upenn.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1017&context=think_tanks, consultado em 8/1/2020.

como com outras instituições – haja vista sua presença no *ranking* citado acima e na *Atlas Network* –, que vão contribuindo para a formação de capital social e, conseqüentemente, de certo poder de influência. Sua legitimidade, nesse sentido, se concentra, sobretudo, na rede de contatos e relações que consegue estabelecer, ainda que de maneira frágil. Essa rede age ainda no sentido de mascarar a própria escassez de credenciais do Millenium, produzindo a crença de que ele é mais central do que a análise detida deixa concluir.

Assim, entre a valorização de credenciais advindas de espaços com os quais estabelece em alguma medida uma concorrência, como as universidades públicas (Carlotto, 2018), e a tentativa de engendrar formas próprias de credenciamento – haja vista a utilização do rótulo “especialista do Instituto Millenium” por alguns de seus nomes –, o Imil intenta garantir o cumprimento de seus objetivos: manter-se financeiramente, ser reconhecido como um propositor de agendas (atuação ainda incipiente) e assegurar atenção suficiente da mídia para suas ideias. É para atender a essas demandas que se organizam as atividades do instituto. Como observa Medvetz (2012) para o caso norte-americano – o que se aplica, também, ao Millenium –, levando em conta essas finalidades, é difícil que os produtos veiculados pelos *think tanks* desafiem as prescrições políticas e os interesses daqueles que os financiam, sejam eles agentes do mercado, da política ou da mídia. Além disso, a atuação dos *think tanks* no cenário nacional tem conseqüências para a mídia e para a imprensa, uma vez que, ao ocuparem uma posição intermediária entre os campos da produção política, intelectual, econômica e midiática, eles participam cada vez mais da circulação de conhecimento e de pessoal especializado entre essas esferas (*Ibidem*).

ANEXO

A construção dos indicadores

Para a realização da ACM, foram construídas variáveis referentes a cinco principais rubricas: 1) capital acadêmico; 2) posições na acadêmica; 3) posições no setor privado; 4) posições no Estado; 5) posições na mídia. Buscamos equilibrar o número de variáveis ativas por rubrica, assim como o número de modalidades ativas por variável. Além disso, agrupamos variáveis com frequências inferiores a 5%, seguindo, portanto, as convenções estatísticas estabelecidas (Le Roux & Rouanet, 2010). As variáveis e modalidades empregadas foram:

Capitais acadêmicos: considerando a graduação e a última formação. Vale ressaltar que, no caso de duas graduações, levou-se em conta a primeira; quando a pessoa tinha duas pós-graduações, observou-se a de maior grau – não sendo possível fazê-lo, se de

mesmo nível, optou-se por aquelas mais significativas sociologicamente, adotando-se para cada variável o critério explicitado a seguir. Devido ao potencial explicativo das variáveis de capital acadêmico, elas foram inseridas como suplementares.

Década de conclusão da graduação: a) Grad-1940-1960, décadas consideradas conjuntamente devido à frequência reduzida; b) Grad-1970; c) Grad-1980; d) Grad-1990; e) Grad-2000-2010, referente às décadas de 2000 e 2010, que também apresentaram baixa frequência.

Área de estudo da graduação: a) Grad-Direito; b) Grad-EcoAdm, incluindo graduações em economia, administração, contabilidade e comércio exterior; c) Grad-Exatas, incluindo graduações em engenharias, física, química, agronomia, ciências da computação, arquitetura e medicina (apenas uma pessoa tinha graduação em arquitetura, e duas em medicina. Assim, embora a classificação desses dois cursos como Exatas não seja óbvia, o número reduzido de casos não interfere significativamente nos resultados); d) Grad-Sociais, incluindo filosofia, história, sociologia, letras, ciência política, relações internacionais, psicologia, pedagogia; e) Grad-Comunicação/Jornalismo, incluindo os que se graduaram em comunicação, marketing e artes cênicas (apenas uma pessoa) e também os jornalistas sem formação (os jornalistas sem formação apresentam uma frequência inferior a 5%; por isso, foram agrupados na categoria Grad-Comunicação/Jornalismo, sem com isso gerar problemas interpretativos).

Tipo de instituição de graduação: a) Grad-Pública, referente aos que cursaram a graduação em instituições públicas de ensino superior – estaduais ou federais; b) Grad-Privada, indicando os que se graduaram em instituições privadas de ensino superior; c) Grad-Internacional, para os que fizeram a faculdade no exterior; d) Grad-.

Grau/Nível de pós-graduação: a) Pós-graduação-; b) Especialização, incluindo as pessoas que cursaram especialização ou MBA; c) Mestrado, composta pelos mestres; d) Doutorado, para os que têm doutorado.

Tipo de instituição de pós-graduação: a) Pós-Pública, para os que completaram o último grau de pós-graduação em uma instituição pública; b) Pós-Privada, para os que completaram o último grau de pós-graduação em uma instituição privada; c) Pós-Internacional, para os que completaram o último grau de pós-graduação em instituições do exterior; d) Pós-graduação-.

Posições na academia: considerando a realização ou não de pós-doutorado e o exercício da docência). Há que se destacar que só foram considerados como docentes aqueles que de fato ocupam cargos nas universidades (como titulares, adjuntos, associados, sendo descartados os professores visitantes, convidados e horistas).

Tipo de instituição em que se exerce a docência em Ensino Superior: a) Docência-; b) Docência-Pública, referente aos professores de instituição pública de ensino

superior; c) Docência-Privada, composta pelos docentes de instituição privada de ensino superior. No caso em que a mesma pessoa exerceu a docência em mais de uma universidade, foi considerada aquela em que se passou mais tempo. Quando o período foi similar, deu-se preferência por contabilizar a docência em universidade pública, que carrega maior prestígio e indica maior pertencimento ao campo acadêmico.

Realização de pós-doutorado: a) Pós-doutorado+; b) Pós-doutorado-.

Posições no setor privado: considerando a experiência no setor privado e a propriedade de empresas.

A experiência no setor privado: a) SetorPrivado-; b) SetorPrivado+. Não foram consideradas aqui as experiências em empresas de jornalismo, nem em instituições de ensino superior privadas. Nessa variável, constam tanto os funcionários quanto os proprietários.

A propriedade de empresas: a) Dono-; b) Dono+: compõem essa variável os donos de grandes empresas, *startups*, pequenos negócios, agências de consultoria e escritórios de advocacia.

Posições no Estado: correspondendo à ocupação de cargos no serviço público ou não (sendo eles por meio de concurso ou indicação política, embora a maioria seja através dessa última) e seu nível de importância.

Nível de importância do cargo: a) Serviço Público-; b) Serviço Público-Importância+, para aqueles que ocupam ou ocuparam cargos de assessoria, consultoria ou postos de execução; c) Serviço Público-Importância++, para os que ocuparam cargos decisórios, como secretários, ministros, presidentes, vice-presidentes, diretores-executivos etc.

Posições na mídia: auferida pela posse de coluna periódica em jornais e revistas da grande imprensa (foram consideradas apenas as colunas em grandes veículos, assim como aquelas que são periódicas), pela trajetória na imprensa ou em canais de rádio e televisão (em cargos de repórter, editor, chefe de redação e diretor).

Coluna: a) Colunista+: para aqueles que atuam ou atuaram como colunistas de jornais e revistas do país ou comentaristas de canais de rádio e televisão; b) Colunista-: para aqueles que não tiveram tais vínculos identificados.

Trajetória na Imprensa: a) Imprensa+: para aqueles que fizeram carreira na imprensa e atuaram ou atuam como repórteres em veículos da imprensa ou ainda em canais de rádio e televisão; b) Imprensa-: para aqueles que não tiveram tais vínculos identificados.

Referências Bibliográficas

- ALEXANDRE, Thiago. (2017), *O Instituto Millenium e os intelectuais da “nova direita” no Brasil*. Juiz de Fora, 114 f., dissertação de mestrado, Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Juiz de Fora.
- ANDRADE, Patrícia Carlos de; VIOLA, Eduardo & LEIS, Héctor Ricardo. (13 abr. 2005), “Revolucionando a agenda política”. *O Estado de S. Paulo*.
- ANTUNES, Camila. (2019), “*Think tanks* brasileiros: Características, dinâmicas e intervenções no campo do poder”. Sociedade Brasileira de Sociologia, SBS, 19. *Anais Eletrônicos...* Florianópolis, SBS, 9 a 12 jul. 2019. Disponível em http://www.sbs2019.sbsociologia.com.br/atividade/view?q=YToyOntzOjY6InBhcmFtcyI7czoNToiYT0xOntzOjE5OjJRRF9BVElWSURBREUiO3M6MjoiNDEiO30iO3M6MT0iaCI7czoMjoiNjc3NDg0NmYzZjFiMWQ3NWY0OTY5MzM2OGFlMDgyYmEiO30%3D&ID_ATIVIDADE=41, consultado em 10/1/2020.
- BERTONCELO, Edison. (2016), “O uso da Análise de Correspondências Múltiplas nas Ciências Sociais: possibilidades de aplicação e exemplos empíricos”. ANPOCS, 40. *Anais Eletrônicos...* Caxambu, ANPOCS. Disponível em <https://www.anpocs.com/index.php/papers-40-encontro/st-10/st16-7/10296-o-uso-da-analise-de-correspondencias-multiplas-nas-ciencias-sociais-possibilidades-de-aplicacao-e-exemplos-empiricos/file>, consultado em 23/01/2020.
- BOLTANSKI, Luc. (1973), “L’espace positionnel: multiplicité des positions institutionnelles et habitus de classe”. *Revue Française de Sociologie*, 14: 3-26.
- BOURDIEU, Pierre. (2008), *A economia das trocas linguísticas*. São Paulo, Edusp.
- BOURDIEU, Pierre. (2014), *Sobre o Estado*. São Paulo, Companhia das Letras.
- CARLOTTO, Maria Caraméz. (2018), “Inevitável e imprevisível, o fortalecimento da direita para além da dicotomia ação e estrutura: o espaço internacional como fonte de legitimação dos *think tanks* latino-americanos”. *Plural*, 25: 63-91.
- CHALOUB, Jorge & PERLATTO, Fernando. (2015), “Intelectuais da ‘nova direita’ brasileira: ideias, retórica e prática política”. ANPOCS, 39. *Anais Eletrônicos...* Caxambu, ANPOCS. Disponível em http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=9620&Itemid=461, consultado em 10/06/2019.
- COHERIS-SPAD. *Data miner guide – Clustering – typologies*. France, 2018.
- DUVAL, Julien. (2005), *Economic journalism in France*. Cambridge, Polity Press.
- FANG, Lee. (2017), “Esfera de influência: como os libertários americanos estão reinventando a política latino-americana”. *The Intercept Brasil*. Disponível em <https://theintercept.com/2017/08/11/esfera-de-influencia-como-os-libertarios-americanos-estao-reinventando-a-politica-latino-americana/>, consultado em 23/01/2020.
- FLORES, Paulo. (2017), “O que são *think tanks*. E como eles influenciam a política”. *Nexo*.

- Disponível em <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2017/12/01/O-que-são-think-tanks.-E-como-eles-influenciam-a-política>, consultado em 23/01/2020.
- HEY, Ana Paula. (dez. 2017), “Elites, no plural”. *Tempo Social*, São Paulo, 29 (3): 1-8. Disponível em <https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2017.126527>.
- HEY, Ana Paula. (2018), “*Think tanks* e Estado: o papel dos ‘acadêmicos’”. Anpocs, 42. *Anais Eletrônicos...* Caxambu, ANPOCS. Disponível em <https://www.anpocs.com/index.php/papers/40-encontro-3/gt-31/gt10-25/11191-think-tanks-e-estado-o-papel-dos-academicos/file>, consultado em 22/01/2019.
- HITNER, Verena & CARLOTTO, Maria Caraméz. (2017), “A cooperação técnica brasileira e a busca pela inserção na ‘sociedade do conhecimento’: da subordinação Norte-Sul à aliança estratégia Sul-Sul?”. *Revista Tempo do Mundo*, 3, 2: 137-161.
- IMIL. (2019), “Você sabe exatamente o que faz o Imil?” Disponível em https://www.institutomillennium.org.br/destaque/voce-sabe-exatamente-o-que-faz-o-imil-2/?fbclid=IwAR1xgxMUGwp5kB-YgHxq2w1GZ77Z2Kf9ME_sXDsMMqSSN8o-ZpVk4TjpaN5A, consultado em 21/01/2020.
- KLÜGER, Elisa. (out. 2018), “Análise de correspondências múltiplas: fundamentos, elaboração e interpretação”. *BIB*, 86: 68-97.
- LE ROUX, Brigitte & ROUANET, Henry. (2010), *Multiple correspondence analysis*. Londres, Sage.
- LOUREIRO, Maria Rita. (1997), *Os economistas no governo: gestão econômica e democracia*. Rio de Janeiro, FGV.
- MCGANN, James G. (2019), “2018 Global Go To Think Tank Index Report”. Pennsylvania, *RTCSP Global Go To Think Tank Index Reports*. 16.
- MEDVETZ, Thomas. (2012), *Think tanks in America*. Chicago, The University of Chicago Press.
- MEIRELLES, Allana & CHIARAMONTE, Aline. (2018), “Os intelectuais midiáticos no debate sobre as reformas no Brasil”. *Anais Eletrônicos...* Caxambu, ANPOCS. Disponível em <http://www.anpocs.com/index.php/encontros/papers/42-encontro-anual-da-anpocs/spg-5/spg21-5/11492-os-intelectuais-midiaticos-no-debate-sobre-as-reformas-no-brasil?format=html&path=42-encontro-anual-da-anpocs/spg-5/spg21-5>, consultado em 10/01/2019.
- MEIRELLES, Allana & FERNANDES, Dmitri. (2019), “A direita mora do mesmo lado da cidade: Especialistas, polemistas e jornalistas”. *Novos Estudos: Cebrap*, 38, 1: 157-182.
- MESSENBERG, Debora. (2017), “A direita que saiu do armário: a cosmovisão dos formadores de opinião dos manifestantes de direita brasileiros”. *Revista Sociedade e Estado*, 32, 3: 621-647.
- MICHETTI, Miqueli. (2018), “A atuação de elites empresariais na definição dos rumos da educação pública no Brasil contemporâneo”. ANPOCS, 42. *Anais Eletrônicos...* Caxambu, ANPOCS. Disponível em <https://www.anpocs.com/index.php/encontros/papers/42-encontro-anual-da-anpocs/gt-31/gt10-25>, consultado em 10/01/2019.
- PAUTZ, Hartwig. (2012), *Think tanks, social democracy and social polity*. Londres, Palgrave Macmillan.

- PINHEIRO FILHO, Fernando Antonio. (2011), “Intelectuais: perfil de grupo e esboço de definição”. In: BOTELHO, A. & SCHWARCZ, L. M. (orgs.). *Agenda brasileira: temas de uma sociedade em mudança*. São Paulo, Companhia das Letras.
- PINTO, Louis. (2009), *Le café du commerce des penseurs: à propos de la doxa intellectuelle*. Broissieux, Éditions du Croquant.
- REIS, Eliana & GRILL, Igor. (2017), “Estudos de elites políticas e as bases das multinotabilidades no Brasil”. *Tempo Social*, 29, 3: 137-159. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702017000300137&lng=en&nrm=iso.
- ROCHA, Camila. (2015), “Direitas em rede: *think tanks* de direita na América Latina”. In: CRUZ, S. V. et al. (org.). *Direita, volver!: o retorno da direita e o ciclo político brasileiro*. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo.
- SAPIRO, Gisèle. (2009), “Modèles d’intervention politique des intellectuels. Le cas français”. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 176-177: 8-31.
- SILVEIRA, Luciana. (2013), *Fabricação de ideias, produção de consenso: estudo de caso do Instituto Millenium*. Campinas, 242 p., dissertação de mestrado, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas.
- THINK TANKS..., “History and mission”. *Think tanks and civil society program*. Disponível em <https://www.gotothinktank.com/history-and-mission>, consultado em 23/01/2020.

Resumo

O Instituto Millenium na busca por poder

Propomos analisar como o Instituto Millenium busca estabelecer a sua legitimidade e, consequentemente, desenhar sua posição no campo do poder. Para isso, partimos da investigação do perfil social dos mais de 250 nomes elencados em seu *site*. Iniciamos o texto com uma análise da retórica difundida pelo Imil no momento de sua fundação, sublinhando em quais lutas ele investe; passamos para o exame das posições ocupadas por esses agentes por meio de uma Análise de Correspondências Múltiplas; em seguida, com a Análise de Cluster, traçamos os quatro grupos principais com os quais o Imil entabula relações. Concluimos que este *think tank* ainda ocupa uma posição frágil no campo do poder, buscando conquistar sua legitimidade por meio da mediação de uma rede de relações composta por jornalistas, empresários, intelectuais e agentes com postos na burocracia estatal, constituintes de uma elite que atua em diversos espaços sociais. Palavras-chave: *Think tanks*; Instituto Millenium; Campo do poder.

Abstract

The Millennium Institute in the search for power

We propose to analyze how the Millennium Institute seeks to establish its legitimacy, and, consequently, to delineate its position in the field of power. For this, we start from the investigation of the social profile of the more than 250 names listed on your website. We start with an analysis of the rhetoric spread by Imil at the time of its foundation, highlighting in which struggles the think tank invests; we examine the positions occupied by these agents by performing a Multiple Correspondence Analysis; then, with the Cluster Analysis we trace the four main groups with which Imil establishes its relationships. We conclude that this think tank still occupies a fragile position in the field of power, seeking to conquer its legitimacy by the mediation of a network of relations composed of journalists, businessmen, intellectuals and agents with state positions, constituents of an elite that operates in several social spaces.

Keywords: *Think tanks*; Instituto Millenium; Field of power.

Texto recebido em 23/1/2020 e aprovado em 16/9/2020.

DOI: 10.11606/0103-2070.ts.2021.165937.

ALLANA MEIRELLES VIEIRA é doutoranda em Sociologia pela Universidade de São Paulo em co-tutela com a École des Hautes Études en Sciences Sociales. E-mail: allanameirelles@hotmail.com.

ALINE RODRIGUES CHIARAMONTE é doutoranda em Sociologia pela Universidade de São Paulo. E-mail: aline.chiaramonte@gmail.com.



Sentidos, prácticas y modificaciones en los informes técnicos del sistema penal juvenil uruguayo

Carolina González Laurino*

<https://orcid.org/0000-0003-2910-5861>

Introducción

Como indican los estudios de García Méndez y Carranza (1990), la minoridad ha oficiado como “producto residual de la infancia” en la indiscriminación de abandono e infracción de los llamados “niños de nadie” antes de pasar a ser los “niños de todos” en el progresivo y nunca alcanzado proceso de responsabilización social (Morás, 2002). La creación de los Tribunales de Menores, impulsados por el Movimiento de los Reformadores,¹ delimitó la forma de tratamiento judicial de “la cuestión del menor” en Estados Unidos y Europa hasta llegar a América Latina (1921 en Argentina, 1923 en Brasil, 1927 en México y 1928 en Chile) generando consigo una serie de instituciones asociadas y especialistas conexos en la historia de su devenir problemático para las sociedades de principios del siglo xx. Respaldado en el positivismo de la época, el discurso cientificista elaboró un conjunto de dispositivos tecnológicos

* Universidad de la República, Montevideú, Uruguay.

1. Originario de los Estados Unidos, el Movimiento de los Reformadores proponía un tratamiento normativo e institucional diferenciado para niños y adultos infractores. Formado por figuras socialmente destacadas de la clase media y alta norteamericana, se concibieron como un movimiento de reforma moral de la infancia pobre, logrando su primer reconocimiento institucional en Illinois en 1889 cuando se crea la justicia especializada para adolescentes. Desde un modelo que partía de la indiferenciación entre abandono infantil y delincuencia, propusieron una serie de regulaciones institucionales destinadas al control de la infancia pobre sancionando conductas anteriormente administradas por medios informales (Platt, 1982).

de la mano de la biología, la medicina y la psicología criminal que concibieron al niño como “una categoría de sujetos débiles a quienes los instrumentos científicos” habilitaban la previsible detección del delincuente² (García Méndez, 2004, p. 38). La representación social de la potencialidad delincuente de los “niños de la calle” se impone con este espíritu inspirador en el Código del Niño (Ley 9.342, 1934) cuya preocupación estuvo centrada en el control moral de las clases excluidas de la producción social de la riqueza y el consumo (Morás, 2002). Su objetivo de reforma social de los sectores pobres será implementado mediante dispositivos sanitarios y sociales de control, fundamentado en el discurso del “higienismo”, que buscaba regular las prácticas cotidianas de alimentación, higiene y reproducción a través de técnicas de control sanitario que promoverían formas de prevención y autocuidado de la población uruguaya a principios del siglo xx (Ortega, 2008).

Como la mayoría de los países latinoamericanos, Uruguay suscribió la Convención de los Derechos del Niño en 1990 (Ley 16.137), pero no es sino hasta 2004, cuando se aprueba el Código de la Niñez y la Adolescencia (Ley 17.823), adaptando la normativa vigente (Código del Niño, Ley 9.342, 1934) a la regulación internacional de la doctrina de la protección integral. De la misma manera que tarda en concretarse la legislación respecto a la niñez y la adolescencia en el país, también lo hace el proceso de discriminación entre las instituciones responsables de regular la protección y la represión a las trasgresiones adolescentes. Es así como recién en 2015 se separa la institucionalidad que atiende la protección de la que regula el cumplimiento de medidas judiciales en casos de infracción (Ley 19.367). Modificando su denominación en cortos períodos de tiempo,³ sin cambiar sustancialmente las prácticas arraigadas de la tutela, el Instituto Nacional de Inclusión Social Adolescente (Inisa)

2. Como forma de ilustrar el fenómeno enunciado, Emilio García Méndez trae a colación las palabras del director del “laboratorio de biología infantil de Río de Janeiro inaugurado en 1936”, espejo “del centro médico pedagógico de Roma de 1934” que solicitaba la dotación de recursos a efectos de “reunir la información que facilite el conocimiento de la vida de los menores delincuentes o abandonados antes de la práctica del delito...” (Ribeiro *apud* García Méndez, 2004, p. 34).
3. La institución reguladora de la infancia en el país, creada por el Código del Niño de 1934 fue cambiando su nominación desde el Consejo del Niño (1934), pasando a llamarse Instituto Nacional del Menor (1988) hasta el actual Instituto del Niño y el Adolescente en Uruguay (1990). Más problemática ha sido la institucionalidad encargada del cumplimiento de medidas judiciales que en pocos años modificó su denominación, en una sucesión infructuosa de autoridades que no lograron cambiar su contenido: Instituto Técnico de Rehabilitación Juvenil (Interj), Sistema de Ejecución de Medidas para Jóvenes en Infracción (Semeji), Sistema de Responsabilidad Penal Adolescente (Sirpa) – creado Ley 18.771 (2011), se propone la transitoriedad hasta la creación de un nuevo servicio descentralizado, cuya propuesta de denominación – modificada posteriormente – fue Instituto de Responsabilidad Penal Adolescente (Irpa), sustituido por el actual Instituto Nacional de Inclusión Social Adolescente (Inisa) – que transfiere las competencias del Sirpa y el Semeji mediante la Ley 19.367 (2015). Cf. *El País*, 12/9/2016.

es actualmente la institución responsable de la ejecución de medidas judiciales, tanto privativas como no privativas de libertad. Estas últimas se encuentran bajo la órbita del Programa de Medidas Socioeducativas y Mediación (Promesem) que convenia con cuatro organizaciones de la sociedad civil y opera únicamente en Montevideo, área metropolitana y un departamento del Litoral Norte del país. En el resto del país las medidas judiciales se desarrollan en la misma institución de protección a la infancia, lo que estaría dando cuenta de que la indiscriminación protección-represión resulta una asignatura pendiente en Uruguay. Si la institución de aplicación de medidas judiciales resulta compleja, la justicia especializada en adolescentes no lo es menos, ya que se encuentra centralizada en los cuatro juzgados que actúan en Montevideo, por lo que, en el resto del país se trabaja de manera conjunta en materia penal juvenil y adultos sin personal especializado.

Este artículo enfoca su mirada en las prácticas de los discursos de los técnicos del sistema penal juvenil, tanto en su segmento judicial como ejecutivo, partiendo del supuesto que las palabras de los especialistas en las áreas social y psicológica, fundamentalmente, influirían de manera condicionante en las decisiones judiciales. De esta forma, como en la doctrina tutelar de la infancia, la lectura que los expertos hacen de la vida de los adolescentes se convertiría en significativa a la hora de analizar judicialmente un mismo hecho trasgresor a la luz de biografías diferenciadas por la escolarización, las primeras experiencias laborales, el consumo de sustancias psicoactivas, pero, fundamentalmente, por la extracción social de donde provienen sus familias de origen, con una responsabilización que estaría operando de manera moralizadora, fundamentalmente, sobre las madres de los adolescentes varones pobres respecto al rol socialmente esperado de cuidadoras (Barthyány, 2008).

Metodología

Con el propósito de dilucidar el entramado de los discursos que dieron lugar a las prácticas de los informes técnicos en las instituciones de castigo en Uruguay la indagación se sustentó en instrumentos de recolección de información de carácter cualitativo empleando material procedente de expedientes judiciales y de entrevistas a abogados, jueces, psicólogos, psiquiatras, educadores y trabajadores sociales.

La muestra estuvo formada por veintiocho expedientes judiciales, seleccionados en forma aleatoria de los archivos de los cuatro Juzgados Letrados de Adolescentes de Montevideo, y por diecisiete entrevistas a los técnicos del sistema penal juvenil en los segmentos judicial y de ejecución de medidas socioeducativas privativas y no privativas de libertad implementadas por el Estado y organizaciones de la sociedad civil en Montevideo, Canelones, San José y Salto.

La investigación fue avalada por el Comité de Ética de la Facultad de Psicología de la Universidad de la República y contó con las correspondientes autorizaciones en las instituciones públicas involucradas. El procedimiento sigue las exigencias deontológicas para el uso de la información, preservando la confidencialidad, privacidad y el anonimato de las personas participantes. Las entrevistas fueron realizadas mediante consentimiento informado firmado, respetando la autonomía y voluntad de la participación en el estudio (American Psychological Association, 2017).

Valoraciones judiciales de los informes expertos

En primer término, resulta pertinente indagar en el discurso de los operadores judiciales para conocer las expectativas que tienen sobre los informes técnicos que reciben del sistema ejecutivo con el propósito de visualizar la correspondencia entre unos y otros relatos.

Los discursos de jueces y defensores colocan el énfasis en la especialización de los técnicos que serían portadores de un conocimiento del que ellos carecen para caracterizar al adolescente, a la vez que valoran el tiempo que los técnicos dedican a indagar en el entorno sociofamiliar del adolescente tanto en medio abierto como en los centros en los que se desarrollan las medidas privativas de libertad. Los informes expertos tanto como las entrevistas dan cuenta del contexto social de procedencia del adolescente, así como de las características físicas, psicológicas, médicas, psiquiátricas y educativas de los adolescentes que cumplen medidas judiciales. Esta información es reconocida y apreciada por defensores, jueces y fiscales al momento de dictaminar el destino del adolescente, más allá de la infracción cometida.

Asimismo, confían en el acercamiento de los técnicos, especialmente los psicólogos, en la apreciación de las valoraciones del adolescente respecto a la infracción por la que ha sido judicializado, con especial énfasis en la pregunta por el arrepentimiento por el acto cometido, así como respecto a sus ingresos anteriores al sistema. La información acerca de las faltas o ingresos a prisión de familiares del adolescente, también constituyen datospreciados por los defensores públicos y los jueces entrevistados como estrategia para determinar el carácter y el monto de la pena en una sentencia judicial con independencia de la infracción analizada.

Hay un primer abordaje de cuando el chico ingresa con reflexiones sobre las entrevistas que se tuvo con la familia, qué actividades tiene el joven y qué actividades tiene la familia, si ya ha tenido ingresos anteriores al sistema. Después, toda la visión que puede tener un psicólogo en una entrevista [...] en cuanto a la percepción de determinadas cuestiones vinculadas a la infracción – si asumió la [responsabilidad], si no la asumió – desde el punto de vista psico-

lógico y, desde el punto de vista social. Los técnicos, mediante entrevistas, elaboran informes que, desde mi punto de vista, [son] suficientes [...] como para que uno se pueda hacer una composición del lugar y que termina con determinadas recomendaciones vinculadas al adolescente. (Defensor de Juzgado Letrado de Adolescentes de Montevideo).

Como contrapartida a las expectativas judiciales, el relato de los entrevistados que trabajan en el segmento ejecutivo confirma lo que los técnicos del Poder Judicial esperan de los informes de los técnicos, explicitando que se refieren a la configuración e historia familiar, contexto de vulnerabilidad social, dificultades psicológicas, así como la descripción del funcionamiento cotidiano en el régimen de encierro tanto como en las medidas en medio abierto.

[En los informes] se da cuenta de su actuar, de cómo se encuentra el adolescente, si cuenta o no con apoyo familiar, de cómo es su estructura familiar, si es con un contexto muy vulnerable o no, si tiene muchas dificultades a nivel endógeno. Después, es de orden dar cuenta de cómo es su funcionamiento dentro del centro, la vida cotidiana, si va al liceo, si va a la escuela, si va a talleres. (Educadora social. Privación de libertad. Inisa).

De acuerdo con las palabras de los entrevistados, los técnicos que trabajan en el sistema de ejecución de medidas socioeducativas informan al sistema judicial acerca de la vida cotidiana del adolescente, a la vez que realizan sugerencias y recomendaciones. Quienes reciben esos datos sobre la conducta adolescente durante el cumplimiento de la medida – fiscales, defensores y jueces – utilizan la información como insumos de trabajo, retomando las solicitudes técnicas que se convierten en instrumento para determinar la permanencia en régimen de encierro, tanto como para proponer modificaciones en las medidas privativas de libertad a medio abierto.

La influencia que los informes de los especialistas tienen sobre la justicia penal juvenil son bien conocidos y asumidos como tales por los entrevistados, ya que según algunos enunciados, sus palabras son tomadas en los procesamientos acusatorios y en las sentencias judiciales como argumentaciones técnicas para reforzar argumentos jurídicos o para inclinar la balanza hacia la privación de libertad cuando el adolescente aparece solo en el Juzgado sin respaldo familiar ni social, tal como se ha descripto en el proceso de selectividad del sistema penal juvenil.⁴

4. El proceso de selectividad del sistema penal juvenil ha sido analizado como el complejo mecanismo mediante el cual los transgresores adolescentes varones pobres son captados por el sistema de justicia, mientras que las transgresiones de los adolescentes de clase media son procesadas por otros mecanismos sociales que no suponen procesamientos judiciales. Existe amplia bibliografía que ha dedicado esfuerzos a estudiar el fenómeno, que forma parte de un proceso más amplio de criminalización de la pobreza,

He aprendido, a lo largo del tiempo, a limitarme en los informes al “cumplimiento – no cumplimiento” y al final de la medida si quedó integrado, si se pudo trabajar la dimensión del delito, pero no poner muchas cosas. Porque ¿sabés que me pasaba? Me pasó en una época – al inicio que [hacía] muchos informes – [que] eran tomados por los jueces como justificación. Una vez dije que el chiquilín no tenía una familia, no había nadie que se hiciera cargo, una soledad tremenda. Resulta [que otro adolescente] que había cometido el mismo delito y tenía su familia sale con libertad asistida y a este que no tenía familia lo privan de libertad. Entonces, te das cuenta de que, no lo estás privando la libertad por el delito, lo estás privando de libertad por no tener familia. [...] A partir de ahí soy más cuidadosa. (Coordinadora técnica. Organización de la sociedad civil).

La serie de medidas punitivas a las que alude el Código de la Niñez y Adolescencia (Ley 17.823, 2004) son concebidas como medidas socioeducativas. Como sostienen Lima y Alvarez en el análisis de los informes técnicos en un centro cerrado de adolescentes trasgresores de sexo masculino en San Pablo clausurado en 2007, resulta complejo concebir la punición vinculada a la educación, lo que genera posiciones ambivalentes en los técnicos que desarrollan diferentes herramientas socioeducativas para cumplir el ambiguo propósito de las medidas judiciales⁵ (Lima & Alvarez, 2018, pp. 235-236).

La contradicción del castigo mediante la educación ostenta larga trayectoria histórica en el país, con la idealización de los establecimientos rurales que traerían

por lo cual se mencionarán solo algunos autores del Cono Sur de América Latina que han trabajado el tema. Al respecto cf. Daroqui & López, 2012; García Méndez, 2011; 2017; García Méndez, Vázquez Jiménez & Otero, 2019; Guemureman, 2011; Leal & Macedo, 2019; Leopold, 2014; Morás, 2002, 2016; Uriarte, 1999, 2006; Zaffaroni, 1989; Zaffaroni, Alagia & Slokar, 2002.

5. Como refieren los autores en el caso brasileño, en Uruguay también es posible visualizar una concepción de la educación social en contextos de encierro que fuera desarrollada, en primera instancia en el país por el Centro de Estudios y Formación (Cenfores) del Instituto Nacional del Niño y el Adolescente en Uruguay (Inau), que actualmente constituye una carrera terciaria no universitaria del Instituto de Profesores Artigas (IPA) dependiente de la Administración de Educación Pública. En esta corriente de pensamiento se destacan los trabajos del educador social Diego Silva Balerio. En un pionero trabajo publicado en 2001, el autor concluía manifestando; “entiendo que es posible una acción educativa liberadora en contextos adversos como los descritos. No es un trabajo sencillo, ya que expone tanto el cuerpo del educador como su capacidad intelectual para buscar constantemente alternativas que propicien la autonomía y la conciencia crítica de las y los jóvenes” (2001, p. 253). En 2015, en el Grupo de trabajo de adolescentes en el marco de la elaboración de una Estrategia nacional de educación para personas en conflicto con la ley penal (cuya síntesis fue publicada en 2016), Silva analiza la desprofesionalización de la función socioeducativa, las limitaciones de los dispositivos locativos pensados para la seguridad y la evitación de fugas de los establecimientos juveniles en el Inisa que, junto a otras variables generan coaliciones conceptuales y metodológicas en la tarea socioeducativa en contextos de encierro en Uruguay.

consigo hábitos saludables a los adolescentes alojados con fines de reeducación social. En el mismo sentido, tanto la legislación vigente como los discursos especializados en la materia parecerían nostálgicos de las antiguas granjas rehabilitadoras para los adolescentes indisciplinados (González Laurino & Leopold Costábile, 2013).

Las estrategias de moralización de los trasgresores han vuelto una y otra vez a lo largo de la historia a la educación de oficios manuales, de valores sociales, de hábitos de higiene y trabajo, de cumplimiento de rigurosos horarios para la realización de las tareas de la vida cotidiana (Leopold Costábile, 2002; Abal, Cheroni & Leopold, 2005), todo esto en el contexto de la vida campestre que aparecería ennoblecida en sus propósitos de transformación social del trasgresor adolescente. La dignidad moral parecería estar representada en el arduo trabajo del hombre de campo que se presenta como ideal a seguir para estos jóvenes provenientes de los suburbios urbanos (Guerra Henriques, 2014).

Así como, en palabras de Garland, “el destino del castigo es nunca «tener éxito» pleno” (2006, p. 334) la respuesta al infractor resulta ser la reeducación moralizadora con propósitos de transformación de la persona en un ser adaptado y socialmente productivo, alejado del “vicio” y las conductas reprochables mediante las que, en función de su análisis biográfico, parecería haberse conducido hasta el hecho juzgado.

No obstante, la “ideología del tratamiento” – como la llama Christie – ha sido sustituida por la “teoría de la prevención general o la disuasión”, que no actúa inmediatamente luego de consumado el hecho, sino a través de una serie de mediaciones burocráticas tiempo después, lo que hace que nadie pueda eludir el castigo por un comportamiento inapropiado regulado según tipos específicos (Christie, 1988). Aunque el tratamiento resocializador no ha logrado los resultados esperados, esta modalidad de pensar la cuestión penal juvenil continúa en la agenda de la política penal juvenil uruguaya. No obstante, parecería infructuosa la tarea de habilitar procesos de transformación personal mediante la imposición de rutinas rigurosas, hábitos de higiene, trabajo y estudio, como ha perseguido, de manera insistente a lo largo de su historia, el sistema penal juvenil uruguayo (González Laurino & Leopold Costábile, 2013).

“Si tú no cumplís, nosotros informamos la verdad al juez”

Inclusive en las prácticas “más amables” de las medidas socioeducativas no privativas de libertad parecerían reconocerse mecanismos de control disciplinario que se traducen en la espada de Damocles de la medida de privación de libertad en los relatos con los adolescentes que los entrevistados refieren en sus discursos de intimación al cumplimiento de la medida judicial.

Si un adolescente no cumple, nosotros enviamos un informe y se pide el reencuadre de la medida. Entonces se le dice: “– Bueno, si vos no cumplís la medida, nosotros tenemos que informar, porque el juez te obliga a ti a cumplir y a nosotros a hacer el seguimiento y la ejecución de las medidas, estamos los dos obligados, así que, si tú no cumplís,⁶ nosotros informamos la verdad al juez” (Psicóloga. Organización de la sociedad civil).

En el caso de esta jueza nueva, por primera vez, cuando yo le mando un informe, diciendo que un chiquilín no cumple, convocó al adolescente, a la mamá y a mí a la audiencia de reencuadre y le dijo: “– Yo no puedo permitir que tu no cumplas con esto, porque esto es una disposición penal, así que tú vas a tener que cumplir como sea, o cumplís ahí, viviendo en tu casa, yendo a trabajar o te tengo que privar de la libertad”, y dijo privar de la libertad, le dijo: “– ¿A dónde vas a ir?”, “– A un hogar”, y ella le dijo: “– No es un hogar, es una cárcel, de menores, pero es una cárcel, no es un hogar, hogar es el que tenés en tu casa”. Por primera vez, el discurso de la jueza fue [determinante]. Entonces, le dijo: “– No, vas privada de la libertad, yo soy responsable que lo que tu hiciste no quede sin respuesta penal”. Bueno, al final dijo que iba a cumplir y está viniendo. (Psicóloga. Organización de la sociedad civil).

Esta estrategia de solicitud de una “audiencia de reencuadre” ante incumplimientos de medidas no privativas de libertad – que el sistema judicial no estaría respondiendo en tiempo y forma en el interior del país – parecería ser un reclamo de valoración de la medida judicial no privativa de libertad en la percepción de los técnicos en el caso en que el adolescente no se presente voluntariamente o no asista con la regularidad requerida por el dispositivo. No obstante, el relato de la entrevistada que, conscientemente buscaría generar acuerdos con la medida socioeducativa en la adolescente, parecería operar como amenaza ante el incumplimiento en la respuesta de la jueza quien – de acuerdo con el relato de la entrevistada –, le advierte sobre la posibilidad de la privación de libertad.

Por otra parte, sobre todo desde los Juzgados Letrados del interior del país, se estaría demandando una forma específica de redacción los informes técnicos, como si la “opinión experta” requiriese de un lenguaje especializado que los educadores, que trabajan directamente con el adolescente, no estuvieran en condiciones de proporcionar. Los relatos estarían dando cuenta de una suerte de “traducción” de las sencillas

6. En el uso informal del lenguaje en Uruguay se utiliza la expresión “vos” al igual que “você” en Brasil en la segunda persona del singular. No obstante, conviven en el país la utilización del “tú” (sobre todo en el departamento de Rocha) con el “vos” a pesar de que no se sostiene la conjugación verbal del tú en los verbos que continúan la conjugación de la expresión “vos” como segunda persona del singular.

expresiones del personal de trato directo al lenguaje psicológico mediante palabras especializadas que parecerían recubrir lo visible mediante procesos crípticos de análisis e interpretación, devolviendo a los expertos en derecho un otro a ser juzgado.

Informes técnicos sobre responsabilización del adolescente en la infracción

Los operadores del sistema de ejecución de medidas también informan acerca del proceso de reflexión del adolescente sobre la infracción por la que fue judicializado, disposición que se encuentra especificada en el Código de la Niñez y la Adolescencia (Ley 17.823, 2004) y sobre la que los técnicos del sistema judicial esperan opinión experta.

El sistema judicial espera que los adolescentes asuman la carga de la responsabilización por la trasgresión a la ley penal, para lo cual confían en los informes técnicos del sistema de ejecución de medidas. Sin embargo, en los informes expertos que surgen de la muestra de expedientes judiciales analizados, la idea de “responsabilidad” aparece como una colección de enunciados vaciados de contenidos históricos y contextuales en referencia a la trayectoria social de estas familias conceptualizadas como “abandónicas” (Uriarte, 2006), con padres enunciados como irresponsables en las tareas de cuidado y puesta de límites de sus hijos (Ávila Navarrete, 2017), en donde el grupo de pares juega un rol importante en la explicación de la comisión de una serie de trasgresiones que van llevando al adolescente por el camino del crimen hasta el hecho juzgado (cf. Donzelot, 2008; González Laurino & Leopold Costábile, 2017).

Estas piezas discursivas que constituyen los dictámenes expertos parecerían constituirse en una repetición de enunciados descalificatorios del lugar social y familiar de estos sujetos, careciendo del contexto de condicionamientos socioeconómicos y culturales en su descripción de actitudes y conductas adolescentes. En este sentido, se coloca bajo la lupa una trayectoria biográfica interpretada en términos individualizantes (Beck, 2001), como si el sujeto fuera capaz de manejar, por sí mismo, el deterioro social que la pobreza deja impresa en los seres más vulnerables de una sociedad de clases.

El análisis de estos informes expertos habilita a pensar en un solo sujeto que se repite sin tiempo, lugar, ni origen social, generando la sensación de que su elaboración consiste en copiar y pegar caracterizaciones similares como si las trayectorias de estos adolescentes fueran pasibles de ser explicadas mediante un único discurso estereotipado (González Laurino & Leopold Costábile, 2017).

Si los informes técnicos a la justicia revisten la carga de la responsabilización individual, propiciando el “arrepentimiento” del adolescente que es conducido por la

justicia penal juvenil a la “confesión”, prevista como atenuante en el proceso, aparecen algunos relatos que no colocan el énfasis en la responsabilidad adolescente, sino en la promoción de su capacidad de reflexión que los conduciría al autoconocimiento. Este ejercicio de estímulo de expresión de los afectos involucrados en el proceso mediante la palabra estaría habilitando a pensar en la concepción foucaultiana de *parrhesia* que el autor rescata de los antiguos filósofos griegos y romanos que llevarían a sus discípulos al ejercicio del conocimiento de sí (Foucault, 2001, 2009, 2010).

Percepción experta de inutilidad de informes tecno-burocráticos

Si bien la tarea de elaboración de informes a la sede judicial puede ser tomada con entusiasmo por algunos operadores, para otros, resulta una experiencia tediosa e infructuosa, ya que, de acuerdo con sus relatos, las consideraciones técnicas expresadas en estas piezas escritas y dirigidas al juez no son leídas ni apreciadas si resultan excesivamente largas en sus argumentaciones.

Donde yo estoy parecemos más un técnico burócrata que hace informes para un legajo que nadie lee, porque ni siquiera el juez ni el defensor los lee. (Psicóloga. Promesem. Inisa).

Los informes son muy escuetos porque si vos al juez le das un informe de cuatro hojas no lo lee porque tiene muchos casos. Es lo que he escuchado. Tienes que ponerle bien concreto “educación física, participa en los talleres, bien, mal, más o menos” es muy escueto. Se pone sobre la familia: quién viene, quién no viene, bien específico, dos oraciones como mucho. El juez quiere buscar esto y lo encuentra. (Profesor de Educación Física. Privación de libertad. Inisa).

Pese a la referida influencia de los informes técnicos en las entrevistas de los operadores de la justicia juvenil en el procesamiento – tanto en las argumentaciones del fiscal, el defensor y el juez – surge la percepción generalizada entre los técnicos acerca de la escasa influencia de un trabajo que se advierte como poco reconocido y burocratizado. Por lo expuesto, esta apreciación técnica no parecería corresponderse con las entrevistas realizadas a los operadores judiciales ni con los expedientes analizados que, como ya fuera indicado, retoman las palabras de los expertos en las argumentaciones de los escritos jurídicos.

Es posible relacionar estas apreciaciones técnicas devaluadas con lo que Michael Lipsky (1983) denomina *street-level bureaucracy* en que la aplicación de la ley depende de las creencias de un tipo de funcionarios ubicados en el último eslabón de la cadena burocrática. De esta manera, afirma el autor, se despliegan estrategias individuales con legitimación de sus pares como formas de responder a las demandas del trabajo

cotidiano. Utilizando el concepto de Lipsky (1983) y las herramientas conceptuales de Pierre Bourdieu (1987, 1994), el equipo de investigadores formado por Halliday, Burns, Hutton, McNeill y Tata (2009) encuentran que los trabajadores sociales del área judicial experimentan sentimientos de desvalorización frente a otras profesiones históricamente reconocidas del campo jurídico. En el caso uruguayo, sin embargo, similar planteamiento involucraría otras profesiones y no se correspondería con la percepción manifestada por los técnicos judiciales durante las entrevistas, por lo menos, a nivel manifiesto.

Resistencias al nuevo protocolo de informes a los Juzgados Letrados de Adolescentes

Entre 2016 y 2018, Unicef, Uruguay contrató a una especialista latinoamericana – Maria Gracia Moraes de Ramírez (2018) – para la elaboración de un nuevo protocolo de informes técnicos que sería elevado por el sistema de medidas no privativas de libertad a los Juzgados de Adolescentes de Montevideo. La experta trabajó en forma conjunta con todos los actores nacionales e internacionales en la aprobación de un documento que culminó en 2018 con indicaciones concretas para la elaboración de los informes dirigidos al juez. De esta forma se aprobó lo que se denominó un Plan de Atención Individual que da cuenta del plan de trabajo acordado con el adolescente al inicio de la medida, así como sus avances y grados de cumplimiento. Los informes de las distintas áreas que antes eran elevados al juez quedan, a partir de 2016 en la carpeta del adolescente en Promesem del Inisa.

La modificación supuso que los nuevos dispositivos de información judicial estuvieran adscriptos a las tareas de un educador que oficia como referente en el trato cotidiano y directo con el adolescente. Sin embargo, esta figura del educador ha sido históricamente devaluada institucionalmente, posee escasa formación y proviene de los centros de privación de libertad, con síntomas de agotamiento físico y afectivo después de pasar por los espacios más desgastantes de los dispositivos de castigo. Este pasaje por los centros de encierro habría dejado marcas indelebles en los operadores más antiguos habituados al uso de prácticas deterioradas en el trato directo con los adolescentes que, probablemente, tiendan a replicar en contextos más abiertos pese al estímulo que reciben de las autoridades a la formación permanente y al reciclaje profesional que las medidas no privativas de libertad estarían demandando (González Laurino & Leopold Costáble, 2013).

Los relatos de operadores técnicos, que acostumbraban a elevar sus pareceres al juez, oscilan entre la desconfianza y una suerte de oposición pasiva que tienen que aceptar de una institución verticalizada. Las sospechas van desde “resulta más barato contratar educadores que técnicos especializados” hasta la expectativa de la reacción

negativa de los operadores judiciales, pasando por un cuestionamiento velado a la capacidad del educador que toma insumos técnicos para elaborar el Plan de Atención Individual e informar avances y retrocesos en su cumplimiento.

La dirección de Promesem, que participó activamente en el proceso de elaboración del plan de trabajo individual, supuso un severo cuestionamiento a las prácticas anteriores de elaboración de informes técnicos y operó pese a la resistencia manifestada tanto por los profesionales como por los operadores judiciales. “– No es fácil criticar el propio informe”, dirán las autoridades respecto a las piezas escritas que expresaban estereotipos sociales que influenciaban el destino de los adolescentes. No obstante, la disposición de poner en manos de un educador social escasamente formado y con problemas de *burnt out* en el sistema, no parecería haber sido la solución más adecuada para resolver el problema.

Consecuencias de la aplicación del Código de Proceso Penal en la justicia juvenil

El nuevo Código de Proceso Penal (Ley 19.293, 2014), que comenzó a implementarse en diciembre de 2017, implicó una serie de modificaciones que van desde la oralidad de audiencias grabadas hasta la centralidad de la figura de la fiscalía en la transformación hacia un proceso acusatorio. En el marco de una audiencia judicial, con lenguaje especializado y actores extraños, el adolescente puede, en esta nueva modalidad, identificar a su defensor y a las distintas figuras presentes en la audiencia. En el anterior sistema de procesamiento penal el adolescente conocía a su defensor en la instancia de la audiencia y, ante una estructura argumental opaca, le era imposible reconocer los roles jurídicos de los actores presentes en la sala, con las consecuencias implicadas en su defensa y sentencia.

El cambio en la forma de tramitación judicial que trajo el Código de Proceso Penal ha supuesto una modificación sustantiva en la regulación de la justicia penal juvenil debido, entre otras cuestiones, a la importante disminución de los adolescentes en el sistema penal juvenil (Tenembaum, 2019). No obstante, esta reducción del punitivismo penal en la gestión de la cuestión de la infracción adolescente no fue celebrada de la misma forma por todos los actores de la sociedad uruguaya. Mientras que la fiscalía resaltaba la disminución de la presión sobre el sistema de ejecución de medidas judiciales, por otra parte, se denunciaba la “benevolencia” para con las trasgresiones sociales y la disminución en la eficacia de la defensa social. Atacada por la derecha política, la fiscalía se vio forzada a defender los beneficios del sistema acusatorio con cifras procesales que pretendían mostrar que la eficiencia del sistema de procesamiento penal en jóvenes y adultos no había disminuido (Fiscalía General de la Nación. Uruguay, 2018, 2019).

Discusión

Como argumenta Foucault (2000) en su clase del 15 de enero de 1975 en el Collège de France, los informes no proceden estrictamente del análisis y el método científico ni se rigen por el modelo del discurso jurídico. No obstante, se apoyan en un paradigma de la verdad con consecuencias sobre la vida de los jóvenes que se colocan bajo la mirada del clínico. El autor analiza el informe experto que “se refiere mucho más a ese contexto de existencia, de vida, de disciplina del individuo, que al acto mismo que ha cometido y por el cual se traduce frente al tribunal de menores” (Foucault, 2000, p. 47). La reflexión foucaultiana muda en el debate uruguayo – ya saldado en términos jurídicos, aunque en la práctica del ejercicio de la justicia penal no se aplique como tal –entre el derecho penal de acto y el derecho penal de autor. De acuerdo con el Código Penal (Ley 9.155, 1933), el Uruguay juzga exclusivamente actos específicamente indicados en la letra de la ley. En la práctica, no obstante, en el sistema penal de adultos y, más aun, en el sistema penal juvenil, los procesamiento y sentencias están más relacionados con la totalidad de la vida de la persona que con el acto cometido, por lo que, ante un mismo hecho infraccional, el tipo de procesamiento y sentencia puede resultar diferente (González Laurino, 2014).

Como indica Foucault, mediante los informes técnicos, los procesos judiciales habilitan la elaboración de un doble juicio sobre la conducta trasgresora y sobre la persona del infractor. Por un lado, el análisis jurídico del acto determina la culpabilidad en la trasgresión a la norma penal, lo que, en términos jurídicos se denomina el “injusto”, sobre el que ha tematizado Carlos Uriarte (2013) en el caso uruguayo. Por otra parte, el estudio de lo que se consideran determinaciones biográficas del adolescente que lo vinculan a ámbitos familiares y sociales deteriorados habilitarían la conclusión de la ambigua noción de peligrosidad que queda impresa en el legajo del sujeto. En este recuento de la sucesión de acciones sin infracción, el experto estaría percibiendo predisposiciones individuales a las conductas trasgresoras en los antecedentes biográficos, conformando lo que el autor ha denominado el doble psicológico del delito que se rastrea en la personalidad del infractor (Foucault, 2000, pp. 28-35).

Es por este motivo que el juez solicita el informe técnico con énfasis en la biografía del sujeto, comprobando, de manera circular, que, en sus antecedentes personales, en la interpretación patologizada de su vida familiar, en el contexto socioeconómico de procedencia y en sus vínculos entre pares, radicarían las causas del accionar del adolescente en el acto infractor.

Tanto en las entrevistas a los operadores judiciales como a los técnicos del sistema de ejecución de medidas socioeducativas surge la expectativa del relato de la trayectoria biográfica del adolescente objeto de examen experto que explicaría,

mediante las peripecias de su socialización primaria y secundaria la inclinación a la trasgresión normativa. Se explica así el cuestionamiento a los informes técnicos como piezas iguales entre sí, con una tendencia a la repetición de las mismas categorías estigmatizadoras sobre la población adolescente que el nuevo modelo de informe a la sede judicial estaría intentando modificar, explicitando únicamente el grado de cumplimiento de un plan de trabajo establecido previamente con el adolescente.

Esta práctica del sistema penal juvenil también estaría avalando el señalamiento de los autores que han indagado en el fenómeno acerca de que el mismo acto puede ser juzgado en forma diferente según quien lo comete. Como fuera señalado, ya a inicios de la década del sesenta por Howard Becker “las leyes específicas están llenas de excepciones” ya que “la aplicación de la norma no es consecuencia automática de una infracción. La aplicación de la ley es selectiva y lo es diferencialmente según tipos de personas en distintos momentos y situaciones” ([1963]⁷ 2009, p. 152; cf. Nota 4).

Consideraciones finales

Como ha sido indicado en estudios anteriores (González Laurino, 2014), si bien se reconoce la iniciativa del sistema judicial que solicita los informes, tanto las entrevistas realizadas como los expedientes de la muestra seleccionada, dan cuenta de la receptividad de los técnicos en derecho de la biografía adolescente informada por los expertos, habitualmente retomada en las sentencias y en los escritos del fiscal y el defensor, mostrando, de esta forma, la influencia que ostenta el segmento de ejecución de medidas socioeducativas sobre el Poder Judicial. Esta observación alude a la responsabilidad de los expertos del área social y de la salud sobre la decisión judicialmente adoptada.

Los informes técnicos parecerían tener extremo poder sobre las decisiones judiciales con consecuencias sobre la vida de los adolescentes. Pese a algunas lamentaciones de los técnicos que operan en el sistema de ejecución de medidas que refieren desarrollar una actividad burocratizante a través de los informes dirigidos a la justicia – “nadie los lee”, dirán algunos entrevistados –, los expertos saben que su palabra es considerada, por lo que, si realizan una afirmación en lugar de la contraria, la interpretación de los operadores judiciales será distinta y, por tanto, diferente será la consecuencia sobre el destino de los adolescentes. En las consideraciones de fiscales, defensores y jueces la descripción de un adolescente en situación de soledad, sin respaldo familiar, sin soportes educativos o laborales supondrá indefectiblemente la privación de libertad por mayor tiempo, como operaba en la doctrina de la situación

7. El paréntesis recto refiere a la primera edición de la obra.

irregular, mediante el argumento de la protección y el control social del indisciplinado (García Méndez, 2004, 2011, 2017).

Resulta interesante el análisis de Ben Crewe (2011) cuando sostiene que la tarea de la rehabilitación ha dejado de ser un tema de relaciones interpersonales para pasar a redireccionarse desde el modelo cognitivo-conductual en el que se privilegia el informe de la conducta de los prisioneros sobre la capacidad terapéutica del trabajo vincular. De la misma manera argumentaba Robert Castel (1986) cuando decía que los sujetos dejan de ser tratados por los especialistas en detrimento de sus evaluaciones técnicas que van conformando los “historiales subterráneos” de los diagnósticos expertos que siguen la trayectoria vital del sujeto en las instituciones pronosticando su futuro en función de las probabilidades de ocurrencia de ciertos fenómenos futuros, pronósticos contrafácticos que no necesitan evidencia empírica para su comprobación, aunque signan la vida de quienes han sido etiquetados (cf. Goffman, [1963] 1995⁸; Zaffaroni, 1989; Zaffaroni, Alagia & Slokar, 2002).

La autopercepción del informe experto como discurso de verdad remite a la unidad de saber y poder referido por Foucault (2000), aunque algunos especialistas aparecerían cuestionando la utilización profana de las palabras técnicas en los escritos judiciales (González Laurino, 2014), deslindando, de esta forma su responsabilidad en la decisión que finalmente recaerá sobre el adolescente.

En este juego del desciframiento de la verdad los técnicos construirán sus informes en base a la trayectoria biográfica de los adolescentes, anticipando, en sus vulnerabilidades sociales, económicas y culturales, la concepción de un sujeto peligroso que ya estaba impresa en los múltiples abandonos de los que su biografía estaría dando cuenta. En este sentido, el adolescente es colocado a juicio tanto por la trasgresión cometida como por el informe experto, que confirmaría, una vez más, los rastros de trasgresiones sin ilegalidad impresas en las trayectorias vitales de estos adolescentes que estarían explicando, en el lenguaje experto, los motivos de la infracción a la ley penal por el que se los coloca bajo la lupa del tribunal y del especialista (Foucault, 2000).

En su análisis de las cárceles españolas, Elena Larrauri (2019) describe la psicologización del proceso de reeducación mediante una concepción teórico-metodológica cognitivo conductual sustentada en premios y castigos por actitudes y conductas en contextos de encierro que parecerían estar señalando un poder similar al de los informes técnicos sobre la justicia penal juvenil uruguaya. Al mismo tiempo llama la atención la similitud del caso uruguayo con el análisis de los informes técnicos de psicólogos y asistentes sociales en el caso del centro de privación de libertad adolescente en San Pablo (Lima & Alvarez, 2018). Estas asociaciones en la descripción de

8. El paréntesis recto refiere a la primera edición de la obra.

las mismas herramientas utilizadas en diversos escenarios, junto al análisis de análogas disyuntivas entre el personal custodial y los técnicos encargados de la elaboración de informes judiciales en distintos contextos nacionales, estaría hablando de tratamientos que se repiten en las instituciones de control social, con independencia del contexto en el que los conflictos se tramitan. En este sentido, es posible plantear como hipótesis que en los centros de encierro se plantean similares situaciones que reciben tratamientos metodológicos y disciplinarios parecidos.

Por otra parte, el relato de algunos entrevistados uruguayos estaría habilitando procesos de estímulo de conocimiento de sí mismo en los que medie el pensamiento y la palabra para transitar un proceso de autoapreciación y reconocimiento social con la guía de personas que promuevan procesos reflexivos, como expone Foucault en la etapa ética de su producción (2001, 2009, 2010). Aunque marginales, estos espacios se abren como esperanzas de autoafirmación social en la vida de estos adolescentes, al menos en las medidas a medio abierto, ya que, como dice Sartre en la biografía de Genet, “nuestra certidumbre de nosotros mismos encuentra su verdad en el Otro cuando este nos reconoce” ([1952]⁹ 2005, p. 69).

La construcción del sí mismo se ve seriamente cuestionada en condiciones de privación de libertad adolescente desde la perspectiva de la ética foucaultiana (2001, 2009, 2010), que solo puede ser pensada desde la lógica del castigo y el ejercicio de auto constricción y arrepentimiento indicado en el Código de la Niñez y la Adolescencia (Ley 17.823, 2004), defendido por los operadores judiciales y desarrollado en la práctica de los técnicos de ejecución de las medidas socioeducativas. Sin el “arrepentimiento” del infractor por la acción por la que fuera judicializado se abre la perspectiva de la “peligrosidad” como camino sin retorno que promueve un derecho basado en el actor y no en la acción trasgresora.

9. El paréntesis recto refiere a la primera edición de la obra.

Referencias

- ABAL, Alicia *et al.* (2005), *Adolescencia e infracción: una aproximación a la construcción subjetiva*. Montevideo, Instituto del Niño y el Adolescente en Uruguay. Centro de Formación de Educadores Sociales.
- AMERICAN PSYCHOLOGICAL ASSOCIATION. (2017), *Ethical principles of psychologists and code of conduct*. Washington, DC, Autor.
- ÁVILA NAVARRETE, Viviana. (2017), “¿Corresponsabilidad familiar en instituciones de reeducación para adolescentes infractores?”. *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud*, 15 (2): 1191-1206. <https://doi.org/10.11600/1692715x.1115080812>, consultado en 10/05/2018.
- BATTHYÁNY, Karina. (2008), “Pobreza y desigualdades sociales. Una visión desde el género”. *Papeles de Población*, 57: 193-207.
- BECK, Ulrich. (2001), “Vivir nuestra propia vida en un mundo desbocado: individualización, globalización y política”. In: GIDDENS, Anthony & HUTTON, Will (orgs.). *En el límite. La vida en el capitalismo global*. Barcelona, Kriterion Tusquets Editores, pp. 233-246.
- BECKER, Howard. (2009), *Outsiders. Hacia una sociología de la desviación*. Buenos Aires, Siglo XXI.
- BOURDIEU, Pierre. (1994), “Rethinking the state: Genesis and structure of the bureaucratic field”. *Sociological Theory*, 12: 1-18.
- BOURDIEU, Pierre. (1987), “The force of law: Towards a sociology of the juridical field”. *Hastings Law Journal*, 38: 814-853.
- CASTEL, Robert. (1986), “De la peligrosidad al riesgo”. In: CASTEL, Robert *et al.* *Materiales de Sociología crítica*. Madrid, La Piqueta, pp. 219-243.
- CHRISTIE, Nils. (1988), *Los límites del dolor*. México: Fundación de Cultura Económica.
- CÓDIGO DE LA NIÑEZ Y LA ADOLESCENCIA. (7 de septiembre de 2004), Ley n. 17.823. Publicado por el *Boletín Oficial del Estado* el 14 de septiembre de 2004. Impo. Centro de Información Oficial. Disponible en <https://www.impo.com.uy/bases/codigo-ninez-adolescencia/17823-2004>, consultado en: 21/01/2020.
- CÓDIGO DEL NIÑO. (8 de febrero de 1934), Ley n. 9.342. Publicado por el *Boletín Oficial del Estado* el 2 de mayo de 1934. Impo. Centro de Información Oficial. Disponible en <https://www.impo.com.uy/bases/leyes/9342-1934>, consultado en 21/01/2020.
- CÓDIGO DEL PROCESO PENAL. (19 de diciembre de 2014), Ley n. 19.293. Publicado por el *Boletín Oficial del Estado* el 9 de enero de 2015. Impo. Centro de Información Oficial. Disponible en <https://www.impo.com.uy/bases/codigo-proceso-penal-2017/19293-2014>, consultado en 21/01/2020.
- CÓDIGO PENAL. (4 de diciembre de 1933), Ley n. 9.155. Impo. Centro de Información Oficial. Disponible en <https://www.impo.com.uy/bases/codigo-penal/9155-1933/197>, consultado en 21/01/2020.

- CREWE, Ben. (2011), "Soft power in prison: Implications for staff – prisoner relationships, liberty and legitimacy". *European Journal of Criminology*, 8 (6): 455-468.
- DAROQUI, Alcira & LÓPEZ, Ana Laura. (2012), *Sujeto de castigos. Hacia una sociología de la penalidad juvenil*. Rosario, Homo Sapiens.
- DONZELOT, Jacques. (2008), *La policía de las familias. Familia, sociedad y poder*. Buenos Aires, Ediciones Nueva Visión.
- EL PAÍS. Suplemento "Qué Pasa". (2016), "Mismo problema, diferentes nombres. Sistema penal para adolescentes: el dilema de los mil nombres". Publicado el 12 de setiembre de 2016. Disponible en <https://www.elpais.com.uy/que-pasa/sistema-penal-adolescentes-dilema-mil-nombres.html>.
- FISCALÍA GENERAL DE LA NACIÓN. URUGUAY. (2019), "Aumenta la eficiencia del nuevo proceso penal". Disponible en <http://www.fiscalia.gub.uy/innovaportal/v/8549/1/innova-front/aumenta-la-eficiencia-del-nuevo-proceso-penal.html>, consultado en 15/03/2020.
- FISCALÍA GENERAL DE LA NACIÓN. URUGUAY. (2018), "Eficacia y eficiencia del sistema penal uruguayo durante el primer año del nuevo CPP: principales conclusiones". Montevideo, Departamento de Políticas Públicas de FGN. Disponible en <http://www.fiscalia.gub.uy/innovaportal/file/5980/1/sintesis-final-un-ano.pdf>, consultado en 15/03/2020.
- FOUCAULT, Michel. (2010), *El coraje de la verdad*. Curso en el Collège de France (1983-1984). Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica.
- FOUCAULT, Michel. (2009), *El gobierno de sí y de los otros*. Curso en el Collège de France (1982-1983). Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica.
- FOUCAULT, Michel. (2001), *La hermenéutica del sujeto*. Curso en el Collège de France (1981-1982). Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica.
- FOUCAULT, Michel. (2000), *Los anormales*. Curso en el Collège de France (1974-1975). Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica.
- GARCÍA MÉNDEZ, Emilio. (2017), *Infancia. ¿Para dónde van sus derechos?* Buenos Aires, Didot.
- GARCÍA MÉNDEZ, Emilio. (2004), *Infancia de los derechos y de la justicia*. Buenos Aires, Ediciones del Puerto.
- GARCÍA MÉNDEZ, Emilio. (2011), "La privación de libertad como forma de 'protección a la infancia': un caso paradigmático de construcción judicial de vulnerabilidad". *Espacio Abierto*, 14: 57-64.
- GARCÍA MÉNDEZ, Emilio & CARRANZA, Elías. (1990), "De la minoridad a la infancia-adolescencia: bases para una historia latinoamericana". In: *Infancia, adolescencia y control social en América Latina. Primer informe, San José de Costa Rica, 21 a 25 de agosto de 1989*. Buenos Aires, Unicri, Ilanud, Depalma.
- GARCÍA MÉNDEZ, Emilio et al. (2019), *Historia y futuro de la cuestión penal juvenil. De Tejedor a Videla*. Buenos Aires, Didot.
- GARLAND, David. (2006), *Castigo y sociedad moderna. Un estudio de teoría social*. México, Siglo XXI.

- GUERRA HENRIQUES, Helder Manuel. (2014), “Marginalidade e reeducação de menores em Portugal: A Colônia de Vila Fernando (1880-1940)”. *Estudios Humanísticos. Historia*, 13: 145-164.
- GOFFMAN, Erving. (1995), *Estigma. La identidad deteriorada*. Buenos Aires, Amorrortu, 1995.
- GONZÁLEZ LAURINO, Carolina. (2014), *Los discursos expertos sobre la responsabilidad en la infracción adolescente*. Montevideo, Comisión Sectorial de Investigación Científica. Universidad de la República.
- GONZÁLEZ LAURINO, Carolina & LEOPOLD COSTÁBILE, Sandra. (2013), “De crisis y reformas. El actual funcionamiento del sistema penal juvenil en Uruguay desde la perspectiva de sus actores y expertos”. In: GONZÁLEZ LAURINO, Carolina *et al.* (orgs.). *Los sentidos del castigo. El debate uruguayo sobre la responsabilidad en la infracción adolescente*. Montevideo, Comisión Sectorial de Investigación Científica. Universidad de la República – Trilce, pp. 45-69.
- GONZÁLEZ LAURINO, Carolina & LEOPOLD COSTÁBILE, Sandra. (2017), “La construcción del discurso de la responsabilidad en el sistema penal juvenil”. In: ABELLA, Rosana y FESSLER, Daniel (orgs.). *El retorno del “estado peligroso”*. Montevideo, Casa Bertolt Brecht – Grupo de Estudios sobre infracción adolescente. Comisión Sectorial de Investigación Científica, Universidad de la República, pp. 53-75.
- GUEMUREMAN, Silvia. (2011), *La cartografía moral de las prácticas judiciales en los Tribunales de Menores*. Los tribunales orales de la ciudad de Buenos Aires. Buenos Aires, Ediciones del Puerto.
- HALLIDAY, Simon *et al.* (2009), “Street-Level Bureaucracy, Interprofessional Relations, and Coping Mechanisms: A Study of Criminal Justice Social Workers in the Sentencing Process”. *Law & Policy*, 31 (4): 405-428.
- LARRAURI, Elena. (2019), “Reducing discretion in the administration of prison leave: In search of legitimacy”, *European Journal on Criminal Policy and Research*. Disponible en <https://doi.org/10.1007/s10610-019-09424-4>, consultado en 11/03/2019.
- LEAL, Denise Maria & MACEDO, João Paulo. (2019), “Os discursos protetivos e punitivos acerca dos adolescentes em medida de internação no Brasil”. *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud*, 17 (1): 207-221. Disponible en <https://dx.doi.org/10.11600/1692715x.17112>, consultado en 11/02/2020.
- LEOPOLD, Sandra. (2002), *Tratos y destratos. Prácticas públicas de atención a la infancia en Uruguay*. Montevideo: Tesis de Maestría en Trabajo Social. Universidad Federal de Río de Janeiro – Universidad de la República.
- LEOPOLD, Sandra. (2014), *Los laberintos de la infancia: discursos, representaciones y crítica*. Montevideo, Comisión Sectorial de Investigación Científica, Universidad de la República.
- LEY n. 16.137, de 28 de septiembre de 1990 que ratifica la *Convención de los Derechos del Niño*. Publicado por el *Boletín Oficial del Estado* el 9 de noviembre de 1990. Impo. Centro de Información Oficial. Disponible en <http://www.impo.com.uy/bases/leyes/16137-1990>, consultado en: 21/01/2020.

- LEY n. 18.711, del 1 de julio de 2011. Creación del Sistema de Responsabilidad Penal Adolescente (Sirpa) como servicio transitorio dependiente del Instituto del Niño y el Adolescente del Uruguay. Publicado por el *Boletín Oficial del Estado* el 25 julio 2011. Impo. Centro de Información Oficial. Disponible en <https://www.impo.com.uy/bases/leyes/18771-2011/1>.
- LEY n. 19.367, del 31 de diciembre de 2015. Creación del Instituto Nacional de Inclusión Social Adolescente (Inisa) como servicio descentralizado. Publicado por el *Boletín Oficial del Estado* el 27 enero 2016. Impo. Centro de Información Oficial. Disponible en <https://www.impo.com.uy/bases/leyes/19367-2015/11>, consultado en 3/02/2020.
- LIMA, Juliana Vinuto & ALVAREZ, Marcos César. (2018), “O adolescente em conflito com a lei em relatórios institucionais: pastas e prontuários do ‘Complexo do Tatuapé’ (Febem, São Paulo/SP, 1990-2006)”. *Tempo Social*, 30 (1): 233-257. Disponível em <https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2018.114545>.
- LIPSKY, Michael. (1983), *Street-level bureaucracy: dilemmas of the individual in public services*. Nova York, Russell Sage Foundation.
- MORAIS DE RAMÍREZ, Maria Gracia. (2018), Sanciones no privativas de libertad para adolescentes en Uruguay. Modelo de intervención. Montevideo, Poder Judicial, Fiscalía General de la Nación, Instituto del Niño y Adolescente del Uruguay (Inau), Instituto Nacional de Inclusión Adolescente (Inisa), Asociación Nacional de Organizaciones No Gubernamentales Orientadas al Desarrollo (Anong), Instituto Interamericano del Niño, la Niña y Adolescentes (IIN), Fondo de las Naciones Unidas para la Infancia (Unicef, Uruguay).
- MORÁS, Luis Eduardo. (2002), *Los hijos del Estado*. Montevideo, Departamento de Sociología. Facultad de Ciencias Sociales. Universidad de la República – Servicio Paz y Justicia – Uruguay.
- MORÁS, Luis Eduardo. (2016), *Estudio de las trayectorias de vida de adolescentes en conflicto con la ley con particular énfasis en la relación delito-trabajo*. Montevideo, OIT, Cinterfor.
- ORTEGA, Elizabeth. (2008), *El servicio social y los procesos de medicalización de la sociedad uruguaya en el período neobatllista*. Montevideo, Trilce.
- PLATT, Anthony. (1982), *Los “Salvadores del Niño” o la invención de la delincuencia*. México, Siglo XXI.
- SARTRE, Jean-Paul. (2005), *San Genet, comediante y mártir*. Buenos Aires, Losada.
- SILVA, Diego Balerio. (2001), “La acción educativa liberadora en contextos de control social. Buscando estrategias de disminución de la vulnerabilidad al sistema punitivo y de reducción de la violencia de las respuestas penales”. In: GADOTTI, Moacir (org.). *Lecciones de Paulo Freire. Cruzando fronteras: experiencias que se completan*. Buenos Aires, Clacso, pp. 225-257.
- SILVA, Diego Balerio. (2016), *Estrategia nacional de educación para personas en conflicto con la ley penal*. Grupo de trabajo Adolescentes. Montevideo, Unión Europea, Presidencia de la República, OIT-Cinterfor, Programa de Justicia e Inclusión.
- TENEMBAUM, Gabriel. (2019), “¿Dónde está la causa de todos los problemas de la criminalidad nacional? Las propuestas del Partido Nacional sobre el sistema de responsabilidad

- penal adolescente”. *Brecha*, 6 de setiembre de 2019. Edición 1763. Disponible en <https://brecha.com.uy/donde-esta-la-causa-de-todos-los-problemas-de-la-criminalidad-nacional>, consultado en 6/12/2019.
- URIARTE, Carlos. (1999), *Control institucional de la niñez adolescencia en infracción. Un programa mínimo de contención y límites jurídicos al Sistema Penal Juvenil (las penas de los jóvenes)*. Montevideo, Carlos Álvarez Editor.
- URIARTE, Carlos. (2006), *Vulnerabilidad, privación de libertad de jóvenes y derechos humanos*. Montevideo, Fundación de Cultura Universitaria – Centro de Formación y Estudios del Instituto del Niño y Adolescente del Uruguay.
- URIARTE, Carlos. (2013), “La cuestión de la responsabilidad en el derecho penal juvenil”. In: GONZÁLEZ LAURINO, Carolina *et al.* (orgs.). *Los sentidos del castigo. El debate uruguayo sobre la responsabilidad en la infracción adolescente*. Montevideo, Comisión Sectorial de Investigación Científica. Universidad de la República – Trilce, pp. 141-161.
- ZAFFARONI, Eugenio Raúl. (1989), *En busca de las penas perdidas. Deslegitimación y dogmática jurídico-penal*. Buenos Aires, Ediar.
- ZAFFARONI, Eugenio Raúl *et al.* (2002), *Derecho Penal*. Parte general. Buenos Aires, Ediar.

Resumo

Sentidos, práticas e modificações nos relatórios técnicos do sistema penal juvenil uruguaio

Mediante uma pesquisa qualitativa que combina a análise de relatórios judiciais e entrevistas, o artigo analisa a influência exercida pelos relatórios especializados sobre as decisões judiciais. Estuda-se a receptividade dessas peças discursivas nos Tribunais de Adolescentes de Montevideú e aborda-se a influência da descrição das biografias dos adolescentes, como se as trajetórias de vida dos sujeitos explicassem os motivos da conduta transgressora à lei penal e previssem o seu futuro, em uma espécie de prognóstico contrafactual de riscos, impossível de verificação empírica e inextricavelmente associado à concepção de periculosidade.

Palavras-chave: Relatórios especializados; Prognósticos; Periculosidade; Trajetórias biográficas; Sistema penal juvenil.

Resumen

Sentidos, prácticas y modificaciones en los informes técnicos del sistema penal juvenil uruguayo

A través de una investigación cualitativa que combina análisis de expedientes judiciales y de entrevistas, este artículo analiza la influencia de los informes expertos sobre las decisiones judiciales. Se estudia la receptividad de estas piezas discursivas en los Juzgados de Adolescentes de Montevideo, dando cuenta de la influencia de la descripción de las biografías adolescentes como si las trayectorias de vida de los sujetos explicaran los motivos de la conducta trasgresora a la ley penal, prediciendo su futuro, en una suerte de pronóstico contrafáctico de riesgos, imposible de verificación empírica, inextricablemente asociado a la concepción de peligrosidad.

Palabras-clave: Informes expertos; Pronósticos; Peligrosidad; Trayectorias biográficas; Sistema penal juvenil.

Abstract

Meanings, practices, and modifications in juridical technical reports of Uruguayan juvenile penal system

Through qualitative research that combines analysis of judicial records and interviews, this article analyses the influence of expert reports on judicial decisions. The receptivity of these discursive pieces in the Juvenile Courts of Montevideo is studied, giving account of the influence of the description of the adolescent biographies as if the life trajectories of the subjects explained the motives of the transgressive conduct to the penal law, predicting its future, in a kind of counterfactual forecast of risks, impossible to empirically verify, inextricably associated with the concept of dangerousness.

Keywords: Expert reports; Forecasts; Dangerousness; Biographical trajectories; Juvenile penal system.

Texto recebido em 17/7/2020 e aprovado em 1/2/2021.

DOI: 10.11606/0103-2070.ts.2021.172532.

CAROLINA GONZÁLEZ LAURINO é doutora em Sociologia e Ciências Políticas, professora titular do Departamento de Trabajo Social da Facultad de Ciencias Sociales da Universidad de la República de Uruguay. Coeditora da revista *Fronteras*, do Departamento de Trabajo Social da Facultad de Ciencias Sociales de la Universidad de la República. Pesquisadora do Sistema Nacional de Investigadores (SNI) da Agencia Nacional de Investigación e Innovación (ANII). E-mail: carolsoc@gmail.com.



Repensando as interpretações e memórias de 1968

Pablo Emanuel Romero Almada*

<https://orcid.org/0000-0002-3729-8360>

Introdução

Os anos 1960 e especialmente as manifestações sociais de 1968 têm sido um dos temas de bastante destaque na historiografia e na teoria social contemporânea. A projeção da memória de 1968 no tempo presente, tomada pelos balanços memorialísticos flagrantemente nas comemorações decenais, é, portanto, o objeto do presente artigo. Parte-se de um duplo questionamento: o primeiro refere-se à tematização inicial proposta pela Teoria Social, o que posteriormente se configurou como um afastamento do interesse analítico e teórico sobre este objeto, para que, então, despertasse o interesse analítico por parte da História do Tempo Presente; o segundo diz respeito à concepção de 1968 em suas “comemorações”, ou seja, entender como 1968 foi abordado nos seus respectivos aniversários, para, finalmente, lançar um olhar sobre o sentido da memória subjacente às interpretações dessa data (e do que ela representa histórica e culturalmente). Considera-se que houve mudanças nos sentidos, nas interpretações e nas análises dos acontecimentos de 1968, por parte de seus protagonistas e teóricos, sobretudo no sentido de apagamento daqueles eventos (Ross, 2002). Por isso, os resultados da pesquisa aqui apresentada questionam como essas mudanças estão presentes nas revisitações acadêmicas e na composição das memórias dos protagonistas, as quais projetam considerações individuais sobre os ocorridos e os respectivos pontos de vista das coletividades.

* Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara, São Paulo, Brasil.

Do ponto de vista metodológico, a História do Tempo presente colocou a memória como categoria central, a partir do reconhecimento e da busca de correlações fragmentais que fazem parte de sua demarcação pela experiência (Sandoica, 2004). A relação entre história e memória apresenta o “trabalho do tempo” (Nora, 2008, p. 134), que incide sobre a história mitificada e a historiografia de reconstrução, pois a mitificação acaba pondo em risco a própria memória. A memória é o espaço de reconstrução dos eventos do passado, e sua representação evidencia o retorno ao momento comemorado, mas sob a égide das forças e dos pensamentos políticos e identitários do presente. São as ideologias, os movimentos teóricos e filosóficos – além da própria conjuntura política – que guiarão os sentidos e as possibilidades de reinterpretação a partir da memória e da subjetividade. Trata-se, portanto, de reconhecer que são mobilizadas Políticas de Memória, ou seja, a memória social pela qual se busca compreender “como a sociedade interpreta e se apropria de seu passado” (Sandoica, 2004, p. 526).

No “calor dos acontecimentos”, 1968 se apresentou como um objeto de reflexão das teorias sociais, influenciando sobremaneira diversas abordagens teóricas das ciências sociais, da filosofia e da história, sejam elas próximas do pensamento conservador, do marxismo ou das teorias da subjetividade (Wieviorka, 2018). Tais escritos elaboraram conceitos derivados de um paradigma revolucionário, o qual interliga a teoria social e a ação política em torno do marxismo “ocidental”, do estruturalismo e do pós-estruturalismo, construindo conceituações que ainda são bastante utilizáveis na compreensão macrossociológica. Porém, já nas décadas seguintes, novas concepções teóricas trouxeram, de algum modo, a reflexão de 1968 para a formulação de novas categorias analíticas. É o que acontece na década de 1980, quando a perspectiva de nova subjetividade reinterpreta aqueles acontecimentos mediante a fragmentação social e o individualismo, opondo-se ao paradigma revolucionário anterior. Na década seguinte, 1968 é majoritariamente compreendido por seu fracasso, conforme a teoria social se debruça cada vez mais na compreensão de fenômenos impulsionados pela globalização e pelo consenso político em torno das democracias liberais. Assistesse ao florescimento do paradigma pós-moderno (Santos, 2006), o que implicou a atitude de repensar a validade das categorias da modernidade e, ao mesmo tempo, questionar a pertinência de novos paradigmas.

1968 e a Teoria Social Contemporânea

O Maio de 1968 é um evento-chave para a compreensão dos desenvolvimentos sociais e políticos do século XX. Sua importância é devidamente trabalhada na teoria social e na historiografia até hoje, fato que, desde o seu surgimento, desperta maior

atenção de intelectuais e de cientistas sociais com as mais variadas abordagens. Os primeiros estudos produzidos “no calor dos acontecimentos” revelam importantes aspectos do campo de debate intelectual francês, o qual era praticamente dominado pela fenomenologia de Jean-Paul Sartre e pelo estruturalismo, ambos em estreito diálogo com o marxismo. Edgard Morin, Cornelius Castoriadis e Claude Lefort, em um dos primeiros balanços produzidos sobre os eventos, ressaltaram a originalidade cultural do Maio de 1968, a “brecha” que indicava a abertura de novos tempos, contrários à dominação das guerras, da sociedade de consumo e do crescimento capitalista (Morin, Lefort & Castoriadis, 2018). Com motivações variadas, esses intelectuais lançaram um olhar sobre como as manifestações ocorriam nos *campi* franceses, buscando identificar a potencialidade de transformação social que estava sendo aberta, mas sem apostar em uma direção unívoca.

Na mesma linha, Henri Weber e Daniel Bensaid, na obra de 1968 intitulada *Mai 68: une répétition générale*, utilizaram-se de sua experiência como militantes trotskistas para afirmar que o Maio de 1968 era um indicativo de que o mundo seria mudado em direção contrária ao capitalismo (Weber, 2008). O paradigma revolucionário seria, portanto, aquele que uniria a política, a transformação social e o anticapitalismo, presentes no ensaio de 1968 e que, por conseguinte, se desenvolveria em momentos posteriores. Como a expectativa revolucionária não se concretizou, deixou em aberto algumas lacunas quanto à própria capacidade do movimento estudantil em conduzir uma revolução de modo independente da classe trabalhadora. No que lhe concerne, essa explicação se contrapõe às tensões teóricas e práticas descritas por Alain Touraine, em sua Teoria da Ação. Na obra *La société post-industrielle*, o sociólogo francês elabora a sua explicação do movimento estudantil com base na transição do modelo societal da sociedade industrial para a sociedade pós-industrial, identificando que o ator de transformação histórica da primeira, a classe operária, encontrava-se limitado e enfraquecido devido ao exercício de poder do patronato e controle fabril (Touraine, 1971). O movimento estudantil surgiria como um novo movimento social, o qual expressaria as capacidades de mudanças técnico-produtivas e o papel preponderante na produção tecnológica assumidos pelas universidades, distanciando-se também dos conflitos classistas anteriores (Waters, 2008).

Paradoxalmente, uma análise do pensamento marxista francês revela que o interesse por 1968 não decorreu especificamente do acontecimento, mas a partir das inúmeras discussões em torno das renovações do socialismo que ocorriam na Europa desde a primeira metade daquela década. Louis Althusser e parte da intelectualidade marxista francesa estiveram empenhados, desde 1966, em revitalizar o marxismo do Partido Comunista Francês (PCF) em torno de uma ciência marxista e de uma formulação teórica com maior precisão na condução das lutas de classe. Essas críticas

influenciaram os rumos do PCF e de estudantes ligados à organização, especialmente com relação ao stalinismo, permitindo uma aceitação do maoismo pelas camadas estudantis (Capdevielle & Ray, 2008; Levine, 2003). A postura antistalinista foi compartilhada por outras correntes políticas gestadas fora do movimento estudantil, encontrando ressonâncias e aproximações nos direcionamentos de Guy Debord e da Internacional Situacionista, as quais ensejaram o socialismo libertário e conselhistas, de crítica à espetacularização cultural do capitalismo (Corrêa & Mhereb, 2018).

Fora do meio intelectual francês, Herbert Marcuse recebeu atenção especial por parte da esquerda estudantil alemã e norte-americana com a publicação de *One-dimensional man*, em 1964, por causa de seu diagnóstico acerca das impossibilidades da transição na sociedade capitalista submetida à lógica totalitária (Marcuse, 1973). Nessa obra, Marcuse postulou criticamente que a tecnicidade do capitalismo havia fechado as portas para os tradicionais conflitos de classe, ao converter a técnica em um meio político de dominação. O filósofo alemão indicou um terreno fértil, embora restrito, de surgimento de “novos sujeitos emancipatórios” na esfera da estética e da arte, valorizando a ação de grupos marginalizados pelo processo produtivo, algo que se edificaria com o movimento estudantil e as lutas terceiro-mundistas alguns anos mais tarde (Marcuse, 1969, 1981; Valle, 2005). O movimento estudantil exerceria o papel de “catalisador” das lutas sociais compondo novos círculos de mobilização e de proximidade com os imigrantes, com o movimento negro, com os movimentos feministas, com as lutas por direitos políticos e civis e com os movimentos de libertação nacional e anti-imperialistas. Foram a antecipação da existência de novas forças sociais, bem como o lançamento de um olhar sobre o chamado “terceiro mundo”, que trouxeram um caráter de aproximação de Marcuse com o movimento estudantil alemão e estadunidense (Katsiaficas, 1987).

Se Althusser e Marcuse obtiveram uma relação muito mais política e militante com os movimentos estudantis, as percepções de 1968 não se restringiram às formulações da teoria marxista. Filósofos e sociólogos das mais variadas correntes de pensamento – como Michel Foucault, Gilles Deleuze, Félix Guattari, Jacques Lacan e, ainda, os chamados *nouveaux philosophes*, como Bernard-Henri Lévi, André Glucksmann e Alain Finkielkraut – atribuíram um novo recorte em torno do acontecimento estudantil e das particularidades do caso francês. Para os *nouveaux philosophes*, 1968 tinha a especificidade de haver sido um momento revolucionário, que dominou os imaginários da esquerda e que nutriu sonhos em torno da emancipação, mas cujo resultado foi o contrário do esperado.

Essas leituras, centradas no caso francês, ainda que demarcadas pela heterogeneidade de escritos sociológicos e filosóficos, identificam o “pensamento 68”, cuja epistemologia era a da desconstrução histórica do sujeito coletivo, ao enfatizar as

relações de poder e a descentração do sujeito (Ferry & Renaut, 1990). Nesse pensamento, os acontecimentos de 1968 são “propagadores da tecnocracia, uma extensão continuada da sociedade de consumo e da padronização da cultura de massa, [...] sancionando o crescimento de um individualismo hedonista, [...] um estágio para o retorno massivo da ideologia liberal em meados da década de 1970” (Starr, 1995, p. 33). Portanto, uma crítica pertinente ao chamado “pensamento 68” conduz aos limites da localidade do movimento, ou seja, da sua exclusividade ao caso francês (ou europeu), e à falta de paralelo com o restante do mundo, além da perda de sentido dos conflitos, das utopias e das ideologias da sociedade industrial.

Paralelamente, Michel Foucault percebia a exclusividade do “evento” em terras francesas, entendendo-o positivamente como “antimarxista”, ou seja, contrário ao marxismo soviético, mas elucidando a relação entre corpo, linguagem e poder. Esse direcionamento mais tarde foi entendido como um dos componentes inéditos, constituintes de uma linguagem de protesto antidisciplinar, presentes não apenas nas rebeliões dos anos 1960, mas nos movimentos de contestação posteriores (Stephens, 1998). A contra-herança de 1968, como formulada por Gilles Deleuze e Félix Guattari, foi a constatação de impactos na política, na linguagem e na subjetividade, que eram projetados a partir de um capitalismo dependente de uma *machine désirant*, e sua “produção pela produção”, resultando no esquizofrênico esvaziamento do sujeito (Deleuze & Guattari, 2010).

Com o anúncio da crise de paradigmas das ciências sociais de finais da década de 1980, tornaram-se raras as reflexões teóricas sobre 1968 e, quando ocorrem, evidenciam o sintoma de um fracasso da crítica inerente aos protestos dos anos 1960. A contestação estudantil de 1968 foi vista através da crítica social ao capitalismo, evidenciando a crise do fordismo, a crítica ao consumismo e a aceitação de uma ideologia antiprodutivista e pós-materialista (Santos, 1994). Embora se questione a recusa da cidadania liberal, 1968 não indicou a construção de alicerces para a edificação da subjetividade como parte de uma nova cultura política. Por isso, foi dado que sua eficácia havia sido parcial, o que significa que nem se consolidou uma revolução, nem se consolidou uma reforma, tampouco sua gramática de conflitos é unívoca.

Em contrapartida, o mecanismo de sucesso dos movimentos de 1968 explicitou a junção de uma “crítica artística”, conduzida pelos estudantes contra a opressão social, e uma “crítica social”, conduzida pelos trabalhadores contra a ausência de solidariedade no capitalismo (Boltanski & Chiapello, 2008). Essas análises reiteram que 1968 resultou na não conciliação entre os velhos e os novos sujeitos e os movimentos sociais, entre capital e trabalho, mas, sim, na disputa pelo significado em torno da complexa problemática referente aos velhos esquemas classistas. Essa foi a contribuição da formação de um “novo espírito do capitalismo” (Boltanski & Chiapello,

2008), em que esse sistema passou a incorporar, primeiramente, a crítica social dos trabalhadores e, posteriormente, a crítica artística dos estudantes, integrando-as à sua dinâmica de controle, de lógica produtivista e ideológica das demandas sociais.

Um balanço geral das interpretações elaboradas pela teoria social a partir dos anos 1980 sobre os protestos de 1968, apesar de sua enorme heterogeneidade, apresenta um ponto em comum: o consenso de que as suas conquistas pararam de produzir efeitos sociais e sofreram reveses nos tempos atuais. Os novos problemas sociológicos voltaram-se à compreensão do tempo presente e de novos fenômenos de mobilização social, e, sendo assim, entende-se que a Teoria Social tenha procurado redimensionar 1968 com base nas diversas vertentes expostas anteriormente.

Reconstruindo 1968 a partir da memória

O evento de 1968, por conta de sua imensa pluralidade de sentidos, foi objeto de diversas interpretações e especulações. Nos períodos de “comemoração”, a cada dez anos, surgem abordagens notadamente diferenciadas com relação às precedentes. Essas “comemorações” operam um entrelaçamento interdisciplinar e, às vezes, não se filiam a nenhum sentido unívoco, tampouco surgem como consensos entre pesquisadores, intelectuais e participantes.

Na ocasião dos *dez anos*, a presença de 1968 sofreu do silenciamento, sendo “objeto de contracomemoração” no contexto francês, por causa da construção de uma espécie de “identidade de 68” que reduziria a pluralidade à unidade (Cardoso, 2001, p. 208). O paradigma encontrado para a interpretação dos estudos e relatos lançados ao final da década de 1970 – e que repercutem na década seguinte – remete às construções de uma observação participante, ou seja, de um relato da participação individual que contrasta a desilusão individual com a coletiva (Stephens, 1998).

No Brasil, também nesse período, 1968 ainda apresentava um impacto recente no *establishment* em razão do contexto político da ditadura brasileira, de tal modo que ainda havia uma escassez de estudos sobre o tema. Foi o período de publicações de antigos participantes (Gabeira, 1979; Betto, 1991), com destaque para os relatos da experiência na luta armada, os quais retrataram as táticas e ações de grupos armados, como a Aliança Libertadora Nacional (ALN) e o Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-08), quase sempre endossando uma visão de orgulho com as participações, ou de um leve distanciamento crítico com os ocorridos.

Nos *vinete anos*, especialmente na Europa e nos Estados Unidos, as narrativas elucidaram não apenas a desilusão coletiva, mas a mistura entre o sentido nostálgico, o desnorteamento dos valores e a contraposição entre o idealismo do passado e o desalento do tempo presente (Stephens, 1998). O 1968 retomado nos anos 1980

foi interpretado como a origem do pós-modernismo, dados o fracasso e o desencantamento da esquerda, a proliferação das classes médias e o crescimento do conservadorismo (Callinicos, 2011). Em 1988, foram combinados efeitos produzidos ao longo daquele ulterior decênio – em torno da égide neoliberal e da derrocada da União Soviética – com uma normalização ou negação do passado, simplificações ou apropriações ideológicas, fixação ou perda não reconhecível e persistência de poucos signos do passado (Cardoso, 2001).

Ao final dessa década, é dado início às publicações acadêmicas brasileiras nesse campo, permitindo um tratamento mais específico do movimento estudantil brasileiro e das relações de conflito e protesto contra a ditadura militar (Martins Filho, 1987). Não obstante, a maioria das publicações realizadas naquele momento foram escritas por ex-participantes, agora acadêmicos, focando nas experiências da luta armada e suas relações com o contexto político da ditadura e da repressão (Gorender, 1987; Reis Filho & Moraes, 1988; Reis Filho, 1990), ou, ainda, foram resultados de pesquisas exclusivamente acadêmicas sobre a luta armada e os dilemas revolucionários da esquerda brasileira (Ridenti, 1993). O ano de 1968 também foi abordado de modo jornalístico, destacando a formação cultural e política de uma geração, cuja rebeldia foi um dos principais legados daquele “ano que não acabou” (Ventura, 2008a).

Por ocasião dos *trinta anos*, são percebidos dois caminhos interpretativos. O primeiro diz respeito à abertura global de análises que começou a ser empreendida por diversos teóricos, compondo um entendimento de interligação entre os eventos de distintos países, entre a contestação política, entre o passado e o presente, as imagens, os sonhos e fracassos revolucionários dos atores e seus ativismos políticos (De Groot, 1998; Harman, 1998). A noção de *sixties* também passou a ser empreendida, ao evidenciar as dinâmicas da contracultura e as insurgências político-culturais, inspiradas nos processos de insurgência terceiro-mundistas (Marwick, 1998). Esse radicalismo também foi identificado como uma linguagem antidisciplinar, que definiu os impasses políticos e culturais dos protestos e das rebeliões, oscilando entre o radicalismo dos *sixties* e o individualismo pós-moderno, em torno da complexa relação de recusa do passado e de aceitação dos termos da política contemporânea (Stephens, 1998).

Esses estudos trouxeram várias ampliações teóricas e comparativas. Uma delas é *geopolítica*, pois 1968 não foi apenas a cronologia dos eventos de Paris, mas sim um conjunto de acontecimentos espalhados pelo mundo. A *temporalidade* também foi algo incorporado, pois falar-se de 1968 pode ser cabível à mobilização estudantil no Brasil, ao *Massacre de Tlatelolco* no México, ou aos eventos da *Primavera de Praga* na Tchecoslováquia, e aos *Incidentes de 68* na Espanha, todos no mesmo ano; ou

ainda, o *Free Speech Movement*, de 1964, dos Estados Unidos, a *Oposição Extraparlamentar*, de 1966, na Alemanha Ocidental, o *Cordobazo*, de 1969, na Argentina, a *Crise Acadêmica*, de 1969, em Portugal.

Quanto ao Brasil, esse movimento do 1968 global não se faz sentir por completo nos delineamentos acadêmicos do tema. No que lhe concerne, há uma perspectiva aberta de estudos comparados, através de contextos como o brasileiro, o francês e o mexicano (Martins Filho, 1996), mas cuja principal preocupação são os tons e desenvolvimentos da violência do regime militar para com os estudantes e com a esquerda, em geral, tanto nos episódios mais conhecidos, como a morte do estudante Edson Luís, a Sexta-Feira Sangrenta, nos conflitos da Rua Maria Antônia e no fechamento do XXX Congresso da UNE, quanto no fechamento da UNB em Brasília (Martins Filho, 1998; Valle, 1999; Gurgel, 2002).

O segundo caminho diz respeito aos estudos memorialísticos, os quais articulam dimensões da memória coletiva e a disputa de versões, de participantes e da mídia. Na França, os trinta anos foram tratados a partir de uma “memória comemorativa”, que atribuiu ao passado a condição de “proliferação puramente memorial” (Nora, 2008, p. 170). Os balanços resultantes a partir daí compuseram “o formativo período de memória coletiva dos eventos de 1968”, pavimentada por uma geração de ex-participantes e a sua entrada na política institucional (Reynolds, 2011, p. 28). Percebeu-se também o “surgimento do estudante nas demonstrações de rua do período” (Mann, 2011, p. 204), realizando um resgate daquelas manifestações e da participação individual, algo que havia sido silenciado nos relatos das últimas três décadas. No entanto, a enorme quantidade de estudos e de discursos existentes resultou em um efeito contrário da retomada memorial no Maio Francês, pois a produção desses discursos foi proporcional ao efeito de “liquidar [...], apagar ou tornar obscura a história de Maio” (Ross, 2002, p. 3).

O diferencial para esse momento de composição memorialística é a participação dos meios de comunicação e da grande mídia no tratamento da memória de 1968, oferecendo interpretações outras, até mesmo concorrentes. No Brasil, os relatos de ex-líderes do movimento estudantil brasileiro, bem como a conjunção das visões de intelectuais e outros líderes de movimentos pelo mundo, de acadêmicos e jornalistas (Dirceu & Palmeira, 1998; Garcia & Vieira, 1999), identificaram que ainda era possível construir outras interpretações, bem como estimar que o legado de 1968 ainda estaria em disputa na formação das forças políticas, de suas aspirações e projetos para o tempo presente. O outro aspecto desses trinta anos foi denominado de “retorno midiático”, conforme se postulou um confronto entre os efeitos dos acontecimentos e o poder de manipulação e de espetacularização dos eventos (Cardoso, 2001). A leitura da revista *Veja* incorreu nesse sentido, ao divulgar a composição ideológica

em torno do silenciamento dos protestos estudantis. Ao enfatizar a lógica de uma revolução moral e de uma juventude transviada e perdida, o semanário valorizou aspectos específicos da contracultura, destacando os ecos da conjuntura internacional e o desmonte dos “bons costumes”, sem elucidar nenhum saldo positivo (Valle, 2012, pp. 137-139). Já o jornal *O Estado de S. Paulo* apresentou relatos de antigos protagonistas, acentuando a temática da luta armada, com o intuito de desaboná-la ou, ainda, de ensinar relatos céticos e autocríticos, denotando o arrependimento dos participantes em relação aos efeitos políticos da luta armada, mediante sua recente entrada na política institucional e incumbência em cargos governamentais (Valle, 2018). A visão midiática reforçou os sentidos da violência, ao apresentar uma condenação dela pela opinião pública, enquanto as memórias dos participantes ressaltavam o não arrependimento e a atualidade daquelas atitudes do passado.

Os balanços dos *quarenta anos* demonstraram a continuidade de várias perspectivas abertas desde as últimas décadas. Destacam-se dois movimentos: um primeiro, composto pelo alargamento do 1968 global; o segundo, pela entrada do conservadorismo na disputa da memória (Scott-Smith, 2008).

O primeiro movimento, de alargamento das considerações do 1968 global, resalta as vertentes da história transnacional de protestos, que deu relevo às análises comparativas entre os países e às circulações de ideias e movimentos transfronteiriços. Essa perspectiva se coadunou com paradigmas epistemológicos mais recentes, como o feminismo e o pós-colonialismo. Sobressai o questionamento quanto a 1968 ter sido um momento de projeção da imagem da racionalidade ocidental, que abafaria o surgimento de novas perspectivas pós-coloniais de alteridade (descentradas da narrativa universalista ocidental) e que enunciaria também a presença de outros atores, como o movimento feminista e de mulheres negras, além da significativa presença dessa contestação em outros espaços descentrados do contexto europeu (Bhambra & Demir, 2009). Dado o alargamento espacial dessas relações trans-históricas, é preciso também questionar como os novos conflitos revolucionários do mundo contemporâneo, como a Primavera Árabe, não aferem os limites das perspectivas críticas de transformação social, almejados pelo Ocidente e dos quais 1968 é o seu principal representante contemporâneo (Pawling, 2013). Essas interpretações instigam a pesquisa social para transpor os limites da modernidade ocidental, já que 1968 pode conter ambivalências não apenas na construção de seu discurso analítico, mas também na projeção imagética da representação do Ocidente e de sua crítica social.

O segundo movimento elucidava as respostas conservadoras e revisionistas sobre 1968, em específico ao Maio Francês, conforme o argumento de rebelião social passa a ser mantido sob suspeição ou, então, profundamente questionado. Assim, em termos gerais, concebeu-se a culpabilidade do fracasso de 1968 por parte de seus

próprios atores, insinuando que as coisas poderiam ter sido diferentes e que, devido à “negligência da militância laboral”, houve o fracasso e a derrota da rebelião de 1968 (Mann, 2011, p. 204).

Porém, o principal ataque conservador a 1968 esteve nas eleições francesas de 2007, quando Nicolas Sarkozy clamou pela liquidação da herança de 1968. O surgimento de um pensamento anti-68 vinha se erigindo no contexto francês, visando a atacar algumas das consequências posteriores à data, como a presença significativa da esquerda nos campos universitários e no domínio do debate público (Gordon, 2008). Esse é um efeito que elucida como o passado foi percebido, reivindicado e manipulado pelo presente, dada a capacidade de perpetuação de 1968 na memória. Em torno disso, construiu-se uma espécie de “história oficial”, que passou a dominar algumas das representações e que, ao longo das comemorações decimais, teve o seu sentido progressivamente reduzido (Reynolds, 2011, p. 12). Essa redução esteve presente na descrição de que a violência seria apenas simbólica, de que as ações poderiam ser reduzidas aos *slogans*, de que as consequências estariam limitadas às áreas específicas do feminismo, da ecologia, da moral e dos avanços culturais, e, ainda, geralmente, essa perspectiva redutora surge também no Maio Francês, que aparece diluído, mutilado, mitologizado, abandonando sua perspectiva histórica (Reynolds, 2011, p. 13).

No Brasil, os quarenta anos apresentaram, por um lado, menor influência dos paradigmas anteriormente descritos, e, por outro, descreveram um contexto ainda mais complexo de silenciamentos projetados pela violência da ditadura militar, os quais encontram nas universidades um local de constante vigilância e significativa ação das forças repressivas (Motta, 2014). Destacam-se as narrativas de outros personagens cujas memórias ainda não haviam sido revisitadas (Meloni, 2009) ou, ainda, a compreensão das temáticas acerca do sentido das memórias, a partir de estudos acadêmicos e da abordagem de novos contextos pelo Brasil (Zaidan Filho & Machado, 2007; Fico & Araújo, 2009), bem como, finalmente, os aportes globais da revolta estudantil e seus efeitos na articulação de lutas sociais (Grosso, 2005; 2008). Do ponto de vista jornalístico, a temática do destino das gerações e de seus possíveis sucessos e/ou fracassos também esteve presente no debate, ao se observarem as trajetórias biográficas desses personagens, mas, do ponto de vista do tempo presente, suscitando-lhes um balanço memorialístico, o qual raramente é dado por ressentimentos, elaborando-se muito mais pela construção de um orgulho, por um não arrependimento, ainda que mantida certa distância para com as ideologias e as práticas implementadas anteriormente (Ventura, 2008b). A mídia tradicional, ao referenciar os quarenta anos de 1968, também se direcionava para um caminho semelhante, de acordo com os ideais de justiça social, condicionados a resultados

políticos e econômicos satisfatórios. Para tanto, dever-se-ia afastar o ideário político de 1968, compondo um discurso conservador e cético frente às transformações sociais e aos efeitos positivos da contestação (Valle, 2012).

Os cinquenta anos e as suas possibilidades interpretativas

Como compreendido até aqui, a pluralidade de explicações sobre 1968 pode ser percebida de modo diacrônico, tanto referenciando as leituras que se sobressaem, quanto tomando os paradigmas e análises acadêmicas do contexto francês e brasileiro. Conforme mudam as abordagens de 1968, aqueles acontecimentos passam a ser muito mais ambivalentes e incertos do que outrora, pois, paradoxalmente, há maior complexidade de contextos, de causalidades e de implicações espaciotemporais, do mesmo modo que os acontecimentos são reduzidos e mitificados de acordo com a conveniência das partes interessadas. A disputa de sentidos que o acontecimento produz, portanto, está longe de uma resolução unívoca, mas conduz a pesquisa por investigar como essas disputas podem ser dadas no presente momento, ou seja, observando o período da comemoração dos cinquenta anos.

No caso do Brasil, uma primeira abordagem pode ser construída a partir da análise bibliográfica acerca de obras publicadas (livros) em 2018 sobre 1968¹, em um recorte ainda preliminar. Descartadas as obras republicadas, a gama de livros é menor que no decênio anterior, ainda que haja maior presença de autores devido aos livros produzidos sob o formato de coletânea. Ressalta-se também a prevalência de estudos de acadêmicos e intérpretes em detrimento de depoimentos ou versões de ex-protagonistas: visto que a idade dos protagonistas já se encontra elevada ou que muitos destes já não estão mais vivos, estariam os intérpretes tomando o lugar dos protagonistas? A pesquisa empreendida nesse campo demonstra que os estudos acadêmicos têm incorporado grande parte da visão dos protagonistas, oferecendo modelos interpretativos pouco descolados daqueles oferecidos pelos protagonistas.

Esse pequeno descolamento não significa o apagamento da participação dos ex-protagonistas. A principal característica dos escritos sobre 1968 em seus cinquenta anos é a consolidação das pesquisas nas áreas de História e Ciências Sociais, de modo que as visões de intelectuais e de ex-participantes se aproximam e se combinam, criando uma espécie de consenso em torno da importância de 1968 em oposição à ditadura militar (Miranda *et al.*, 2018; Nunes *et al.*, 2018; Muller, 2018). No

1. O levantamento dessa bibliografia foi possível graças ao projeto “Protagonistas e Intérpretes de 1968: Silenciamento, Ocultamento e Memória”, financiado pela Fapesp (n. 2017/18171-7) e coordenado pela profa. dra. Maria Ribeiro do Valle, Unesp – FCLAR.

entanto, a noção de oposição ganha novos contornos. Primeiramente, como parte das pesquisas aborda contextos e conjunturas locais que estão descentralizadas do eixo Rio-São Paulo, pelo qual os primeiros estudos se pautaram, amplia-se também a percepção de que não somente a resistência estudantil esteve espalhada por todo o Brasil, como a própria violência do regime militar não foi nada pontual, mas, sim, sistemática, presente nas capitais e nos interiores.

Em segundo lugar, reforça-se a percepção de que o movimento estudantil não foi o único ator a se mobilizar contra a ditadura, mas que talvez tenha sido aquele que ganhou maior impacto, maior destaque por conta de seus episódios e pela espetacularização das ações de contenção das forças repressivas. O movimento dos trabalhadores, naquele ano, vivenciou greves importantes, de Osasco e Contagem, que em muito haviam sido minimizadas pelas pesquisas sociais, as quais acabaram por enfatizar o maior impacto das ações estudantis, bem como observaram o movimento sindical existente – antes do “novo sindicalismo” de finais da década de 1970 – como imaturo ou, ainda, cooptado, segundo a tradição varguista, pelas forças políticas dominantes.

Em terceiro lugar, ressalta-se que o movimento estudantil universitário possuía diversas imbricações com o movimento estudantil secundarista, fluxo não restrito apenas às suas lideranças. Embora isso significasse que os movimentos estivessem juntos em algumas ações políticas, não havia uma unidade entre eles, nem qualquer plano de ação definido em conjunto. Destaca-se a problematização das fronteiras entre os movimentos estudantis, em suas facetas universitária e secundarista, e o movimento operário, evidenciando trânsitos e porosidades no interior dos movimentos, os quais permitem a existência de identidades políticas individuais pouco rígidas.

Essas características também são notadas quanto aos personagens e atores políticos e às suas respectivas organizações. A UNE aparece cada vez mais ao lado de um conjunto bastante complexo de grupos e organizações políticas, sejam elas de esquerda, sejam elas originadas nas juventudes progressistas da Igreja Católica. Se, até os trinta anos de 1968, a relação entre os estudantes e a militância política organizativa da UNE era um dado bastante explorado, nota-se que a trajetória posterior dos estudantes – em direção à luta armada e à composição participativa em organizações políticas – tem mantido sua relevância para as análises. Isso reforça o debate em torno das questões do silenciamento sofrido pelos movimentos estudantis, de modo que, encerrado o principal canal de participação política, a UNE, e estabelecido o AI-5, as capacidades efetivas de mobilização se evanesceram para os próximos anos.

Do mesmo modo, os grupos da luta armada não são retratados como protagonistas do período, tal como a literatura do primeiro decênio comemorativo parecia sugerir. No entanto, a temática da luta armada ainda permite que sejam abordados aspectos até então pouco mencionados, como a participação das mulheres naquelas

organizações, revelando componentes de identidade de gênero naqueles movimentos (Ribeiro, 2018). Sendo um campo de pesquisa ainda carente de dados sistemáticos e, ao mesmo tempo, em vigoroso processo de expansão, a relação entre as mulheres e os movimentos de 1968 é algo que diz respeito à memória, mas, consequentemente, também se afirma como uma problemática interseccional e, ao mesmo tempo, como um tema da disciplina histórica, justamente pela influência das atuais epistemologias feministas na construção de objetos de pesquisa das ciências sociais e humanas.

O olhar acadêmico tende a encontrar outros espaços de conflitos, que fogem daqueles já consagrados pelas biografias dos ex-participantes, elucidando a perspectiva de que novas interações entre o local e o global ainda estão por se construir, sobretudo, demarcando fluxos de pessoas, de ideias e de ações coletivas. Embora a incorporação da memória pela disciplina histórica esteja presente nas composições acadêmicas, a construção das memórias dos próprios protagonistas é um fato que ainda comporta novos desenvolvimentos, dado o seu caráter rizomático e, ao mesmo tempo, pulverizado. Um exemplo disso pode ser estabelecido conforme se analisam duas autobiografias recém-lançadas, uma com um olhar sobre o Brasil e outra com um olhar sobre a França: a de José Dirceu (2018), ex-protagonista do movimento estudantil de 1968 e, posteriormente, político vinculado ao Partido dos Trabalhadores; e a de Anne Wiazemsky (2018), atriz que participou de diversos filmes de Jean-Luc Godard.

A autobiografia de José Dirceu compõe um quadro, já conhecido e explorado anteriormente (Dirceu & Palmeira, 1998), que relata a experiência política daqueles movimentos, bem como as formas de repressão, as prisões, a clandestinidade e o silenciamento dos anos posteriores. No entanto, sua trajetória biográfica, para além de 1968, também pode ser lida como uma carta de defesa de uma narrativa de projeto político que se transmutou, com subseqüentes ressalvas, a um projeto de poder dos governos do PT, o que gerou diversos desgostos com a burguesia interna e com setores das classes dominantes do Brasil. No contexto de crise e desabono desse projeto, e dados os possíveis envolvimento do partido e de Dirceu com episódios de corrupção, como o Mensalão e a Lava-Jato, as memórias podem ser interpretadas como uma carta de defesa de Dirceu para consigo mesmo, com sua trajetória e seus ideais políticos, os quais constituem elementos importantes da memória e da identidade política da esquerda brasileira. A preocupação da escrita memorial de Dirceu, portanto, é transpassada conjunturalmente, ao afirmar que alguns acontecimentos recentes como as suas prisões, o *impeachment* da ex-Presidenta Dilma Rousseff, a prisão do ex-Presidente Lula, bem como a crise e a “criminalização” do PT, “além de destruir a obra e o legado de nossa geração, [...] tudo isso me obrigou a mergulhar de cabeça no meu passado” (Dirceu, 2018, p. 29). A produção memorialística

compõe um quadro de contraposição às visões sociais formadas no tempo presente, elucidando, além do resgate memorialístico, a compreensão de que as identidades do presente – em especial da esquerda brasileira – dependem do reconhecimento dos fatos passados para consolidar a sua legitimidade.

De modo oposto ao de Dirceu, outras biografias também revelaram sentidos não usuais de 1968, como a atenção às memórias femininas e individuais sobre o Maio Francês, traço patente na obra da atriz e escritora Anne Wiazemsky (2018). Como uma voz dissonante no campo dos movimentos franceses, Wiazemsky dissocia-se do papel de “musa” da *nouvelle vague* e de esposa de Godard, para assumir a visão de uma participante incomum, que, apesar de estar em contato direto com os estudantes, não participava efetivamente desse espaço. Essa composição memorialística aponta uma controvérsia em torno dos limites, já tão porosos, entre a participação nos acontecimentos e o posicionamento de mero espectador, cuja ambiguidade enunciativa, como já referido, prende-se às condicionantes temporais, culturais, ideológicas e identitárias sobre as quais se erigiu a voz da escritora. Isso não ocorre quando se trata de memórias de antigos participantes, os quais, em sua maioria, apresentam a visão “por dentro” do movimento. As memórias desses participantes – em muitas vezes – são as de homens, militantes políticos, delegando à fala e à participação feminina um espaço marginal. As memórias de Wiazemsky apresentam a reconstrução cronológica dos acontecimentos do Maio Francês, mas também elucidam a discussão do ambiente intelectual e cinematográfico de Paris, as percepções do casal sobre os acontecimentos e especulam mesmo sobre o momento que estaria sendo aberto na história.

Essa projeção memorialística também deve ser percebida de acordo com o contexto francês atual (bem como de muitos outros países), no qual o protagonismo das mulheres nas lutas sociais tem se referido à denúncia do feminicídio, das violências física e simbólica sofridas no cotidiano, da suspensão dos direitos das mulheres e das desigualdades salariais. Em 2018, no Brasil, protestos como o #elenão, o maior protesto de mulheres da história, ocorrido contra a eleição do atual presidente Jair Bolsonaro, revelam a importância da construção das memórias femininas (em suas idiossincrasias) e feministas (em sua perspectiva de mundo), as quais redimensionam tanto o protagonismo feminino quanto as identidades políticas do tempo presente a partir das experiências do passado, que se inscreveram no corpo.

Conclusão

As interpretações de 1968 ao longo de cinquenta anos, como se observa, são conflitantes, passíveis de alterações, de disputas e de novas incorporações teóricas e

empíricas. Isso ocorre não apenas por conta de seus biógrafos e pelo interesse de acadêmicos movidos por teorias e paradigmas que regem esse campo, mas também porque se trata de uma Política de Memória, de acordo com a qual a sociedade compreende e interpreta o seu passado à luz do presente. Estimar que a memória sobre 1968 se transforma é também estimar que os próprios ocorridos escapam de categorias fixas e totalizantes, as quais, ao não serem concretizadas, entram em crise conforme questionam a realidade social da qual são provenientes. Com os avanços das agendas de pesquisa sobre o tema, principalmente dos estudos de memória, 1968 desconecta-se parcialmente das expressões de rebeliões sociais, como o Maio Francês: estabelece-se como um conceito mutável e historicamente percebido de acordo com i) as condicionantes ideológicas do presente e, por contiguidade, ii) conforme os sentidos memorialísticos construídos pelas comemorações decenais.

Os quarenta e os cinquenta anos de 1968 aparentam tornar esse fenômeno muito mais plural, com a participação de diversos atores, além dos estudantes. Isso significa que movimentos de mulheres, movimentos negros, movimentos de libertação colonial, entre outros, passam a fazer parte de um mesmo cenário político, com origens em comum e que compartilham visões de oposição às forças dominantes. Com isso, o desenvolvimento de identidades políticas é um fato que, dado de modo muito mais plural, combina diversas perspectivas em seu interior, cuja principal característica deve ser agregativa/unificadora e não exclusivista. Essa composição de saberes e visões de mundo pode ter outrora se alinhado a uma perspectiva anticapitalista e terceiro-mundista. A atualidade desses elementos não cessa com as ofensivas neoliberais e conservadoras, apesar do potencial que essas iniciativas têm para enfraquecê-los. Do mesmo modo, as produções acadêmicas tentam recriar essa conexão, indicando que é possível acessar o passado e que, quando esse acesso se concretiza, diversas perspectivas – em comum ou em desacordo – também são acessadas, reforçando a ideia de que o silenciamento também pode ser rompido, razão por que 1968 passa a ser visto pelas diversas interpretações que ainda o colocam como um ponto de interrogação da história e das memórias individual e coletiva.

Referências Bibliográficas

- BETTO, Frei. (1991), *Batismo de sangue: os dominicanos e a morte de Carlos Marighella*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.
- BHAMBRA, Gurinder & DEMIR, Ipek (ed.). (2009), *1968 in retrospect: History, theory, alterity*. Nova York, Palgrave Macmillan.
- BOLTANSKI, Luc & CHIAPELLO, Ève. (2008), *O novo espírito do capitalismo*. São Paulo, Martins Fontes.
- CALLINICOS, Alex. (2011), *Contra el posmodernismo*. Buenos Aires, Ediciones RYR.
- CAPDEVIELLE, Jacques & RAY, Henri (dir.). (2008), *Dictionnaire de Mai 68*. Paris, Larousse.
- CARDOSO, Irene. (2001), *Para uma crítica do presente*. São Paulo, Editora 34.
- CORRÊA, Erick & MHEREB, Maria. (orgs.). (2018), *68: Como incendiar um país*. São Paulo, Veneta.
- DE GROOT, Gerard. (1998), *Student protest: The Sixties and after*. Londres, Routledge.
- DELEUZE, Gilles & GUATTARI, Félix. (2010), *O Anti-Édipo: Capitalismo e esquizofrenia*. São Paulo, Edições 34.
- DIRCEU, José. (2018), *Zé Dirceu: memórias*. São Paulo, Geração Editorial.
- DIRCEU, José & PALMEIRA, Vladmir. (1998), *Abaixo a ditadura: o movimento de 68 contado por seus líderes*. São Paulo, Garamond.
- FERRY, Luc & RENAUT, Alain. (1990), *French philosophy of the Sixties: Essay on antihumanism*. Massachusetts, The University of Massachusetts Press.
- FICO, Carlos & ARAÚJO, Maria Paula (orgs.). (2009), *1968, 40 anos depois: história e memória*. Rio de Janeiro, 7Letras.
- GABEIRA, Fernando. (1979), *O que é isso companheiro?* Rio de Janeiro, Codecri.
- GARCIA, Marco Aurélio & VIEIRA, Maria Alice (orgs.). (1999), *Rebeldes e contestadores: 1968: Brasil, França e Alemanha*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo.
- GORDON, Daniel. A. (2008), "Liquidating May '68? generational trajectories of the 2007 presidential candidates". *Modern & Contemporary France*, 16 (2): 143-159.
- GORENDER, Jacob. (1987), *Combate nas trevas: a esquerda brasileira: das ilusões perdidas a luta armada*. São Paulo, Ática.
- GROPPO, Luís Antônio. (2008), *1968: retratos da revolta estudantil no Brasil e no mundo*. Piracicaba, Biscalchin.
- GROPPO, Luís Antônio. (2005), *Uma onda mundial de revoltas: Movimentos estudantis de 1968*. Piracicaba, Editora Unimep.
- GURGEL, Antônio de Pádua. (2002), *A rebelião dos estudantes: Brasília, 1968*. Brasília, UNB.
- HARMAN, Chris. (1998), *The fire last time: 1968 and after*. Londres, Bookmarks.
- KATSIAFICAS, Georgy. (1987), *The imagination of the new left: a global analysis of 1968*. Boston, South End.

- LEVINE, Andrew. (2003), *A future for Marxism? Althusser, the analytical turn and the revival of Socialist Theory*. Londres, Pluto Press.
- MANN, Keith. (2011), "A revival of labor and social protest research in France: Recent scholarship on May 1968". *International Labor and Working-Class History*, 80 (1): 203-214.
- MARCUSE, Herbert. (1973), *A ideologia da sociedade industrial: O homem unidimensional*. Rio de Janeiro, Zahar Editores.
- MARCUSE, Herbert. (1981), *Contrarrevolução e revolta*. Rio de Janeiro, Zahar Editores.
- MARCUSE, Herbert. (1969), *O fim da utopia*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- MARTINS FILHO, João Roberto (org.). (1998), *1968: Faz 30 anos: os estudantes contra a ditadura*. São Paulo, Fapesp.
- MARTINS FILHO, João Roberto. (1996), *A rebelião estudantil: México, França, Brasil: 1968*. Campinas, Mercado de Letras.
- MARTINS FILHO, João Roberto. (1987), *Movimento estudantil e ditadura militar: 1964-1968*. Campinas, Papirus.
- MARWICK, Arthur. (1998), *The Sixties: Cultural Revolution in Britain, France, Italy, and the United States (1958-1974)*. Oxford, Oxford University.
- MELONI, Catarina. (2009), *1968: o tempo das escolhas*. São Paulo, Nova Alexandria.
- MIRANDA, Danilo *et al.* (2018), *1968: Reflexos e reflexões*. São Paulo, Editora Sesc.
- MORIN, Edgar; LEFORT, Claude & CASTORIADIS, Cornelius. (2018), *Maio de 1968: A brecha*. São Paulo, Autonomia Literária.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. (2014), *As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*. Rio de Janeiro, Zahar.
- MULLER, Angélica (org.). (2018), *1968 em Movimento*. Rio de Janeiro, Editora FGV.
- NORA, Pierre. (2008), *Pierre Nora en Les lieux de mémoire*. Montevideu, Ediciones Trilce.
- NUNES, Paulo; PETI, Peret & LOHN, Reinaldo (org.). (2018), *Utopia e repressão: 1968 no Brasil*. Salvador: Saggia Editora.
- PAWLING, Christopher. (2013), *Critical theory and political engagement: From May'68 to the Arab Spring*. Nova York, Palgrave Macmillan.
- REYNOLDS, Chris. (2011), *Memories of May'68: France's convenient consensus*. Cardiff, University of Wales Press.
- REIS FILHO, Daniel Aarão. (1990), *A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil*. São Paulo, Brasiliense.
- REIS FILHO, Daniel Aarão & MORAES, Pedro de. (1988), *1968: A paixão de uma utopia*. Rio de Janeiro, Espaço e Tempo.
- RIBEIRO, Maria Cláudia Badan. (2018), *Mulheres na luta armada: Protagonismo feminino na ALN (Ação Libertadora Nacional)*. São Paulo, Alameda Editorial.
- RIDENTI, Marcelo. (1993), *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo, Editora Unesp.
- ROSS, Kristin. (2002), *May'68 and its afterlives*. Chicago, University of Chicago Press.

- SANDOICA, Elena Hernández. (2004), *Tendencias historiográficas actuales: Escribir Historia hoy*. Madri, Ediciones Akal.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. (1994), *Pela mão de Alice: O social e o político na pós-modernidade*. Porto, Afrontamento.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. (2006), *A gramática do tempo. Para uma nova cultura política*. São Paulo, Cortez.
- SCOTT-SMITH, Giles. (2008), "We are all undesirables: May 68 and its legacy". *European Journal of American Studies*, 3 (2): 1-5.
- STARR, Peter. (1995), *Logics of failed revolt: French theory after May'68*. Stanford, Stanford University Press, 1995.
- STEPHENS, Julie. (1998), *Anti-disciplinary protest: sixties radicalism and postmodernism*. Cambridge, Cambridge University Press.
- TOURAINE, Alain. (1971), *A sociedade post-industrial*. Lisboa, Moraes.
- VALLE, Maria Ribeiro do. (1999), *1968: O diálogo é a violência*. Campinas, Editora Unicamp.
- VALLE, Maria Ribeiro do. (2012), "1968-2008: O *Veja way of life*". *Intercom: RBCC*, 35 (2): 129-147. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-58442012000200007&lng=en&nrm=iso.
- VALLE, Maria Ribeiro do. (2005), *A violência revolucionária em Hannah Arendt e Herbert Marcuse: Razões e polarizações*. São Paulo, Editora Unesp.
- VALLE, Maria Ribeiro do. (2018), "Quem te viu, quem te vê: O Estado de S. Paulo e 1968, 30 anos depois. In: MULLER, Angélica (coord.). *1968 em Movimento*. Rio de Janeiro, FGV Editora, pp.157-180.
- VENTURA, Zuenir. (2008a), *1968: O ano que não terminou*. São Paulo, Planeta.
- VENTURA, Zuenir. (2008b), *1968: O que fizemos de nós*. São Paulo, Planeta.
- WATERS, Sarah. (2008), "Situating movements historically: May 1968, Alain Touraine, and new social movement theory". *Mobilization: The International Quarterly*, 13: 63- 82.
- WEBER, Henri. (2008), "Um balanço de 1968". In: GARCIA, Marco Aurélio & VIEIRA, Maria Alice (org.). *Rebeldes e contestadores. 1968. Brasil, França e Alemanha*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, pp. 21-26.
- WIAZEMSKY, Anne. (2018), *Um ano depois*. São Paulo, Todavia.
- WIEVIORKA, Michel. (2018), "Mayo de 1968 y las ciencias humanas y sociales". *Revista Mexicana de Ciencias Políticas y Sociales*, 63 (234): 53-66.
- ZAIDAN FILHO, Michel & MACHADO, Otávio (orgs.). (2007), *Movimento estudantil brasileiro e a educação superior*. Recife, Editora Universitária UFPE.

Resumo*Repensando as interpretações e memórias de 1968*

O artigo analisa como as interpretações e as memórias dos acontecimentos de 1968 se transformam ao longo de suas comemorações decimais. Respalda-se na análise qualitativa da História do Tempo Presente, abordando as Políticas de Memória em torno dos sentidos que aqueles eventos foram ganhando ao longo de seus cinquenta anos, tanto por parte de seus intérpretes quanto pelos protagonistas. Argumenta-se que a ampla gama de estudos valorizou seus sujeitos e conflitos, abrindo um enorme leque de interpretações, as quais guiam 1968 pelo tempo presente, renovando as suas memórias. Conclui-se discutindo algumas linhas memorialísticas em torno dos atores coletivos e de novos relatos de protagonistas, que permitem reinterpretações de 1968, em seus cinquenta anos, elucidando o seu diálogo com as atuais identidades políticas.

Palavras-chave: 1968; Movimento estudantil; Resistência; Políticas de Memória; Identidades políticas.

Abstract*Rethinking the interpretations and memories of 1968*

The article analyzes how the interpretations and memories of the events of 1968 are transformed during their decimal celebrations. It is based on the qualitative analysis of the History of the Present Time, addressing the Memory Policies around the meanings that those events have gained over its 50 years, both by its interpreters and by the protagonists. It is argued that the wide range of studies valued their subjects and conflicts, opening a huge range of interpretations, which guide 1968 through the present time, renewing their memories. It concludes by discussing memorialist lines on collective actors and new reports by protagonists, which allow reinterpretations of 1968, in its fifties, explaining its dialogue with current political identities.

Keywords: 1968; Students Movement; Resistance; Politics of Memory; Political identities.

Texto recebido em 17/4/2020 e aprovado em 16/9/2020.

DOI: 10.11606/0103-2070.ts.2021.168872.

PABLO EMANUEL ROMERO ALMADA é pesquisador de pós-doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara da Universidade Estadual Paulista (FCLAR-Unesp). Doutor em Democracia no Século XXI (2015) pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (Feuc). E-mail: pabloera@gmail.com.



Música popular na década de 1970 e a cena pós-tropicalista

Análise de uma geração sem “vida”

Lucas Souza*

<https://orcid.org/0000-0002-8806-2286>

Janaina Lobo*

<https://orcid.org/0000-0001-9935-4383>

Introdução

O historiador Marcos Napolitano (2002) defendeu uma tese que se tornou bastante difundida entre os pesquisadores de música popular no Brasil. Segundo o autor, foi, durante a década de 1970, que a MPB se consagrou, em definitivo, como uma “Instituição Sociocultural”. O gênero musical tornou-se, naqueles anos de arrocho da censura, um vértice de resistência ao regime ditatorial e um emblema de bom gosto e refinamento auditivo. Enquanto o cinema e o teatro ainda tateavam um público fixo, a MPB desfrutava de grande popularidade, também junto às elites e certos segmentos do meio literário e acadêmico.

Se os aplausos à Música Popular Brasileira são lugar comum entre os pesquisadores, o louvor aos artistas que se tornaram arautos do gênero caminha no mesmo sentido. Chico Buarque, Caetano Veloso, Gilberto Gil, Elis Regina, Maria Bethânia, Gal Costa, Elis Regina, João Gilberto, Tom Jobim e Vinícius de Moraes são os nomes mais representativos da MPB e, com certeza, habitantes de seu panteão.

É possível medir o nível de consagração desses artistas de diferentes formas. Uma delas passa pela atenção que a academia vem dispensando a eles, sua poética e musicalidade. Outra forma importante de dimensionar seus *status* vem da preocupação constante em recuperar suas biografias. De certa forma, todos esses artistas

* Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, Ceará, Brasil.

tiveram suas vidas rememoradas, seja por trabalhos acadêmicos ou empreendimentos biográficos, feitos por jornalistas ou historiadores¹. Não por acaso, Caetano Veloso, Chico Buarque e Gilberto Gil encabeçaram o grupo “Procure Saber”, ao defenderem a privacidade dos artistas junto à “polêmica das biografias”, no início de 2013.

É preciso ressaltar que, desses nomes mais celebrados da MPB, nenhum deles iniciou sua carreira na década de 1970, período de “institucionalização” do gênero musical. Basicamente, foi da eclosão da Bossa Nova à promulgação do AI-5, em 1968, que emergiram e se consagraram os mais aclamados e representativos artistas da Música Popular Brasileira. Fato simbólico que acabou se constituindo como padrão aferidor aos artistas que se seguiram e um peso para as gerações posteriores.

Mesmo que a música popular tenha despertado grande interesse, em diferentes áreas do conhecimento, principalmente a partir dos anos 2000 (Baia, 2011), paira sobre os anos 1970 uma certa sombra. Por mais que essa década conte com observadores importantes, como Luiz Tatit (2004, 2005), Marcos Napolitano (2001, 2002, 2005) e José Miguel Wisnik (2005), é notório como esses dez anos ainda não conseguiram estimular o mesmo entusiasmo que, por exemplo, os anos de 1950 e 1960. Os anos de 1970 são frequentemente vistos como corolário das discussões dos anos anteriores, uma “fase de distensão, desdobramento e reacomodação dos impactos criados dez anos antes” (Tatit, 2005, p. 119).

Uma forma possível de aferir esse menosprezo pode ser feita através de uma análise das revelações artísticas da década de 1970, que despontaram na cena musical pelos espaços abertos pelo tropicalismo. Luiz Gonzaga Junior, Luiz Melodia, Novos Baianos, Secos & Molhados, Clube da Esquina, João Bosco, Fagner, Belchior, Ivan Lins, Sá, Rodrix e Guarabyra e Raul Seixas foram alguns artistas estreantes, com trabalhos musicais expressivos nesses dez anos. Se comparados aos cantores e compositores dos anos anteriores, essa geração foi praticamente omitida dos debates e pesquisas acadêmicas. A trajetória e a produção musical desses jovens apenas resvalam nas principais análises, basicamente como exemplificações das dificuldades enfrentadas pela MPB nesse contexto de cerceamento cultural, ou como demonstração dos desdobramentos das discussões artísticas e culturais dos anos passados (Souza, 2016).

1. Sobre Chico Buarque, ver: “Chico Buarque do Brasil” (Fernandes, 2004) e “Chico Buarque na Coleção Folha Explica” (Barros e Silva, 2004); sobre Caetano Veloso, ver: “Caetano: esse cara” (Fonseca, 1993) e “Caetano Veloso” (Wisnik, 2005); sobre Gilberto Gil, ver: “Gilberto Gil bem perto” (Zappa, 2013) e “Expresso 2222” (Risério, 1983); a respeito de Elis Regina, ver: “Furacão Elis” (Echeverria, 1985); sobre Gal Costa e Maria Bethânia, ver: “Tropicália: a história de uma revolução musical” (Calado, 1997); sobre João Gilberto, ver: “João Gilberto” (Mello, 2001) e “Chega de Saudade” (Castro, 1990); acerca de Vinícius de Moraes, ver: “Vinicius de Moraes: o poeta da paixão, uma biografia” (Castello, 1991).

Outra maneira de se medir esse descaso passa pelo interesse na recuperação biográfica desses artistas estreantes. Enquanto os músicos dos anos de 1960 reclamam das constantes invasões a suas intimidades, feitas por biógrafos e historiadores, as vidas desses artistas, revelações da década de 1970, praticamente não foram exploradas. Ney Matogrosso foi o único músico vivo que recebeu, das mãos da jornalista Denise Pires Vaz, uma substancial obra biográfica. No mais, os artistas dessa geração que mereceram um cuidado biográfico foram aqueles cujas consagrações póstumas realocaram suas posições na historiografia da música popular, como Raul Seixas, Sérgio Sampaio e Gonzaguinha². Em seu todo, esses jovens estreantes da década de 1970 são, atualmente, artistas conhecidos, mas cujas vidas não ostentam a condição de notoriedade e encanto.

Uma literatura graúda da sociologia da cultura e da arte vem explorando as relações entre trajetórias, biografias e valorização estética (Bourdieu, 1996a, 1996b; Elias, 1995; Denora, 1995, Zolberg, 2006, Heinich, 1996). No caso aqui estudado, torna-se impossível desvincular a análise da qualidade musical de alguns artistas da celebração feita ao redor de suas vidas. De qualquer maneira, algo parece evidente: entre os “possuidores” e “não possuidores” de “vida” interpõem-se uma hierarquia e diferença de prestígio. Artistas cujas biografias foram suprimidas acabaram relegados a uma certa coadjuvância no campo musical brasileiro.

É possível pensar as razões que explicam o fato de Luiz Gonzaga Junior, Luiz Melodia, Novos Baianos, Secos & Molhados, Clube da Esquina, João Bosco, Fagner, Belchior, Ivan Lins e Raul Seixas tornarem-se artistas preteridos a um segundo plano no campo musical e, conseqüentemente, terem suas biografias nubladas da memória cultural do país. Como grande parte dos critérios de consagração que definiram o prestígio da MPB, seu refinamento estético, engajamento político, movimentos musicais etc. emergiram entre as décadas de 50 e 60, junto à carreira dos principais representantes do gênero, há uma tendência de se analisarem os anos seguintes no cotejo com épocas passadas. Assim, a década de 1970 passa a ser vista, fundamentalmente, como um momento de desfecho e desenlace, quando os impasses e dilemas que a década anterior havia imposto à cena musical se dilatam e se definem. Segundo Luiz Tatit (2005, p. 119), “qualquer década que viesse depois dos anos 60 ficaria atônita diante dos desafios propostos pelo período. Não por acaso, foi escolhida a década de 1970, bem menos ‘nervosa’ que a anterior e mais preparada para dar vazão às tensões que [...] vinham então se acumulando”.

Um dos principais parâmetros que atestam o prestígio sociocultural da MPB, despontado na década de 1960, vem do teor político que o gênero incorporou. Seja como denúncia das desigualdades sociais, afronta às tiranias do governo, ou mesmo

2. Ver: Souza, 2015; Moreira, 2003; Echeverria, 2012.

pela maneira com que a MPB driblou o olhar da censura, há, realmente, uma celebração política desse gênero musical. A releitura da década de 1970 sob o signo do combate político-cultural tornou-se uma tendência preponderante e responsável por celebrar a biografia de alguns músicos em detrimento de outros. Marcos Napolitano (2005, p. 125), ao defender a tese da “institucionalização sociocultural da MPB”, chamou atenção para o ganho de prestígio do gênero, ao tornar-se um vértice de resistência à ditadura e censura militar, e delimitou a década através de fatos propriamente políticos³. Nas palavras do autor: “A longa década começa sob o signo do Ato Institucional n. 5, AI-5, um marco do ‘fim do sonho’ no Brasil, e termina com a consolidação do processo de abertura do regime militar [...]”.

Essa geração estreante não tomou o embate político como essência fundamental de inspiração para sua produção musical ou trajetória artística. Com exceção de Gonzaguinha, que engrossou as fileiras dos palanques petistas e construiu uma obra musical marcadamente contestatória (Echeverria, 2012), seus companheiros de geração, embora flertassem, inúmeras vezes, com esse tipo de temática, ancoraram seus trabalhos e suas carreiras em outros parâmetros. De modo geral, a crítica social e cultural que essa geração anos 70 traz tem mais relações com um clima de hedonismo e individualismo que marcaram a contracultura no Brasil, do que com os discursos políticos que caracterizaram a produção artística da década passada, dando forma ao que Heloisa Buarque de Holanda (2004) chamou de geração do “desbunde”.

Analisada, fundamentalmente, por esses dois enfoques, que colocam a década de 1970 como corolário dos anos passados, ou sob juízo político dos embates culturais que se atreveu promover, ela ainda carece de um exame mais detido. Da mesma forma, músicos e compositores populares, estreantes nesses dez anos, merecem uma realocação mais precisa na vida musical brasileira, uma vez que ocupam um lugar meio em falso na historiografia da música popular, espremidos entre os anos áureos dos movimentos musicais que revelaram os maiores nomes da MPB, na década de 1960, e prenunciando a eclosão do rock nacional, de audiência marcadamente jovem da década de 1980.

Geração anos 70: linha evolutiva e movimentos musicais

Falar de uma geração de músicos populares apenas pelo seu recorte temporal (estreantes na década de 1970), etário (jovens) ou cultural (surgidos na esteira do tro-

3. Embora use essa forma de delimitação política do gênero, o autor alerta para o fato de que “periodizar a MPB dessa maneira não significa reduzir a vida musical e cultural aos fatos propriamente políticos, tendência teórico-metodológica que prejudicou os estudos culturais como um todo no Brasil (Napolitano, 2005, p. 125).

picalismo) não dá a verdadeira dimensão da especificidade desses artistas. É preciso entender a relevância sociológica desses marcadores, dentro de uma estrutura social e cultural próprias; e a forma como esses fatores, em alguma medida, aproximaram esses indivíduos, a ponto de ser possível compreendê-los como integrantes de uma comunidade de experiências, expectativas e propósitos. Assim, pensar Gonzaguinha, Luiz Melodia, Novos Baianos, Secos & Molhados, Clube da Esquina, João Bosco, Fagner, Belchior, Ivan Lins e Raul Seixas como uma geração passa pela investigação de sua “situação geracional” (Mannheim, 1982). Ou seja, é preciso analisar a estrutura social e cultural na qual foram inseridos enquanto jovens estreantes da música popular brasileira na década de 1970, e a forma como essa realidade objetiva tanto restringiu as possibilidades de suas trajetórias e trabalhos musicais, ao colocá-los frente a dilemas semelhantes, quanto instigou “potencialidades” similares dentro desse mesmo contexto.

Esses estreantes na década de 1970, que despontaram na cena musical após o sucesso tropicalista, foram a primeira geração de músicos e compositores populares nascida e criada no interior de um cenário sociocultural novo, que marcou as produções artísticas do país. Por um lado, esses artistas conviviam com a presença constante dos aparelhos censores que, sem dúvida, tolhiam a liberdade artística dessa geração e condicionavam seu trabalho profissional. Por outro, desfrutavam das benesses de um mecenato estatal indireto, que estimulava diversas produções culturais por meio de políticas e instituições de fomento, como “Disco é Cultura”, a Embrafilme, Funarte, Pró-Memória, Conselho Federal de Cultura, Instituto Nacional de Cinema etc. (Ortiz, 1989).

A classe artística brasileira, embora cerceada pelos órgãos governamentais, constantemente à espreita, recolhe as prebendas de uma profissão altamente prestigiada em níveis sociais e financeiramente alavancada pela ampliação de novos mercados consumidores e oportunidades de trabalho, abertos pelo milagre econômico e desenvolvimento tecnológico (Paiano, 1994; Ridenti, 2000; Napolitano, 2001). O crescimento e a expansão da classe média aumentavam a clientela de toca-discos e televisores que, pelas políticas de financiamento e crédito, surgiam como franjas de mercado a serem exploradas pelas gravadoras (Morelli, 1988; Dias, 2000; Paiano, 1994; Vicente, 2002).

Essa geração anos 1970 de músicos e compositores populares foi a primeira nascida e criada no berço de uma indústria cultural plenamente “racionalizada”; fato que, de certo, modelou o *habitus* (Bourdieu, 1996a) artístico desses jovens estreantes. Passados seus anos iniciais de arranque, a indústria cultural brasileira chegou aos anos 70 desfrutando de condições favoráveis para sua ampliação e integração, apoiada em uma série de incentivos estatais que deram um sentido conservador ao seu processo

de modernização (Ortiz, 1989). A indústria fonográfica, setor proeminente desse processo, assumiu o posto de sétimo maior mercado consumidor de discos do mundo, passando de 5,5 milhões de unidades vendidas em 1966 para 52,6 milhões em 1969, e aparelhou seu processo de seleção e produção musical (Morelli, 1988; Dias, 2000; Paiano, 1994; Vicente, 2002).

Esses estreantes na década de 1970 surgiram e se desenvolveram em um contexto novo de profissionalização musical, que incidiu sobre o *modus operandi* artístico dessa geração. André Midani, gerente geral da Philips Phonogram, em entrevista ao *Jornal do Brasil* (24/11/1970, p. 64), afirmou que aquela década representava o período de “evolução profissional” do músico popular, a “profissionalização efetiva e definitiva do compositor brasileiro: ‘Agora o compositor senta para escrever e com isso ganhar dinheiro. Passou a época da inspiração’”.

Foi na década de 1970 que se intensificou um processo de integração de setores da indústria cultural brasileira, que resultou na formação de grandes conglomerados empresariais de bens culturais, com forte influência no cenário político do país (Miceli, 1994). Essa concentração monopolística foi decisiva para a aproximação das indústrias do disco, cinematográfica, radiofônica e televisiva. Esta última despontou como veículo proeminente de difusão cultural e comercial da nação, dados os processos de urbanização acelerada e os maciços investimentos governamentais no setor de telecomunicações⁴.

Com os primeiros músicos populares nascidos e criados nesse cenário sociocultural novo, é notório como o campo de possibilidades de atuação profissional dessa geração foi adequado a essa conjuntura. Dois fatores primordiais despontam nesse contexto: primeiro, o recurso da telenovela como ferramenta decisiva de divulgação; segundo, o uso dos instrumentos visuais como componente indispensável para a construção de suas trajetórias profissionais ou mesmo confecção musical.

Essa geração de estreantes na década de 1970 fartou-se do uso das trilhas sonoras de novela. Mais que um simples recurso promocional, as trilhas compõem um *modus operandi* de fazer artístico bastante específico, uma vez que primam pela identificação da canção “com o personagem; a aceitação da trama e dos níveis de audiência; e das campanhas publicitárias para a divulgação do produto” (Scoville, 2008, p. 150). Uns mais, outros menos, mas praticamente todos esses novatos fizeram trilha sonora de novela⁵.

4. Segundo o censo de 1970, 27% dos lares brasileiros possuía televisor – 75% deles estavam no eixo Rio-São Paulo. Em 1971, já eram 31%, um número que ultrapassava a marca de 4 milhões de casas com televisão. Em 1974, existiam cerca de 8 milhões de televisores no país, em 43% das casas brasileiras (Bahiana, 2006a).

5. Raul Seixas, por exemplo, escreveu quase toda a trilha sonora da novela *O Rebu* (1974); Ney Mato-

A interlocução entre a indústria do disco e a televisiva fez com que o recurso visual se tornasse um instrumento quase obrigatório de manuseio para essa geração. Em si, todos esses artistas foram minimamente impelidos a lidar com os instrumentos imagéticos em seus trabalhos ou carreiras profissionais. O conjunto Secos & Molhados, por exemplo, construiu todo um aparato cênico que envolvia maquiagens, penas e plumas, envolto àqueles corpos dançantes, de sexualidade ambígua, de Ney Matogrosso, Gerson Conrad e João Apolinário, num dos maiores sucessos da década (Vaz, 1992). Raul Seixas, frequentador assíduo de tudo quanto era programa de televisão, lapidou a imagem de artista rebelde, tremendamente caricatural, com seu cabelo e barba desganhados sob os óculos escuros (Souza, 2016). Belchior sustentou muito bem a imagem de *latin lover*, capitalizando a potência sexual da figura construída em torno do galã sedutor (Medeiros, 2017).

Outros artistas dessa geração não foram, digamos, tão felizes ao lidar com esse recurso visual. Gonzaguinha sofreu com seu jeito meio introvertido e carrancudo, principalmente no início da carreira (Echeverria, 2012). Luiz Melodia também penou por uma opção meio avessa ao mercado, como um sujeito de difícil trato com a imprensa (Só, 2013). Sérgio Sampaio, depois do imenso sucesso de “Bloco na Rua”, teve a carreira muito prejudicada pela personalidade fechada, mal-encarada, que o colocou no rol dos artistas chamados “malditos” dessa geração anos 70 (Moreira, 2003).

Enfim, uns se deram bem nessa empreitada de manusear o recurso visual, outros nem tanto, mas, de qualquer forma, todos eles foram minimamente impelidos a lidar com essa questão imagética, seja em seu trabalho musical, seja na construção de suas carreiras profissionais.

Embora gozando de uma posição estratégica para as aspirações da indústria do disco, essa geração de músicos e compositores populares, nascida artisticamente na década de 1970, enfrentou certas dificuldades de aceitação junto à crítica musical. Em novembro de 1970, o *Jornal do Brasil* (24/11/1970, p. 64) promoveu um debate entre o crítico de música e compositor popular Luiz Carlos Sá, o jornalista Júlio Hungria, o gerente-geral da Philips, André Midani, e o diretor artístico do FIC, Gutemberg Guarabira, a fim de entender as expectativas para a década que se iniciava. A

grosso incluiu “Não existe pecado do lado de baixo do Equador” em *Pecado Rasgado* (1978); “Bandido corazon” em *Coquetel do amor* (1977) e “Prá não morrer de tristeza” em *Saramandaia* (1976); Sá e Guarabira incluíram “O silêncio é de ouro” em *Sinal de Alerta* (1978) e “Tema do assoviador” em *Dona Xepa* (1977); João Bosco incluiu “Bijuterias” em *O astro* (1977) e “Latin Lover” em *O casarão* (1976); Guilherme Arantes incluiu “Amanhã” em *Dancing Days* (1978), “Baile de máscaras” em *Coquetel do amor* (1977), “Cuide-se bem” em *Duas vidas* (1977) e “Meu mundo e nada mais” em *Anjo Mau* (1976); Luiz Gonzaga Jr. incluiu “Espere por mim morena” em *Locomotivas* (1977); Alceu Valença incluiu “Borboleta sabiá” em *Saramandaia* (1976); Geraldo Azevedo incluiu “Malaksuma” em *Saramandaia* (1976); Ednardo “Pavão Misterioso” também em *Saramandaia* (1976).

pergunta que abriu a discussão foi sintomática para compreender a conjuntura com que aquela geração de estreantes foi recebida. Pergunta Júlio Hungria: “Concordam que estamos retomando a linha evolutiva da MPB tal como tentaram, em 67, Gil e Caetano? E que está em andamento, não importa em que estágio, o processo que leva ao universalismo?”.

Irene Cardoso (2005) fala sobre a forma como se cristalizou no imaginário social a estampa dessa “geração anos 60”, ou “geração 68”, como uma espécie de “idade heroica”, que pesou para as gerações posteriores. Esse fardo recaiu profundamente sobre os ombros dos músicos populares, estreantes na década de 1970. No debate promovido pelo *Jornal do Brasil*, é evidente como o termo cunhado por Caetano Veloso, em 1967, ou seja, “Linha Evolutiva”, direcionava as expectativas e as cobranças sobre aqueles jovens músicos. Há aqui uma tendência marcante para se entender essa geração anos 70. Pesava sobre esses estreantes um conjunto de discussões e debates que, em si, não foram protagonizados por eles, mas sim pela geração que os antecedeu. De certa maneira, essa geração anos 70 foi avaliada sob a órbita e dominação da geração passada, o que pode ser notado, inclusive, pela alcunha com que eram comumente referidos pela crítica musical: “pós-tropicalistas”. O termo carrega, de imediato, a dimensão da influência que o movimento musical exerceu sobre os anos seguintes, mas também a força simbólica que fez com que esses estreantes fossem aludidos pelo nome da geração antecedente.

Porém, alguns acontecimentos davam mesmo a impressão de que nasceria ali uma prole de seguidores. De certa forma, praticamente todos esses estreantes contaram com o apadrinhamento de artistas mais velhos, seja para chegarem ao disco, seja para deslancharem na carreira. Fagner e Belchior despontaram no campo musical após terem suas músicas interpretadas por Elis Regina; Gonzaguinha trazia, além do parentesco com Luiz Gonzaga, um círculo prestigiado de amigos artistas, frequentadores das reuniões do MAU; Luiz Melodia chegou pelas mãos de Gal Costa; Clube da Esquina por Milton Nascimento; João Bosco figurara no lado B do “disco de bolso”, feito pelo *Pasquim*, com a primeira versão de “Águas de Março”, de Tom Jobim; Raul Seixas já era conhecido pelas canções que compunha para Jerry Adriani; os Novos Baianos contaram com a providencial ajuda de João Gilberto para o deslanchar da carreira; e Alceu Valença tinha parcerias importantes com Geraldo Azevedo (Vieira, 2013; Medeiros, 2017; Echeverria, 2012; Só, 2013; Diniz, 2012; Vianna, 2013a, 2013b; Souza, 2015; Galvão, 2014; Maciel, 1989).

Toda essa dinâmica de apadrinhamentos construiu uma ligação significativa com a geração de outrora, numa conjuntura que, sem dúvida, condicionou a trajetória dessa geração de estreantes ou mesmo as posições que cada um veio a ocupar no campo musical. De um modo geral, cada um desses jovens músicos tratou essa relação com

os artistas mais velhos, ou mesmo esse cenário de subjugação cultural ao qual eram submetidos, de maneiras diferentes. Há quem aceitou de bom grado essa situação e a capitalizou junto à sua imagem pública, e outros buscaram certo distanciamento para com os artistas mais velhos. Ney Matogrosso, por exemplo, disse, em vários momentos, como foi realmente Caetano Veloso quem o inspirou a seguir a carreira de músico; os Novos Baianos repetiram como a figura de João Gilberto foi oportuna para a lapidação do trabalho do conjunto; João Bosco e Aldir Blanc faziam questão de mostrar primeiramente a Elis Regina as composições da dupla para depois escolherem as que iriam gravar (Vaz, 1992; Galvão, 2014; Vianna, 2013a, 2013b). Por outro lado, alguns foram mais enfáticos ao “gritarem independência” e reforçaram um discurso de autonomia com relação aos artistas de outrora. Sérgio Sampaio, por exemplo, acusou em suas músicas ou entrevistas os “olhos grandes” de uma crítica viciada em esquemas culturais do passado; Luiz Melodia fez questão de negar inúmeras vezes uma filiação com qualquer corrente musical, muito embora tivesse, sim, um trânsito próximo com esses artistas mais consagrados; e Gonzaguinha, num primeiro momento, fez questão de abdicar da ajuda do pai para o deslanchar da carreira (Moreira, 2013; Só, 2013; Echeverria, 2012).

Mas os músicos mais veementes nessa empreitada de negar a geração anterior e “proclamar independência” com relação aos artistas do passado foram mesmo Raul Seixas e Belchior. O primeiro cantou em “As aventuras de Raul Seixas na cidade de Thor” (Philips, 1974): “acredite que eu não tenho nada a ver/ com a linha evolutiva da música popular brasileira/ a única linha que eu conheço é a linha de empinar uma bandeira”. Belchior poetizou essa relação dos jovens músicos com a geração artística passada em um dos maiores sucessos do cantor: “Minha dor é perceber/ Que apesar de termos/ Feito tudo o que fizemos/ Ainda somos os mesmos/ E vivemos como os nossos pais”. No fim da canção, outros versos apontam para a mesma crítica: “Nossos ídolos/ Ainda são os mesmos/ E as aparências/ Não enganam não/ Você diz que depois deles/ Não apareceu mais ninguém” (“Como nossos pais”, Philips, 1976).

Em termos estéticos, é possível encontrar, de fato, afinidades entre esses jovens músicos e a geração anterior. Um dos grandes trunfos do movimento tropicalista foi uma espécie de mistura de dados eletrônicos, como símbolos de modernidade, com os elementos regionais, ligados à cultura nacional (Sanches, 2000; Favaretto, 2007). A então chamada geração “pós-tropicalista” carregou essa “fórmula” como um recurso muito comum de confecção artística. Foi dessa geração de estreantes que emergiram misturas de gêneros e estilos musicais que marcaram a década. Houve, por exemplo, a mistura de guitarra com viola caipira do trio Sá, Rodrix e Guarabyra; rock com baião de Raul Seixas; guitarras elétricas com tamborim e pandeiro dos Novos

Baianos, misturas de samba e frevo de Alceu Valença, os tratos jovenguardistas com samba de morro feitos por Luiz Melodia e as combinações de rock com bossa nova e jazz do Clube da Esquina.

É possível encontrar outras semelhanças entre esses artistas estreantes, ocupantes de posições homólogas no campo musical brasileiro. O rock, aclimatado inicialmente por Caetano Veloso, Gilberto Gil e toda a turma tropicalista, em suas ganâncias criativas foi, sem dúvida, o gênero musical mais acionado nas misturas e experimentalismos que essa geração chamada “pós-tropicalista” colocou em prática. Emerge daí uma tendência musical marcante nesses dez anos, a qual a jornalista e crítica Ana Maria Bahiana (*apud* Novaes, 2005, p. 55) chamou de “esforço de síntese”. Para a autora, a eclosão desse esforço veio, na música popular, a partir da mistura entre rock, samba e frevo feita pelo conjunto Novos Baianos, passando pelo som eletrificado e “predominantemente suave” (Bahiana, 2006b, p. 198) dos Secos & Molhados, chegando até a junção entre rock e viola sertaneja, do trio Sá, Rodrix & Guarabyra.

Quando os tropicalistas importaram o rock como um elemento musical a mais nas misturas de gêneros e estilos que vinham experimentando, havia um intuito claro de derrubar certos muros de preconceitos culturais e denunciar uma espécie de xenofobismo estético que colocava o Brasil numa oclusão de produção cultural. O rock surgiu, portanto, como peça-chave para uma denúncia artística, mas que ainda carecia de entusiastas para a consolidação de um campo autônomo do gênero no Brasil, algo que somente aconteceria nos anos de 1980 (Magi, 2013).

Nessa conjectura, esses estreantes na década de 1970 fartaram-se do rock como um elemento a mais na salada de misturas e experimentalismos, mas deixando ao léu a bandeira do gênero musical. Todos eram “um pouco rock”, mas nenhum sustentava a imagem definitiva de roqueiro, uma característica decisiva para o desenrolar da carreira dessa geração de músicos e compositores populares. Raul Seixas, que tinha uma imagem bastante vinculada ao gênero, assim afirmou ao jornal *O Globo* (16/12/1976, p. 47): “Me chamam pai do rock brasileiro, é? Que gozado... olha, eu não sei de onde veio essa minha imagem de roqueiro... eu, roqueiro? [...] Bom, eu tenho uma formação rock’n’roll. Isso eu não posso negar”. Um pouco adiante o cantor acrescenta: “Mas minha formação na verdade é essa loucura brasileira, não é? É essa coisa de todo brasileiro, tudo misturado, é um rádio, é Lecuana Cuban Boys e música de carnaval e rumba e bolero e Jacson (*sic*) do Pandeiro e orquestra americana”.

Declarações semelhantes podem ser encontradas em contemporâneos de Raul Seixas, ocupantes de posições homólogas no campo musical. Luiz Galvão, do conjunto Novos Baianos, afirmou: “Eu acho que demos muito a impressão de ser uma banda de rock, por causa do tipo de aparelhagem que usávamos. Mas não é não,

sabe, somos uma soma do que cada um é” (*Apud* Bahiana, 2006b, p. 251). Rita Lee destacou: “Sabe que eu não gosto de ficar dizendo que faço rock? Sabe que isso não quer dizer nada para mim? Aí, eu já pego e escrevo r-o-q-u-e, com q mesmo, já é uma outra coisa, não é ficar fazendo rock, rock, radicalmente” (*Idem*, p. 132). Alceu Valença engrossou o coro dizendo: “Eu faço sabendo mesmo, sentindo cada coisa. Foi tudo coisa que eu vi, que eu curto desde garoto. Isso de correr assim pelo palco, agitando os braços, isso não é novo, não, não é nem de rock” (*Idem*, p. 279). Raimundo Fagner também afirmou: “Eu não sei se foi a base cultural e poética do Ceará ou por outro motivo qualquer, mas nunca me importei com as letras dos Beatles e nunca acreditei que o rock pudesse dizer alguma coisa para mim além do som. A minha posição dentro do rock é de crédito e descrédito” (*Idem*, p. 293).

A proximidade com os artistas do passado facilitou a inserção e divulgação desses estreantes no campo musical, uma vez que eles nasceram, artisticamente, referendados pela consagração de outros. Todavia, essa ligação cobrou seu preço, principalmente no que toca às possíveis comparações com os padrinhos famosos. Foi nesse ponto que começaram a surgir as primeiras críticas a essa geração de estreantes. No cotejo com os artistas mais velhos, esses novatos apareciam como cópias pálidas, seguidores de segunda ordem, ou até diluidores das arrojadas discussões do passado. Segundo Rita Morelli (1988, p. 52), comparados com os grandes nomes da MPB, esses novos “não eram vistos simplesmente como ‘valores’ que produziam ‘dentro do que houve antes’, mas como seguidores retardatários e menos qualificados dos grandes movimentos musicais havidos anteriormente”.

O espetáculo *Phono 73*, evento importante que tentou reunir alguns artistas desgostosos com o esquema festivaresco e, ao mesmo tempo, garimpar novos talentos para a cena musical brasileira, demonstrou um pouco das desconfiças com que eram vistos os cantores e compositores estreantes. A revista *Visão* assim escreveu:

Talvez estejamos vivendo ainda a fase da diluição das grandes conquistas de pré-68, como costuma ocorrer demoradamente após a instauração de formas novas, linguagens revolucionárias e modificações radicais. [...] A música brasileira estaria assim assumindo e digerindo a renovação daquele período através dos próprios revolucionários, mas também através de divulgadores, muitos dos quais são cópias sofríveis de Caetano e Gil, usando os clichês concretistas/tropicalistas como quem usa moda. (*Apud* Morelli, 1988, p. 53).

E foi no cotejo com os artistas do passado que se moldaram as críticas mais contundentes a esses estreantes. Desde o fim dos anos de 1950, a cena artística era marcada pela eclosão de sucessivos movimentos musicais, que acirravam as disputas entre si e construíam um clima de debates intensos acerca dos rumos da música e da

cultura popular brasileira. Foi assim desde o surgimento da Bossa Nova, passando pelo Canção de Protesto, a Jovem Guarda e fechando a década de 1960 com a Tropicalia. Esses movimentos musicais traziam novas discussões, inflavam polêmicas, acirravam disputas e dividiam músicos, compositores, fãs e estudiosos da cultura nacional mais sectários. Um cenário que, sem dúvidas, direcionou as expectativas sobre a nascente década de 1970.

Nesses dez anos, houve ameaças de movimentos musicais que malograram pelos mais diferentes motivos. A nascente *soul music* brasileira⁶, que ameaçou engatar um sucesso mais duradouro através de artistas talentosos como Fábio Rolon, Tony Tornado, Érlon Chaves, Jorge Ben Jor, Tim Maia e Wilson Simonal, o rock rural do trio Sá, Rodrix e Guarabyra⁷, os regionalismos do Clube da Esquina⁸, do Pessoal do Ceará⁹, ou mesmo a segmentação universitária do MAU (Movimento Artístico Universitário)¹⁰ foram premissas de movimentos musicais curtos, que se desfizeram rapidamente e acabaram tornando-se algo culturalmente abaixo das próprias carreiras individuais de seus principais representantes.

A marca mais original e significativa dessa geração anos 1970 passa, realmente, pela forma com que as trajetórias e os trabalhos musicais desses artistas se desenharam de maneira mais separada, independentes uns dos outros. Foram esses estreantes os responsáveis por interromper os chamados movimentos musicais, que haviam agitado a cena cultural da década anterior, e inaugurar uma nova fase da vida artístico-musical do país, marcada, fundamentalmente, pela fragmentação. É preciso ressaltar que essa característica foi tremendamente mal recebida pela crítica musical do período. Em 1971, Zuenir Ventura e Vladimir Herzog (1971), ao analisarem o cenário cultural do país, naquele início de década, cunharam um termo que se tornaria bastante popular: “vazio cultural”. Os autores destacam que, entre os sintomas que levaram a esse suposto “vazio”, estavam a presença constante da censura sobre as produções culturais, o expurgo nas universidades e os veios de uma indústria cultural de consumo que vinha suplantando a qualidade pela quantidade. Mais adiante, ressaltam que as marcas desse “vazio” se encontravam também na falta de “propostas novas”, de “efervescência criativa” e no “descenso estético” que teriam interrompido, segundo eles, “o rico processo inventivo começado pela Bossa Nova de João Gilberto e depois retomado por Caetano e por Gil” (*Idem*, p. 55). Ao retomar o conceito, em um artigo de 1973, Ventura constata que o “vazio cultural” se aprofundava, visto pelos traços

6. Cf. Ferreira, 2007; Motta, 2007; Souza, 2016.

7. Cf. Resende, 2013.

8. Cf. Diniz, 2012.

9. Cf. Rogério, 2011; Saraiva, 2008.

10. Cf. Scoville, 2008; Malta, 2013.

mais marcantes da cultura do país, caracterizada, segundo suas palavras, “pela falta de tendências coletivas ou movimentos” (Ventura, 1973, p. 60).

A crítica, acostumada à década passada, quando se esperava ansiosamente o surgimento de movimentos musicais rivais, cada um incrementando e apimentando as discussões acerca dos rumos da cultura brasileira, não conseguia enxergar alguma isonomia entre aqueles músicos estreantes e decretava o fim das “escolas musicais”. Como se havia tomado como padrão de evolução a eclosão de sucessivos movimentos, essa geração de estreantes passou a ser entendida pela marca da interrupção com a tal “Linha Evolutiva” da MPB e diluição das discussões da década anterior, uma imagem que demoraria a ser desfeita.

As marcas dessa fragmentação e o fim dos movimentos musicais prejudicaram, inclusive, uma percepção mais valorativa acerca dos novos discursos políticos e sociais que aquela geração de estreantes trazia. Roberto Schwarz (2009, p. 8) escreveu que, entre 1964 e 1969, “apesar da ditadura de direita [havia] relativa hegemonia cultural de esquerda no país”. Embora o recrudescimento da censura impossibilitasse manifestações artísticas mais abertamente contestatórias, essa “hegemonia cultural de esquerda” se fazia presente também junto à crítica musical na década de 1970. Ana Maria Bahiana (2006a, p. 292) testemunha que, nesse contexto, “quase toda a cultura, a mídia e a intelectualidade brasileira era de esquerda”. E essa crítica, acostumada a uma linguagem político-musical contestatória, própria de certas “escolas musicais” atreladas ao “nacional-popular”, que empolgadamente cantavam a possibilidade uma união social mais ampla (Galvão, 1976), custou a perceber o valor estético e político trazido pela fragmentação contracultural.

Se a contracultura internacional foi, inicialmente, importada dos Estados Unidos pelo grupo tropicalista, entre 1967 e 1968, foi pelas vozes dos estreantes na década de 1970 que ela se aclimatou, em definitivo, aos contornos culturais brasileiros. Através de revelações como Novos Baianos, Secos & Molhados, Sá, Rodrix e Guarabyra, Belchior, Fagner, Raul Seixas e Mutantes (sem a vocalista Rita Lee), ou pelos menos conhecidos conjuntos de rock, Módulo Mil, Som Nosso de Cada Dia e Som Imaginário, a contracultura ganhou contornos tropicais específicos.

Quando o discurso cultural e político da contracultura chegou ao Brasil, no princípio dos anos 1970, impunha-se um quadro bastante diferente daquele que encorpou a cena *hippie* nos Estados Unidos. A vigilância política e cultural do regime militar, principalmente após o AI-5, enterrava as esperanças de uma esquerda engajada e substituía o discurso social e irônico do tropicalismo por uma postura de desencantamento, desânimo e individualismo. Começava a se desenhar, nesse contexto, o que Paulo Britto (2003) chamou de “temática noturna do rock pós-tropicalista”. As temáticas clássicas da contracultura internacional – pacifismo,

psicodelismo, liberdade sexual e crítica política – foram substituídas por canções de caráter mais subjetivo e individualizante, privilegiando temas como: medo, solidão, derrota pessoal, exílio e loucura.

Britto (2003) identifica essa temática noturna nos trabalhos de uma série desses novos artistas. Na canção “Dê um rolê”, de composição de Moraes Moreira e Luiz Galvão, “os versos iniciais da letra atentam para o que há de espantoso numa tal afirmação no contexto brasileiro: ‘Não se assuste, pessoa/ se eu lhe disser que a vida é boa’”. Na obra de Sérgio Sampaio, a temática da loucura aparece, às vezes, de forma explícita – “doido meu pai/ sete bocas mastigando o jantar/ sete loucos entre o bem e o mal” (“Pobre meu pai”), às vezes “através de letras *nonsense*, com clima de pesadelo, como ‘Eu sou aquele que disse/ tanto limão pelo chão/ soltem cachorros nos parques/ ou não’ (“Eu sou aquele que disse”)”. Raul Seixas, na canção “Maluco Beleza”, metaforiza a loucura em versos críticos como “Enquanto você/ Se esforça pra ser/ Um sujeito normal/ E fazer tudo igual/ Eu do meu lado/ Aprendendo a ser louco/ Um maluco total/ Na loucura real”. No trabalho dos Mutantes, a letra de “Balada do louco” afirma de modo radical a oposição entre felicidade e racionalidade: “Mais louco é quem me diz/ que não é feliz/ Eu sou feliz”.

É preciso ressaltar que esse estilo específico de crítica social e política da contracultura brasileira carrega as marcas de uma fragmentação, de um discurso mais individualizante, uma característica que custou a ser entendida com certo apreço. O mesmo Zuenir Ventura, que cunhou o termo “vazio cultural”, em 1973 caracterizou atitude “contracultural”, “underground”, “udigrudi” ou “desbunde” dizendo:

Embora marcada originariamente por uma inconformidade, essa atitude vai resultar objetivamente em uma atitude resignada de que o mundo e as coisas não podem ser modificados. Esse estado de espírito – ao mesmo tempo crítico, abstrato e individualista – marcou grande parte da produção artística da nova vanguarda brasileira dos últimos anos.

Criando uma atmosfera cultural bastante difundida – talvez mais atmosfera do que propriamente produtos estéticos singulares –, a contracultura foi outro dos meios de preencher o vazio cultural, aceitando implicitamente as restrições que a situação geral impunha ao debate mais diretamente voltado para a realidade concreta. (Ventura, 1973. In: Gaspari & Holanda, 2000, pp. 63-64).

Toda essa conjuntura dificultou a penetração do discurso contracultural brasileiro em certos segmentos da crítica, e tardou a inclusão das expressões artísticas ligadas a esse clima de “desbunde” nas instâncias de consagração mais prestigiadas. Contribuíram para sua legitimação a tradução e a popularização no Brasil de algumas importantes obras literárias de Carlos Castañeda, ligadas à contracultura interna-

cional, como “Uma estranha realidade”, “Viagem a Ixtlan” e “A erva do diabo”. A repercussão do livro “A contracultura”, de Theodore Roszak, traduzido e lançado no Brasil no final de 1972, pela editora Vozes, foi também importante na construção de um embasamento teórico e político para a contracultura (Souza, 2016).

É possível notar que o descrédito e o pessimismo com que foram recebidos esses jovens músicos, no início da década de 1970, foram, aos poucos, amenizando-se. Mesmo não carregando, atualmente, o mesmo prestígio que os artistas da década passada, ou ainda não tendo suas vidas rememoradas por estudiosos e biógrafos, é difícil acusar essa geração anos 70 de responsável por um “descenso estético” ou “interrupção da linha evolutiva” da música popular. Esta constatação aponta para uma gradativa conquista de prestígio ou mesmo legitimidade cultural com relação aos seus trabalhos musicais e carreiras profissionais.

Em setembro de 1975, a revista *Veja* (24/9/1975, p. 76) trouxe uma reportagem de capa com a chamada “Música, uma geração de briga”, estampada com os rostos de Fagner, Walter Franco, João Bosco e Luiz Melodia. Na matéria intitulada “Os andarilhos solitários”, as carreiras dessa nova geração representam um novo tempo, cujas características se entrelaçam com as condições sociais da década.



Eles estão chegando. Do Ceará, de Minas Gerais, do Rio de Janeiro, de São Paulo, da Bahia, do Espírito Santo. São os João Bosco, os Aldir Blanc, Luiz Melodia, Fagner, Belchior, Walter Franco, os Alceu Valença e os Raul Seixas, que não marcham mais em bandos, como antes. [...] Perambulam sós, sem qualquer apoio radiofônico. Os programas de rádio preferem o que vem de fora. Os críticos e o público exigem deles uma perfeição impossível para as condições em que vivem. [...] No entanto, eles teimam. Isolados, dispersos, eles resistem. A união faz a força, mas, já que ela é impossível, cada um faz e toca seu trabalho com a autonomia de um cavaleiro no comando de sua montaria.

A característica fundamental daquela geração, estranha aos movimentos musicais, começou a ser vista com certa complacência. “Andar sozinho” surgiu como um emblema de resistência à conjuntura política, econômica e social que essa geração enfrentava, e que não necessariamente se relacionou com uma interrupção da chamada “linha evolutiva” da MPB, “descenso estético” ou diluição das discussões e projetos culturais do passado. É perceptível, inclusive, uma espécie de *mea-culpa* da crítica, que exigia deles, segundo a matéria, uma “perfeição impossível para as condições que vivem”.

O jornal *Folha de S.Paulo* (28/10/1979, p. 9) promoveu um debate em outubro de 1979, a fim de entender as “lições” que aquela década, que estava para se encerrar, havia deixado para a cena artística nacional. Foram reunidos o cantor e compositor Ivan Lins, o crítico da revista *IstoÉ* Silvio Lancellotti, a cantora Marlui Miranda, o compositor, maestro e arranjador Marcus Vinícius, o cantor e compositor Luiz Gonzaga Junior, o letrista Vitor Martins, o compositor e violonista Paulinho Nogueira e o cantor e compositor Zé Kéti. Gonzaguinha abriu o debate lembrando o peso das cobranças que recaíam sobre sua geração ao dizer: “Por parte dos grandes jornais, grandes críticas etc., e tal, toda uma exigência a nível dos novos compositores, querendo que eles fossem os novos Chicos Buarques de Hollanda, os novos Caetano Velosos, novos Gilbertos Gil. Ou os novos ex-ganhadores dos grandes festivais”.

Embora a desconfiança pairasse sobre os novos músicos surgidos no início naquela década, o debate na *Folha de S.Paulo* caminhou no sentido de que essa nova geração teria provado um imenso valor de “resistência”, seja contra a censura, contra a música estrangeira que invadiu o país, contra os veios comerciais de uma indústria do disco fortemente consolidada ou contra os problemas relativos aos direitos autorais. Havia um inegável ganho de prestígio desses estreantes, inclusive na arena do combate político e cultural. A anistia, um dos momentos mais gloriosos de resistência política nesses anos de censura, teve como trilha sonora, por excelência, a canção “O bêbado e a equilibrista”, interpretada por Elis Regina, mas com letra e harmonia compostas pelos estreantes João Bosco e Aldir Blanc.

Em suma, essa geração de jovens músicos e compositores populares não se configurou como um “grupo concreto”, com objetivos específicos, ações deliberadas que os mantivessem coesos, ou com “laços naturalmente desenvolvidos e conscientemente desejados” (Mannheim, 1982, p. 70). A convergência desses artistas, enquanto “unidade geracional”, se dá por um conjunto de demarcadores correlatos (jovens, estreantes na década de 1970, surgidos após o tropicalismo), capazes de colocá-los em posições homólogas no campo musical. Um local que cobrou deles demandas simbólicas semelhantes e os colocou frente a dilemas similares, próprios da situação social e cultural na qual estavam inseridos. E mesmo cada artista encontrando alternativas particulares aos impasses em que foram colocados, o que permitiu a consolidação de carreiras e imagens artísticas diferentes entre si, as respostas aos constrangimentos sociais e culturais a que foram impelidos tiveram um sentido comum. Independentemente das inúmeras variantes, essa geração formada por Luiz Gonzaga Junior, Luiz Melodia, Novos Baianos, Secos & Molhados, Clube da Esquina, João Bosco, Fagner, Belchior, Ivan Lins e Raul Seixas percorreu, em inúmeros momentos, caminhos análogos. Ela nasceu artisticamente às sombras da geração passada, foi responsabilizada pelo fim dos “movimentos musicais”, interrupção da “linha evolu-

tiva da música popular”, ou por ter atirado o Brasil em um “vazio cultural”. Todavia, essa geração anos 1970 chega ao desfecho da década desfrutando da imagem de uma “geração de luta” e de “resistência”.

Referências Bibliográficas

- BAHIANA, Ana Maria. (2006a), *Almanaque anos 70*. Rio de Janeiro, Ediouro.
- BAHIANA, Ana Maria. (2006b), *Nada será como antes: MPB nos anos 70: trinta anos depois*. Rio de Janeiro, Editora Senac.
- BAHIANA, Ana Maria. (2005), “A ‘linha evolutiva’ prossegue: A música dos universitários”. In: NOVAES, Adauto. *Anos 70: ainda sob tempestade*. Rio de Janeiro, Aeroplano/Senac Rio.
- BAIA, Silvano Fernandes. (2011), *A historiografia da música popular no Brasil (1971-1999)*. São Paulo, tese de doutorado em História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
- BOURDIEU, Pierre. (1996b), *A ilusão biográfica*. In: AMADO, Janaina & FERREIRA, Marieta de Moraes. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas.
- BOURDIEU, Pierre. (1996a), *As regras da arte: Gênese e estrutura do campo literário*. São Paulo, Companhia das Letras.
- BRITTO, Paulo Henriques. (2003), “A temática noturna do rock pós-tropicalista”. In: DUARTE, Paulo Sérgio & NAVES, Santuza Cambraia. *Do samba-canção à tropicália*. Rio de Janeiro, Relume Dumará.
- CARDOSO, Irene. (set. 2005), “A geração dos anos de 1960 o peso de uma herança”. *Tempo Social, Revista de Sociologia da USP*, 17 (2): 93-107. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702005000200005&lng=pt&nrm=iso.
- DENORA, Tia. (1995), *Beethoven and the construction of Genius. Musical politics in Vienna, 1792-1803*. Londres, University of California Press.
- DIAS, Márcia Tosta. (2000), *Os donos da voz. Indústria fonográfica brasileira e mundialização da cultura*. São Paulo, Boitempo Editorial.
- DINIZ, Sheyla Castro. (2012), “Nuvem cigana”: a trajetória do Clube de Esquina no campo da MPB. São Paulo, dissertação de mestrado em Sociologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas.
- ECHVERRIA, Regina. (2012), *Gonzaguinha & Gonzagão: uma história brasileira*. São Paulo, Leya.
- ELIAS, Norbert. (1995), *Mozart, sociologia de um gênio*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- FAVARETTO, Celso. (2007), *Tropicália, alegoria, alegria*. São Paulo, Ateliê Editorial.
- FERREIRA, Gustavo. (2007), *Quem não tem swing morre com a boca cheia de formiga. Wilson Simonal e os limites de uma memória tropical*. Niterói, dissertação de mestrado em História, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense.
- GALVÃO, Luiz. (2014), *Novos Baianos: A história do grupo que mudou a MPB*. São Paulo, Lazuli.

- GALVÃO, Walnice Nogueira. (1976), "MMPB: uma análise ideológica". In: *Saco de gatos: ensaios críticos*. São Paulo, Duas Cidades.
- HEINICH, Nathalie. (1996), *The glory of Van Gogh. An anthropology of admiration*. Princeton: Princeton University Press.
- HOLANDA, Heloisa. (2004), *Impressões de viagem: CPC, vanguarda e desbunde*. São Paulo, Aeroplano.
- MACIEL, Almeida. (1989), *Alceu Valença em frente e verso*. Recife, Edição do Autor.
- MAGI, Erica. (2013), *Rock and roll é o nosso trabalho: A Legião Urbana do underground ao mainstream*. São Paulo, Alameda Editorial.
- MANNHEIM, Karl. (1982), "O problema sociológico das gerações". In: FORACCHI, Marialice (org.). *Karl Mannheim: Sociologia*. São Paulo, Ática.
- MALTA, Dácio. (2013), "Obrigado, Flávio Cavalcanti". In: ALBUQUERQUE, Célio (org.). 1973: *O ano que reinventou a MPB. A história por trás dos discos que transformaram a nossa cultura*. Rio de Janeiro, Editora Sonora.
- MEDEIROS, Jotabê. (2017), *Belchior: Apenas um rapaz latino-americano*. São Paulo, Todavia.
- MICELI, Sérgio. (1994), "O papel político dos meios de comunicação de massas". In: SCHWARTZ, Jorge & SOSNOWSKI, Saul (orgs.). *Brasil: o trânsito da memória*. São Paulo, Edusp.
- MOREIRA, Rodrigo. (2003), *Eu quero é botar meu bloco na rua*. Rio de Janeiro, Editora Mui-raquitã.
- MORELLI, Rita de Cássia Lahoz. (1988), *Indústria fonográfica: relações sociais de produção e concepções acerca da natureza do trabalho artístico*. Campinas, dissertação de mestrado em Antropologia Social, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas.
- MOTTA, Nelson. (2007), *Vale Tudo: O som e a fúria de Tim Maia*. Rio de Janeiro, Editora Objetiva.
- NAPOLITANO, Marcos. (2002), "A música popular brasileira (MPB) dos anos 70: resistência política e consumo cultural". IV Congresso da IASPM-LA (International Association for Study of Popular Music), Cidade do México.
- NAPOLITANO, Marcos. (2005), "MPB: Totem-tabu da vida musical brasileira". In: *Anos 70: Trajetórias*. São Paulo, Iluminuras.
- NAPOLITANO, Marcos. (2001), *Seguindo a canção: engajamento político e indústria cultural na MPB (1959/69)*. São Paulo, Annablume, Fapesp.
- ORTIZ, Renato. (1989), *A moderna tradição brasileira*. São Paulo, Brasiliense.
- PAIANO, Enor. (1994), *O berimbau e o som universal: lutas culturais e indústria fonográfica nos anos 60*. São Paulo, dissertação de mestrado em Comunicação Social, Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo.
- RESENDE, Victor. (2013), *O rock rural de Sá, Rodrix & Guarabyra: romantismo contracultural no Brasil dos anos 1970*. São João Del-Rei, dissertação de mestrado em História,

- Departamento de Ciências Sociais, Políticas e Jurídicas da Universidade Federal de São João Del Rei.
- RIDENTI, Marcelo. (2000), *Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era da TV*. Rio de Janeiro, Record.
- ROGÉRIO, Pedro. (2011), *A viagem como um princípio de formação do habitus dos músicos que na década de 70 ficaram conhecidos como “pessoal do Ceará”*. Fortaleza, tese de doutorado em Educação, Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará.
- SANCHES, Pedro. (2000), *Tropicalismo. Decadência bonita do samba*. São Paulo, Boitempo Editorial.
- SCOVILLE, Eduardo. (2008), *Na barriga da baleia: A Rede Globo de Televisão e a Música Popular Brasileira na metade da década de 1970*. Curitiba, tese de doutorado em História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná.
- SCHWARZ, Roberto. (2009), “Cultura e política, 1964-1969”. In: *Cultura e política*. 3 ed. São Paulo, Paz e Terra.
- SÓ, Pedro. (2013), “Preciosidade única”. In: ALBUQUERQUE, Célio (org.). *1973: O ano que reinventou a MPB. A história por trás dos discos que transformaram a nossa cultura*. Rio de Janeiro, Editora Sonora.
- SOUZA, Lucas. (2015), *A trajetória social de Raul Seixas. Uma metamorfose ambulante no rock brasileiro*. São Paulo, Alameda.
- SOUZA, Lucas. (2016), *Construção e autoconstrução de um mito: análise sociológica da trajetória artística de Raul Seixas*. São Paulo, tese de doutorado em Sociologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
- TATIT, Luiz. (2004), *O século da canção*. São Paulo, Ateliê Editorial.
- TATIT, Luiz. (2005), “A canção moderna”. In: *Anos 70: Trajetórias*. São Paulo, Iluminuras.
- VAZ, Denise Pires. (1992), *Ney Matogrosso: um cara meio estranho*. Rio de Janeiro, Rio Fundo Editora.
- VENTURA, Zuenir. (2000), “Falta de ar” [1973]. In: GASPARI, Elio; HOLANDA, Heloisa Buarque & VENTURA, Zuenir (orgs.). *Cultura em trânsito: da repressão à abertura*. Rio de Janeiro: Aeroplano Editora.
- VENTURA, Zuenir & HERZOG, Vladimir. (5 jul. 1971), “A crise da cultura brasileira” [“O vazio cultural”]. *Visão*, “Cultura”, vol. 39, n. 1, pp. 52-8. Disponível em <https://www.acervovladimirherzog.org.br/>. Também em: GASPARI, Elio; HOLANDA, Heloisa Buarque & VENTURA, Zuenir (orgs.). (2000), *Cultura em trânsito: da repressão à abertura*. Rio de Janeiro, Aeroplano.
- VIANNA, Luiz. (2013a), “Uma estreia em transição”. In: ALBUQUERQUE, Célio (org.). *1973: O ano que reinventou a MPB. A história por trás dos discos que transformaram a nossa cultura*. Rio de Janeiro, Editora Sonora.
- VIANNA, Luiz. (2013b), *Aldir Blanc: resposta ao tempo. Vidas e letras*. Rio de Janeiro, Casa da Palavra.

- VICENTE, Eduardo. (2002), *Música e disco no Brasil: a trajetória da indústria nas décadas de 80 e 90*. São Paulo, tese de doutorado em Comunicação. Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo.
- VIEIRA, Renato. (2013), "Quando o sertão virou mar e o mar virou sertão". In: ALBUQUERQUE, Célio (org.). *1973: O ano que reinventou a MPB. A história por trás dos discos que transformaram a nossa cultura*. Rio de Janeiro, Editora Sonora.
- WISNIK, José Miguel. (2005), "O minuto e o milênio ou Por favor, professor, uma década de cada vez" [1979]. In: NOVAES, Adauto (org.). *Anos 70 ainda sob tempestade: música, literatura, cinema e televisão*. Rio de Janeiro, Europa Editora.
- ZOLBERG, Vera. (2006), *Para uma Sociologia das Artes*. São Paulo, Editora Senac.

Matérias de jornais e revistas

- "A lição da resistência". (28/10/1979), *Folha de S.Paulo*, São Paulo.
- "Como anda (para onde vai) a música popular brasileira". (24/11/1970), *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, edição 00198.
- "Os andarilhos solitários". (24/09/1975), *Veja*, Rio de Janeiro, edição 368.
- BAHIANA, Ana Maria. (16/12/1976), "É Raul Seixas a metamorfose ambulante". *O Globo*, Rio de Janeiro.

Resumo

Música popular na década de 1970 e a cena pós-tropicalista: análise de uma geração sem "vida"

Este artigo analisa o campo musical brasileiro, na década de 1970, sob o prisma dos artistas estreantes nesses dez anos. Luiz Gonzaga Junior, Luiz Melodia, Novos Baianos, Secos & Molhados, Clube da Esquina, João Bosco, Fagner, Belchior, Sá, Rodrix e Guarabyra, Ivan Lins e Raul Seixas são músicos e compositores populares, que despontaram artisticamente após o tropicalismo e desenvolveram uma produção musical significativa no transcorrer dessa década. Embora sejam, atualmente, artistas conhecidos, a trajetória dessa geração foi pouco estudada, e sua relevância na historiografia da música popular ainda se encontra mal definida. Assim, este artigo objetiva lançar luz sobre essa geração de novatos, ocupantes de posições homólogas no campo musical, de modo a compreender a configuração dos seus trabalhos artísticos e carreiras profissionais no centro das transformações sociais, econômicas e culturais que marcaram a década de 1970. Palavras-chave: Música popular; Década de 1970; Movimentos musicais e linha evolutiva.

*Abstract**Popular music in the 1970s and the post-tropicalist scene: analysis of a generation without “life”*

This article analyzes the Brazilian musical field, in the 1970s, from the perspective of debuting artists in these ten years. Luiz Gonzaga Junior, Luiz Melodia, Novos Baianos, Secos & Molhados, Clube da Esquina, João Bosco, Fagner, Belchior, Sá, Rodrix and Guarabyra, Ivan Lins and Raul Seixas are popular musicians and composers, who emerged artistically after tropicalism, and developed a significant musical production during that decade. Although they are currently known artists, the trajectory of this generation has been little studied and their relevance in the historiography of popular music is still poorly defined. Thus, this article aims to shed light on this generation of newcomers, occupying similar positions in the musical field, in order to understand the configuration of their artistic works and professional careers at the center of the social, economic and cultural transformations that marked the 1970s.

Keywords: Popular Music; 1970s; Musical movements and evolutionary line of popular music.

Texto recebido em 14/04/2020 e aprovado em 04/01/2021.

DOI: 10.11606/0103-2070.ts.2021.168780.

LUCAS SOUZA é doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo, professor adjunto na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, vice-coordenador do projeto de extensão e pesquisa “Ouvindo Música: Música Popular Brasileira e a memória sociocultural do país”, autor do livro *A trajetória social de Raul Seixas: uma metamorfose ambulante no rock brasileiro* (Alameda, 2013). E-mail: lucassouza@unilab.edu.br.

JANAINA LOBO é doutora em Antropologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, professora adjunta na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, coordenadora do projeto de extensão e pesquisa “Ouvindo Música: Música Popular Brasileira e a memória sociocultural do país”. E-mail: janaina.lobo@unilab.edu.br.



Milton Hatoum: um clássico contemporâneo

Marcello Giovanni Pocai Stella*

<https://orcid.org/0000-0003-2420-0392>

I

Nas capas dos livros de Milton Hatoum, editados pela Companhia das Letras, é possível se deparar com um pequeno adesivo redondo de cor amarela, no qual se lê “Um clássico da literatura brasileira contemporânea”. Este artigo visa a reconstruir, em perspectiva sociológica, a trajetória desse escritor¹ e sua consagração, no sentido de esclarecer a posição que ocupa no campo literário.

A partir de referências como Goffman (1981), Sapiro (2014) e Pinheiro Filho (2019), sugiro que a trajetória de Milton Hatoum é marcada, de um lado, pelo esforço de se afirmar como um dos herdeiros principais da grande tradição literária brasileira, inscrevendo-se assim no polo autônomo do campo (Bourdieu, 1996), de circulação restrita; e, de outro, por estratégias voltadas ao sucesso comercial, que poderiam deslocá-lo para o polo heterônomo, de circulação ampliada. Essa aparente contradição relaciona-se, como tentaremos demonstrar, com as lógicas que estruturam diversos campos literários nacionais contemporâneos, como o brasileiro, nos quais o êxito literário e o comercial não são excludentes².

* Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.

1. As informações coletadas constam de várias entrevistas concedidas pelo autor em veículos de imprensa variados. Boa parte delas está armazenada na página web pessoal do autor: <http://www.miltonhatoum.com.br/>, consultada em 10/10/2016.
2. Embora Bourdieu tenha definido os campos de produção cultural a partir de sua autonomia crescente em relação aos campos econômico e político, em texto recente (2019), Gisèle Sapiro sugere que o desenvolvimento dos mesmos não seria “teleológico nem linear”, podendo ocorrer perda de autonomia na disputa com esses campos dominantes. No meio do século xx, a literatura se politizaria, em função da

Segundo Bourdieu (1996), as vendas dos autores clássicos ao redor de 1970 na França seriam caracterizadas em geral pelo insucesso comercial a curto prazo e, após a consagração literária interna ao campo, pelo sucesso comercial a longo prazo. Entretanto, casos como o de Zadie Smith³ e seu primeiro livro *White Teeth* (2000), estudado por Pouly (2016), parecem contradizer essa ordem esperada de acontecimentos. Como podemos explicar sociologicamente esses “*best-sellers* de qualidade”?

Tal expressão teria sido cunhada por atores do mundo editorial e se referiria a livros com potencial de angariar créditos propriamente literários, alcançando, também, sucesso comercial. Os “*best-sellers* de qualidade” ou os “clássicos contemporâneos” seriam os livros mais almejados por todo editor, por venderem bem tanto a curto como a longo prazo. Mais ainda, além de granjearem um público mais amplo, tais livros transmitiriam sua legitimidade literária ao editor. Em suma, os “*best-sellers* de qualidade” disputariam simultaneamente o jogo especificamente literário, atendendo aos seus mecanismos de consagração estéticos, e o jogo do mercado, no qual o *marketing* e a publicidade seriam essenciais para alavancar vendas imediatas e alcançar o público ampliado (Pouly, 2016).

II

Passo a examinar neste item a trajetória de Milton Hatoum⁴. Sua família é, predominantemente, de origem libanesa. Sua mãe era católica e o pai muçulmano (fatos que aparecem com destaque em seu primeiro livro, *Relato de um certo Oriente*). Sua avó libanesa materna estudou num colégio francês em Beirute, e boa parte da família era versada na língua francesa. O avô paterno de Milton chegou ao Brasil no início do século XX, durante o Ciclo da Borracha e foi para o Acre, onde residiu na cidade de Xapuri e trabalhou como mascate. Após onze anos na Amazônia, retornou ao Líbano, para a capital Beirute.

Motivado pelas histórias escutadas sobre o Brasil, o pai de Hatoum (que também estudou em um colégio francês no Líbano) emigrou, também, ao Brasil. Depois de residir no Acre durante nove anos, foi para Manaus, onde se casou. O estabelecimento definitivo nessa cidade se deu em 1949, onde a família de sua esposa já vivia fazia

Segunda Guerra, e, desde o final desse século, com o surgimento de grandes conglomerados editoriais, se tornaria cada vez mais dependente do mercado. Se essa conjuntura implica perda de autonomia, devemos lembrar que gera possibilidades de profissionalização pelo menos para os autores mais consagrados do campo.

3. Não por acaso, essa autora foi incorporada ao catálogo da Companhia das Letras, desde 2007.

4. A maior parte das informações foi recolhida em entrevistas (Barreto & Mello, 2007; Gebaly, 2010). Ver também a dissertação de mestrado de Mascagna (2015).

tempo (seus pais eram donos de importante casa de comércio na cidade). Milton nasceu em 1952. Viveu na capital manauara até os quinze anos (1967), onde cursou o Colégio Amazonense D. Pedro II. Em seguida se mudou para Brasília e estudou no Ciem (Centro Integrado de Ensino Médio, colégio de aplicação da UNB da época).

Em 1970 mudou-se da capital federal (no período brasiliense foi preso em uma passeata contra o regime militar e logo depois solto, fato que resultou num trauma com a ditadura, conforme relata em diversas oportunidades) para São Paulo com o objetivo de estudar arquitetura na USP, onde se formou em 1977.

No final dessa década foi jornalista cultural na revista *IstoÉ!* por dois anos e professor universitário de História da Arquitetura na Universidade de Taubaté (1978). Em 1979 conseguiu a Bolsa Vitae⁵ para estudar em Madri durante quatro meses, mas permaneceria na Europa por quatro anos (1983). Passou seis meses em Madri e seis meses em Barcelona. Em 1980 ganhou bolsa para estudar na França e realizou pós-graduação em estudos literários na Universidade de Paris III – Sorbonne. Nesse período começou a escrever *Relatos de um certo Oriente*.

No seu retorno ao Brasil em 1984, encontrou uma Manaus desoladora devido à expansão da Zona Franca e ao crescimento desordenado da cidade. Nesse contexto finalizou seu primeiro livro, em 1987, que seria publicado em 1989 pela editora Companhia das Letras. Ainda em Manaus, foi professor na Universidade Federal do Amazonas (Ufam) – nesse período foi, também, professor-visitante da Universidade da Califórnia, em Berkeley (1996), nos Estados Unidos –, lecionando língua e literatura francesa até o final da década de 1990, quando retornaria a São Paulo (abalado com a morte do pai e o fim do primeiro casamento), já com seu segundo livro *Dois irmãos* quase pronto (seria editado em 2000). O plano de fazer um doutorado em literatura na USP seria abandonado após a publicação de *Dois irmãos*.

A hesitação que o impedia de largar a universidade (posição estável) e se dedicar integralmente à literatura (posição instável) acompanhou o processo de escrita de seu segundo livro, que levou aproximadamente dez anos para sair. Essa demora foi interpretada no mundo literário como devoção à arte pura e desinteresse pelo sucesso comercial. Após a publicação de *Dois irmãos* e a sua acolhida favorável, o ritmo de publicação aumentaria, com intervalo de três ou quatro anos entre cada livro.

Em São Paulo morou nos bairros de Higienópolis e Pinheiros e se casou com a editora Ruth Lanna⁶. Foi colunista do Caderno 2 (*O Estado de S. Paulo*). Publicou

5. Associação civil sem fins lucrativos que atuou no Brasil entre 1985 e 2005 fomentando Arte e Cultura, através de bolsas de pesquisas e diversas modalidades de financiamento (Cf. Almeida & Herencia, 2012).

6. Sua atuação no campo editorial se deu principalmente na editora Companhia das Letras e na Planeta. Em 2005 e 2006 foi organizadora da Flip (Festa Literária Internacional de Paraty).

ainda pela Companhia das Letras: *Cinzas do Norte* (2005 – romance), *Órfãos do Eldorado* (2008 – romance), *A cidade ilhada* (2009 – contos), *Um solitário à espreita* (2013 – crônicas) e, mais recentemente, dois romances que fazem parte de uma trilogia, respectivamente *A noite da espera* (2017) e *Pontos de fuga* (2019). Seus livros foram traduzidos para doze idiomas, em catorze países diferentes. Segundo dados de seu próprio *site* e de notícias de jornal, teve mais de 315 mil exemplares de todos os seus livros vendidos. Em 2015 lançou uma versão em quadrinhos de *Dois irmãos*, que recebeu, também, tradução francesa. No Salão do Livro de Paris, no mesmo ano, Milton vendeu mais da sua edição em quadrinhos que Paulo Coelho, segundo o próprio autor⁷. Um dos contos do livro *A cidade ilhada*, o *Relato de um certo Oriente* e *Órfãos do Eldorado* foram adaptados para versões audiovisuais, nos anos seguintes. No ano de 2017, o livro *Dois irmãos* foi exibido no formato de minissérie na TV Globo.

QUADRO 1
Trajatória Literária de Milton Hatoum

CRONOLOGIA DA OBRA DE MILTON HATOUM	EVENTOS
1989	Publicação de <i>Relatos de um certo Oriente</i>
1990	Prêmio Jabuti de Melhor Romance para o <i>Relato de um certo Oriente</i>
2000	Publicação de <i>Dois irmãos</i>
2001	Prêmio Jabuti (3º lugar) para <i>Dois irmãos</i>
2005	Publicação de <i>Cinzas do Norte</i>
2006	Prêmio APCA e prêmio Portugal Telecom para <i>Cinzas do Norte</i>
	Prêmio Jabuti de Melhor Romance (1º lugar), Prêmio livro do ano da Câmara Brasileira do Livro, Prêmio Bravo! De Literatura
2008	Publicação de <i>Órfãos do Eldorado</i>
	Prêmio Jabuti (2º lugar) para <i>Órfãos do Eldorado</i>
2008	Ordem do Mérito Cultural do Ministério da Cultura
2009	Publicação de <i>A cidade ilhada</i>
2013	Publicação de <i>Um solitário à espreita</i>
2015	Lançamento da versão em quadrinhos de <i>Dois irmãos</i> , em português e francês.
	Quatro livros de Milton Hatoum são objeto de adaptações para formatos audiovisuais: <i>Dois irmãos</i> (minissérie televisiva), <i>A cidade ilhada</i> , <i>Relato de um certo Oriente</i> e <i>Órfãos do Eldorado</i> (cinema).
	Minissérie de <i>Dois irmãos</i> é exibida na TV Globo
2017	Publicação do primeiro volume da trilogia <i>O lugar mais sombrio</i> , o livro <i>A noite da espera</i> (romance)
2019	Publicação de <i>Pontos de fuga</i> (romance) – segundo volume da trilogia

Fonte: Autoria própria com dados da pesquisa.

7. Informação concedida em entrevista ao pesquisador.

A trajetória de Milton Hatoum se fez possível, de início, a partir de uma socialização nos que eram então os estratos médios / altos de Manaus. A familiarização com línguas estrangeiras desde cedo e o contato com livros e autores clássicos em sua casa (através do incentivo da mãe) ou no Colégio Amazonense D. Pedro II constituíram trunfos culturais necessários à desenvoltura com o mundo literário e com a escrita. Graças a esses aprendizados, o autor viveu boa parte de sua vida à custa de traduções, obteve bolsa de fomento à criação artística e pôde realizar estudos de pós-graduação fora do país. A aposta na educação foi, provavelmente, uma tentativa de compensar o declínio social de sua família⁸.

Vejamos como o autor descreve o processo de aprendizagem do idioma francês:

Do Flaubert há, inclusive, uma história que data da minha juventude, quando aprendi francês em Manaus, nos anos 1960. Eu era muito jovem e minha avó libanesa falava um pouco de francês, de modo que a língua francesa não era desconhecida para mim. Na minha casa se falava árabe e português, mas quando minha avó nos visitava, ela gostava de praticar a língua francesa. Ela estudara num *liceu francófono* em Beirute. Aprendi francês com a esposa do cônsul francês em Manaus, quando eu tinha doze ou treze anos. Essa professora me apresentou pela primeira vez os contos do Flaubert, ela lia um trecho de *Um coração simples* e depois o traduzia. Era uma maneira também de ampliar o vocabulário. (Hatoum *apud* Gebaly, 2010, p. 5).

Assim, para Hatoum o contato com o francês se deu de forma “natural”, dentro de casa com sua mãe, pai e avó e, mais sistematicamente, no Colégio ou em cursos particulares. Teve aulas com falantes de francês provenientes de elites burocráticas de Manaus.

A escolha do curso de arquitetura pode ser entendida como um caminho seguro, no qual afinal não prosseguiria, mas que lhe facilitaria indiretamente o investimento posterior em seus pendores literários. Conforme relatou em entrevista a mim concedida, mesmo no curso de arquitetura, não teria abandonado a paixão pela literatura. Frequentou na USP disciplinas na Letras com os críticos Davi Arrigucci Jr., João Luiz Lafetá e Alfredo Bosi. A partir deles e de suas indicações de leitura teve contato com a literatura hispano-americana que não conhecia (Borges principalmente) e pôde ampliar e adensar seu repertório literário.

8. Como destaca Abreu (2013), a família de Milton Hatoum teve uma trajetória de declínio social, principalmente pelo lado materno. Isso devido ao fato de terem perdido uma casa comercial após a morte do avô e ao casamento descensionado celebrado entre a mãe de Milton e o pai, um simples mascate. Segundo a autora, tal situação clássica de descenso estimulou na família uma estratégia de reconversão de capital, ou seja, o filho foi estimulado a acumular capital cultural, como forma de recuperar o capital social e econômico perdido.

A passagem pela USP foi, desse modo, um passo importante de sua trajetória ao permitir o contato com os críticos literários citados. Indiretamente, a formação como arquiteto tornaria possível o ingresso no universo da cultura, fosse como tradutor, jornalista, professor etc. A obtenção da bolsa da Fundação Vitae, embora considerada pelo autor um grande golpe de sorte, beneficiou um candidato preparado e merecedor de ter sido selecionado.

A bolsa de estudos que permitiu a Hatoum sair do país e se dedicar à escrita de seu primeiro livro foi essencial, assegurando as condições para seu “projeto criador” (Bourdieu, 1968) à distância da ditadura militar brasileira. Tornou possível, também, fazer uma pós-graduação em estudos literários, na cidade de Paris, a Meca dos escritores latino-americanos em todo o século xx (Casanova, 2002).

Quando o autor retornou ao país em 1984, a ditadura militar estava perto do final. Dotado de mais um título escolar prestigioso e raro, estava habilitado a exercer o posto de professor universitário. Naquele momento as universidades viviam uma expansão de vagas, fruto da política educacional implantada pelos militares, de expansão do sistema universitário (cf. Neves, 2012). Paradoxalmente, como é praxe nas investigações sobre o período militar brasileiro, o mesmo regime que deteve Hatoum, ainda enquanto jovem estudante secundarista, propiciou a ele, anos mais tarde, um posto de trabalho na Universidade Federal do Amazonas (Ufam), episódio que reforça o papel, cada vez mais central nas últimas décadas, desempenhado pela universidade na formação e profissionalização dos produtores literários.

Os anos 1970 e 1980 se caracterizaram fortemente pelo incentivo ao desenvolvimento de uma indústria cultural racionalizada e moderna no país (cf. Ortiz, 1989; Ridenti, 2014). Em seu interior, entretanto, a expansão do mercado editorial nas mesmas décadas não aconteceu sem percalços. O desgaste do milagre brasileiro e as sucessivas crises econômicas, enfrentadas por intervenções governamentais erráticas, só foram superadas na Nova República com o Plano Real (Hallewell, 2012). Apesar de contar com contingentes populacionais cada vez mais alfabetizados e titulados, a economia do país não garantiu condições para que tais consumidores potenciais comprassem livros de fato (cf. Sá-Earp & Kornis, 2010). Nesse contexto, o mercado ficou bastante dependente das instáveis compras governamentais, até que, nos anos 1990 e 2000, houvesse ampliação da rede varejista, aumento de renda dos consumidores privados (com o fim da inflação galopante), entre outros fatores, como impulsos persistentes ao mercado editorial, que garantiram grau importante de desenvolvimento tecnológico e profissional no período.

A história da editora Companhia das Letras, fundada em 1986 por Luiz Schwarzcz, é emblemática desse processo. Ele provinha da editora Brasiliense, onde iniciou como estagiário e terminou como editor. Segundo Hallewell (2012), a estratégia

da Companhia se baseava na “coerência da linha editorial”, na seleção criteriosa dos títulos, no cuidado na confecção das capas, na apresentação artística e gráfica dos livros, na qualidade das traduções.

Enquanto Hatoum terminava o *Relato de um certo Oriente* (1987), seu futuro editor dava os primeiros passos com sua editora (1986), escorando-se na venda de alguns livros importantes como *Rumo à estação Finlândia* de Edmund Wilson, que vendeu cerca de 110 mil exemplares, além de ter firmado parceria de apoio financeiro com a família que controlava o Unibanco (Hallewell, 2012, p. 731). Segundo o próprio Hatoum, Luiz Schwarcz teria chegado até ele por meio das listas de bolsistas da Fundação Vitae. O editor procurava, então, autores que tinham sido contemplados e estavam com obras inéditas por publicar. Era o encontro perfeito para o aspirante a escritor e a editora em construção.

Além dos fatores vinculados ao mercado literário propriamente dito, a vinda posterior de Hatoum para São Paulo deve ser entendida como movimento chave para a construção de sua carreira, já que a capital paulista na virada do século XXI suplantaria o Rio de Janeiro em pujança de produção literária (Cf. Muniz Jr., 2016), não obstante esta última ainda fosse e seja um centro literário importante do país⁹. Em outras palavras, tal migração, como tantos deslocamentos geográficos recorrentes na história de sua família, foi crucial para sua afirmação no espaço literário.

Também o conjunto de produtores literários que atuavam no tempo de Hatoum e o cânone com que o autor dialoga/dialogou são dimensões importantes para se entender como ele teria construído seu “projeto criador” (Bourdieu, 1968). Nos trabalhos sobre Milton Hatoum são mencionados os escritores conhecidos ou não que o influenciaram. Segundo Hallewell (2012), antes da estreia do autor, a literatura manauara havia prosperado, favorecida pelo impulso dado no início da ditadura militar pelo governador Arthur Cezar Ferreira Reis (gestão entre 1964 e 1967), que promoveu através da máquina de seu estado um conjunto de publicações sobre história, sociologia e literatura amazonense.

Pouco depois despontaria Márcio Souza, funcionário municipal de Manaus, ao lançar em 1976 o romance intitulado *Galvez, Imperador do Acre*. Entretanto, devido ao conteúdo da obra ser considerado ultrajante em relação à história local, ele foi demitido de seu cargo. Após a exoneração, foi para São Paulo e, em seguida, fundou a editora Marco Zero e fez de seu livro um *best-seller* com 150 mil exemplares

9. Diferentemente de campos literários nacionais fortemente centralizados em uma única cidade, como são o argentino (Buenos Aires) e o mexicano (Cidade do México), na América Latina, e o francês e o inglês, na Europa, o campo brasileiro sempre foi relativamente descentralizado – como o alemão, o italiano e o estadunidense –, e disputado entre São Paulo e o Rio de Janeiro desde o século xx.

vendidos. Seu romance seguinte, *Mad Maria* (1980), obteve grande repercussão, inclusive no exterior, e foi adaptado como uma minissérie televisiva (2005) veiculada pela TV Globo com sucesso¹⁰.

Um dos nomes constantemente mencionados como antecessor de Hatoum é o de Raduan Nassar. Autor intensamente celebrado pela crítica, entretanto, Raduan sempre foi muito avesso a qualquer estratégia pessoal de legitimação. De qualquer forma, após sua consagração, ao lado de Dalton Trevisan e Rubem Fonseca, como representantes autênticos da grande tradição, cujos últimos nomes haviam sido Clarice Lispector, João Guimarães Rosa e João Cabral de Melo Neto¹¹, demoraram a surgir novos escritores à altura, mas sugiro que Milton Hatoum disputou esse reconhecimento, entre os autores mais destacados da literatura brasileira atual¹². Aparentemente, o próprio autor ansiou essa consagração e a perseguiu, levando em conta o “espaço dos possíveis” com o qual se deparou (Wells, 2007).

III

Em estudo que discute a recepção dos livros de Hatoum, Maria Cristo (2007) enfatiza, como linha característica desse autor, “o trabalho com a escrita, o manuseio cuidadoso da palavra” (Cristo, 2007, p. 11). Esse zelo com a palavra é comparado ao cuidado dos arquitetos com as edificações (dado que a formação inicial de Hatoum é a de arquiteto).

A trajetória de Hatoum se cruza, direta ou indiretamente, às de vários escritores, como Márcio Souza, Paulo Coelho e Raduan Nassar. O primeiro, Márcio Gonçalves Bentes de Souza, nasceu em Manaus em 1946. Era filho de linotipista, estando desde cedo próximo de livros. Passou a infância e adolescência em Manaus, onde concluiu o curso científico. Posteriormente seguiu para São Paulo, em 1963, onde cursou Ciências Sociais entre 1966 e 1969, sem, contudo, concluir a graduação. No retorno a Manaus atuou como dramaturgo e cineasta, fez parte do Teatro Experimental do

10. A minissérie foi adaptada por Benedito Ruy Barbosa e dirigida por Ricardo Waddington, protagonizada por Ana Paula Arósio e Fábio Assunção

11. Três panoramas sobre a produção literária que abordam os anos 1980 são interessantes. Dois textos de Antonio Candido (1981, 2010) tentam dar conta do que teria aparecido de novo após Clarice Lispector, Guimarães Rosa e João Cabral de Melo Neto. E o texto de Sússekind (1985) dá um tratamento eloquente ao sentimento de que não havia surgido ainda alguém que tivesse superado a prosa e escrita de Raduan Nassar.

12. Podemos mencionar como outros candidatos a essa posição de prestígio, embora um pouco mais jovens, o carioca Bernardo Carvalho (1960) e o paulista Nuno Ramos (1960). Ambos são mais avessos ao sucesso comercial, talvez por disporem de outros meios de vida como o jornalismo e as artes plásticas, respectivamente.

Sesc/Amazonas (Tesc), escrevendo diversas peças teatrais. O período como teatrólogo durou aproximadamente doze anos. Devido ao forte tom crítico de diversas de suas peças, em 1981 o Tesc teve suas atividades encerradas, e o autor se mudou em definitivo para o Rio de Janeiro em 1983. Em 1976, conforme mencionado, publicou o romance-folhetim *Galvez, Imperador do Acre*. Desde este livro, o autor passou a publicar em média quase um por ano, entre os quais se destacam: *Operação silêncio* (1979) e *Mad Maria* (1980). Nos anos 1990, Márcio Souza teve participação em dois órgãos estatais ligados à cultura: foi diretor do Departamento Nacional do Livro (da Fundação Biblioteca Nacional) e depois, entre 1995 e 2002, presidente da Funarte (Fundação Nacional da Arte). Segundo registra Carvalho (2005), foi um dos poucos autores do período a viver somente de seus direitos autorais.

Como se depreende da trajetória de Márcio Souza, o autor esteve em muitos momentos de sua carreira ligado a temáticas políticas, utilizando a literatura e a dramaturgia como formas de intervenção na esfera pública. Também teve atuação na política institucional assumindo cargos ligados ao universo da cultura. Se Márcio Souza representa de certa maneira uma face mais engajada e política de escritor, por outro lado Paulo Coelho é reconhecido pelo sucesso comercial obtido com seus livros.

Paulo Coelho havia sido diretor da companhia de discos CBS e secretário de redação do jornal *O Globo*. Antes da publicação de *O diário de um mago* em 1987, já tinha publicado outros livros de menor repercussão, sobre teatro, vampirismo etc. *O diário de um mago* foi publicado pela Editora ECO, cujo editor, Emanuele Mandarino, investia então em livros de “linha esotérica”, pressentindo espaço para esse gênero no mercado literário de então.

O alquimista (1988) é o livro brasileiro mais vendido de todos os tempos. Sua obra foi editada em mais de 150 países e traduzida em 69 línguas. Desconsiderado pela crítica literária e pelos escritores do polo erudito, é somente trazido à baila como exemplo de má qualidade literária e de rebaixamento da arte aos valores comerciais e econômicos imediatos. Estando assim fora do polo erudito e de circulação restrita, ele seria o “rei do outro polo”, o de circulação ampla e comercial (cf. Pinheiro Filho, 2014). Nessa posição, granjeou o ingresso na Academia Brasileira de Letras, ocupando a cadeira n. 21, em 2002.

Não interessa neste artigo entrar nos meandros das trajetórias desses dois autores, mas sinalizar as posições distintas que representam no campo literário: de um lado, uma literatura de grande circulação ligada ao mercado (Paulo Coelho); de outro lado, uma literatura engajada politicamente (Márcio Souza), porém mais próxima do polo erudito. Souza é considerado interlocutor legítimo por Hatoum, tendo alcançado, também, certo sucesso comercial (Carvalho, 2005).

Entre essas alternativas, Hatoum teria optado por uma terceira, com a ambição de se inscrever no eixo da literatura erudita. O escritor mais próximo no tempo e no espaço, de quem Hatoum se reivindica sucessor, como vimos, é Raduan Nassar. Sarah Wells (2007) escolhe um título bastante esclarecedor, *O improvável sucessor de Nassar: a genealogia alternativa de Milton Hatoum*, para discutir as linhas de continuidade e sucessão na literatura brasileira. Esse artigo foi publicado no livro coletivo sobre Milton Hatoum, organizado por Maria Cristo (2007). Vale citar:

Como argumenta astutamente José Castello, a posição ambígua e altamente cética de Nassar com respeito aos locais onde é produzida a crítica brasileira certamente deixou sua marca; Hatoum, por outro lado, articulou uma posição menos maldita como autor público, tanto dentro quanto fora do Brasil. Como, então, entender o paralelo entre os dois escritores e, em particular, o modo como Hatoum declarou Nassar seu antecessor literário? (Wells, 2007, p. 61).

Apesar das diferenças entre Nassar e Hatoum, identificadas pela autora, sobretudo em relação ao papel mais ativo de Hatoum como autor público, haveria também, entre eles, elementos de aproximação. Raduan Nassar nasceu em 1935 na cidade de Pindorama, no interior do Estado de São Paulo, filho de um casal de libaneses (ascendência semelhante à de Hatoum). Realizou seus primeiros estudos na cidade natal e depois o secundário em Catanduva (SP), onde morou de 1949 até 1953, quando migrou para São Paulo. Já na capital estudou no Instituto de Educação Fernão Dias, no bairro de Pinheiros, onde a família morava e possuía um armazinho chamado Bazar 13 (filho e pai trabalhavam juntos no comércio durante o dia). Em 1954, Nassar concluiu o científico. A seguir entrou na Faculdade de Direito do Largo São Francisco (USP) e na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da mesma universidade. Não concluiria o curso de direito, mas sim o de filosofia, em 1963. Ainda na universidade realizou uma viagem aos Estados Unidos e Canadá, afastando-se do trabalho no armazinho chefiado pela família na zona oeste de São Paulo.

Viajou posteriormente, também, para a Alemanha Ocidental, passando pelo Líbano para visitar a aldeia de origem de seus pais. De volta ao Brasil, com um breve interregno como criador de coelhos em um sítio em Cotia (1963-1965), fundou um jornal com um irmão e começou uma leitura do Alcorão, em 1968, que embasou seu primeiro romance, *Lavoura arcaica* (1975). O livro foi publicado pela editora José Olympio, que contou com apoio financeiro do autor para a publicação.

Seu segundo título, a novela *Um copo de cólera*, foi lançado em 1978. Em 1984, adquiriu uma fazenda em Buri, São Paulo, e passou a se dedicar à atividade rural se afastando da vida literária, apesar do lançamento muito posterior de uma coletânea de contos chamada *Menina a caminho*, em 1997.

Logo pelo primeiro livro, o autor recebeu prêmios importantes: a premiação da Academia Brasileira de Letras, o Prêmio Jabuti e o APCA (da Associação Paulista dos Críticos de Arte de São Paulo). Seus livros foram traduzidos rapidamente para o espanhol (Alfaguara), para o francês (Gallimard), e no Brasil o autor foi editado posteriormente pela Nova Fronteira, Brasiliense e, ao final, Companhia das Letras. Apesar de ter sido sempre muito reservado, nos últimos tempos tem aparecido nos noticiários literários e políticos, após ganhar o Prêmio Camões (2016) e manifestar-se sobre questões candentes da política nacional. Nassar é considerado o principal romancista brasileiro das décadas de 1970 e 1980 e é recorrente a associação de seu nome ao de Milton Hatoum¹³.

A legitimação de Hatoum como sucessor de Raduan Nassar dificilmente ocorreria, entretanto, sem a Companhia das Letras, que o inseriu no mundo literário de maneira prestigiosa, consagração que serviria à editora como prova de sua excelência.

A Companhia das Letras, ao surgir em 1986, trouxe como novidade um projeto editorial que dizia pretender conciliar profissionalismo e a relevância cultural e literária das obras a serem publicadas, ou seja, autodefinia-se pela união das dimensões empresarial e cultural: a Companhia e as Letras. A atividade da Companhia das Letras marcou o campo editorial brasileiro na virada do século XX para o XXI, tornando-se uma indicação de qualidade para os livros editados e uma possibilidade de consagração literária e lucros financeiros para os seus autores. Acabou se tornando referência para o sistema editorial brasileiro pela qualidade técnica e pelo valor cultural atribuído a seus livros, e não pela quantidade de livros produzidos ou pelo lucro auferido. (Koracakis, 2010, p. 289).

Reconhecida por suas concepções editoriais e profissionais, a editora aberta por Luiz Schwarcz carrega essa marca de reunir sucesso comercial, qualidade literária e importância cultural e acadêmica. Cada vez mais, tornou-se fiadora do prestígio dos seus autores.

A Companhia sempre foi muito atenta à divulgação de seus lançamentos na imprensa¹⁴. Recentemente, projetou-se ainda mais como uma das patrocinadoras

13. Em obra organizada pelo Instituto Moreira Salles (2001) em homenagem a Raduan Nassar, podemos localizar um depoimento de Milton Hatoum a respeito da influência que Nassar possui em sua obra. Entre elogios e deferências, Hatoum descreve até um encontro com Nassar, na fazenda deste, no qual Hatoum conversa com o colega sobre seus manuscritos, pedindo conselhos ao seu mestre.

14. “Com a abertura política dos anos 1980 e o crescimento da indústria cultural, as editoras passaram por uma grande profissionalização – e a Companhia das Letras, surgida em 1986, tornou-se símbolo dessa época, pois conseguiu sucesso comercial com a produção de livros de qualidade, sobretudo em se tratando de tradução e produção gráfica, mas sem uma ligação direta com os grandes debates políticos e sociais do país. Para garantir esse sucesso aumentou o *lobby* dos editores na pauta dos jornais, em que

principais da Festa Literária Internacional de Paraty (Flip), iniciada em 2003 (cf. Moura, 2005)¹⁵. Sua fusão com a Penguin Random House¹⁶ confirmou sua liderança no campo editorial brasileiro e seu prestígio internacional, sem comprometer sua orientação anterior, de editar livros de qualidade com sucesso de vendas.

A socióloga Gisèle Sapiro (2014) diferencia duas estratégias típicas de escritores – de escrita e de autor: a primeira se liga às intenções envolvidas na escrita (rompimento ou adesão a certas formas textuais, escolhas temáticas, composição de personagens etc.); a segunda ao acúmulo do capital simbólico visando à consagração literária.

Processos como diversificação das mídias, profissionalização e especialização na comercialização editorial aumentaram a necessidade de construção de uma imagem do autor, cada vez mais solicitado a apresentar-se publicamente em eventos diversos de divulgação e debates literários. Em tais ocasiões é importante que o autor mesmo fale, como o criador do texto e seu defensor¹⁷. A combinação dessas três instâncias é reputada como signo de autoridade intelectual (Goffman, 1981).

As leituras públicas são frequentemente acompanhadas de mudanças de entonação, pausas e acelerações de ritmo, que introduzem uma imagem do escritor que não aparece no texto impresso, explicitando sua “estratégia de autor”. Além disso, a leitura permite apenas uma relação de via única com o autor, enquanto a presença em uma conferência torna possível uma relação direta entre público e escritor (Goffman, 1981)¹⁸.

ocorre uma rede de sociabilidade que ajuda a determinar as escolhas dos livros que serão resenhados no jornal e de quais intelectuais comentarão estes textos.” (Lima, 2013, pp. 106/107).

15. O *lobby* intenso em jornais para que fossem pautados livros da editora se combinou com a atuação decidida e direta de Luiz Schwarcz na criação e concepção de novas instâncias de consagração e legitimação literária no Brasil, como a Flip, evento de que o editor teve papel decisivo de mentor (Koracakis, 2010).
16. “A empresa que começou com capital levantado por Luiz Schwarcz pela venda de um de seus apartamentos e dinheiro emprestado pela família dona da gráfica Cromocart. Já em 1988 tem uma parcela das ações compradas pela empresa Caminho Editorial, do Grupo Moreira Salles, proprietário à época do Unibanco. Eles adquiriram 33% de participação nas ações da empresa, sendo o restante de Schwarcz. O Grupo passou a ser representado à época no conselho editorial através da figura de Fernando Moreira Salles. Depois, mais adiante viriam a venda de participação acionária à Penguin e depois a fusão desta com a Random House, forçando uma mudança e a criação do Grupo Companhia das Letras, que passa a controlar a editora Objetiva e alguns outros selos de interesse geral do grupo Santillana.” (Stella, 2018, p. 114).
17. Goffman, centrado mais nas interações face a face e em suas dinâmicas, propõe analiticamente uma cisão entre um eu textual e um eu *performer* (orador) no ato de um falante proferir uma conferência: a este eu textual, corresponderiam as estratégias de escrita, de que fala Sapiro (2014); e ao eu *performer*, as estratégias de autor.
18. Em sua análise sobre Clarice Lispector, Fernando Pinheiro (2019) sugere que Goffman ultrapassa o problema da mimese literária, ao entender a literatura como jogo social, envolvido na construção da realidade. Fernando Pinheiro relaciona, ainda, as estratégias de escrita ao eu textual, e às estratégias

Milton Hatoum adota como estratégia de escrita a identificação com o polo autônomo (de circulação restrita) da literatura. Em seus textos sobressaem o manejo da tradição literária brasileira, as citações indiretas de autores clássicos por meio da construção de personagens e a adoção de técnicas vinculadas à estrutura do romance contemporâneo – representação consciente pluripessoal, estratificação temporal, relaxamento da conexão com acontecimentos externos, mudança da posição da qual se relata (Auerbach, 2015). Tais elementos são encontrados, sobretudo, em seu primeiro livro, *Relato de um certo Oriente* (2008).

Se sua estratégia de escrita reivindica a inscrição no polo autônomo de produção, sua estratégia de autor é mais flexível e atenta à lógica econômica de sua profissão. Nessa direção, o autor escreve na grande imprensa, comparece a diversos eventos (feiras, bienais, festas de livro, conferências acadêmicas), adapta obras para o suporte audiovisual (curtas-metragens e longas-metragens, minisséries etc.) e outros formatos (quadrinhos). Ele mesmo parece dar-se conta, reflexivamente, dessa atitude ambivalente, talvez a mais ajustada ao estado contemporâneo do campo:

Este é o lugar social da literatura: uma maneira enviesada ou indireta de conhecimento do mundo, de nós mesmos e do Outro. Essa ausência de utilidade prática vai contra o mercado, mas o fato de você publicar um livro significa estar sujeito a algum tipo de consumo. *Escrever com os olhos só no mercado e no sucesso imediato não me parece o melhor caminho para quem quer ser romancista. Por outro lado, o fracasso não é garantia de nada, como disse Jorge Luis Borges.* (Hatoum *apud* Barreto & Mello, 2007, p. 30, grifo meu).

Tal afirmação indica as dificuldades encontradas pelo autor de transitar unicamente no polo de circulação restrita da literatura. Aliás, tal polo não se construiu totalmente desvinculado do polo comercial no Brasil (cf. Ortiz, 1989; Ridenti, 2014); e, mesmo em campos literários poderosos como o da França, o final do século xx foi marcado pelo recrudescimento das lógicas econômicas da atividade literária (Bourdieu, 1999).

Nesse sentido, a fala de Hatoum pode ser compreendida se vinculada ao projeto da Companhia das Letras de publicar livros de qualidade e bem-sucedidos comercialmente, os “clássicos contemporâneos” ou “*best-sellers* de qualidade”. Cada vez mais, com o crescimento dos grandes grupos editoriais, essa exigência se torna premente, constringendo escritores e escritoras a atentarem às lógicas literária e econômica

de autor ao eu performático (orador, locutor), correspondendo este último às formas como o escritor representa a si nas relações face a face ou em outras diversas ocasiões de mostrar-se a si mesmo no espaço literário.



Imagem 1 – Sobrecapa da edição de bolso de *Dois irmãos*
(Foto do autor).

de sua atividade, sem o que em geral se torna inviável a carreira. Vejamos por meio de *Dois irmãos* como a diversificação dos formatos e a publicidade foram decisivas à sua recepção ampliada.

A primeira tiragem de *Dois irmãos* (2000) foi de 3 mil exemplares; em 2001, segundo Piza (2007), a vendagem chegou a 30 mil exemplares. Recentemente, com a realização de uma minissérie na TV Globo¹⁹ que adaptou o livro e foi veiculada em janeiro de 2017, em um mês o livro alcançou em vendas praticamente o número de sua primeira tiragem (cf. Neto, 2016)²⁰.

Além do aumento da vendagem, o número de telespectadores foi superlativo. Segundo dados do Ibope, que realiza a medição da audiência televisiva, teriam

19. A minissérie *Dois irmãos*, de 2017, teve direção geral de Luiz Fernando Carvalho, mesmo diretor do filme *Lavoura arcaica* (2001), baseado no livro de mesmo título de Raduan Nassar.

20. Os números de vendas, em dezembro de 2018, dos três primeiros livros de Milton Hatoum são, de acordo com a Companhia das Letras: *Dois irmãos* vendeu de seu lançamento até hoje aproximadamente 190 mil exemplares (75 mil na edição tradicional e 115 mil em livros de bolso), *Relato de um certo Oriente* vendeu aproximadamente 53 mil exemplares (28 mil na edição tradicional e mais 25 mil em livros de bolso), e *Cinzas do Norte* vendeu aproximadamente 60 mil exemplares no total (50 mil exemplares na edição tradicional e 10 mil em livros de bolso).

assistido à estreia da minissérie aproximadamente 4.253.001, somente na região da Grande São Paulo (cf. Forato, 2016; Junior, 2017).

Tal público foi alcançado raríssimas vezes por autores brasileiros somente pelo suporte livro, talvez apenas por Paulo Coelho e Jorge Amado. O exemplo demonstra a força que a televisão adquiriu no Brasil e o efeito que ela exerce sobre o campo literário, corroborando a interpretação de Reimão (1996, 2001, 2011). A respeito, a sobrecapa da edição de bolso é expressiva.

Muitas das decisões acima mencionadas não são de responsabilidade exclusiva do autor do livro, cabendo boa parte delas à sua editora. Porém, todas contam com sua anuência, já que aceitou negociar e vender os direitos de adaptação e exploração comercial de sua obra.

O equilíbrio bem-sucedido entre as duas estratégias de Hatoum tem a ver com o acúmulo de capital simbólico em diversas instâncias de consagração ao longo da carreira: premiações, crítica literária, universidade, jornalismo, meio editorial, instituições privadas de cultura etc. A desenvoltura em circular por meios diferentes o habilitou a assumir um papel central no campo literário contemporâneo, com o suporte decisivo de sua editora, a Companhia das Letras, que reivindicou Milton Hatoum como o escritor mais destacado de sua geração, como um clássico contemporâneo. Em contrapartida, a consagração do escritor representou, também, a consagração da editora. Houve entre ambos um casamento perfeito, muito revelador para se compreenderem as lógicas que presidem o campo literário contemporâneo, no qual os escritores mais reconhecidos por seus pares não podem evitar as constrições econômicas que pesam sobre sua atividade. As estratégias de longo prazo (arte pura) devem ser conjugadas às de curto prazo (arte comercial).

Essa sintonia difícil implica uma tensão inevitável entre a busca pela autonomia criativa e o sucesso comercial.

Referências Bibliográficas

- ABREU, Jane Gabriele de Sousa. (2013), *O caminho das letras: um estudo das trajetórias de Milton Hatoum e Chico Buarque*. São Paulo, dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil – PPGEC da Universidade de São Paulo.
- ALMEIDA, Gabriela Sandes Borges de & HERENCIA, José Luiz. (2012), “A Fundação Vitae e seu legado para a cultura brasileira – Parte I: Fontes conceituais, linhas diretivas, programas próprios e legados”. *III Seminário Interno Políticas Culturais*. Disponível em <http://culturadigital.br/politicaculturalcasaderuibarbosa/files/2012/09/Gabriela-Sandes-Borges-de-Almeida-et-alii.pdf>, consultado em 05/03/2018.

- AUERBACH, Erich. (2015), *Mimesis: a representação da realidade na literatura ocidental*. São Paulo, Perspectiva.
- BOURDIEU, Pierre. (1968), “Campo intelectual e projeto criador”. In: POUILLON, J. et al. (orgs.). *Problemas do estruturalismo*. Rio de Janeiro, Zahar, pp. 105-45.
- BOURDIEU, Pierre. (1996), *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. São Paulo, Companhia das Letras.
- BOURDIEU, Pierre. (1999), “Une révolution conservatrice dans l’édition”. *Actes de La Recherche en Sciences Sociales*. Paris, 1 (126): 3-28. Persee Program. <http://dx.doi.org/10.3406/arss.1999.3278>.
- BOURDIEU, Pierre. (2001), “O costureiro e sua grife: contribuição para uma teoria da magia”. *Educação em Revista*, 34: 7-66.
- BARRETO, Ricardo Gonçalves & MELLO, Jefferson Agostini. (2007), “Entrevista com Milton Hatoum”. In: CRISTO, Maria da Luz Pinheiro de (org.). *Arquitetura da memória: ensaios sobre os romances Dois irmãos, Relato de um certo Oriente e Cinzas do Norte de Milton Hatoum*. Manaus, Editora da Universidade Federal do Amazonas/Uninorte, pp. 23-33. Originalmente publicada pela *Revista Magma* – USP.
- CANDIDO, Antonio. (dez. 1981), “Os brasileiros e a literatura latino-americana”. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, 1 (1): 58-68. Disponível em <http://novosestudos.uol.com.br/produto/edicao-01/#58d20aedecfa>, consultado em 24/08/2017.
- CANDIDO, Antonio. (2010), *Iniciação à literatura brasileira*. 6 ed. Rio de Janeiro, Ouro sobre Azul.
- CASANOVA, Pascale. (2002), *A república mundial das letras*. São Paulo, Estação Liberdade.
- CARVALHO, João Carlos de. (2005), *Amazônia revisitada: de Carvajal a Márcio Souza*. Rio Branco, Edufac.
- CRISTO, Maria da Luz Pinheiro de. (2007), “Introdução”. In: CRISTO, Maria da Luz Pinheiro de (org.). *Arquitetura da memória: ensaios sobre os romances Dois Irmãos, Relato de um certo Oriente e Cinzas do Norte de Milton Hatoum*. Manaus, Editora da Universidade Federal do Amazonas/Uninorte, pp. 9-11.
- FORATO, Thiago. (7 jan. 2016), “Ibope atualiza representatividade de 1 ponto de audiência”. *Uol/na Telinha*. São Paulo, pp. 1-2. Disponível em <http://natelinha.uol.com.br/noticias/2016/01/07/ibope-atualiza-representatividade-de-1-ponto-de-audiencia-veja-comparativo-95454.php>, consultado em 03/05/2017.
- GEBALY, Maged T. M. A. El. (maio 2010), “Milton Hatoum: ‘Não há tantos tradutores de literaturas de língua portuguesa’”. *Revista Crioula*, São Paulo, 7: 1-19. Disponível em <http://www.revistas.usp.br/crioula/article/view/55258/58887>, consultado em 14/7/2016.
- GOFFMAN, Erving. (1981), “The lecture”. In: GOFFMAN, Erving. *Forms of talk*. Philadelphia, University of Pennsylvania Press, pp.160-196.
- HALLEWELL, Laurence. (2012), *O livro no Brasil: sua história*. Tradução de Maria da Penha Villalobos, Lólio Lourenço de Oliveira e Geraldo Gerson de Souza. São Paulo, Edusp.

- HATOUM, Milton. (2006), *Dois irmãos*. São Paulo, Companhia das Letras.
- HATOUM, Milton. (2008), *Relato de um certo Oriente*. São Paulo, Companhia das Letras.
- INSTITUTO MOREIRA SALLES (São Paulo). (2001), *Raduan Nassar, Cadernos de Literatura Brasileira*. 2 ed. São Paulo, IMS, 95 p.
- JUNIOR, Aloizio. (11 jan. 2017), “Saiba a audiência de estreia da minissérie *Dois Irmãos* em cidades do Nordeste”. *IG/TVfoco*. São Paulo, pp. 1-2. Disponível em <http://www.otvfoco.com.br/saiba-a-audiencia-de-estreia-da-minisserie-dois-irmaos-em-cidades-do-nordeste/>, consultado em: 03/05/2017.
- KORACAKIS, Teodoro. (2010), “Uma história em processo: a Companhia das Letras de 1986 a 2006”. In: BRAGANÇA, Aníbal & ABREU, Márcia (orgs.). *Impresso no Brasil: Dois séculos de livros brasileiros*. São Paulo, Editora Unesp, capítulo 16, pp. 289-302.
- LIMA, Marcelo. (2013), *Jornalismo cultural e crítica: a literatura brasileira no suplemento Mais*. Curitiba: Editora UFPR; Argos.
- “MÁRCIO Souza”. (2017), In: *ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras*. São Paulo, Itaú Cultural. Disponível em <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa5552/marcio-souza>, consultado em 28/04/2017. Verbete da Enciclopédia.
- MASCAGNA, Selma R. (2015), *Rastros de uma origem: espaço, tempo e subjetividade na obra Dois irmãos de Milton Hatoum*. São Paulo, dissertação de mestrado em Literatura Brasileira, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. DOI: 10.11606/D.8.2015.tde-17092015-163146, consultado em 23/05/2017.
- MOURA, Flávio Rosa de. (2004), *Diálogo crítico: disputas no campo literário brasileiro (1984-2004)*. São Paulo, dissertação de mestrado em Sociologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
- MOURA, Flávio Rosa de. (10 nov. 2005), “A fetichização do conhecimento”. *Revista Trópicos*. São Paulo, pp. 1-2. Disponível em <http://www.revistatropico.com.br/tropico/html/textos/2681,1.shl>, consultado em 03/05/2017.
- MOURA, Flávio Rosa de (org.). (2012), *Paraty é uma festa: dez anos de Flip*. São Paulo/ Brasília, Associação Casa Azul/Ministério da Cultura.
- MUNIZ JR., José de Souza. (2016), *Girafas e bonsais: editores “independentes” na Argentina e no Brasil (1991-2015)*. São Paulo, tese de doutorado em Sociologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
- NETO, Leonardo. (12 jan. 2016), “Efeito Globo”. *Publishnews*. São Paulo, pp. 1-1. Disponível em <http://www.publishnews.com.br/materias/2017/01/12/efeito-globo>, consultado em 03/05/2017.
- NEVES, Clarissa. (2012), “Ensino superior no Brasil: expansão, diversificação e inclusão”. In: *International Congress of The Latin American Studies Association*, 30. Trabalho Apresentado. São Francisco, Lasa, pp. 1-18. Disponível em [http://www.ufrgs.br/geu/Artigos2012/Clarissa Baeta Neves.pdf](http://www.ufrgs.br/geu/Artigos2012/Clarissa%20Baeta%20Neves.pdf), consultado em 02/06/2017.

- ORTIZ, Renato. (1989), *A moderna tradição brasileira*. 2 ed. São Paulo, Brasiliense.
- PINHEIRO FILHO, Fernando. (2014), “O rei do outro Polo”. In: MICELI, Sérgio & PONTES, Heloisa (orgs.). *Cultura e sociedade: Brasil e Argentina*. São Paulo, Edusp, pp. 241-268.
- PINHEIRO FILHO, Fernando. (2019), *O mago, o santo e a esfinge: três experimentos em sociologia da literatura*. São Paulo, tese de livre-docência em Sociologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
- POULY, Marie-Pierre. (dez. 2016), “Playing both sides of the field: The anatomy of a ‘quality’ bestseller”. *Poetics*. [s.l.], (59): 20-34. Elsevier BV. [http://dx.doi.org/10.1016/j.poe-
tic.2016.02.002](http://dx.doi.org/10.1016/j.poe-
tic.2016.02.002).
- “RADUAN Nassar”. (2017), In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras. São Paulo: Itaú Cultural, 2017. Disponível em <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa255670/raduan-nassar>, consultado em 28/04/2017. Verbete da Enciclopédia. ISBN: 978-85-7979-060-7.
- REIMÃO, Sandra. (1996), *Mercado editorial brasileiro: 1960-1990*. São Paulo, Com-Arte/Fapesp.
- REIMÃO, Sandra. (2001), “Os best-sellers de ficção no Brasil, 1990/2000”. In: XXIV Congresso Brasileiro de Com./ Intercom, Campo Grande. *Anais...* Campo Grande, Intercom. Disponível em <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/10350422397584083529631387364826498482.pdf>, consultado em 29/05/2016.
- REIMÃO, Sandra. (jul./dez. 2011), “Tendências do mercado de livros no Brasil: um panorama e os best-sellers de ficção nacional (2000-2009)”. *Matrizes*. São Paulo, ano 5, 1: 194-210. Disponível em <http://www.matrizes.usp.br/index.php/matrizes/article/view/207>, consultado em 29/05/2016.
- RIDENTI, Marcelo. (2014), “Caleidoscópio da cultura brasileira”. In: MICELI, Sérgio & PONTES, Heloisa (orgs.). *Cultura e sociedade: Brasil e Argentina*. São Paulo, Edusp, pp. 21-72.
- SÁ-EARP, Fabio & KORNIS, George. (2010), “Em queda livre? A economia do livro no Brasil (1995-2006)”. In: BRAGANÇA, Aníbal & ABREU, Márcia. *Impresso no Brasil: Dois séculos de livros brasileiros*. São Paulo, Editora Unesp, Cap. 20. pp. 349-362.
- SAPIRO, Gisèle. (2014), *La sociologie de la littérature*. Paris, La Découverte.
- SAPIRO, Gisèle. (12 jul. 2019), A noção de campo de uma perspectiva transnacional. *Plural - Revista de Ciências Sociais*, 26 (1): 233-265.
- STELLA, Marcello Giovanni Pocai. (2018), *Literatura como vocação: escritores brasileiros contemporâneos no pós-redemocratização*. São Paulo, dissertação de mestrado em Sociologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. DOI: 10.11606/D.8.2019.tde-29032019-134526, consultado em 01/06/2019.
- SÜSSEKIND, Flora. (1985), *Literatura e vida literária: polêmica, diários & retratos*. Rio de Janeiro, Ed. Jorge Zahar.
- WELLS, Sarah. (2007), “O improvável sucessor de Nassar: a genealogia alternativa de Milton Hatoum”. In: CRISTO, Maria da Luz Pinheiro de (org.). *Arquitetura da memória: ensaios*

sobre os romances Dois Irmãos, Relato de um certo Oriente e Cinzas do Norte de Milton Hatoum. Manaus, Editora da Universidade Federal do Amazonas/Uninorte, 2007, pp. 60-78.

Resumo

Milton Hatoum: um clássico contemporâneo

Nas capas dos livros de Milton Hatoum editados pela editora Companhia das Letras, é possível vez ou outra deparar com um pequeno adesivo redondo de cor amarela e letras de cor preta, em que se lê: “Um clássico da literatura brasileira contemporânea”. O presente artigo procura cercar a construção do escritor Milton Hatoum e de sua obra como clássico brasileiro contemporâneo. Tal empreendimento se baseia principalmente nos preceitos metodológicos estabelecidos por Pierre Bourdieu de investigação de campos artísticos: suas gêneses e processos de autonomização. Investiga-se aqui a posição social do escritor e de sua trajetória no interior do campo literário brasileiro contemporâneo e também do espaço social mais amplo.

Palavras-chaves: Sociologia da literatura; Literatura brasileira; Milton Hatoum; Clássico contemporâneo; Sociologia da cultura.

Abstract

Milton Hatoum: contemporary classic

In the covers of Milton Hatoum's books published by Companhia das Letras, it is possible to see a small round yellow sticker inside in black letters one reads “A contemporary classic of Brazilian literature”. This article seeks to surround the construction of the writer Milton Hatoum and his work as a contemporary Brazilian classic. This enterprise is based mainly on the methodological precepts established by Pierre Bourdieu of investigation of artistic fields: it's genesis and processes of autonomization. We investigate the social position of the writer and his trajectory within the contemporary Brazilian literary field as well as the wider social space.

Keywords: Sociology of literature ; Brazilian literature ; Milton Hatoum; Contemporary classic; Sociology of culture.

Texto recebido em 19/7/2019 e aprovado em 16/9/2020.

DOI: 10.11606/0103-2070.ts.2021.160095.

MARCELLO GIOVANNI POCAI STELLA é doutorando em Sociologia na Universidade de São Paulo, PPGS-USP. Tem como grande área de estudo a sociologia da literatura e a sociologia da cultura. Pesquisa realizada com apoio da Fapesp, processo n. 2015/25559-6. E-mail: marcello.stella1@gmail.com.



Entrevista com Patricia Hill Collins¹

Por Nadya Araujo Guimarães (coordenação)*

<https://orcid.org/0000-0002-6871-1920>

No dia 29 de outubro de 2019, um grupo de intelectuais se reuniu no Departamento de Sociologia da USP, sob iniciativa do editor da *Tempo Social*, para entrevistar Patricia Hill Collins, intelectual norte-americana internacionalmente reconhecida, que abriu novas perspectivas para o pensamento feminista negro como teoria social crítica. O ponto de partida foi o novo livro de Collins, intitulado *Intersectionality as Critical Social Theory* (*Interseccionalidade como Teoria Social Crítica*), em que ela explora os paralelos entre os desafios enfrentados pelos ativistas intelectuais que criaram o conceito de interseccionalidade e os que estão colocados pelo presente. Durante a conversa, outros temas surgiram, explorando a agenda de pesquisa da Autora e seus livros anteriores, assim como os novos desafios para os estudos sobre relações raciais e a militância antirracista.

1. Transcrição e tradução do inglês ao português: Louisa Acciari (PhD LSE, Pesquisadora e codiretora do Centre for Gender and Disastre, University College London, UCL/UK). Revisão: Nadya Araujo Guimarães (USP, Brasil). Agradecemos o suporte concedido por diferentes instituições, as quais tornaram possível a visita acadêmica de Patricia Hill Collins ao Brasil em outubro de 2019; foram elas: a Universidade de São Paulo / Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, a Universidade Federal de São Carlos / Departamento de Ciências Humanas e Educação, a ANPED – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, a SOF – Sempre Viva Organização Feminista, a Ação Educativa, o Cebrap – Centro Brasileiro de Análise e Planejamento e a Boitempo Editorial.

* Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.

Helena Hirata: *De acordo com sua perspectiva, a interseccionalidade é ao mesmo tempo “um projeto de conhecimento” e uma “arma política” (Collins, 2015; Collins & Bilge, 2020). Isso significaria dizer, tal como colocado pela pesquisadora francesa Amélie Le Renard (2018, p. 180), que a interseccionalidade é uma ferramenta analítica útil somente quando se trata de estudar os grupos subalternos? A interseccionalidade teria valor unicamente para grupos oprimidos e dominados, e careceria de utilidade quando se trata de estudar os grupos dominantes? Assim, como poderíamos abordar, por exemplo, o caso dos professores negros, ao mesmo tempo dominantes pela sua posição social, mas sofrendo a opressão racial (à qual se associa a opressão de sexo, no caso das mulheres professoras)?*

Patricia Hill Collins: É importante reconhecer que o quadro de referência teórico da interseccionalidade foi inicialmente concebido por mulheres negras, latinas, pobres, e por membros de grupos igualmente subordinados. Isso de modo algum significa dizer que esse quadro de referência deva limitar-se ao estudo dos indivíduos marginalizados ou dos grupos oprimidos. Um dos motivos pelos quais a perspectiva da interseccionalidade pode ser ameaçadora para grupos da elite advém do seu entendimento de que dominação e subordinação estão interconectadas. Os privilégios de raça, classe, gênero e sexualidade, tanto quanto a marginalização associada a essas mesmas categorias, não são entidades separadas, mas refletem relações de poder interconectadas, de sorte que o meu privilégio está intimamente ligado à sua desvantagem e vice-versa. Dado que esse quadro relacional é interseccional, inexistente escapatória possível. Não há uma análise puramente racial ou puramente de gênero. Ao contrário, estamos todos situados numa teia de relações que simultaneamente nos privilegia ou penaliza, a depender da posição social de cada pessoa.

Tratar a interseccionalidade como um quadro de referência que diz respeito primeira ou unicamente à experiência das mulheres de cor, das pessoas negras, das minorias sexuais, dos pobres, jovens e politicamente excluídos é a expressão de uma perspectiva que costuma representar esse tipo de conhecimento como particularista e não universal, ou que reconhece a sua utilidade apenas quando trata das preocupações preexistentes da elite. Uma tal perspectiva teórica confere utilidade às culturas e experiências desses grupos apenas quando provêm dados para as teorias formuladas por grupos da elite, ou quando tais teorias se atêm às particularidades da subordinação. As duas presunções deixam subteorizados a dominação e o privilégio, assim como as hierarquias de poder em que se sustenta o próprio conhecimento ocidental.

Como eu argumento em meu livro *Intersectionality as Critical Social Theory, IACST* (Collins 2019), a interseccionalidade não é um campo que pretenda explicar ou manter a ordem social; ao contrário, almeja criticá-la e transformá-la, haja vista

que o racismo, o sexismo e correlatos são fundamentalmente injustos. Ao reivindicar o conhecimento sobre – mas também o conhecimento produzido por – aquelas populações que estão na base da estrutura, a interseccionalidade examina como as experiências particulares e os pontos de vista por elas gerados proporcionam caminhos múltiplos para abordar questões que são universais, tais como as da igualdade e da justiça. Obviamente, nem todo mundo tem interesse em mudar o *statu quo*. Quando indagamos se uma análise interseccional pode ser aplicada aos grupos privilegiados, estamos basicamente demandando da interseccionalidade que se ponha à prova através dos próprios modelos epistemológicos que a catalisaram, os quais a interseccionalidade se dispôs a criticar e desconstruir. Acadêmicos perfeitamente razoáveis, que estão dispostos a se afastar de sua área de *expertise* para estudar questões difíceis – por exemplo, todos os que estão dedicados a analisar as obras de um Shakespeare que de há muito nos deixou –, parecem incapazes de fazer o esforço no sentido de ler as obras de acadêmicos que contribuíram para a interseccionalidade. Imbuídos da crença no valor das obras de Shakespeare, eles lutam com a misteriosa linguagem do inglês shakespeariano e levam suas ideias a sério. Em contraste, as complexas questões propostas pela interseccionalidade a estudiosos privilegiados com frequência encontram, da parte dos mesmos, a resposta de que esse é um trabalho muito difícil, ou muito fácil, ou mesmo que não vale o esforço de se tentar.

No capítulo 4, intitulado “Intersectionality and epistemic resistance” (LACST, Collins, 2019), eu examino como a interseccionalidade nos incentiva a desafiar as hierarquias de poder existentes, que moldam nossa própria capacidade de fazer um trabalho intelectual. Podemos começar pelas experiências particulares, múltiplas em sua tessitura, provindas de uma ampla gama de grupos, de modo a analisar um tema comum através de lentes heterogêneas. Por exemplo, a identidade individual, para pessoas usando quadro de referência interseccional, oferece um ponto de partida para a análise. Mas, como a interseccionalidade está sempre em movimento, temos que ir além das particularidades das nossas próprias vidas individuais. Em vez de nos aprofundarmos em como se afiguram as experiências de docentes negros com múltiplas categorias de identidade (essa questão foi respondida pelo grupo), gostaria de confrontar questões novas e assemelhadas: como podemos abordar o caso dos professores homens brancos, que são ao mesmo tempo dominantes por sua posição social, mas que acumulam o privilégio racial? Essa pergunta identifica rapidamente as múltiplas formas através das quais a masculinidade branca é estruturada através das mesmas categorias, por exemplo, o professor homem branco gay, o professor branco em mobilidade social ascendente que ainda lembra como era ser pobre, o professor homem branco que sofreu violência sexual quando era menino, ou o professor homem branco que continua perseguido pelo estupro de sua mãe.

A interseccionalidade levanta questões complexas, tais como essas. E não o faz como uma bandeira para defender uma política de identidade retrógrada (por exemplo, o caso preocupante do populismo de extrema direita abraçar uma política de identidade romantizada de masculinidade branca), mas, antes, como um modo de avançar no exame das vidas interconectadas que estamos efetivamente vivendo. A interseccionalidade aponta para a heterogeneidade dentro de qualquer categoria aparentemente universal. Para mim, a interseccionalidade como campo de pesquisa e como práxis deve ampliar sua comunidade interpretativa, não por levar os grupos subordinados a esmolar o seu reconhecimento pelos atores sociais mais poderosos, mas pela construção de comunidades interpretativas que vão além de diferenças em termos de poder. Resta saber se a interseccionalidade será bem-sucedida em fazê-lo.

Maria Carla Corrochano: *Tal como formulado em vários dos seus artigos, o conceito de interseccionalidade engloba outras desigualdades além de sexo, raça e classe. Você poderia nos falar um pouco mais sobre a importância e as formas de incluir categorias como idade e geração na análise interseccional, particularmente considerando o contexto presente, claramente marcado pelas relevantes diferenças entre gerações?*

Patricia Hill Collins: Adorei sua pergunta pois ela dialoga com meu projeto atual, a saber, como a idade enquanto categoria de análise poderia ajudar a explicar como e por que os jovens resistem à opressão. O meu livro *Black feminist thought* (BFT, Collins, [1990] 2000) faz uma análise extensa do conhecimento resistente das mulheres negras. Mais recentemente, eu expandi esse argumento no capítulo 3 de *LACST*, intitulado “Intersectionality and resistant knowledge projects” (Collins, 2019). Nesse momento, estou interessada em entender como as experiências que os jovens vivem em momentos cruciais de suas vidas moldam a sua consciência política. Estou ancorando minha análise nas vidas dos jovens negros nos Estados Unidos, apoiando-me na interseccionalidade como quadro interpretativo, com a idade como categoria central. Se o racismo antinegro continua tomando formas que são específicas para a juventude negra, por que pressupor que esses jovens negros e negras não estariam cientes das formas de racismo que lhes são direcionadas? Por que pressupor que jovens negros e negras não têm a capacidade de entender e resistir à sua própria opressão?

Penso que podemos afirmar de modo contundente que uma análise geracional desempenha um papel importante na formação da consciência política dos jovens (Mannheim, [1927/28] 1952). Conceber a idade como categoria analítica, ao invés de definir a idade como uma categoria descritiva de análise para fins estatísticos, aponta para a utilidade da análise geracional como forma de pensar a idade. Como

a idade poderia ser uma categoria de análise importante para a interseccionalidade e por que poderia ser particularmente importante agora? Seria a idade um sistema de poder? E, se for um sistema de poder, que tipo de sistema de poder? Fundamentar meu trabalho nas necessidades de um grupo social específico, no caso, a juventude negra nos Estados Unidos, destaca a relevância de se pensar de modo mais amplo sobre a idade e a sua relação com a interseccionalidade.

Nesse sentido, distintas gerações de jovens afro-americanos entraram na idade adulta durante distintos períodos; alguns em meio a protestos políticos, outros defrontando-se com momentos de inércia política. Quais são as implicações políticas de viver um conjunto comum de experiências políticas quando se tem dez, vinte ou cinquenta anos? Tomemos, por exemplo, as grandes mudanças dos últimos anos e seus efeitos sobre todos nós: nos Estados Unidos, estamos vivenciando os efeitos de uma presidência de oito anos do Obama dedicada à inclusão, seguida por quatro anos do presidente sucessor, voltado para desfazer as políticas da administração Obama; uma pandemia de saúde global que revelou as desigualdades raciais gritantes na saúde; e o poder de permanência e os contornos cada vez mais globais do movimento “*Black Lives Matter*” (“Vidas Negras Importam”) como uma resposta à injustiça social. Como esses eventos têm afetado crianças negras, jovens adultos, adultos maduros e pessoas negras idosas? Uma lente monocategórica reduz a complexidade que eleva a raça à condição de categoria mestra da análise. Mas, e quanto à idade?

Você coloca uma pergunta importante sobre como os jovens negros estão situados dentro do ativismo negro intergeracional. As relações intergeracionais entre negros nos Estados Unidos são um fértil terreno para se examinar a consciência política tanto *dentro* como *entre* gerações. Penso que os jovens negros de há muito enfrentam desafios similares, que tomaram formas diferentes, mas que permaneceram constantes ao longo do tempo. O policiamento diferenciado para jovens negros e a falta de preocupação com as vidas da juventude negra não são temas novos. Muito pelo contrário. Gerações diferentes experimentam-no de forma diferente, a depender de onde você é jovem; e jovens são alvos desse tipo de comportamento. Qual é a sabedoria intergeracional ou o conhecimento intergeracional para resistir a esse tipo de tratamento? Como esse saber é compartilhado, transmitido e revitalizado a cada geração? Atualmente, estou focalizando meu interesse na consciência geracional das experiências da juventude negra, tendo o cuidado de conceituar a juventude negra por meio de um quadro de referência interseccional. Mas estou particularmente interessada em um conjunto mais amplo de questões que dizem da política da consciência geracional, que dialoga com os mecanismos institucionais que as diferentes gerações usam para conversar umas com as outras sobre temas comuns.

Flavia Matheus Rios: *No seu prefácio à edição brasileira do seu livro Black Feminist Thought, publicado pela Boitempo (Collins, 2019a), você afirma que, apesar de suas reflexões estarem ancoradas unicamente na experiência das mulheres negras americanas, as ideias ali contidas poderiam valer para outras realidades. Como isso é possível? Você acha que as mulheres do Norte e do Sul das Américas poderiam compartilhar valores e experiências?*

Patricia Hill Collins: Acho que mulheres negras do Norte e do Sul já compartilham mais do que imaginamos. O que precisamos são diálogos que transponham as fronteiras nacionais que nos separam. Quando escrevi a primeira edição de *BFT* (Collins, [1990] 2000), senti que aquela era uma perspectiva parcial, dentre muitas, sobre o que o pensamento feminista negro era e poderia ser. Até mesmo o termo “pensamento feminista negro” era provisório, porque eu sabia ser impossível estabelecer um pensamento unificado sem um processo democrático e inclusivo em torno de quem pode decidir o que conta como saber legítimo. Encarei a redação de *BFT* como um desafio epistemológico – seu conhecimento seria provisório até que a comunidade interpretativa fosse expandida. Uma comunidade global de mulheres negras não é apenas algo a ser descoberto – tais comunidades precisam, antes, ser construídas.

A pergunta atual é como construir comunidades de mulheres negras para além das fronteiras nacionais, que participem desse projeto coletivo. Os desafios que enfrentei para desenvolver meu entendimento sobre as experiências e ideias das mulheres negras na diáspora africana foram particulares, muito embora tenham implicações gerais. Entender o feminismo negro no Brasil foi um processo particularmente desafiador. Como eu não sabia ler o português, tive que me apoiar em fontes secundárias sobre o povo negro no Brasil, bem como em traduções de fontes primárias escritas por mulheres afro-brasileiras. Os filtros, as práticas de controle, eram enormes. Tive, então, que driblar esses variados empecilhos que modelam como somos incentivados a nos perceber, uns aos outros, nos diferentes contextos nacionais.

Tenho, agora, uma compreensão mais sofisticada acerca dessas práticas de filtragem, que ocorrem na mídia e na academia, tanto nos Estados Unidos como no Brasil. Vige, em ambas, um entendimento do tipo “*porque controlamos o que conta como verdade, essas são as percepções sobre o Brasil que você deve aceitar*”. Quando se trata da mídia americana, a cobertura americano-centrada de eventos globais é emblemática. Apesar de seu tamanho e importância, a cobertura sobre o Brasil é irregular e concentrada em temas de interesse para as elites. Historicamente, a academia seguiu um rumo similar. Veja, por exemplo, a longevidade com que prevaleceram, na produção acadêmica sobre raça, as descrições do Brasil como sendo uma democracia

racial. Ou a ideia de que o Brasil não teria um problema racial porque inexistem raças, apenas uma identidade nacional. Ou mesmo de que a eliminação do racismo no Brasil, graças à sua democracia racial, seria uma situação a ser replicada nos Estados Unidos. Percepções midiáticas e acadêmicas reforçam-se reciprocamente. Por exemplo, as representações sobre o Carnaval brasileiro rotineiramente o destacam como um festival que celebra a harmonia racial do Brasil. Eu questionei essas práticas de controle porque há muito suspeitava que existia muito mais no Brasil e nas mulheres negras no Brasil do que dançarinas de samba seminuas. Viajar ao Brasil, apesar do meu português deficiente, foi um modo de ter acesso a outros pontos de vista. Se falo das minhas próprias dificuldades é porque tive o tempo e os recursos para tentar. Muitas mulheres negras na diáspora não os têm.

Existe uma ampla, jovem e vibrante energia nas mulheres negras do Brasil, que se mobilizam por mudança nas mais diversas localidades. Encontrei inúmeras intelectuais jovens negras brasileiras que estão produzindo um trabalho inovador, muitas sob circunstâncias difíceis; e suas experiências eram familiares para mim. Creio que o momento é adequado para continuarmos a entabular conversações entre mulheres negras no Norte e no Sul, para além das fronteiras nacionais.

Enfim, sendo clara, quando escrevi *BFT*, nunca pensei que as perspectivas ali apresentadas com respeito às mulheres negras americanas seriam verdadeiras para todas as mulheres negras. Tinha plena consciência do viés da mídia e da academia americanas sobre as mulheres negras da diáspora africana, mas fiz uma aposta ao escrever esse livro, acreditando que outras pessoas poderiam considerá-lo útil. E foi exatamente isso o que aconteceu. *BFT* tem criado espaço para discussão, e estou aberta a conversações que tratem das particularidades das experiências das mulheres negras no Brasil, na África do Sul, no Reino Unido e no Canadá, mas também que se esforcem para ultrapassar barreiras nacionais. Ofereço as ideias de *BFT* para a próxima geração de intelectuais feministas negras. A elas caberá decidir abraçar esse vocabulário e aprofundar seu significado ou, quem sabe, criticá-lo e modificá-lo. De toda forma, ele está aqui para elas.

Edna Roland: No seu livro fundador, BFT, finalmente traduzido para o português, você explica como, nos Estados Unidos, foi feito um trabalho aprofundado no sentido de pesquisar e coletar ideias e textos de mulheres afro-americanas, de modo a contradizer as imagens negativas da feminidade negra, revelando a riqueza da tradição intelectual feminina negra. No Brasil, ainda há muito a ser feito nesse sentido. Entretanto, temos uma rica epistemologia africana que nos chegou pela via das várias tradições religiosas da África Ocidental, e que oferece arquétipos femininos fortes e positivos, distantes da lógica binária do bem e do mal, doutrinariamente estabelecida na tradição cristã. Eu

me pergunto quantos elementos da epistemologia africana sobreviveram e foram reformulados pelo feminismo negro desenvolvido nos Estados Unidos.

Patricia Hill Collins: Acredito que existam mais dessas memórias africanas entre as mulheres afro-americanas do que imaginamos. Ironicamente, encontrar com mulheres negras fora do contexto americano aguçou minha compreensão acerca dessas sobrevivências. É como se o Brasil, a África do Sul, Cuba e Haiti segurassem um espelho no qual as mulheres afro-americanas podem visualizar as suas âncoras africanas. Uma coisa é imaginar esses laços; outra é sentir tais conexões. Esta é minha resposta curta.

Entretanto, explorar o argumento de como as ricas ideias de uma epistemologia africana teriam penetrado as tradições religiosas afro-americanas é um projeto intelectual desafiador numa academia assentada em pressupostos laicos. O comportamento das mulheres negras reflete os arquétipos femininos positivos e fortes que você descreve, mas, ironicamente, o árduo trabalho de escavar essas influências africanas ainda não foi realizado pelo feminismo negro americano. Minha sensação é que investigar a riqueza e a importância política dessa herança cultural tem sido muito mais difícil nos Estados Unidos do que no Brasil. Mesmo que o passado africano seja algo que todos podemos imaginar, nós o fazemos de forma diferente, nos Estados Unidos e no Brasil, através dos distintos enquadramentos nacionais, característicos de nossos respectivos países.

Meu uso inicial do termo *Afrocentrismo* na edição de 1990 de *BFT* lançava mão dessa perspectiva, a saber, de como africanos escravizados nos Estados Unidos usavam epistemologias africanas (Collins, [1990] 2000). Meu argumento mais desafiador era o de que as maneiras pelas quais essas ideias foram refeitas no contexto da opressão racial eram essenciais para a sobrevivência dos negros. Contudo, um tal argumento era difícil de ser veiculado na literatura convencional. Antes de publicar *BFT*, submeti um artigo a uma reconhecida revista feminista no qual defendia a tese de que a concepção de maternidade nas famílias afro-americanas e entre as mulheres negras era uma reação ao racismo, mas que reminiscências africanas das concepções de feminidade negra também poderiam estar ali presentes. Meu argumento se baseava na ideia de que as mulheres negras expressavam uma capacidade de agência que demonstraria a importância das epistemologias africanas no seu esforço para sobreviver ao racismo. Usei o termo “afrocêntrico” para descrever essa linha de pensamento. Meu artigo foi rejeitado. Um parecerista sugeriu, para parafrasear: “*não estamos convencidos de que exista algo como o afrocentrismo. Não acreditamos que existam tradições filosóficas africanas; e se tais tradições existissem, a autora deveria provar a existência de persistências africanas no Novo Mundo*”. Mas, como eu poderia comprová-lo, se tanto as religiões

ocidentais quanto a cultura popular postulavam a inferioridade negra? O parecerista se sentia perfeitamente à vontade para afirmar que a sociedade ocidental contemporânea estava de alguma forma conectada a uma Grécia imaginária, esquecendo (de modo conveniente) os 1500 anos de história europeia transcorridos; entretanto, nem de longe acalentava a ideia de que tais conexões poderiam ser verdadeiras num período bem mais curto de tempo (quinhentos anos). Eu jamais seria vitoriosa enviando artigos que defendessem tal argumento. Decidi, então, escrever livros. O resultado foi a visão de mundo do “feminismo afrocêntrico” presente no *BFT* (1990).

Carecemos de estudo cuidadoso sobre como as epistemologias africanas informaram tanto as sociedades africanas continentais, quanto a ampla gama de experiências ao interior da diáspora negra. Minha impressão é que o Brasil manteve laços ricos com esse passado por meio dos legados do candomblé e dos quilombos. Já nos Estados Unidos há sensibilidades similares, mas bem menos compreensão do significado das ideias africanas para as nossas experiências vividas. Não sabemos os nomes das mulheres afro-americanas anônimas das comunidades que foram centrais para a construção e a continuidade das comunidades negras. Há boas razões para essas diferenças. As mulheres afro-americanas também tiveram arquétipos fortes de mulheres negras para, através delas, confrontar o padrão ocidental de ideologias de gênero. Contudo, por ser tão poderoso, esse arquétipo da mulher negra forte foi justamente o alvo a ser atacado e estereotipado. Quando se trata de resistir à opressão, ter acesso a ideias alternativas é vital. Para as afro-americanas, bem como para as mulheres negras que querem fazer avançar o feminismo negro, é essencial considerar o que está fora dos quadros intelectuais ocidentais dominantes.

Marcos Nobre: *Minhas perguntas se referem ao seu livro mais recente, Intersectionality as Critical Social Theory (IACST), e mais especificamente ao horizonte da interseccionalidade como teoria em formação, e sua relação com outras perspectivas críticas orientadas por e para a práxis (isto é, o estatuto teórico da interseccionalidade como teoria social crítica e seu alcance). No capítulo 2 do livro você discute teorias que têm alguma semelhança com a sua própria teoria, no sentido de que são orientadas por e para a práxis...*

Patricia Hill Collins: Nem todas!

Marcos Nobre: *Nem todas, você tem razão, eu estava tentando introduzir uma questão sobre a relação de sua teoria com as da Teoria Crítica da Escola de Frankfurt.*

Patricia Hill Collins: Na verdade, a Escola de Frankfurt retoma, com razão, o termo

“Teoria Crítica” e incorpora a práxis em sua abordagem. Meu argumento é que o interesse pela práxis também reaparece em outras tradições dominantes como, por exemplo, nos Estudos Culturais Britânicos, bem assim em tradições do conhecimento de resistência, como a Teoria Racial Crítica, os Feminismos Negros e Latinos e os Estudos Decoloniais. “Práxis” é um desses termos que precisamos destrinchar. Minha seleção de teorias críticas foi deliberada e dialogava justamente com esse aspecto.

Marcos Nobre: *Os diferentes usos da crítica, se bem entendi...*

Patricia Hill Collins: Isso.

Marcos Nobre: *Ao mesmo tempo, me parece que a sua proposta de interseccionalidade como teoria social crítica tem por objetivo juntar vários usos da crítica social. Você também insiste que deve ser uma teoria social crítica que está em construção, uma teoria em formação. Minha pergunta, então, é a seguinte: o que seria o cerne de tal projeto senão produzir um espaço teórico e prático capaz de abraçar várias práticas críticas numa só construção? Esse é um outro modo de lhe perguntar sobre o alcance da interseccionalidade. Você diria, por exemplo, que ela poderia ser uma espécie de idioma comum para a colaboração interdisciplinar, e nesse sentido, teria ela um papel comparável ao que foi desempenhado, no marxismo, pela crítica da economia política?*

Patricia Hill Collins: Quando você sugere que a interseccionalidade estaria buscando uma linguagem comum para a colaboração interdisciplinar, creio que você aponta para uma das aspirações fundamentais da interseccionalidade. A relacionalidade está no cerne da interseccionalidade e de *IACST*. A interseccionalidade é mais ampla do que as disciplinas acadêmicas, pois nem todos os projetos de conhecimento se organizam dessa maneira. No livro, tentei abordar a questão “o que é a interseccionalidade?”. Como indivíduo, eu poderia imaginar o que é e o que poderia ser a interseccionalidade, e o modelo do pesquisador solitário foi certamente atraente em vários momentos no meu processo de escrita. Mas escolhi mapear o campo, examinando como as pessoas usavam a interseccionalidade. Erguer um espelho de modo a refletir as ideias e práticas heterogêneas que acompanham a interseccionalidade, tentando mapear as várias maneiras como as pessoas a estão utilizando.

A resposta se apresentava à medida que eu escrevia. Quando comecei, concebia a teoria social crítica enquanto um sistema acabado de ideias. Houve momentos reconfortantes em que pude ver os contornos dos meus conceitos e como eles se articulavam. Por exemplo, quando, no capítulo 1, finalmente pude distinguir os conceitos fundamentais da interseccionalidade dos seus princípios orientadores, eu

a imaginei como uma coisa. Para mim, ela era uma teoria social crítica, tal como a crítica marxista da economia política; uma filosofia em que a relação entre as ideias era o verdadeiro teste de validade da teoria. Não havia necessidade de validar empiricamente a interseccionalidade, vez que ela não almejava prever. Mas o processo de escrever o livro tornou problemática essa conclusão prematura. Com o tempo, crescia o meu senso da distinção entre *teoria* social crítica e *teorização* social crítica. Minhas perguntas iniciais tornaram-se mais complexas – “como as pessoas que afirmam a existência da interseccionalidade a entendem? Como tais entendimentos moldam sua práxis? E como essa práxis molda compreensões da interseccionalidade?”. Parecia que eu estava me acercando da interseccionalidade como *processo* no fazer de um trabalho crítico. Ou como uma metodologia.

Entrei nesse projeto com a compreensão típica da ciência social sobre metodologia, enquanto uma forma de testar hipóteses teóricas. Contudo, minha visão da relação entre teoria e método se transformou radicalmente no curso do mesmo. Um momento crucial aconteceu na Nova Zelândia quando eu expunha a respeito do capitalismo numa Conferência sobre Estudos Culturais. Minha anfitriã casualmente me disse: “[...] interseccionalidade, uma teoria? Eu achava que era uma metodologia”. Nunca me ocorrera que alguém pudesse pensar sobre interseccionalidade de um modo tão diferente do meu. Tive o tempo de um longo voo de volta aos Estados Unidos para considerar as implicações daquela que parecia ter sido apenas uma conversa casual. Será que isso significava que a interseccionalidade, como teoria social crítica, se formara por via de sua metodologia, do processo de fazer um trabalho interseccional? Nesse caso, como poderia conceber a interseccionalidade enquanto processo, como uma metodologia em aberto que catalisaria uma teoria social crítica igualmente aberta? Como você teoriza sabendo como será o final? Ou mesmo se existe um fim? Como você sabe que está fazendo um trabalho melhor ao desenvolver a interseccionalidade do jeito que você o faz? Essas perguntas cruciais estão no cerne da interseccionalidade.

A essa altura, para mim, a práxis está no cerne do discurso crítico, ou de uma visão crítica do mundo, que se alicerça em uma práxis metodológica crítica e é atenta a ela. Como o conteúdo da interseccionalidade examina as conexões entre esses sistemas de poder, sua metodologia ou práxis deve também atender à questão das relações de poder que produzem seu próprio conhecimento. Teorizar sobre a interseção das relações de poder requer desenvolver novas relações de poder dentro de nossas metodologias. O quadro teórico de Linda Tuhiwai Smith para descolonizar a metodologia desenvolve o tipo de práxis intelectual e política que é necessário à interseccionalidade (Smith, 1999).

Nadya Araujo Guimarães: *Talvez pudéssemos mudar a sequência inicialmente prevista,*

já que a sua conversa com Marcos flui para minha pergunta, pois eu também pensava no seu livro mais recente... desculpe!

Patricia Hill Collins: Nada a desculpar! Estou honrada por você estar lendo *LACST*, realmente estou. Recebi meu exemplar do livro há apenas dois meses e pensei que ele demoraria muito mais para circular. Imagine minha surpresa quando cheguei ao Brasil e encontrei pessoas esperando por mim com perguntas. Eu claramente subestimei o alcance global do *Kindle*. Até agora, pessoas em Israel, no Reino Unido, na Espanha e em outros países fora dos Estados Unidos entraram em contato comigo, compartilhando ideias sobre o livro. Esse livro foi um trabalho de amor. Levei anos para conceituar, pesquisar e escrever. É muito gratificante saber que as pessoas o estão lendo. Obrigada!

Nadya Araujo Guimarães: *Logo no início do livro, seu argumento conduz o leitor da ideia de interseccionalidade como sendo uma metáfora, à de que seria um instrumento de pesquisa, e em seguida a trata como um paradigma. À primeira vista, pareceria existir uma razão cumulativa subjacente ao modo de formular o argumento, já que a perspectiva se torna mais densa e, passo a passo, mais profunda. Mas logo percebemos que não é bem assim. A metáfora implica um raciocínio mais profundo, já que antecipa o valor heurístico do conceito; e o paradigma não é o resultado, está em aberto. Assim sendo, a minha pergunta é: você explora uma perspectiva triíplice sobre a interseccionalidade – como uma metáfora, como uma heurística e como um paradigma. Como essas perspectivas se relacionam?*

Patricia Hill Collins: O primeiro capítulo costuma ser um dos mais difíceis de se escrever em qualquer livro; e *LACST* não foi uma exceção. Gostei da sua pergunta porque ela reconhece um dos riscos epistemológicos que eu assumi neste livro, a saber, o de evitar enquadrar a interseccionalidade por meio de uma narrativa histórica do progresso pela qual se assume que expressões atuais da interseccionalidade seriam mais avançadas e, por consequência, melhores do que versões anteriores. As tradições narrativas pelas quais se contam histórias seguem um caminho aparentemente sinuoso, em que o narrador é instado a “ir direto ao ponto”. Conquanto muitas vezes acusados de circularidade, raciocínios recursivos que avançam e retrocedem ao ponto comum, apesar de não lineares, podem aprofundar o argumento. Felizmente, percebi, logo no início ao escrever o *LACST*, que convinha aderir às convenções lineares da teoria social ocidental para escrever *LACST* (embora não ao conceber os argumentos), para garantir que o livro fosse reconhecido como teoria. Mas eu também segui um processo diferente ao apresentar a análise feita no livro,

que modelou, sem contradizer, os seus principais argumentos. Basicamente, essa tensão – de colocar um raciocínio evolutivo recursivo numa caixa linear – fortaleceu a substância dos argumentos do livro.

No capítulo 1, as conexões entre o uso da interseccionalidade como metáfora, como instrumento heurístico ou como paradigma não são lineares. Ao tratar a relacionalidade dentro da interseccionalidade como aditiva, articulada e coformadora, uso uma estratégia similar à do capítulo 7. Ambos os capítulos implicitamente desfazem o pensamento linear, que tem sido central às noções ocidentais de progresso, que saturam a teoria social no Ocidente. Porque eles não pressupõem uma relação de dominância, conceituar a interseccionalidade como metáfora, como um dispositivo heurístico ou como um paradigma, tanto quanto conceituar a relacionalidade dentro da interseccionalidade como aditiva, articulada e coformadora, fornecem um vocabulário para o diálogo, para uma conversação inclusiva entre atores sociais. Modelos lineares excluem pessoas, modelos recursivos incluem.

Ambos os capítulos resistem aos esforços de usar o binário teoria/aplicação, que privilegia projetos interseccionais aparentemente mais teóricos frente a projetos mais práticos. Por exemplo, alguns autores defendem que, nos seus primórdios, a interseccionalidade era aditiva, algo que foi corrigido quando a interseccionalidade se definiu como inerentemente coformativa. Se você ler o capítulo 7 com atenção, verá que rejeito a ideia de que a interseccionalidade seria baseada em relações de coformação simplesmente porque atores sociais poderosos disseram que assim seria. Ao contrário, eu apoio a ideia de que um amplo arco de atores sociais – mulheres negras, mulheres brancas pobres, latinas e pessoas *queer* –, ao trabalharem a interseccionalidade como um projeto complexo, a partir de seus lugares sociais, enquanto intersecções de raça, classe, gênero, sexualidade e nação, “apropriam-se” da interseccionalidade.

Fundar a interseccionalidade numa forma mais democrática e participativa de produzir conhecimento pode enriquecer o campo. Quando mais pessoas participam de uma comunidade interpretativa, melhores são as perguntas, as interpretações tornam-se mais incisivas e maior é o alcance a comunidades interpretativas e políticas diversas. Esse processo participativo é particularmente importante para a interseccionalidade. Por que deveríamos usar as mesmas práticas para produzir a interseccionalidade como teoria social mais efetiva para manter a ordem social? Essa finalidade contradiz o seu espírito. Meu objetivo era propor um vocabulário comum provisório (que pudesse ser objeto de disputa entre as pessoas), de maneira a fundamentar conversas que promovessem a complexidade dentro da interseccionalidade. A teoria social tradicional, não importa quão crítica ela seja, raramente procede dessa forma.

Antonio Sergio Alfredo Guimarães: *Minha pergunta tem a ver com a política antirracista. Você sugere que, depois da Segunda Guerra Mundial na Europa, o racismo científico como ciência dominante caiu em desuso na academia. E ainda hoje a maioria das pessoas não aceita que “raça” fez parte da modernização e da modernidade. De muitas maneiras, eles concebem o antirracismo como uma negação da raça. Eles ignoram a tradição afro-americana que, desde o início do século XX, reconstruiu a raça de uma forma muito mais positiva, como autoidentidade. Esse é o cerne da “teoria racial crítica”, mas as pessoas na Alemanha ou na França não se sentiam confortáveis com a teoria racial crítica. Mesmo hoje, a maioria das pessoas, feministas por exemplo, reage melhor à interseccionalidade do que à teoria racial crítica. Minha pergunta é: pode a interseccionalidade erguer pontes entre essas diferentes tradições antirracistas na Europa e na América?*

Patricia Hill Collins: Quando se trata de interseccionalidade e política antirracista, novamente, creio que focalizar em um grupo específico de pessoas e nos desafios que enfrentam fundamenta a análise racial crítica de maneiras importantes. Se eu baseasse minhas análises nas experiências de latino/as indocumentado/as vivendo nos Estados Unidos, aprofundaria a lente sobre o antirracismo e suas conexões com a interseccionalidade. Já os brasileiros ricos que vivem em São Paulo podem ter um ângulo de visão diferente sobre essas questões. Para mim, situar o trabalho no ativismo político afro-americano em resposta ao racismo antinegro foi de valor inestimável.

Tal como discuto em “Social blackness, honorary whiteness, and all points in between: color-blind racism as a system of power” (Collins, 2009, pp. 40-81), raça e negritude não são a mesma coisa. Negro é uma categoria política que pode ter sido criada em conjunção com a escravidão, o colonialismo e os discursos ocidentais sobre ambos, mas que adquiriu, hoje, vida própria. A revalorização do termo *negro* através de movimentos de consciência negra nos Estados Unidos, na África do Sul e no Brasil, entre outros, reivindica a negritude como categoria política (em oposição a um fenômeno biológico ou cultural) e valoriza a identidade negra como identidade *política*. O apoio crescente dos afro-americanos ao movimento “*Black Lives Matter*”, especialmente da juventude negra, se baseia numa velha tradição de recuperar negritude sem pejo. Isso está longe de ser tanto uma fugaz estratégia política de protesto, quanto uma identidade momentânea que visa a restaurar a autoestima de uma psique negra danificada. É fundamentalmente uma luta política que visa à justiça racial.

Quando comparada à política antirracista proposta pelos negros, a interseccionalidade pode ser ao mesmo tempo cúmplice e rejeitar a forma como o racismo tem sido organizado, aplicado e confrontado. O racismo tem, nas diferentes tradições nacionais, os seus próprios padrões de antirracismo. As tradições pós-Segunda Guerra

Mundial na Alemanha e na França, por exemplo, negam a realidade da “raça”, mas o fazem em resposta aos seus contextos históricos específicos. A derrota nacional e a subsequente censura global às políticas raciais da Alemanha durante a Segunda Guerra Mundial levaram a uma rejeição de tudo o que fosse racial. Tal rejeição por si só sinalizou a ruptura da Alemanha com seu passado racial de antissemitismo e eugenia. Em contraste, a França nunca reconheceu a existência de “raça” ou de racismo, em suas colônias ou dentro de suas fronteiras nacionais; em vez disso, optou por contornar o racismo por meio de uma identidade nacional, o ser “francês”. A existência do racismo e sua centralidade no colonialismo foram disfarçadas em um discurso assentado no entendimento de que, como a “raça” não era real, tampouco o “racismo” o seria. Já os Estados Unidos seguiram um caminho diferente. A evidência da realidade do racismo na política americana é abundante. Apesar disso, um resultado do movimento pelos direitos civis, e seu aparente fim com a eleição de Barack Obama, foi convencer o público americano de que o racismo seria coisa do passado. Isso facilitou a emergência de um racismo cego à cor em que, como entre seus homólogos europeus, falar de raça era cultivar o racismo.

Onde a interseccionalidade se encaixa no discurso antirracista? Por um lado, a interseccionalidade oferece um grande guarda-chuva para uma série de projetos de justiça social, aí compreendido o antirracismo. Por outro lado, definições de raça e de racismo dentro da interseccionalidade podem, ironicamente, enfraquecer a política antirracista. Como o termo *raça* circula amplamente dentro do mantra interseccional “raça, gênero e classe”, muitas pessoas presumem que, se usarem a interseccionalidade, estão automaticamente promovendo políticas antirracistas. O termo *raça* pode até ser mencionado dentro de projetos interseccionais, e, não obstante, um compromisso com a análise do racismo através de uma lente interseccional e com o antirracismo como uma estratégia importante pode ser minimizado. Falar gratuitamente, da boca para fora, sobre a raça dentro da interseccionalidade pode torná-la, e ao racismo, mais palatáveis para os praticantes da interseccionalidade; entretanto, pode também sabotar o potencial crítico de uma política antirracista. Esta tem sido uma das críticas à interseccionalidade, a saber, que ela pode se prestar a ser um substitutivo que atenuaria um trabalho mais contundente no que tange ao racismo e ao antirracismo, visto que muitos outros eixos de poder competem pela atenção.

Contudo, buscar políticas antirracistas apenas no interior das fronteiras da interseccionalidade pode ser uma estratégia frágil. Repito: teorizar a partir das experiências, a partir do que as pessoas fazem, pode ser útil para impulsionar a interseccionalidade. Participantes do movimento “*Black Lives Matter*” e seus aliados, que recuperaram sem pejo a plena humanidade dos negros, estão levantando novas questões que fomentam uma nova política antirracista (ver, por exemplo, Ransby,

2018). Essa geração teve acesso à teoria racial crítica, aprimorada dentro das realidades das tradições intelectuais afro-americanas, assim como ao feminismo negro que tem sido central para o desenvolvimento da interseccionalidade. Esse sentimento emergente de negritude política, especialmente em resposta a uma política de identidade branca de extrema direita, está informado pela interseccionalidade. Não sem razão, as mulheres negras têm sido centrais para esse antirracismo que se recusa a abandonar um foco na negritude, que agora é entendido pelo prisma da interseccionalidade. Na sua construção da negritude, mulheres negras não estão interessadas em restabelecer estratégias antirracistas pretéritas, nas quais os homens negros eram a cara da negritude e da política negra. Esse movimento social também propõe uma visão da comunidade como baseada na democracia participativa, mais um tema recorrente da interseccionalidade. Minha sensação é que em muitos movimentos sociais em que jovens estão tendo um papel proeminente, evidencia-se algum tipo de engajamento com a interseccionalidade. O movimento “*Black Lives Matter*” não é o ponto de chegada, mas um ponto de entrada em uma política antirracista, que testa a interseccionalidade ao usá-la.

Alexandre Massella: *Na sua opinião, como levar a cabo, entre os filósofos, o debate acadêmico sobre a epistemologia feminista, uma vez que eles parecem especialmente resistentes (preconceituosos?) a aceitar as contribuições dessa abordagem? Terá a academia desenvolvido um conceito de conhecimento tributário do pensamento feminista negro?*

Patricia Hill Collins: Honestamente, ignoro o quanto o pensamento feminista negro é lido dentro da filosofia convencional. Essa não é a minha batalha, e uma nova geração de filósofos negros e latinos está liderando o caminho nessa direção (Davidson, Gines & Marcano, 2010). Entretanto, no que concerne ao modo como as pessoas podem receber meu trabalho intelectual, sigo a observação de Frederick Douglass de que “o poder não concede nada sem que seja pedido”. Nascido sob a escravidão, Douglass trabalhou incansavelmente pela abolição da escravidão e, em seguida, pelos direitos civis dos homens e das mulheres afro-americanos. Existem tantos arquétipos na política negra de homens e mulheres que lutaram por mudanças, as quais nunca puderam experimentar no curso das suas próprias vidas. A mudança raramente advém apenas de ideias bem articuladas em debates filosóficos. O longo arco da história em direção à justiça social quase nunca é linear.

Isso posto, há muito em jogo quando se pedem mudanças na filosofia ocidental, em particular na filosofia analítica. A filosofia está no cerne dos projetos de conhecimento no Ocidente, e uma mudança no cerne do pensamento ocidental repercute em todas as suas disciplinas. Quando as filósofas feministas criticaram a filosofia

a partir do seu campo, os efeitos de seus esforços propagaram-se pelos estudos de gênero em múltiplas disciplinas. Meu próprio trabalho em muito se beneficiou do trabalho pioneiro de Sandra Harding (1991), Iris Young (1990) e outras filósofas feministas afins que questionaram as perspectivas epistemológicas que sustentavam o patriarcado. Elas questionaram o aparente universalismo do conhecimento ocidental, mostrando como este se coadunava com os pressupostos da heteronormatividade. Elas criticaram o quanto os fundamentos do conhecimento ocidental eram politizados e implicitamente legitimadores do colonialismo e do imperialismo. A questão não era incluir o pensamento feminista negro nas verdades pré-existentes, mas ampliar os termos de como a verdade é determinada.

Eu me baseio nessas tradições em “Intersectionality and the question of freedom” (capítulo 5 de *IACST*), através de uma leitura atenta da obra de Simone de Beauvoir ([1948] 1977; [1949] 2011), uma importante filósofa feminista, cujo trabalho está sendo redescoberto por uma nova geração de filósofos. Eu respeito o trabalho de Beauvoir e tento oferecer uma leitura cuidadosa e detalhada de como seus argumentos sobre gênero, juntamente com raça, classe, sexualidade, idade e etnicidade, moldaram a sua análise da liberdade. Eu justaponto as análises de Beauvoir às de Pauli Murray (1987), um intelectual afro-americano pouco conhecido, que estabelece um diálogo com as mesmas categorias centrais da interseccionalidade, mas chega a uma visão bastante diferente da liberdade (Bell-Scott, 2016). Meu objetivo não era criticar Beauvoir para abrir espaço aos meus próprios argumentos, mas, antes, capturar as suas ideias como uma forma de impulsionar as minhas.

Para retornar à sua pergunta, talvez o tempo seja mais bem utilizado em defesa do feminismo negro se continuarmos o diálogo entre as pessoas que a ele afluem, em vez de tentar convencer filósofos recalitrantes, que permanecem indiferentes às suas ideias. A mudança institucional leva tempo, mas os que foram marginalizados nas instituições ocidentais não vão esperar para sempre. Se o poder não for compartilhado com os de baixo, as demandas por mudança persistirão. As concessões que poderiam ser feitas em resposta às demandas do feminismo negro e de outros projetos de saberes resistentes ainda estão por serem vistas.

Marcia Lima: *Tanto os Estados Unidos quanto o Brasil têm testemunhado episódios de extrema violência contra negros, particularmente contra homens negros. Tenho exercitado o uso do seu poderoso conceito de “imagem de controle” para aplicá-lo especialmente a instituições sociais que reproduzem tais imagens, e gostaria de lhe propor duas perguntas a esse respeito. Primeira: você acha que esse conceito é útil para entendermos a situação dos homens negros (sua desumanização, objetificação e estereótipos sobre seu comportamento violento)? Segunda: você considera que a ausência de um debate maior*

sobre gênero, quando se trata de pensar a situação dos homens negros, torna essa imagem mais eficiente, em particular no caso da violência? Intelectuais negros se posicionam enquanto homens negros? Nós não costumamos nos referir à sua condição de gênero...

Patricia Hill Collins: Eu examinei essa noção de imagens de controle em vários lugares em minha produção (ver, por exemplo, Collins, 2018), inclusive tratei da sua aplicação à masculinidade negra. A ideia de imagens de controle se aplica aos homens negros. Em *Black sexual politics*, por exemplo, há dois capítulos sobre gênero e sexualidade, um sobre masculinidade negra e outro sobre feminidade negra (Collins, 2004). Em ambos, a estruturação parte das imagens de controle, argumentando que tais imagens são específicas a cada grupo e dão sustentação a uma ideologia de gênero negra que subordina de maneira diferente negros e negras. Dizendo-o de outra maneira, a manipulação do gênero e da sexualidade foi e continua sendo fundamental à forma pela qual o racismo é organizado e opera. A imagem de controle da mulher negra forte tem como contrapartida a imagem de controle do homem negro fraco. Essas imagens de controle gêmeas permeiam tanto a literatura, quanto as políticas públicas.

Sua segunda pergunta diz respeito à centralidade da violência nas imagens de controle de homens e mulheres negras. A violência tem sido central para as imagens de controle da masculinidade negra, que emerge no contexto do pós-escravidão nos Estados Unidos enquanto uma “fera negra violenta”, que já não poderia mais ser domesticada por ter deixado de estar escravizada. Esse tropo recorrente dos homens negros como sendo inerentemente violentos persiste como uma justificativa para lhes subtrair os direitos de cidadania e o respeito humano básico. Mas quando se trata da violência, como exatamente essas imagens “controlam” os homens negros? Como as imagens de controle da masculinidade negra moldam a compreensão que os homens negros têm da violência que eles experimentam por parte dos agentes do Estado, que eles dirigem uns contra os outros e que eles infligem às meninas e mulheres em suas vidas?

Fundamentalmente, essas e outras imagens de controle têm por efeito mascarar formas de violência sistêmica que caracterizam relações interseccionadas de poder (Collins, 2018). Pode ser desafiador ver como as imagens de controle podem ser aplicadas a toda uma gama interseccional de identidades sociais; entretanto, a violência abre uma janela para uma compreensão mais ampla de como as imagens de controle são fundamentais para as relações de poder. Por exemplo, as imagens de controle que caracterizam a masculinidade branca heterossexual, particularmente entre os homens brancos de classe média, são uniformemente positivas. No entanto, esse grupo é desproporcionalmente responsável por formas de violência sistêmica

que afetam muitos outros grupos. Qual é o papel das imagens de controle na incorporação de meninos brancos a seus lugares predefinidos enquanto homens brancos? Esse é importante domínio de análise. Que tipo de análise produzimos ao observar situações em que homens negros tentam resolver problemas nas comunidades negras tornando-se mais parecidos com os homens brancos?

As mulheres negras de há muito têm observado como as imagens de controle da feminidade negra, que refletem intersecções de gênero, raça e sexualidade, causam um poderoso efeito negativo sobre as suas vidas. Mas muitas das discussões sobre a violência de gênero contra as mulheres negras têm como alvo as práticas sociais mais amplas, por exemplo, uma cultura do estupro na qual homens brancos atacavam sexualmente mulheres negras na maior impunidade; outras vezes, minimizavam a violência cometida pelos seus parceiros íntimos, filhos, pastores e membros da comunidade. A imagem de controle da mulher negra forte aconselha as mulheres negras a negligenciar a violência cometida pelos homens negros, em nome de protegê-los do racismo. Mas será que isso é suficiente? Ou será um modo de eludir a difícil questão de que lidar com a violência requer examinar o modo pelo qual todas as partes envolvidas reproduzem e são afetadas pelas imagens de controle?

Helena Hirata: *Arlie Hochschild atribui a causas materiais o sucesso de seu conceito de “trabalho emocional” (Hochschild, 2017, p. 8). Segundo Hochschild, “a verdadeira causa de seu sucesso” tem a ver com “o imenso desenvolvimento” do setor dos serviços. É possível identificar um tipo de explicação semelhante para o sucesso do conceito de “interseccionalidade”? No seu ponto de vista, o que explica a ampla aceitação desse conceito, tanto na academia quanto nos movimentos sociais?*

Patricia Hill Collins: A análise de Arlie Hochschild sobre o trabalho emocional certamente influenciou minha formulação sobre o trabalho nos serviços como um espaço de relações de poder interseccionadas. As experiências das trabalhadoras domésticas negras que trabalham em residências ilustram como os empregadores brancos agregavam o trabalho emocional de suas empregadas. Apesar de alegarem que as mulheres negras eram como “um membro da família”, ou talvez por isso mesmo, elas eram sempre sub-remuneradas e expostas à violência sexual ao tempo em que realizavam o trabalho de cuidado nessas casas de brancos. A imagem de controle da “Mammy” sorridente, a cuidar de seus filhos brancos como se seus fossem, obscurece o descuido a que estão sujeitos os seus filhos negros enquanto ela tem que deixá-los para ir trabalhar. A marca do bom serviço é o cuidado prestado, ou seja, exprimir emoções de forma a convencer seu ou sua superior de que realmente o/a ama. Mas o trabalho emocional no exercício do cuidado traz também embutido um elemento

de resistência – é o sorriso que desaparece no rosto da garçonete quando, ao fim do jantar, o cliente deixa uma gorjeta insignificante; ou as histórias que as trabalhadoras domésticas negras compartilham sobre seus empregadores quando estão em suas próprias cozinhas.

O estudo de Hochschild foi pioneiro porque situou o trabalho emocional no contexto de um florescente setor de serviços. Sua análise sobre como as aeromoças eram treinadas mostrou o quão importante era o desempenho convincente do trabalho de cuidado para o crescimento e a lucratividade do setor de serviços. Essa noção de trabalho emocional pode perfeitamente transladar-se para as universidades e instituições acadêmicas; como são parte do setor de serviços, dos professores e dos assistentes na pós-graduação também se espera, crescentemente, que desempenhem de modo convincente o trabalho de cuidado institucional a que estão obrigados. Num tal contexto, o trabalho emocional adquire uma posição especial, algo que não passa despercebido às mulheres e às pessoas de cor, majoritariamente responsáveis por efetuar tal trabalho acadêmico de cuidado. Quais são os custos impostos a quem realiza um trabalho emocional que é ordinariamente sub-remunerado? Numa relação capitalista de troca, as emoções e o cuidado tornam-se mercadorias.

Acho desafiadora essa sua pergunta sobre como essas formulações sobre o trabalho emocional poderiam ajudar a explicar as maneiras pelas quais a interseccionalidade foi incorporada na academia. A interseccionalidade é certamente notada, comentada e reconhecida. Mas, daí a afirmar que esse reconhecimento sinalizaria uma aceitação genuína vai uma grande distância. Será que essa aparente aceitação da interseccionalidade pelas estruturas neoliberais da academia se deveria, em alguma medida, à percepção do seu valor enquanto um trabalho de cuidado realizado ao interior dessas instituições? De que maneira essas normas invisíveis de cuidado, caso existentes, estariam influenciando no modo pelo qual os discursos são percebidos e divulgados? Mais especificamente, estará a interseccionalidade sendo percebida como um projeto crítico mais amigável, mais cuidadoso, e por isso mesmo menos ameaçador, do que outras teorias sociais tidas como mais desafiadoras, como o feminismo, a teoria racial crítica ou a teoria social marxista? Dentro das teorias sociais aparentemente apolíticas na academia, será que a interseccionalidade funcionaria como um *proxy* para um discurso multicultural mais palatável sobre a diferença?

A interseccionalidade pode ser o discurso certo, no momento certo, por razões erradas. Ela foi incorporada, mas em que termos e para que fins? É importante não confundir visibilidade e aceitação. Um pequeno rol de pessoas pode estar associado à interseccionalidade, mas quanto dessas ideias e discursos foi realmente incorporado por especialistas aos diferentes campos de estudo ou por professores e pesquisadores em qualquer instituição? Minha sensação é que a interseccionalidade é bem

menos aceita na academia do que se pensa. Ela pode ser tornada visível de maneiras vantajosas para a academia. Na medida em que fornece uma amplo guarda-chuva para a inclusão, eximindo as universidades de mudanças substanciais, incorporar a interseccionalidade ajuda as performances institucionais do trabalho de cuidado.

Quando se trata de atender às necessidades de trabalho emocional nas universidades, a interseccionalidade tem sido cada vez mais assumida por setores de serviços dentro das mesmas, por exemplo, os serviços estudantis, o recrutamento de professores e outros similares. Mas o *modo* como ela tem sido usada remete ao tema do trabalho emocional. Considere-se, por exemplo, como as ideias da interseccionalidade foram diluídas num vocabulário em constante mudança, aplicado às soluções contra injustiças de raça e gênero. As universidades fizeram uma mudança cosmética, atentas ao mantra da diversidade, equidade e inclusão, ao tempo em que evitavam qualquer transformação institucional substantiva. Em outras palavras, a interseccionalidade está sendo crescentemente modificada por meio de um discurso que apoia o trabalho institucional de cuidado e o trabalho emocional que isso acarreta, ao invés de se tornar um campo de estudo por direito próprio. Seu uso deixa de ser analítico e crítico para se tornar um serviço a ser provido. Essa foi uma das minhas principais preocupações em *LACST*, a saber, como a interseccionalidade pode aguçar as suas possibilidades analíticas e críticas num contexto de uma academia aparentemente inclusiva.

Flavia Matheus Rios: *O pensamento feminista latino-americano tem sido, de alguma forma, relevante para o (ou considerado pelo) pensamento feminista negro nos Estados Unidos? Você teve algum contato com as ideias das feministas negras latino-americanas?*

Patricia Hill Collins: Meus contatos com os feminismos negros latino-americanos são indiretos, mediados pelo feminismo chicano, porto-riquenho, americano-cubano e pelos feminismos das latinas nos Estados Unidos, que têm laços distintos com a América Latina. Tais laços transfronteiriços, e no caso das mulheres porto-riquenhas, relações coloniais internas, foram essenciais para o crescimento do feminismo das “mulheres de cor” nos Estados Unidos, assim como para a interseccionalidade. No trabalho intelectual, há o reconhecimento de que as latinas, negras e afro-latinas, que devem corresponder a uns 25% das latinas nos Estados Unidos, trazem perspectivas distintas aos projetos interseccionais que decorrem de variadas experiências com o colonialismo, a escravidão, a indigeneidade e a imigração. Os diálogos entre mulheres de cor, informados por ativistas e intelectuais latinas, oferecem importantes perspectivas sobre as intersecções de gênero, sexualidade, religião e cidadania. Por exemplo,

o trabalho de Gloria Anzaldua sobre o pensamento fronteiro e a consciência mestiça forneceu uma âncora filosófica para o feminismo das mulheres de cor nos Estados Unidos (Anzaldua, 1987). Mas isso não é suficiente. É essencial aprender mais sobre os feminismos específicos de diferentes países e como esses feminismos se influenciaram mutuamente.

Para ser franca, eu gostaria de saber bem mais sobre a relação entre o feminismo latino-americano e o feminismo negro norte-americano. O feminismo negro é um projeto colaborativo e em constante evolução. Laços existem, mas ainda precisamos de um trabalho empírico constante e sério sobre as interconexões entre variantes do feminismo. Como cada uma de nós tem limites quanto ao que sabe e pode fazer, temos que nos apoiar umas às outras, para completar as peças que faltam às nossas próprias perguntas. Você faz o que pode, e espera que outros possam ajudar. Essa é a promessa colaborativa da interseccionalidade. Reconhecendo que cada uma de nós tem somente uma perspectiva parcial sobre dominação e resistência, em vez de continuarmos a enquadrar nossas perguntas pelo viés intelectual ocidental, como por exemplo o da filosofia ocidental, os grupos marginalizados deveriam buscar uns aos outros, de modo a aprender uns com os outros.

Marcos Nobre: *Eu ficaria muito grato se você pudesse elaborar um pouco mais sobre a constelação das noções de dominação, resistência e emancipação. Formulei minhas dúvidas a esse respeito em duas perguntas interligadas. Se a entendi bem, o principal ponto normativo da abordagem interseccional no seu livro mais recente é o da “resistência”, que me parece ser a noção que dá sentido ao termo “crítico”, presente no seu projeto de “teoria social crítica”. A primeira questão seria: há uma única contrapartida conceitual para “resistência”, ou elas seriam muitas? E, no mesmo sentido, a segunda questão: a que se resiste? À dominação? Ao capitalismo?*

Patricia Hill Collins: Eu realmente gostei desta pergunta porque ela toca o cerne de quais termos são os melhores portadores da substância de meus argumentos. Eu discuti comigo mesma sobre cada termo individual, bem como sobre as conexões entre eles. Examinar as conexões entre resistência e trabalho intelectual está no centro da minha produção (ver, por exemplo, *On intellectual activism*, Collins, 2012). Mas entender como estou concebendo resistência tem sido uma preocupação constante para mim. Teorizar a resistência, tanto quanto estimulá-la, tem sido fundamental para minha reflexão. Preciso conhecer as maneiras específicas pelas quais minha concepção de resistência informa meus argumentos sobre a interseccionalidade como teoria social crítica. Você pergunta: “Haveria uma única contrapartida conceitual para ‘resistência’, ou elas são várias?”. Ainda não tenho certeza, mas posso lhe dizer

um pouco sobre onde estou agora ao pensar por meio da resistência. Aqui, suas duas perguntas complementares são especialmente úteis. Deixe-me responder uma de cada vez. Primeiro, você pergunta: A que se está resistindo? A tarefa central de *LACST* consiste em abordar essa questão da resistência a que e a centralidade das ideias para tal resistência. Há algum tempo, tenho buscado criar um sentido de ação política que não resida nem no terreno da teoria nem da prática. Em outras palavras, a resistência política é mais do que ideias, mas depende de ideias. A interseccionalidade aprofunda a compreensão da resistência às injustiças sociais existentes por meio da forma como funcionam os sistemas de poder. Capitalismo, racismo, colonialismo, heteropatriarcado, nacionalismo e sistemas semelhantes de poder podem ser vistos como sistemas de relações de poder injustas. A característica comum aqui é que todos esses são sistemas por meio dos quais a dominação assume uma forma específica tanto em cada sistema, como nas interseções entre eles. Por exemplo, a dominação pode ocorrer por meio de relações interpessoais íntimas ou pode servir para animar uma guerra em larga escala. As injustiças sociais podem ser percebidas no cotidiano, nos grupos, nas formas como as organizações são construídas, nas políticas das instituições sociais, tanto quanto nos discursos que defendem esses arranjos.

Entretanto, conceituar resistência dessa maneira continua a centrar a análise na opressão, e não na resistência. Uma dimensão do poder hegemônico é que ele rotineiramente define os termos de todo o debate, inclusive do significado de resistência. Porém, e se virarmos esse relacionamento pelo avesso? Talvez obtenhamos o tipo de ordem social e dominação que temos agora, não como um reflexo das ações da elite, mas como resultado da resistência sedimentada à dominação do passado. As ideias seriam especialmente importantes nessa visão de resistência, que a torna ordinária, como parte da vida cotidiana. Estratégias de resistência específicas são parte de uma socialização contínua e por toda a vida, que se recusa a capitular à normalidade da opressão. Reconheço como é assustador o modo pelo qual as relações interseccionadas de poder oprimem, bem como as miríades de formas pelas quais a dominação é organizada na sociedade, desde os seus níveis micro aos macro. Recuso-me a teorizar o poder de uma forma tal que não admita a resistência, ou a resistência de uma forma tal que a torne um derivado do poder. Como rejeito a suposição não declarada de que a opressão é inevitável, que informou tantas teorias sociais críticas, minha abordagem para conceituar a resistência não é niilista. Eu me torno parte do problema se produzir uma teoria social crítica que não contemple, em si mesma, as implicações para a resistência. Dizendo-o de outra forma, teorizar a resistência não somente anima minha teorização social enquanto um objetivo, mas pensar sobre as implicações de minha teorização para a práxis (resistência) também serve como uma verificação metodológica do meu próprio decurso.

A segunda pergunta é mais difícil, porque requer análise e imaginação. É muito mais fácil analisar contra o que é a resistência, do que imaginar para que serve a resistência. O que está além da resistência? Como você sabe quando a resistência é bem-sucedida? Visará a resistência a algum objetivo maior, teoricamente possível, embora politicamente impraticável, como, por exemplo, emancipação, justiça social, liberdade? Como o mundo parecerá diferente se a resistência e a dominação que ele engendra não forem centrais ao comportamento humano? Será isso possível?

Essas podem ser questões existenciais amplas, mas tiveram implicações práticas; isso porque eu sabia que não poderia me alongar em teorizar a resistência se quisesse terminar o *LACST*. Contudo, essa questão da resistência permaneceu enquanto eu terminava o livro, mas eu sabia que não poderia respondê-la naquele momento. Agora que o *LACST* foi publicado, espero ter uma noção melhor de como aprofundar o tema da resistência que, com toda a razão, você aponta como um princípio organizador central do *LACST*, bem como o *corpus* do meu trabalho até agora.

Ainda não tenho respostas definitivas, mas posso compartilhar algumas indicações acadêmicas intrigantes sobre como as pessoas imaginam a libertação da dominação. As análises de resistência em que os pensadores visam a sair da teoria social ocidental a fim de imaginar novas possibilidades para relações de conhecimento/poder são especialmente intrigantes (ver, por exemplo, *On decoloniality*, Mignolo e Walsh, 2018, ou *Afrotopia*, Sarr, 2019). Deixe-me mencionar brevemente duas delas. Em primeiro lugar, o interesse renovado por ficção especulativa, ficção científica e Afrofuturismo provê um vislumbre fascinante sobre como intelectuais negros, entre outros, imaginam a vida fora da dominação, como uma forma de resistir-lhe. Esse esforço mobiliza as categorias de tempo e espaço como uma forma tanto de criticar a relação de poder existente, quanto de imaginar a vida para além do aqui e do agora. Os romances de Octavia E. Butler anteciparam as preocupações contemporâneas com a resistência e a liberdade. Sua obra clássica, *Parable of the sower*, não apenas fornece uma base para se conceituar a resistência, mas também um gênero importante para o trabalho criativo (Butler, 1993).

Em segundo lugar, os trabalhos de acadêmicos e ativistas indígenas em distintos contextos nacionais fornecem, de longe, a literatura mais ampla e profunda para se teorizar a resistência. Além de usar uma variedade de estratégias (ficção, memória, ensaio analítico, estudos históricos e análise de ciências sociais), a atenção aos conhecimentos e epistemologias indígenas é inestimável. Eu gostaria de ter tido acesso a essa literatura quando estava escrevendo o *LACST*. No capítulo 7, apresento uma pequena história de um grupo indígena no Canadá como um ponto de entrada para as vastas literaturas e experiências de povos indígenas que existiram fora das epistemologias ocidentais. Essas tradições narrativas identificam uma epistemologia ricamente matizada que

possui temas centrais recorrentes, mas que não pode ser congelada nos princípios de uma epistemologia morta. Estou feliz por ter sido capaz de reconhecer, em *LACST*, os limites epistemológicos do repensar a resistência com base em epistemologias ocidentais. Mas isso não é suficiente. Pretendo seguir essas três linhas de investigação como uma forma de aprimorar minha concepção de resistência.

Nadya Araujo Guimarães: *Os “construtos centrais” que você desenvolve no livro (relacionalidade, poder, desigualdade social, contexto social, complexidade e justiça social) são uma contribuição específica proveniente do paradigma da interseccionalidade? Como a teoria social contemporânea e a clássica dialogam a esse respeito? Você observou algum processo de fertilização cruzada?*

Devo confessar que, no momento em que pensava nessa questão, minhas memórias se voltaram para uma descoberta interessante que fiz o ano passado, quando estava retrazando o impacto, na academia americana, das ideias de uma destacada feminista branca brasileira, Heleieth Saffioti. No final dos anos 1960, Saffioti escreveu um livro (A mulher na sociedade de classe), originalmente uma tese, que foi seminal para a sociologia brasileira (Saffioti, 1969). Nesse livro, ela antecipou o argumento das múltiplas dimensões da opressão, baseada simultaneamente em relações de classe, raça e gênero (claro, a palavra gênero não estava lá!). Menos de dez anos depois da primeira edição brasileira, 1978, o livro foi publicado em inglês pela Monthly Review Press (Saffioti, 1978), com uma introdução de Eleanor Leacock, uma conhecida antropóloga marxista, branca, muito sensível às questões acadêmicas e políticas levantadas pelo movimento feminista. Ao traçar as marcas da recepção das ideias de Saffioti fora do Brasil, foi uma alegria perceber que, logo após o lançamento do livro na sua versão em inglês, algumas resenhas interessantes apareceram em revistas internacionais relevantes. No entanto, tropecei com uma resenha inesperada, publicada no American Journal of Sociology (AJS) bem depois, em 2014, nada menos que vinte anos após a edição em inglês (Celarent, 2014). Qual não foi a minha surpresa! Como todas as outras resenhas sobre o livro de Saffioti, essa também foi assinada por uma mulher, Barbara Celarent, uma autora cuja existência na área dos estudos de gênero era por mim desconhecida. Para meu espanto, alguns meses depois, descobri que essa mulher nunca existira. O verdadeiro autor era Andrew Abbott, o proeminente professor do Departamento de Sociologia da Universidade de Chicago e ex-editor do AJS. Entre 2009 e 2015, ele publicou nada menos que trinta e cinco resenhas enfatizando a relevância de vários livros, alguns deles (como o de Heleieth) quase desconhecidos (ou talvez esquecidos) pelo debate global contemporâneo. Sob o pseudônimo de Barbara Celarent – uma “Professora de Particularidade na Universidade de Atlântida”, como ela é referida pela AJS (campo e instituição obviamente inexistentes), Abbott argumentava que era chegada a hora de

forçar o debate sobre teoria social a se tornar menos Ocidental do que vinha sendo, de modo que pudéssemos chegar a uma verdadeira teoria social global (Abbott, 2016).

Por isso mesmo, quando você se referiu a “particularidades”, dez minutos atrás, minhas memórias voaram em direção ao empreendimento de Abbott, e me pego pensando novamente em por que ele precisou usar um pseudônimo. Além disso, por que Barbara Celarent, como personagem, foi concebida como ela o foi? E, sobretudo, por que esse grande conjunto de resenhas só chamou a atenção acadêmica depois de publicado como um todo, em um livro coassinado/editado com um homem, Andrew Abbott (Celarent & Abbott, 2016)? Por que ninguém reparou?!

Isso me permite voltar ao meu ponto: em seu novo livro, você também está lidando com um conjunto de conceitos que são cruciais para a teoria social ocidental; e você também está tentando reformular, integrar, embalá-los como categorias “centrais” para sua perspectiva. Você poderia refletir um pouco mais sobre isso?

Patricia Hill Collins: Achei que você fosse me perguntar outra coisa, mas agora que você descreveu como Andrew Abbott – um proeminente teórico social branco do sexo masculino – publicou resenhas de livros que gostaria de ver revisados no *AJS*, mas que ele mesmo escreveu sob pseudônimo, quero refletir sobre esse caso. Estou especulando aqui (e baseio meus pensamentos apenas em sua narrativa do caso) sobre o que sei acerca do *AJS*, uma revista de ponta na sociologia americana cuja influência no campo é significativa, bem como no meu conhecimento profissional sobre a produção de Andrew Abbott. Eu adotei o livro *Chaos of disciplines*, de autoria de Abbott (Abbott, 2010), em meu curso de teoria social na graduação; bem assim, considerei útil o seu livro *Methods of discovery: Heuristics for the social sciences* (Abbott, 2004) ao formular meu argumento sobre o uso heurístico de interseccionalidade (ver *LACST*, capítulo 1). No entanto, como dar sentido à criação de Abbott/Celarent, uma identidade híbrida de gênero na qual Abbott e Celarent trocam de lugar, como atores sociais, no palco e nos bastidores?

Uma leitura benevolente dos motivos de Abbott/Celarent sugeriria que ele/ela percebeu, com razão, que não conseguiria encontrar pareceristas para textos como o *Woman in class society*, de Saffioti, que fossem suficientemente qualificados para atender às suas exigências, haja vista o que são as revisões rigorosas do *AJS*. Ao lhes conceder o apoio anônimo de um patrono poderoso, como ele, talvez ela/ele tivesse imaginado que estaria apoiando estudiosos que não eram brancos, não eram homens, não eram ocidentais e não teriam o privilégio de promover seus livros. Num cenário marcado pelo gênero, Abbott pôde se sentir autossatisfeito em termos morais, politicamente protegido de críticas, porque ele não escreveu os comentários; ela o fez. Ao tempo em que se divertia, de algum modo, com as travessuras de Celarent.

Por mais bem-intencionado que Abbott/Celarent possa ter sido, esse caso é um exemplo original de como editores de revistas, financiadores e similares podem exorbitar no desempenho de seus papéis nos bastidores, modelando o que conta como sociologia legítima.

No entanto, uma leitura menos positiva dessa situação de pseudônimo a consideraria o pior tipo de ação afirmativa, pois pressupõe que grupos marginalizados que conseguem chegar à academia são menos qualificados e, portanto, só podem ter sucesso se formarem alianças com aliados mais poderosos, normalmente homens brancos proeminentes, avançados na sua carreira e de elite. Como discuto em “Intersectionality and epistemic resistance” (*IACST*, capítulo 4), o desafio de construir comunidades interpretativas em meio às diferenças de poder existentes na academia – neste caso, o acesso à teoria social – tem dimensões epistemológicas que estruturam as relações de poder. Abbott tinha outras opções além de se tornar um ventríloquo, manipulando Celarent, uma boneca imaginária que falava por ele, sem ter que assumir a responsabilidade por seus argumentos (nesta entrevista tenho que assumir a responsabilidade por minhas ideias porque sou visível), ou até mesmo falar. Por exemplo, eu me pergunto: por que Abbott falhou em usar o poder que a sua posição, como editor da *AJS*, lhe daria para recrutar e expandir o grupo de pareceristas para os livros que Celarent avaliou? Esse tipo de manipulação anônima das próprias regras, mesmo quando feita em nome da promoção de “novas” ideias, é controlada por elites que, no fundo, distorcem os processos de criação de conhecimento sem serem reconhecidas como atores sociais. Compare o comportamento editorial de Abbott/Celarent com o de minha colega Margaret Andersen quando era editora de *Gender and Society*. Tal como Abbott/Celarent, ela reconheceu a importância do novo trabalho de mulheres, pessoas de cor e estudiosos globais do gênero, e atuou decididamente para estimular jovens acadêmicos no sentido de que enviassem artigos para um número especial sobre “Race, Class, and Gender”. Muitas pessoas não o teriam feito se não fosse o tom da chamada de trabalhos veiculada pela Revista, que consideraram acolhedora. O número de artigos recebidos excedeu em muito a capacidade de um número especial. A decisão de Andersen moldou, dali por diante, o perfil dessa revista. A brincadeira privada de Abbott, escrevendo sob um pseudônimo que preservou seu anonimato, deixa um legado duvidoso para o engajamento com a sociologia e para o *AJS*. Em contraste, a posição pública de Andersen de apoiar os estudos de raça, classe e gênero ajudou a cultivar uma comunidade interpretativa de estudiosos de raça, classe e gênero, cujo trabalho continua a ter um grande impacto no campo.

Continuo empenhada em promover diálogos entre estudiosos da teoria social contemporânea, da teoria social clássica e da teoria social crítica. Ainda assim, his-

tórias como o caso Abbott/Celarent me fazem desconfiar de como os processos de fertilização cruzada podem ser realistas se eles não estiverem rigorosamente atentos à política de construção do conhecimento dentro da teoria social em sentido amplo. Meu capítulo sobre “Intersectionality and resistant knowledge projects” visa a ampliar os referentes que estruturam a reflexão de quem produz novas ideias, e como estas podem emergir da resistência (*LACST*, capítulo 3). Como os projetos de conhecimento resistente, como o feminismo negro, podem ser eficazes se permanecem enredados em estruturas de legitimação do conhecimento como as sugeridas pelo caso Abbott/Celarent? Pelo menos tomamos conhecimento do mesmo. Mas, no que diz respeito à interseccionalidade, quantas ações anônimas de bastidores objetivam sabotar esse projeto de conhecimento resistente, ao mesmo tempo que afirmam defender seus princípios fundamentais?

Isso me leva à outra parte de sua pergunta. De que formas, se for esse o caso, os princípios básicos que proponho de relacionalidade, poder, desigualdade social, contexto social, complexidade e justiça social podem prover como um vocabulário básico para o diálogo? Será que eles ajudam na fertilização cruzada, ou obscurecem as questões difíceis na medida em que essa linguagem aparentemente compartilhada sugere que os entendemos da mesma maneira? Formulei o assunto precisamente nesses termos tanto porque os mesmos são familiares às teorias social clássica, contemporânea e crítica, como porque eles transitam através e além dessas localizações. Significativamente, os atores sociais em locais não acadêmicos também portam outros entendimentos desses mesmos termos, por vezes na linguagem usada pelos leigos, ou nos significados a eles conferidos pela linguagem especializada de profissionais.

Reconheço as limitações advindas do uso desses conceitos, mas também reconheço o desafio teórico central de como tornar nossas ideias claras quando as usamos. As ideias podem estar perfeitamente claras em sua mente ou em conversas entre grupos de indivíduos com ideias semelhantes. Entretanto, as conversas perpassadas por diferenças de poder, como raça, classe, gênero, sexualidade, idade e cidadania, normalmente revelam as limitações de nossas próprias explicações aparentemente evidentes acerca do mundo social. Para mim, o significado de cada conceito está sempre em construção por meio do diálogo (ver, por exemplo, meus comentários anteriores sobre a interseccionalidade como metodologia). A teoria social oferece uma compreensão provisória de um conceito, mas o significado de um conceito decorre do seu uso. Uma advertência: os tipos de diálogos que geram o pensamento crítico mais forte raramente estão livres de conflitos.

Ao escrever *LACST*, tive uma série de conversas imaginárias com os campos mais proeminentes no desenvolvimento de um conceito particular. Por exemplo, muitos dos profissionais da interseccionalidade estão comprometidos com a justiça

social, um conceito sobre o qual há uma ampla literatura nos domínios dos direitos humanos e da legislação dos direitos civis, tanto quanto da filosofia. Inexiste uma definição estabelecida para justiça social. Significativamente, muitos profissionais especializados na interseccionalidade presumem que os outros compartilham suas definições, com frequência idiossincráticas, sobre o que seja justiça social e que estão igualmente comprometidos com ela. Mas, como discuto em “Intersectionality without social justice?” (*LACST*, capítulo 8), qualquer compreensão de justiça social para a interseccionalidade deve ser construída e não presumida. Relacionalidade, enquanto um conceito, enfrenta um desafio semelhante, decorrente de sua crescente popularidade nos diversos campos de estudo no Ocidente. Porém, estará a relacionalidade se tornando, cada vez mais, um termo vazio que nutre um estilo carente de substância? Estará esse conceito condenado a ver drenado o seu potencial crítico? O capítulo “Relationality within intersectionality” (*LACST*, capítulo 7) foi, para mim, um dos mais difíceis de escrever, visto que o termo *relacionalidade* é amplamente usado, tanto dentro quanto fora da interseccionalidade.

Antonio Sérgio Alfredo Guimarães: *O mestiço na América Latina foi imaginado por nossas elites intelectuais como uma fusão de três raças, como uma meta-raça que acabaria por superar as categorias coloniais da subordinação racial e o mito da superioridade branca. Vimos essa construção ser posteriormente rejeitada por intelectuais negros brasileiros – como Guerreiro Ramos, Abdias do Nascimento, Lélia Gonzalez e outros – que perceberam ser a mestiçagem uma forma de obscurecer o racismo contra negros e afrodescendentes. Recentemente, antropólogos como Kelly Luciani (2016) demonstraram a existência de uma postura antimestiço entre os racializados subalternos: longe de se imaginarem como uma fusão, esses mestiços acreditam ter diferentes raças dentro de si, o que lhes permite transitar por diferentes mundos raciais.*

Atualmente, no Brasil, assistimos à discussão sobre quem pode se beneficiar das cotas. Temos ouvido o argumento de que algumas pessoas estão fraudando o processo; mas há também outro entendimento que propõe que não, eles podem estar sendo sinceros, eles fazem parte do grupo dos beneficiários pois também sofreram algum tipo de discriminação. Como você vê o desdobramento desse processo? Nos Estados Unidos, diferentemente, há a ideia de “fazer-se passar por” (“passing”), tida como sempre fraudulenta. Aqui, entretanto, as pessoas entendem essa atitude como real, elas acham que é possível mover-se entre as categorias. Você se lembra dos escritos de Carl Degler (1971) sobre o Brasil: a seu ver, o mulato brasileiro foi absorvido pelas classes dominante e branca, e dessa cooptação dos mestiços teria resultado a incapacidade de liderança dos negros brasileiros.

Minha pergunta, então, seria: como essas duas mestiçagens imaginadas afetam a sua maneira de pensar sobre raça na América Latina?

Patricia Hill Collins: Tenho um conhecimento prático sobre *mestiçagem* na América Latina, mas não sou uma especialista. Diante disso, a melhor maneira de abordar sua questão é extrapolar das relações raciais nos Estados Unidos para pontos de contato e de divergência entre o Brasil e os Estados Unidos. Ambos os sistemas tentaram amenizar as falhas em suas democracias, explicando-as pelas interseções entre racismo e nacionalismo em suas respectivas compreensões acerca da identidade nacional. No Brasil, a *mestiçagem* oferece uma identidade nacional imaginada por meio da qual a lealdade à nação brasileira minimiza, quando não apaga, as diferenças raciais. Essa filosofia de democracia racial apaga o racismo ao ignorar a realidade da hierarquia racial. Como você assinala, essa meta-raça – que ostensivamente foi além das categorias coloniais de subordinação racial e do mito da superioridade branca – foi incorporada à democracia racial e a sua necessidade de construção da *mestiçagem*. Em contraste, a identidade nacional imaginada nos Estados Unidos colapsa a identidade nacional com a branquitude, uma forma de nacionalismo étnico. Esse nacionalismo étnico influencia as políticas oficiais de integração racial e de multiculturalismo, segundo as quais a democracia dos Estados Unidos visa à inclusão.

Os negros no Brasil e nos Estados Unidos denunciaram como essas respectivas versões da identidade nacional estão na base da supremacia branca. Para o Brasil, o desafio organizacional era criar consciência entre os sujeitos negros de que sua negritude ou raça era fundamental para seu *status* social e tratamento. O racismo antinegro aparentemente não existiu no Brasil porque o apagamento da negritude pelo construto da *mestiçagem* também apagou uma linguagem de crítica às desigualdades raciais no emprego, habitação, educação e saúde. Os negros nos Estados Unidos enfrentaram uma versão de racismo do tipo *apartheid* racial que se baseava na estrita separação de raças, usando critérios biológicos tais como a “regra de uma gota” (“*one drop rule*”). Esse sistema relutantemente deu lugar a uma visão de multiculturalismo, segundo a qual, quando fossem removidas as barreiras para a assimilação dos afro-americanos, os negros estariam livres para contribuir para uma América multicultural. Em essência, o objetivo do multiculturalismo era se tornar um caldeirão que fosse um caminho para uma sociedade em que a cor não importasse (“*colorblind society*”). Ironicamente, esse caldeirão multicultural se assemelhava à *mestiçagem* brasileira. Ambos propõem uma forma idealizada de democracia racial que se baseia em um racismo cego à cor, que produz disparidades raciais importantes, as quais, entretanto, não precisam estar sustentadas em categorias raciais oficiais.

Sinto um pouco mais de dificuldade para desvendar o segundo entendimento imaginário de *mestiçagem*. Você identifica “*mestiços* racializados subalternos” como promovendo uma “postura antimestiço... que lhes permite transitar por diferentes mundos raciais”. Acreditando que têm raças diferentes dentro de si, eles rejeitam a

noção de fusão, por exemplo, o conceito de caldeirão de *mestiçagem*, em favor de uma compreensão multicultural da *mestiçagem*. Quem são essas pessoas e onde elas se encaixam na história racial do Brasil? O termo “subalterno” pode obscurecer mais do que revelar. Quando retiradas de seu contexto indiano, de um sistema de castas intergeracional bem ajustado, eu me pergunto: quais ideias viajam e quais não em relação ao contexto brasileiro? Quais são os laços desse segmento de “*mestiços racializados*”? A contraparte norte-americana seriam os indivíduos birraciais ou “*mixed-race*”, que só recentemente se organizaram como “*mixed-race*”. Esse grupo se encontra entre brancos e negros, um espaço liminar que faz sentido no contexto da história racial dos Estados Unidos. Como me faltam maiores detalhes acerca desse grupo no caso do Brasil, reservarei outros comentários para uma conversa futura.

A meu ver, esses debates dizem da complexidade de tentar remediar os efeitos contínuos do racismo sistêmico, que reproduz a desvantagem sem que ninguém assuma a responsabilidade por tal, agora. Essa é a beleza da construção de Eduardo Bonilla-Silva (2003) acerca do “racismo sem racistas”, a saber, um sistema de racismo cego à cor, em que os negros podem ser hipervisíveis como sujeitos, ao tempo em que as dimensões estruturais que levam a que as instituições sociais reproduzam o privilégio branco e a desvantagem negra permanecem invisíveis para os brancos. Políticas públicas deficientes visam a reparar danos passados e seus efeitos persistentes, mas eles têm uma árdua batalha junto às pessoas brancas bem-intencionadas que simplesmente se recusam a acreditar que o racismo seja real. A ação afirmativa é uma política, entre muitas, que intenta reparar erros passados. “Mestiços racializados subalternos” e “indivíduos mestiços” certamente farão parte desse esforço para corrigir o racismo. Mas será que eles podem oferecer o tipo de liderança em torno dessas questões, nessa nova era de conflito racial na qual eles se tornam as pessoas que podem transitar por diferentes mundos? Sozinhos, certamente não. Eles precisarão de aliados. Entretanto, pode ter passado o momento para uma nova categoria de liderança de pessoas que se considere capaz de negociar as demandas, frequentemente conflitantes, de grupos racialmente díspares. Em meio ao transcurso de um movimento como o “*Black Lives Matter*”, não nos resta mais que esperar para ver.

Edna Roland: *Você já teve algum contato com o feminismo africano?*

Patricia Hill Collins: Não tanto quanto eu gostaria. Certamente, tive conversas individuais substantivas com feministas africanas, mas nunca estudei sistematicamente o feminismo africano. Dada a amplitude do termo, o importante para construir um feminismo africano é que ele responda às necessidades das mulheres na África continental. Minha sensação é que as feministas africanas estão trabalhando em contextos

nacionais específicos que, por sua vez, as colocam em uma posição para diálogos que abordam as necessidades específicas das mulheres dentro e entre os cinquenta e quatro países soberanos da África continental. Incluo uma discussão provisória do feminismo africano em *BFT* que reflete as preocupações das feministas africanas em analisar o discurso de gênero produzido no Ocidente. Esses debates começam a se aprofundar e a se expandir para abranger as questões mais amplas da decolonialidade. O livro da socióloga Sylvia Tamale, de Uganda, *Decolonization and afro-feminism* (Tamale, 2020) abre novos caminhos a esse respeito dentro do feminismo africano. Ampliar essa lente para abranger as mulheres na diáspora africana e suas relações com o feminismo negro agrega camadas adicionais de complexidade e de possibilidade.

Meu foco nos últimos anos tem sido o feminismo negro no Brasil, um importante local do feminismo diaspórico africano que, por não se originar nos Estados Unidos, oferece uma âncora importante para o feminismo negro diaspórico. O Brasil se constitui num importante ponto de referência, entre o feminismo africano e o feminismo negro nos Estados Unidos. Para mim, o feminismo negro no Brasil é um projeto que tem uma energia que deriva dessa herança africana, mas que também se baseia na necessidade. Enquanto as necessidades das mulheres negras no Brasil permanecerem não atendidas, a necessidade do feminismo negro persistirá. Tive a sorte de passar um tempo com uma incrível variedade de mulheres negras no Brasil que afirmam sem pejo a negritude e o feminismo. Além disso, é impressionante o alcance do feminismo negro para ultrapassar as fronteiras do ensino superior, das políticas públicas, das artes e do ativismo popular. Existe aqui uma sinergia intelectual e uma energia que faltam nos Estados Unidos. Esse é o tipo de compromisso a que me referi anteriormente, e está profundamente organizado nos diferentes locais, mas também entre gerações. Enquanto as necessidades das mulheres negras no Brasil permanecerem não atendidas, a necessidade do feminismo negro persistirá.

No que concerne a meus laços diretos com o feminismo africano, continuei a tentar aprender o máximo que pude através de trabalhos publicados por feministas africanas, entretanto não diria que tenho cultivado o tipo de rede social com feministas africanas que tenho conseguido no Brasil. Mas estou trabalhando nisso.

Edna Roland: *Tenho tido acesso a informações muito interessantes sobre as jovens feministas de Angola, sobre a forma como elas estão discutindo o patriarcado!! ...*

Patricia Hill Collins: Agradeço seus comentários sobre as mulheres jovens e o ativismo feminista na África continental. Para ser franca, meu foco no Brasil aumentou minha consciência do feminismo africano, especialmente na diáspora portuguesa. Em novembro de 2018, participei do encontro internacional sobre mulher e feminismo

(“Nós Tantas Outras”) organizado pelo Sesc São Paulo. Foi revigorante participar de um evento no Sul Global, que foi organizado e que ocorreu fora dos locais feministas dos Estados Unidos. Em vez de nos reunirmos em um *campus* universitário ou em um hotel de alto padrão, nossas sessões foram realizadas em diversos locais do Sesc. Passamos um tempo considerável na van, viajando para locais de conferências e discutindo nossos respectivos projetos nas artes, no ativismo, na academia e nas políticas públicas. Fiquei especialmente motivada por minhas conversas informais com mulheres vindas de Moçambique e da Guiné-Bissau. O crescimento do feminismo entre as mulheres jovens não foi um tema destacado na agenda da conferência, mas estimulou algumas conversas de van fascinantes e várias conversas informais. Muitas das participantes descreveram o surgimento do feminismo entre as mulheres jovens e as diferentes maneiras que encontravam para formular essa mensagem feminista em culturas bastante diferentes. Por exemplo, uma mulher apresentou como as mulheres jovens, na China, protestaram contra o assédio nas ruas; não por meio de marchas, petições e manifestações, mas por meio do uso criativo do teatro de rua silencioso. Sem usar palavras, elas comunicaram uma mensagem que condenava o assédio nas ruas de uma forma que dificultava a censura das autoridades. Em nossas conversas, compartilhamos informações sobre como meninas e mulheres jovens estão apresentando respostas criativas às coisas que estão afetando suas vidas. Todas nós precisávamos ouvir umas das outras. Sou muito grata por ter podido participar dessa reunião e agradeço, igualmente, o seu convite para esta entrevista.

Referências bibliográficas

- ABBOTT, Andrew. (2010), *Chaos of disciplines*. Chicago, University of Chicago Press.
- ABBOTT, Andrew. (2004), *Methods of discovery: Heuristics for the social sciences*. Nova York, W. W. Norton & Company.
- ABBOTT, Andrew. (2016), “Preface”. In: CELARENT, Barbara & ABBOTT, Andrew. *Varieties of social imagination*. Chicago e Londres, The University of Chicago Press, pp. IX-XI.
- ANZALDÚA, Gloria E. (1987), *Borderlands/La frontera: The new mestiza*. San Francisco, Aunt Lute Books.
- BEAUVOIR, Simone de. ([1948] 1977), *Ethics of ambiguity*. Nova York, Citadel Press.
- BEAUVOIR, Simone de. ([1949] 2011), *The second sexe*. Nova York, Vintage.
- BELL-SCOTT, Patricia. (2016), *The firebrand and the first lady: Portrait of a friendship*. Nova York, Vintage.
- BONILLA-SILVA, Eduardo. (2003), *Racism without racists: Color-blind racism and the persistence of racial inequality in the United States*. Nova York, Rowman & Littlefield Publishers, 2003.
- BUTLER, Octavia E. (1993), *Parable of the sower*. Nova York, Grand Central Publishing.

- CELARENT, Barbara. (May 2014), “Women in class society by Heleith I. B. Saffioti”. *American Journal of Sociology*, 119 (6): 1821-1827.
- CELARENT, Barbara & ABBOTT, Andrew. (2016), *Varieties of social imagination*. Chicago e Londres, The University of Chicago Press.
- COLLINS, Patricia Hill. (2009), *Another kind of public education: race, schools, the media, and democratic possibilities* Boston, Beacon Press.
- COLLINS, Patricia Hill. ([1990] 2000), *Black feminist thought: Knowledge, consciousness, and the politics of empowerment*. Nova York, Routledge.
- COLLINS, Patricia Hill. (2004), *Black sexual politics: African Americans, gender, and the new racism*. Nova York, Routledge.
- COLLINS, Patricia Hill. (2018), “Controlling images”. In: WEISS, G.; MURPHY, A. & SALAMON, G. (eds.). *50 concepts for a critical phenomenology*. Evanston, Illinois, Northwestern University Press.
- COLLINS, Patricia Hill. (1998), *Fighting words: Black women and the search for justice*. Minneapolis, University of Minnesota Press.
- COLLINS, Patricia Hill. (2019), *Intersectionality as critical social theory*. Durham, NC, Duke University Press.
- COLLINS, Patricia Hill. (August 2015), “Intersectionality’s definitional dilemmas”. *Annual Review of Sociology*, 41: 1-20.
- COLLINS, Patricia Hill. (2012), *On intellectual activism*. Philadelphia, PA, Temple University Press.
- COLLINS, Patricia Hill. (2019a), “Prefácio à edição brasileira”. In: *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. Tradução de Jamille Pinheiro Dias. São Paulo, Boitempo Editorial, pp. 11-14.
- COLLINS, Patricia Hill and BILGE, Sirma. ([2016] 2020), *Intersectionality*. 2 ed. Cambridge, UK, Polity.
- DAVIDSON, Maria Del Guadalupe; GINES, Kathryn T. & MARCANO, Donna-Dale L. (eds.). (2010), *Convergences: Black feminism and continental philosophy*. Albany, State University of New York Press.
- DEGLER, Carl. (1971), *Neither black nor white: Slavery and race relations in Brazil and the United States*. Madison, University of Wisconsin Press.
- HARDING, Sandra. (1991), *Whose science? Whose knowledge? Thinking from women’s lives*. Ithaca, NY, Cornell University Press, 1991.
- HOCHSCHILD, Arlie Russell. (2017), *Le prix des sentiments. Au cœur du travail émotionnel*. Paris, La Découverte.
- LE RENARD, Amélie. (2018), “Travail et genre: approches intersectionnelles et postcoloniales”. In: MARUANI, M. (ed.). *Je travaille, donc je suis. Perspectives féministes*. Paris, La Découverte, 2018, pp. 177-185.

- LUCIANI, José Antonio Kelly. (2016), *Sobre a antimestiçagem*. Florianópolis, Cultura e Barbárie.
- MANNHEIM, Karl. (1952), "The problem of generations" [1927/28]. In: KECSKEMETI, P. (ed.). *Karl Mannheim: Essays*. Nova York, Routledge, pp. 276-322.
- MIGNOLO, Walter D. & WALSH, Catherine E. (2018), *On decoloniality: Concepts, analytics, praxis*. Durham, NC, Duke University Press.
- MURRAY, Pauli. (1987). *Song In a weary throat*. Nova York, Harper and Row.
- RANSBY, Barbara. (2018), *Making all Black Lives Matter: Reimagining freedom in the 21st century*. Oakland, CA, University of California Press.
- SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. (1969), *A mulher na sociedade de classes. Mito e realidade*. São Paulo, Livraria Quatro Artes Editora.
- SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. (1978), *Women in class society*. Tradução do Português para o Inglês de Michael Vale. Nova York e Londres, Monthly Review Press, 1978.
- SARR, Felwine. (2019), *Afrotopia*. Minneapolis, Mn, University of Minneapolis Press.
- SMITH, Linda Tuhiwai. (1999), *Decolonizing methodologies: Research and Indigenous Peoples*. Londres, Zed Books.
- TAMALE, Sylvia. (2020), *Decolonization and afro-feminism*. Ottawa Canada, Daraja Press.
- YOUNG, Iris. (1990), *Justice and the politics of difference*. Princeton, Princeton University Press.

Palavras-chave: Interseccionalidade; Racismo; Teoria Social; Desigualdades.

Texto recebido em 31/8/2020 e aprovado em 11/9/2020.

DOI: 10.11606/0103-2070.ts.2021.174340.

ALEXANDRE MASSELLA, <https://orcid.org/0000-0001-7876-0235>, é professor do Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo, editor da *Tempo Social*; possui o título de doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo. E-mail: massella@usp.br.

ANTONIO SÉRGIO ALFREDO GUIMARÃES, <https://orcid.org/0000-0002-4468-6089>, é professor titular sênior do Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo, pesquisador do CNPq associado ao Cebrap, ao Programa A Cor da Bahia – UFBA, e Visitante (2020-2011) do LLILAS da University of Texas em Austin. Possui PhD em Sociologia pela Universidade de Wisconsin, Madison. E-mail: antonio.sergio@usp.br.

EDNA MARIA SANTOS ROLAND, <https://orcid.org/0000-0002-7774-6594>, é bacharel em Psicologia e psicóloga pela Universidade Federal de Minas Gerais, coordenadora do Grupo Especialistas Eminentemente Independentes das Nações Unidas para a Declaração e Programa de Ação de Durban, e fundadora da "Fala Preta! Organização de Mulheres Negras". E-mail: edna-roland@yahoo.com.br.

FLAVIA MATHEUS RIOS, <https://orcid.org/0000-0001-9864-0644>, é professora da Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro. Possui o doutorado em Sociologia pela Universidade de São Paulo. E-mail: flaviamrios@yahoo.com.br.

HELENA HIRATA, <https://orcid.org/0000-0002-0341-4124>, é doutora em Sociologia pela Université Paris 8 Vincennes-Saint-Denis e diretora de pesquisa emérita do Centre National de la Recherche Scientifique; é pesquisadora colaboradora do Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo. E-mail: helena.hirata@cnrs.fr.

MÁRCIA LIMA, <https://orcid.org/0000-0003-2923-8445>, é professora do Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo. Doutora em Sociologia pelo IFCS/UFRJ. É pesquisadora sênior do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap), onde coordena o Afro – Núcleo de Pesquisa sobre Raça, Gênero e Justiça Racial. E-mail: mrlima@usp.br.

MARCOS NOBRE, <https://orcid.org/0000-0001-6377-0668>, é professor de Filosofia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Presidente do Cebap – Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, codiretor do Mecila – Maria Sibylla Merian Centre Conviviality-Inequality in Latin America e pesquisador 1A do CNPq. E-mail: nobre@unicamp.br.

MARIA CARLA CORROCHANO, <https://orcid.org/0000-0001-8030-6461>, é doutora em Educação pela Universidade de São Paulo, e professora associada do Departamento de Ciências Humanas e Educação e dos Programas de Pós-Graduação em Educação e em Estudos da Condição Humana da Universidade Federal de São Carlos. É coordenadora do grupo de pesquisa do CNPq “Gerações, percursos de vida e processos educativos”. E-mail: carla.corrochano@gmail.com.

NADYA ARAUJO GUIMARÃES, <https://orcid.org/0000-0002-6871-1920>, é doutora em Sociologia pela Universidad Nacional Autónoma de México, e professora titular sênior do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo, além de pesquisadora 1-A do CNPq associada ao Cebap (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento). E-mail: nadya@usp.br.

PATRICIA HILL COLLINS, <https://orcid.org/0000-0003-0009-736X>, é distinguished university professor of Sociology na University of Maryland, College Park. Possui o título de PhD em Sociologia pela Brandeis University. E-mail: collinph@umd.edu.



Interview with Patricia Hill Collins¹

By Nadya Araujo Guimarães (coordination)*

<https://orcid.org/0000-0002-6871-1920>

On October 29, 2019, a group of intellectuals met at the Sociology Department of USP, at the initiative of the *Tempo Social* editor, for an interview with Patricia Hill Collins, an internationally renowned American intellectual, who opened new perspectives for Black feminist thought, as a critical social theory. The departure point was Collins new book, entitled *Intersectionality as Critical Social Theory*, where she explores the parallels between the challenges faced by those activists-intellectuals who coined the notion of intersectionality, and the new challenges faced today. During the conversation, other themes emerged, exploring the author's research agenda and her previous books, as well as the current challenges for the studies on racial relations and for the anti-racist militance.

1. Transcription: Louisa Acciari (PhD LSE/UK, Research Fellow and Co-director of the Centre for Gender and Disastre, University College London, UCL/UK). We acknowledge the support of different institutions that allowed the academic visit of Patricia Hill Collins to Brazil in October 2019: the University of São Paulo/Faculty of Philosophy, Languages and Social Sciences, the Federal University of São Carlos/ Department of Human Sciences and Education, anped – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, sof – Sempre Viva Organização Feminista, Ação Educativa, Cebrap – Centro Brasileiro de Análise e Planejamento and Boitempo Editorial.

* Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.

Helena Hirata: *According to your approach, intersectionality is at the same time a “knowledge project” and a “political weapon” (Collins, 2015; Collins & Bilge, 2020). Does it mean, as the French researcher Amélie Le Renard (2018, p. 180) stresses, that intersectional approach is a useful analytical tool only when it comes to studying subaltern people? Is intersectionality valuable only for oppressed and dominated groups, and not useful in order to study the dominant groups? For example, how can we approach the case of Black professors, who are at the same time dominant by their social position and suffer race oppression (side by side with sex oppression, in the case of female professors)?*

Patricia Hill Collins: It is important to acknowledge that the framework of intersectionality was initially advanced by Black women, Latinas, poor people, and members of similarly subordinated groups. But in no ways does that mean that this framework is limited to the study of marginalized individuals or oppressed groups. One reason that intersectionality can be threatening to elite groups is that it conceptualizes domination and subordination as interconnected. Privileges of race, class, gender and sexuality and marginalization via those same categories are not discrete entities but reflect intersecting power relations where my privilege is intimately connected to your disadvantage and vice versa. Because this relational framework is intersectional, here is no place to hide. There is no such thing as a purely racial analysis or a purely gendered one. Instead, we are all situated within a web of relationships that simultaneously privilege and penalize us based on our social location.

Asking whether intersectionality speaks primarily or solely from the experiences of women of color, Black people, sexual minorities, poor people, young people and politically disenfranchised is part of a longstanding perspective that either see such knowledge as particularistic and not universal, or that sees such knowledge as useful only when it speaks to pre-existing elite concerns. This framework views the cultures and experiences of these groups as useful primarily when they provide data for theories advanced by elite groups or if the theories that they do advance can be contained to the particularities of subordination. Both assumptions leave domination and privilege undertheorized as well as the power hierarchies that uphold Western knowledge itself.

As I argue in *Intersectionality as Critical Social Theory (IACST)* (Collins 2019), intersectionality is not a field that aims to explain or sustain the social order but rather aims to criticize and change that order because racism, sexism and the like are fundamentally unjust. By claiming knowledge about but also produced by people on the bottom, intersectionality examines how particular experiences and the points of view that they engender provide multiple pathways to approach universal questions of equality and social justice. Obviously, not everyone has a vested interest in

changing the status quo. Questions as to whether intersectional analysis applies to privileged groups fundamentally asks intersectionality to prove itself by the very epistemological standards that catalysed it and that intersectionality sets out to criticize and dismantle. Perfectly reasonable scholars who are willing to stray from their areas of expertise to study difficult questions – for example, all the people who are devoted to analysing the works of a long-departed Shakespeare – seem incapable of making the effort to read the works of scholars who have contributed to intersectionality. Because they already believe that the works of Shakespeare are worthwhile, they struggle with the arcane language of Shakespeare’s English and take his ideas seriously. In contrast, the difficult questions that intersectionality raises for privileged scholars are often met with the response that such work is too difficult, too easy, or not worth the effort to try.

In chapter 4, “Intersectionality and epistemic resistance” (*LACST*, Collins 2019), I examine how intersectionality encourages us to challenge the existing power hierarchies that shape our very ability to do intellectual work. We can start with the multi-textured, particular experiences of a wide array of groups to analyse a common theme through a heterogenous lens. For example, individual identity for people using intersectional frameworks provides a starting place for analysis. But because intersectionality is always in motion, we all must move beyond the particulars of our own individual lives. Rather than drilling down into how the experiences of Black faculty with multiple identity categories might look (this question has been taken up by the group), I’d like to see new and similar questions: How can we approach the case of white male professors, who are at the same time dominant by their social position, yet who garner racial privilege? This question quickly identifies the multiple ways that white masculinity is structured across the same categories e.g., the gay white male professor, the upwardly mobile white male professor who remembers what it was like to be poor, the white male professor who suffered sexual assault as a boy, or the white male professor who remains haunted by his mother’s rape.

Intersectionality raises complex questions such as these, not as a banner to defend a retrograde identity politics (e.g., the troubling case of far-Right populism’s embrace of a romanticized identity politics of white masculinity), but rather as a way forward to examine the interconnected lives that we are actually living. Intersectionality points to the heterogeneity within any seemingly universal category. To me intersectionality as a field of inquiry and praxis needs to broaden its interpretive community, not by having subordinated groups carrying a begging bowl to prove themselves to more powerful social actors, but rather by building interpretive communities across differences in power. Whether intersectionality can successfully do this remains to be seen.

Maria Carla Corrochano: *As appears in many of your papers, the concept of intersectionality encompasses other inequalities than sex, race, and class. Could you tell us about the importance and the ways to include categories as age and generation into the intersectional analysis, especially considering the present context, clearly marked by relevant differences among generations?*

Patricia Hill Collins: I love this question because it speaks to my current project, namely, of how age as a category of analysis might help explain how and why young people resist oppression. *Black Feminist Thought* (BFT, Collins, [1990] 2000) is an extended analysis of Black women's resistant knowledge. More recently, I expand this argument in *LACST*'s chapter 3, "Intersectionality and resistant knowledge projects" (Collins, 2019). Currently, I am interested in how experiences that young people have at a crucial time in their lives shape their political consciousness. I am grounding my analysis in the lives of young Black people in the US and drawing upon intersectionality as an interpretive framework, with age as a central category of analysis. If anti-Black racism continues to take forms that are specific for Black youth, why would we assume that young Black men and women are unaware of the forms of racism targeted toward them? Why would we assume that young Black men and young Black women lack the capacity to understand and resist their own oppression?

I think that a strong case can be made that generational analysis plays an important part in shaping the political consciousness of young people (Mannheim, [1927/28] 1952). Conceptualizing age as a category of analysis, as opposed to defining age as a descriptive category for statistical purposes, points toward the utility of generational analysis as a way of thinking about age. How might age be an important category of analysis for intersectionality, and why it might be especially important now. Is age a system of power? And if it is a system of power, what kind of system of power is it? Grounding my work in the needs of a specific social group, in this case, Black youth in the US, highlights the significance for thinking more expansively about age and its relationship to intersectionality.

In this regard, distinctive generations of African American youth entered young adulthood during periods of political upheaval and those of seeming political quiescence. What are the political implications of living through a common set of political experiences when you are 10 years old, or 20 years old, or 50 years old? Take, for example, the massive changes of the past several years and their effects on us all: in the US, we're living through the effects of an eight-year Obama Presidency dedicated to inclusivity followed by four years by the subsequent president to undo Obama administration policies; a global health pandemic that has laid bare stark

racial inequalities within health; and the staying power and increasingly global contours of the “Black Lives Matter” movement as a response to social injustice. How have these events affected Black children, young adults, middle-aged people, and the Black elderly? A mono-categorical lens reduces complexity that elevates race as a master category of analysis. But what about age?

You raise the important question of how Black youth are situated within intergenerational Black activism. Intergenerational relationships among Black people in the US provide a rich terrain for examining political consciousness both *within* and *among* generations. I think that young Black people have long faced similar challenges that have taken different forms but that have remained constant over time. Differential policing of Black youth and the lack of concern for the lives of Black youth are not new issues. Far from it. Different generations experience that differently depending on where they are young, and young are targeted for these types of behaviors. What is the intergenerational wisdom or intergenerational knowledge for resisting such treatment? How is that knowledge shared, passed on and revitalized with each subsequent generation? I am currently grounding my focus on generational consciousness in the experiences of Black youth, being mindful to conceptualize Black youth through an intersectional framework. But I am especially interested in a broader set of issues around politics of generational consciousness that speak to the institutional mechanisms that different generations use to talk to one another about common issues.

Flavia Matheus Rios: *In the Preface you wrote for the Brazilian edition of your book Black feminist thought published by Boitempo (Collins, 2019a), you assumed that although your reflections were anchored solely on the experience of Black American women, the ideas contained therein could go beyond national. How is this possible? Do you think Black women from the North and the South of the Americas could share values and experiences?*

Patricia Hill Collins: I think that Black women in the North and in the South already share more than we know. What we need are dialogues across the national boundaries that separate us. When I wrote the first edition of *BFT* (Collins, [1990] 2000), I sensed that it was one partial perspective among many about what Black feminist thought was and could be. Even the term “Black feminist thought” was provisional, because I knew that you cannot settle on unified knowledge without a democratic, inclusive process of who gets to decide what counts as legitimated knowledge. I saw writing *BFT* as an epistemological challenge – its knowledge would be provisional until the interpretive community was expanded. A global

Black women's community is not just something to be discovered – rather such communities need to be constructed.

The current question is how to construct Black women's communities across national borders who engage in this collective project. The challenges that I faced in developing my understanding of Black women's experiences and ideas throughout the African Diaspora were particular to me but have general implications. When it came to learning about Black feminism in Brazil, the process was especially challenging. Because I could not read Portuguese, I had to rely on secondary sources about Black people in Brazil as well translations of primary sources that were written by Afro-Brazilian women. The gatekeeping was immense. So, I had to work around multiple gatekeeping practices that frame how we are encouraged to see one another across national settings.

I now have a more sophisticated understanding of media and academic gatekeeping practices in the US and in Brazil. Both say, *"because we control what counts as truth, here are our perceptions of Brazil that you must accept"*. When it comes to American media, American-centric coverage of all global events is paramount. Despite its size and global importance, the coverage of Brazil is uneven and skews toward topics of interest to elites. Historically, the academy has taken a similar track. Take, for example, the longevity of depictions of Brazil as racial democracy within race scholarship. Either Brazil has no race problem because it has no race, but only a national identity, or Brazil's elimination of racism through its racial democracy is a situation to be emulated by the US. Media and academic perceptions reinforce one another. For example, depictions of Carnival in Brazil routinely highlight it as a festival that celebrates Brazil's racial harmony. I questioned these gatekeeping practices because I had long suspected there was far more to Brazil and Black women in Brazil than scantily clad samba dancers. Travelling to Brazil, despite my Portuguese deficiencies, was one way that I could get other points of view. I cite my own difficulties because I had the time and resources to try. Many Black women throughout the Diaspora do not.

There is broad, young, vibrant energy among Black women in Brazil who are working for change in so many different locations. I have met numerous young Black Brazilian women intellectuals who are doing cutting-edge work, many under difficult situations. And their experiences were familiar to me. To me, the moment seems to be right to continue developing conversations across national borders among Black women in the North and in the South.

To clarify, when I wrote *Black feminist thought*, I never thought that the perspectives that I presented about US Black women were true for all Black women. I was well-aware of the bias in American media and in the US academy about Black women

in the African Diaspora but took a leap of faith in writing a book that others might find to be useful. And that is exactly what has happened. *BFT* is starting place for a discussion, and I welcome conversations that speak to the particularities of Black women's experiences within Brazil, South Africa, the UK and Canada, but that also strive to transcend national boundaries. I offer the ideas in *BFT* to the next generation of Black feminist intellectuals. They may choose to embrace the vocabulary and deepen its meaning. Or perhaps criticize it or change it. Regardless, it is there for them.

Edna Roland: *In your milestone book Black Feminist Thought, finally translated into Portuguese, you tell us how in the USA a thorough work of searching and collecting ideas and texts of African-American women has been done in order to question the negative images of Black womanhood and to reveal the rich Black women's intellectual tradition. In Brazil there is much still to be done regarding a similar search. However, we do rely on a rich African epistemology that came to us through the various religious traditions from West Africa, that offers us positive and strong feminine archetypes that take distance from the binary logic of good and bad indoctrinated by the Christian tradition. I wonder how much elements of the African epistemology have survived and been reshaped in the Black feminism developed in the USA.*

Patricia Hill Collins: I think there are more African retentions among African American women than we realize. Ironically, meeting Black women outside the US context sharpened my understanding of those retentions. It was as if Brazil, South Africa, Cuba, and Haiti held up a mirror to African American women to see African retentions. It is one thing to imagine those ties; it is another feel the connections. That is my short answer.

But making this case about how the ideas from a rich African epistemology permeate African American religious traditions has been a challenging intellectual project within the secular assumptions of the academy. Black women's behavior reflects the positive and strong feminine archetypes that you describe, but ironically, the hard work of excavating those African influences remains unfinished within Black feminism in the US. My sense is that investigating the richness and political significance of this cultural inheritance has been far more difficult in the US than in Brazil. Even though the African past is something that we all must imagine, those of us in the US and Brazil may imagine it quite differently through the distinctive national frameworks of our respective countries.

My initial use of the term *Afrocentrism* in the 1990 edition of *Black Feminist Thought* invoked this framework of how enslaved African people in the US drew

upon African epistemologies (Collins, [1990] 2000). My more contentious claim was the way in which these ideas were remade in the context of racial oppression was essential to Black survival. Yet that argument was difficult to get published within mainstream scholarship. Prior to writing *BFT*, I submitted an article to a prominent feminist journal where I argued that African American families and Black women's understanding of motherhood within them were a reaction to racism, but that African retentions of conceptions of Black womanhood might also be at work. My argument rested on the claim that Black women expressed agency that potentially demonstrated the importance of African epistemologies for surviving racism. I used the term "Afrocentric" to describe this line of thought. My paper was rejected. One reviewer suggested, to paraphrase, "*we are not convinced that there is such a thing as Afrocentrism. We don't believe African philosophical traditions exist, and if such traditions do exist, the author would need to prove to us that there were African continuities in the New World*". How was I prove that, given that Western religions, and popular culture all advanced the claim of Black inferiority? The reviewer had no problem arguing that contemporary Western society was connected somehow to an imagined Greece, skipping conveniently over 1500 years of European history, but wouldn't even entertain the thought that such ties could be accurate for a much shorter period of time (500 years). I could not win by submitting journal articles that argued this case. Instead, I decided to write books. The "Afrocentric feminist" worldview in *BFT* (1990) was the result.

We need serious study of how African epistemologies have informed continental African societies as well as the wide variations within Black Diasporic experiences. My sense is that Brazil has rich ties to this past through the legacies of Candomblé and quilombos, whereas the US has similar sensibilities but far less understanding of the significance of African ideas to our lived experiences. We do not know the names of anonymous African American women in the communities who were central to the construction and continuation of Black communities. There are good reasons for these differences. African American women have also had strong Black women archetypes that refute mainstream Western gender ideologies. Yet this archetype of the strong Black woman is the very one that has been attacked and stereotyped because it is powerful. When it comes to resisting oppression, having access to alternative ideas is vital. For African Americans, and for Black women who wish to deepen Black feminism, looking outside prevailing Western intellectual frameworks is essential.

Marcos Nobre: *My questions relate to your most recent book, Intersectionality as Critical Social Theory, and more specifically to intersectionality's horizon as a theory*

in the making and in its relation to other critical perspectives oriented by and to praxis (i.e., the theoretical status of intersectionality as critical social theory and its reach). In chapter 2 of the book you discuss theories that have some resemblance to your own in the sense that they are oriented by and to praxis...

Patricia Hill Collins: Not all of them!

Marcos Nobre: *Not all of them, you are right, I was just trying to introduce a question on the relation of your theory to those of the Critical Theory of the Frankfurt school.*

Patricia Hill Collins: Actually, the Frankfurt School rightfully claims the term “Critical Theory” and does incorporate praxis into their framework. My point is that attention to praxis also reappears across other mainstream traditions, for example, British Cultural Studies as well as in resistant knowledge traditions such as critical race theory, Black and Latina feminism, and decolonial studies. “Praxis” is one of those terms we need to unpack. My selection of critical theories was deliberate and spoke to this very point.

Marcos Nobre: *Different uses of critique, if I understand you correctly...*

Patricia Hill Collins: Yes.

Marcos Nobre: *At the same time, it seems to me that your proposal of intersectionality as a critical social theory aims at bringing together various uses of social critique. You also insist that it must be a critical social theory that is under construction, that is a theory in the making. My question is then: how would the core of such project look like if not a theoretical and practical space that could potentially embrace various critical practices in one single construction? This is another way of asking you about the reach of intersectionality. Would you say for instance that it would be like a common language for interdisciplinary collaboration, and in this sense, would it be comparable to the role played by the critique of political economy in Marxism?*

Patricia Hill Collins: When you suggest that intersectionality may be searching for a common language for interdisciplinary collaboration, I think you put your finger on one core aspiration of intersectionality. Relationality lies at the heart of intersectionality and of *LACST*. Intersectionality is broader than academic disciplines, because not all knowledge projects organize themselves in this way. In the book, I aimed to address the question “what is intersectionality?”. As an individual, I could

imagine what intersectionality is and might be, and that the solitary scholar model was certainly appealing at many points in my writing process. But I chose to map the field by examining how people used intersectionality. To hold up a mirror to the heterogeneous ideas and practices that accompany intersectionality, trying to map the varying ways people are using it.

The answer unfolded as I wrote. When I began, I thought of critical social theory more as finished system of ideas. There were some comforting moments when I could see the contours of my concepts and how they hung together. For example, when, in chapter 1, I finally was able to distinguish intersectionality's core concepts from its guiding principles, I envisioned it as a thing. To me, it was a critical social theory much like the Marxist critique of political economy, a philosophy where the relationship among ideas was the true test of the validity of the theory. There was no need to empirically verify intersectionality because it was not designed to predict anything. But the process of writing the book made this premature closure problematic. Over time, my growing sense of the distinctions between critical social *theory* and critical social *theorizing* emerged. My initial questions became more complex – “How do people who claim intersectionality understand it? How do these understandings shape their praxis? And how does this praxis shape understandings of intersectionality?”. It seemed that I was moving much closer to intersectionality as a *process* for doing critical work. Or as a methodology.

I entered this project with a social science understanding of methodology as a way of testing theoretical hypotheses. Yet my view of the relationship between theory and method changed dramatically over the course of the project. One pivotal moment occurred in New Zealand where I was speaking at a Cultural Studies Conference on capitalism. My host casually said to me: “... intersectionality, a theory? I thought it was a methodology”. It had never occurred to me that someone would be thinking about intersectionality so differently than me. I had a long flight back to the US to consider the implications of that seemingly small conversation. Did this mean that intersectionality as critical social theory emerged via its methodology, the process of doing intersectional work? If so, how might I conceptualize intersectionality as a process, an open-ended methodology that catalyzes a similarly open-ended critical social theory? How do you theorize knowing what the end looks like? Or even if there is an end? How do you know that you are doing a better job at developing intersectionality by how you are doing it? These core questions lie at the heart of intersectionality itself.

At this point, for me, praxis lies at the heart of critical discourse, or a critical view of the world, that is grounded in and responsive to a critical methodological praxis. Because intersectionality's content examines the connections among these systems

of power, its methodology or praxis must also attend to the power relations that produce its own knowledge. Theorizing about intersecting power relations requires developing new power relations within our methodologies to do so. Linda Tuhiwai Smith's framework for decolonizing methodology develops the kind of intellectual and political praxis needed for intersectionality (Smith, 1999).

Nadya Araujo Guimarães: *Perhaps we can change the sequence since it goes easy from Marcos' to my point, because I was also thinking about your most recent book, sorry!*

Patricia Hill Collins: Don't be sorry! I am honored that you are reading *Intersectionality as Critical Social Theory*, I really am. I received my copy of the book only two months ago and thought it was going to take much longer for it to circulate. Imagine my surprise when I arrived in Brazil and found people waiting for me with questions. I clearly underestimated the global reach of Kindle. Thus far, people in Israel, the UK, Spain, and other non-US countries have contacted me, sharing ideas about the book. This book was a labor of love. It took me years to conceptualize, research and write. It is very gratifying to know that people are reading it. Thank you!

Nadya Araujo Guimarães: *In the very beginning of the book your argument conducts the reader from the idea of intersectionality as a metaphor, (and then) as a research tool, (and then) as a paradigm. At first glance it looks as if there was a cumulative reason, since the approach becomes deeper, and (step by step) more profound. But soon we realize that it is not exactly like this. The metaphor entails a more profound reasoning, since it anticipates the heuristic value of the concept; and the paradigm is not a result, it's open-ended. Thus, my question is: you explore a threefold perspective on intersectionality – as a metaphor, as a heuristic, and as a paradigm. How those perspectives interrelate?*

Patricia Hill Collins: The first chapter is typically one of the hardest to write for any book and *LACST* was no exception. I appreciate your question because it acknowledges one of the epistemological risks that I took in this book, in this instance, to avoid framing intersectionality through a historical narrative of progress where we assume that current expressions of intersectionality are more advanced and therefore better than prior ones. Narrative traditions of storytelling often follow a seemingly meandering path, where the storyteller is pressured to "get to the point". Often frowned upon as circular reasoning, recursive arguments that cross through and double back through a common point, while not linear, may deepen an argument. Fortunately, I realized early on in writing *LACST* that I had to adhere to the linear conventions of Western social theory in writing *LACST* (but not in conceptualizing

its arguments) in order to ensure that the book would be recognized as theory. But I also followed a different process in presenting the book's analysis that modelled and did not contradict the books' main arguments. Basically, this tension of putting a recursive, evolving argument in a linear box strengthened the substance of its arguments.

In chapter 1, the connections among using intersectionality as a metaphor, heuristic device and as a paradigm are not linear. By treating relationality within intersectionality as additive, articulated and co-forming, I use a similar strategy in chapter 7. Both chapters implicitly upend the linear thinking that has been central to Western notions of progress that saturate Western social theory. Because they do not assume dominance, conceptualizing intersectionality as a metaphor, a heuristic device and as a paradigm, and conceptualizing relationality within intersectionality as additive, articulated and co-forming, provide a vocabulary for an inclusive conversation among social actors. Linear models exclude people – recursive models include. Both chapters resist efforts to use a theory/application binary that privileges seemingly more theoretical intersectional projects over more practical ones. For example, some writers contend that early intersectionality was additive, something that was corrected when intersectionality defined itself as inherently co-forming. If you read chapter 7 carefully, I reject that thesis that intersectionality is grounded in relations of co-formation simply because powerful social actors say it is. Instead, I support the idea that a wide array of social actors – Black women, poor white women, Latino, and queer people – working on intersectionality as a complex project from their social locations as intersections of race, class, gender, sexuality and nation “own” intersectionality.

Grounding intersectionality in a more participatory and democratic way of producing knowledge promises to enrich the field. When more people participate in an interpretive community, the questions are better, the interpretations are more incisive, and the reach into disparate interpretive and political communities is more expansive. This participatory process is especially important for intersectionality. Why would we use the same practices to produce intersectionality as a more effective social theory for maintaining social order? This endpoint is contradictory to its spirit. My goal was to provide a provisional common vocabulary (which people could then fight over) to ground conversations that would foster complexity within intersectionality. Traditional social theory, no matter how critical, rarely proceeds in this way.

Antonio Sergio Alfredo Guimarães: *My question has to do with anti-racist politics. You suggest that after WWII in Europe, scientific racism as mainstream science fell out*

offavor in academia. And even today most people do not accept that “race” was part of modernization and modernity. In many ways, they conceive anti-racism as a denial of race. They ignore the African American tradition that since the early 20th century reconstructs race in a much more positive way, as self-identity. This is the core of “critical race theory”, but people in Germany or France didn’t feel comfortable with critical race theory. Even today, most people, feminists for example, react better to intersectionality than to critical race theory. My question is, can intersectionality erect bridges between these different anti-racist traditions in Europe and America?

Patricia Hill Collins: When it comes to intersectionality and the politics of anti-racism, again, I find that focusing on a specific group of people and the challenges they face grounds critical racial analysis in important ways. If I grounded my analyses in the experiences of undocumented Latino/as in the US, I would deepen one lens on anti-racism and its connections to intersectionality. Wealthy Brazilians living in São Paulo might have a different angle of vision on these issues. For me, situating my work in African American political activism in response to anti-Black racism has been invaluable.

As I discuss in “Social blackness, honorary whiteness, and all points in between: color-blind racism as a system of power” (Collins, 2009, pp. 40-81), race and blackness are not the same thing. Black is a political category that may have been created in conjunction with slavery, colonialism, and Western discourse about the two, but it now has a life of its own. The revalorization of the term *Black* through Black consciousness movements in the US, South Africa, and Brazil among others, reclaims blackness as a political category (as opposed to a biological or cultural phenomenon), and valorizes Black identity as a *political* identity. The growing support for the Black Lives Matter movement among African Americans, especially Black youth, rests on a longstanding strategy of unapologetically claiming Blackness. This is neither a fleeting strategic political protest nor an identity moment that aims to restore self-esteem to a damaged Black psyche. It is fundamentally a political struggle that aims for racial justice.

When compared to the politics of anti-racism advanced by Black people, intersectionality can be simultaneously complicit with and rejecting of how racism has been organized, upheld, and resisted. Racism within different national traditions have their own patterns of anti-racism. Post-World War II traditions in Germany and in France, for example, both deny the reality of “race” but do so in response to their distinctive historical contexts. The national defeat and subsequent global censure of Germany’s racial policies during World War II ushered in a rejection of all things racial. This rejection in and of itself signaled Germany’s break with its racial past of

anti-Semitism and eugenics. In contrast, France never acknowledged the existence of “race” or racism in its colonies or within its national borders, instead choosing to deflect racism through a national identity of being “French”. The existence of racism and its centrality to colonialism were papered over in discourse where, because “race” was not real, neither was “racism”. The US followed a different path. Evidence for the reality of racism within US politics is widespread. Yet one outcome of the civil rights movement, and its seeming endpoint with the election of Barack Obama, was to convince the American public that racism was thing of the past. This deflection facilitated the emergence of a color-blind racism where, like its European counterparts, to speak of race was to cultivate racism.

Where does intersectionality fit into anti-racist discourse? On the one hand, intersectionality offers a big tent umbrella for a range of social justice projects, including anti-racism. On the other hand, definitions of race and racism within intersectionality can ironically weaken anti-racist politics. Because the term *race* circulates widely within intersectionality’s mantra “race, class and gender”, many people assume that if they use intersectionality, they are inherently advancing anti-racist politics. The term race may be mentioned within intersectional projects, yet a commitment to analyzing racism through intersectional lenses and to anti-racism as an important strategy can be minimized. Paying lip service to race within intersectionality may make race and racism more palatable for intersectionality’s practitioners, but it also sabotages the critical potential of a politics of anti-racism. That has been one of the criticisms of intersectionality, namely, that it provides a soothing replacement for more hard-hitting work on racism and anti-racism because so many other axes of power vie for attention.

But looking for anti-racism politics solely within the borders of intersectionality may be a failing strategy. Again, theorizing from the experiences of what people do may be helpful in pushing intersectionality forward. Participants in the Black Lives Matter movement and their allies who unapologetically claim the full humanity of Black people are raising new questions that foster a new politics of anti-racism (see e.g., Ransby, 2018). This generation has had access to critical race theory honed within the realities of African American intellectual traditions as well as a Black feminism that has been central to intersectionality’s development. This emerging sense of political Blackness, especially in response to the resurgence of a far-Right white identity politics, is informed by intersectionality. Understandably, Black women are quite central to this anti-racism that refuses to relinquish a focus on Blackness that is now understood through the lens of intersectionality. In their construction of blackness, Black women are not interested in reinstalling past anti-racist strategies where Black men become the face of Blackness or Black politics. This social

movement also advances a view of community as one grounded in participatory democracy, another ongoing theme of intersectional engagement. My sense is that many social movements where young people are prominently featured demonstrate some sort of engagement with intersectionality. The Black Lives Matter movement is not the endpoint but rather an entry point into an anti-racist politics that tests intersectionality by using it.

Alexandre Massella: *In your point of view, how can we carry out the academic debate on feminist epistemology among philosophers, since they seem resistant (prejudiced?) in accepting the contributions of this approach? Has academia developed a concept of knowledge, which comes from Black feminist thought?*

Patricia Hill Collins: I honestly do not know how widely Black feminist thought is read within mainstream philosophy. That is not my battle to fight and a new generation of Black and Latina philosophers are leading the way on this issue (Davidson, Gines & Marciano, 2010). But in considering how people might receive my intellectual work, I adhere to Frederick Douglass's observation that "power concedes nothing without a demand". Born into slavery, Douglass worked tirelessly for the abolition of slavery and then for citizenship rights for African American men and women. There are so many archetypes within Black politics of women and men who fought for changes that they never got to experience in their own lifetimes. Change rarely comes about solely through well-argued ideas within philosophical debates. The long arc of history toward social justice is rarely linear.

That said, there is much at stake in demanding change within Western philosophy, especially analytical philosophy. Philosophy lies at the heart of Western knowledge projects and change in the heart of Western knowledge ripples out throughout its disciplines. When feminist philosophers criticized philosophy from within the field, the effects of their efforts rippled out across the gender scholarship of multiple disciplines. My own work greatly benefited from the trailblazing work of Sandra Harding (1991), Iris Young (1990) and similar feminist philosophers who challenged epistemological frameworks that upheld patriarchy. They challenged the seeming universality of Western knowledge, pointing out how it made sense within assumptions of heteronormativity. They criticized how the very fundamentals of Western knowledge were not devoid of politics, but implicitly legitimated colonialism and imperialism. The issue was not to include Black feminist thought into pre-existing truths, but to broaden the terms of how truth is determined.

I build on these traditions in "Intersectionality and the question of freedom" (LACST, chapter 5) through a close reading of the work of Simone de Beauvoir (1948

[1977] and 1949 [2011]), a premier feminist philosopher whose work is being rediscovered by a new generation of philosophers. I respect Beauvoir's work and tried to provide a thorough and careful read of how her arguments about gender, along with race, class, sexuality, age, and ethnicity, shaped her analysis of freedom. I juxtapose Beauvoir's analyses with that of Pauli Murray (1987), a relatively unknown African American intellectual who engaged these same core categories of intersectionality, but who advanced quite different views about freedom (Bell-Scott, 2016). My goal was not to criticize Beauvoir to make room for my own arguments, but rather to engage her ideas as a way of pushing my own.

To return to your question, time may be better spent making the case for Black feminism by continuing ongoing dialogues among people who seek it out, than by trying to convince recalcitrant philosophers who remain lukewarm to its ideas. Institutional change takes time, but people who have marginalized within Western institutions will not wait forever. If power is not shared with those on the bottom, demands for change will persist. The concessions that may come in response to the demands of Black feminism and similar resistant knowledge projects remains to be seen.

Marcia Lima: *Both countries, the US and Brazil, have faced substantial violence against Black people, especially against Black men. I am trying to do an exercise using your powerful concept of 'controlling image', especially when we talk about social institutions that reproduce these images. I have two questions considering this. First, do you think this concept fits to understand the Black men's situation (dehumanization, objectification, and stereotypes about their violent behavior)? Second, do you consider the absence of a stronger debate on gender as relevant to think about Black men's situation, make that image more efficient especially in the case of violence. Do the Black intellectual men take a position as Black man? We do not talk about their gender...*

Patricia Hill Collins: I have examined this notion of controlling images in various places in my scholarship (see, e.g., Collins, 2018), including its application to Black masculinity. The idea of controlling images does apply to Black men. For example, *Black Sexual Politics* includes two chapters on gender and sexuality, one on Black masculinity and the other on Black femininity (Collins, 2004). Both chapters draw from this framework of controlling images to argue that the specific controlling images for each group underpin a Black gender ideology that differently subordinates Black men and Black women. Stated differently, the manipulation of gender and sexuality has been and remains fundamental to how racism is organized and operates. The controlling image of the strong black woman is tied to its counterpart,

the controlling image of the weak black man. These twinned controlling images permeate scholarship and public policy alike.

Your second question speaks to the centrality of violence within controlling images of both Black men and Black women. Violence has been central to the controlling images of black masculinity, one that emerges in the US context after slavery as the ‘violent black beast’ that could no longer be domesticated because he was no longer enslaved. This longstanding trope of Black men as inherently violent persists as a rationale for denying Black men citizenship rights and basic human respect. But when it comes to violence, how exactly do these images “control” Black men? How do controlling images of Black masculinity shape Black men’s understanding of the violence that they experience by state actors, that they target toward one another, and that they inflict on the girls and women in their lives?

Fundamentally, these and other controlling images work to mask forms of systemic violence that characterize intersecting power relations (Collins, 2018). It may be challenging to see how controlling images can be applied to an intersectional array of social identities, yet violence provides a window in a broader understanding of how controlling images are fundamental to power relations. For example, the controlling images that characterize heterosexual white masculinity, especially among middle-class white men, are uniformly positive. Yet this group is disproportionately responsible for forms of systemic violence that affect so many other groups. What role do controlling images play in incorporating white boys into their assigned places as white men? This is an important area of analysis. What kind of analysis do we get when Black men aim to fix the problems in Black communities by becoming more like white men?

Black women have long seen how the controlling images of Black femininity that reflect intersections of gender, race and sexuality have a powerful negative effect on Black women’s lives. But many discussions of gender-based violence against Black women either target broader social practices, for example, a rape culture whereby white men sexually assaulted Black women without impunity; or they downplay violence enabled by their domestic partners, sons, ministers and community members. The controlling image of the strong Black woman counsels Black women to overlook violence at the hands of Black men, all in the name of protecting them from racism. But is this enough? Or does this avoid the difficult question of how addressing violence requires examining how all parties deploy and are harmed by controlling images.

Helena Hirata: *Arlie Hochschild adjudicate to material causes the success of her concept of “emotional work” (Hochschild, 2017, p. 8). According to Hochschild, “the real cause*

of its success” relates to the “huge development” of the service sector. Is it possible to find a similar type of explanation for the success of the concept of “intersectionality”? In your point of view, what explains the large acceptance of this concept both in academy and in social movements?

Patricia Hill Collins: Arlie Hochschild’s analysis of emotional labor certainly influenced my work on service work as a site of intersecting power relations. The experiences of Black domestic workers working in private homes exemplify how white employers annexed the emotional labor of their employees. Despite claims that Black women were like “one of the family”, or perhaps because of it, Black women were routinely underpaid and exposed to sexual assault for the carework they performed in white homes. The controlling image of the smiling Mammy who always cares for her white children as if they were her own obscures how her Black children may be neglected because their mother must work. The mark of good service is the performance of care, namely, or performing emotions that convince her or his superior that s/he really loves them. But the emotional labor of carework also has a resistant streak built into it – the smile that disappears from the waitress’ face when a diner leaves a tiny tip, or the stories that Black domestic workers tell each other about their employers when they sit down in their own kitchens.

Hochschild’s study was ground-breaking because it situated emotional labor in the context of the burgeoning service sector. Her analysis of how flight attendants were trained identified how important performing convincing carework was to the service sector’s growth and profitability. This idea of emotional labor potentially travels well into colleges and universities because, as part of the service sector, as professors and graduate teaching assistants are increasingly expected to provide convincing performances of institutional carework. In this context, emotional labor takes on a special status, a point often noted by the women and people of color who do a disproportionate share of academic carework. What are the costs to those who perform emotional labor and who are routinely underpaid for performing it, to those who do that work? Within a capitalist exchange relationship, emotional labor and carework become commodities.

I find your question of how these ideas about emotional labor in the academy might help explain the ways in which intersectionality has been incorporated into the academy intriguing. Intersectionality is certainly noticed, talked about, and acknowledged. But whether this acknowledgement signals genuine acceptance is an entirely different issue. Is intersectionality’s seeming acceptance within neoliberal frameworks of academia due, in part, to its perceived value as carework within such institutions? In what ways, if any, might these invisible norms of carework influence

how discourses are received and circulated? Specifically, is intersectionality perceived to be a friendlier, more caring, and thereby less threatening critical project than seemingly more confrontational social theories such as feminism, critical race theory and Marxist social theory? Within the seemingly apolitical social theories in the academy, is intersectionality functioning as proxy for a more palatable multicultural discourse on difference?

Intersectionality might be the right discourse for the right time for the wrong reasons. Intersectionality has been incorporated, but on whose terms and toward what ends? It is important not to confuse visibility with acceptance. A short list of people may be associated with intersectionality, but how much have the ideas of the discourse been taken up by specialists within the fields of study as well as teachers and researchers across any given institution? My sense is that intersectionality is far less accepted in the academy than we think. Intersectionality may be visible in ways that are useful to the academy. Because it provides a big tent of inclusion whereby universities need not change in any substantive way, incorporating intersectionality helps institutional performances of carework.

When it comes to meeting universities' needs for emotional labor, intersectionality has been increasingly taken up by service sectors within universities, for example, student services, faculty recruitment, and the like. But *how* it has been taken up speaks to the theme of emotional labor. Take, for example, how the ideas of intersectionality have been watered down via the changing vocabulary applied to remedies for racial and gender injustice. Universities exercise cosmetic change, the attention to the mantra of diversity, equity, and inclusion, while avoiding any substantive institutional change. In other words, intersectionality is increasingly being recast as a discourse that helps in institutional carework, and the emotional labor that this entails, rather than as a field of study in its own right. Its use shifts from being analytical and critical to providing service. This was one of my main concerns in *IACST*, namely, how intersectionality can sharpen its analytical and critical possibilities in the context of a seemingly inclusive academy.

Flavia Matheus Rios: *Has the Latin American feminist thought been, in any extent, relevant for (or considered by) Black feminist thought in the US? Have you had any contact with the ideas of Black Latin American feminists?*

Patricia Hill Collins: My contacts with Black Latin American feminism are indirect, refracted through Chicana feminism, Puerto Rican feminism, Cuban-American feminism, and feminisms of Latinas in the US with distinctive ties to Latin America. These cross-border ties, and in the case of Puerto Rican women, internal colonial

relations, have been essential to the growth of ‘women of color’ feminism in the US as well as intersectionality. In intellectual work, there is a recognition that Latinas, Black women, and Afro Latinas, who by one count are 25 percent of Latinas in the US, bring distinctive perspectives to intersectional projects that stem from varying experiences with colonialism, slavery, indigeneity, and migration. Dialogues among women of color that are informed by Latina intellectuals and activists offer important perspectives on intersections of gender, sexuality, religion, and citizenship. For example, Gloria Anzaldúa’s work on borderland thinking and *mestiza* consciousness has provided a philosophical anchor for women of color feminism in the US (Anzaldúa, 1987). But this is not enough. Learning more about the specific feminisms within national countries in Latin America and how those feminisms influenced one another is essential.

Quite frankly, I wish I knew more about the relationship between Latin American feminist thought and US Black feminist thought. Black feminism is a collaborative, evolving project. These ties are there, but we need sustained, serious empirical work on the interconnections among variations of feminism. Because each of us is limited by what we know and can do, we have to rely on one another to provide missing pieces for our own questions. You do what you can, and then hope that others will help you. This is the collaborative promise of intersectionality. Recognizing that we each have partial perspectives on domination and resistance, rather than continuing to frame our questions through Western intellectual centers such as Western philosophy, marginalized groups should seek each other out to learn from each other.

Marcos Nobre: *I would be grateful if you could elaborate on the constellation of the notions of domination, resistance, and emancipation. I formulated my doubts on this matter in two intertwined questions. If I understood you correctly, the main normative point of the intersectional approach of your most recent book is that of “resistance”, which seems to me to be the notion that gives meaning to the “critical” that one can find in your project of a “critical social theory”. The first question would then be: is there a single conceptual counterpart for “resistance”, or many? And in the same direction, my second question is: what does one resist to? Domination? Capitalism?*

Patricia Hill Collins: I really appreciate this question because it goes to the heart of which terms best carry the substance of my arguments. I have argued with myself about each individual term as well as the connections among them. Examining the connections between resistance and intellectual work lies at the heart of my scholarship (see, e.g., *On intellectual activism*, Collins, 2012). But understanding how

I am conceptualizing resistance has been an ongoing concern for me. Resistance, both theorizing it and stimulating it, has been central to my scholarship. I need to know the specific ways that my conception of resistance informs my arguments about intersectionality as critical social theory. You ask, “would there be a single conceptual counterpart for ‘resistance,’ or many?” I am not yet sure, but I can say a bit about where I am now in thinking through resistance. Here, your two follow up questions are especially helpful. Let me take them in turn.

First, you ask, what is being resisted? The core task of *IACST* lay in engaging this question of resistance to what and the centrality of ideas to that resistance. For some time, I have aimed to craft a sense of political action that resides neither in the terrain of theory nor of practice. In other words, political resistance is more than ideas but is dependent on ideas. Intersectionality deepens understanding of resisting existing social injustices by how systems of power work. Capitalism, racism, colonialism, heteropatriarchy, nationalism, and similar systems of power can all be seen as systems of unjust power relations. The common feature here is that these are all systems whereby domination takes specific form both within each system as well as through their intersections. For example, domination can occur through intimate interpersonal relations, or it can animate large-scale warfare. Social injustices can be seen in everyday life, within groups, through the ways that organizations are constructed, the policies of social institutions as well as the discourses that defend these arrangements.

But conceptualizing resistance in this way continues to center analysis on oppression but not on resistance. One dimension of hegemonic power is that it routinely sets the terms of all debate, including the meaning of resistance. But what if we turned this relationship on its head? Perhaps we get the kind of social order and domination that we do now, not as a reflection of elite actions, but rather as the sedimented resistance to past domination. Ideas would be especially important in this view of resistance that normalizes resistance as part of everyday life. Specific resistance strategies are part of an ongoing, lifelong socialization that refuses to capitulate to the normality of oppression. I recognize the daunting nature of how intersecting power relations oppress, as well as the myriad ways that domination is organized from micro to macro levels of society. But I refuse to theorize power in such a way that it cannot be resisted or to theorize resistance in such a way that it is derivative of power. Because I reject the unstated assumption that has informed so much critical social theory that oppression is inevitable, my approach to conceptualizing resistance is not nihilistic. I become part of the problem if I produce critical social theory that has no implications for resistance in it. Stated differently, theorizing resistance not only animates my social theorizing as a goal, thinking about the

implications of my theorizing for praxis (resistance) also serves as a methodological check on my own process.

The second question is more difficult, because it requires both analysis and imagination. It is far easier to analyze what resistance is against than to imagine what resistance is for. What lies beyond resistance? How do you know when resistance is successful? Is resistance aiming for some higher goal that is theoretically possible yet politically impractical, e.g., emancipation, social justice, freedom? How will the world look different if resistance and the domination that it engenders, are not central to human behavior? Is this possible?

These may be broad existential questions, but they have had practical implications in that I knew that I could not dwell on theorizing resistance if I had a hope of finishing *LACST*. But this question of resistance remained as I finished the book, but I knew that I could not answer then. Now that *LACST* has been published, I hope to have a better sense of how to deepen the theme of resistance that you quite rightly point out is a core organizing principle of *LACST* as well as the corpus of my work to date. I still have no definitive answers, but I can share some intriguing scholarly directions concerning how people imagine freedom from domination. Analyzes of resistance where thinkers aim to step outside Western social theory in order to imagine new possibilities for knowledge/power relations are especially intriguing (see, e.g., *On decoloniality*, Mignolo and Walsh, 2018, or *Afrotopia*, Sarr, 2019). Let me briefly mention two. First, the renewed interest in speculative fiction, science fiction and Afrofuturism provide a fascinating glimpse of how Black intellectuals among others imagine life outside domination as a way of resisting it. This work plays with categories of time and space as a way both to criticize existing power relation and to imagine life beyond the here and now. Octavia E. Butler's novels anticipated contemporary concerns with resistance and freedom. Her classic work *Parable of the sower* not only provides a foundation for conceptualizing resistance but also offers an important genre for imaginative work (Butler, 1993).

Second, works by Indigenous scholars and activists across national settings provide by far the broadest and deepest literature for conceptualizing resistance. In addition to using a variety of strategies (fiction, memoir, analytical essay, historical studies, and social science analysis), the attentiveness to Indigenous knowledges and epistemologies is invaluable. I wish that I had had access to this literature when I was writing *LACST*. In chapter 7, I offer one small story from an indigenous group in Canada as an entry point into the vast literatures and experiences of indigenous peoples who existed outside Western epistemologies. These narrative traditions identify a richly textured epistemology that has core recurring themes but that cannot be frozen into the tenets of a dead epistemology. I am glad that I was able to acknowledge

the epistemological boundaries of rethinking of resistance from within Western epistemologies in *LACST*. But that is not enough. I plan on following these three lines of investigation as a way to sharpen my conception of resistance.

Nadya Araujo Guimarães: *Are the key “core constructs” you develop in the book (relationality, power, social inequality, social context, complexity, and social justice) a specific contribution coming from the intersectionality paradigm? How contemporary and classic social theory dialogue on this? Have you observed any process of cross-fertilization?*

*I have to confess that, at the time I was thinking about this question, my memories moved toward an interesting discovery I made last year, once I was tracing the impact in the US academy of a preeminent white Brazilian feminist, Heleieth Saffioti. In the late 1960s Saffioti wrote a book (*A mulher na sociedade de classes*), originally a thesis, which was seminal for the Brazilian Sociology (Saffioti, 1969). In this book she anticipated the argument of the multiple dimensions of power oppression, as simultaneously based on class, race and gender relations (of course, the word gender was not there!). Less than 10 years from its first Brazilian edition, in 1978, the book was published in English by the Monthly Review Press (Saffioti, 1978), with an introduction of Eleanor Leacock, a very known Marxist anthropologist, a white woman, very sensitive to the academic and political issues raised by feminist movement. While tracing the marks of the reception of Saffioti's ideas outside Brazil, it was a pleasure to realize that as the book came out in its English version, some interesting reviews appeared in relevant international journals. Nevertheless, I stumbled upon an unexpected book review, published in the American Journal of Sociology (AJS) much latter, in 2014, about twenty years after its English edition (Celarent, 2014). What a surprise! As all other Saffioti's reviewers, this one was also signed by a woman, Barbara Celarent, an author whose existence in the field of gender studies was unknown to me. To my surprise, a few months later, I discovered that this woman never existed. The real author was Andrew Abbott, a preeminent professor at the University of Chicago Sociology Department and former editor of AJS. From 2009 to 2015 he published thirty-five reviews stressing the relevance of some books, many of them (as Heleieth's) barely unknown (or maybe forgotten by) the contemporary global debate. Under the pseudonym of Barbara Celarent – a “Professor of Particularity at the University of Atlantis” as she is referred by the AJS (both, field and institution obviously inexistent), Abbott argued that it was time to force the debate on social theory to turn less Western than it has been, so we could reach a real global social theory (Abbott, 2016).*

Thus, when you referred to “particularities” 10 minutes ago, my memories flew toward Abbott's enterprise, and I find myself thinking again on why did he need to use a pseudonym. Besides, why Barbara Celarent, as a character, has been conceived as she

was? And over all why this large set of reviews only called the academic attention once published as a whole, in a book, co-signed/edited with a man, Andrew Abbott (Celarent & Abbott, 2016)? Why no one picked it up?!

This allows me to return to my point: in your new book, you are also dealing with a set of concepts which are crucial to the Western social theory; and you are also trying to rephrase, to integrate, to pack them as “core” categories for your perspective. Could you reflect a little more on this?

Patricia Hill Collins: I thought you were going to ask me something else, but now that you have described how Andrew Abbott – a prominent white male social theorist, published reviews of books that he wished to see reviewed in *AJS*, but that he himself wrote under pseudonym – I want to think about this case. I am speculating here (and I base my thoughts solely on your rendition of this case) what I know about *AJS*, a premier journal within American sociology that has had important influence on the field, as well as my working knowledge of Andrew Abbott’s scholarship. I taught Abbott’s book *Chaos of disciplines* (Abbott, 2010) in my graduate social theory course and found his book *Methods of discovery: Heuristics for the Social Sciences* (Abbott, 2004) useful for my argument about the heuristic use of intersectionality (see, *LACST*, chapter 1). Yet how do I make sense of the creation of Abbott/Celarent, a gendered hybrid identity whereby Abbott and Celarent exchange places as frontstage and backstage social actors?

A charitable read of Abbott/Celarent’s motives suggests that s/he quite rightly perceived that s/he could not find reviewers for texts such as Saffioti’s *Woman in class society* who were sufficiently qualified to meet his/her standards for rigorous *AJS* reviews. Perhaps s/he imagined that s/he was supporting scholars who were not-white, not-male, not-Western and not-privileged by promoting their books, through the anonymous backing of a powerful patron such as himself. Under this gendered scenario, Abbott can feel morally self-righteous, politically protected from criticism because he didn’t write the reviews, she did, while having a bit of fun through Celarent’s antics. However well-meaning that Abbott/Celarent may have been, this case provides a pristine example of how journal editors, funders and other gatekeepers can play inordinate behind the scene roles in shaping what counts as legitimate sociology.

Yet a less sanguine read of this pseudonym situation casts it as the worst kind of affirmative action, one that assumes that marginalized groups who do make it to the academy are less qualified, and therefore can only succeed if they form alliances with more powerful allies, typically prominent, senior, elite white men. As I discuss in “Intersectionality and epistemic resistance” (*LACST*, chapter 4), the chal-

lenge of building interpretive communities across differences of power *within* the academy, in this case, access to social theory, has epistemological dimensions that structure power relations. Abbot had choices other than becoming a ventriloquist manipulating an imagined Celarent dummy who spoke for him without assuming responsibility for his arguments – in this interview, I have to assume responsibility for my ideas because I am visible – or even to speak at all. For example, I wonder why Abbott failed to use the power of his position as editor of *AJS* to recruit and expand the pool of reviewers for the books that Celarent evaluated? This kind of anonymous manipulation of the rules themselves, even if done in the name of promoting “new” ideas, is controlled by elites who fundamentally massage the processes of knowledge-creation without being named as social actors. Contrast the editorial behavior of Abbott/Celarent with that of my colleague Margaret Andersen when she was editor of *Gender and Society*. Like Abbott/Celarent, she recognized the significance of new work by women, people of color and global gender scholars, and she aggressively recruited junior scholars to submit papers for a special edition on “Race, class, and gender”. Many of them would not have done so without a “call for papers” that they perceived as welcoming. The number of papers that arrived far exceeded the capacity of one special issue. Andersen’s decision has shaped the contours of that journal ever since. Abbot’s private joke of writing under a pseudonym that preserved his anonymity leaves a dubious legacy for sociological engagement and for *AJS*. In contrast, Andersen’s public position of supporting race, class and gender scholarship helped cultivate an interpretive community of race, class, gender scholars whose work continues to have a major impact on the field.

I remain committed to developing dialogues between scholars of contemporary social theory, classical social theory, and critical social theory. Yet stories such as the Abbott/Celarent case make me wary of how realistic processes of cross-fertilization can be if they fail to pay serious attention to the politics of knowledge construction within social theory writ large. My chapter on “Intersectionality and resistant knowledge projects” aims to broaden the framework of who produces new ideas and how they might emerge from resistance (*LACST*, chapter 3). How can resistant knowledge projects such as Black feminism be effective if they remain entangled in structures of knowledge legitimation such as those suggested by the Abbott/Celarent case? At least we know about this one. But, when it comes to intersectionality, how many backstage, anonymous actions aim to sabotage this resistant knowledge project, all the while claiming to uphold its core principles?

This brings me to the other part of your question. In what ways, if any, can these core principles of relationality, power, social inequality, social context, complexity, and social justice that I propose work as a basic vocabulary for dialogue? Do they

help in cross-fertilization, or do they obscure the tough issues because this seemingly shared language suggests that we understand these terms in the same way? I settled on these terms precisely because they are *both* familiar within classical, contemporary, and critical social theory *and* also travel across and beyond these venues. Significantly, social actors in non-academic venues also carry other understandings of these terms, sometimes in layperson's language as well as meanings offered by the specialty language of practitioners.

I recognize the limitations of using these concepts, but I also recognize the core theoretical challenge of how to make our ideas clear when we use them. Ideas may be perfectly clear in your own mind or in conversations among a group of like-minded individuals. But conversations across differences of power such as those of race, class, gender, sexuality, age, and citizenship typically reveal the limitations of our own seemingly self-evident explanations of the social world. To me, the meaning of each concept is always under construction through dialogue (see, e.g., my earlier comments about intersectionality as a methodology). Social theory offers a provisional understanding of a concept, but the meaning of a concept lies in its use. One caveat – the kinds of dialogues that yield the strongest critical thinking are rarely conflict free.

In writing *Intersectionality as Critical Social Theory*, I had a series of imaginary conversations with the fields most prominent in advancing a particular concept. For example, many of intersectionality's practitioners are committed to social justice, a concept with a broad literature within human rights and civil rights law as well as philosophy. There is no one settled definition of social justice. Significantly, many intersectional practitioners assume that others share their often idiosyncratic definitions of social justice and are equally committed to it. But as I discuss in "Intersectionality without social justice?" (*LACST*, chapter 8), any understanding of social justice for intersectionality must be constructed and not assumed. Relationality as a concept carries a similar challenge of its growing popularity within Western fields of study. But is relationality increasingly becoming a placeholder term that fosters style without substance? Is it doomed to be drained of its critical potential? The chapter "Relationality within intersectionality" (*LACST*, chapter 7) was one of the most difficult for me to write, because the term relationality is so widely used both inside and outside intersectionality.

Antonio Sergio Alfredo Guimãaes: *The mestizo in Latin America was imagined by our intellectual elites as a fusion of three races, a meta-race that would finally surpass the colonial categories of racial subordination and the myth of white superiority. We have seen this construction lately rejected by Black Brazilian intellectuals – such as*

Guerreiro Ramos, Abdias do Nascimento, Lélia Gonzalez, and others – because they realized mestizaje was a way of obscuring the existent racism against Blacks and African descendants. Recently, anthropologists such as Kelly Luciani (2016) have demonstrated the existence of an anti-mestizo stance among the subaltern racialized mestizos: far from imagining themselves as a fusion, these mestizos believe they have different races within themselves, which enables them to transit across different racial worlds.

And today in Brazil there is a discussion of who can benefit from the quotas, there is an argument that people are frauding the process, and there is another argument that says no, some of them are sincere, they can probably believe they merit the quota because they also suffered some kind of discrimination. How do you see the unfolding of this process? In the US differently, you have an idea of passing which is always fraudulent. But here sometimes people think there is some room for moving between categories. You remember Carl Degler (1971) when he wrote on Brazil, he said Brazilian's mulato was absorbed by the dominant and white classes, and that Blacks were lacking of leadership in Brazil was because of mestizo's cooptation.

My question is then: How do these two imagined mestizaje affect your way of thinking about race in Latin America?

Patricia Hill Collins: I have a working knowledge of *mestizaje* in Latin America, but I am not an expert. Given this, the best way that I can approach your question is to extrapolate from US race relations for points of contact and divergence between Brazil and the US. Both systems have tried to reconcile the flaws in their democracies by explaining intersections of racism and nationalism in their understandings of national identity. In Brazil, *mestizaje* offers an imagined national identity whereby loyalty to the Brazilian nation minimizes if not erases racial differences. This philosophy of racial democracy erases racism by ignoring the reality of racial hierarchy. As you point out, this meta-race – that ostensibly moved beyond the colonial categories of racial subordination and the myth of white superiority – was incorporated into racial democracy and its need for the construct of *mestizaje*. In contrast, imagined national identity in the US collapses national identity with whiteness, a form of ethnic nationalism. This ethnic nationalism influences the official policies of racial integration and multiculturalism whereby US democracy aims for inclusion.

Black people in the Brazil and US have criticized how these respective versions of national identity uphold white supremacy. For Brazil, the organizational challenge was to create consciousness among Black subjects that their Blackness or race was fundamental to their social status and treatment. Anti-Black racism seemingly did not exist in Brazil because the erasure of Blackness by the construct of *mestizaje* also erased a language for criticizing racial inequalities in jobs, housing, education,

and health. Black people in the US confronted a racial apartheid version of racism that was grounded in strict separation of races, using biological criteria such as the “one drop rule”. This system grudgingly gave way to a vision of multiculturalism, one whereby when the barriers to African American assimilation were removed, Black people would be free to contribute to a multicultural America. In essence, the goal of multiculturalism was to become a melting pot that was a pathway to colorblind society. Ironically, this multicultural melting pot resembled Brazil’s *mestizaje*. Both offer an idealized form of racial democracy that rests on a colorblind racism that produce important racial disparities yet that do not rely on official racial categories to do so.

This second imagined understanding of *mestizaje* is a bit more difficult for me to unpack. You identify “subaltern racialized *mestizos*” as advancing an “anti-*mestizo* stance ... which enables them to transit across different racial worlds”. Believing that they have different races within themselves, they reject the notion of fusion, e.g., melting-pot concept of *mestizaje* in favor of a multi-cultural understanding of *mestizaje*. Who are these people and where do they fit within Brazil’s racial history? The term “subaltern” can obscure more than it reveals. When plucked from its Indian context of a finely tuned, intergenerational caste system, I wonder which ideas travel and which don’t in relation to the Brazilian context? What are the ties of this segment of “racialized *mestizos*”? The US counterpart would be biracial or mixed-race individuals who only recently have organized as mixed-race people. This group finds itself in-between white and black, a liminal space that does make sense in the context of US racial history. Because I remain unsure about the details of this group for Brazil, I will reserve comment for a future conversation.

To me, these debates speak to the complexities of trying to remedy the ongoing effects of systemic racism that replicate disadvantage without anyone taking responsibility for doing so now. This is the beauty of Eduardo Bonilla-Silva’s (2003) construct of “racism without racists”, namely, a system of colorblind racism where Black people can be hyper visible as subjects, yet where the structural dimensions of how social institutions reproduce white privilege and black disadvantage remain invisible to white people. Imperfect public policies aim to redress past harms and their continuing effects, yet they have an uphill battle in the face of well-meaning white people who simply refuse to believe that racism is real. Affirmative action is one policy among many that aims to redress past wrongs. “Subaltern racialized *mestizos*” and “mixed race individuals” will certainly be part of this effort to redress racism. But can they offer the kind of leadership around these issues in this new era of racial conflict? Certainly not by themselves. They will need allies. But the moment for a new leadership class of people who see themselves as able to negotiate

the often-competing demands of racially disparate groups may have passed. In the midst of an ongoing Black Lives Matter Movement, we will just have to wait and see.

Edna Roland: *I wonder if you have had any contact with the African feminism?*

Patricia Hill Collins: Not as much as I would like. I certainly have had substantive conversations with individual African feminists, but I have not systematically studied African feminism. Because the term itself is so broad, it is important for build an African feminism that speaks to the needs of women in continental Africa. My sense is that African feminists are working within specific national contexts that in turn put them in a position for dialogues that address the specific needs of women within and among the 54 sovereign African countries of continental Africa. I include a provisional discussion of African feminism in *BFT* (1990) that reflects the concerns of African feminists to analyze Western gender discourse. Those debates have only deepened and have been expanded to encompass broader questions of decoloniality. Ugandan sociologist Sylvia Tamale's (2020) book on *Decolonization and Afro-Feminism* breaks new ground in this regard within African feminism. Broadening this lens to encompass women in the African Diaspora and their relations with Black feminism adds additional layers of complexity and possibility.

My focus over the past several years has been Black feminism in Brazil, an important site of African Diasporic Feminism that, because it does not originate in the US offers important anchor for Black Diasporic feminism. Brazil provides an important touchstone between African feminism and Black feminism in the US. For me, Black feminism in Brazil is a project that has an energy that draws from its African heritage but reflects the necessity of resisting oppression. As long as the needs of Black women in Brazil remain unmet, the need for Black feminism will persist. I have been fortunate enough to spend time with an amazing array of Black women in Brazil who unapologetically claim blackness and feminism. Moreover, the scope of Black feminism to reach across boundaries of higher education, public policy, the arts, and grassroots activism is impressive. There is an intellectual synergy and energy here that is lacking in the US. This is kind of commitment that I alluded to earlier, and it is deeply organized across venues but also among generations. As long as the needs of Black women in Brazil remain unmet, the need for Black feminism will persist.

When it comes to my direct ties with African feminism, I have continued to try to learn as much as I could through published work by African feminists, but I would not say that I have cultivated the kind of social network with African feminists as I have been able to do here in Brazil. But I am working on it.

Edna Roland: *Some information in Angola, of very young feminists' women, very interesting how they are discussing issues of patriarchy there, it's very very interesting, the questions they are raising, the situation of women...*

Patricia Hill Collins: I appreciate your comments about young women and feminist activism in continental Africa. To be frank, my focus on Brazil has heightened my awareness of African feminism, especially in the Portuguese diaspora. In November 2018, I attended the international meeting on women and feminism (Nós Tantas Outras) that was organized by SESC São Paulo. It was refreshing to attend an event in the Global South that was organized by and that occurred outside US feminist venues. Instead of meeting on a university campus or at an upscale hotel, our sessions were held at various SESC locations. We spent considerable time in the van, travelling to conference venues and discussing our respective projects in the arts, activism, the academy, and public policy. I was especially intrigued by my informal conversations with women who had travelled from Mozambique and Guinea-Bissau. The growth of feminism among young women was not a featured theme on the conference agenda, but it stimulated some fascinating van talk and informal conversation. Many of the attendees described the emergence of feminism among young women and the different ways that young women were finding to frame this feminist message across quite different cultures. For example, one woman presented how young women in China protested against street harassment not through marches, petitions, and demonstrations, but through the creative use of silent street theater. Without using words, they communicated a message that condemned street harassment in ways that made it difficult for officials to suppress. In our conversations, we shared how girls and young women are coming up with creative responses to the things that are affecting their lives. We all needed to hear from one another. I am so grateful that I was able to attend that meeting and I thank you for your invitation to this interview.

References

- ABBOTT, Andrew. (2010), *Chaos of disciplines*. Chicago, University of Chicago Press.
- ABBOTT, Andrew. (2004), *Methods of discovery: Heuristics for the Social Sciences*. New York, W. W. Norton & Company.
- ABBOTT, Andrew. (2016), "Preface". In: CELARENT, Barbara & ABBOTT, Andrew. *Varieties of social imagination*. Chicago and London, The University of Chicago Press, pp. IX-XI.
- ANZALDÚA, Gloria E. (1987), *Borderlands/La frontera: The new mestiza*. San Francisco, Aunt Lute Books.

- BEAUVOIR, Simone de. ([1948] 1977), *Ethics of ambiguity*. New York, Citadel Press.
- BEAUVOIR, Simone de. ([1949] 2011), *The second sexe*. New York, Vintage.
- BELL-SCOTT, Patricia. (2016), *The firebrand and the first lady: Portrait of a friendship*. New York, Vintage.
- BONILLA-SILVA, Eduardo. (2003), *Racism without racists: Color-Blind racism and the persistence of racial inequality in the United States*. New York, Rowman & Littlefield Publishers. 2003
- BUTLER, Octavia E. (1993), *Parable of the sower*. New York, Grand Central Publishing.
- CELARENT, Barbara. (May 2014), “*Women in class society* by Heleieth I. B. Saffioti”. *American Journal of Sociology*, 119 (6): 1821-1827.
- CELARENT, Barbara & ABBOTT, Andrew. (2016), *Varieties of social imagination*. Chicago and London, The University of Chicago Press.
- COLLINS, Patricia Hill. (2009), *Another kind of public education: race, schools, the media, and democratic possibilities* Boston, Beacon Press.
- COLLINS, Patricia Hill. ([1990] 2000), *Black feminist thought: Knowledge, consciousness, and the politics of empowerment*. New York, Routledge.
- COLLINS, Patricia Hill. (2004), *Black sexual politics: African Americans, gender, and the New Racism*. New York, Routledge.
- COLLINS, Patricia Hill. (2018), “Controlling images”. In: WEISS, G.; MURPHY, A. & SALAMON, G. (eds.). *50 concepts for a critical phenomenology*. Northwestern University Press.
- COLLINS, Patricia Hill. (1998), *Fighting words: Black women and the search for justice*. Minneapolis, University of Minnesota Press.
- COLLINS, Patricia Hill. (2019), *Intersectionality as Critical Social Theory*. Durham, NC, Duke University Press.
- COLLINS, Patricia Hill. (August 2015), “Intersectionality’s definitional dilemmas”. *Annual Review of Sociology*, 41: 1-20.
- COLLINS, Patricia Hill. (2012), *On intellectual activism*. Philadelphia, PA, Temple University Press.
- COLLINS, Patricia Hill. (2019a), “Prefácio à edição brasileira”. In: *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. Translated from English into Portuguese by Jamille Pinheiro Dias. São Paulo, Boitempo Editorial, pp. 11-14.
- COLLINS, Patricia Hill & BILGE, Sirma. ([2016] 2020), *Intersectionality*, 2nd Ed. Cambridge, UK, Polity.
- DAVIDSON, Maria Del Guadalupe; GINES, Kathryn T. & MARCANO, Donna-Dale L. (eds.). (2010), *Convergences: Black feminism and continental philosophy*. Albany, State University of New York Press.
- DEGLER, Carl. (1971), *Neither black nor white: Slavery and race relations in Brazil and the United States*. Madison, University of Wisconsin Press.

- HARDING, Sandra. (1991), *Whose science? Whose knowledge? Thinking from women's lives*. Ithaca, NY, Cornell University Press, 1991.
- HOCHSCHILD, Arlie Russell. (2017), *Le prix des sentiments. Au cœur du travail émotionnel*. Paris, La Découverte.
- LE RENARD, Amélie. (2018), "Travail et genre: approches intersectionnelles et postcoloniales". In: MARUANI, M. (ed.). *Je travaille, donc je suis. Perspectives féministes*. Paris, La Découverte, 2018, pp. 177-185.
- LUCIANI, José Antonio Kelly. (2016), *Sobre a antimestificação*. Florianópolis, Cultura e Barbárie.
- MANNHEIM, Karl. (1952), "The problem of generations" [1927/28]. In: KECSKEMETI, P. (ed.). *Karl Mannheim: Essays*. New York, Routledge, pp. 276-322.
- MIGNOLO, Walter D. & WALSH, Catherine E. (2018), *On decoloniality: Concepts, analytics, praxis*. Durham, NC, Duke University Press.
- MURRAY, Pauli. (1987). *Song in a weary throat*. New York, Harper and Row.
- RANSBY, Barbara. (2018), *Making All Black Lives Matter: Reimagining Freedom in the 21st Century*. Oakland, CA, University of California Press.
- SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. (1969), *A mulher na sociedade de classes. Mito e realidade*. São Paulo, Livraria Quatro Artes Editora.
- SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. (1978), *Women in class society*. Translated from Portuguese into English by Michael Vale. New York and London, Monthly Review Press, 1978.
- SARR, Felwine. (2019), *Afrotopia*. Minneapolis, Mn, University of Minneapolis Press.
- SMITH, Linda Tuhiwai. (1999), *Decolonizing Methodologies: Research and Indigenous Peoples*. London, Zed Books.
- TAMALE, Sylvia. (2020), *Decolonization and afro-feminism*. Ottawa Canada, Daraja Press.
- YOUNG, Iris. (1990), *Justice and the politics of difference*. Princeton, Princeton University Press.

Keywords: Intersectionality; Racism; Social theory; Inequalities.

Received: August 31, 2020; Accepted: September 11, 2020.

DOI: 10.11606/0103-2070.ts.2021.174340.

ALEXANDRE MASSELLA, <http://orcid.org/0000-0001-7876-0235>, is a professor in the Department of Sociology at the University of São Paulo, editor of *Tempo Social*, and holds a PhD in Sociology from the University of São Paulo. E-mail: massella@usp.br.

ANTONIO SÉRGIO ALFREDO GUIMARÃES, <https://orcid.org/0000-0002-4468-6089>, is a senior professor in the Department of Sociology at the University of São Paulo, a CNPq researcher associated with Cebap, the A Cor da Bahia Program – UFBA, and LLILAS Visitor (2020-2021) at

the University of Texas – Austin. He holds a PhD in Sociology from the University of Wisconsin, Madison. E-mail: antonio.sergio@usp.br

EDNA MARIA SANTOS ROLAND, <https://orcid.org/0000-0002-7774-6594>, holds a Bachelor Degree in Psychology and Psychologist from the Federal University of Minas Gerais, is coordinator of the United Nations Independent Eminent Experts Group for the Durban Declaration and Program of Action, and founder of “Fala Preta! Black Women Organization”. E-mail: ednaroland@yahoo.com.br.

FLAVIA MATHEUS RIOS, <https://orcid.org/0000-0001-9864-0644>, is a professor at Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, and holds a PhD in Sociology from the University of São Paulo. E-mail: flaviamrios@yahoo.com.br.

HELENA HIRATA, <https://orcid.org/0000-0002-0341-4124>, holds a PhD from Université Paris 8, Vincennes Saint-Denis and is an emerita research director at the National Center for Scientific Research (CNRS), France. She is also an associate researcher at the University of São Paulo, Department of Sociology. E-mail: helen.hirata@cnrs.fr.

MÁRCIA LIMA, <https://orcid.org/0000-0003-2923-8445>, is a professor at the University of São Paulo, Department of Sociology. She holds a PhD in Sociology from the Federal University of Rio de Janeiro. She is a researcher at the Brazilian Center for Analysis and Planning (Cebap), where she coordinates the Afro – Research Core on Race, Gender, and Racial Justice. E-mail: mr-lima@usp.br.

MARCOS NOBRE, <https://orcid.org/0000-0001-6377-0668>, is professor for Philosophy at the University of Campinas (Unicamp), president of the Brazilian Center of Analysis and Planning (Cebap), and co-speaker of the Maria Sibylla Merian Centre Conviviality-Inequality in Latin America (Mecila). E-mail: nobre@unicamp.br.

MARIA CARLA CORROCHANO, <https://orcid.org/0000-0001-8030-6461>, is an associated professor at the Federal University of São Carlos, Department of Human Sciences and Education, coordinating the CNPq research group “Generations, life paths and educational processes”. She holds a PhD in Education from University of São Paulo. E-mail: carla.corrochano@gmail.com.

NADYA ARAUJO GUIMARÃES, <https://orcid.org/0000-0002-6871-1920>, is a senior professor at the University of São Paulo, Department of Sociology and CNPq senior researcher at the Brazilian Center for Analysis and Planning, Cebap. She holds a PhD in Sociology from Universidad Nacional Autónoma de México. E-mail: nadya@usp.br.

PATRICIA HILL COLLINS, <https://orcid.org/0000-0003-0009-736X>, is a distinguished university professor of Sociology at the University of Maryland, College Park. She holds a PhD in Sociology from Brandeis University. E-mail: collinph@umd.edu.



Peregrinações de um sociólogo caipira

Entrevista com Sedi Hirano¹

Por Deni Alfaro Rubbo*

<https://orcid.org/0000-0001-9150-6565>

Por Fábio Akira Shishito**

<https://orcid.org/0000-0002-0821-2281>

Professor emérito do Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo (USP), Sedi Hirano faz parte de uma geração de cientistas sociais uspianos cuja formação intelectual entrelaçou fortemente método, teoria e empiria – o que constitui um traço característico e um *ethos* dos sociólogos dessa geração. Marcado pela influência de seus grandes mestres, com destaque para Florestan Fernandes e Octavio Ianni (e também Fernando Henrique Cardoso, Luiz Pereira e Aziz Simão, entre outros intelectuais), o sociólogo tem uma vasta carreira acadêmica que já ultrapassa meio século, envolvendo a dedicação à docência, à pesquisa e às atividades administrativas, incluindo um período como coordenador da Pós-Graduação em Sociologia, diretor da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) e Pró-Reitor de Cultura e Extensão da USP. Suas contribuições intelectuais e institucionais para a história da FFLCH e, em especial, para o Departamento de Sociologia da USP são indeléveis.

Em dezembro de 2018, Sedi Hirano recebeu-nos para uma conversa de aproximadamente seis horas de duração, realizada em dois encontros, em sua sala na FFLCH-USP – espaço que ele chegou a dividir, por um breve período, com Octavio Ianni, antes de esse professor, que havia sido cassado em 1969, passar a compor o corpo

1. Agradecemos a Tatina Lotierzo a ótima revisão deste trabalho, tornando-o mais legível e fluido. Como é de praxe, as eventuais inconsistências são de nossa responsabilidade.

* Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Mato Grosso do Sul, Brasil.

** Instituto Federal de São Paulo, São Paulo, Brasil.

docente da Unicamp. A entrevista suscitou em nós uma série de impressões: Sedi mostrou-se um intelectual atencioso e acessível, orgulhoso de sua origem humilde – um “caipira”, como ele se define –, contador de histórias e anedotas, temperado com um especial senso de humor, entre outras qualidades. Referimo-nos ao entrevistado como “senhor”, “professor” e também “você”, simplesmente. Como era de se esperar, assuntos não faltaram: o entrevistado contou-nos sua história de vida e familiar e falou sobre a trajetória acadêmica; a formação intelectual; seus mestres na Sociologia da USP; as transformações da Sociologia ao longo das últimas décadas; suas linhas de pesquisa, transitando entre a Sociologia do Desenvolvimento e a Sociologia das Imigrações; sua produção intelectual – especialmente, os trabalhos seminais *Castas, estamentos e classes sociais* (1973) e *Formação do Brasil colonial* (1988); sua carreira administrativa e sua experiência profissional internacional.

Por tudo isso, a entrevista apresenta uma contribuição para a História das Ciências Sociais e para Sociologia dos Intelectuais do Brasil. Revisitar a trajetória de Sedi é também mergulhar nas (des)aventuras da Sociologia brasileira, especialmente a da USP, cuja importância é mais do que conhecida e reconhecida. A entrevista que apresentamos é uma versão condensada dessa longa prosa. Fizemos cortes, ora bruscos, ora pontuais, principalmente em algumas histórias que ainda merecem um esforço de aprofundamento futuro. De todo modo, o processo de enxugar o trabalho não representou prejuízos ao leitor, que desfrutará dos momentos essenciais da trajetória intelectual de Sedi Hirano, um “sociólogo caipira” que se tornou um dos intelectuais mais importantes de sua geração.

Nossa primeira pergunta é sobre a história de sua família e sua infância. Professor, vocês moravam no bairro de Itaquera (São Paulo), no final dos anos 1940. Como era a obtenção da renda da sua família?

Sedi Hirano (SH): Antes de Itaquera, morei por um curto período de tempo, de quase um ano, no Jardim Europa, bairro nobre da capital. Minha mãe tinha arrendado um pedaço de terra em São Miguel Arcanjo, no interior de São Paulo, e a gente morava em um bairro caipira. Ela plantava tomate e, naquele ano, uma geada prejudicou todos os sítios, menos o sítio dela. Havia um intermediário japonês que comprava os produtos que minha mãe produzia e despachava para São Paulo. E como o preço do tomate subiu bastante e minha mãe teve uma safra produtiva, ela ganhou um dinheiro. Esse intermediário convidou minha família para ir aos Jardins, onde ele morava – o atravessador sempre mora bem, não é...? [risos] Ele propôs ao meu pai montar uma fábrica de bonecas, porque o meu pai era muito habilidoso, tinha

grande habilidade artesanal. Então, meu pai fez os moldes da boneca e montou uma fábrica. O que mais me impressionou é que eu vim de um bairro caipira e, de repente, estava nos Jardins e numa escola privada, onde estudavam jovens de classe média alta, bem postadas. E nessa escola havia danças no intervalo. Eu tinha que dançar com aquelas mocinhas, muito limpas, muito bonitas, muito bem vestidas. Para elas deve ter sido um sacrifício – dançar com um caipira que veio do interior, descendente de japoneses – quando o japonês não era muito bem visto, porque isso foi logo depois da Segunda Guerra.

Foi no final dos anos 1940?

SH: Sim. O dono da casa, que era sócio do meu pai, disse que a fábrica não estava dando certo e falou para a gente sair de lá. Fomos para o bairro de Itaquera, e o meu pai, para sobreviver, começou a trabalhar como servente de pedreiro. Minha mãe não só ajudava em casa, como também fazia coxinhas, que entregava em alguns bares para os donos venderem, e assim por diante. Então, como meu pai tinha muita habilidade, começou a carreira como servente de pedreiro e quase imediatamente virou pedreiro. Depois, tornou-se empreiteiro de obras e passou a construir e reformar casas nos Jardins. Ele percebeu que lá havia muitas casas bem construídas, mas que precisavam de pintura, de reforma, e assim foi. Eu tenho a impressão de que, como meu pai aprendeu a ser pedreiro e empreiteiro e nessas casas tinha muita sucata e entulhos que sobravam após a demolição, ele e minha mãe compraram um terreno e usaram esses entulhos para construir sua casa em Itaquera.

Quantos irmãos vocês eram?

SH: Seis. Eu sou o segundo. Tinha um irmão mais velho. Éramos quatro irmãos e duas irmãs. A gente tentava sobreviver, mas esse tipo de vida e esse tipo de carreira marcaram minha formação. Ainda estudante, quando me formei no curso primário, eu e meu irmão precisávamos passar para o ginásio. Lembro-me de que a minha mãe contratou uma professora de português de Itaquera para nos ensinar não só o português, mas tudo o que eu tinha que dominar para passar no exame de admissão.

Seus pais não falavam português?

SH: Meu pai e minha mãe falavam bem o português. Ele era uma pessoa muito bem dada, as pessoas o adoravam – mesmo quando morava no interior, em São Miguel Arcanjo. Meu pai jogava futebol, era goleiro no time, se não me engano; e quando

havia quermesse na cidade do interior, minha mãe fazia pipoca, doces, guloseimas. E meu pai vendia junto com a minha mãe na quermesse. Era uma forma de você também amear alguns trocados e socializar. Mesmo na vida no campo é interessante. Você mora em um terreno, planta milho e dá milho, planta um pouquinho de feijão e dá feijão... Mandioca, sempre tem. Eu me lembro de que nessa época comia içá, aquela formiga grande. Você corta a cabeça, frita, põe sal e come. A população indígena fazia isso. Tinha aquelas plantas que nascem nos terrenos baldios, a serralha. Uma espécie de rúcula rústica. Enfim, a gente sempre tinha uma forma de sobreviver.

Mas eu estava falando do ginásio. Cursei-o no Ginásio Estadual de Poá, na periferia de São Paulo, perto de Guaianases, Ferraz de Vasconcelos. Quando estava no segundo ano do curso primário, sofri uma queimadura de terceiro grau no corpo. Fiquei um mês e pouco no Hospital das Clínicas fazendo tratamento. Do segundo para o terceiro ano, fui aprovado porque eu estava com um problema de saúde. Assim, tive um certo déficit de formação, e no Ginásio Estadual de Poá o primeiro ano foi muito difícil. Refiz o primeiro ano e então entrei rápido no quadro de honra, porque cheguei à conclusão de que, para ter um bom desempenho, eu precisava me dedicar, estudar e ler bastante. Tenho impressão de que foi a partir dessa época que desenvolvi minha preferência por muitas leituras.

Seu pai faleceu precocemente, quando o senhor tinha treze anos. Como o senhor e sua família lidaram com isso?

SH: Meu pai faleceu quando eu estava no ginásio. Ele tinha comprado um caminhão e fazia transportes de madeira do Paraná para São Paulo. O sonho dele era montar uma casa de material de construção. Foi um acidente no norte do Paraná. Antigamente, a estrada não era asfaltada naquela região, era estrada de terra. Quando um caminhão passava, formava aquela poeira gigantesca, e o motorista não enxergava um palmo diante do nariz. Deve ter acontecido isso com o meu pai. Foi na cidade de Cornélio Procopio, perto de Londrina.

Eu tinha um tio que era até muito bem de vida, ele tinha um armazém e depois começou uma cooperativa – a Cooperativa Agrícola de Mauá, da qual ele foi presidente. Quando o meu pai faleceu, meu tio e minha tia falaram: “Olha, como vocês não têm formação, não tem cultura, não tem especialização, é melhor voltar para o interior e puxar enxada”. Eu falei: “Não. Nós vamos ficar aqui e começar a trabalhar. E nós vamos tentar sobreviver do nosso trabalho”. Sempre fui meio rebelde...

Meu primeiro emprego foi como *office boy* na Micro Propaganda Ltda. Toda vez que passo na Avenida Liberdade, número 21, eu lembro: a empresa ficava no décimo terceiro andar. Nessa época, eu também costumava visitar o escritório do programa

Melodias Nipônicas, da Rádio Pan-Americana (hoje, Jovem Pan), um programa dedicado à colônia japonesa. Um dia, perguntei: “Vocês não estão precisando de *office boy*? Quanto é que vocês pagam?”; e eles pagavam melhor do que a Micro Propaganda, então deixei a agência de publicidade e passei para o *Melodias Nipônicas*. Eu fazia cobrança pelos anúncios. Assim, cheguei a conhecer figuras importantes – inclusive o João Sussumu Hirata (1914-1974), que foi deputado federal pela União Democrática Nacional (UDN). Então, saí do Ginásio Estadual de Poá e fui para a Escola Normal e Ginásio Estadual Domingos Faustino Sarmiento, no bairro do Belenzinho, que era um ginásio politizado. Vários professores que tive estavam estudando na USP naquele momento, ou eram formados por essa universidade. Foi lá que eu me tornei de esquerda.

Eu tinha um professor chamado Rubens Guedes. Ele era gerente da Livraria Vitória, que vendia publicações do Partido Comunista do Brasil (PCB)². Frequentar essa livraria fez com que eu tomasse gosto pela leitura. O pessoal do Partido Comunista lia muito Jorge Amado, José Lins do Rego, Graciliano Ramos, John Steinbeck, Machado de Assis, Lima Barreto e Aluísio Azevedo, entre outros escritores. Acho que isso teve uma influência grande sobre mim. Na verdade, quando ingressei no Faustino Sarmiento, tive certa dificuldade de desempenho; entretanto, como eu lia bastante, fui melhorando no decorrer dos anos e me formei com uma média acima de 7. Graças a isso, ingressei no Colégio Estadual Presidente Roosevelt – um colégio tradicional de São Paulo, localizado no bairro da Liberdade, que escolhia os alunos das escolas públicas por média de nota. Fui selecionado para o curso científico. Ali dentro, encontrei novos comunistas. Lembro-me de que as primeiras atividades de esquerda que eu fiz foram ir à Praça da Sé e pichar “americanos *go home*” em alguns muros [risos].

Quando começou essa aproximação com o pensamento de esquerda, ainda no Ginásio Domingos Faustino Sarmiento, isso repercutiu na sua família? O senhor lembra se houve algum estranhamento?

SH: A minha mãe sempre dizia: “Bem, o que o meu filho faz é o que o meu filho escolhe. Ele escolheu e se ele está escolhendo é porque deve ser uma boa escolha”. Ela nunca interferiu nisso. Na época do governo militar, eu assinava moções da Alemanha comunista e recebia correspondência. Meu irmão fazia alguns comentários:

2. O PCB foi fundado em 1922, com o nome Partido Comunista do Brasil, Seção Brasileira da Internacional Comunista. Em 1961, o partido manteve a sigla, mas mudou seu nome para Partido Comunista Brasileiro. Vale lembrar que, no ano seguinte, uma das dissidências desse partido funda o PC do B, utilizando o nome original de Partido Comunista do Brasil.

“É... tem que tomar cuidado, não sei o que é esse tal de comunismo”. Eu tinha livros de esquerda e cheguei a enterrá-los no sítio de um amigo. Então, algum tipo de estranhamento havia, mas o que eu ressaltava quanto ao perfil de alguns membros do PCB é que Mário Schenberg era um grande físico, Oscar Niemeyer era um grande arquiteto e Jorge Amado era um grande escritor.

Escrevi recentemente um artigo intitulado “Marxismo heroico e a questão da consciência de classe nas obras de juventude de Jorge Amado” (Hirano, 2013), que saiu em uma coletânea na Universidade de Salamanca. É sobre a presença de certos elementos que constam do *Manifesto do Partido Comunista* nas obras escritas por Jorge Amado na juventude. O que estou dizendo é que essas leituras foram muito boas para minha formação intelectual. É claro que elas têm um certo viés ideológico, mas toda leitura tem algum viés ideológico. Ninguém está completamente isento de viés ideológico. Lembro que o professor Rubens Guedes era aluno de Ciências Sociais. Ele não só me sugeriu a leitura desses romances, como também me indicou *História econômica do Brasil e Formação do Brasil contemporâneo*, de Caio Prado Júnior (1907-1990) – um membro do partidão, que tinha uma posição bastante crítica.

A questão da formação do Brasil colonial pré-capitalista e capitalista apareceu em minhas pesquisas porque Caio Prado já dizia que o Brasil começou capitalista. Desde o curso ginasial, essa questão começou a povoar minha mente, minha reflexão. Depois, quando entrei para o Colégio Roosevelt, eu tinha um professor de História chamado Hélio Leite. Ele disse: “Olha, o Celso Furtado publicou *Formação econômica do Brasil*, agora nós vamos ler o Celso Furtado”. Depois, Gilberto Freyre (1900-1987) publicou outro livro, chamado *Ordem e progresso*. Ele pediu para cada aluno ler um capítulo e fazer uma exposição em seminário. Esse tipo de coisa é importante para a formação. Tinha também o professor de Filosofia, João Villalobos, que foi professor titular na Faculdade de Educação da USP. Ele trabalhava como editor no jornal *O Estado de S. Paulo*. Também comecei a ler *História da Filosofia moderna*, de Wilhelm Windelband, que era um neokantiano, e Émile Bréhier, autor de obras sobre filosofia antiga; e comecei a me interessar por outros filósofos, como Platão e Aristóteles. Uma escola que tem professores com uma linhagem política e uma posição crítica, como o Colégio Estadual Presidente Roosevelt, promove uma formação crítica.

Fiz o curso científico e todo mundo pensava que eu ia prestar Engenharia, Medicina, Direito ou outro curso renomado. Aí o pessoal me perguntou: “O que você vai fazer?”; “Vou fazer Ciências Sociais”, eu disse. “Ciências Sociais? Mas o que é isso?”; “Ciências Sociais? Isso dá dinheiro?”. Claro, os descendentes de japoneses são, em parte, meio pragmáticos. Respondi: “Não sei se dá dinheiro, mas é uma coisa de que eu gosto”. Fui conversar com o professor de História e disse que estava

pensando em fazer Ciências Sociais. “Olha, para fazer Ciências Sociais você tem que conhecer muito bem História”, ele falou. Naquela época, eu já estava começando a ler a *Revista Brasiliense*; tenho praticamente toda a coleção, e estava lendo também a revista *Anhembi*. Lia também o jornal *Emancipação*, de linha nacionalista, feito por generais nacionalistas que defendiam o petróleo. Portanto, o ginásio e o colegial constituíram meu cabedal de formação histórica.

O senhor já tinha todo esse acúmulo de leituras antes de entrar no curso de Ciências Sociais?

SH: Sim, antes de ingressar no curso de Ciências Sociais na USP. Quando fiz o primeiro vestibular, fui reprovado por um corte de classe. Em outras palavras, fui reprovado em línguas, pois eu não sabia bem francês e inglês. Era de família pobre. Em História do Brasil, eu sorteei um ponto sobre fatores humanos da industrialização. Em seguida, a banca me pediu para discorrer sobre os fatores humanos da industrialização e comecei a expor. A Célia Galvão Quirino, que estava na banca, perguntou: “O senhor leu onde esse conhecimento que está relatando aqui na banca?”. Respondi: “Eu li na *Revista Brasiliense*, tinha um artigo sobre os fatores humanos na industrialização em São Paulo, de um tal de Octavio Ianni”³. Aí ela perguntou: “Mas quem é esse tal de Octavio Ianni?”. “Não sei...” – respondi – “Deve ser historiador ou alguma coisa parecida”. Aí a Célia falou: “Eu apresento-lhe o tal de Octavio Ianni”. Era o presidente da banca... [risos].

Na prova de português, sorteei um ponto e caiu Graciliano Ramos. O presidente da banca – eu nem sabia quem era – perguntou: “O que você leu sobre Graciliano Ramos?”. Respondi: “Professor, li toda a obra publicada do Graciliano Ramos que está disponível”. “Pois bem, quero que você fale sobre *Memórias do cárcere*”. Comecei a falar sobre *Memórias do cárcere* e, no primeiro volume dessa obra de Graciliano Ramos, tinha uma introdução do Antonio Candido. Só depois, descobri que quem estava presidindo a banca era o próprio Antonio Candido [risos]. São coincidências da vida.

Mas é importante notar que o PCB e seu ideário de formação, de conhecimento, da Terceira Internacional, do Stalin, eram muito sectários. Basta dizer que, do primeiro para o segundo ano da universidade, eu saí da organização, pensando: “Quero ter uma vida de pensamento mais libertário e mais autônoma, não quero que minha reflexão esteja filtrada pela Terceira Internacional”. Isso para ter um caminho próprio e construir uma trajetória própria. Foi o que eu fiz.

3. Trata-se do artigo “Fatores humanos da industrialização no Brasil”, de Octavio Ianni, publicado no trigésimo número da *Revista Brasiliense*, em 1960.

Então, penso que essa questão de ter estudado no ginásio de Poá, na periferia de São Paulo, depois no Belenzinho, no Ginásio Estadual Domingos Faustino Sarmiento e depois no Colégio Estadual Presidente Roosevelt também reflete uma trajetória de deslocamento geográfico, espacial, porque a população mais pobre mora realmente em bairro caipira, na periferia e, conforme vai ascendendo na área educacional, de uma forma pouco perceptível, também vai mudando de bairro.

Sedi, você quando ingressou na universidade também trabalhava?

SH: Quando entrei na universidade, eu tinha um colega chamado Ubirajara. A irmã desse aluno trabalhava nas Listas Telefônicas Brasileiras e, entre meu primeiro e segundo ano de faculdade, ela ficou sabendo que o departamento de pesquisa das Listas Telefônicas precisava de alguém para trabalhar. Aí o Ubirajara falou pra mim: “Sedi, vai até as Listas Telefônicas, fala com a minha irmã”. Na entrevista, perguntaram: “Você estuda o quê?”. Eu falei: “Estudo Ciências Sociais”. “Ciências Sociais? Ah, então você é de família rica, não é? De classe média alta?”. Eu disse: “Não, não sou de família rica, pelo contrário, sou de família pobre”. Fui aprovado para trabalhar nas Listas Telefônicas Brasileiras como calculador de dados secundários. Meu trabalho era juntar todos os dados e ficar calculando. Soma, multiplicação, divisão... Isso possibilitou que nós fizéssemos uma pesquisa sobre leitores que consultavam a lista telefônica. Aplicamos questionários, realizamos entrevistas, tabulação da pesquisa e também análise.

Então houve uma crise. O diretor das Listas Telefônicas Brasileiras, Arthur César, foi embora para o Inese, que era uma grande empresa de pesquisa. O Arthur falou: “Sedi, se você quiser trabalhar comigo, você vai trabalhar no Inese, mas já indiquei você para ser Assistente de Pesquisa da Alcântara Machado Publicidade, eles estão precisando de um Assistente”. Depois, descobri que a chefe de pesquisa era a Araci Martins Rodrigues, esposa de Leôncio Martins Rodrigues, então assistente do professor Florestan Fernandes. Assim, acabei sendo Assistente de Pesquisa da Alcântara Machado Publicidade e, posteriormente, fui promovido a Coordenador de Pesquisa. Depois, quando Pierre Garfunkel se tornou diretor comercial, fui encarregado de trabalhar na área de mídia da Alcântara Machado Publicidade.

Acho que o Florestan, vendo-me trabalhar os dados estatísticos e sabendo desse meu passado, interessou-se pela minha trajetória. Digo isso porque, na memória da entrevista publicada na *Trans/Form/Ação* (1975), ele falou que tinha três objetivos principais como professor: formar pesquisadores de alto nível, formar professores docentes e formar técnicos. E disse também que nessa área de formação de técnicos ele fracassou, que não deu certo (cf. Fernandes, 1975). Essa era uma ideia que tinha muito a ver com o Karl Mannheim, para quem um técnico formado em Ciências

Sociais poderia participar dos processos de transformação, na qualidade de ator qualificado, via planejamento. Essa reflexão consta de seu livro famoso sobre planejamento, *Liberdade, poder e planificação democrática* (Mannheim, 1972).

O que estou querendo dizer é que essa necessidade de trabalhar e ganhar dinheiro articula-se à formação teórica recebida na universidade. Considero essa articulação entre teoria e prática muito importante. E o Florestan valorizava muito isso. Enquanto aluno, eu era muito impertinente, fazia perguntas impertinentes na aula do Florestan, do Fernando Henrique Cardoso, do Octavio Ianni, discordando de certas colocações. Eu também discutia muito com os meus colegas de esquerda, como Emir Sader, Eder Sader, Francisco Weffort e vários outros que eram militantes da Libelu – Liberdade e Luta – e da Polop – Política Operária. Eu dizia: “Esse operário de que vocês estão falando eu não conheço. O operário que eu conheço da periferia da cidade de São Paulo é o que, quando chega o final de semana, vai ao bar da esquina tomar uns goles de pinga e ficar falando de futebol” [risos]. Eram operários que trabalhavam arduamente na construção civil e, no final de semana, queriam espairar após essa dura jornada.

O senhor entrou na USP em 1961, isto é, em um momento em que o grupo da primeira geração do seminário d'O Capital estava em seu auge.

SH: Isso. É por isso que eu fui muito influenciado pela leitura, não pelo grupo, mas pela leitura de *O Capital* feita por alguns membros do grupo. Isso porque eu fui aluno do Fernando Henrique Cardoso e do Octavio Ianni. Então, com José de Souza Martins, Neide Patarra, Newton Quelho e Antônio Carlos de Godoi – que foi articulista econômico de *O Estado de S. Paulo* –, foi montado um grupo para realizar a leitura de *O Capital* e convidamos o Ianni para ser o orientador desse grupo. A leitura das obras de Marx começou em meu segundo ano de Ciências Sociais. Depois, quando me formei, Florestan indicou-me para ser assistente do professor Juarez Brandão Lopes, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro (atual Unesp), fundada em 1958, e Juarez conhecia muito bem a obra de Max Weber. Então, ele me disse para ler Weber e dar um curso sobre burocracia para os alunos. É por isso que alguns autores, como Jacob Gorender e Michael Löwy, chamam-me de “marxista-weberiano”.

Como o senhor lida com essa classificação?

SH: No início, me incomodava, porque eu achava que era um marxista e não um marxista weberiano. Hoje em dia não, eu de fato me considero um “marxista-weberiano”.

Michael Löwy caracteriza sua obra de uma maneira bastante positiva. Em A jaula de aço: Max Weber e o marxismo weberiano (Löwy, 2014), ele o inclui no texto introdutório sobre o “marxismo weberiano” no Brasil, ao lado de uma constelação de autores sui generis do pensamento social, tais como Fernando Henrique, Florestan Fernandes e Maurício Tragtenberg. Aliás, o senhor conheceu Tragtenberg?

SH: Conheci. Tragtenberg foi professor da Faculdade de Educação da Unicamp, mas ele prestou concurso para entrar aqui. Era uma figura impressionante. Escrevia de uma forma desesperada. Apresentou uma prova escrita de vinte e cinco páginas – ninguém apresenta uma prova escrita de vinte e cinco páginas. E mais do que escrever de uma forma desesperada, ele quis botar tudo o que sabe no papel – ninguém bota tudo o que sabe no papel. Tem que ter uma linha; então, o problema dele foi exatamente esse, ele quis colocar tudo, tudo no papel, e não dá. É preciso escolher uma estratégia, uma hipótese, um tema que articule o conhecimento, senão fica o caos. Mas eu me dava bem com o Tragtenberg. Ele era uma pessoa de excelente formação, o Ianni gostava muito do Tragtenberg também. Eu cheguei até a ir à casa dele, ele morava aqui atrás da USP, era uma pessoa de qualidade inquestionável. Eu acho que ele deveria ter entrado, foi uma pena ele não ter entrado.

Qual é a diferença entre o perfil da cadeira de Sociologia I e da de Sociologia II?⁴

SH: Olha, na época em que entrei, o curso básico sobre organização social, quem ministrava era o pessoal da cadeira de Sociologia II. E o curso de fundamentos da Sociologia II. E o curso de fundamentos da Sociologia I. “Sociologia Sistemática” era o nome da disciplina do 1º ano e quem a ministrava era o Fernando Henrique Cardoso. E o curso teórico, extremamente sofisticado e refinado, chamava-se “Modelo de Explicação Sociológica” e quem o ministrava era o Florestan Fernandes. Portanto, a área de teoria do curso de Ciências Sociais tinha a marca da cadeira de Sociologia I. Além disso, essa cadeira também começou a ser marcada pelos Estudos de Relações Raciais, devido ao Projeto Unesco. Em razão do grande prestígio de Gilberto Freyre na Europa e nos Estados Unidos, o Setor de Relações Raciais do Departamento de Ciências Sociais da Unesco queria fazer uma pesquisa sobre países onde existiria uma convivência racial extremamente democrática, harmônica e solidária. Essa visão quem levou para lá foi o Gilberto Freyre, e o pessoal da Unesco comprou a ideia de fazer uma

4. Nessa época, o Curso de Ciências Sociais era dividido em cadeiras: Cadeira de Sociologia, I, Cadeira de Sociologia II, Cadeira de Antropologia, Cadeira de Ciência Política, Cadeira de Filosofia, Cadeira de Estatística etc.

pesquisa no Brasil, em alguns estados. O Estado com maior população negra no Brasil era a Bahia e, originalmente, somente esse estado seria pesquisado. Mas o estudo foi ampliado, com pesquisas em São Paulo e em outros estados. A conclusão a que o Roger Bastide, junto com o Florestan Fernandes, chegou é que, na verdade, no Brasil, não existia democracia racial. Isso deixou o pessoal da Unesco um pouco decepcionado.

*Como foi o convite para ser professor do Departamento de Sociologia na USP, no lugar do professor Fernando Henrique Cardoso, em 1965?*⁵

SH: Formei-me em 1964 e coleí grau de bacharel e licenciado em 23 de março de 1965. Quando me formei, o Florestan Fernandes falou: “Olha, eu já estou indicando você para ser professor”. E para mim, foi uma surpresa. Antes, ele já tinha me indicado para ser bolsista de iniciação científica e de aperfeiçoamento científico, pela Fapesp. Não sei por que, mas ele gostava de mim. Ele tinha um projeto chamado “Economia e sociedade no Brasil: análise sociológica do subdesenvolvimento”, com um plano de estudos sobre o empresariado e a formação da força de trabalho e sobre o Estado e o planejamento. Esse projeto tinha sido formulado no momento de construção do Centro de Sociologia Industrial e do Trabalho (Cesit), em 1962, e foi em parte financiada pelo [Fernando] Gasparian, um grande empresário industrial. Acho que ele [Florestan Fernandes] ficou encantado com minha trajetória porque eu sempre trabalhei para sobreviver.

Eu me lembro do dia em que Ianni chegou à sala onde eu estava trabalhando e disse algo como: “Sedi, o professor Florestan quer falar com você”. Então, quando fui à sala do Florestan, o Ianni falou: “Senta, porque você pode cair de costas”. O Florestan disse pra mim: “Eu quero convidar você para ficar no lugar do Fernando Henrique Cardoso”. Respondi, dizendo que tinha muita gente de classe média alta, com cultura erudita, que falava muito bem o português, escrevia muito bem e que poderia ser cotado. Aí ele falou para mim: “Não, mas esse pessoal não tem nádegas de paquiderme, e você tem”. Por “nádegas de paquiderme”, ele queria dizer que eu tinha disciplina de sentar e ficar horas e horas sentado, estudando. Quando fui convidado para ser professor na cadeira de Sociologia I, lembro de escutar um comentário do tipo: “Depois que o Fernando Henrique Cardoso foi embora para o Chile, a cadeira de Sociologia I está se proletarizando”. Essa proletarização vinha

5. Em 1965, Florestan Fernandes era catedrático da Cadeira de Sociologia I e o Professor Sedi foi contratado, pelo prazo de 730 dias, como instrutor extranumerário, como era chamado (figura jurídica) um recém-formado que ingressava no corpo docente da Faculdade. Já um estudante podia ocupar a função de “assistente extranumerário”.

acontecendo de fato, com a entrada de José de Souza Martins, que era de família muito pobre, eu, também muito pobre, e José César Aprilanti Gnaccarini, que era quase um caipira, no corpo docente.

Então, se você pegar os primeiros assistentes de Florestan, verá que eles eram de classe média alta ou da aristocracia decadente. Já a segunda geração, que é a minha, do Martins e do Gnaccarini, é uma geração mais proletária, formada quando o Florestan começa a adquirir mais força e mais vigor acadêmico. Então, tem essa diferença sim, com certeza.

Como foi o seu contato com Florestan no período de produção e lançamento de A revolução burguesa no Brasil?

SH: Eu não participei dos debates iniciais desse livro (realizados até 1966), porque ele colocou o texto para ser debatido entre os intelectuais que já tinham trabalhos concluídos naquele momento e que ele cita na bibliografia extensa – aliás, uma bibliografia extensíssima, não é? Foi só quando o livro já estava em fase de finalização, que eu publiquei *Castas, estamentos e classes sociais* (Hirano, [1973] 2006) – uma obra que recebeu uma introdução de Florestan. Posteriormente, publiquei também *Formação do Brasil colonial* (cf. Hirano, [1988] 2008). Quando defendi o doutorado, o Florestan mandou-me um bilhete, parabenizando-me pela “brilhante” tese. *A revolução burguesa no Brasil* está dividida em três partes⁶, há uma parte em que o Florestan demonstra acreditar que a burguesia, de fato, poderia fazer uma revolução, no sentido de transformação e incorporação das massas excluídas – o que, na realidade, não aconteceu. A grande decepção do Florestan Fernandes foi o golpe militar de 1964. E a maior decepção que ele teve foi ter sido expulso da academia. Se você prestar atenção, a segunda parte de *A revolução burguesa no Brasil* já torna visível um Florestan que não acredita tanto na revolução burguesa.

De fato, na terceira parte, a descrença é total...

SH: Maior ainda, porque, cada vez mais, ele vai ficando descrente de que essa burguesia, como classe, seria capaz de fazer a revolução burguesa. E, na verdade, a ideia motora do Florestan é a questão do arcaico e do moderno: a de que existe, estrutural-

6. *A revolução burguesa no Brasil* foi redigido em dois momentos distintos: as duas partes iniciais (“As origens da revolução burguesa” e “A formação da ordem social competitiva”) foram finalizadas em 1966, enquanto a terceira parte (“Revolução burguesa e capitalismo dependente”) ficou pronta em 1974 – ano de lançamento do livro.

mente, uma continuidade entre o arcaico e o moderno, com o primeiro fertilizando, de uma forma robusta, o segundo, e este – o moderno – deixando-se fertilizar pelo arcaico. Isso aparece em vários escritos de Florestan. Então, na verdade, não houve revolução. Só que na década de 1960, tanto o Partido Comunista quanto outros grupos de esquerda acreditavam que uma etapa da revolução socialista deveria ser a revolução burguesa. Então, na primeira parte isso está mais ou menos delineado e, na segunda parte, essa questão não toma tanta relevância.

Tenho um trabalho que escrevi sobre a “utopia do desenvolvimento” (cf. Hirano, 2002). O que está presente no Florestan das décadas de 1950 e 1960 é a da “utopia do desenvolvimento autônomo”. Naquela época, ele não estava numa linha contrária à ideia de desenvolvimento e democracia, propondo o caminho histórico de desenvolvimento autônomo como liberdade. Depois da Segunda Guerra Mundial, a ideia de desenvolvimento autônomo e de burguesia nacional também estava na cabeça de muita gente daquela geração. Mesmo Fernando Henrique Cardoso, ao falar sobre o capitalismo associado, uma alternativa de desenvolvimento em *Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil* (1964), reflete uma ideia de que a burguesia brasileira não tinha essa unidade de consciência política para formular um projeto para o Brasil, pois tinha caráter rentista.

A segunda parte de *A revolução burguesa no Brasil* é sobre um capitalismo totalmente desencantado, selvagem, agressivo – um capitalismo de rapina mesmo. Não existe uma acumulação de capital propriamente capitalista, mas é uma acumulação de capital que se faz a partir de uma forma originária de capital primitivo – e digo primitivo no sentido de a violência estar sempre presente. Até me recordo de um seminário no Conselho Universitário, há cinco ou sete anos, em que apareceram Olavo Setúbal e Antônio Ermírio de Moraes. Também estava lá Ozires [Silva], que foi fundador da Embraer. Era um debate sobre o desenvolvimento no Brasil. Eu lembro que Antônio Ermírio olhou para o lado e ali estava Olavo – eles eram amigos, estudaram na Politécnica. Antônio Ermírio falou assim: “Olha, Olavinho, de tanto você ganhar dinheiro com seus bancos, eu resolvi abrir um banquinho, esse banco em pouco tempo me deu muito mais dinheiro do que todas as minhas indústrias juntas”. É esse tipo de capital financeiro extremamente predatório que cresceu de forma exponencial. E isso, inclusive durante a presidência de Fernando Henrique e, de uma forma mais exponencial, a de Lula. Se você vir os balanços desses bancos, são balanços de lucros estonteantes, absurdos...

Mesmos nos momentos de crise...

SH: Mesmo nos momentos de crise. Eles nunca tiveram crise, a crise para eles é muito

boa... Então, o Ozires, que estava lá, falou: “O capitalismo brasileiro é predatório, e sabe por quê? No Brasil, nada tem continuidade, o empresário brasileiro não pode investir a longo prazo, porque nem a curto prazo dá para prever nada”. Então, ele tende a ser esse capitalismo predatório, rentista, que visa a lucros a curtíssimo prazo e a lucros estonteantes. Não investe em tecnologia, não investe em desenvolvimento, não investe em ciência, ele tem exatamente essa marca primitiva de produzir riqueza de forma fabulosa, de uma hora para outra. Não tem aquele capitalismo do lucro moderado, obtido através do trabalho metódico, sistemático e organizado, que o Weber descreve em *A ética protestante e o espírito do capitalismo*, em que se cria uma obra para chegar à graça divina, ter uma certa redenção não somente pessoal, mas também familiar. Esse – o weberiano – é um capitalismo utópico, o capitalismo real é realmente aquele de que muita gente fala, inclusive o Florestan: o “capitalismo selvagem”, em que o que se puder roubar rouba-se mesmo, assalta-se mesmo...

E patrimonialista, não é?

SH: Tremendamente patrimonialista. Você pega a estrutura política do Brasil: quem é que foi a força política que deu respaldo ao Fernando Henrique Cardoso? Renan Calheiros e todas as oligarquias do Norte e Nordeste. Quem é que deu respaldo para o Lula? As mesmas oligarquias, as mesmas oligarquias. E quem vai dar respaldo para o Bolsonaro? Essa oligarquia ainda mais autoritária, que elogia os Estados Unidos, elogia Trump, mas não tem um projeto para o país. Mas tem um projeto de militarização. Tem cinco ou seis generais escolhidos. Quer dizer, a mentalidade do estamento militar vai ter uma força muito grande. Eu tenho impressão de que essa visão, de uma forma ou de outra, vai ser retomada como sopa requentada, está caminhando nessa linha. Então, a tendência é voltar para a década de 1960, 1970 e 1980, voltar para o passado. Os olhos não estão voltados para o presente. Eu acho que as perspectivas são péssimas. Se eu fosse um pouco mais jovem e com mais energia, iria embora daqui.

Como o senhor observa, retrospectivamente, os lugares que ocuparam no cenário acadêmico dois dos seus importantes mestres, FF e FHC? Tem uma carta em que o Florestan, claramente, fala sobre a dificuldade de dar aulas em inglês, quando estava em Toronto, que isso o esgotava; ou seja, havia entre eles também diferenças culturais marcantes.

SH: Dar aula para um público acadêmico e ter que falar em inglês, puxa... Eu teria dificuldade. O Nicolau Sevcenko falou-me uma vez: “Sedi, se você conhecesse bem inglês, você daria aula em Harvard”. Então, para dar aula lá, tinha para Florestan uma

questão de domínio da língua que o incomodava. Não era o Florestan que expunha em português aqui no Brasil e tinha um público e um conceito: impecável grande teórico no campo das ciências sociais. Era um público vendo o Florestan falando aquele inglês com limitação. Quem não domina muito bem o inglês falado limitaria na exposição o “charme” e o “carisma”. No entanto, o professor Florestan, com 31 anos, dominava muito bem o inglês e o francês escritos que ele cita exaustivamente na bibliografia do livro de doutorado *A função social da guerra na sociedade tupinambá*. Menciona ainda no livro citado obras e artigos escritos em alemão e italiano. Florestan Fernandes demonstrava ter no campo das ciências sociais um conhecimento enciclopédico em várias línguas escritas. E ele tinha um conceito inquestionável de professor que dominava com precisão a teoria, a metodologia e as técnicas de investigação no campo das ciências sociais. Era portador de uma garra e uma vontade incomum, inimaginável (estudava e realizava trabalho intelectual diariamente durante dezesseis ou dezoito horas).

Então, deve ser uma coisa massacrante. Eu percebo isso quando vou ao Japão e tenho que falar inglês, é uma dificuldade colossal. Mesmo levando um texto traduzido por uma pessoa que sabe muito bem inglês, que escreve muito bem, a leitura que faço é uma leitura de um caipira. Eu acho que isso tem a ver. Por que o Fernando Henrique teve essa inserção? Fernando Henrique é de uma família de generais, de vários generais. O pai do Fernando Henrique Cardoso era o general Leônidas Cardoso, nacionalista; toda a família Assunção Cardoso é da família do Fernando Henrique Cardoso. Ele domina bem o francês, domina bem o inglês e o espanhol, que são as três línguas mais difundidas no mundo. Então, a obra do Fernando Henrique faz com que ele seja o autor latino-americano mais citado no mundo. Já o Florestan é pouco citado. Minha aluna Maria de Fátima Souza da Silveira, aluna de doutorado do Departamento de Sociologia da USP, escreveu uma brilhante dissertação de mestrado sobre Florestan Fernandes – “Da invisibilidade ao protagonismo de Florestan Fernandes no pensamento social latino-americano” (Silveira, 2018) –, na qual ela fala de como Florestan Fernandes foi invisibilizado em razão da língua, apesar de ter antecipado reflexões teóricas de Aníbal Quijano e de vários outros intelectuais latino-americanos que escreveram em espanhol, porque o espanhol tem uma penetração mundial maior. Eu lembro que o Edelberto Torres-Rivas, quando veio dar aulas aqui na USP, no Instituto de Estudos Avançados (IEA) e no Programa de Pós-Graduação Integração da América Latina (Prolam), falou o seguinte, após ler o meu livro: “Sedi, é um belo livro, é uma pena que você escreveu em português, porque se você tivesse escrito em espanhol, o livro já teria uma amplitude maior, se você tivesse escrito em inglês, o livro estaria nos padrões de obras intelectuais que circulam bem”. Então existe essa barreira da língua.

Ainda existem alguns detratores do Florestan, que dizem que ele é autoritário. Mas o Florestan nunca me disse que tipo de tese eu deveria escrever, nunca. Ele dava liberdade e autonomia a seus assistentes. Aliás, o mote dele era liberdade e autonomia com relação ao professor, não ver a realidade científica pela via dogmática. Ele combatia os bloqueios paroquiais e idiossincráticos. O Florestan sempre defendeu que o cientista tem que ter autonomia e liberdade. Eu acho que essa foi a grande lição que o Florestan Fernandes transmitiu para mim.

No exílio ele já vai se revoltando. É um baque muito forte...

SH: Ele vai se revoltando. Ele ficou muito frustrado porque nunca havia estado fora da universidade e, nesse momento [de exílio], ele se sentiu como asa de xícara, como ele mesmo dizia. Ele ficou fora da estrutura em que vivia e da qual era parte, a estrutura que ele construiu.

Ele estava com cinquenta anos, em 1970, sem uma perspectiva de emprego. Para um sociólogo do porte dele, que já tinha construído tudo aquilo...

SH: Foi uma tragédia. E a Heloísa Fernandes viveu essa época, porque ela entrou na universidade, se formou socióloga e virou professora aqui.

E para ela deve ter sido muito mais difícil do que para os outros irmãos, porque, como ela virou socióloga, escolheu a profissão do pai, a relação que ela constituiu com ele foi muito forte...

SH: Muito forte. Diga-se de passagem, Heloísa Fernandes procura realçar a dimensão da atuação política de Florestan Fernandes. No meu entendimento, de 1950 a 1970, Florestan procura consolidar-se em suas análises como cientista social, militante da ciência, das Ciências Sociais aplicadas como instrumento de mudança social. Concordando com Antonio Candido, Florestan Fernandes foi “o maior cientista social que o Brasil já produziu” (Candido, 2001, p. 64).

E o Octavio Ianni?

SH: O Ianni era de família pobre, a família vendia miúdos de gado e de frango nas ruas de Itu. O Ianni era tido como o “italianinho”, como proletário, em Itu. Quando ele estava cursando Ciências Sociais, devido às necessidades econômicas, ele parou o curso e foi trabalhar numa gráfica. Isso eu sei sabe por quê? Porque eu também tive

dificuldades e houve uma época em que eu queria parar de fazer o curso de Ciências Sociais e trabalhar para ganhar um pouco de dinheiro, para dar um conforto à família. Aí o Ianni falou para mim: “Sedi, não faça isso, eu fiz isso e me arrependi; leva como puder levar, faça e termine o curso de Ciências Sociais”. Ele acertou, porque se eu tivesse terminado o curso de Ciências Sociais dois anos depois, eu não estaria aqui. É que a oportunidade não volta duas vezes, e a oportunidade surgiu quando o Fernando Henrique Cardoso teve que se afastar da cadeira de Sociologia I, devido ao golpe militar de 1964.

Octavio Ianni é um autor que está sempre muito associado ao Florestan. Mas ele é um autor com uma produção consistente e pouco estudado, tanto do ponto de vista de sua trajetória, quanto de sua obra. A trajetória de Ianni confunde-se com a história das Ciências Sociais na América Latina, ou seja, é um personagem fantástico, rico, cheio de nuances e complexidade, mas ainda não é muito estudado.

SH: Há [quem diga] que ele era um autor menor. Eu não acho que o Ianni fosse um autor menor, nem o pessoal da Unicamp (onde ele também lecionou) acha que ele tenha sido um autor menor. O livro *Estado e planejamento econômico no Brasil*, publicado por ele em 1971, é um dos trabalhos pioneiros sobre essa problemática do papel do Estado e do planejamento na construção de uma política de inclusão social. E toda a preocupação do Ianni é em relação a essa questão. Ele tem livros sobre o populismo publicados em várias edições e em vários países. São estudos do populismo que seguem uma linha de reflexão um pouco diferente do [Francisco] Weffort, uma linha de reflexão que observa a incorporação rápida do proletariado rural à zona urbana e a questão da classe e da consciência de classe. Em comparação com Florestan Fernandes e Fernando Henrique Cardoso, o mais marxista dos três era o Ianni; também o Luiz Pereira era bastante marxista, ainda que fosse mais afeito ao marxismo estruturalista do Althusser, do Poulantzas e do Balibar. O Ianni era mais da leitura de *O Capital*, do *Manifesto do Partido Comunista* e de outras obras de Marx. Eu acho que, na Sociologia brasileira, ele tem um espaço, vocês têm razão, ele merece um trabalho fecundo, robusto.

O senhor e o Ianni tiveram uma relação bem próxima a vida inteira, não é mesmo?

SH: Sim, a vida inteira. Uma semana antes de sua morte, eu estive no hospital. Ele estava entubado. Lembro que ele tirou o tubo e falou: “Sedi, até o final de semana, eu saio daqui e a gente vai tomar um café, está bom?”. Eu respondi: “Está bom, professor”. Aí não lembro bem se chegou o final de semana e ele morreu.

E o Octavio Ianni rompeu com o Fernando Henrique?

SH: Rompeu, rompeu. Mesmo os editores querendo publicar os trabalhos conjuntos dele com o Fernando Henrique, ele não quis publicar absolutamente nada, nem republicar.

O senhor acompanhou a trajetória da Sociologia na academia brasileira durante algumas décadas. Como o senhor observa transformações da Sociologia, principalmente com relação às abordagens teóricas e metodológicas?

SH: Eu acho que, na época do Florestan Fernandes e mesmo do Octavio Ianni, as Ciências Sociais se “desdogmatizaram”, ou seja, os intelectuais dessa época fizeram com que o dogmatismo não fosse o filtro para o conhecimento em termos de reflexão teórica e crítica. Em Florestan e Ianni, há por exemplo um esforço de ler estruturalmente a contribuição de Weber, sem discussões anacrônicas que não pertenciam à época desse autor, mas que pertenciam ao século XX e, agora, ao XXI. Da mesma forma com Marx. Eu acho que esse tipo de anacronismo muitos cientistas cometem. Então, há algo que eu percebo quando leio Florestan: em nenhum momento, ele desqualificou Durkheim; ele não desqualifica Weber em nenhum momento. Toda essa questão do mercado, da racionalidade, da estrutura de poder e da dominação, entre outras, Florestan emprega com uma erudição e o senso crítico de quem realmente conhece Max Weber. *Fundamentos empíricos da explicação sociológica* é a leitura que ele faz de Weber, é a leitura que ele faz de Marx e a leitura que ele faz de Durkheim. Houve certo momento político do Brasil em que se achava que Durkheim seria o sociólogo da ordem, ou seja, um sociólogo com forte marca conservadora. Ora, Durkheim estava trabalhando com a questão da continuidade da estrutura social, ele não estava trabalhando com a ideia de mudança; então a abordagem durkheimiana era outra, era a de construir um certo tipo de solidariedade orgânica e mecânica e como isso se faz. Comecei a entender melhor Durkheim depois de lecionar no Japão, onde certos valores são quase que valores permanentes. E esses valores permanentes, muitas vezes, organizam e até democratizam a sociedade, porque as regras são para todos. Quando voltei do Japão, em uma sala cheia, eu falei: “Encontrei um país que cabe como uma luva para Durkheim: o Japão”. É impressionante a questão da solidariedade, o ator individual...

A coerção...

SH: Sim, a coerção. A regra existe para ser aplicada e acompanhada. Então, mesmo no metrô, a forma de andar na rua, a forma de andar na escada rolante, a forma

de você ficar na plataforma, a forma de você entrar no elevador, a preferência pela pessoa de mais idade e assim por diante. [A sociedade japonesa] É uma sociedade extremamente organizada. Nada está fora do lugar.

O que eu estou querendo dizer é que o Florestan, o Ianni e mesmo o Fernando Henrique Cardoso davam os conceitos. O Ianni dava métodos e técnicas de pesquisa, então ele discutia várias obras de pesquisas feitas pelos autores daquela época e discutia a estrutura metodológica e a técnica empregada; e você tinha que aprender a metodologia, a teoria e a técnica. Portanto, não havia essa presença muito forte de um certo tipo de dogmatismo, porque o Florestan era contra isso. Mesmo o Ianni tendo profunda simpatia pela esquerda e talvez até pelo Partido Comunista, assim como o Fernando Henrique, essa marca não aparecia com força na sala de aula, pode ser que aparecesse de uma outra forma. Eu lembro que aprendi Marx através da leitura da obra original de Marx; Durkheim, através da leitura de Durkheim; Weber, através da leitura de Weber.

Então, veja: eu acho que um clássico tem que ser a matriz. Porque se você pega o Pierre Bourdieu – e agora é só Pierre Bourdieu –, a matriz teórica do Pierre Bourdieu é o sincretismo entre Durkheim, Weber e Marx. Se você ler muito bem Weber, Durkheim e Marx, você vê e lê de uma forma crítica o Pierre Bourdieu. Eu digo isso tranquilamente, porque talvez eu seja um dos primeiros professores do Departamento de Sociologia da USP a citar o Pierre Bourdieu, quando comento o tema da condição de classe, da situação de classe, no livro *Castas, estamentos e classes sociais*. Penso que essa ênfase nos clássicos é muito importante. Atualmente, o pessoal tem falado muito no estudo institucional; eu acho que o estudo institucional tem seu valor e sua importância, mas você não pode imprimir uma única linha a um departamento. Eu acho que tem que ter cabeças tão diferentes como as do Ruy Braga, do Ricardo Musse, do Sérgio Miceli e do Luiz Carlos Jackson, porque a universidade é exatamente o lugar dessa diversidade teórica e tem que ser assim.

Teve uma época em que todo mundo só lia Foucault. Teve uma época em que todo mundo só lia Marx. Quer dizer, existe um certo tipo de modismo, mas eu acho que o curso tem que ser independente do modismo de uma dada época; eu acho Pierre Bourdieu um autor importante, mas não é só Pierre Bourdieu, não é só Foucault.

Como o senhor descobriu a América Latina em termos políticos e intelectuais? A Revolução Cubana, a literatura latino-americana, as Ciências Sociais, enfim, como foi essa aproximação?

SH: A Revolução Cubana foi 1959, eu entrei na USP em 1961. Cuba estava lá, Fidel Castro estava lá, Raúl Castro estava lá. A Aliança para o Progresso, aliança para

combater a esquerda, também estava lá. A Guerra Fria se fazia presente. E o mais interessante é que o Ianni, Florestan e Fernando Henrique Cardoso indicavam a leitura de autores argentinos, chilenos e outros autores da América Latina. Muita gente diz que o brasileiro descobriu a América Latina após o golpe militar, inclusive com alguns intelectuais que foram para o Chile, ali, descobriram que existia a Cepal, que existia o pensamento da Cepal, o Prebisch e vários outros.

Vocês compravam muitos livros em espanhol?

SH: Sim, sabe por quê? Quem tinha uma importância grande era [o sociólogo] José Medina Echavarría e a editora Fondo de Cultura Económica, cujos livros circulavam em toda a América Latina. Penso que o Fondo de Cultura Económica foi uma espécie de universidade de estudos latino-americanos; através dessa editora, várias reflexões sobre a América Latina circularam em todo o continente.

*Um dos empreendimentos foi traduzir *Economia e sociedade*, de Weber.*

SH: Claro, antes de muitos países da Europa e até antes dos Estados Unidos, e isso foi obra do José Medina Echavarría⁷, um sociólogo espanhol que deixou a Espanha e se exilou no México, onde atuou como diretor do Fondo de Cultura Económica. Essa questão de perseguição intelectual cria nichos e centros de reflexão, e o pessoal começa a pensar além das fronteiras nacionais.

Outra curiosidade: o senhor passou um tempo no Japão. Como foi?

SH: Eu era professor da Universidade de Tenri. Na verdade, quem foi convidada para lecionar no Japão foi a [professora da Universidade de Paris VIII] Helena Hirata. Mas na época, ela estava ocupada, tinha outros compromissos e me indicou. Acabei indo para lá e, para mim, foi uma aprendizagem, porque eu não sabia bem o tipo de comportamento dos alunos japoneses.

A função da educação no Japão é elevar o pessoal que está abaixo da média, trazendo-o para a média e, com o tempo, aumentando a média. O foco é diferente. Percebi que eu tinha que trabalhar para que esse aluno que estava lá embaixo atingisse a média, eu tinha que produzir essa média. Era diferente de quando eu mesmo estava no curso primário, quando a professora ou professor só davam atenção para alunos bons.

7. Publicada em 1944, a tradução de *Economia e sociedade* feita por Echavarría e outros colegas foi a primeira tradução completa em língua estrangeira desse livro.

No curso ginasial, no Brasil, era a mesma coisa: o foco de atenção era o aluno que brilhava, o aluno que ia bem, então a educação era feita por uma elite que reproduzia a elite. Não havia um esforço para fazer com que aquele que estava lá embaixo, em termos de conhecimento, chegasse a uma média. Eu acho que trabalhar essa questão da média é muito importante.

O senhor conheceu o Museu Memorial da Paz, em Hiroshima?

SH: Eu fui, é um negócio triste. Aliás, tem a história de que, quando os norte-americanos resolveram soltar a bomba atômica, alguém falou de Kyoto. Então, um general que conhecia a cidade falou: “Não, Kyoto não, aquilo é patrimônio da humanidade”. Estive num museu também em Okinawa, das mulheres okinawanas que se suicidaram para não serem violadas por soldados americanos. E são milhares. E se suicidaram cantando o hino nacional japonês. Muita gente morria cantando o hino.

Tem o livro *Hiroshima*, que ficou muito famoso, do John Hersey, um jornalista americano que descreveu a tragédia de Hiroshima. Um livro muito bom, que foi muito vendido, porque esse foi o primeiro americano a denunciar a insanidade dos Estados Unidos em relação a Hiroshima, que não era uma cidade industrial, não era um quartel general, nem nada disso. Hiroshima tinha muitas crianças e muitos homens aposentados, e eles soltaram a bomba lá, foi um assassinato de civis.

Outro ponto é sobre sua carreira administrativa na FFLCH. Lendo seu Memorial (Hirano, 1999), observamos que o senhor é um dos fundadores do Prolam, criado em 1989. Gostaríamos que o senhor contasse sua participação na construção desse programa acadêmico, pois ele também abriu portas para redes de contatos com cientistas sociais da América Latina.

SH: Sim, conheci muitos intelectuais latino-americanos, como Leopoldo Zea, Norberto Lechner, Enzo Faletto etc. Mas voltando à origem do Prolam, ele nasce quando o José Goldemberg era reitor da Universidade de São Paulo (1986-1990) e o André Franco Montoro, que era o governador à época, disse-lhe numa visita: “Olha, uma Universidade como a USP não ter nada institucional sobre a América Latina, acho que está na hora do pessoal acordar e pensar em um projeto sobre a América Latina”. Aí o Goldemberg criou o primeiro grupo de professores para elaborar o projeto. Eu não estava no primeiro grupo, que durou um ano. Estavam a [cientista política] Maria Hermínia [Tavares] e outros. Entrei apenas no segundo grupo, que de fato implantou o Prolam. Eu estava ali representando o Departamento de Sociologia. Mas também tinha a Irlemar Chiampi, do Departamento de Letras, tinha o pessoal

da História, tinha pessoas ligadas à Escola de Comunicações e Artes (ECA), ao Departamento de Economia, à Faculdade de Arquitetura, à Faculdade de Educação e à Faculdade de Direito. Por que essa diversidade? Porque eles pensaram também num curso interdisciplinar, para discutir a educação na América Latina, discutir a política da América Latina, então tinha que ter o pessoal da Política, da Sociologia, da Antropologia, da Comunicação e assim por diante. A primeira presidente foi a Irlemar Chiampi, da Letras, porque ela já estava numa outra comissão, aí ela ficou um ou dois anos. Depois, entrei no lugar dela e fiquei cinco anos. Então, pode-se dizer que a Faculdade de Filosofia é cofundadora, certo?

Atualmente o Prolam tem centenas de teses defendidas, entre mestrado e doutorado, e criou uma linha interdisciplinar de estudos sobre a América Latina. Todo aluno ingressante tem que comparar pelo menos dois países latino-americanos, seja no campo da Literatura, seja no campo das Artes, seja no campo do Cinema, da Sociologia, da Antropologia, da Ciência Política, da Educação, do Direito etc. Então eu acho que é um curso diferenciado, porque abre uma série de interfaces.

O Prolam foi também um centro de formação de sujeitos acadêmicos para as universidades públicas brasileiras e latino-americanas. Na verdade, foi uma etapa, porque o Brasil sempre pensa que está separado da América Latina, e o Brasil nunca fez interface. Florestan fez, Fernando Henrique fez, Octavio Ianni fez, mas essa interface dos acadêmicos brasileiros com a América Latina não era muito forte. Dizem até que o golpe militar de 1964 praticamente criou uma comunidade de intelectuais sobre a América Latina, porque o Fernando Henrique Cardoso, o Plínio de Arruda Sampaio, o Paulo Freire e tantos outros foram para o Chile.

Na sua trajetória intelectual e acadêmica, até meados da década 1980, o senhor tinha mais um perfil de atuação na docência e na pesquisa. Em seguida, na década de 1990, o senhor direciona sua trajetória para problemas internos da universidade. Assume funções administrativas, como diretor da FFLCH e na assessoria a reitores da USP – o que requer jogo de cintura política na construção de alianças etc. O senhor poderia contar essa história de como essa frente de atuação se incorporou à sua carreira acadêmica?

SH: Penso que existem dois momentos em minha vida. O primeiro foi quando o Florestan me escolheu. Muitas pessoas ligadas ao Florestan ficaram estupefatas, porque era muito presente a imagem de que o descendente de japonês deve ficar na área científica e tecnológica, porque o japonês teria uma mentalidade muito pragmática. Quando o Florestan me escolheu, muitas pessoas sonhavam que se tornariam assistentes dele. Isso causou uma celeuma muito grande, mas estou aqui porque existiu o Florestan Fernandes, porque o sonho de ser acadêmico, professor, é

sonho de uma aristocracia de classe média que ascendeu via educação ou cuja família já havia ascendido e ocupava uma posição definida.

Eu conto que o Florestan me escolheu porque ele achava que eu tinha aquilo que Antonio Candido chamava de “nádegas de paquiderme”, ou seja, eu sentava e trabalhava. O Florestan, aliás, fazia isso: estudava dezessete, dezoito horas para competir com os filhinhos de papai que estavam aqui e que sabiam francês, inglês e outras línguas e que escreviam maravilhosamente bem. Então, na verdade, eu tive que construir uma carreira teórica devido ao meio onde estava, porque tinha gente que queria que eu fizesse mestrado sobre pesquisa de mercado, opinião e propaganda. Eu pensei: “Se eu fizer isso, vou assumir o estereótipo e quero vencer aqui dentro com o perfil de alguém que pleiteou escrever uma obra teórica e desenvolveu essa obra teórica”. Então, eu sofri por conta dessa imagem que se reproduzia sempre: “O que esse descendente de japonês está fazendo aqui?”, perguntavam. Aqui no Departamento de Sociologia, o único descendente de japoneses, desde 1934, sou eu.

João Batista Borges Pereira, que foi diretor aqui, já me disse que o preconceito existe e é muito forte, muitas vezes vindo do próprio Departamento de Sociologia. Quando eu quis ir para o Japão fazer o curso de Desenvolvimento Compreensivo, ministrado pelas Nações Unidas e pelo Ministério dos Negócios exteriores do Japão, em janeiro de 1970, com o apoio do governo japonês, algumas pessoas foram contra, dizendo que nós estávamos vivendo uma ditadura militar e que eu devia ficar aqui e fazer parte do grupo que estava tentando resistir academicamente contra a direita militar. Como eu recebi bolsa, passagem e essas coisas todas, eu achei que fazer o curso me qualificava, já que eu não era visto como uma pessoa muito qualificada. Fiz esse curso e ele foi muito importante, tanto para o contato com acadêmicos japoneses, quanto porque compreendi muito bem as relações entre a questão do desenvolvimento, da educação e da linhagem teórica de um capitalismo autônomo que se vê nos escritos da própria Ruth Benedict, do Amartya Sen e outros intelectuais. Aliás, essa ideia de investir em ciência e tecnologia já estava na cabeça do Florestan. Se você ler os livros que ele escreveu do final da década de 1950 para a de 1960, verá que já está ali a questão da educação, da ciência, das Ciências Sociais e da Sociologia como instrumentos de transformação.

Quem me colocou na coordenação da pós pela primeira vez foi o Reginaldo Prandi. Logo depois que defendi o meu doutorado, já era suplente de coordenador da pós do Reginaldo Prandi, isso em 1988 ou 1989, não tenho certeza. Aí quando o Prandi terminou o mandato, ele indicou meu nome e, mal tinha feito o doutorado, eu já era coordenador do programa de pós. Ao contrário do que muita gente esperava, eu firmei uma imagem de um bom coordenador. Naquela época, a faculdade que formava os mestres e doutores era a FFLCH, essa era a Meca científica e intelectual

e todo mundo que queria fazer carreira científica tinha que fazer aqui. Com isso, minha imagem começou a circular.

Foi nesse momento que eu me tornei secretário executivo da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS) e consegui colocar a SBS dentro da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). Antes, eu também tinha sido presidente da Associação dos Sociólogos do Estado de São Paulo, que andava endividada, e fiz um congresso da Associação com verba da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) e da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep). Intelectual parece que tem vergonha de pedir dinheiro [risos]. Parece que dinheiro é uma coisa que mancha a honra científica, mas tem que pedir. Se tem área que não tem dinheiro, é a área de Humanas, não é isso?

A imagem de que eu era um bom gestor começou a ganhar corpo e, quando voltei do Japão em 1997, o Chico [de Oliveira] me indicou, primeiro para vice-coordenador da Pós-Graduação do Departamento de Sociologia – eu fui eleito por aclamação –, e depois, para chefe de Departamento – e fui eleito com todos os votos, menos o meu [risos]. Após o término do mandato, fui reeleito por aclamação. Até então, nunca um chefe de departamento tinha sido reeleito. Quando finalizei o segundo mandato, o Chico falou: “Sedi, agora você vai ser o nosso diretor”. O Chico de Oliveira teve uma importância muito grande; ele não é um produto do Departamento, veio do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap); quando ele entrou no Departamento, já era um intelectual de renome nacional e internacional, já tinha passado pela Sudene, foi assessor do Celso Furtado.

Então, aos poucos, fui firmando a imagem de que era um bom administrador. Quando fui eleito diretor, alguns achavam que o Leonel Itaussu me trucidaria nos debates, mas não foi nada disso, porque também fiquei lendo tudo, tudo sobre a universidade, que tipo de universidade a gente teria que ter como projeto, isso significava pensar uma universidade pública que tem a obrigação de prestar serviços à comunidade – porque é a comunidade que financia – e uma universidade que formasse pesquisadores autônomos com suas pesquisas, alimentando a reflexão na sala de aula e assim por diante. Então eu tinha um projeto. No final, ganhei entre os professores e os funcionários. E os alunos militantes – que são os que votam – estavam do lado do Leonel, mas eu consegui equilibrar.

E esse processo contou com uma participação ativa do [Oswaldo] Coggiola também?

SH: Sim, porque ele é realmente muito ativo. Ele falava para o pessoal que eu ia levar de lavada e, para surpresa dele, eu ganhei. Ganhei com apoio sabe de quem? Antonio Candido, Marilena Chaui, Sérgio Cardoso, Pablo Mariconda, de noventa

por cento dos professores daqui da Ciência Política, de professores da Antropologia e assim por diante. Por quê? Porque tem professores militantes, mas tem professores de esquerda que não são militantes; e tem professores autônomos, independentes, que não estão perfilados numa doutrina político-partidária.

Qual foi o período de sua administração?

SH: Entre 2002 e 2005. A primeira providência que tomei foi mudar alguns assistentes. Mudei o Assistente Acadêmico e o Assistente Administrativo. Uma coisa que eu fazia e impressionava era que eu sempre aparecia de manhã cedo na Faculdade. Eu acordava cedo, fazia o café da manhã, deixava meus filhos na escola e vinha para a FFLCH. Nenhum diretor chegava à Faculdade às sete, sete e meia, oito horas. E isso foi uma novidade. Eu disputei a eleição para ser diretor, então não ia para a Faculdade só para despachar com o assistente, o assistente é que tinha de estar lá para despachar com o diretor.

Tem que ter muita habilidade com a questão financeira...

SH: Tem a questão financeira e também a de não entrar muito em conflito, porque se você entra em conflito, forma um grupo radical; então, nessa parte eu fui muito bem. E outra coisa: eu orientei cada Departamento a ter um projeto acadêmico. Além disso, por um conjunto de circunstâncias, fui eleito para a comissão de atividades acadêmicas, que dá os cargos também. Fui vice-presidente dessa comissão. Então, ao mesmo tempo em que estava na direção, ocupava um cargo que permite ter poder. Você somente tem poder enquanto está no cargo e, com isso, consegue negociar diversas coisas – recursos para melhorar a Faculdade, a Universidade. Minha imagem de ser um bom diretor deu-me certa fama e prestígio, o que me jogou para a Pró-reitoria de Cultura e Extensão. Eu, na verdade, gostaria de ter assumido a Reitoria de Pós-graduação ou de Pesquisa, mas eles nunca dão essa Pró-reitoria para a área de Humanas.

Na sua gestão teve greve?

SH: Teve.

E como é que foi essa relação com os alunos?

SH: Veja bem. Os alunos querem ocupar a diretoria da Faculdade, querem fechar a Faculdade. Acho que foi em 2002 que teve aquela famosa greve de professores rei-

vindicando mais professores, e eu negocie⁸. Então alguns estudantes me falaram o seguinte: “Professor, o senhor não aparece publicamente, aparecem outras pessoas”. Eu disse: “Nem sempre quem aparece publicamente é aquele que faz muito, muitas vezes faz pouco ou não faz nada”. Há certas coisas e certas instituições, numa certa estrutura de poder, que têm que ser trabalhadas nos bastidores, é nos bastidores que se decide. Eu trabalhei na comissão de claros da Reitoria e fiz uma série de reuniões. Aí descobri que o pró-reitor tinha uma imagem negativa da Faculdade de Filosofia. Eu falei: “Não, essa imagem é falsa”. É uma Faculdade de Filosofia conceituada. Você vai para a Universidade de Harvard, e a Faculdade de Filosofia tem um conceito de primeira linha por lá. Você vai para a Universidade de Princeton, e a faculdade de Filosofia tem essa boa imagem. Você vai para a Universidade de Columbia, e tem essa imagem. A imagem nas universidades francesas de ponta, da Faculdade de Filosofia, é uma imagem muito forte. Mas há setores da sociedade que formam uma imagem estereotipada da Faculdade, dizem “Ah, lá só dá bagunça, só dá bagunceiro, só dá grevista, maconheiro, amor livre”, essas coisas todas [risos].

Então, eu negociei. Você sabe quantos cargos negociei na primeira rodada? Noventa e dois cargos de professores. O reitor falou assim: “Sedi, mas a faculdade tem infraestrutura para contratar todo esse número de professores?”. Disse a ele que a FFLCH tem onze departamentos, seriam 92 professores divididos em onze departamentos; isso dá cerca de oito professores por departamento com estrutura e infraestrutura próprias. Adicionalmente, negociei vários cargos que, ao todo, somaram cerca de cento e oitenta cargos de professores, em duas ou três etapas. Então, todas as deficiências de professores da História, da Geografia, das Letras, aqui das Ciências Sociais, de uma forma ou de outra, foram contempladas.

A burocracia tem uma lógica bastante particular, e nesses relatos que o senhor nos apresenta aparecem conflitos que, inclusive, são objetos de estudos da Sociologia, entre burocracia e política. Olhando retrospectivamente, dá para levar posições teóricas para dentro da burocracia, ou existe um espaço determinado que limita a sua posição teórica e política na atuação dos cargos burocráticos?

SH: A burocracia sempre teve sensibilidade para o poder e para quem ocupa cargos de poder. Eles sabem muito bem quem tem poder e quem não tem poder nos espa-

8. A greve começa no final de abril de 2002, com decisão tomada por estudantes do curso de Letras. O movimento toma corpo no começo de maio, com a adesão de outros segmentos da Faculdade, ainda sob a gestão do diretor Francis Aubert. O professor Sedi Hirano é eleito no dia 20 de maio e tem a posse confirmada pelo reitor no dia 24 de maio. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff2606200212.htm>, consultado em 18/06/2019.

ços, não é isso? Na burocracia, não é possível ficar contemporizando, empurrando o problema e não sei o quê. A burocracia é ineficiente quando o diretor é ineficiente também [risos]. A lentidão da burocracia, a burocracia como problema é o chefe, é o executor, é o Reitor, é o coordenador como problema. Tem gente que bota quinhentos processos em cima da mesa para dizer que está muito ocupado. A burocracia tem suas práticas, você tem que quebrar essas práticas, a questão está exatamente nisso.

Nesse contexto, começa a surgir um debate mais forte sobre as políticas de ações afirmativas, que têm início no último governo do Fernando Henrique. Paulatinamente, as universidades públicas implementam essas políticas. Por que a USP demorou tanto para adotar políticas de ações afirmativas?

SH: É que a USP, como algumas outras universidades, assumiu o princípio de que o acesso deveria ser por mérito e implementou as diretrizes correspondentes. Claro, quando se diz “acesso por mérito”, é o desempenho que está sendo pensado. Mas isso não vai às raízes do problema de por que o desempenho é diferenciado. Porque para ter um bom desempenho, é preciso ter qualificação para o bom desempenho, e essa qualificação não necessariamente está disponível para populações afrodescendentes, nem para a população indígena; porque a escola não chega até lá e, se chega, é uma escola de condições muito precárias, na periferia, com uma infraestrutura péssima e com professores que também necessitam de qualificação. Por um conjunto de circunstâncias, nem sempre esse grupo tem um desempenho esperado e, portanto, não preenche o requisito do mérito.

Eu sempre achei que o fundamental não era esse mérito calculado conforme um certo patamar mínimo desejável, pois esse desempenho meritório é uma construção. Essa ideia de que o mérito é uma construção ficou muito forte quando estive no Japão, porque a escola japonesa não trabalha o aluno brilhante. Aqui, geralmente, o professor só dá atenção para alunos brilhantes e para alguns alunos que levam presentinhos, não é? Quando estive no Japão, descobri que lá não se trabalha prioritariamente com os melhores alunos; os melhores alunos são melhores alunos porque o pai tem formação, tem instrução, a família tem aquilo que o Bourdieu chama de capital cultural. Os outros alunos não têm capital nenhum, esses nós precisamos trabalhar para formar o capital cultural, o capital social, não é isso? Então, a função da escola japonesa é pegar aquele que está lá embaixo e elevar à média, criando uma média excelente. Então, as ações afirmativas são relevantes porque de fato há certa defasagem, uma defasagem de formação, de informação. Mas isso não quer dizer que haja uma limitação de inteligência. Com pouco tempo de trabalho, uma pessoa que está um pouco abaixo da média, se for bem orientada, consegue atingir a média e até

superá-la. E há estudos que mostram que os alunos que entram por cotas têm um desempenho um pouco melhor. Sabe por quê? Porque eles enfrentam o estigma da humilhação: “Você entrou por cota”. Então, aquele que entra por cotas precisa mostrar que tinha condições de entrar, não por causa das cotas, mas por sua capacidade de desempenho, que estaria de certa maneira amortecida.

A inteligência não depende de cor, a inteligência não depende de alocações regionais, também não vem da pobreza ou da riqueza. Eu mesmo morei em bairro caipira, morei na periferia de São Paulo, entrei meio burrinho [risos], mas, devido à atenção de colegas, alunos e alunas, e professores, aprendi inúmeras coisas. Ianni dava muita atenção pra mim, o próprio Fernando Henrique, o próprio Florestan. Isso estimula um estudante, não estimula? Tem professor que chama você de burro, de ignorante. Tem professor que desqualifica o aluno. Não pode! Eu acho que a função do professor é estimular. O Florestan, quando entrou, era filho de cortiço, mas teve algum professor que se interessou por ele, porque ele vivia na biblioteca estudando. Toda vez que eu vejo alguém que vive na biblioteca estudando, eu digo: “Você tem futuro”. E ainda digo, novamente: “Você tem futuro”. Para enfiar na cabeça dele que ele tem futuro. Quando eu defendi o Programa de Cota no Conselho Universitário da Unicamp, como representante da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), citei o Florestan Fernandes, e a proposta foi aprovada pelo Conselho Universitário da Unicamp. Defendi não só o ingresso através das cotas, mas também uma política ou um programa de manutenção [permanência], porque não basta entrar, a pessoa também tem que ter condições de se manter; e isso foi aprovado. O professor Sidney Chalhoub, da Unicamp e da Universidade de Harvard, também apoiava as demandas dos alunos.

Mas o senhor acha que essa demora da USP tem a ver com um certo perfil conservador da universidade?

SH: Bom, perfil conservador a USP tem. Ela tem esse perfil por um conjunto de circunstâncias, conscientes ou inconscientes. Eu me lembro de que, quando eu era membro do Conselho Universitário, sempre fui favorável à política de incentivo à inclusão de populações excluídas. Antes já existia esse programa, voltado a alunos de escolas públicas, e a USP achava que resolveria a questão ao implementar a política para alunos de escolas públicas, pois entre esses alunos não havia apenas brancos, mas também negros e indígenas. Teoricamente sim, mas na prática nem sempre é assim.

Em seu memorial, o senhor menciona uma conferência que proferiu em 1965, cujo título é “O papel dos sociólogos nos países subdesenvolvidos”. Em sua percepção, qual o

papel do sociólogo nos países subdesenvolvidos, ou em desenvolvimento, naquela época? E atualmente?

SH: O próprio termo “subdesenvolvido” e a ideia de “papel” são típicos da época. A conferência tinha a ver com a imagem presente na sociedade e mesmo na própria universidade, de que a Sociologia não servia para nada, ou seja, não cumpria um papel relevante. A palestra retratava cursos que o Florestan, o Fernando Henrique e o Octavio Ianni davam. Florestan achava que o sociólogo, entre as décadas de 1950 e 1960, que as Ciências Sociais e a Sociologia tinham um papel na medida em que constituíam uma espécie de consciência social para a transformação, ou davam essa consciência de autonomia e liberdade às pessoas. Ele também achava que o sociólogo tinha que ter uma função muito importante na questão do desenvolvimento, porque toda essa questão se relacionava com um certo tipo de capitalismo que é um capitalismo dependente e subdesenvolvido. Então a pergunta era como superar o “sub” para ter desenvolvimento? Através da consciência e do conhecimento. Para transformar essa estrutura subdesenvolvida em uma estrutura desenvolvida, a ciência deveria exercer um papel. Então havia o primado da ciência, o primado do conhecimento, de que a superação do “sub”, produzindo o desenvolvimento, seria possível através do conhecimento. Isso está muito presente em Mannheim, e o Florestan teve uma influência muito forte do Mannheim. Celso Furtado também teve uma forte influência mannheimiana, assim como a própria Cepal. Gino Germani, que escreve sobre a Sociologia da modernização, também tinha uma forte influência mannheimiana. Essa ideia de modernização tem que ser entendida no contexto da Guerra Fria. Havia a ideia de que o subdesenvolvimento trazia ou produziria ideologias libertárias de esquerda. Assim, esse contexto explicaria também o surgimento de grupos conservadores, como a Aliança para o Progresso, e de livros como o de W. W. Rostow, *Etapas do desenvolvimento econômico (um Manifesto não comunista)*, que faziam propostas sobre como alcançar o salto desenvolvimentista.

Então, vigorava a ideia de que o conhecimento entra para as forças produtivas. Nos escritos do Florestan Fernandes, a ciência tem um peso muito forte. Mesmo no movimento de educação popular, entre o final da década de 1950 e o início da década de 1960, a educação, entendida como uma prática transformadora que produz conhecimento e consciência e forma cidadãos, estava muito presente. Tem gente que lê o Florestan através dos escritos políticos das décadas de 1980 e 1990. Eu considero essas leituras anacrônicas, pois não se pode dizer que a militância política do Florestan já estivesse presente nos anos 1950 e 1960, pois era a militância científica que estava presente ali. Basta dizer que, nos escritos políticos do Florestan, ele inclui uma nota de rodapé em que explica que constituem um panfleto. O Florestan sabe

muito bem o significado da palavra *panfleto*. É um panfleto no sentido de uma arma, de um instrumento político, assim como o *Manifesto* foi, para Marx, um panfleto político – e que panfleto! –, que fez história.

Para terminar, gostaria de dizer que fico feliz pelo interesse de vocês pela minha história, porque minha filha sempre me diz: “Pai, você tem que escrever um livro de memórias”. E eu respondo: “Mas já dei tantas entrevistas por aí...”

Referências Bibliográficas

- CANDIDO, Antonio. (2001), *Florestan Fernandes*. São Paulo, Editora da Fundação Perseu Abramo.
- FERNANDES, Florestan. (1975), *A revolução burguesa no Brasil*. São Paulo, Global.
- FERNANDES, Florestan. (1975), “Entrevista sobre o trabalho teórico”. *Trans/Form/Ação*, Marília, 2. Entrevista concedida a A. T. Menezes Arruda, C. Navarro Toledo, J. F. T. Lima e U. T. Guariba Neto.
- “GREVE CONTRA A CRISE NA FFLCH começou em abril” (26 jun. 2002), *Folha de S.Paulo*. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff2606200212.htm>, consultado em 18/06/2019.
- HIRANO, Sedi. ([1973] 2006), *Castas, estamentos e classes sociais*. Introdução ao pensamento de Marx e Weber. Campinas, Ed. Unicamp.
- HIRANO, Sedi. *Memorial*. (1999), Concurso para Professor Titular de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo.
- HIRANO, Sedi. (2012), “Florestan Fernandes: a utopia do desenvolvimento autônomo a serviço da transformação social”. In: MARTINS, Paulo Emílio Matos & MUNTEAL, Oswaldo (orgs.). *O Brasil em evidência: a utopia do desenvolvimento*. Rio de Janeiro, Editora PUC Rio/FGV, pp. 377-388.
- HIRANO, Sedi. ([1988] 2008), *Formação do Brasil colonial: pré-capitalismo e capitalismo*. São Paulo: Edusp.
- HIRANO, Sedi. (2013), “Marxismo heroico e a questão da consciência de classe nas obras de juventude de Jorge Amado”. In: HERNÁNDEZ, Ascensión Rivas (org.). *Jorge Amado: relectura en su centenario*. Salamanca, Gráfica Lope, pp. 205-213.
- LÖWY, Michael. (2014), *A jaula de aço: Max Weber e o marxismo weberiano*. São Paulo, Boitempo.
- MANNHEIM, Karl. ([1951] 1972), *Liberdade, poder e planificação democrática*. São Paulo, Editora Mestre Jou.
- SILVEIRA, Maria de Fátima Souza da. (2018), *Da invisibilidade ao protagonismo: Florestan Fernandes no pensamento social latino-americano*. São Paulo, dissertação de mestrado em Integração da América Latina, Integração da América Latina, Universidade de São Paulo.

Texto recebido em 31/7/2020 e aprovado em 21/9/2020.

DOI: 10.11606/0103-2070.ts.2021.173160.

DENI ALFARO RUBBO é doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP). Professor de Sociologia e do Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História na Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul (UEMS). E-mail: deni_out27@uol.com.br.

FÁBIO AKIRA SHISHITO é doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP). Professor de Sociologia no Instituto Federal de São Paulo (IFSP). E-mail: akira.shishito@ifsp.edu.br.



Max Weber ontem e hoje

Entrevista com Wolfgang Schluchter

Raquel Andrade Weiss*

<https://orcid.org/0000-0002-5911-4147>

Tradução e apresentação de Carlos Augusto Silva Fabris*

<https://orcid.org/0000-0003-2439-8618>

Apresentação¹

Considerado por muitos como um dos principais intérpretes da obra de Max Weber, Wolfgang Schluchter tem uma trajetória que se confunde com a da consolidação institucional da sociologia alemã e da importância contemporânea da obra weberiana. Suas contribuições teóricas ficam explicitadas em seus diversos livros publicados em torno dos seus comentários da obra de Weber, dando uma ênfase fundamental aos estudos comparados da religião e à narrativa da racionalização, propondo alternativas às leituras de outros intérpretes, como Talcott Parsons, e confrontando os escritos weberianos com as correntes sociológicas mais recentes. Além desses esforços teórico-sistemáticos autorais, Schluchter é um dos editores responsáveis pela publicação da coleção das obras completas de Max Weber, a *Max-Weber-Gesamtausgabe* (MWG).

Retomando esses aspectos, nesta entrevista, Schluchter realiza uma análise retrospectiva de sua trajetória profissional e intelectual, sendo uma pertinente sintetização de sua obra e de suas contribuições. Quando comparada com outras entrevistas²,

* Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, Brasil.

1. A presente entrevista foi realizada no ano de 2015, na cidade de Porto Alegre, no contexto do projeto “O Papel da Teoria Sociológica na Sociologia Contemporânea”, coordenado por Raquel Weiss, com apoio do CNPq, Proex-Capes e Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Uma versão resumida em contra-se disponível em vídeo no canal do projeto *Talking Theory*: <https://youtu.be/t-fi7h0oZR8>.
2. As demais entrevistas realizadas por Schluchter estão listadas nas referências.

chama a atenção a consistência narrativa em que o autor mantém os principais elementos intocados, mesmo com um intervalo de tempo considerável (2004-2017). Destes, destacam-se as temáticas da sua própria biografia e a participação na edição da MWG, a questão das interpretações e traduções da obra de Weber, bem como a construção e a atualidade dos conceitos weberianos. No entanto, a presente entrevista diferencia-se das demais ao discutir outros tópicos pertinentes tanto para pensar a biografia pessoal de Weber, quanto para possibilitar um aprofundamento de seu aparato conceitual no sentido de refletir sobre os desafios contemporâneos, com destaque, nesta entrevista, para a secularização.

A trajetória de Schluchter e os primeiros contatos com a obra de Weber

Raquel Weiss [RW]: *Olá, Professor Schluchter! É um imenso prazer tê-lo aqui, muito obrigada por participar desta conversa.*

Wolfgang Schluchter [ws]: *É um prazer estar aqui, e estou feliz por ter esta entrevista com você.*

RW: *Gostaria de começar perguntando sobre sua trajetória biográfica.*

ws: Eu nasci em 1938, no ano anterior ao começo da Segunda Guerra Mundial. Fui criado em uma família de professores: meu pai era professor e minha mãe era professora. Eu tinha três irmãos, então éramos quatro. Meu pai morreu na guerra, na Itália. Tenho algumas lembranças da Segunda Guerra Mundial, mas não muito marcantes. Então, depois da Segunda Guerra Mundial, minha mãe ficou sozinha com quatro crianças. Ela não casou de novo, então teve que nos criar sozinha. Foi muito trabalhoso, mas ela conseguiu dar uma boa educação para todos seus filhos, algo nada fácil nessa época, porque as coisas não eram comparáveis às de hoje. Era uma época muito difícil de sobreviver, de simplesmente sobreviver.

Minha verdadeira educação começou depois da Segunda Guerra Mundial e é muito conectada com o desenvolvimento da República Federal da Alemanha [Alemanha Ocidental]. Depois da reconstituição do país em 1949 com a constituição da República Federal da Alemanha, um novo desenvolvimento se iniciou, muito influenciado pelos Estados Unidos. E os Estados Unidos também eram como uma sociedade de referência para nós. A democracia era um modelo, e todos olhávamos para o outro lado do oceano nessa época.

Eu tive uma educação normal, passando pelo ensino médio alemão e depois tive a oportunidade de ir para a Universidade, onde consegui uma bolsa de estudos de

uma famosa fundação alemã, que me permitiu estudar de acordo com meus próprios interesses. Comecei com literatura, filosofia e história, mas depois troquei para sociologia, economia e ciência política. Então tive um longo período de estudo nesses anos. Nós ainda éramos um número reduzido de jovens matriculados nas universidades. Só entre 5-6% da nossa faixa etária entrou na universidade. Isso mudou; hoje nós temos 40 ou 45%. Então, era uma situação que permitia bastante proximidade, nós conhecíamos uns aos outros, conhecíamos os professores e tínhamos uma comunicação bem intensa com eles. Aprender era o principal propósito. O ambiente em que me criei era um ambiente de aprendizado.

Eu tinha muitos interesses, principalmente na literatura, porque lia muito. Mas não sabia nada sobre sociologia. Naqueles tempos na Alemanha, a sociologia não era uma disciplina estabelecida. Foi introduzida mais tarde, com uma influência parcial dos Estados Unidos. Não se podia ter um diploma em Sociologia. Havia apenas duas instituições na Alemanha onde isso era possível, mas nem todas tinham esse tipo de programa educacional.

RW: *Quando você descobriu a sociologia?*

WS: Curiosamente, descobri a sociologia por motivos práticos. Eu precisava ganhar algum dinheiro para minha própria sobrevivência e fiz parte de um programa para jovens que ensinavam jovens trabalhadores; lá encontrei a possibilidade de uma disciplina chamada sociologia. Como já estava um pouco insatisfeito com a literatura, decidi que provavelmente seria uma boa ideia mudar para a sociologia. A sociologia estava muito próxima da filosofia, e eu gostava muito de filosofia. Então decidi mudar. E isso foi feito após três ou quatro semestres, nos quais fiz principalmente literatura, história e filosofia, mudando para a sociologia e a economia. Sempre havia essa combinação de sociologia, economia e ciências políticas. E também mantive a filosofia por ora, até o final daquele semestre.

Mudei de universidade várias vezes e acabei em Berlim, na Universidade Livre de Berlim [Freie Universität Berlin]³. Lá se podia obter o diploma em sociologia, um dos poucos lugares na Alemanha onde isso era possível naquele momento, e então me tornei assistente de um professor de Sociologia e ficou claro que tentaria seguir essa disciplina. Acabou dando certo e me tornei sociólogo.

RW: *Quando você se interessou pelo trabalho de Max Weber, foi antes ou depois de se tornar sociólogo?*

3. Os trechos entre colchetes foram inseridos pelo tradutor.

ws: Foi depois. Comecei com uma tese sobre um constitucionalista alemão muito interessante e, na minha opinião, muito importante, chamado Hermann Heller. Ele foi uma das principais figuras da República de Weimar, lutando pela manutenção da República contra as forças de esquerda e direita que queriam destruí-la. Minha tese foi sobre Herman Heller e seus contemporâneos, comparando sua abordagem com a de Carl Schmitt e Rudolf Smend etc. E, nesse contexto, descobri Max Weber pela primeira vez, porque a teoria do Estado era bastante interessante para mim no contexto desse debate na República de Weimar. Este foi o meu primeiro livro, mais tarde chamado *Decisão para o Estado Social de Direito* [*Entscheidung für den sozialen Rechtsstaat* (1967)]. Heller cunhou este termo alemão: *sozial Rechtstaat*. Era um conceito muito importante para a reconstituição da República Federal da Alemanha; portanto, considero Heller uma figura muito importante. Infelizmente, ele não foi considerado por outros da mesma maneira. Outras pessoas que não apoiaram a República de Weimar ganharam mais reconhecimento após a Segunda Guerra Mundial do que Heller. Eu achei isso injusto, então tentei corrigir um pouco. Lá encontrei Weber pela primeira vez.

Então escrevi uma segunda tese, de habilitação [*Aspekte bürokratischer Herrschaft: Studien zur Interpretation der fortschreitenden Industriegesellschaft* (1972)]. Lá tentei comparar a tradição marxiana, por um lado, e a tradição saint-simoniana, por outro, com a teoria da burocracia de Max Weber. Portanto, já Weber ocupava o centro do palco como uma alternativa viável tanto à abordagem marxiana e à abordagem neomarxiana, quanto à abordagem saint-simoniana e neosaint-simoniana. Naqueles tempos, havia um grande debate entre a teoria crítica e as abordagens tecnocráticas. E tentei estabelecer uma terceira posição entre essas duas. Parte desse livro é uma interlocução muito séria com Herbert Marcuse, por exemplo, que se tornou muito famoso na década de 1960 na Alemanha, como uma espécie de líder intelectual do movimento estudantil, especialmente em Berlim, onde eu estava situado. Então eu também fazia parte desse movimento até certo ponto.

Nessa tese tratei de Weber a sério pela primeira vez. Tentei desenvolver sua teoria política também como uma alternativa para essas duas outras abordagens. Essa foi a segunda tese, necessária na Alemanha para obter uma cátedra. Naqueles tempos, deviam-se escrever duas monografias: uma era a tese normal, e a outra a habilitação, uma segunda tese. Esse foi o começo de meu sério interesse em Max Weber.

Nisso, no lado familiar, eu me casei, tivemos três filhos, e veio a chance de ir para os Estados Unidos, que foi crucial para mim. Eu estava ansioso por essa oportunidade. Passamos um ano em Pittsburgh, na Universidade de Pittsburgh na Pensilvânia, como bolsista Andrew Mellow de pós-doutorado. Então recebemos a oferta para ir a Singapura, onde me tornei professor sênior na Universidade de Singapura, que

naquela época era a Universidade Britânica de Singapura. Naquele período, ainda havia uma separação entre a Universidade Britânica e a Universidade Chinesa, que mais tarde se fundiram; hoje existe apenas a Universidade de Singapura. Eu queria ser um professor sênior na Universidade de Singapura, o que foi um tremendo enriquecimento de nossas vidas, porque não apenas fomos para os Estados Unidos, mas também para partes da Ásia.

Era um mundo totalmente diferente do que experimentamos desde a juventude na Alemanha. Isso reforçou crucialmente meu interesse em Weber. Por quê? Porque Weber é o único sociólogo que tem um escopo de análise que abrange várias civilizações. Isso não se encontra em nenhum outro sociólogo, nem em Marx, nem em Durkheim, nem em Simmel, nem em Tönnies. Ninguém cobriu esse território.

Weber propôs um estudo comparativo das civilizações, e agora eu percebia a importância dos estudos comparativos na tradição sociológica. Estes eram em grande parte renegados pelo debate alemão naquela época. Apenas nos anos 1980 iniciei uma série de conferências internacionais sobre os estudos comparativos, no total seis conferências, com participação internacional, com pessoas da Índia, da China, dos Estados Unidos e assim por diante. O tema eram justamente estas questões: confucionismo, budismo, judaísmo antigo, cristianismo primitivo etc.

Então, essa parte do trabalho de Weber tornou-se bastante conhecida no debate alemão, depois de quase negligenciada até o final dos anos 1970. Isso me levou aos estudos weberianos, porque a minha experiência nos Estados Unidos e em Singapura reforçou esse interesse nos estudos comparativos. Considero a abordagem de Weber a mais promissora para entender o mundo em sua integridade, não apenas o mundo ocidental, mas o mundo ocidental em relação a todas as outras civilizações do mundo.

Além disso, começamos, quase simultaneamente com isso, a edição histórico-crítica das obras e das cartas de Weber [*Max-Weber-Gesamtausgabe* (MWG)], que dura mais de quarenta anos. Serão publicados 47 volumes [45 de textos e 2 de índices e registros] de escritos, discursos, cartas e anotações de aulas de Weber. É uma situação totalmente nova, porque o material está agora disponível para todos e é muito bom de ler. Portanto, a recepção limitada de Weber, que se restringe à tradução, não pode mais ser mantida em vista dessa riqueza de material que agora está disponível.

As traduções da obra de Weber

RW: *Como você acha que essas publicações mudarão as interpretações weberianas?*

WS: A situação mudará lentamente, apenas lentamente, mesmo na Alemanha. Como ainda temos as edições antigas, os alunos as usam, já que são mais baratas que

a nova edição. Então levará tempo. E o mais importante é que se precisa de novas traduções. A maioria das traduções disponíveis em outras línguas são felizes, mas outras são altamente confusas. Tivemos muitas conferências sobre essa questão, e é um problema muito interessante. Claro que toda tradução é uma interpretação, não existe uma tradução literal, mas é possível se desviar mais ou menos do original. E muitas vezes temos a situação em que a tradução em outras línguas é feita a partir da tradução do inglês, não da versão alemã. Então se tem, muitas vezes, a situação em que a tradução inglesa é usada para a tradução japonesa, que é usada para a tradução chinesa. É um telefone sem fio: começa-se com uma palavra e se termina com outra. Meu exemplo sempre é que se começa com “amor”, termo central na nossa sociedade, e se vai do inglês para o japonês e depois para o chinês, e se termina com “sorte”. Porque os chineses estão sempre procurando por sorte, não tanto por amor [risos]. Então, ocorre esse tipo de telefone sem fio.

Muitas vezes vejo como uma imagem distorcida de Weber é transmitida pela tradução, mas, devo enfatizar, não existe uma tradução literal, é sempre uma interpretação. Depende sempre do conhecimento do intérprete e do quão perto ele consegue se aproximar do original, e algumas vezes não é possível chegar próximo dele porque os termos não existem em outra língua. A linguagem de Weber é informada principalmente pelo debate jurídico da Alemanha, e muitos termos são da esfera legal, vinculados à tradição jurídica alemã, não sendo possível traduzi-los em outras línguas, o que torna necessário encontrar substitutos para isso. Mas, às vezes, isso leva a uma literatura de problemas que são produzidos por traduções.

Um exemplo interessante é a tradução de Talcott Parsons da “jaula de ferro” [*iron cage*]. Ela engendrou ampla literatura em torno da ideia da jaula de aço, mas é uma tradução equivocada do original, que não significa “jaula de ferro”. Não que haja algo em uma jaula e outra coisa olhando de fora para ele, que quer sair da jaula! O argumento weberiano é que essas pessoas gostam de estar lá, elas querem estar aprisionadas, por assim dizer, nesse tipo de situação de vida em que estão colocadas. Possui uma conotação inteiramente diferente: é uma falta de interesse em transcender a ordem existente, estar satisfeito com essa ordem. E não é de ser aprisionado, no sentido de ser forçado externamente; quer-se estar ali. Gosta-se disso, de certa forma. Não se têm outros desejos que não estejam dentro da ordem existente. Essa é a ideia de Weber. Claro que ele não gosta disso, ele queria uma humanidade que ainda fosse capaz de transcender a ordem existente, de mudá-la e seguir adiante, mas a situação é tal que isso é interdito. Trata-se de uma noção que não é incorporada exatamente nessa tradução da “jaula de ferro”, porém há toda uma literatura especializada sobre “a jaula de ferro”. Até mesmo no livro de Arthur Mitzman, *The iron cage*, está no título!

As diversas interpretações de Weber, de Parsons a Habermas

RW: *Quão influente foi e ainda são, não só as traduções de Parsons, mas também a sua interpretação sobre Weber?*

ws: Devo dizer que considero a interpretação de Weber feita por Parsons um êxito importante. Antes de tudo, ele traduziu *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. Trata-se de uma boa tradução; tem algumas falhas, como a gaiola de ferro e provavelmente há outras, mas ainda é uma tradução muito boa. Ele fez um tremendo serviço à obra de Weber ao introduzi-la nos Estados Unidos. O primeiro texto traduzido para o inglês foi, curiosamente, o curso com palestras ministradas por Weber em 1919/1920 na Universidade de Munique, intitulado *Wirtschaftsgeschichte* [traduzido como *General economic history*]. Fora traduzido em 1927 por Frank Knight sem fornecer o capítulo de introdução, no qual os termos teóricos são desenvolvidos, o que é muito interessante. Ele deixou essa parte fora [risos]! Então foi recebido nos Estados Unidos como se não tivesse uma parte teórica na história. Weber estava muito interessado em fornecer o aparato conceitual para o estudo, mas isso foi negligenciado na tradução em inglês.

Parsons foi o primeiro que realmente introduziu Weber no mundo de língua inglesa com sua tradução de *A Ética protestante e do espírito do capitalismo* e, posteriormente, com A. M. Henderson, com a tradução dos primeiros capítulos de *Economia e sociedade*, crucial. Sua interpretação na *Estrutura da ação social* [*The structure of social action* (1937)] também é bastante interessante, embora ele tenha usado Weber, é claro, como um bloco de construção de sua própria teoria. Portanto, ele não estava interessado em reconstruir Weber em seus próprios termos, ele queria usá-lo para seus próprios propósitos. E então temos esse debate sobre desparsonizar Weber, desparsonizar Durkheim e assim por diante.

É claro que esse esforço era necessário, de certa forma, para libertar Weber de uma interpretação parsoniana, mas, mesmo assim, Parsons fez um ótimo trabalho de introduzir Weber no mundo de língua inglesa. Foi uma maneira muito peculiar de se apropriar de sua herança. Portanto, após a Segunda Guerra Mundial, temos esse debate nos Estados Unidos. Entre Reinhardt Bendix, por um lado, e Parsons, por outro. Mas também Hans Gerth, Charles Wright Mills e assim por diante. Entretanto, e isto é crucial, ao contrário da Alemanha, nos Estados Unidos o debate não se centrou apenas na metodologia ou na posição política de Max Weber. Um debate sobre a sociologia da dominação, sobre a sociologia da religião, sobre estudos de classe e Estados. Portanto, era um modo muito mais amplo de recepção do trabalho de Weber em comparação com a Alemanha até as décadas de 1970 e 80 do século

passado. Só então, na Alemanha, as pessoas perceberam que Weber era mais do que apenas metodologia e teoria política. Perceberam que existe uma rica proposta para análise comparativa. No centenário de seu nascimento (1964), houve uma convenção na Alemanha sobre Max Weber e a sociologia hoje [*Max Weber und die Soziologie heute*], que era o título da conferência, com a participação não apenas dos sociólogos alemães, mas também dos sociólogos internacionais. Estavam lá Parsons, Bendix, Benjamin Nelson, Marcuse, também pessoas da Itália e da França, como Pietro Rossi e Raymond Aron, respectivamente. Ficou claro que o entendimento de Weber era muito mais amplo fora da Alemanha. Os alemães ainda estavam brigando entre a teoria crítica e o positivismo, e negligenciavam a gama enorme do aparato conceitual fornecido pelos estudos comparativos e da *Economia e sociedade* de Weber.

Portanto, havia um desequilíbrio entre a recepção de Weber fora da Alemanha e dentro da Alemanha, embora ele seja um autor alemão. Eu argumentaria que só mais tarde a Alemanha alcançou o debate internacional e depois assumiu a liderança. Eu diria que, agora, a Alemanha assumiu a liderança. Não apenas por causa da edição histórico-crítica [MWG], mas também porque muitas das monografias mais interessantes foram escritas a partir da abordagem de Weber, considerada um empreendimento intelectual ainda muito viável e amplo. Mas o cenário não era esse logo após o fim da Segunda Guerra Mundial. Weber não era considerado essencial na história intelectual alemã.

RW: *Como você vê o impacto de sua própria interpretação nesse contexto? Afinal, muitos intelectuais, como Jürgen Habermas, reconhecem que você trouxe contribuições e interpretações completamente novas, mesmo na Alemanha.*

WS: Aprecio esta interpretação [risos], mas não tenho tanta certeza da importância do impacto. No caso de Habermas, é verdade, houve um curto período em que trabalhamos muito juntos e tínhamos o plano de fazê-lo a longo prazo. Infelizmente não se materializou, em parte porque decidi não me juntar ao seu grupo em Starnberg [no *Max-Planck-Institut*]. Portanto, nós nos separamos novamente, após um período de intensa troca. E ele usou de fato especialmente a sociologia da religião no primeiro volume do livro da sua teoria da ação comunicativa. Ele tem uma abordagem diferente de Weber, porque ele argumentava o tempo todo que, em seu livro, Weber era muito interessante no trabalho substantivo, mas sua teoria sobre o afeto era muito limitada, apesar de ter o potencial de melhorar a partir do seu trabalho substantivo. Mas Habermas, na teoria da ação comunicativa, mudará totalmente a atitude da Escola de Frankfurt em relação a Weber. Antes disso, Weber era considerado pelos membros da Escola de Frankfurt como um positivista ou o que quer que fosse, algo

que teria sido superado e que não deveria interessar muito; Habermas mudou essa percepção com o primeiro volume da *Teoria da ação comunicativa*.

Tive a sorte de ter meu livro, publicado em 1979, *The rise of Western rationalism*, traduzido pelo meu bom amigo Guenther Roth para o inglês, caso contrário não teria nenhum impacto. Se causou ou não impacto, não sei; mas sinto prazer de ouvir em sua pergunta que provavelmente é o caso. É sempre bom ouvir isso, mas não tenho conhecimento real de até que ponto isso vai. Mostra novamente que apenas quando as coisas são traduzidas para o inglês são recebidas em todo o mundo; caso contrário, os trabalhos alemães não são recebidos fora da Alemanha.

A leitura de Schluchter: a história desenvolvimental

RW: *Existem muitos aspectos importantes em sua interpretação, mas há um que se destaca: a tese de que há, na obra de Weber, uma história desenvolvimental [developmental history em inglês; Entwicklungsgeschichte em alemão], que implica o tema da evolução. Qual é, exatamente, o significado da ideia de evolução em Weber?*

ws: Comecei com uma comparação de duas abordagens possíveis para Weber. Uma era a ideia de Johann Winckelmann, que apontava para um tipo de fenomenologia da história universal, na qual se colocam as coisas lado a lado, em pé de igualdade. A outra era de Friedrich Tenbruck, um importante autor alemão. Sua interpretação de Max Weber foi evolucionista, mas não estava tão claro o que evolução significava em sua abordagem. A teoria evolucionista estava muito em debate naqueles tempos, a partir disso ele considerava Weber um evolucionista. Portanto, há posições muito opostas uma à outra: a história universal fenomenológica, por um lado, e a teoria evolutiva, por outro, tendo o Ocidente como o cume da espécie humana.

Argumentei que nenhuma dessas posições é viável. Precisamos de algo entre elas, e o que pode ser considerado e colocado entre as duas posições é o que chamei de história desenvolvimental, uma história do desenvolvimento do Ocidente. Existem outras histórias desenvolvimentais, não apenas do Ocidente, e elas não podem ser consideradas superiores ou deficitárias. Trata-se de um dispositivo heurístico para analisar a história do mundo de uma perspectiva europeia, sem implicar um sentido normativo, de que a Europa seja superior a outras civilizações. É uma tentativa de encontrar a particularidade do desenvolvimento ocidental em comparação com outros desenvolvimentos. Portanto, a história do desenvolvimento não é a fenomenologia da história universal, nem a teoria da evolução no sentido tradicional do termo, como na teoria evolutiva de Charles Darwin. É a análise peculiar de um desenvolvimento único, no qual se está interessado. Visa a descobrir como somente

no Ocidente surgiram coisas que poderiam ter sido possíveis em outras civilizações, embora não tenham se desenvolvido por lá. Mas isso não quer dizer que, por ter se desenvolvido aqui, sejam superiores a todo o resto do mundo. Só se está interessado na reconstrução de sua própria história e se precisa de outra civilização como uma espécie de fólio para entender por que seu desenvolvimento é distinto dos outros desenvolvimentos.

Então, tentei enfatizar essa noção de história desenvolvimental, que é também um dispositivo metodológico no trabalho de Rickert, tratando da diferença entre a mera mudança, por um lado, e a teoria evolutiva, no sentido de uma noção normativa da evolução, por outro. E ele argumenta que a história desenvolvimental é uma noção condicional-teleológica de desenvolvimento. E fui convencido de que a abordagem do próprio Weber pode ser reconstruída nesses termos. É uma abordagem eurocêntrica – sempre afirmei que é uma abordagem eurocêntrica –, mas é heurística, não normativa. Claro que Weber tem clara a questão de que somente no Ocidente emergiram coisas que têm significação universal e provavelmente (provavelmente!) validade. A significação é clara: o capitalismo é algo muito significativo para a humanidade, assim como a ciência moderna. Ninguém no mundo hoje pode evitar os princípios da ciência moderna – na Índia, na China, aonde quer que se vá, encontra-se a ciência moderna com o mesmo tipo de estrutura em todas essas civilizações. Então houve algo inventado no Ocidente que penetrou no mundo. Isso não quer dizer que o Ocidente seja a mais alta civilização no mundo e que todas as outras são deficitárias.

Racionalização, desencantamento do mundo e secularização

ws: Nós voltaremos a isso quando falarmos de Shmuel Eisenstadt, porque Eisenstadt começou sua ideia de modernidades múltiplas exatamente com base na ideia weberiana de multiplicidade de histórias desenvolvimentais, ou seja, de que há muitas histórias desenvolvimentais e que cada civilização tem seu próprio modo de lidar com esses desafios que o mundo ocidental produziu a partir dos anos 1500 em diante, começando com os períodos das descobertas, depois com a Renascença, a Reforma, o Iluminismo. Isso mudou o mundo, mas não unificou o mundo. O mundo é muito diferente em suas variadas formas por causa de tradições culturais que podem lidar com esses desafios introduzidos pelo Ocidente, em parte pacificamente, mas também em parte pela força (como o imperialismo e colonialismo etc.). Portanto, essa era a ideia da história desenvolvimental, algo que é mais da fenomenologia do mundo da história universal e menos do que uma teoria evolutiva no sentido estrito do termo.

RW: *Podemos dizer que a racionalidade é a força motriz dessa evolução?*

ws: Claro. Um dos argumentos de Weber é que a racionalização é um processo que pode ser detectado em todas as civilizações, mas em diferentes formas de civilização. Os estudos comparativos na sociologia da religião nos forneceram diferentes tipos de racionalidade. Ele sustenta que os estudos comparativos são uma contribuição à sociologia e à tipologia do racionalismo. E essa é uma de suas ideias muito interessantes. Ao contrário da crítica da religião que encontramos no jovem Karl Marx e em Ludwig Feuerbach, Weber argumenta que religião e racionalidade nem sempre são poderes contrários. A religião é uma força para desenvolver a racionalidade. E não está confinado à tradição judaico-cristã; temos o mesmo no budismo, temos o mesmo, em certa extensão, no confucionismo. O resultado são diferentes tipos de racionalidade, ou seja, a maneira como as pessoas se relacionam com o mundo e como interpretam sua própria vida. Não é uma hierarquia estritamente falando entre esses vários tipos de racionalidade. A tipologia e a sociologia do racionalismo são o propósito desses estudos comparativos. É claro que também devemos encontrar a particularidade da trajetória ocidental. Esse era o seu interesse, que acredito ser bem sintetizado na seguinte pergunta: como é que no Ocidente temos esse desenvolvimento peculiar, um desenvolvimento que não é apenas significativo para outras civilizações, mas também, em certa medida, válido, que deve ser retomado? Mas é sempre em mistura com suas próprias tradições.

E acho que é isso que Eisenstadt sempre teve em mente quando tentou reinventar essa ideia de multiplicidade. Ele chama de modernidades múltiplas – não gosto do termo, porque ou é “modernidade múltipla” ou “modernidades”. Ele diz que são múltiplas modernidades, mas tudo bem, isso não é importante. Sua ideia era que não pode haver uniformidade na maneira como as novas invenções são apropriadas, porque sempre existe uma tradição cultural que tem uma forte resistência ou uma fraca resistência a essas imposições externas. E, portanto, resulta em uma multiplicidade de modernidades e não apenas uma modernidade.

RW: *Então a ideia de Eisenstadt das modernidades múltiplas, em sua visão, é consistente com a abordagem de Weber?*

ws: Sim, até certo ponto. Quero dizer, o problema com a abordagem de Eisenstadt, na minha opinião, é que, conceitualmente, não há uma formulação rigorosa tal como é característico na própria abordagem de Weber. E ele sempre me dizia: “Fatos? Eu não ligo para fatos!” [risos]. Mas, em certo sentido, ele faz uma boa tentativa. Ele tentou continuar essa ideia que encontramos nos estudos comparativos da socio-

logia da religião. Ele fez isso com seus próprios meios, mas em uma relação muito próxima com a abordagem weberiana. Eu nem sempre estava de acordo com ele, tínhamos longas conversas. Trabalhamos juntos por quase cinco anos; ele era um bom amigo meu e passamos bons momentos juntos, mas não aceitei tudo que ele estava tentando fazer. Mas acho que alguém poderia dizer que tentei continuar esse programa em novos termos. E, até certo ponto, ele aceitou minha interpretação da ascensão do racionalismo ocidental, sempre citou este livro, mas não leu muito dos meus trabalhos posteriores [risos].

RW: *Retomando o que falamos sobre racionalismo e religião, gostaria de perguntar sobre a conexão entre racionalidade, desencantamento do mundo e secularismo.*

WS: Antes de tudo, eu argumentaria que secularização é um termo que Weber usa de vez em quando, mas não com muita frequência. É usado principalmente no ensaio sobre as seitas religiosas nos Estados Unidos, no qual ele afirma que as associações são uma forma secular da seita. Lá ele usa o termo *secularização*. Mas não usa o termo da maneira como é normalmente usado atualmente, como a transição de uma religião para uma visão de mundo secular. Para esse caso ele usa o termo *desencantamento do mundo*. Faço uma distinção clara entre o desencantamento do mundo e a secularização. Nos últimos tempos, voltei-me, em certa medida, ao livro de Charles Taylor, *The Secular Age*. Lá, Taylor distingue três tipos de secularização, e é bem claro, afirmei isso antes: é possível colocá-la no nível das visões de mundo, para referir-se a uma visão de mundo secular ou à visão de mundo religiosa; ou então se relaciona com os padrões institucionais, nos quais se intensifica a separação entre Estado e igreja, mas também o fato de o Estado ter prioridade sobre a igreja; finalmente, é possível relacioná-la com o nível individual, para afirmar que as pessoas têm crenças religiosas ou não, são seculares ou têm uma mente religiosa. Taylor apresentou, em minha opinião, um argumento crucial, do qual gosto e que assumi. Ou seja, a distinção entre aquilo que ele chama de “quadro”: há um quadro transcendental, ou religioso, e um imanente, ou secular.

Tivemos um debate na Alemanha nos anos 1960, início dos anos 70, quanto à noção filosófica de secularização. Havia uma posição sustentada por Karl Löwith, Carl Schmitt e outros, segundo a qual o mundo moderno é o resultado de uma secularização da religião no termo mais amplo de convicções religiosas e visões de mundo religiosas. Por outro lado, havia Hans Blumenberg, que argumentava que a secularização é um conceito errado, porque nega a legitimidade dos tempos modernos. Porque se argumenta que a modernidade é o resultado da secularização, argumenta-se que algo estava lá e foi transformado em outra coisa, mas ainda depen-

de do que era antes, então se nega a legitimação do novo elemento que surge com a transição da visão de mundo religiosa para a secular.

Na minha opinião, Taylor tem um bom argumento, porque ele diz que isso não significa o desaparecimento da religião, mas se trata de uma situação diferente para a religião, ela se torna uma opção. Numa visão de mundo religiosa, a religião não é uma opção, é preciso ser religioso, não se pode nem mudar de uma religião para outra sem estar em perigo de ser expulso da sociedade e arruinar sua existência. Nos tempos modernos, a religião se torna uma opção: pode-se ser religioso, pode-se mudar de uma religião para outra, de uma confissão para outra, ou negar ser religioso, e isso é algo muito novo. Esse argumento sustenta que a religião não desaparecerá, mas que a posição da religião dentro de todo o tecido da sociedade mudou totalmente ao tornar-se uma opção. É nisso que consiste a modernidade. É o que Weber tinha em mente quando falava sobre o desencantamento do mundo. O desencantamento do mundo é uma situação em que a religião se torna uma opção; essa é a minha interpretação. Portanto, não é secularização. É preciso distinguir entre secularização e desencantamento do mundo. E, ao contrário da leitura de Taylor, o desencantamento do mundo para Weber não é um processo que se inicia no século XV ou XVI, mas um processo de longo alcance que se inicia no judaísmo antigo. Portanto, é uma interpretação diferente do processo no caso de Weber. Gosto dessa ideia de que o desencantamento do mundo, como Taylor afirma, é uma indicação dessa transição de um quadro transcendental para um quadro imanente. E a situação diferente da religião dentro do quadro imanente, porque no quadro imanente ainda se pode ser religioso, e pode lutar pela religião, que é um elemento que transcende o mundo, do imanente à transcendência. Mas é apenas uma opção entre outras opções, e a questão é se se trata de uma opção melhor ou pior, algo que se precisa decidir por si mesmo.

Nesse contexto, imediatamente se percebe que o fundamentalismo é uma rebelião contra essa ideia de que a religião é uma opção, porque ao argumentar que a religião é uma opção se relativiza seu credo religioso. Quero dizer, pode-se acreditar pessoalmente que é a coisa certa a se fazer e na qual acreditar. Mas, estritamente falando, não se pode argumentar que é o único que sabe o que é verdade. Há um elemento de relativização nesta noção de opção, e o fundamentalismo se opõe a isso: só pode haver uma única verdade. Se é um protestante, o catolicismo deve ser considerado como algo falso. Não é uma alternativa, é falso. A postura fundamentalista não implica apenas um retorno às fontes, uma leitura literal dos escritos, mas a ideia de que essa é a única verdade que conta, enquanto o resto é deficitário comparado a ela. Considero o fundamentalismo como a oposição da ideia da religião como uma opção.

RW: *Você considera o fundamentalismo outra patologia da modernidade ou outra forma de expressar a religião?*

ws: Considero uma patologia da modernidade, mas realizada com meios modernos. A posição em si é questionar o caráter opcional da religião, que é negado.

RW: *Então o fundamentalismo não é compatível com a ideia de pós-secular?*

ws: Eu não gosto da palavra “pós-secular”, pois não é pós-secular, é secular. Secular dentro de um enquadramento secular: ainda existe a religião e a religião é uma opção, não há dúvida sobre isso. Faz muito sentido argumentar que se quer transcender sua vida imanente e dar significado a ela. Precisa-se de algo para além da vida existente, e a religião é uma oferta para essa relação com algo além, maior que a própria existência. Então a religião será sempre um pano de fundo viável para os humanos enquanto eles procurarem pelo sentido, mas não é a única forma. Há muitas pessoas que não aceitam a interpretação religiosa da transcendência. Elas querem outros modos de transcendência, modos seculares de transcendência, algo muito difícil de se atingir, mas, mesmo assim, temos agora a situação em que viver sem a religião tem a mesma dignidade que viver com religião. E isso não era verdade no século XV, lá não havia uma opção, em que se podia ser religioso ou não religioso: era preciso ser o membro de um grupo religioso.

RW: *Você considera que Weber previu essa permanência da religião, mesmo que nas margens?*

ws: Sim, claro! No final de *A Ética protestante e o espírito do capitalismo*, há essa afirmação muito famosa: “quem sabe o que aparecerá no futuro: ou uma revitalização das grandes religiões ou novos ideais que não conhecemos no momento, novas grandes ideias”.

RW: *Isso é interessante, trata-se quase da mesma conclusão de Durkheim em As formas elementares da vida religiosa, em que o autor formula um questionamento sobre o que vai acontecer, ainda que seja por razões diferentes.*

ws: Embora, estritamente falando, Durkheim seja mais secular do que Weber, porque seu argumento é que a moralidade e a religião civil que a acompanha são basicamente seculares. Não tem mais comandantes religiosos, mas é produto da efervescência coletiva. E é mais do que o individualismo, leva o individualismo para além das limitações como indivíduo, mas é algo em si secular.

RW: *No caso da abordagem weberiana, poderíamos afirmar que a continuidade das religiões no mundo contemporâneo, mesmo no fundamentalismo religioso, tem a ver com essa suposição básica de Weber de que os seres humanos precisam buscar sentido?*

WS: Com certeza! Não há vida humana sem a tentativa de dar sentido à própria vida. Não se trata somente de uma necessidade externa que experienciamos muito frequentemente, em que as pessoas precisam de recursos, mas também há sempre uma necessidade interna, e é preciso resolver a necessidade interna. Os seres humanos buscam sentido, uma interpretação da vida, e, portanto, a religião nunca desaparecerá. Eu nunca li Weber deste modo, como se dissesse que a religião vai desaparecer. Porém, ela passou a ter um estatuto diferente sob as condições modernas em comparação com o que tinha no passado, e é muito importante para um entendimento correto da constituição política, já que o Estado, de acordo com Weber, goza de prioridade sobre todas as outras instituições que, por sua vez, são produtoras e supridoras de sentido. O Estado em si não é uma instituição provedora de sentido, é um fórum, sob o qual se podem ter diferentes atitudes, em que a religião tem um papel, a convicção não religiosa tem um papel, mas devem ser tratadas como iguais em relação a seu acesso para o Estado. O Estado Moderno é o fórum sob o qual se tem essa possibilidade de opções para resolver o problema do sentido. O Estado em si não deve resolver o problema do sentido, é só o enquadramento formal sob o qual se pode resolver o problema do sentido. Assim, o Estado não é a encarnação do sentido, mas um instrumento que permite a multiplicidade e a pluralidade de iniciativas de produção e de busca de sentido. Essa é a separação do Estado e Igreja, mas não só isso, a separação do Estado e qualquer tipo de ideologia.

RW: *E o que acontece quando a religião não está satisfeita em estar em sua própria esfera e deseja interferir na vida política? Essa é uma tendência geral, não apenas do ponto de vista do Islã, mas também de muitas seções do protestantismo no Brasil.*

WS: Sim, mas penso que temos que rejeitar isso.

RW: *Então essa é sua posição normativa quanto à relação entre religião e Estado?*

WS: Sim, essa é a minha posição normativa, e digo que é a consequência do quadro imanente que temos agora. Estamos vivendo em uma estrutura imanente, não na estrutura transcendental. A estrutura transcendental é uma opção, mas não deve ser definida como a forma em que podemos viver. E essa é a razão pela qual não

podemos aceitar uma leitura fundamentalista do Islã, no qual a lei sagrada é considerada como seria a secular. Nossa lei é secular, e o sistema legal é a estrutura na qual podemos executar nosso interesse diferente em buscar e produzir sentido. Mas não é ele próprio o fornecedor desse significado, é apenas um fórum. O que chamamos de estado neutro. Essa é uma posição anti-hegeliana, é claro, é também uma posição antidurkheimiana. Porque Durkheim ainda tem a ideia de que o Estado tem um elemento que pode ser considerado sagrado, que é mais do que simplesmente um instrumento, cujas diferentes tendências dentro da religião ou dentro das visões de mundo são organizadas e mediadas entre si. E nenhum movimento único pode tentar conquistar o Estado.

RW: A civilização ocidental tem esse princípio fundamental; mas como pensar a questão em outros países, baseados em diferentes relações entre o Estado e a religião? De que modo isso é um problema ou desafio para Weber?

ws: Concordo que temos esses dois modelos, por assim dizer. Ainda temos civilizações onde o transcendente é primordial, e não o quadro imanente. Mas, na minha opinião, o que pode surgir, com argumentos muito bons, é que o quadro imanente é algo que não pode mais ser descartado. Está no mundo, e, mesmo nessas sociedades que não o aceitam no momento, haverá mudança a longo prazo nessa situação e o quadro imanente penetrará no mundo inteiro.

RW: Os Estados Islâmicos, por exemplo, vão passar por um processo de secularização?

ws: Absolutamente. A longo prazo, acho que não há outro caminho. Quero dizer, será uma luta interna. Hoje em dia não se pode aceitar uma teocracia. Como podemos aceitar uma teocracia? Não podemos argumentar que é o mesmo nível do nosso sistema democrático altamente diferenciado. Quero dizer, uma teocracia é uma instituição pré-moderna. A esse respeito, sou totalmente normativo. Estou discutindo de maneira normativa. Considero a transição para o quadro imanente como algo realizável e que não pode mais ser perdido.

RW: Portanto, não é apenas um processo necessário, mas também um processo desejado?

ws: Na minha opinião também é um processo desejável. É um processo que ocorreu e, portanto, está no mundo e nunca mais desaparecerá. Não consigo conceber uma situação em que isso desapareça. Mas pessoalmente considero uma situação desejável, na qual temos um estado neutro e temos uma multiplicidade de instituições e mo-

vimentos buscando sentido e fornecendo sentido e pessoas que tentam dar sentido à sua vida. Em relação à religião ou à crença não religiosa.

RW: Realizamos muitas coisas com a modernidade; por outro lado, isso não traz um tipo de desafio? Por exemplo, instituímos não apenas a possibilidade, mas também a necessidade de ser livre. Uma pessoa que vive em um mundo não moderno, em que o estado não é secular, sem ter que escolher uma religião, não teria como contrapartida algum tipo de vida mais feliz?

*ws: Sim, isso pode ser verdade. Não sei. Minha suspeita seria que, a longo prazo, mesmo que já se tenha uma teocracia em alguns desses países islâmicos, a busca por interpretações opcionais de sentido prevalecerá a longo prazo. Habermas já teve um argumento muito bom, a meu ver, muito perspicaz: não se pode não aprender [risos]. Quer dizer, se você teve um *insight*, ele não desaparecerá mais, você não pode voltar para uma situação em que esse *insight* desaparece para sempre. Não se pode não aprender. E é por isso que gosto tanto do Iluminismo, porque você sabe que viu a luz e não pode voltar para a escuridão.*

Penso, ainda, que um dos principais problemas da era secular, na qual estamos vivendo no momento, pelo menos no mundo ocidental, é encontrar essa transcendência do imanente. Na era “religiosa”, o problema era mediar as forças transcendentais no imanente, da existência humana. Precisava-se de Jesus para tornar Deus uma entidade acessível. Para tornar a ordem abstrata, eterna, aceitável para os seres humanos, precisa-se de personalizações do poder transcendental abstrato. Agora, na ordem imanente, há o problema de encontrar recursos para ir além do dado e transcender o mundo imanente. Portanto, a religião continua sendo uma força crucial. Nunca aceitei essa ideia de que a religião desaparecerá. Ela mudou de posição dentro do tecido da existência humana. Não pode mais reivindicar ser uma solução final para tudo, para algumas pessoas pode ser verdade, para outras não. Mesmo aceitando, não podem agir de tal maneira que descarte todas as outras possibilidades, estão sempre no horizonte. Isso nunca desaparecerá.

RW: Weber estava preocupado com o fato de que na modernidade as pessoas de alguma forma perderiam esse horizonte de sentido. Ele tentou identificar isso na religião, mas chegou a considerar que poderíamos encontrar significado nas formas de arte e erotismo etc. Ele estava convencido de que poderíamos encontrar sentido fora da religião ou a religião seria o único lugar em que podemos encontrar sentido?

ws: Ele próprio, como pessoa, não tinha um ouvido musical para a religião, não que

ele rejeitasse a religião, mas ele não tinha a atitude interior para se tornar religioso, uma pessoa religiosa. Era incapaz de viver tal existência. Então Weber tentou dar sentido à sua própria vida em termos não religiosos. E é assim que muitas pessoas hoje em dia vivem. Elas tentam dar sentido à sua vida fora da religião. E isso é possível, provavelmente instável, mas possível.

RW: *Não é uma forma sólida.*

WS: Não é sólida. Ela vem sendo ampliada com certas restrições, mas ainda é uma alternativa: a autodeterminação. Weber era definitivamente alguém que se considerava uma pessoa autodeterminada e não confiava em nenhum credo religioso. Às vezes se tem a sensação de que é um tipo de atitude heroica, uma atitude que precisa de tremenda força interior, para ser vivida. E sempre há esse problema de como guiar sua vida e como morrer. Porque isso é certo, que se vai morrer.

RW: *No sentido de como se podem encontrar os demônios que guiarão sua vida, quais demônios se devem servir.*

WS: Sim, é isso que Weber chama de demônio. Demônio significa seu próprio destino, aquele que se escolheu. E aqui o ponto decisivo é a escolha.

RW: *Nesse sentido, somos livres, mas isso também é um fardo.*

WS: Absolutamente, é um fardo tremendo. É muito fácil viver em uma constelação onde o problema é resolvido. Na modernidade se tem que resolver sozinho. A propósito, essa é uma diferença interessante com Nietzsche, porque Weber sempre desconfiou da ilusão de Nietzsche do problema do homem moderno, ou seja, o além-homem [Übermensch]. Isso é uma nova ideologia, de acordo com Weber. Nietzsche não é capaz de manter essa posição muito precária, na qual não se tem mais base de segurança, é preciso produzi-la por conta própria. E Nietzsche teve a solução final: o além-homem. Essa é uma nova religião, mas não é uma boa religião, porque não tem os pontos fortes das religiões tradicionais; mas é, no entanto, uma nova religião. Weber desprezava isso, ele não queria isso. É preciso produzir o significado da sua vida. É uma escolha! Isso é crucial, é uma escolha. Não é apenas uma escolha como se escolhe entre Coca-Cola e Sprite, é uma escolha existencial. E a escolha existencial tem consequências para toda a sua vida.

Sobre isso ser relativismo ou absolutismo, nesse sentido, Weber argumenta que esses valores têm uma demanda absoluta na existência humana. Quando se está na

esfera ética, existe uma demanda absoluta para agir de acordo com esses princípios éticos. Quando se está na esfera erótica e se apaixonava, não há escolha; então, se é atraído por essa esfera. E é um compromisso absoluto.

RW: *Se está servindo outro deus.*

WS: Sim, e aí se está de fato servindo outro deus. Isso é o que Weber chamou de batalha dos deuses, e esses deuses estão lutando entre si. Querem ter supremacia sobre o indivíduo, qualquer um quer que seja seu discípulo. Há uma batalha entre eles, mas se se serve a um deus, não pode servir ao mesmo tempo a outro, e é assim que funciona em todas as esferas de valor e as ordens de vida. Existe esse conflito entre esses deuses que lutam, e isso também estava em *Ciência como vocação*, em que esses deuses gregos antigos estão novamente à nossa volta como poderes impessoais, não como deuses personalizados como no mundo grego, mas como poderes impessoais, valores abstratos. O grau de autonomia entre as esferas aumentou em comparação com o que tínhamos antes. Esse é o sentimento da sua vida. É preciso resolver esses conflitos o tempo todo. Normalmente se fazem concessões, mas se se é realmente sério, não há concessões. É preciso escolher entre um ou outro.

A racionalização como o motor da história

RW: *Nessa concepção, portanto, a razão e a racionalização são a força motriz.*

WS: São a força motriz, mas Weber é muito claro sobre isso: a racionalização produz potências contrárias o tempo todo. O que é considerado de um ponto de vista como racional pode ser considerado de outro ponto de vista como irracional, não racional. Aplica-se a todos esses conceitos duais, nos quais ele tenta expressar diferentes dimensões da racionalidade, como racionalidade instrumental, racionalidade com relação a valor, racionalidade formal e substancial, racionalidade teórica e prática.

Esses são elementos em que ele tenta mostrar que não há uma reconciliação entre diferentes formas de racionalidade, há sempre uma antinomia, um conflito entre elas. E se avança com a racionalidade formal, então sempre haverá um contra-argumento de que o resultado deve ser sustentado por um ponto de vista substancial e, assim, ser tomado como algo não aceitável. As forças de produção podem ser desenvolvidas no capitalismo até um ponto extremo, mas o resultado pode ser que a distribuição de renda seja injusta; então se avalia isso de um ponto de vista racional-substancial, de um ponto de vista de valor, pensando que “bom, isso é injusto, não quero ter esse resultado, então é preciso mudar”. A racionalidade é sempre dupla, uma vai para tal

direção, a outra para a outra, e não há reconciliação entre as formas de racionalidade: é sempre essa ideia de antinomia.

Especialmente nos últimos capítulos de *Economia e sociedade* de 1919-1920, Weber enfatiza a relação entre economia e dominação, entre racionalidade formal e substantiva. A racionalidade do procedimento leva a resultados que, de um ponto de vista racional substantivo, são considerados inaceitáveis e irracionais. Essa é uma de suas convicções e também tem algo a ver com a teoria do valor, de que sempre há um conflito entre elas. Não há reconciliação, sempre há conflitos, antinomias. Há paradoxos, e não reconciliação.

RW: *Há espaço para a emoção?*

ws: Há espaço para emoção, definitivamente. Há espaço para a emoção nos *Conceitos sociológicos fundamentais*, quando Weber enfatiza a ação afetiva na relação entre ela e a ação racional com relação a valor. O racional com relação a valor está profundamente enraizado nas emoções, ao contrário da ação racional instrumental, que é um distanciamento das emoções. Elementos emocionais são relacionados a nossas identidades, com o sentido subjetivo que atribuímos à nossa vida. Isso sempre tem elementos afetivos e racionais com relação a valor.

RW: *Nesse sentido, o valor não é apenas um elemento cognitivo, mas também emocional.*

ws: Exato. Na *Consideração intermediária* [*Zwischenbetrachtung*], Weber discutiu a relação entre uma ética de convicção de fraternidade e todas as outras esferas da vida, como economia, política, ciência. Além destas duas esferas de valores a-rationais: arte e erótica, e elas não são racionais, ele chama a ética de convicção de fraternidade de a-*racional*; elas não podem ser racionalizadas da mesma maneira que o poder e a utilidade.

É possível reconstruir a *Consideração intermediária* levando sempre em conta que a racionalidade é um conceito multidimensional, no qual se encontram tendências contrárias. Nunca há uma fácil reconciliação de diferentes tipos de racionalidade. A racionalidade instrumental e a racionalidade com relação a valor são, até certo ponto, opostas uma à outra; se pode ser uma ou outra.

RW: *Qual é a diferença entre eles, o Zweck [Fim] e o Wert [Valor]?*

ws: A diferença é definida como uma ação racional instrumental [*Zweck*] orientada para o sucesso. Já na relação com um valor [*Wert*], a ação é orientada para a realização de um valor por si só.

Um valor ético pode ser, nos termos kantianos, um dever ético por si só, realizado mesmo que contra suas inclinações. Não porque se ganha algo com isso, não porque se torna bem-sucedido ao executá-lo, pois mesmo que falhe, ele tem seu valor em si. Essa é a definição nos *Conceitos sociológicos fundamentais*. A ação racional instrumental é uma ação orientada para o sucesso. Quero ter sucesso e, portanto, preciso entender a relação entre meios e fins, preciso de um sinal de reconhecimento para isso, e quanto mais tiver, melhor. Portanto, vou perceber o que devo fazer e ser bem-sucedido e, se falhar, não são necessárias sanções. Durkheim distingue entre regras técnicas e morais: a regra técnica é aquela que não precisa de uma sanção, porque violou seu próprio interesse. Em casos morais, é preciso uma sanção, porque o ato e a consequência da ação não estão conectados analiticamente, como ele diz, mas sinteticamente. É preciso uma instância intermediária para conectar os dois. Deriva de Kant, é claro, a distinção dos imperativos categóricos e hipotéticos. Tanto no caso durkheimiano, quanto no weberiano.

A maneira como Durkheim usa Kant é diferente da maneira como Weber usa Kant, porque Durkheim transforma Kant em sociologia, enquanto Weber mantém Kant separado da sociologia. Por isso argumentei que em Durkheim a sociologia é um kantismo sociológico, enquanto a sociologia de Weber é uma sociologia kantiana. Isso faz diferença. O kantismo sociológico é a transformação de Kant em sociologia, ou seja, Durkheim e a sociologia kantiana mantêm a ideia de Kant separada da análise sociológica empírica, mas usa-a como guia para uma distinção que pode ser usada no nível da análise empírica. E é a distinção entre racionalidade valorativa e racionalidade instrumental. Racionalidade valorativa significa que se faz isso por si só, independentemente do sucesso, enquanto na outra é feito apenas em relação ao sucesso; caso contrário, não o faz. Caso se saiba que não se terá sucesso, não se executa uma ação racional instrumental.

RW: Há liberdade de escolha do objetivo quando se trata de um Zweck [fim], mas não quando se está na esfera do Wert [valor]?

ws: Bem, você tem um ponto muito bom aqui. Essa é uma questão terminológica; as palavras em alemão são *Wert* e *Zweck*, que significam valor e fim, o que soa um tanto estranho. Portanto, reformulei isso um pouco, argumentando que Weber define fim como o sucesso que se torna a causa de uma ação, e valor como a validade que se torna a causa de uma ação. Então faz sentido dizer que a antecipação de um sucesso se torna a causa da ação: isso seria a racionalidade instrumental; e a validade, a noção de validade, se torna a causa de uma ação: isso é racionalidade valorativa. Então tentei reformular esses dois conceitos de valor e fim, que seriam a tradução

literal de *Wert* e *Zweck*, porque não há uma ação sem um propósito. Esse é o duplo sentido de teleológico: uma ação é sempre teleológica num sentido geral, porque é sempre em termos causais entre fins e meios, de um jeito ou de outro, sempre.

As noções de valor de Weber são muito mais amplas, não se limitam à ética; também há estética, e, em seguida, ele chama alguns valores de valores culturais, que são relativos a uma determinada cultura. Quanto à ética, acho que ele a considera em sentido kantiano, como distinta dos valores culturais, mas essa é uma questão muito complicada que precisa de mais elaboração do que normalmente é o caso em relação à posição de valor de Weber. Minha solução para esse problema, para esse complicado problema conceitual, é simplesmente dizer: fim é a antecipação ou a noção de um sucesso, que se torna a causa de uma ação; e o valor é a noção de uma validade, seja uma validade ética, validade moral, validade religiosa ou o que quer que seja, não importa, é sempre o mesmo tipo de causa de ação: fazer algo por si só.

RW: *Isso é crucial para entender a reflexão weberiana, porque temos a ideia de que toda ação precisa de um fim, o que faz pensar que elas são iguais, mas na verdade elas não são as mesmas.*

ws: Sim, elas não são as mesmas. Essa é uma mistura dessas duas noções de teleológico, porque a ação é sempre teleológica. E há um teleológico especial, que é o instrumental, e o outro, que é com relação a valores. Mas ambos são teleológicos no sentido geral, a ação é sempre teleológica.

A importância da teoria e a prática do sociólogo

RW: *Qual a importância da teoria para a sociologia?*

ws: Construção de teoria ou formação de conceito, por um lado, e aplicação, por outro, são importantes. Portanto, sempre há essa relação entre o lado teórico e o empírico. A teoria serve à análise empírica.

RW: *Portanto, essa poderia ser uma diferença básica entre teoria social e filosofia.*

ws: Sim, mas não vejo as fronteiras entre as disciplinas tão estritamente definidas. Não são disciplinas, são problemas. O problema está no centro, não a disciplina. Um problema não se importa com as distinções disciplinares. Um problema é um problema, deve-se resolvê-lo; e, para isso, ou se têm meios conceituais adequados ou não. E se não tiver meios conceituais adequados, não poderá resolver o problema.

Portanto, é sempre essa interação entre teoria e realidade. Análise da realidade, que eu acho crucial. Seja teoria social, teoria sociológica ou filosofia, não importa. A única coisa que realmente considero importante é a distinção entre teoria e ontologia social. Mas essa é uma história diferente, que tem a ver com problemas de emergência e com a noção de Durkheim de sociedade como algo *sui generis*. A sociedade existe em um nível ontológico ou não? No caso de Durkheim, há uma tendência em seus escritos metodológicos de considerá-la em um nível ontológico: a realidade social existe em um nível ontológico. Penso que Weber discorda disso. Existem propriedades emergentes, são propriedades, não confirmações ontológicas. Agregação, por exemplo. Transformação por meio de agregação, de relações sociais, que se tornam cada vez mais independentes do indivíduo, quanto maior a ordem. O estado é independente do que você está fazendo e do que estou fazendo, mas não é independente de todos. Mas ele não considera isso um nível ontológico.

RW: *Durkheim muda suas premissas ontológicas após 1905. Ele precisava dessas premissas para enfrentar o debate interno francês.*

WS: Concordo. Em Durkheim, há discrepância entre suas declarações metodológicas e a maneira como ele realiza suas pesquisas. E há uma tendência a uma interpretação diferente dessa relação.

RW: *As regras do método sociológico são, talvez, a parte mais frágil da sua obra, estão absolutamente enraizadas no debate interno da época.*

WS: Concordo plenamente.

RW: *Pelo menos no Brasil durante muito tempo a parte metodológica de Durkheim foi a mais conhecida; talvez um dos motivos de ter sido desconsiderado como autor relevante.*

WS: É sempre importante distinguir entre o que o autor diz sobre o que ele faz e o que ele realmente faz [risos].

RW: *O que Durkheim faz é completamente diferente do que ele afirma que devemos fazer como sociólogos.*

WS: Sim.

A biografia de Weber

RW: *Há quantas biografias sobre a vida de Weber?*

ws: Temos agora três. O primeiro foi Joachim Radkau, a biografia de Radkau que está traduzida também em espanhol, como acabei de descobrir. E em inglês também, é incrível! É um livro ruim [risos]. Quero dizer, ele até cria interesse, é claro, porque tem essa característica que, em alemão, chamamos de *Schlüssellochperspektive*, ou seja, olha para a intimidade da vida de Weber, para sua vida sexual. Mas não fala muito sobre o trabalho em si, e realmente não nos fornece uma boa interpretação da maneira como Weber lidou com sua doença, com seus problemas, como os superou. É incrível como esse homem estava realmente deprimido, a tal ponto que considerou seriamente cometer suicídio. E sobreviveu, sobreviveu de maneira impressionante. E esse é o ponto interessante, e não se recebe essa resposta no livro dele sobre esse assunto.

RW: *Quais seriam as causas das doenças de Weber?*

ws: Não está bem claro. A doença fazia parte de sua constituição fisiológica e não temos nenhum documento que nos permita fazer um julgamento final sobre essa doença. Conhecemos os sintomas, conhecemos as consequências. Isso é o que hoje em dia é chamado de transtorno bipolar. Há momentos em que ele é muito ativo, superprodutivo e, em seguida, há períodos em que está totalmente deprimido e precisa de todos os tipos de drogas para sobreviver e conseguir dormir. Os médicos prescreveram medicamentos que hoje consideramos perigosos. E então ele teve que ficar um tempo longe do trabalho e tudo mais. Portanto, é uma espécie de alternância entre excitação, produção excessiva e depressão. Ele passou por um tratamento tradicional, naqueles tempos o tratamento era fisiológico basicamente, não psicológico. Karl Jaspers era um amigo muito próximo de Weber, médico e psiquiatra, sugeriu a pessoas como Weber uma autoanálise. Ele deveria se sentar e escrever. E Weber escreveu uma autoanálise, mas infelizmente Marianne destruiu a autoanálise no período nazista. Ela queria evitar a possibilidade de que fosse descoberto e usado contra Max Weber. Infelizmente, não sabemos muito sobre as causas reais. Existe uma correspondência entre Marianne Weber e sua mãe. Elas discutem a situação de Max Weber durante esse período, de 1898 a 1902. Elas trocam ideias sobre o motivo, mas é tudo especulação, é realmente especulação.

RW: *E houve alguma influência da sua doença em suas obras?*

ws: Não é uma influência direta. É indireta, definitivamente. Por exemplo, *A ética protestante e o espírito do capitalismo* é uma análise do ascetismo intramundano em relação com a profissão. Weber estava interessado em encontrar essa relação porque a experimentou ele mesmo, essa é a minha interpretação; experimentou o colapso total em relação às suas capacidades profissionais. Então, ele queria entender quais são as condições culturais em que as pessoas agem como os protestantes ascéticos. Weber pensou: “eu mesmo fui um protestante ascético por alguns anos, minha carreira foi fulminante, tive um tremendo sucesso, fiquei sobrecarregado e de repente desmoronei. Qual é o significado disso?”. Quando se vive em uma constelação onde apenas importa ser bem-sucedido em sua profissão, mas, de repente, não pode mais trabalhar. Essa é uma experiência que desperta o interesse em um assunto como esse. Esse é pelo menos um motivo que pode ser atribuído à seleção deste tópico de *A ética protestante e o espírito do capitalismo*, mas é apenas um, entre muitos outros.

Portanto, não vejo uma relação direta entre sua história pessoal e o trabalho como outras pessoas viram, como Arthur Mitzman, que argumentou que Weber matou seu pai para possuir sua mãe. Houve uma situação familiar em que Weber defendeu sua mãe contra seu pai. O pai era um patriarca, ele era realmente obsessivo em manter sua esposa perto de si, como serva sua. Ela tinha o dinheiro, e ele usou o dinheiro e assim por diante. E a mãe era muito próxima de Marianne Weber, esposa de Max Weber. E também, é claro, para Max, ela era uma mãe muito amorosa. Sempre preocupada com o desenvolvimento de seu filho, o filho mais velho. E houve uma situação em que o pai foi buscar a mãe para levá-la de volta a Berlim, e Weber, em uma intensa discussão com o pai, o expulsa da casa e mantém a mãe lá. O pai foi embora e morreu três semanas depois, sem reconciliação com o filho e sem reconciliação com a mãe. As pessoas argumentam que esta é uma situação freudiana [risos]. Então ele sentiu uma forte culpa, e essa foi a razão pela qual ele teve a doença. Esse foi o argumento de Mitzman e, em seguida, ele argumentou que, para superar essa culpa, Weber estudou *A ética protestante e o espírito do capitalismo*, o asceticismo intramundano. É preciso superar a culpa, e só é possível fazê-lo vivendo uma vida disciplinar, expulsando todas as emoções. Esse é o argumento de Mitzman: por isso Weber teria escrito *A ética protestante e o espírito do capitalismo* com ênfase no asceticismo intramundano. Mas então começa a amar Elsa Jaffé e mais tarde Mina Tobler, e de repente ele descobre o misticismo [risos]. Amor!

RW: *Era um relacionamento platônico ou eles realmente tiveram um caso?*

ws: Não, eles tiveram um caso mais tarde, mas só mais tarde. Foi platônico durante esse primeiro período, quando Alfred Weber já havia iniciado um relacionamento

amoroso com Elsa. Max tinha um profundo amor por Elsa, mas ela era sua aluna. Ele não se permitiu levar adiante. Ele suprimiu até certo ponto. Então, só mais tarde, em 1917, iniciou um relacionamento amoroso com Elsa.

RW: *E a Marianne sabia disso?*

WS: Sim, ela estava ciente. Marianne sabia, apesar de tentarem esconder.

RW: *Mas isso não era um problema para ela?*

WS: Não sabemos, emocionalmente provavelmente foi um problema. Mas ela até mesmo apoiou o relacionamento.

RW: *Por quê?*

WS: Ninguém sabe... talvez porque ela queria vê-lo feliz. Ela era uma amiga muito próxima de Elsa também, era um relacionamento próximo entre as duas.

RW: *Mas ela sabia que mesmo quando Weber estava, digamos, apaixonado por Elsa, mesmo não tendo um caso com ela, Marianne sabia?*

WS: Sim, ela percebeu em 1911. Houve uma situação em que eles estavam todos juntos e Max pegou flores para ela, para Elsa. E Marianne percebeu que ele estava apaixonado por ela. Ele devia estar apaixonado por ela. Eles estavam juntos e Marianne percebeu que era um amor profundo de sua parte. Ele não levou adiante, ficou escondido, mas o amor estava lá, e ela sabia disso. Mais tarde, quando Weber teve que decidir se iria ou não a Munique, ela teve a decisão final sobre ir ou não, e Marianne escolheu por irem porque Elsa morava perto de Munique. Ela decidiu isso. Existe uma carta muito comovente, imediatamente após a morte de Weber, na qual Marianne escreve para Elsa que sabia sobre o caso, é uma carta muito emocionante e muito interessante.

RW: *E Weber nunca pensou em se divorciar de Marianne?*

WS: Não, nunca. Ele gostava muito dela, tinha muito orgulho dela, porque era uma mulher muito emancipada, e ele também era grato pelo apoio que ela lhe deu durante sua doença, ele não teria sobrevivido a esse período sem ela. Ele sempre reconheceu isso e chegou mesmo a afirmar: “eu não teria sobrevivido sem Marianne”, nesse

período entre 1898 e 1902. E há um conflito. É um conflito. E, por outro lado, ele aceitou o fato de que não se pode fazer nada contra o relacionamento emocional.

RW: *É quase a salvação trazida pela paixão, é o mesmo sentimento.*

WS: Tem um valor em si. E mesmo que isso seja contrário às nossas convenções, mesmo aos nossos mandamentos éticos, não se pode fazer nada contra esse relacionamento emocional. É um relacionamento emocional e tem sua própria legislação.

RW: *É por isso que na Consideração intermediária ele afirma que o amor compete com a religião na possibilidade de salvação?*

WS: Sim, e há cartas em que ele discute a *Consideração intermediária* com Elsa. Weber mudou o texto na 20ª versão em comparação com a 15ª versão até certo ponto. Foi em virtude de sua relação com a esfera erótica ter mudado até certo ponto, e ele discute isso com Elsa. E este é o argumento: a esfera erótica tem uma legislação própria e é contrária a mandamentos éticos, não há como resolver o conflito entre os dois. Ou se tem que sacrificar seu amor ou tem que sacrificar o compromisso ético, mas não se pode ter os dois. Seria um desastre argumentar – esta é a posição de Weber – que a ética é a única coisa que conta no mundo. Também há emoção, e o relacionamento pessoal entre dois amantes é algo que possui um elemento sagrado.

RW: *Está além da sua escolha, não se pode escolher quem se ama.*

WS: É certamente algo que escapa à nossa escolha. Não se pode escolher.

RW: *Pode-se escolher com quem permanecer casado, como companheiro, mas não quem ama.*

WS: Claro. Porque o casamento não é necessariamente baseado no amor. E esse casamento não se baseava no amor desde o começo. Provavelmente para Marianne foi amor, mas não para Max. Primeiro, provavelmente era um tipo de relacionamento instrumental, mas depois cresceu muito e se tornou um relacionamento realmente sério, que Weber reconheceu no primeiro volume dos ensaios sobre a sociologia da religião. Eles viveram juntos, e o sentimento cresceu em uma dimensão diferente em relação a esse amor existencial que ocorre na esfera erótica.

RW: *É uma tensão interna.*

ws: Sim, Weber viveu em tremenda tensão. Por um lado, havia seu trabalho. Ele tinha esse dever de trabalhar, de produzir sua obra. Ele foi capaz de separar as coisas uma da outra. Quando ele trabalhava, todo o resto estava fora. Mas há o outro lado. Esse sentimento permanente de não pertencer. Desde o seu primeiro colapso Weber sentia não pertencer aos saudáveis. Esse é o sentimento básico de sua vida: “Eu não pertenço”. E não se encontra isso nessas biografias.

rw: *Para ele, o trabalho era algum tipo de fuga?*

ws: Sim, era provavelmente uma maneira de escapar desses conflitos internos. Mas também era um tipo de obsessão, ele tinha que trabalhar.

rw: *Essa foi sua maneira de encontrar um sentido para sua vida...*

ws: Sim, mas acho que Weber nunca identificou claramente desse modo.

Referências Bibliográficas

Outras entrevistas com Wolfgang Schluchter

- DE MORAES, Paulo; TUFANO, Sara & NERI, Hugo. (2014), “O estabelecimento de um programa de pesquisa weberiano: entrevista com Wolfgang Schluchter”. *Revista Plural*, São Paulo, 21 (1): 231-246.
- DO VALLE, Ulisses; DA SILVA, Luiz; FALLONE, Rafael; LOPES, Hober; PEREIRA, Fernanda & QUINTA JÚNIOR, Elbio. (dez. 2013), “Entrevista com o Prof. Dr. Wolfgang Schluchter: realizada em 18 de setembro de 2013”. *Revista de Teoria da História*, Goiânia, 5 (10): 292-300.
- MARINIS, Pablo. (2008), “Max Weber: la disputada herencia de un clásico de la sociologia: entrevistas a Wolfgang Schluchter y Dirk Käsler”. *Revista Española de Investigaciones Sociológicas*, Madri, 121: 169-192.
- NEUTZLING, Inácio. (2005), “Novos conceitos em permanente gestação: entrevista com Wolfgang Schluchter”. *Cadernos IHU em formação*, São Leopoldo, 3: 33-36.
- VALARINI, Elizangela. (dez. 2018), “Entrevista com Prof. Dr. rer. pol., Dr. h.c. Wolfgang Schluchter: O pensamento de Max Weber na Sociologia contemporânea”. *Em Tese*, Florianópolis, 15 (2): 221-234.
- VILLAS BOAS, Glaucia. (2011), “A atualidade de Max Weber: entrevista com Wolfgang Schluchter”. *Sociologia e Antropologia*, Rio de Janeiro, 1 (1): 11-20.

WEISS, Raquel. (2017), “*Talking theory with Wolfgang Schluchter*”. (25m55s). Disponível em <https://youtu.be/t-fi7h0oZR8>, consultado em 15 maio 2020.

Texto recebido em 18/7/2020 e aprovado em 18/9/2020.

DOI: 10.11606/0103-2070.ts.2021.172568.

RAQUEL ANDRADE WEISS é professora titular no Programa de Pós-Graduação em Sociologia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: weiss.raquel@gmail.com.

CARLOS AUGUSTO SILVA FABRIS é mestrando no Programa de Pós-Graduação em Sociologia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: carlos.fabris8@gmail.com.



CGEE, Centro de Gestão e Estudos Estratégicos. *Diagnóstico das Ciências Humanas, Sociais Aplicadas, Linguística, Letras e Artes (CHSSALLA) no Brasil*. Brasília, DF, Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2020. 348 p.

Weiny César Freitas Pinto
Universidade Federal de Mato Grosso do
Sul, Mato Grosso do Sul, Brasil
<https://orcid.org/0000-0002-7101-9150>

Rafael Lopes Batista
Secretaria Estadual de Educação de Mato
Grosso do Sul, Mato Grosso do Sul, Brasil
<https://orcid.org/0000-0001-9346-2164>

José Renato Batista
Universidade Federal de Mato Grosso do
Sul, Mato Grosso do Sul, Brasil
<https://orcid.org/0000-0003-4156-9933>

No exato momento em que as *ciências humanas* são, como há muito tempo não se via no Brasil, duramente questionadas a respeito de seu valor e importância sociais, diretamente

atacadas com a implementação de políticas públicas (de ensino, de avaliação e de financiamento) ideologicamente persecutórias e de gravíssimas consequências práticas, no momento em que altas autoridades da República, do Ministério da Educação à Casa Civil, depreciam grotescamente as *humanidades* diante da grande opinião pública, exatamente neste momento, como chuva em terra seca, vem a público o livro-relatório: *Diagnóstico das Ciências Humanas, Sociais Aplicadas, Linguística, Letras e Artes (CHSSALLA) no Brasil*¹.

O livro, que é uma espécie de relatório de pesquisa, foi editado em 2020 pelo CGEE (Centro de Gestão e Estudos Estratégicos), uma organização social supervisionada pelo MCTI (Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações), e reúne os resultados do projeto de pesquisa *Diagnóstico da situação das CHSSALLA no Brasil*, levado adiante por meio da parceria entre o CGEE e o MCTI, sob a coordenação da economista e pesquisadora de políticas públicas Mayra Juruá. A edição está em versão digital, de livre acesso, e em versão impressa, para uso institucional².

Realizado a partir de amplo diálogo com as várias sociedades de pesquisa, associações de áreas, fóruns de representação e instituições acadêmicas brasileiras (a lista de agradecimentos registra mais de sessenta menções!), o conteúdo do livro, dividido em duas grandes partes – “Panorama das CHSSALLA 2006-2016”, os seis primeiros capítulos, e “CHSSALLA para o desenvolvimento científico nacional”, os dois últimos capítulos –, imerge o leitor no universo brasileiro das *Ciências Humanas*. Planilhas, tabelas, gráficos, organogramas e mapas sobre os mais variados aspectos (institucionais, regionais, nacionais) da formação, do desenvolvimento e da prática de pesquisa e ensino das *humanidades* no Brasil.

Esses aspectos vão desde a análise da mobilidade, emprego, perfil de pesquisa e gênero dos pesquisadores CHSSALLA a, por exemplo, questões de financiamento e da importância das *Ciências Humanas* para a política nacional de desenvolvimento científico. Tudo isso, meticulosamente documentado por uma gigantesca gama de dados e números.

Por meio do prefácio de Mário César Silva Leite, então coordenador do FCHSSALLA – Fórum de Ciências Humanas, Sociais, Sociais Aplicadas, Linguística, Letras e Artes –, o leitor é informado logo no início do livro de que o *Diagnóstico* apresentado tem uma história, constitui uma trama na qual especialmente o FCHSSALLA tem papel determinante: partiu daí, em 2018, a solicitação ao Ministério da Ciência de uma pesquisa que pudesse traçar o panorama das *Ciências Humanas* no Brasil.

Antes de apresentarmos ao leitor o conteúdo de cada capítulo do livro, um duplo destaque estético, bem característico das CHSSALLA, antecede a montanha estatística e o rigor analítico dos dados: arte gráfica e poesia. A belíssima edição estética da capa do livro seguramente tem muito a dizer sobre o significado e a qualidade do seu conteúdo, um trabalho que cada leitor poderá e deverá realizar por si mesmo. O poema discreto de Sousa Neto, que aparece sem título, entre o prefácio e o capítulo 1, também merece atenção. Mas aqui não basta a atenção dos dados, da evidência dos números: é preciso a atenção das palavras, do sentido da letra, um tipo de atenção particularmente CHSSALLA.

Que o leitor não se engane, o *Diagnóstico das ciências Humanas, Sociais Aplicadas, Linguística, Letras e Artes (CHSSALLA) no Brasil* não é apenas um diagnóstico, é um instrumento que indica claramente o melhor prognóstico possível: qualquer política pública para

desenvolvimento científico nacional que não leve em conta as contribuições decisivas do conhecimento oriundo das CHSSALLA é uma política doente.

O primeiro capítulo (pp. 17-28), abre a primeira parte do livro e constitui-se de uma *Introdução* geral sobre a natureza e os objetivos do trabalho, procurando justificar sua existência na medida em que discorre sobre a necessidade cada vez mais latente de, num mundo altamente globalizado, fazer os diferentes conhecimentos dialogarem entre si. Pode-se afirmar que se trata da parte mais “filosófica” da obra, pois, ao justificar-se, ela inevitavelmente adentra na discussão sobre a construção e o valor epistemológico e político do conhecimento humano. Desconstruir o mito de que as “ciências naturais” são por si mesmas mais nobres ou valiosas que as CHSSALLA é o pressuposto fundamental de todo o livro, e é justamente nessa direção que se desenvolve o primeiro capítulo. Em linhas gerais, o argumento central é que não existe conhecimento algum que seja elaborado, pensado ou aplicado, fora de uma localização histórica no espaço-tempo, localização esta que em seus próprios termos já demanda, inevitavelmente, os saberes ligados às chamadas “ciências humanas”. Permitindo-nos uma licença hermenêutica, poderíamos assim expressar o centro gravitacional da argumentação do primeiro capítulo: não existe ciência que não seja humana, toda e qualquer ciência necessariamente é uma ciência humana! Nesse sentido, apontando para uma perspectiva taxonômica do valor e importância das CHSSALLA, o capítulo encerra-se elencando alguns problemas globais que, forçosamente, carecem das contribuições das ciências humanas, como por exemplo, a questão da mudança climática e a produção sustentável de alimentos.

No segundo capítulo, “Percurso metodológico do projeto” (pp. 29-35), são esclarecidas as principais escolhas metodológicas que orientaram a pesquisa, da qual o livro é resultado. Duas delas é essencial mencionar: o recorte temporal dos dados e a população analisada. Em relação ao recorte, os autores optaram por analisar dados de uma década, 2006 a 2016, uma vez que 2016 era, até então, o ano com os dados mais atualizados. Contudo, vale ressaltar que há exceções dentro desse recorte temporal, pois, em alguns capítulos posteriores, a análise de certos dados engloba um período de dez anos a mais, indo de 1996 até 2016. No que diz respeito à população, o relatório define como pesquisador (a) CHSSALLA: 1) docentes de programas de pós-graduação *stricto sensu*; e/ou 2) pessoas que tenham concluído o doutorado no período de 2006 a 2016. Assim, obtém-se o total de 67.107 pesquisadores CHSSALLA mapeados, e é exclusivamente sobre essa população que o estudo se debruça.

Interiorização, empregabilidade e equalização de gênero podem ser considerados os termos que marcam o terceiro capítulo, “Pesquisadores CHSSALLA” (pp. 39-73). Permeado por gráficos e tabelas, este ponto do relatório demonstra em números a descentralização da pesquisa CHSSALLA, num movimento de fluxo do Sudeste em direção a todas as outras regiões do país. A região Nordeste, por exemplo, que até 1996 não tinha formado nenhum doutor em Ciências Sociais Aplicadas – nenhum! –, aparece em 2015 com significativo avanço, tendo formado 185 doutores nesse período, representando assim pouco mais de 11% do total de títulos concedidos a essa área no Brasil, em 2015. O mesmo movimento de crescimento é visto também na empregabilidade dos pesquisadores, ainda que, segundo

os dados, um único setor econômico, o da educação pública, principalmente a educação superior, tenha concentrado em média 81% dos empregos dos doutores em Ciências Humanas, por exemplo. Ou seja, a diversidade de opções de trabalho para quem obtém o título de doutor na área CHSSALLA, no Brasil, é bastante baixa, restringindo-se basicamente a setores governamentais, em especial o da educação. A diminuição da diferença entre a quantidade de homens e mulheres com doutorado também é um tópico de destaque. Os dados mostram que em geral a participação de mulheres como docentes em programas de pós-graduação aumentou no decênio 2006-2016, e na área CHSSALLA não foi diferente; aliás, mais que isso, se comparada à média geral das outras áreas de conhecimento, a tendência à equidade de gênero aparece maior nas CHSSALLA. Em suma, as instituições públicas, notadamente as federais, foram os grandes agentes que capitanearam esse movimento de expansão da pesquisa brasileira, e isso em todos os itens analisados neste terceiro capítulo do relatório (empregabilidade de doutores, ampliação territorial da pesquisa e da formação de pesquisadores, maior variedade de faixa etária de professores doutores, redução da desigualdade de gênero). Ademais, esse processo de redução de desigualdades é resultado direto de uma época em que os investimentos e incentivos à expansão do ensino superior no Brasil ganharam *status* de política pública permanente.

Quais são os temas mais recorrentes na investigação acadêmico-científica das CHSSALLA? Por quais meios esse conhecimento acumulado é publicizado? N’outras palavras, qual a forma e o conteúdo da pesquisa brasileira CHSSALLA? Essas perguntas são o fio condutor do quarto capítulo, “Perfil da pesquisa

CHSSALLA” (pp. 75-111). Este ponto do livro merece destaque especial, pois evidencia como alguns dos problemas nacionais mais urgentes podem encontrar, na própria produção científica das CHSSALLA, propostas de intervenção e/ou de políticas públicas para saná-los. No que diz respeito à forma, o livro demonstra por meio de seus gráficos que as maiores vias de divulgação dessas pesquisas e de seus resultados estão centradas nos anais de eventos acadêmicos (congressos, seminários, fóruns, encontros etc.), seguidos de artigos em revistas especializadas e, por último, livros e capítulos de livros. Quanto ao conteúdo, o livro adota como critério a análise das teses de doutorado, uma vez que, para os autores, as teses representam o paradigma da geração de conhecimento e inovação. Nesse quesito o destaque é a variedade de temas pesquisados pelas CHSSALLA: violência, cultura, cidades, sustentabilidade, raça e gênero, por exemplo. Com efeito, dentre os temas/problemas abordados pelas CHSSALLA no Brasil, talvez os mais importantes para a estratégia de desenvolvimento nacional e aos quais consequentemente o relatório dá maior ênfase, são as questões de saúde e educação. Nesses dois campos, a interdisciplinaridade característica à produção das CHSSALLA é ainda maior, emergindo contribuições de todas as áreas que formam a sigla. Sob as diversas possibilidades de abordagens e perspectivas, com o olhar crítico e analítico para os diferentes aspectos e nuances, saúde e educação são os exemplos mais significantes que explicitam a importância fundamental, o compromisso e o engajamento das CHSSALLA para qualquer projeto nacional de desenvolvimento.

O quinto capítulo do livro, “Financiamento público à pesquisa” (pp. 113-143), trata das políticas de CT&I (Ciência, Tecnologia e Inovação) e de seu importante papel para o desen-

volvimento nacional, políticas que têm como principal ferramenta o financiamento de pesquisa por meio de diversas instituições públicas, tanto federais quanto estaduais – como o CNPq, a Capes, as FAPs e o BNDES. Basicamente, o capítulo apresenta como os investimentos se distribuem nas áreas de pesquisa e a quais públicos-alvos se destinam. Evidenciam-se os financiamentos nacionais, recursos aplicados pelo CNPq, o financiamento das fundações estaduais de amparo à pesquisa (FAPs) e, por fim, o destaque que as CHSSALLA têm quanto às premiações de teses. Os gráficos demonstram aumento significativo, principalmente de investimentos federais e estaduais, entre os anos de 2006 e 2014. Dois mil e quinze marca o início de uma queda que se seguirá nos anos posteriores. Chama a atenção o fato de que o fomento à pesquisa, por exemplo, na área de ciências humanas, atingiu em 2014 o seu maior investimento, valor de aproximadamente 65 milhões de reais, chegando a apenas 16 mil reais, em 2016. Sobre as premiações de teses das CHSSALLA, há o destaque para o prêmio Capes e de outras sociedades científicas – a Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural (Sober), a Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais (ANPOCS), a Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP) e a Associação Nacional de Pós-Graduação em Economia (ANPEC). Entre os anos de 2006 e 2018, foram mais de oitenta prêmios a teses e dissertações.

O sexto capítulo traz um “Ensaio cartográfico” (pp. 145-170). Os mapas apresentam informações quanto aos fluxos dos titulados mestres e doutores CHSSALLA de 1996 a 2015, fluxo relativo à formação (mestres e doutores, 1996 a 2015), fluxo relativo ao emprego (doutores, 2015), fluxo relativo a gênero, (instituições públicas e privadas, 1996 a 2015) e, por

fim, apresentam a cartografia das pesquisas e temas CHSSALLA de 2019 que dizem respeito à solução de problemas de políticas públicas, por exemplo, saneamento básico, alimentação, saúde pública, clima, economia, biomas, biotecnologias, outros³. Quanto à questão da formação, destaquem-se os primeiros mapas, que demonstram como ocorreu a distribuição de doutores e mestres pelo país e como houve uma pequena descentralização na formação, sem necessariamente significar uma desconcentração. Isto é, outras regiões, além do Sudeste, também começaram a formar um número relativamente considerável de mestres e doutores, embora o eixo Rio-São Paulo ainda forme uma quantidade consideravelmente maior, e, por conseguinte, detenha a maior concentração de pós-graduados e de demandas por formação. O aspecto central do capítulo quanto ao tema da formação evidencia a necessidade de a consolidação do SNPG (Sistema Nacional de Pós-Graduação) levar em conta a dinâmica territorial, ou seja, alcançar a excelência acadêmica visando à existência abrangente de programas de pós-graduação em todo o território nacional, sem se esquecer da importância da diversidade social, cultural e regional. No que concerne à questão da empregabilidade, os mapas indicam, assim como no caso da formação, a centralidade da região Sudeste, onde, no entanto, constata-se saturação da empregabilidade, mesmo que tenha havido, no decorrer dos anos de 1996 a 2015, o crescimento de doutores atuando profissionalmente em todas as unidades da federação. É necessário aprofundar mais a interação inter e intrarregional e fazer com que certas regiões ainda marginalizadas se tornem autossuficientes academicamente, criando e atraindo assim novos postos de trabalho. Quanto à importância da igualdade de gênero, os mapas mos-

tram que as CHSSALLA são, em grande parte, femininas, tanto em relação à formação de doutoras – formadas, majoritariamente, em instituições públicas – quanto em relação à empregabilidade, ainda que as áreas mais bem pagas das CHSSALLA (Ciências sociais aplicadas: direito e economia) possuam predominância masculina. Por fim, o maior destaque da cartografia das pesquisas CHSSALLA de 2019 referentes à ENCTI é o fato de que, além do predomínio de pesquisadores da área no setor de CTI de ciências e tecnologias sociais, constata-se que em todos os temas propostos pela ENCTI 2019 há a presença CHSSALLA, ou seja, a produção científica das CHSSALLA vai ao encontro direto das estratégias nacionais de ciência, tecnologia e inovação para a solução dos problemas de políticas públicas.

Os subsídios e o fortalecimento das CHSSALLA são imprescindíveis, uma vez que as pesquisas de todas as disciplinas desta grande área servem de base metodológica para a compreensão mais profunda dos problemas de políticas públicas. Problemas sociais não podem ser satisfatoriamente resolvidos sem o investimento e o incentivo dessas pesquisas. Só pode haver desenvolvimento social se existir mudança da percepção pública em relação às CHSSALLA – falsa percepção, que as enxerga como estudos relacionados apenas à teoria, inúteis à prática e a problemas concretos do nosso cotidiano social. Essas três ideias constituem o cerne do sétimo capítulo, “Aportes para políticas públicas: convergências entre pesquisa CHSSALLA e a estratégia nacional de ciência e tecnologia e inovação” (pp. 173-207). O capítulo abre a segunda parte do livro e procura especialmente mostrar que a percepção social a respeito das CHSSALLA é um problema a ser combatido. Nesse sentido, articula contribuições científicas das CHSSALLA

LA para os temas estratégicos da ENCTI, demonstrando, desta vez de forma mais detalhada, que muitas pesquisas CHSSALLA estão diretamente relacionadas com eles, e, além disso, que os temas da ENCTI necessariamente exigem pesquisas multidisciplinares, caso em que se evidencia o enorme potencial científico produtivo das CHSSALLA, na medida em que todas as disciplinas da área, cada uma a seu modo, contribuem decisivamente para a solução de vários problemas de políticas públicas.

Quais seriam os temas e objetos de pesquisa emergentes ou estratégicos das CHSSALLA para a terceira década do século XXI? É com essa interrogação que o oitavo capítulo se abre propondo uma análise sobre “Agenda futura e interdisciplinaridade: tendências e oportunidades da pesquisa CHSSALLA para os próximos anos” (pp. 209-233). O eixo central a partir do qual o futuro deve ser pensado se situa, segundo os autores, em dois aspectos principais: as inovações tecnológicas e os problemas e carências sociais históricas do Brasil (desigualdade, saneamento básico, restrição à cultura, mercado de trabalho etc.). Esses dois aspectos, destaca-se, são temas cruciais com os quais, desde sempre, as CHSSALLA trabalham. As estratégias e temas futuros da pesquisa da área resultaram de dois projetos: 1) Projeto *Cenários prospectivos para o CNPq*, 2) O projeto *Capes – Subsídios para agenda de pesquisa e pós-graduação*. Ambos tomam como ponto de partida o estudo *Brasil 2035*, uma ampla análise realizada pelo Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada), em parceria com a Assesor (Associação Nacional dos Servidores de Carreira de Planejamento e Orçamento), cujo objetivo foi pensar futuros possíveis, a curto prazo, 2035, para o Brasil: futuros social, econômico, territorial e político-institucional. O projeto *Cenários prospectivos para o CNPq* tra-

tou de planejar político-institucionalmente a agência, com vistas a estabelecer estratégias quanto à forma de produção de bens, serviços e conhecimento, e o tipo de governança internacional da instituição, bem como refletir sobre suas consequências para o sistema nacional de ciência e tecnologia. O projeto *Capes – Subsídios para agenda de pesquisa e pós-graduação* foi um projeto de identificação dos temas estratégicos – de relevância internacional, nacional e regional –, da pós-graduação brasileira. Todos os coordenadores de PPG’s de todas as áreas do conhecimento foram consultados. A área CHSSALLA representou 25% do total de respostas. Daí decorreu, finalmente, o Projeto CHSSALLA, isto é, o estabelecimento dos temas estratégicos, portadores de futuro da área. Seis grandes temas, dos quais se depreende mais de uma centena de subtemas, foram estabelecidos em uma tabela informativa: 1) práticas políticas, com 33 subtemas; 2) identidade, com 30 subtemas; 3) apropriações espaciais, com 35 subtemas; 4) sociedade e economia digital, com 28 subtemas; 5) produção e formas de conhecimento, com 21 subtemas; e 6) internacionalização, com 25 subtemas. Os subtemas de cada uma dessas categorias vão desde, por exemplo, questões de políticas de patrimônio, cibercultura, soberania alimentar, a questões sobre *big data*, afetos e pós-colonialidade, dentre uma variedade significativa de tantos outros. Uma curta análise teórica sobre cada um desses grandes temas, relacionando-os, contextualizando-os diante de desafios particularmente brasileiros, encerra o capítulo.

O livro-relatório finaliza seu percurso com um “Posfácio”, assinado por Fernanda Sobral, professora da Universidade de Brasília e então vice-presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), uma lista de “Referências”, que soma nove páginas, uma seção

“Apêndices”, na qual constam três unidades, uma seção de “Anexos”, igualmente com três unidades, e uma lista de três laudas com o “Registro das siglas e abreviaturas” utilizadas na publicação. Ou seja, quando o leitor chega ao fim dos capítulos, há ainda um trajeto de fôlego a percorrer, com mais de cem preciosas páginas pela frente.

No Posfácio, a professora Fernanda Sobral se detém em três resultados do relatório, seus desafios e potenciais. Resultado 1: A centralidade do tema da saúde nas pesquisas CHSSALLA e a série de cruzamentos teóricos das várias disciplinas da área em torno a esse tema. Resultado 2: O relatório mostra que a descentralização espacial das CHSSALLA (formação e emprego) não se converteu em uma desconcentração da pós-graduação brasileira, que requer ainda, portanto, uma “descolonização epistêmico-cognitiva”⁴ em relação à região Centro-Sul. Resultado 3: A constatação de que não é possível pensar estratégia e desenvolvimento nacional, ENCTI, sem as contribuições das CHSSALLA, tanto porque as disciplinas dessa área estão presentes em todo o território nacional, como também porque seu conteúdo atravessa temas essenciais da vida social, como, por exemplo, o tema *saúde*, que volta a ser evocado para ilustrar a importância das CHSSALLA. Sobre os desafios do relatório, a professora Fernanda aponta, como desafios, o problema das desigualdades, a melhoria da qualidade da educação básica e a inserção internacional independente, entre outros. A respeito dos potenciais, Sobral chama a atenção das sociedades científicas e das agências de fomento para se inspirarem nas “pistas” que o relatório fornece.

Sobre as “Referências”, “Apêndices”, “Anexos” e “Siglas e abreviaturas”, cabe apenas ressaltar o fato de que esses elementos demons-

tram que o relatório está abundantemente bem documentado. Referencia entidades nacionais e internacionais, grande número de documentos da legislação brasileira e uma série de pesquisadores CHSSALLA. Sem dúvida, o leitor pode extrair daí um bom programa de estudos sobre o tema do livro. A terceira e última unidade dos apêndices merece destaque: conteúdo audiovisual do *Projeto CHSSALLA*, dois arquivos que o projeto desenvolveu: *O que é CHSSALLA?*, um vídeo de animação infantil, sobre as grandes áreas CHSSALLA; e *Projeto CHSSALLA*, um vídeo de apresentação institucional, ambos disponibilizados no *YouTube*. Todos os apêndices são extremamente valiosos do ponto de vista informacional, especialmente os dois primeiros, compostos de muitas tabelas, gráficos, nuvens de palavras e classificações as mais variadas, que tornam o relatório uma fonte riquíssima de dados. Quanto aos anexos, são recursos autoexplicativos que detalham complementarmente as várias metodologias utilizadas no tratamento dos vários temas e dados do relatório; assim como os apêndices, constituem fontes importantíssimas de dados, além de oferecerem comentários explicativos de uma série de tabelas e organogramas. Finalmente, as “Siglas e abreviaturas” evidenciam, mais uma vez, o nível de documentação do *Diagnóstico*. O trabalho mobilizou e reuniu quantidade enorme de dados e informações oriundos de diversas entidades, organizações e fontes nacionais e internacionais. Tudo isso é mais uma prova de que o conteúdo apresentado e discutido no livro contém sólida fundamentação crítica e institucional.

Em linhas gerais, pode-se concluir que o *Diagnóstico CHSSALLA* tem sua máxima qualidade e razão de ser na articulação que produz entre ciência e política: o relatório é um apor-

te científico instrumental que deseja indicar à política, aos seus agentes institucionais, a imprescindibilidade de que decisões tomadas para o desenvolvimento nacional devem levar em conta as contribuições das CHSSALLA brasileiras. O conjunto de dados, informações e prospecções elencado pelo documento serve de valiosa base norteadora para a formulação de políticas públicas que visem à solução, ou pelo menos à minimização, dos mais variados problemas sociais do país. Seria, portanto, muito importante que o livro fosse seriamente apreciado pelas instâncias de planejamento dos poderes legislativo e executivo, federal, estadual e municipal, para que seus planos de ação política possam ser elaborados e colocados em execução também a partir da colaboração científica das CHSSALLA.

O livro-relatório é igualmente uma contribuição de especial valor para estudantes, professores e pesquisadores CHSSALLA. É o mais completo documento científico disponível, não apenas a respeito da construção objetiva de uma identidade institucional das *humanidades* brasileiras, como também sobre os enormes desafios que elas têm que enfrentar, e igualmente sobre sua fundamental importância científica e política. Muito útil para orientar agentes políticos na formulação de políticas públicas, o livro é simplesmente indispensável para as entidades educacionais e de pesquisa. É só no “chão de fábrica” das CHSSALLA que os conteúdos do *Diagnóstico* encontrarão seu maior potencial: fazer esta grande área pensar criticamente a si mesma, redescobrir seu valor, reconhecer seus desafios e defender seu espaço institucional e social.

Falta ao livro uma discussão crítica mais abrangente, ausência justificada, talvez, pela enorme quantidade de dados que mobiliza, fazendo com que a descrição analítica assuma

o papel de protagonista diante da reflexão. A alta concentração de dados e a rapidez das descrições, por vezes, deixam o leitor atordoado, sem tempo de pensar criticamente.

Especialmente duas decisões metodológicas dos autores da pesquisa merecem alguma ponderação: 1) a definição de pesquisador CHSSALLA não inclui a categoria de mestres, apenas docentes de programas de pós-graduação *stricto sensu* e pessoas com doutorado concluído; 2) o recorte temporal adotado, a década de 1996-2016, sofre extensas e bruscas variações, indo, em alguns casos, de 1996 até 2019. Embora isso qualifique certas análises, pode confundir o leitor.

Por fim, uma questão estrutural mereceria igualmente reflexão crítica: reunir 26 áreas de conhecimento por meio das três grandes áreas do CNPq é mesmo a melhor alternativa para pensarmos as *humanidades*, em sentido geral? A classificação de áreas e de grandes-áreas do CNPq atende satisfatoriamente a esse propósito?

Estas questões só provam o inestimável mérito de conteúdo e de método do *Diagnóstico CHSSALLA*. Ao concluir a leitura do livro, o leitor se vê imediatamente conduzido ao resultado mais concreto e produtivo que ele gera: o engajamento a repercuti-lo ainda mais e melhor.

Referências Bibliográficas

- CGEE, Centro de Gestão e Estudos Estratégicos. *Diagnóstico das Ciências Humanas, Sociais Aplicadas, Linguística, Letras e Artes (CHSSALLA) no Brasil*. Brasília, DF, Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2020. 348 p. Disponível em <https://www.cgee.org.br/documents/10195/734063/CGEE-2020-CHSSALLA.pdf/11b5fc64-5554-42d4->

baf0-46a73639b1a1?version=1.3, consultado em 15/12/2020.

Notas

1. Do ponto de vista formal, a sigla CHSSALLA envolve, conforme classificação do CNPq, três grandes áreas do conhecimento: Ciências humanas, Sociais aplicadas, Linguística, letras e artes. Essas três grandes áreas somam nada menos que 26 disciplinas. Cf. tabela detalhada em CGEE, 2020, p. 27. Nesta resenha, todas as vezes em que os termos “humanidades” e “ciências humanas” aparecem em itálico, devem ser compreendidos como sinônimo de CHSSALLA.
2. Versão digital disponível em: <https://www.cgee.org.br/documents/10195/734063/CGEE-2020-CHSSALLA.pdf/11b5fc64-5554-42d4-baf0-46a73639b1a1?version=1.3>.
3. Todos esses problemas estão presentes na ENCTI (Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação), de 2019, um documento de orientação estratégica para a execução de políticas públicas na área da CT&I.
4. “Descolonização epistêmico-cognitiva” significa, nesse caso, a necessidade de desconcentração da pós-graduação brasileira, avançando do eixo Sul-Sudeste para a regionalização integral.

Texto recebido em 17/12/2020 e aprovado em 23/2/2021.

DOI: 10.11606/0103-2070.ts.2021.180061.

WEINY CÉSAR FREITAS PINTO é professor do Curso de Filosofia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, onde também atua como pesquisador na Pós-graduação, Mestrado em Psicologia. Possui graduação, especialização, mestrado e doutorado em Filosofia. Atua na área de História da Filosofia Moderna e Contemporânea, especialmente tradição francesa, com ênfase nos temas: subjetividade, epistemologia das ciências humanas, filosofia da psicanálise. E-mail: weiny.freitas@ufms.br.

RAFAEL LOPES BATISTA é professor da Rede

Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul. Acadêmico do curso de Especialização em Ensino de Sociologia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Possui licenciatura em Filosofia pela mesma instituição. E-mail: rafael.lopesbatista@hotmail.com.

JOSÉ RENATO BATISTA é acadêmico de licenciatura em Filosofia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Bolsista do Programa de Iniciação à Docência (Pibid). E-mail: renato.mp2@live.com.

